

Lodonha Maria Portela Coimbra Soares  
Maria Carolina Rosa Gullo  
Silvio Luiz Gonçalves Vianna  
Organizadores

# Novo ciclo econômico?

## OPORTUNIDADES E DESAFIOS

XVI ESAES - Encontro sobre os Aspectos Econômicos e Sociais  
da Região Nordeste do Rio Grande do Sul

Volume II



# **Novo ciclo econômico? Oportunidades e desafios**

**Volume 2**

**XVI ESAES – Encontro sobre os Aspectos Econômicos e Sociais  
da Região Nordeste do Rio Grande do Sul**

**2 e 3 de outubro de 2017**

**Coordenadores**

**Lodonha Maria Portela Coimbra Soares**

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí (1982) e mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998). Atualmente é professor adjunto na Universidade de Caxias do Sul, coordenadora de TCC e atividades complementares do curso de Ciências Econômicas; coordenadora do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da UCS. Atua como pesquisadora no Observatório do Trabalho, Núcleo de Inovação e Desenvolvimento da UCS, dedicado a investigações interdisciplinares sobre o mundo do trabalho. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Geral, atuando principalmente nos seguintes temas: crescimento econômico, desenvolvimento econômico, competitividade, inovação tecnológica, industrialização e mundo do trabalho.

**Maria Carolina Rosa Gullo**

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1997), mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e doutorado em Economia, ênfase em Desenvolvimento, também pela UFRGS (2010). Professora adjunta na Universidade de Caxias do Sul onde leciona disciplinas da área de economia, principalmente às relacionadas aos temas: economia regional e urbana, economia do meio ambiente e economia política. Possui ainda experiência como consultora na área de Economia Ambiental e de Planejamento Regional e Urbano. Atualmente é diretora da Área do Conhecimento de Centro de Ciências Sociais da Universidade de Caxias do Sul.

**Silvio Luiz Gonçalves Vianna**

Administrador formado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Desenvolve pesquisas na área de Administração e Turismo, com ênfase em Competitividade das Destinações Turísticas e Qualidade de Vida. Professor Adjunto no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordena o Grupo de Pesquisas do CNPq, voltado às pesquisas de Turismo e Desenvolvimento Regional, vinculado à Universidade de Caxias do Sul (UCS).



## **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

*Presidente:*

Ambrósio Luiz Bonalume

*Vice-Presidente:*

José Quadros dos Santos

### **UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

*Reitor:*

Evaldo Antonio Kuiava

*Vice-Reitor e Pró-Reitor de Inovação e*

*Desenvolvimento Tecnológico:*

Odacir Deonísio Gracioli

*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:*

Nilda Stecanela

*Pró-Reitor Acadêmico:*

Marcelo Rossato

*Diretor Administrativo:*

Cesar Augusto Bernardi

*Chefe de Gabinete:*

Gelson Leonardo Rech

*Coordenador da Educs:*

Renato Henrichs

### **CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS**

Adir Ubaldo Rech (UCS)

Asdrubal Falavigna (UCS)

Cesar Augusto Bernardi (UCS)

Guilherme Holsbach Costa (UCS)

Jayme Paviani (UCS)

Luiz Carlos Bombassaro (UFRGS)

Nilda Stecanela (UCS)

Paulo César Nodari (UCS) – presidente

Tânia Maris de Azevedo (UCS)

© dos organizadores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
UCS – BICE – Processamento Técnico

E561n Encontro sobre os Aspectos Econômicos e Sociais da Região Nordeste do Rio Grande do Sul (16.: 2017 out. 2-3 : Caxias do Sul)  
Novo ciclo econômico? Oportunidades e desafios (recurso eletrônico] / ESAES; coord. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares, Maria Carolina Rosa Gullo, Silvio Luiz Gonçalves Vianna. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2018.  
Dados eletrônicos (2 arquivos : 1 registro cada).

Apresenta bibliografia.  
Modo de acesso: World Wide Web.  
ISBN 978-85-7061-907-5

1. Desenvolvimento social – Congressos. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Cultura. I. Encontro sobre os Aspectos Econômicos e Sociais da Região Nordeste do Rio Grande do Sul. II. Soares, Lodonha Maria Portela Coimbra, coord. III. Gullo, Maria Carolina Rosa, coord. IV. Vianna, Silvio Luiz Gonçalves, coord. V. Título.

CDU 2. ed.: 316.42(062.552)

Índice para o catálogo sistemático:

1. Desenvolvimento social – Congressos	316.42(062.552)
2. Desenvolvimento econômico	338.1
3. Cultura	316.7

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária  
Carolina Machado Quadros – CRB 10/2236

Direitos reservados à:



**EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul**

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: [www.ucs.br](http://www.ucs.br) – E-mail: [educs@ucs.br](mailto:educs@ucs.br)

**XVI** ENCONTRO  
SOBRE OS  
**ASPECTOS**  
ECONÔMICOS **E**  
SOCIAIS **DA**  
REGIÃO NORDESTE DO RS

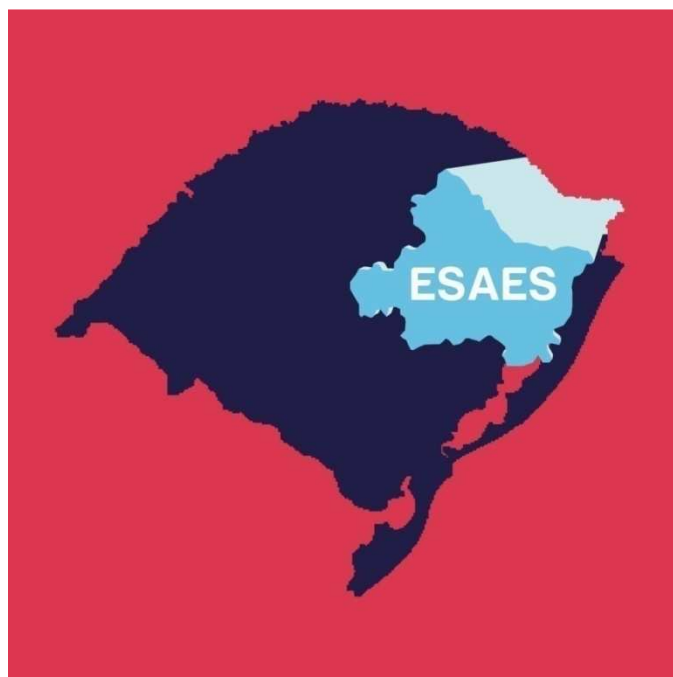
DIAS 2 e 3  
OUTUBRO  
2017

BLOCO J  
CAMPUS SEDE

NOVO CICLO  
ECONÔMICO ?  
OPORTUNIDADES E DESAFIOS

UCS  
UNIVERSIDADE  
DE CAXIAS DO SUL

50  
ANOS



## Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>8</b>
<b>28. Finanças públicas e meio ambiente: estudos dos gastos ambientais e a proposta de educação ambiental, como medida alternativa de proteção ao ambiente .....</b>	<b>10</b>
<i>Giovani Orso Borile; Flori Chesani Júnior; Cleide Calgaro</i>	
<b>29. Flexibilização ou precarização? As condições do trabalho terceirizado em Caxias do Sul-RS .....</b>	<b>18</b>
<i>Lucas Demeda; Pablo Eduardo Vailatti; Rute Martins Degrande; Yasmin Zanesi; Lodonha Coimbra Soares</i>	
<b>30. Gestão de benefícios socioassistenciais: uma proposta de integração de bases de dados heterogêneas .....</b>	<b>36</b>
<i>Scheila de Avila e Silva; Álvaro Cunico Soares; Daniel Luis Notari; Roberta Rodrigues Faoro</i>	
<b>31. Gestão do clima organizacional de uma gráfica e editora, no interior do Estado do Rio Grande do Sul .....</b>	<b>53</b>
<i>Talita Gonçalves Posser; Joice Martins Cabral; Gabrielle Fagundes Postiglioni; Jiuicane Macedo Rizardi; Vânia Medianeira Flores Costa</i>	
<b>32. Hospitalidade como diferencial da prestação de serviços de saúde: análise comparativa de dois hospitais da cidade de São Paulo – SP.....</b>	<b>68</b>
<i>Helena Charko Ribeiro; Maria Luiza Cardinale Baptista; Silvio Luiz Gonçalves Vianna</i>	
<b>33. Implicações da gastronomia e turismo rural: alimentação tradicional e industrial .....</b>	<b>86</b>
<i>Ana Maria Costa Beber; Susana de Araújo Gastal; Renata Menasche; Felipe Zaltron de Sá</i>	
<b>34. Novo aeroporto da Serra Gaúcha: análise da sua implantação .....</b>	<b>100</b>
<i>Carlos Eduardo Mesquita Pedone; Pedro de Alcântara Bittencourt César; Bruna Tronca</i>	
<b>35. O agronegócio e a agricultura familiar: um estudo interdisciplinar sobre sustentabilidade e educação ambiental .....</b>	<b>113</b>
<i>César Augusto Cichelero; Eduardo Brandão Nunes; Moisés João Rech</i>	
<b>36. O cadastro ambiental rural como instrumento de proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.....</b>	<b>128</b>
<i>Flori Chesani Júnior; Giovani Orso Borile; Cleide Calgaro</i>	

- 37. O direito fundamental ao meio ambiente e o constitucionalismo democrático latino-americano: uma reflexão socioambiental, a partir do Brasil e Equador na sociedade hiperconsumista** ..... 140  
*Cleide Calgaro; Agostinho Oli Koppe Pereira; Agemir Bavaresco*
- 38. O mercado de pinhões no Rio Grande do Sul: os potenciais econômicos e socioambientais, com ênfase nos Campos de Cima da Serra** ..... 156  
*Guilherme de Queiroz-Stein*
- 39. O papel da governança regional para o desenvolvimento do turismo na Região das Hortênsias no Rio Grande do Sul** ..... 170  
*Bianca da Silva Trindade; Pedro de Alcântara Bittencourt César; Silvio Luiz Gonçalves Vianna*
- 40. O saneamento como fator imprescindível para o desenvolvimento sustentável** 183  
*Gabriel da Silva Danieli; Rubiane Galiotto; Aulus Eduardo Teixeira de Souza*
- 41. O turismo e os empreendimentos hoteleiros: análise econômico-financeira das empresas do segmento de hotelaria listadas na bolsa de valores (B3 – Brasil, bolsa, balcão) no período de 2012 a 2016** ..... 196  
*Marlei Salete Mecca; Andressa Binotti; Alex Eckert*
- 42. Os custos logísticos de distribuição no custo final do produto** ..... 213  
*Graziele Comoretto Zorzella; Flaviani Souto Bolzan Medeiros*
- 43. Padrão de especialização do comércio internacional do Ceará (1999-2016)** ..... 232  
*Marcelo Schwalm Bender; Laís Viera Trevisan; Alison Geovani Schwingel Franck; Rodrigo Abbade da Silva; Daniel Arruda Coronel*
- 44. Padrão de especialização do comércio internacional do Maranhão (1999-2016)** .. 248  
*Marcelo Schwalm Bender; Laís Viera Trevisan; Alison Geovani Schwingel Franck; Rodrigo Abbade da Silva; Daniel Arruda Coronel*
- 45. Pagamento por serviços ambientais como fórmula de compensação financeira e valoração econômica da natureza: moeda de troca ou defesa do meio ambiente?** ..... 262  
*Elisa Goulart Tavares; Ada Helena Schiessl da Cunha; Bruno Giacomassa Braul*
- 46. Pobreza em suas multidimensões: uma análise econométrica da região nordeste do Rio Grande do Sul** ..... 279  
*Ohanna Larissa Fraga Pereira; Caroline Lucion Puchale*
- 47. Protagonismo de grupos familiares, viticultores na Vinícola Aurora** ..... 293  
*Luciano André Lemos; Nelson Piletti; Júlio César Tonello; Sandra Maria Zeni; Anamaria Pereira Moreira*

<b>48. Protagonismo de uma migração: senegaleses na serra gaúcha .....</b>	<b>308</b>
<i>Vania Beatriz Merlotti Herédia; Geraldine Monteiro Ruffato</i>	
<b>49. Repensar o hiperconsumo entre o desenvolvimento sustentável e o decrescimento .....</b>	<b>321</b>
<i>Moisés João Rech; César August Cichelero; Eduardo Brandão Nunes</i>	
<b>50. Transgênicos e agrotóxicos: relação entre saúde, meio ambiente e economia ..</b>	<b>335</b>
<i>Gisele Boechel; Carolina Matos Kowalski</i>	
<b>51. Um estudo sobre a racionalidade nas organizações de extensão rural: o caso da Emater.....</b>	<b>345</b>
<i>Gustavo Fontinelli Rossés; Renato Santos de Souza; Carla Rosane da Costa Sccott</i>	
<b>52. Uma análise da indústria de transformação no Corede Serra a partir do Quociente Locacional .....</b>	<b>367</b>
<i>Irineu Brinker; Juliana de Oliveira Nascimento; Monique Fernandes Pereira Carvalho; Murilo Máximo Santana Borges</i>	
<b>53. Uma análise do investidor santa-mariense e seu conhecimento acerca dos investimentos indicados para o seu perfil .....</b>	<b>378</b>
<i>Bruna Felin Cerezer; Alexandre Mayer Macagnan; Andreas Dittmar Weise; Lynceo Falavigna Braghirolli; Flaviani Souto Bolzan Medeiros</i>	
<b>54. Viabilidade econômica no transporte rodoviário de veículos .....</b>	<b>397</b>
<i>Eli Fátima Moré Bassanesi; Alex Eckert; Joél Borges Domingues; Marlei Salete Mecca; Maria Salete Goulart Martins Denicol</i>	
<b>55. Planejamento estratégico: diagnóstico e proposta de intervenção em empresa do ramo alimentício .....</b>	<b>409</b>
<i>Leticia Brandão; Vânia Medianeira Flores Costa; Bruna de Vargas Bianchim; Rita de Cássia Trindade dos Santos; Joice Martins Cabral</i>	



## **Apresentação**

Há 16 anos, ocorre o evento denominado “Aspectos Econômicos e Sociais da Região Nordeste do Rio Grande do Sul” (Esaes), na Universidade de Caxias do Sul, criado pelo curso de Ciências Econômicas e, mais recentemente (três anos), feito em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade e Turismo. A comissão organizadora é formada pela Prof<sup>a</sup>. Me. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Carolina Rosa Gullo e pelo Prof. Dr. Silvio Luiz Gonçalves Vianna.

Tal evento tem proporcionado discussões regionais sobre o desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, em âmbito local, envolvendo os municípios de abrangência da UCS, bem como de todo o RS e até de outros estados da Federação, nas diferentes áreas do saber.

Na sua décima sexta edição, o tema escolhido foi “Novo ciclo econômico? Oportunidades e Desafios”, no qual se procurou debater a situação econômica, social, cultural e ambiental do presente, em Caxias do Sul, na região e em nível nacional, tendo em vista o momento econômico e político em que o Brasil se encontra.

A quantidade e a qualidade dos artigos apresentados demonstram a importância que este evento assumiu para a comunidade científica, regional e nacional. Os debates foram absolutamente multi e interdisciplinares, como é de se esperar em um momento tão delicado em nosso País.

Portanto, o presente *e-book*, que encontra-se dividido em dois volumes, é resultado da produção acadêmica de pesquisadores da UCS e de outras instituições, nas áreas de Economia, Direito, Turismo, Contabilidade, entre outras, submetidas a apreciação e ao debate, durante o referido evento, que se realizou nos dias 2 e 3 de outubro de 2017, na Universidade de Caxias do Sul, e que tem a pretensão de oportunizar a outros pesquisadores, como fonte de consulta, o acesso às pesquisas compartilhadas e discutidas.

Por último, cabe um agradecimento à comissão organizadora, aos funcionários que auxiliaram a realização do evento, à coordenação do curso de Ciências Econômicas e ao Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, uma vez que, sem essa colaboração, nada disso seria possível. Além deles, é preciso também agradecer aos nossos apoiadores: Conselho

Regional de Economia do RS (CORECONRS), Associação dos Economistas da Serra Gaúcha (Ecoserra) e Vector Indústria de Produtos Metalúrgicos Ltda.

*Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Carolina Rosa Gullo*

**Palavras-chave:** Economia. Turismo. Desenvolvimento. Ciclo Econômico.



## **Finanças públicas e meio ambiente: estudos dos gastos ambientais e a proposta de educação ambiental, como medida alternativa de proteção ao ambiente**

*Public finance and the environment: environmental expenditure study and the environmental education proposal as an alternative environmental protection measure*

Giovani Orso Borile\*  
Flori Chesani Júnior\*\*  
Cleide Calgaro\*\*\*

**Resumo:** O presente trabalho tem como principal objetivo apresentar a implementação de uma Educação Ambiental como plataforma de proteção ao meio ambiente, atuando como instrumento minimizador dos gastos públicos ambientais. Acredita-se que, com a implantação de uma política ambiental efetiva, diminuir-se-á o dispêndio com questões passíveis de atuação governamental. Os gastos com questões ambientais ocupam parte do orçamento nacional e podem ser restringidas se aplicadas medidas alternativas de combate ao dano ambiental e à preservação dos ecossistemas; para tanto propõe-se uma série de medidas que contribuem para o “decremento” dessas expensas. Para fundamentar o presente estudo, foi utilizada bibliografia na área ambiental e da administração pública, com revisão da literatura sobre o tema e análise interpretativa, por intermédio do método hermenêutico, vislumbrando-se uma resposta ao problema de pesquisa.

**Palavras-chave:** Finanças públicas. Meio ambiente. Gastos ambientais. Educação ambiental. Políticas públicas.

---

\* Mestrando em Direito Ambiental pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Graduado em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Graduando em Sociologia pela Universidade paulista (UNIP). Integrante do Grupo de Pesquisa “Metamorfose Jurídica”. CV: <http://lattes.cnpq.br/9063196599611399>. E-mail: [goborile@ucs.br](mailto:goborile@ucs.br)

\*\* Mestrando em Direito Ambiental pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). CV: <http://lattes.cnpq.br/4857214788393430>. E-mail: [chesani@gmail.com](mailto:chesani@gmail.com)

\*\*\* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Pós-Doutora em Filosofia e em Direito ambos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutoranda em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Direito e em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Atualmente é professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado – e na Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa “Metamorfose Jurídica”. CV: <http://lattes.cnpq.br/8547639191475261>. E-mail: [ccalgaro1@hotmail.com](mailto:ccalgaro1@hotmail.com)

**Abstract:** The main objective of this work is to present the implementation of an Environmental Education as a platform to protect the environment, acting as an instrument to minimize public environmental expenditures. It is believed that the implementation of an effective environmental policy will reduce the expenditure with issues that are subject to governmental action. Expenditures on environmental issues are part of the national budget and can be curtailed if alternative measures to combat environmental damage and preservation of ecosystems are implemented, for which a series of measures are proposed that contribute to the reduction of these costs. To support the present study, bibliographies were used in the environmental and public administration areas, with a review of the literature on the subject and interpretative analysis through the hermeneutical method, with a response to the research problem.

**Keywords:** Public finance. Environment. Environmental expenditures. Environmental education. Public policy.

## **Introdução**

O presente estudo tem como principal objetivo propor a implementação da Educação Ambiental, como instrumento alternativo de proteção dos recursos naturais, atuando como meio minimizador dos gastos públicos, referentes à gestão ambiental e conservação do meio ambiente.

Pretende-se demonstrar que com a implantação de um sistema de política ambiental efetiva, haverá diminuição do dispêndio com questões ambientais passíveis de uma atuação governamental direta. (GUIMARÃES; CARNEIRO; DOWELL, 1992).

Os gastos com questões ambientais ocupam parte importante do orçamento nacional e podem ser reduzidas, se aplicadas medidas alternativas de combate ao dano ambiental e à preservação dos ecossistemas. Para tanto, propõem-se uma série de medidas que contribuem para o “decrescimento” dessas expensas, através do auxílio da sociedade, em que a população, na figura dos atores sociais, poderá atuar de forma próxima no deslinde das questões ambientais. (BUENO; OLIANA; BORINELLI, 2013).

Na primeira seção, faz-se uma análise acerca dos principais gastos públicos em matéria ambiental, apresentando-se a problemática com base nas doutrinas e na bibliografia da área ambiental e da administração pública, desenvolvendo-se uma revisão de literatura sobre o tema e analisando, por meio da metodologia hermenêutica, a conjuntura apresentada, posteriormente; vislumbrando-se uma resposta ao problema de pesquisa, propõe-se numa segunda seção, a ideia de educação ambiental e conscientização da população como meio de subsidiar a

preservação do meio ambiente, auxiliando o Estado na tarefa de mantê-lo equilibrado e saudável para as presentes e futuras gerações.

Nesse sentido, tendo em vista que a Educação Ambiental presta auxílio e desempenha uma atividade de suporte, tem suma importância aderir a essa prática benéfica, que ensinará o exercício da cidadania, por meio dos instrumentos de participação popular e do engajamento dos cidadãos, garantindo-se, dessa forma, a minimização dos gastos públicos com questões ambientais, que podem ser resolvidas inicialmente no plano local.

### **Dos gastos públicos em matéria ambiental**

Inicialmente, salienta-se que o gasto público é o desembolso realizado por uma entidade do governo (OYOLA, 2006), desde que autorizado pela autoridade competente, fitando o cumprimento de interesses coletivos. Caracteriza-se numa função do estado e constitui uma de suas ferramentas estatais mais importantes, uma vez que possibilita ao governo exercer um forte impacto sobre o desenvolvimento, seja por meio da criação de condições produtivas necessárias (bens públicos), da implantação de políticas de transferência, que contribuam para diminuir a concentração de riqueza, seja através de ações que possibilitem amenizar os efeitos negativos das falhas de mercado.

Pode-se salientar que os gastos públicos envolvem questões administrativas, políticas e ideológicas, pois demonstram como e onde são recolhidos e alocados os recursos públicos. Portanto, nesse sentido torna-se necessário monitorar os gastos públicos executados, a fim de obter subsídios para controlá-los de forma seletiva, tornando-os mais produtivos e eficientes. (OYOLA, 2006).

No presente estudo pretende-se desenvolver, mais especificamente, o âmbito dos chamados gastos defensivos, entendidos como aquelas provisões de gastos para reparação do meio ambiente (OYOLA, 2006), a fim de atenuar, antecipar e prevenir os danos do processo econômico, em sociedades industriais, ou causas que possam degradar o meio ambiente e as condições de vida em geral. (PRATES; SERRA, 2009).

Observa-se que o gasto público com o meio ambiente surgiu da necessidade de se investir na conservação e recuperação do meio ambiente. (BORINELLI et al., 2011). Outrossim, há necessidade de implantação de uma política alternativa de conservação ambiental, promovendo-se, assim, a

educação ambiental e a participação popular, como meio de amparo ao Poder Público, no que tange aos meios de proteção do ambiente natural. (CÁCERES, 2014).

Pode-se salientar que estudar o gasto ambiental implica verificar as ações produzidas pelo gasto público ambiental, e disponibilizar à sociedade informações sobre o gasto ambiental e como ele foi alocado, de forma a permitir evolução na transparência pública (CRUZ; MARQUES; FERREIRA, 2009), além da necessidade de se encontrar o investimento adequado, possibilitando políticas públicas realmente efetivas, bem como, corroborando-se para a ideia de que o estudo do gasto ambiental pode auxiliar as sociedades a preservarem seus territórios e a melhorar a disposição dos governantes, na alocação dos recursos necessários ao meio ambiente. (BUENO; OLIANA; BORINELLI, 2013).

Moura (2016) em pesquisa realizada acerca dos Gastos Ambientais Federais, nos anos 2002 a 2015, pormenoriza:

Nesse sentido, consideram-se como gastos ambientais aqueles efetuados para financiar atividades cujo propósito fundamental é a prevenção, o controle, a redução e a eliminação da contaminação, assim como a promoção, o fomento e o cuidado com o meio ambiente. [...] A pesquisa identificou os GAFs do período 2004-2014. Verificou-se que os gastos orçamentários (valor executado) destinados às atividades ambientais aumentaram gradativamente, em valores absolutos, no período 2004-2009, passando de R\$ 1,96 bilhão, em 2004, para R\$ 8,27 bilhões, em 2009. Proporcionalmente aos gastos totais do governo federal (GTFs), os GAFs também aumentaram em quase quatro vezes, passando de 0,12% para 0,43%. Porém, a partir de 2010 os GAF começam a decair ano a ano, tanto em valores absolutos quanto em relação aos GTFs. Chegam a R\$ 4,47 bilhões em 2014 e passam a representar apenas 0,20% dos gastos no orçamento federal – uma queda de cerca de 50% dos valores relativos a 2009, ano de maior gasto em atividades ambientais, no decênio 2004-2014. (MOURA, 2016, p. 1).

Outrossim, embora existam oscilações entre o valor dos gastos públicos em matéria ambiental é imperioso destacar que a adoção de mecanismos eficientes de auxílio estatal é fundamental para o alívio dos gastos públicos, sendo útil desta feita a implementação de políticas públicas de caráter ambiental, como meio suplementar de conservação do patrimônio natural. (HEIN; DOTTO; SILVA, 2017).

Apresentar-se-á, portanto, a proposta de Educação Ambiental como forma acessória de resolução das constantes ecológicas atuais que demandam uma infinidade de despesas das finanças públicas. Pode-se desenvolver, no plano

local, as mais variadas formas de atuação conjunta e acessória, que minimizarão os gastos tanto no âmbito federal como no estadual e municipal.

## **Educação ambiental como proposta de minimização dos gastos ambientais**

Há de se mencionar que a educação ambiental deve envolver uma perspectiva pedagógica, atuar na preparação da cidadania. Tornando as pessoas capazes para ajudar na construção de um projeto político, social, educacional, ecológico e econômico, que atue na busca de soluções e dinâmicas voltadas para o bem-estar social e para a vida humana digna e em harmonia com a natureza. (SILVA, 2013).

Tal educação corrobora valores e ações que contribuem para a transformação humana e social, estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade, requerendo, portanto, responsabilidade individual e coletiva. É possível dizer que a educação ambiental pode cumprir o seu papel, pois o dever de preservação cabe ao Estado e a coletividade, uma vez que o meio ambiente não é um bem privado ou público, mas bem de uso comum do povo. Neste sentido, é importante ressaltar que todo indivíduo tem direito à vida, incluído está o meio ambiente equilibrado, pois este é uma das condições essenciais à existência da vida em toda a sua plenitude e dignidade humana. (SILVA, 2013).

A Educação Ambiental surge como plataforma de minimização dos gastos públicos com o meio ambiente (LEMONS; YOUNG; GELUDA; 2005), sua conservação, reparação e manutenção, de modo que se propõe uma conscientização da sociedade, a partir da informação e publicização das questões ambientais globais, por meio dos instrumentos da comunicação midiática ou demais formas de transmissão de conhecimento, nas quais a indução de boas maneiras de convivência com a natureza e a abertura de oportunidades para o cidadão poderão viabilizar uma gerência coletiva e participativa da questão (GUANDALINI; BORINELLI; GODOY, 2013), de modo acessório e suplementar, de modo que “[...] a proposta trazida pela Educação Ambiental possui como fundamentos inúmeros aportes protetivos fundados em aspectos normativos e positivistas que propagam a proteção ambiental fundada na legislação” (BORILE; CALGARO, 2017, p.

5), não apenas no sentido jurídico, normativo e protetivo, mas também na resolução da questão pedagógica e informativa.

A adoção desse novo paradigma possibilita a substituição dos gastos oriundos com limpeza e manutenção de redes fluviais, por causa de poluição ou, ainda, gastos com limpeza de áreas de preservação terrestre ou marítima, desde que haja comprometimento por parte dos cidadãos em não poluir, danificar ou explorar onde não é permitido. Dessa forma os gastos com reparação ambiental (DANTAS et al., 2014) serão poupados e haverá uma redistribuição dos valores para áreas que demandam urgência, como, por exemplo, saúde e infraestrutura.

### **Considerações finais**

Assim, por fim, analisando-se a temática, é possível concluir que a educação ambiental configura-se como meio eficiente de combate aos danos ambientais, não por agir diretamente sobre a questão ecológica, mas por seu poder pedagógico e instrumental, que viabiliza a adoção de mecanismos efetivos de preservação ambiental.

A educação ambiental, ao possibilitar a ampliação do leque de informações em todo tipo de público, tende a viabilizar a conscientização do cidadão e impulsionar os métodos de gerência participativa da problemática ambiental.

A instituição de uma nova forma de pensar revoluciona a forma como o cidadão, enquanto indivíduo e comunidade, se relaciona com o meio ambiente. Permite uma reflexão acerca da necessidade de preservação do patrimônio ecológico e desenvolve o senso diferenciado de interação com os recursos naturais, não mais com uma perspectiva exploratória e extrativista, nem poluidora ou expropriatória, mas como conservacionista.

Ao evidenciar-se que os gastos com questões ambientais (TRIDAPALLI et al., 2010) ocupam parte do orçamento nacional e podem ser restringidos, se aplicadas medidas alternativas de combate ao dano ambiental e preservação dos ecossistemas, propõe-se a educação ambiental como medida que contribui para o “decremento” dessas despesas. (ROCHA, 2011).

Iniciando-se com a população mais jovem até os indivíduos adultos, esta é a proposta da educação ambiental: educar, conscientizar e advertir a todos acerca da necessária tutela do ambiente, como forma de perpetuação da vida em todos os seus aspectos, possibilitando que o Poder Público minimize seus gastos (PACHECO et al., 2015) e redimensione suas despesas para pontos que



demandem urgência; outrossim, esta nova perspectiva corrobora a ideia de democracia participativa ou engajamento popular, possibilitando a execução de um plano efetivo de minimização de gastos públicos, com a implantação de uma política ambiental efetiva, na qual diminui-se o dispêndio com questões passíveis de atuação governamental.

### Referências

BORILE, Giovani Orso; CALGARO, Cleide. Ética do ambiente e educação ambiental. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, Málaga, n. 58, set. 2017. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/atlante/index.html>>. Acesso em: 24 set. 2017.

BORINELLI, B. et al. Gastos públicos em meio ambiente no Estado do Paraná: uma análise exploratória para o período de 2002 a 2009. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 15, n. 1, p. 99-108, 2011. Disponível em: <[www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/508/849](http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/508/849)>. Acesso em: 24 set. 2017.

BUENO, Wellington; OLIANA, Fernando; BORINELLI, Benilson. O estudo do gasto público em meio ambiente. **Economia & Região**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 118-133, jan./jul. 2013. Disponível em: <[www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/12711](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/12711)>. Acesso em: 24 set. 2017.

CÁCERES, V. L. El gasto público ambiental de la provincia de Buenos Aires, Argentina (1997-2012). **Revista ABRA**, v. 34, n. 49, p. 1-24, 2014. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/...El\\_gasto\\_publico\\_ambiental\\_de\\_l..](https://www.researchgate.net/...El_gasto_publico_ambiental_de_l..)>. Acesso em: 24 set. 2017.

CARNEIRO, Pedro Erik Arruda. Modelo de mudanças climáticas com gastos públicos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 49-88, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v30n1/02.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

CRUZ, C. F. da.; MARQUES, A. L.; FERREIRA, A. C. de S. Informações ambientais na contabilidade pública: reconhecimento de sua importância para a sustentabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 7-23, 2009. Disponível em: <[csearsouthamerica.net/events/index.php/csear/csear2009/paper/download/25/25](http://csearsouthamerica.net/events/index.php/csear/csear2009/paper/download/25/25)>. Acesso em: 24 set. 2017.

DANTAS, M.K. et al. Análise dos gastos públicos com gestão ambiental no Brasil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 8, n. 3, p. 52-68, 2014. Disponível em: <<https://www.revistargsa.org/rgsa/article/view/959>>. Acesso em: 24 set. 2017.

GUANDALINI, N. N.; BORINELLI, B.; GODOY, D. F. S. Gastos públicos ambientais nas capitais dos estados brasileiros: um estudo exploratório no período de 2002 a 2010. **UNOPAR Cient.: Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 14, n. 2, p. 207-216, 2013. Disponível em: <[www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/juridicas/article/view/406](http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/juridicas/article/view/406)>. Acesso em: 24 set. 2017.

GUIMARÃES, P. C. V.; CARNEIRO, J. M. B.; DOWELL, S. M. Gasto na gestão ambiental no Estado de São Paulo: um estudo preliminar. **Rev. Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 155-

71, 1992. Disponível em: <[bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8804/7559](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8804/7559)>. Acesso em: 24 set. 2017.

HEIN, André Fernando; DOTTO, Marinês Luiza Guerra; SILVA, Nardel Luiz Soares da. Gastos com gestão ambiental no setor público e sua relação com a concepção de cidades sustentáveis.

**Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 7, n. 2, Jul., 2017. Disponível em:

<<https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/825/677>>. Acesso em: 24 set. 2017.

LEMOS, R. A. B.; YOUNG, C. E. F.; GELUDA, L. Orçamento público para gestão ambiental: uma análise voltada para as áreas protegidas. In: SIMPÓSIO DE ÁREAS PROTEGIDAS, 3., 2005, Pelotas-RS. **Anais...** 2005. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/2005-2.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Dimensionamento e acompanhamento do gasto ambiental federal. **Boletim regional, urbano e ambiental**, n. 15, jul./dez., 2016. Disponível em: <[repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7118/1/BRU\\_n15\\_Dimensionamento.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7118/1/BRU_n15_Dimensionamento.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2017.

OYOLA, L. M. El gasto público en medio ambiente: un análisis comparativo del caso de España y Andalucía. **Revista de Estudios Andaluces**, n. 26, p. 123-148, 2006. Disponível em: <[idus.us.es/xmlui/handle/11441/18353](http://idus.us.es/xmlui/handle/11441/18353)>. Acesso em: 24 set. 2017.

PACHECO, Larissa Marchiori et al. Gastos públicos ambientais: uma revisão integrativa da literatura e agenda para estudos futuros. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 17., 2015, São Paulo-SP. **Anais...** 2015. Disponível em: <<http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/166.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

PRATES, R. C.; SERRA, M. O impacto dos gastos do governo federal no desmatamento no Estado do Pará. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 95-116, 2009. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512009000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000100005)>. Acesso em: 24 set. 2017.

ROCHA, É. R. P. da. **Análise do gasto público em gestão ambiental no período 2003-2010: interfaces entre Conservação Ambiental e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

SILVA, Hellen Crisley de Barros Franco da. Direitos humanos e o meio ambiente: a educação ambiental como direito fundamental. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 108, jan 2013. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12688](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12688)>. Acesso em: 24 set. 2017.

TRIDAPALLI, J. P. et al. Análise dos gastos ambientais no setor público brasileiro: características e propostas alternativas. In: ENCONTRO DA ANPAD, 34., 2010, São Paulo-SP. **Anais...**, 2010. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/apb1027.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.



## Flexibilização ou precarização? As condições do trabalho terceirizado em Caxias do Sul-RS

*Relaxation or precariousness? The conditions of outsourced work at Caxias do Sul-RS*

Lucas Demeda\*  
Pablo Eduardo Vailatti\*\*  
Rute Martins Degrande\*\*\*  
Yasmin Zanesi#  
Lodonha Coimbra Soares###

**Resumo:** Este artigo analisa, com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), as condições de trabalho do trabalhador terceirizado em Caxias do Sul, nos anos de 2006 e 2015, e as compara com as condições do trabalhador diretamente contratado. Com base em bibliografia prévia, o estudo concentrou-se nas áreas de montagem e manutenção de equipamentos; segurança/vigilância; tecnologia da informação; limpeza e conservação; telemarketing, e pesquisa e desenvolvimento, consideradas tipicamente terceirizáveis. Após passar pela conceituação e contextualização da terceirização, a partir da lei vigente no Brasil, constatou-se que a remuneração recebida pelos terceirizados é inferior, e eles permanecem menos tempo no emprego. A exceção é o setor de vigilância, único em que há mais trabalhadores terceirizados do que diretamente contratados.

**Palavras-chave:** Terceirização. Relações de trabalho. Emprego. Caxias do Sul-RS.

**Abstract:** This article analyzes, based on data from the *Relação Anual de Informações Sociais* (RAIS), the labour conditions of the outsourced worker in Caxias do Sul in the years of 2006 and 2015, and compares them with the conditions of the directly hired worker. Based on previous bibliography, the study focus on the areas of equipment assembly and maintenance; security/surveillance; information technology; cleaning and conservation; telemarketing; and research and development, considered typically outsourced. After going through the conceptualization and contextualization of the practice of outsourcing, it was found that the

---

\* Estudante de Ciências Econômicas e bolsista no Observatório do Trabalho da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7400835600149966>. E-mail: [lucasdemed@gmail.com](mailto:lucasdemed@gmail.com).

\*\* Estudante de Ciências Econômicas e bolsista no Observatório do Trabalho da UCS. E-mail: [pevailatti@ucs.br](mailto:pevailatti@ucs.br).

\*\*\* Estudante de Ciências Econômicas e bolsista no Observatório do Trabalho da UCS. E-mail: [rmgdegrande@ucs.br](mailto:rmgdegrande@ucs.br).

# Estudante de Ciências Contábeis e bolsista do Observatório do Trabalho da UCS. E-mail: [yzanesi@ucs.br](mailto:yzanesi@ucs.br).

### Orientadora do Trabalho. Professora na UCS e coordenadora do Observatório do Trabalho da mesma Instituição. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5459634273010526> E-mail: [Impcsoar@ucs.br](mailto:Impcsoar@ucs.br).

remuneration received by the outsourced worker is lower and he remain less time in employment. The surveillance sector constitutes the only exception and it's the only one in which there are more outsourced workers than directly hired ones.

**Keywords:** Outsourcing. Labour relations. Jobs. Caxias do Sul-RS.

## **Introdução**

A terceirização, estudada a partir da perspectiva da força de trabalho, é um tema que carece de investigações acadêmicas. Tal fato ficou explícito durante o debate público que antecedeu a aprovação da Lei 13.429<sup>1</sup> (BRASIL, 2017), norma que ampliou as possibilidades de contratação de mão de obra terceirizada no Brasil. A nova legislação autoriza a contratação de mão de obra intermediada de empresa especializada para todas as atividades econômicas. Até então, essa modalidade de contratação estava limitada às atividades-meio (TST, 2011) – consideradas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) como aquelas que não constituem a finalidade principal das organizações – ou em contratos temporários.

Os setores da sociedade que se opõem à medida, como entidades de classe que representam os trabalhadores e membros de órgãos fiscalizadores do trabalho,<sup>2</sup> alertam para a possibilidade de precarização de mão de obra aberta com a nova legislação. Para eles, o principal (se não único) benefício que a terceirização da mão de obra pode dar aos empregadores é a redução do custo do trabalho, por meio de maior exploração do empregado e redução de direitos.

Já os defensores das mudanças – como o governo federal e as associações representantes do setor produtivo<sup>3</sup> – centram-se no argumento de que as regras vigentes eram ultrapassadas e travavam o desenvolvimento da indústria e do mercado de trabalho brasileiro. Para eles, uma economia cada vez mais

---

<sup>1</sup> A legislação foi aprovada no dia 31 de abril de 2017.

<sup>2</sup> A Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) foram algumas das entidades que emitiram manifestos contra a medida. Disponível em: <<https://goo.gl/pKcmqP>>, <<https://goo.gl/zLX7h2>> e <<https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/25134-anamatra-critica-aprovacao-de-projeto-de-lei-que-liberou-terceirizacao-irrestrita>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

<sup>3</sup> Manifestos em defesa da medida podem ser encontrados nos *sites* do Palácio do Planalto, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Confederação Nacional da Indústria (CNI). Disponível em: <<https://goo.gl/8cFTcp>>; <<https://goo.gl/2gUbdT>>; e <<https://goo.gl/pVX7S8>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

especializada e dinâmica não comporta mais organizações verticalizadas que controlem todas as etapas do processo de produção de bens e serviços.<sup>4</sup>

É difícil dizer quem está certo. Embora exista farta literatura no âmbito organizacional sobre os possíveis benefícios da terceirização para as empresas, é mais difícil encontrar algo que diga respeito aos impactos desta modalidade de contratação da mão de obra, justamente o âmbito que dividiu os lados da discussão recente no País.<sup>5</sup> A ausência de estudos se explica: não há dados diretos sobre os trabalhadores terceirizados do Brasil.

Uma iniciativa exemplar de trabalhar o tema partiu do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) que, em parceria com a CUT, desenvolveu um estudo apoiado pelos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS),<sup>6</sup> do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). A pesquisa consistiu em comparar as condições de trabalho de todos os trabalhadores formais do país (como remuneração, jornada de trabalho e rotatividade, entre outras), com as condições dos trabalhadores que atuam em setores cuja terceirização é recorrente. As condições de trabalho destes últimos aparecem como sensivelmente piores (DIEESE, 2017).

O esforço, porém, é criticado por comparar trabalhadores de setores diferentes da economia, conforme Stein, Zylberstajn e Zylberstajn (2015). Os autores publicaram, no âmbito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), um estudo econométrico com a tentativa de comparar a remuneração dos trabalhadores terceirizados e diretamente contratados. Também utilizando dados da RAIS, eles filtraram somente os trabalhadores cuja ocupação foi considerada tipicamente terceirizada. Foram comparados, então, os trabalhadores nestas ocupações que atuam em setores considerados tipicamente terceirizados e os que atuam no restante dos setores. O estudo também considerou importante acompanhar o mesmo trabalhador a cada ano.<sup>7</sup> A iniciativa aponta que há diferença de salários, mas ela cai para 3%, quando se removem diferenças externas entre os trabalhadores, como grau de escolaridade e idade, por exemplo; e que os

---

<sup>4</sup> É pertinente ressaltar que o controle de todas as etapas do processo produtivo interessa, e muito, às multinacionais. A tendência à superespecialização parece se dar somente no âmbito do trabalho.

<sup>5</sup> Estudos no âmbito da sociologia do trabalho constituem notável exceção, porém, via de regra, acabam restritos ao ambiente acadêmico e ganham pouco espaço no debate público.

<sup>6</sup> A base de dados da RAIS é composta pelos dados declarados obrigatoriamente pelos empregadores ao governo federal; portanto, pode ser considerada um censo do mercado de trabalho formal brasileiro.

<sup>7</sup> Opção que não está disponível nos bancos de dados públicos da RAIS.

terceirizados podem ganhar mais que os diretamente contratados em setores que exigem mais qualificação.

O presente artigo busca, influenciado pelas iniciativas apresentadas, comparar as condições dos trabalhadores terceirizados com os diretamente contratados na cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, nos anos de 2006 e 2015, também utilizando os dados da RAIS, para descobrir se elas diferem das do trabalhador diretamente contratado.

O trabalho se estrutura em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais: a primeira define o conceito de terceirização e apresenta brevemente a lei vigente sobre o tema, por meio de revisão bibliográfica e análise documental; a segunda contextualiza a prática no cenário nacional, a partir das mudanças recentes nas relações de trabalho capitalistas; a terceira explica o método de análise dos dados estatísticos utilizada para a comparação das condições dos trabalhadores, e a quarta expõe os resultados obtidos.

### **Terceirização: legislação e conceitos**

O conceito de terceirização varia a partir do âmbito de estudo escolhido. Russo (2010) fornece três definições sintéticas.

É a tendência de transferir para terceiros as atividades que não fazem parte do negócio principal da organização; é uma tendência moderna que consiste na concentração de esforços nas atividades essenciais, delegando para terceiros as complementares; é um processo de gestão pelo qual se repassam algumas atividades para terceiros – com os quais se estabelece uma relação de parceria –, ficando a organização concentrada apenas em tarefas essencialmente ligadas ao negócio em que atua. (Russo, 2010. p. 37).

Trata-se de definições, evidentemente, organizacionais. Não citam a força de trabalho em nenhum momento e situam a terceirização como “tendência moderna”. O próprio autor, no entanto, cita Landes (1999), ao recordar que a terceirização pode ser traçada ao século XIII. De acordo com Landes, após o fim da Idade Média, os comerciantes europeus iniciaram a contratação de mulheres e crianças de zonas rurais, para baratear os custos de produção das mercadorias, fugindo das restrições das guildas urbanas de artesãos.

Landes (1999) descreve o processo, como parte das sucessivas eliminações de barreiras que abriram caminho para o progresso capitalista. Essa visão harmônica tem seu contraponto em Marx (apud HUNT, 2005), para quem o

processo faria parte da acumulação primitiva, que permitiu o surgimento da classe capitalista e o início das estruturas de exploração do trabalho vigentes.

As contradições não escapam a Jones e Kierzkowski (2005), que assinalam que, já na época, a terceirização provocava conflitos de interesses muito familiares à contemporaneidade. De fato, a primeira tentativa de terceirização registrada já tinha o intuito de baratear a produção diminuindo o custo do trabalho e enfrentou resistência de interesses estabelecidos para manter seus direitos ou privilégios, algo que se repete oito séculos mais tarde.

Landes conceitua a prática medieval como *putting out*, expressão que aparece em português como o trabalho por “tarefa” de “trabalhadores de fora”. (LANDES, 1999, p. 46). Em Jones e Kierzkowski (2005), encontra-se o termo *outsourcing*, amplamente difundido, definindo a transferência parte das atividades de uma empresa para o espaço de outra firma ou até outro país. Os autores defendem, porém, o uso de *fragmentation*, a contratação de serviços que quebram a produção verticalizada em fragmentos separados. Seu estudo, porém, é focado no problema da geografia econômica e a mobilidade da produção e das organizações.

Nenhum dos exemplos expostos até aqui fala, diretamente, sobre as relações de trabalho. Para isso, há de se recorrer ao direito. Martins diz:

Consiste a terceirização na possibilidade de contratar terceiro para a realização de atividades que geralmente não constituem o objeto principal da empresa. Essa contratação pode compreender tanto a produção de bens como serviços, como ocorre na necessidade de contratação de serviços de limpeza, de vigilância ou até de serviços temporários. (2010, p. 10).

Essa é a definição que corresponde à lei que se aplicava no Brasil até o início de 2017. A terceirização era regulada no país pela Súmula 331 do TSE (2011). O trabalho terceirizado era proibido, exceto em atividades que não constituem a finalidade da empresa, consideradas atividades-meio. Uma universidade poderia contratar vigilantes por meio de uma prestadora de serviços, mas não professores, por exemplo.

Apesar dos conceitos de terceirização tanto em Russo (2010) quanto em Martins (2010) estarem intimamente ligados à sua aplicação em atividades complementares da empresa, nunca houve definição precisa do que constitui uma atividade-meio, conforme Stein, Zylberstajn e Zylberstajn (2015). De fato, o conceito era usado pelo TSE de maneira orientativa, como forma de coibir a descaracterização de certas categorias e tentativas de burlar a legislação

trabalhista por meio da terceirização, como casos em que bancos contrataram funcionários administrativos, no lugar de bancários, com o intuito de contornar a jornada de trabalho-limite da categoria. (MARTINS, 2010).

Mesmo assim, pode-se interpretar que a terceirização na atividade-fim, a finalidade principal da empresa, é comum e tradicional em alguns setores, como no caso de companhias têxteis, que terceirizam todo o processo produtivo para confecções menores, mantendo apenas a propriedade da marca do produto. Em tais casos, muitas vezes, há várias irregularidades trabalhistas na cadeia de produção.<sup>8</sup>

A Lei 13.429 (BRASIL, 2017), oriunda de projeto de 1998, modificou a Lei 6.019 (BRASIL, 1974), que regulava o trabalho temporário e passou a dispor também sobre a contratação intermediada de mão de obra. Além de permitir explicitamente a terceirização em atividades-fim, possibilita que uma empresa prestadora de serviços de mão de obra possa contratar outra empresa intermediadora (prática conhecida como quarteirização), e diminui o volume de capital mínimo necessário para esse tipo de organização operar.

### **Terceirização: contexto e aplicações**

Ao estudar a terceirização, a partir das transformações nas relações de trabalho, é possível rastrear sua utilização no mundo contemporâneo, a partir da segunda metade do século XX, no Japão, berço do toyotismo. O toyotismo se constitui como modelo organizacional na indústria, a partir da busca de maior eficiência do trabalho e produtividade, por meio da implantação de novas técnicas de gestão do trabalho e reestruturação produtiva. (ANTUNES, 1995).

A prática surge como contraponto ao fordismo, cuja produção padronizada em série e baseada na extrema divisão do trabalho dominava o capitalismo industrial. Como modo de aumentar a lucratividade, o toyotismo aposta em um processo de produção flexível, com o foco de atender a demanda do consumidor, trabalhando a partir de pedidos e a manutenção do estoque mínimo. Para ganho de agilidade no processo, aposta na utilização de subcontratadas para atender partes do processo de produção.

---

<sup>8</sup> A ONG Repórter Brasil apresenta um dossiê de casos em que a precarização do trabalho nas confecções contratadas pela indústria da moda configuram trabalho análogo à escravidão no Brasil. Disponível em: <<https://goo.gl/nfPbwU>>. Acesso em: 25 jun. 2017.



Tal configuração exige também a flexibilização da relação de trabalho. Se, no fordismo, consolidou-se uma estruturação vertical da produção, no toyotismo a horizontalização reduz

o âmbito de produção da montadora [...] estendendo-se às subcontratadas, às “terceiras”, a produção de elementos básicos, que no fordismo são atributos das montadoras. Essa horizontalização acarreta também, no toyotismo, a expansão desses métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, kanban, just in time, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente. (ANTUNES, 1995, p. 46).

Para alguns autores, essa configuração constitui uma intensificação da exploração do trabalho, já que desestrutura as instituições e os processos de luta sindical e trabalhista existentes e torna o trabalhador refém de um ritmo de trabalho intermitente e configurado a partir de estritos padrões de qualidade, enquanto no fordismo ele estava sujeito, “apenas”, ao tempo da máquina. (ALVES, 2000).

No Brasil, tais elementos começam a aparecer com mais intensidade nos anos 1990, quando se enxerga a necessidade de aumentar a produtividade do capital, como forma de adequação à concorrência internacional. No entanto, a configuração do sistema de “acumulação flexível” japonês, aqui, tomou muito mais a forma de precarização da força de trabalho do que do aumento da eficiência propriamente dito.

Conforme Antunes (1995, p. 128), as empresas “passaram a buscar, além de isenções fiscais, níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho, combinados com uma força de trabalho sobrando, sem experiência sindical e política, pouco ou nada taylorizada, fordizada e carente de qualquer trabalho”. Em suma, o trabalho precarizado ou desregulado, burlando legalmente ou ilegalmente as normas que regem o âmbito, aumenta no País, a partir fim do século XX, tendo na terceirização uma de suas vertentes.

## **Metodologia**

Este trabalho busca, apoiado por iniciativas prévias, descobrir se as condições objetivas de trabalho do terceirizado diferem da do trabalhador diretamente contratado. Como já mencionado, não é possível identificar os

trabalhadores terceirizados por meio dos dados públicos sobre o mercado de trabalho brasileiro.

Com o apoio da RAIS, no entanto, é possível estimá-los. Segue-se, aqui, o método utilizado por Stein, Zylberstajn e Zylberstajn (2015). Os autores partiram de sondagem da CNI (2014), para identificar quais são as ocupações tipicamente terceirizáveis no Brasil contemporâneo. Essas ocupações foram compatibilizadas com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Em seguida, foram definidos os tipos de empresas que atuam com a intermediação desta mão de obra terceirizada, por meio de busca na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Foram consideradas as atividades econômicas das empresas e ocupações agrupadas nos segmentos de: montagem e manutenção de equipamentos; segurança/vigilância; tecnologia da informação (TI); limpeza e conservação; telemarketing; e pesquisa e desenvolvimento (P & D). Esses segmentos não dão conta do universo total de terceirizados, mas servem de auxílio para operacionalizar o estudo do tema.

Tanto as classificações da CNAE quanto da CBO são padronizadas e podem ser filtradas pela RAIS. Assim, foi possível identificar os trabalhadores em ocupações tipicamente terceiras que atuam em setores tipicamente terceiros, que foram considerados terceirizados. Por exemplo: considerou-se que um funcionário que trabalha com limpeza e está vinculado a uma prestadora de serviços de limpeza é, provavelmente, um terceirizado. Já outro que trabalha na mesma função, mas tem vínculo com uma escola, não o é. É possível que, por esse método, um trabalhador seja classificado incorretamente como terceirizado (caso de um vigilante que trabalha na sede de uma empresa de vigilância, por exemplo), mas considera-se que esses casos são insignificantes e não afetam a análise final.

Com o universo definido, foram realizadas comparações entre os trabalhadores nas ocupações selecionadas, que trabalham em setores tipicamente terceiros e os trabalhadores nas ocupações selecionadas que trabalham em todos os outros setores, buscando revelar diferenças na configuração de seus vínculos.

Optou-se por concentrar a pesquisa no Município de Caxias do Sul, em consonância com os objetivos do Núcleo de Desenvolvimento e Inovação (NID) Observatório do Trabalho da Universidade de Caxias do Sul, âmbito no qual o trabalho foi realizado. Foram analisados os vínculos de trabalho ativos, no fim

dos anos de 2006 e 2015, períodos de expansão e retração do mercado de trabalho brasileiro.

Há uma diferença importante em relação ao esforço presente e o trabalho de Stein, Zylberstajn e Zylberstajn (2015). Enquanto os autores buscaram “suprimir” as características diferenciais dos trabalhadores, como grau de escolaridade e idade, por exemplo, para obter uma comparação mais “pura” da remuneração dos trabalhadores, aqui esses fatores foram mantidos e considerados importantes para análise. Trata-se de determinantes que podem definir padrões de acesso a certos tipos de vínculos empregatícios e, sendo parte da realidade social, não podem ser ignorados.

## As condições de trabalho do terceirizado

A Tabela 1 mostra os trabalhadores selecionados para a pesquisa. Estes trabalhadores compõem 9,9% do total de vínculos formais do Município em 2006 e 11,4% em 2015. Do universo em análise, 17,6% eram terceirizados em 2006 e 21,6% em 2015.

**Tabela 1** – Postos de trabalho formais terceirizados e próprios em setores selecionados e participação relativa dos terceirizados (Caxias do Sul, 2006 e 2015)

Setores	2006			2015		
	Terceiros	Próprios	P. Rel. Terceiros	Terceiros	Próprios	P. Rel. Terceiros
Montagem e manutenção de equipamentos	105	6.552	1,6%	91	7.608	1,2%
Segurança/vigilância	1.413	628	69,2%	2.176	1.205	64,4%
Tecnologia da informação	165	570	22,4%	754	933	44,7%
Limpeza e conservação	677	3.041	18,2%	1.013	4.483	18,4%
Pesquisa e desenvolvimento	0	108	0,0%	0	268	0,0%
Telemarketing	9	162	5,3%	18	251	6,7%
Total	2.369	11.061	17,6%	4.052	14.748	21,6%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em RAIS/MTPS (2017).

Entre os seis setores analisados, observou-se que a terceirização está presente em cinco: não havia trabalhadores ligados à pesquisa e ao desenvolvimento, trabalhando em firmas prestadoras do serviço na cidade.

Percebe-se que a terceirização está consolidada no setor de segurança/vigilância, em que mais de 60% dos vínculos são da modalidade. No setor de tecnologia da informação, a participação dos terceirizados passou de

cerca de 20% em 2006 para quase 45% em 2015. Nos dois anos, os terceirizados representavam quase um quinto dos empregados de limpeza e conservação. Já no setor de montagem e manutenção de equipamentos, a terceirização é incipiente, assim como no telemarketing.

Optou-se por construir um breve perfil do universo em questão, analisando a estratificação por sexo, faixa etária e nível de escolaridade dos trabalhadores. As tabelas e gráficos com os dados correspondentes foram omitidos para melhor aproveitamento do espaço disponível.<sup>9</sup>

Constata-se que a participação feminina é, no geral, maior entre os trabalhadores diretamente contratados do que entre os terceirizados: em 2006 as mulheres eram 30,9% dos terceiros e 34,9% dos próprios; em 2015, 35,3% e 40,2%, respectivamente. Há, porém, diferenças importantes entre os setores. As mulheres correspondiam a 31,4% dos terceirizados no segmento de montagem e reparação de equipamentos em 2006, e, em 2015, somente 9,9%. Entre os trabalhadores próprios, a participação feminina aumentou de 17,8% para 22,7% entre os dois anos.

O setor de segurança/vigilância era quase totalmente masculino em 2006, com apenas 2,3% de trabalhadoras entre os terceiros e 8% entre os próprios. A estratificação diminuiu no fim da década, mas o mercado terceirizado segue mais desigual: 13,7% são mulheres, contra 19,8% entre os próprios. No segmento de TI, a participação feminina se manteve praticamente estável, próxima de 20% entre os terceiros e os próprios.

O setor de limpeza e conservação revela-se tipicamente feminino: nos dois anos pesquisados, as mulheres eram mais de 90% entre os terceirizados e 77,1% entre os diretamente contratados. No telemarketing, a situação é parecida: em 2006, as mulheres compunham a totalidade dos funcionários terceirizados e 79% dos diretamente contratados. Em 2015, o percentual de mulheres entre os terceiros caiu para 88,5%, mas, entre os próprios, subiu para 85,7%.

Em relação à faixa etária dos trabalhadores, constata-se que a participação de jovens até 29 anos é, na média geral, similar entre os terceirizados e os diretamente contratados. Em 2006, esse grupo populacional correspondia a 37,6% dos terceiros e 40,4% dos próprios. No ano de 2015, a participação nos dois grupos caiu para 25,1% e 26%, respectivamente.

Novamente, porém, há disparidades entre os setores. Os jovens eram quase 64% entre os terceirizados do setor de montagem e manutenção de

---

<sup>9</sup> Elas podem ser acessadas, porém, em: <<https://goo.gl/ucFSmU>>.

equipamentos em 2006 e, em 2015, passaram a 40,3%. Entre os próprios, a participação sempre foi menor. O setor de vigilância e segurança contava com cerca de 40% de jovens entre os terceiros e 20% entre os trabalhadores próprios em 2006. Em 2015, o percentual de jovens caiu para cerca de 20% entre os terceiros e se manteve na mesma faixa entre os próprios.

No setor de TI, os jovens de até 29 eram maioria em 2006, com mais de 70% dos vínculos entre os terceiros e 52,5% entre os próprios. Em 2015, a participação caiu para 53,8% e 27,4%, respectivamente. O setor de limpeza e conservação abriga, relativamente, o menor número de jovens. Eles compunham 18,9% dos postos de trabalho terceirizados e 20,7% dos próprios, em 2006. No final da década, essa participação caiu para 10,8% e 14%, respectivamente. Já o setor de telemarketing manteve-se predominantemente jovem, com a faixa etária ocupando 88,9% dos vínculos terceiros e 63% dos próprios, em 2006, e 83,3% e 52,6%, em 2015.

Na estratificação por grau de escolaridade dos trabalhadores, percebem-se diferenças entre os terceirizados e os diretamente contratados. Os dados mostram que, em 2006, 68% dos trabalhadores terceirizados possuíam no máximo o Ensino Fundamental completo,<sup>10</sup> contra 58,8% dos próprios; 29,5% dos terceiros haviam completado o Ensino Médio, contra 37,7% dos próprios; e 2,5% dos terceirizados tinham Ensino Superior completo, contra 3,6% dos próprios. Como nos casos anteriores, embora a média possa fornecer uma ideia geral, ela não é totalmente confiável, devido ao peso que cada setor representa, conforme o número de vínculos.

O setor de montagem e manutenção de equipamentos era composto, em 2006, por pouco mais da metade de trabalhadores com Ensino Fundamental completo e o restante com Ensino Médio completo. Essa tendência se inverteu em 2015. Entre os próprios, a tendência foi semelhante, mas com percentual maior de trabalhadores com Ensino Médio.

Entre os trabalhadores de segurança/vigilância, 65,7% possuíam Ensino Fundamental completo, em 2006, e o restante, Ensino Médio, divisão bastante similar da presente entre os diretamente contratados. Em 2015, os dois grupos melhoraram, com ganho de escolaridade levemente maior entre os diretamente contratados.

---

<sup>10</sup> Contou-se os analfabetos, os que não completaram o Ensino Fundamental e os que não completaram o Ensino Médio.

Na tecnologia da informação, segmento que exige maior escolaridade, em 2006 65,5% dos trabalhadores terceirizados possuíam Ensino Médio completo e 32,1%, Ensino Superior. Em 2015, a participação de trabalhadores com Ensino Superior aumentou para 60,3%. Entre os próprios, o percentual de trabalhadores com Ensino Superior era de 35,6%, em 2006, e aumentou para 50,7%, em 2015.

Na limpeza e conservação, a escolaridade parece não ser requisito relevante. Entre os terceiros, 91,4% dos trabalhadores tinham o Ensino Fundamental completo, em 2006. Em 2015, 19,7% alcançaram o Ensino Médio. Entre os próprios, 16,6% já possuíam Ensino Médio completo em 2006, percentual que subiu para 29%.

O setor de telemarketing é o que apresenta maior diferença de escolaridade entre os terceiros e próprios. Em 2006, 44% dos terceirizados tinham, no máximo, Ensino Fundamental. Em 2015, a participação de trabalhadores com Ensino Médio atingiu 77,8%. Já entre os próprios, 86,4%, possuíam Ensino Médio em 2006. Em 2015, o percentual diminuiu para 80,1%, mas 12,7% possuíam curso superior.

Com a exposição de algumas informações sobre quem são os trabalhadores terceirizados e diretamente contratados, é possível partir para a análise dos postos de trabalho. A Tabela 2 mostra a remuneração média recebida pelos trabalhadores.

**Tabela 2** – Remuneração mensal média recebida pelos trabalhadores terceirizados e próprios, em setores selecionados (Caxias do Sul, 2006 e 2015)

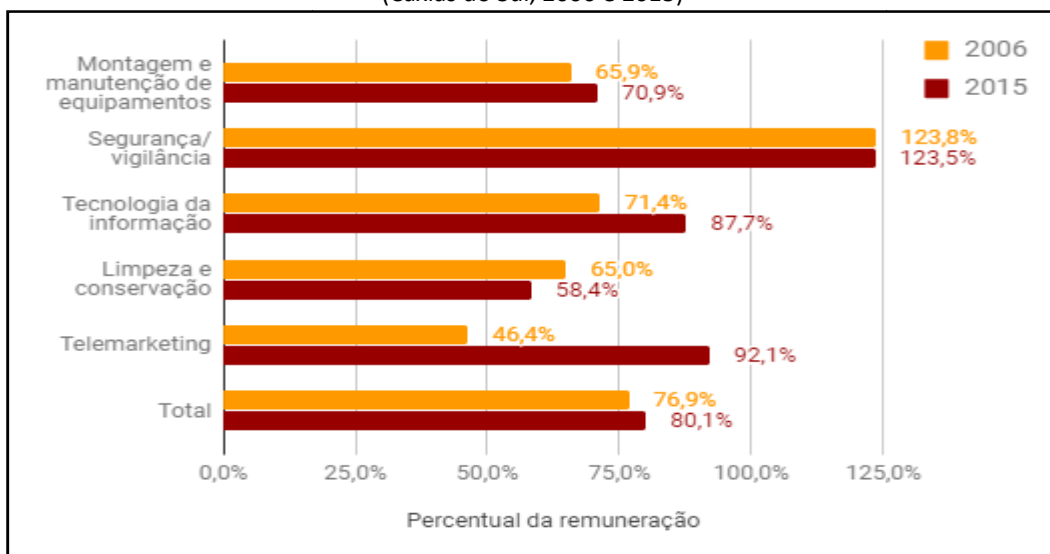
Setores	2006		2015	
	Terceiros	Próprios	Terceiros	Próprios
Montagem e manutenção de equipamentos	R\$ 935,78	R\$ 1.420,51	R\$ 2.199,97	R\$ 3.105,01
Segurança/vigilância	R\$ 1.092,43	R\$ 882,59	R\$ 1.792,26	R\$ 1.450,83
Tecnologia da informação	R\$ 1.789,45	R\$ 2.504,72	R\$ 4.257,62	R\$ 4.852,00
Limpeza e conservação	R\$ 401,28	R\$ 617,80	R\$ 771,92	R\$ 1.321,82
Telemarketing	R\$ 381,04	R\$ 821,49	R\$ 1.508,01	R\$ 1.637,31
Total	R\$ 933,82	R\$ 1.214,37	R\$ 2.003,83	R\$ 2.502,40

Fonte: Elaborado pelos autores com base em RAIS/MTPS (2017).

Nos dois anos selecionados, o salário dos trabalhadores próprios foi, em média, maior do que o dos terceirizados. Os terceiros ganhavam, no geral, 76,9% do salário de um trabalhador diretamente contratado, em 2006. A diferença

reduziu levemente em 2015. A exceção é o setor de segurança/vigilância, único segmento em que os terceiros são maioria, em que, os trabalhadores terceirizados ganhavam o equivalente a 124% dos diretamente contratados nos dois anos pesquisados. A Figura 1 ajuda a visualizar mais facilmente a equivalência de salários entre as categorias.

**Figura 1** – Percentual relativo da remuneração mensal média recebida pelos trabalhadores terceirizados, em relação aos trabalhadores próprios, em setores selecionados (Caxias do Sul, 2006 e 2015)



Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

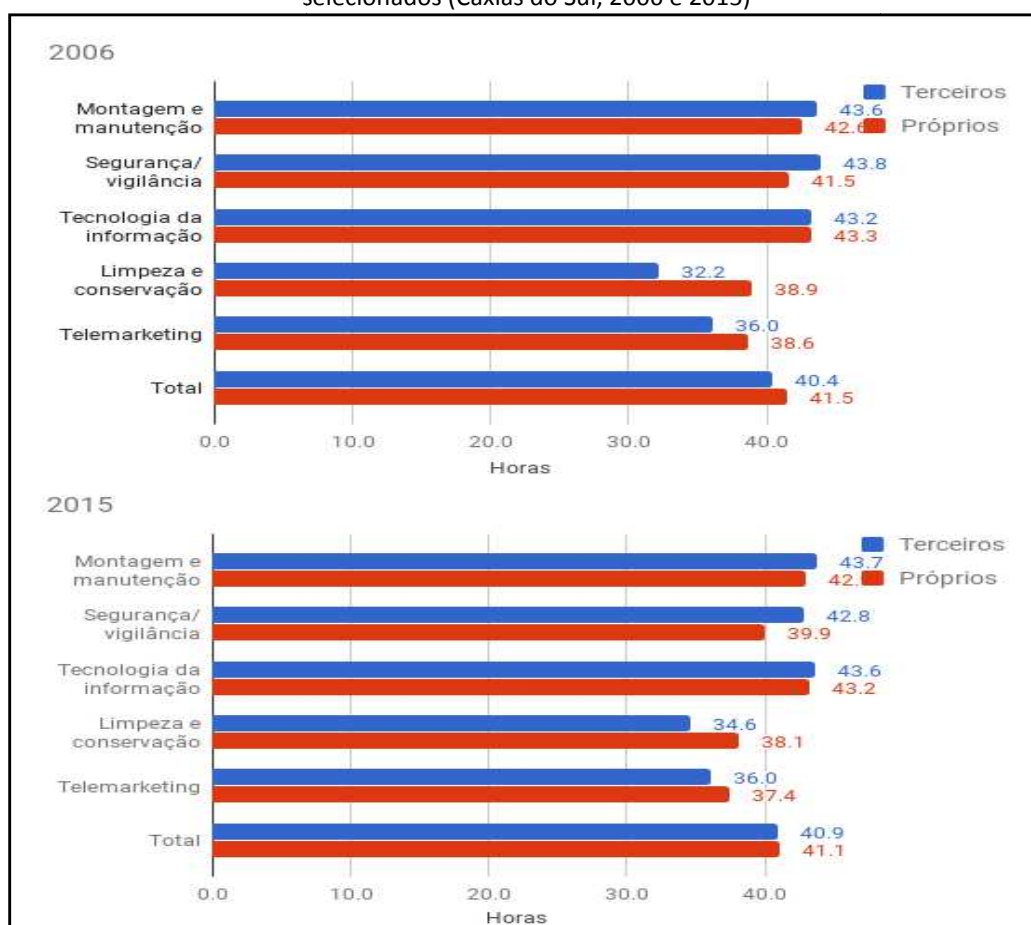
A diminuição da defasagem foi maior no setor de TI, em que o terceirizado ganhava 71,4% e passou a ganhar 87,7% do salário de um trabalhador próprio e, no telemarketing, cujos salários dos terceiros passaram de 46,4% para 92,1% da remuneração de um empregado próprio. No primeiro caso, a remuneração parece incrementar com o ganho de escolaridade dos trabalhadores terceirizados de TI. O setor de telemarketing, porém, concentra poucos trabalhadores e os resultados devem ser observados com cautela.

A Figura 2 mostra a jornada de trabalho média dos trabalhadores, em horas semanais. Em geral, os trabalhadores diretamente contratados trabalhavam mais que os terceirizados em 2006 e 2015, apesar de a diferença ter diminuído no último ano. Os terceirizados, porém, trabalham mais horas nos setores de montagem e manutenção de equipamentos, segurança/vigilância, e passaram a trabalhar mais horas no setor de TI, em 2015. Estes são os três

segmentos cuja jornada ultrapassa as 42 horas semanais, chegando a quase 44 horas em alguns casos.

No setor de limpeza e conservação, a jornada parcial parece ser predominante entre os terceiros. No telemarketing, a jornada estabelecida para a categoria é de seis horas diárias, supõe-se que, com horas extras, no caso dos diretamente contratados.

**Figura 2** – Horas contratadas semanais dos trabalhadores terceirizados e próprios em setores selecionados (Caxias do Sul, 2006 e 2015)



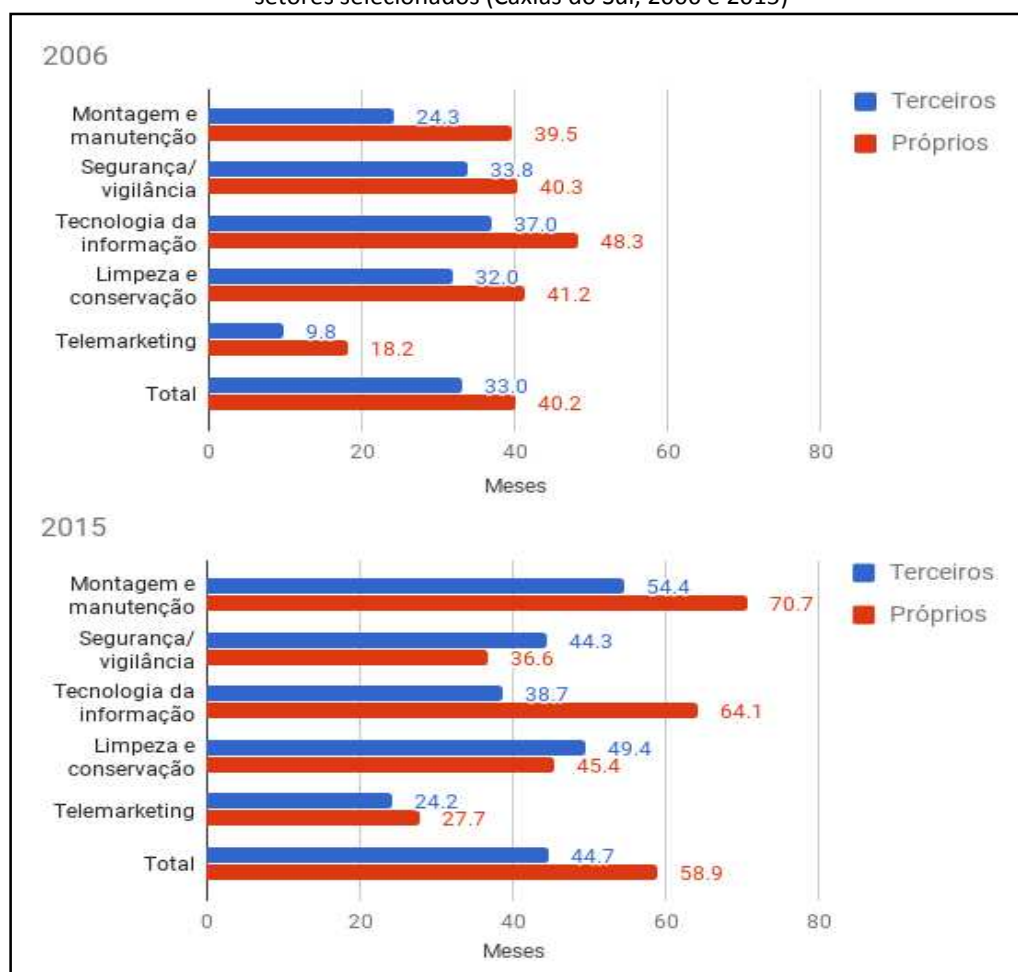
Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

A Figura 3 mostra o tempo de emprego médio dos trabalhadores, em meses. O período de trabalho na mesma empresa é considerado um indicador de rotatividade. Na presente comparação, a tendência é clara nos anos pesquisados. Em todos os setores, os trabalhadores diretamente contratados aparentam ter mais estabilidade. A exceção é o setor de vigilância/segurança em



2015, em que os terceirizados trabalhavam em média 44,3 meses no emprego atual, contra 36,6 meses dos diretamente contratados; e o setor de limpeza e conservação, com uma diferença de quatro meses a mais para os terceirizados.

**Figura 3** – Tempo médio de emprego (em meses) dos trabalhadores terceirizados e próprios em setores selecionados (Caxias do Sul, 2006 e 2015)



Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Também foi empreendido um esforço para comparar o número de afastamentos por acidente e doença laboral entre os terceirizados e os diretamente contratados. No entanto, o universo de análise se mostrou demasiadamente reduzido, para a obtenção de resultados expressivos.

## **Considerações finais**

O presente estudo buscou comparar as condições do trabalho terceirizado e diretamente contratado em Caxias do Sul, nos anos de 2006 e 2015, nas áreas de montagem e manutenção de equipamentos; segurança/vigilância; tecnologia da informação; limpeza e conservação, e telemarketing.

Por meio dos dados da RAIS, foram analisadas três características dos grupos de trabalhadores (sexo, faixa etária e grau de escolaridade) e três características de seus vínculos (remuneração, jornada e tempo de emprego).

Pode-se dizer que, no quesito remuneração, os terceirizados encontram-se em condições piores do que os diretamente contratados, com rendimentos inferiores em 23,1%, em 2006, e 19,9%, em 2015. Essa conclusão está em consonância com a encontrada pelo Dieese (2017). A notável exceção é o setor de vigilância/segurança, no qual os terceirizados são maioria e ganham substancialmente mais que os diretamente contratados. Esse é, também, o único setor que possui legislação específica para as empresas prestadoras de serviços. (BRASIL, 1983).

Os terceirizados também trabalham mais horas nos setores com carga horária maior e permanecem menos tempo no mesmo emprego. Quem acessa esse tipo de trabalho costuma ser mais jovem e levemente menos escolarizado.

Enquanto Stein, Zylberstajn e Zylberstajn (2015) consideram as características diferenciais dos trabalhadores, como justificativas para as diferenças de remuneração e as removem da comparação final entre terceiros e próprios, aqui, elas motivam novas perguntas: Por que os mais jovens e menos escolarizados acessam estes postos com mais frequência? Constituiria o trabalho terceirizado um ponto inicial ou menos atrativo na carreira profissional, exigindo menos qualificação e, conseqüentemente, pagando menos? Por quê?

Se esse for o caso, o trabalho terceirizado está sendo efetivamente usado pelas empresas como forma de baratear o custo do trabalho. Essa hipótese depende, é claro, da confirmação das tendências encontradas aqui. É necessário que estudos sobre a terceirização do ponto de vista do trabalho se diversifiquem, abrangendo universos e períodos maiores. Para isso, é necessário que mais dados sobre o tema sejam coletados e colocados à disposição.

Outros esforços não devem ignorar, também, a subjetividade do trabalho, buscando entender como mudanças nas relações laborais afetam o “ser”, a

identidade, e as possibilidades de resistência do trabalhador. Trata-se de um campo de estudo que, com as transformações em curso, não pode ser ignorado.

### Referências

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. **Lei 6.019**, de 3 de Janeiro de 1974. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6019.htm)>. Acesso em: 2 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 7.102**, de 20 de Junho de 1983. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7102.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7102.htm)>. Acesso em: 6 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.429**, de 31 de Março de 2017. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm)>. Acesso em: 25 ago. 2017.

CNI. **TERCEIRIZAÇÃO**: insegurança jurídica é principal dificuldade enfrentada pelas empresas que terceirizam. Brasília: Cni, 2014. Sondagem Especial. Disponível em: <<https://goo.gl/nFCTHu>> . Acesso em: 2 jul. 2017.

DIEESE. **Terceirização e precarização das condições de trabalho**: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. São Paulo: Dieese, 2017. Nota Técnica 172. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

JONES, R. W.; KIERZKOWSKI, H. International fragmentation and the new economic geography. *The North American Journal of Economics and Finance*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1-10, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1062940804000385>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

LANDES, D. S. **Riqueza e a pobreza das nações**: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, S. P. **A terceirização e o direito do trabalho**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

RUSSO, G. M. **Diagnóstico da cultura organizacional**: o impacto dos valores organizacionais no desempenho das terceirizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/book/9788535240337>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

STEIN, G.; ZYLBERSTAJN, E.; ZYLBERSTAJN, H. Diferencial de salários da mão de obra terceirizada no Brasil. **Textos Para Discussão / Working Paper Series**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 1-18, ago. 2015.

FGV. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13883>>. Acesso em: 8 maio 2017.

TST. **Súmula 331 do TST**. Brasília, Disponível em:  
<[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_301\\_350.html](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html)>.  
Acesso em: 25 ago. 2017.



## Gestão de benefícios socioassistenciais: uma proposta de integração de bases de dados heterogêneas

*Management of socio-assistance benefits: a proposal to integrate heterogeneous databases*

Scheila de Avila e Silva<sup>\*</sup>

Álvaro Cunico Soares<sup>\*\*</sup>

Daniel Luis Notari<sup>\*\*\*</sup>

Roberta Rodrigues Faoro<sup>#</sup>

**Resumo:** Este trabalho descreve a implementação de um *software* de integração de bancos de dados heterogêneos relacionados a benefícios socioassistenciais. A criação de uma base de dados integrada permite centralizar as informações dos recursos públicos utilizados. A aplicação permite a importação de dados de quatro bases: Programa Bolsa Família (PBF), Benefício Prestação Continuada (BPC), Renda Mensal Vitalícia (RMV) e Cadastro Único. A arquitetura do software é baseada no conceito MVC, e o *backend* foi desenvolvido utilizando a linguagem de programação PHP, com o auxílio do *framework Codeigniter* e do banco de dados *MySQL*. No final deste artigo são descritos os resultados da importação dos dados, o que mostra como a falta de integração gera informações redundantes e com baixa qualidade. Adicionalmente, discutem-se as possibilidades de aprimoramento da gestão com o uso da ferramenta.

**Palavras-chave:** Benefícios socioassistenciais. Gestão pública. Integração dados.

**Abstract:** This paper describes the implementation of a software that aims promote the integration of heterogenous dataset of social assistance benefits. The creation of an integrated database allows centralizing information of use of public resources. The present software solution allows the importation of data from four bases: Family Grant Program (PBF), Continuous Benefit Benefit (BPC), Monthly Life Income (RMV) and Single Register. The software architecture is based on the MVC concept, and the backend was developed using the PHP programming language, Codeigniter framework and the MySQL database. At the end of this article the results of importing the data are described. It shows how the lack of integration generates redundant,

---

<sup>\*</sup> Doutora em Biotecnologia. Mestra em Computação Aplicada. Universidade de Caxias do Sul, Área de Ciências Exatas e Engenharias. Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7731423725040717>. E-mail: sasilva6@ucs.br.

<sup>\*\*</sup> Graduado em Sistemas de Informação. Programador na empresa *Organisys Software Ltda*. E-mail: hdalvaro2@gmail.com .

<sup>\*\*\*</sup> Doutor em Biotecnologia. Mestre em Ciência da Computação. Universidade de Caxias do Sul, Área de Ciências Exatas e Engenharias. Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0051814460033485>. E-mail: dlnotari@ucs.br.

<sup>#</sup> Doutora em Administração. Mestra em Ciência da Computação. Universidade de Caxias do Sul, Área do Conhecimento de Ciências Sociais. Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8972037408442891>. E-mail: roberta.faoro@ucs.br .

low-quality information. In addition, the discussion of the possibilities of improving management with the use of the tool is presented.

**Keywords:** Social assistance benefits. Public administration. Data integration.

## **Introdução**

A gestão da informação está diretamente ligada ao sucesso de uma instituição, uma vez que esta é considerada como recurso-chave para a tomada de decisão, seja no âmbito privado ou público. O Município de Bento Gonçalves-RS, que é parte do objeto de estudo deste trabalho, é uma organização governamental, e para estas organizações, a informação possui o valor de propriedade. (MORESI, 2000).

No que diz respeito à assistência social, a estrutura administrativa do município segue os padrões estabelecidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Atualmente, existem dez unidades de assistência social na cidade, as quais são responsáveis por prestar atendimento socioassistencial aos cidadãos. Estima-se que residam, em Bento Gonçalves-RS, 1.594 famílias com perfil “bolsa família”. (FERRONATO, 2015). Adicionalmente, de acordo com os dados obtidos através da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), estão inseridas na base de dados do cadastro único 16.750 pessoas residentes no município, o que corresponde à cerca de 6.320 famílias.

A falta de integração da informação entre as dez entidades produz informação sem qualidade, o que dificulta o acompanhamento e a gestão dessas políticas. Isso gera, por exemplo, contratempos no momento de realizar a verificação e o controle de recebimento de benefícios. Além disso, a não existência de um banco de dados único gera duplicidade de informação, em diferentes contextos. Conforme Martins (2005), a integração de Sistemas de Informação (SI) permite às organizações que a tecnologia suporte eficazmente a sua lógica funcional e que essas fiquem preparadas para responder às exigências e mudanças do seu ambiente. Através da implementação de uma base de dados única, torna-se possível conhecer as famílias que recebem benefícios, o que, conforme Medeiros (2009), tornará possível direcionar ações em determinados grupos familiares.

O objetivo deste trabalho foi implementar uma ferramenta de integração entre as bases de dados dos benefícios socioassistenciais, a fim de eliminar a redundância de informação e auxiliar na fiscalização dos recursos públicos

utilizados na concessão de tais políticas sociais. Considerando a exigência de uma otimização na gestão da informação, que por consequência proporcionará o uso eficiente dos recursos públicos, este trabalho procura responder à seguinte questão de pesquisa: Quais os requisitos que devem ser elencados e implementados, a fim de criar uma base de dados multifinalitária, a partir de bancos de dados heterogêneos relacionados a dados socioassistenciais?

O presente artigo está estruturado da seguinte maneira: na seção 2 serão abordados conceitos referentes ao serviço social e à integração de banco de dados. Já na seção 3 é descrita a arquitetura do sistema desenvolvido, a proposta de banco de dados implementado, a fim de atender aos requisitos de negócio. A seção 4 descreve a aplicação desenvolvida e as dificuldades enfrentadas, durante o processo de implementação da ferramenta. Por fim, serão apresentadas as conclusões e as referências.

## **Fundamentação teórica**

O serviço social tem por objetivo amenizar e até mesmo curar falhas ou problemas sociais através de estudos técnicos. Por esse motivo, não pode ser entendido como caridade, mas como ação social que visa a potencializar as capacidades do ser humano. (FALEIROS, 2011). Segundo Kauchakje (2007), o serviço social possui diversas vertentes, entre elas podemos citar: saúde, previdência social, educação, moradia, segurança alimentar e nutricional, além da assistência social e proteção da família, criança e adolescente, que é o objeto de estudo deste artigo.

O MDS define a assistência social como uma política pública universal e de responsabilidade estatal, com a capacidade de ampliar os direitos sociais dos cidadãos, ou seja, um benefício que todo o cidadão tem direito de receber. A construção da assistência social como política pública é um compromisso constitucional. (SPOSATI, 2007). Para Tapajós e Rodrigues (2007), a gestão da informação na área de políticas sociais públicas possibilita mudança nos modelos de gestão, otimizando procedimentos e fluxos de informação, beneficiando, assim, a tomada de decisão e o controle público de todas as operações envolvidas em uma política social.

## Entidades socioassistenciais

O MDS define que as entidades socioassistenciais possibilitam a atuação da sociedade na política de assistente social. São estas que planejam e desenvolvem, de maneira contínua, atividades de atendimento, assessoramento, defesa e garantia dos direitos dos cidadãos. As entidades presentes, atualmente, no Município de Bento Gonçalves-RS, foram elencadas no Quadro 1.

**Quadro 1** – Lista de entidades socioassistenciais em Bento Gonçalves-RS

<b>Proteção Social Básica (PSB)</b>
CRAS I
CRAS II
CRAS III
SCFV Ceacri Balão Mágico
SCFV Ceacri Toquinha da Amizade
SCFV Ceacri Carrossel da Esperança
SCFV Ceacri AABB <sup>5</sup>
SCFV Ceacri SEST-SENAT <sup>6</sup>
<b>Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSE MC)</b>
CREAS
<b>Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSE AC)</b>
Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes de 0-18 anos

Fonte: Ferronato (2015).

Segundo Ferronato (2015), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), existentes em Bento Gonçalves-RS, foram criados pela Lei Municipal 4.231, de novembro de 2007. Para o MDS, as entidades conhecidas como CRAS são a porta de entrada da assistência social e devem estar localizadas em um espaço público, que seja prioritariamente considerado uma área de vulnerabilidade social. Essa entidade deve ser vista como referência para os habitantes locais e será a responsável por possibilitar o acesso da população aos serviços ofertados pela assistência social. Da Silva e Oliveira (2015) salientam que o CRAS é uma unidade do Serviço Único da Assistência Social (SUAS), que deve oferecer serviços de caráter protetivo e que, através desses serviços, amplie o acesso dos cidadãos aos direitos de cidadania.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), existente em Bento Gonçalves-RS, foi implantado em 2009. (FERRONATO, 2015). Segundo o MDS este local é caracterizado por atender as famílias que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Nesta unidade deve ser



obrigatoriamente ofertado o acesso ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI), além de oferecer acesso a outros serviços, como, por exemplo, a abordagem social e serviço para pessoas deficientes, idosas e suas famílias. O CREAS ainda deve fornecer orientações para a população sobre quaisquer serviços públicos existentes no município, como acesso à documentação e orientação jurídica.

Em 2010, os Centros de Atendimento da Criança e do Adolescente (CEACRIS), que até então estavam vinculados à Secretaria Municipal de Educação (SMED), passaram a fazer parte da Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social (SEMHAS). Atualmente, a unidade conta com cerca de 580 crianças e adolescentes que fazem parte de famílias em situação de vulnerabilidade social. (FERRONATO, 2015).

Além das entidades públicas ou estatais que prestam serviços sociais, existe outro grupo de entidades denominado Organizações Não Governamentais (ONGs). Essas são definidas como organizações apartidárias, formadas por civis e que, normalmente, estão ligadas à prestação de um serviço social em específico. Tais organizações são compostas, basicamente, por militantes em prol dos mesmos ideais e por técnicos de serviço social. (LANDIM, 1993).

Apesar de não possuírem vínculos formais com os governos, é comum existir parcerias entre ONGs e entidades públicas. Isso ocorre, principalmente, quando a organização é caracterizada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). As ONGs também podem ser definidas como filantrópicas, quando são motivadas a prestar serviços sociais aos menos favorecidos. Como exemplo pode-se citar a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a Fundação Bradesco. (KAUCHAKJE, 2007).

## **Benefícios socioassistenciais**

No Brasil, os números relacionados aos direitos sociais dos cidadãos, no que se refere à vida, alimentação, segurança, liberdade, saúde física e mental, entre outros direitos básicos, mostram que existe uma carência em relação à real utilização desses direitos, considerados essenciais para o exercício da cidadania social. (BARBOSA; FERNANDEZ, 2015). Segundo Pastorini (1997, apud FERRONATO, 2015), os benefícios ou as políticas sociais são concebidas como um conjunto de iniciativas do governo, que tendem a diminuir as desigualdades sociais. No Brasil, o conceito de seguridade social prevê que o Estado, financiado por meio de

tributos, conceda benefícios mínimos à população, a fim de evitar a pobreza nos grupos sociais que possuem baixa capacidade de contribuição individual.

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), os níveis regionais e locais devem ser os principais executores da política social. No entanto, o governo federal possui o papel de coordenar e financiar diversos programas sociais, que têm por objetivo garantir que a população tenha acesso aos direitos básicos. (SCHWARZER; QUERINO, 2002). Dentre estes programas, podemos citar o Programa Bolsa Família (PBF), Benefício da Prestação Continuada (BPC) e Renda Mensal Vitalícia (RMV).

O PBF é um programa de transferência de renda unificado, implantado pelo governo federal em 2003, com o objetivo de unificar o Bolsa Escola Federal, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Além disso, o PBF abrange todo o território brasileiro. O programa é mantido pela Caixa Econômica Federal, que também é a responsável pelo pagamento do benefício, calculado com base no processamento das informações inseridas pelos municípios, na base de dados. (SOARES; SÁTYRO, 2009). Ainda segundo Soares e Satyro (2009), uma das maiores cobranças por parte da sociedade em geral é a de existir maior e mais eficiente fiscalização, em relação às contrapartidas dos beneficiários inseridos neste programa.

Para continuar sendo um beneficiário do PBF, as famílias precisam fornecer algumas contrapartidas, tais como: enviar os filhos à escola, realizar exames pré-natais, realizar acompanhamento nutricional, manter o acompanhamento de saúde e as vacinas em dia. Esses critérios foram estabelecidos através da Lei 10.836. Uma das maiores cobranças, realizadas pela imprensa, por partidos políticos e pela sociedade em geral, é a de realizar maior acompanhamento do e fiscalização no cumprimento desses requisitos, por parte dos beneficiários. (SOARES; SÁTYRO, 2009).

O BPC consiste na transferência mensal de um salário-mínimo a indivíduos que possuem deficiências físicas ou mais de 66 anos. Para ter acesso a esse programa, a renda mensal do beneficiário não pode ultrapassar um quarto de salário-mínimo. Essa política social surgiu em 1996, a fim de substituir o RMV, tornando possível atingir o público que nunca pode ser beneficiado anteriormente, tendo em vista que, para participar deste, o beneficiário precisaria ter contribuído minimamente 12 vezes com a previdência social, ao longo de sua vida ativa. (SCHWARZER; QUERINO, 2002).

O Cadastro Único é definido pelo MDS como um identificador de famílias de baixa renda, que possibilita ao governo obter informações referentes aos indivíduos nela inseridos, a fim de criar novas políticas sociais que melhorem a qualidade de vida dessas pessoas.

Segundo Bichir (2010), um dos maiores empecilhos na fiscalização das contrapartidas dos programas sociais são os altos custos envolvidos no controle das condicionalidades impostas pelo programa. Paralelamente a isso, a falta de informações atualizadas é um agravante para o correto acompanhamento e monitoramento dos programas sociais. (DE MARTINO JANUZZI, 2014). Para Pasqual e Sunye (2009), a existência de diversas culturas organizacionais e falta de planejamento em tecnologia da informação (TI) são fatores que contribuem para o surgimento de bancos de dados heterogêneos, dentro das organizações. Muitas vezes, apesar de compartilharem o mesmo objetivo, essas bases de dados são concebidas através de plataformas e linguagens distintas, o que dificulta a tomada de decisão e a associação das informações que estão contidas dentro de tais bases. Em Bento Gonçalves-RS, mais especificamente na área da assistência social, a utilização de sistemas legados é comum. Muitas vezes, os dados ficam dispostos em planilhas ou até mesmo em aplicações distintas, que não se comunicam. Além disso, o governo federal armazena os dados referentes às políticas sociais, em diferentes bancos de dados.

### **Metodologia para desenvolvimento de projeto do *software***

Para estabelecer os requisitos de negócio, utilizaram-se entrevistas com usuários e observação. Assim, os *stakeholders* tornam-se parte da concepção da solução e proporcionam conhecimento sobre os fluxos informacionais e sobre os processos de trabalho, que ocorrem diariamente dentro da organização. Após as reuniões com os responsáveis pela concessão e gestão dos benefícios socioassistenciais de Bento Gonçalves-RS, definiu-se que a integração de dados envolverá, em um primeiro momento, três benefícios: PBF, BPC e RMV. Além disso, foram elencados os requisitos de negócio. (Quadro 2).

**Quadro 2 – Requisitos de negócio (RN)**

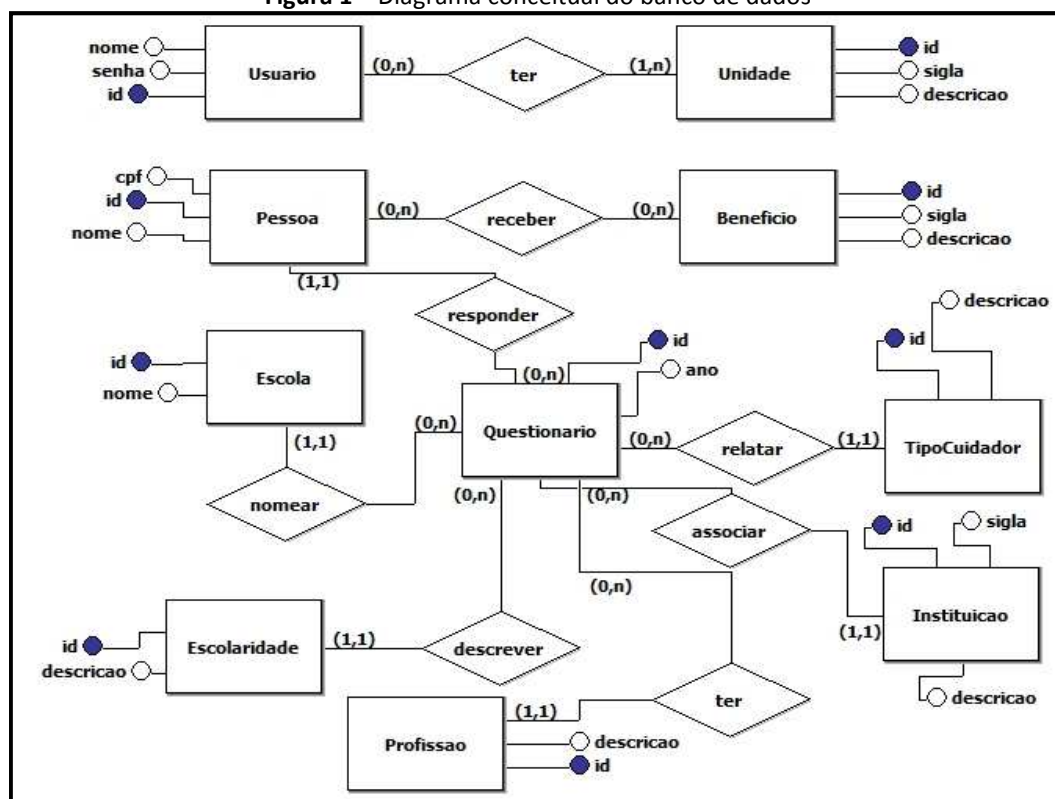
<b>Identificador</b>	<b>Descrição</b>
RN 01	Importar dados de planilhas do governo federal e municipal
RN 02	Integrar as bases de dados PBF, BPC, RMV e Cadastro Único
RN 03	Realizar uma verificação e limpeza dos dados importados
RN 04	Criar uma política de acesso aos dados
RN 05	Atribuir credenciais para acesso ao sistema
RN 06	Informar os dados de inconformidade em relação ao recebimento de benefícios socioassistenciais pelos beneficiários
RN 07	Aplicar o questionário do BPC
RN 08	Identificar pagamentos duplicados a beneficiários
RN 09	Gerar relatórios para consultar os dados importados

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Com o objetivo de implementar e modelar o banco de dados, foram estudadas as bases de dados do Cadastro Único, Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família e sistema legado. Após a conclusão deste estudo, foi proposta a criação de um banco de dados relacional, representado através da Figura 1, que representa o modelo conceitual na forma de um diagrama Entidade-Relacionamento. (HEUSER, 2009).

A entidade *Pessoa* identifica o responsável pelo armazenamento dos dados referentes aos beneficiários da assistência social. A entidade *Benefícios* descreve os benefícios sociais. A entidade *Escola* informa em que colégio e série estão inscritos os filhos dos beneficiários. A entidade *TipoCuidador* contém informações sobre o representante legal dos beneficiários. A entidade *Questionario* armazena as informações referentes ao questionário do BPC. A entidade *Instituição* contém os dados de quem aplicou o questionário. As entidades *Escolaridade* e *Profissão* contêm informações sobre o nível escolar e emprego dos beneficiários. A entidade *Usuário* define quem terá acesso aos dados integrados. A entidade *Unidade* representa a entidade na qual o usuário trabalha.

Figura 1 – Diagrama conceitual do banco de dados



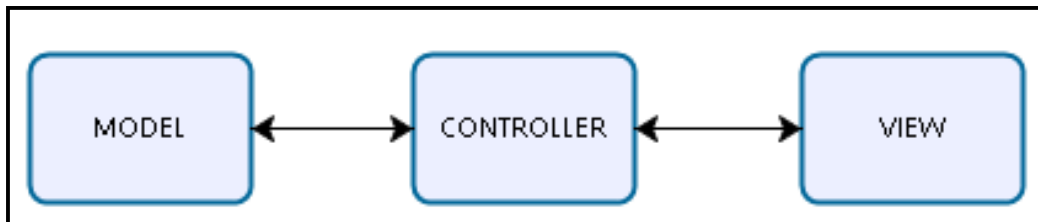
Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Para implementação do banco de dados, optou-se por utilizar o sistema gerenciador de banco de dados MySQL. Um dos bancos de dados mais populares do mundo, caracterizado por ser *OpenSource* e gratuito, atualmente é utilizado por grandes corporações, como o Facebook, Google e YouTube. Essa ferramenta utiliza o padrão *Structured Query Language* (SQL), ou linguagem de consulta estruturada. Conforme testes realizados por Pires et al. (2006), utilizando uma ferramenta de *benchmark*, o SGBD MySQL obteve um desempenho superior ao *PostgreSQL*, que seria uma alternativa à utilização do MySQL. Os testes realizados envolveram operações de inclusão, alteração, exclusão, junção, agregação, entre outras operações. No caso da integração de dados referentes aos benefícios socioassistenciais, objeto deste artigo, os dados serão, basicamente, informações dos beneficiários e benefícios.

De acordo com os requisitos elencados e com a identificação dos dados disponíveis nas planilhas dos benefícios sociais, optou-se por utilizar o conceito MVC na implementação do *software* (Figura 2). Através da utilização desta

metodologia, é possível separar o código-fonte em partes, facilitando assim a manutenção e o escalonamento da aplicação. (SOMMERVILLE, 2011).

Figura 2 – Conceito MVC – Fluxo das informações



Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Visando a possibilitar o acesso da aplicação em diferentes sistemas operacionais, o sistema foi desenvolvido em uma plataforma *web*. A linguagem de programação escolhida para implementação das regras de negócio foi o PHP (*Hypertext PreProcessor*). Para o desenvolvimento da aplicação, optou-se por utilizar o *framework Codeigniter*, uma ferramenta escrita em linguagem PHP, constantemente atualizada e que é mantida através de uma licença de código aberto. Para exemplificar a capacidade de criação de aplicações utilizando o *Codeigniter*, pode-se citar que a *Uber* utilizou este *framework* na criação do seu mínimo produto viável. Além disso, a ferramenta escolhida trabalha seguindo as virtudes do conceito MVC, conforme ilustrado na figura 2.

Neste contexto, a camada conhecida como *model* é a responsável por realizar as interações da aplicação com o banco de dados; sendo assim, as operações de consulta, inserção, edição e exclusão de dados serão feitas através desta camada. Além disso, é nesta camada que serão implementadas as regras de negócio da aplicação. (SOMMERVILLE, 2011). Já a camada definida como *controller* pode ser entendida como o “cérebro” da aplicação, sendo a responsável pela execução das regras de negócio implementadas na camada *model*. Ainda, é capaz de receber e processar os retornos e, se necessário, enviar informações para a *view*, a fim de apresentar os resultados para o usuário. (SOMMERVILLE, 2011). A *view* é a camada de apresentação da aplicação, sendo a responsável por executar as ações de interação do usuário com a aplicação. Para o desenvolvimento dessa camada, optou-se por utilizar o *framework Bootstrap*, uma ferramenta utilizada e disponibilizada por ex-funcionários do *Twitter*, e que é mantida através de uma licença de *OpenSource*. Essa ferramenta proporciona a criação de *layouts* atraentes e responsivos. Além disso, no *frontend* será utilizada

a linguagem de programação *Javascript*, a fim de criar conteúdo dinâmico e interativo.

## Principais resultados

Com base nos requisitos levantados, foi desenvolvido o sistema de informação gerencial da assistência social ou SIG Social. As telas foram padronizadas, a fim de evitar erros. Na Figura 3 é possível visualizar a página inicial da aplicação, na qual o usuário tem acesso a todas as funcionalidades implementadas na ferramenta.

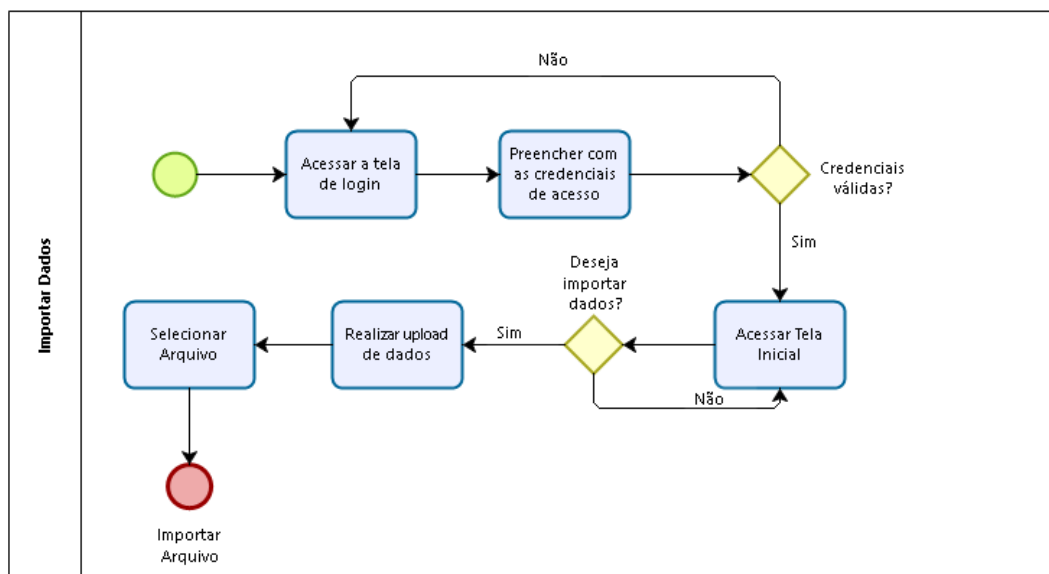
**Figura 3 – Tela inicial de acesso ao SIG Social**



Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Em relação à inserção de dados no sistema, foram importados cerca de 18.000 registros de pessoas, em sua maioria provenientes do cadastro único. Além disso, foram importados dois meses de dados referentes aos pagamentos realizados pelo PBF, benefício da prestação continuada e renda mensal vitalícia. O processo de importação dos dados é representado na Figura 4.

Figura 4 – Workflow para realizar a importação de dados



Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

As informações do Cadastro Único e BPC foram fornecidas pela Secretaria de Habitação e Assistência Social do Município de Bento Gonçalves-RS. Neste processo, percebeu-se que as informações disponíveis nas bases de dados governamentais apresentavam falta de padronização, além de inconsistência das informações. Isto pode ser notado principalmente nos dados cadastrais relacionados ao endereço dos beneficiários, desde erros de português até abreviação de nomenclaturas. O portal da transparência federal fornece os dados de pagamento do PBF, através de arquivos do tipo “CSV”. Tendo em vista que o arquivo contempla as informações do Brasil inteiro, a dificuldade na importação dos dados foi em relação ao tempo de processamento do arquivo que, originalmente, contém milhões de linhas. Visando a reduzir os custos e o tempo de processamento, foram extraídas do arquivo original, de maneira manual, somente as informações pertinentes ao Município de Bento Gonçalves-RS. Com isso o tempo de importação dos dados foi drasticamente reduzido.

O acesso a esta ferramenta é realizado através da utilização de credenciais de acesso (usuário e senha). Foram estipulados três perfis de usuários, são eles: comum, técnico e administrador. Cada um deste perfis foi definido de acordo com as diferentes atribuições e necessidades dos grupos de funcionários da assistência social.



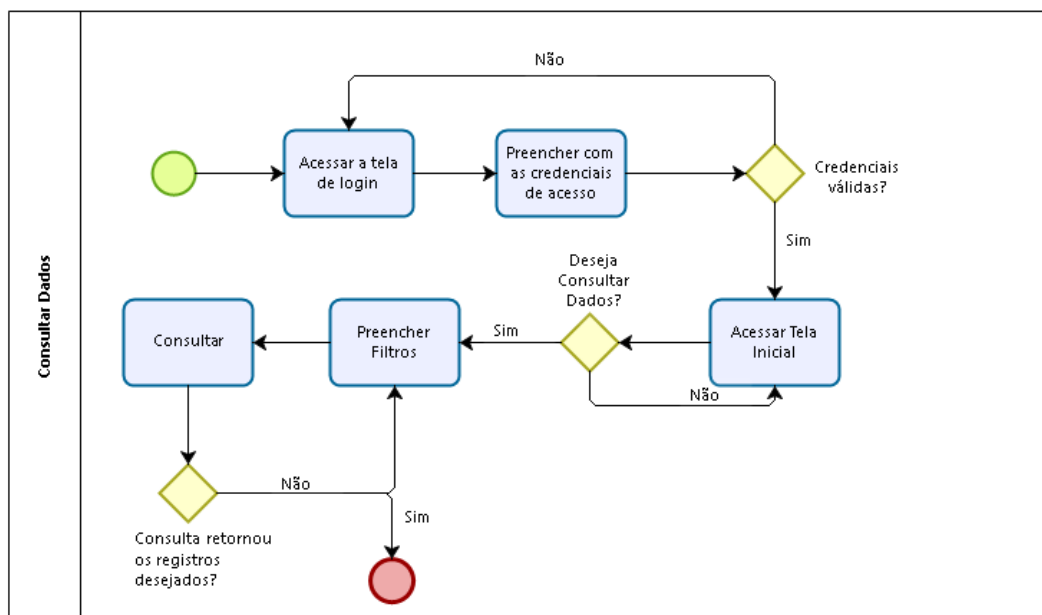
O perfil comum tem acesso ao cadastro de pessoas e pode realizar manutenções neste módulo. Este perfil é destinado aos usuários que normalmente trabalham na recepção e realizam o primeiro contato com os beneficiários que chegam na unidade socioassistencial, sendo assim os responsáveis pela coleta inicial das informações. No que tange aos relatórios, o perfil comum é capaz de realizar a emissão de todos os relatórios disponibilizados na aplicação, com exceção do relatório do questionário do BPC.

O perfil técnico é responsável por realizar o atendimento especializado aos beneficiários; neste caso, tais usuários possuem acesso total aos dados disponibilizados pela plataforma. O usuário técnico possui todas as permissões do perfil comum; além disso, este perfil conta com as permissões necessárias para realizar manutenções em outros cadastros do sistema, como, por exemplo, bairros, logradouros, profissões, unidades e níveis de escolaridade. Este perfil também é responsável pela aplicação do questionário do BPC. O perfil administrador é destinado às pessoas que realizarão a importação dos dados, sendo ainda o perfil responsável pelo controle e pela manutenção dos usuários que acessam a aplicação. Este perfil tem acesso a todas as funcionalidades existentes na ferramenta.

Os relatórios existentes na aplicação tornam o usuário capaz de consultar, por exemplo, o valor total que os beneficiários residentes no município receberam, através de um programa social em determinado período de tempo. O acesso aos relatórios ocorre conforme o *workflow* da Figura 5.

Através da emissão dos relatórios, é possível correlacionar as informações dos beneficiários, como, por exemplo, quantos e quais beneficiários ainda não possuem cadastro único e estão inseridos em programas sociais. Tendo em vista que, em 7 de julho de 2016 foi publicado pelo governo federal o Decreto 8.805, que exige que todos os beneficiários inscritos no BPC devem obrigatoriamente estar inseridos no cadastro único, tal medida visa a garantir que o benefício seja concedido a quem realmente necessita. Para emissão deste relatório, ainda é possível especificar se o relatório deve considerar somente os beneficiários de determinado tipo de BPC.

Figura 5 – Workflow para realizar a consulta de dados



Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Ainda dentro do módulo de relatórios, foi disponibilizado um relatório contendo as informações do PBF. Através deste relatório, é possível consultar o valor pago a cada beneficiário do PBF, a data de concessão do benefício e a renda mensal do beneficiário; além disso, no final do relatório foram disponibilizados totalizadores. Ainda no que diz respeito à emissão de relatórios, foram disponibilizados filtros temporais que possibilitam filtragem por período de concessão do benefício, e filtros específicos, como, por exemplo, considerar somente pessoas de determinado gênero, somente registros que não estão inseridos no cadastro único, somente pessoas que não possuem saneamento básico ou residem em área irregular. Além disso, é possível combinar todos os filtros disponibilizados na ferramenta.

Após a importação dos dados, alguns bairros da cidade chegavam a constar com até dez nomenclaturas diferentes, dentro da base de dados, o que dificulta e até inviabiliza o agrupamento das informações. Este mesmo problema existe também no cadastro de logradouros. Para amenizar esta situação, foi realizada uma manutenção cadastral unificando alguns dos bairros duplicados. Atualmente, devido à complexidade e necessidade de uma análise aprofundada, não foi possível realizar a unificação de todas as informações. Foi implementada no sistema uma ferramenta de unificação de informações, que possibilita que os

administradores realizem manutenções nos cadastros de bairros e logradouros, mesmo após a implantação do sistema.

## **Considerações finais**

O presente trabalho apresenta a implantação de um sistema em um servidor web denominado SIG Social. A aplicação de uma ferramenta de gestão proporciona a fiscalização e transparência sobre benefícios socioassistenciais concebidos por meio de recursos públicos. Em Bento Gonçalves, os dados referentes a esses benefícios estão em quatro bancos de dados heterogêneos. Devido a essa característica, a fiscalização dessas políticas, seja pelos gestores públicos, seja pela sociedade, fica comprometida. Além disso, a obtenção de informações relevantes e confiáveis fica limitada.

Após a implantação de uma ferramenta como o SIG Social, os dados ficarão armazenados em uma única base de dados, o que eliminará a redundância e facilitará a fiscalização dos gestores municipais. Além disso, as informações que podem e devem ser disponibilizadas, de acordo com a lei da transparência, ficarão mais acessíveis ao público externo. A implementação de uma base de dados única elimina parcialmente, ou até mesmo, completamente, a redundância de dados. Observa-se, ainda, segundo De Sordi e Marinho (2007), a integração dos sistemas de informação diminui o retrabalho, auxilia na automatização das atividades, fazendo com que a organização tenha mais agilidade no atendimento de suas regulamentações.

Como trabalhos futuros, que garantem a continuidade do projeto, está a capacitação dos servidores municipais da assistência social. Com isso, os usuários poderão preencher o questionário do BPC e informações complementares referentes aos beneficiários como, por exemplo, se possuem luz elétrica, água encanada, moradia própria e se residem em área irregular. Ainda é necessário importar o restante dos dados do PBF, que não foram importados neste primeiro momento. Outro trabalho futuro é o desenvolvimento de uma ferramenta de *business intelligence* (BI), capaz de analisar todos os dados presentes na base, a fim de tornar o município capaz de gerir e aplicar os recursos públicos da melhor maneira possível. Com uma ferramenta de BI será possível conhecer melhor as pessoas inseridas na base de dados, potencializando as ações do Poder Público.

Uma das limitações encontradas, durante este estudo, foi a falta de trabalhos relacionados à integração de dados de benefícios socioassistenciais;

não foram localizados estudos nesta área nem em outras ferramentas que possuam o mesmo objetivo ou funcionalidade do SIG Social.

### Referências

- BARBOSA, L. F. A.; FERNANDEZ, M. Políticas públicas sociais no Brasil: estudos sobre o papel do Judiciário na promoção de direitos de cidadania. **Revista Cidadania e Direitos Humanos**, v. 9, n. 1, 2015.
- BICHR, R. M. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 87, p. 115-129, 2010.
- DA SILVA, C. G. P. P.; DE OLIVEIRA, A. C. Estado, sociedade civil e políticas sociais: o Serviço Social no Cras em ação. **Revista Em Pauta**, v. 13, n. 36, 2016.
- De MARTINO JANUZZI, P. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2014.
- De SORDI, J. O.; MARINHO, B. L. Integração entre sistemas: análise das abordagens praticadas pelas corporações brasileiras. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 9, n. 23, p. 78-93, 2007.
- FALEIROS, V. P. O que Serviço Social quer dizer. **Serviço Social e Sociedade**, n. 108, p. 748-761, 2011.
- FERRONATO, C. R. **A estrutura organizacional do departamento de assistência social do Município de Bento Gonçalves**. Trabalho de Conclusão de Curso. 2015. (Gestão Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- HEUSER, C. A. **Projeto de banco de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009. (Série Livros didáticos informática UFRGS, v. 4).
- KAUCHAKJE, S. **Gestão pública de serviços sociais**. Curitiba: Intersaberes, 2007.
- LANDIM, L. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. v. 2.
- MARTINS, V. M. M. **Integração de sistemas de informação: perspectivas, normas e abordagens**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação) – Universidade do Minho, Guimarães, Portugal, 2005.
- MEDEIROS, M. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 22, 2009.
- MORESI, E. A. D. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 1, p. 14-24, Brasília, 2000.
- PASQUAL, J.; SUNYE, M. Uso de XML para interoperabilidade entre bases heterogêneas. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 2, n. 1, 2009.

PIRES, C. E. S.; NASCIMENTO, R. O.; SALGADO, A. C. Comparativo de desempenho entre bancos de dados de código aberto. Escola Regional de Banco de Dados. In: ERBD06, 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2006.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. O Programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L.a (Org.). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010.

SOMMERVILLE, I. **Engenharia de software**. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

SCHWARZER, H.; QUERINO A.C. **Benefícios sociais e pobreza: programas não contributivos da seguridade social brasileira**. Brasília: Ipea, 2002.

SPOSATI, A. Assistência Social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, v. 10, n. 1, p. 435-458, 2007.

TAPAJÓS, L.; RODRIGUES, R. W. S. **Rede SUAS: gestão e sistemas de informação do Sistema Único de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2007.



## Gestão do clima organizacional de uma gráfica e editora, no interior do Estado do Rio Grande do Sul

*Management of the organizational climate of a graphic end editor of the inside of the State of Rio Grande do Sul*

Talita Gonçalves Posser\*  
Joice Martins Cabral\*\*  
Gabrielle Fagundes Postiglioni\*\*\*  
Jiuciane Macedo Rizardi#  
Vânia Medianeira Flores Costa###

**Resumo:** O clima organizacional é um indicador de suma importância para as organizações entenderem como está seu ambiente interno e como as pessoas estão se sentindo em relação a ele. A cultura é um dos pontos-chave na compreensão das ações humanas, funcionando como uma referência coletiva, que identifica os grupos, suas maneiras de perceber, pensar, sentir e agir. Diante disto, o presente trabalho tem por objetivo realizar um estudo a respeito do clima organizacional de Gráfica e Editora, no interior do RS. Para o alcance do objetivo, realizou-se uma pesquisa quantitativa, com base na literatura, principalmente de Luz (2003), Chiavenato (1997; 2005) e Romero e Bittencourt (1999) e validada por Romero e Corso (2006). O instrumento contempla, além de questões sobre dados sociodemográficos, 45 afirmativas, divididas em nove blocos com escalas de cinco pontos, que variam entre Discordo Totalmente e Concordo Totalmente, e avalia Imagem, Mudança, Comunicação, Ambiente e Infraestrutura, Qualidade e Tecnologia, Relacionamento, Gestão de Pessoas, Gerenciamento e Comprometimento. Como resultados, a empresa estudada apresenta, como pontos fortes, Imagem (3,54), Ambiente e Infraestrutura (3,50), Comunicação (3,48) e Qualidade e Tecnologia (3,25) e como pontos a melhorar, Mudanças (3,14), Gerenciamento (3,12), Relacionamento (3,04), Comprometimento (2,86) e Gestão de Pessoas (2,81).

**Palavras-chave:** Gestão de pessoas. Pesquisa de clima organizacional. Gráfica e editora.

**Abstract:** The organizational climate is a key indicator for organizations to understand how their inner environment is and how people are feeling about it. Culture is one of the key points in

---

\* Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <http://lattes.cnpq.br/0382159137369014>. E-mail: talita.gposser@gmail.com

\*\* Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <http://lattes.cnpq.br/7846290059529505>. E-mail: joice\_cabral@live.com

\*\*\* Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <http://lattes.cnpq.br/7611705120006374>. E-mail: gabi.fpostiglioni@gmail.com

# Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: jiuujmr@gmail.com

### Professora Associada no Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <http://lattes.cnpq.br/0180563343119839>. E-mail: vania.costa@ufsm.br

understanding human actions, functioning as a collective reference that identifies groups, their ways of perceiving, thinking, feeling and acting. In order to reach the objective, a quantitative research was carried out, based on the literature mainly of Light. The objective of this work was to study the organizational climate of the Graphic and Publishing House of the state of Rio Grande do Sul. (2003), Chiavenato (1997 and 2005) and Romero and Bittencourt (1999) and validated by Romero and Corso (2006). The instrument includes, in addition to questions on demographic data, 45 affirmative, divided into 9 blocks with a 5-point scale that vary between Totally Disagree and Totally Agree, and evaluate Image, Change, Communication, Environment and Infrastructure, Quality and Technology, Relationship, People Management, Management and Commitment. As a result, the studied company presents as strong points Image (3,54), Environment and Infrastructure (3,50), Communication (3,48) and Quality and Technology (3,25) and as points to improve Changes (3, 14), Management (3.12), Relationship (3.04), Commitment (2.86) and People Management (2.81).

**Keywords:** People management. Organizational weather research. Graphics and publishing.

## **Introdução**

O clima organizacional é um indicador de suma importância para as organizações entenderem como está seu ambiente interno e como as pessoas estão se sentindo em relação a ele. De acordo com Ferreira (2013), proporcionar um ambiente de trabalho adequado e agradável para os colaboradores, considerando tanto aspectos físicos como psicológicos, é fundamental para atrair e reter talentos.

A identificação de como está o clima organizacional pode auxiliar no alcance dos objetivos empresariais, já que busca um ambiente de trabalho que satisfaça as necessidades dos colaboradores e, com isso, podem ser alinhados os objetivos pessoais e os estratégicos da organização. (FERREIRA, 2013).

Para atingir os resultados esperados, as empresas, além de recursos materiais, precisam, principalmente, do capital intelectual das pessoas que nelas trabalham. E, para isso, é necessária a análise da satisfação das mesmas quanto à empresa, aos chefes, aos colegas, às recompensas, entre outros aspectos importantes para os colaboradores. Para Berto (2013), através da pesquisa de clima, podem ser identificados e analisados pontos de melhoria para o alinhamento dos objetivos pessoais e organizacionais.

Outro aspecto fundamental para esse alinhamento é a comunicação eficaz da cultura organizacional, pois, segundo Dias (2013), quando abordada nas organizações, a mesma transforma os indivíduos em seres ativos, deixam de apenas receber ordens e passam a fazer parte da construção cotidiana da empresa.

A cultura é um dos pontos-chave na compreensão das ações humanas, funcionando como uma referência coletiva que identifica os grupos, suas maneiras de perceber, pensar, sentir e agir. Assim, mais do que um conjunto de regras, de hábitos e de artefatos, cultura significa construção de significados partilhados pelo conjunto de pessoas pertencentes a um mesmo grupo social.

Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo realizar um estudo a respeito do clima organizacional de uma gráfica e editora do interior do RS. O estudo justifica-se pela importância da Pesquisa de Clima Organizacional, para avaliação do ambiente interno. E, também, analisar quais são os pontos de melhorias identificados pelos colaboradores, a fim de propiciar um ambiente de trabalho mais agradável e, conseqüentemente, mais produtivo.

Por fim, este trabalho divide-se em cinco capítulos. O primeiro compreende esta breve introdução. O segundo capítulo apresenta um breve referencial teórico sobre clima organizacional. O terceiro capítulo traz os resultados obtidos. O quarto capítulo contém as considerações finais e as sugestões de melhoria. E, para concluir, o quinto capítulo agrange às referências que foram utilizadas para dar embasamento teórico a este trabalho.

## **Pesquisa de clima organizacional**

Segundo Rizzatti (1995 apud Bispo, 2006), os primeiros estudos sobre clima organizacional surgiram nos Estados Unidos, no início da década de 1960, com os trabalhos de Forehand e Gilmer (1964), sobre comportamento organizacional, dentro de um grande e conhecido movimento da Administração chamado de Comportamentalismo.

Para Luz (2003), a pesquisa de clima organizacional é considerada uma importante ferramenta de Gestão Estratégica de Pessoas para o alcance dos resultados, pois possibilita uma macroanálise dos ambientes internos e externos da organização, acompanhando e monitorando a satisfação e o comprometimento dos colaboradores frente às diretrizes organizacionais. Ainda para ele, o diagnóstico de clima organizacional “é o mais importante instrumento de apoio para implementação do processo de melhoria contínua. É uma forma de mapear o ambiente interno da empresa para assim atacar efetivamente os principais focos de problemas, melhorando efetivamente o ambiente de trabalho”. (2003, p.25).



Já para Chiavenato (2003), a pesquisa de clima organizacional é uma ferramenta objetiva e segura, isenta de comprometimento com a situação atual, em busca de problemas reais na gestão dos Recursos Humanos. A análise, o diagnóstico e as sugestões, proporcionados pela pesquisa, são valiosos instrumentos para o sucesso de programas voltados à melhoria da qualidade, ao aumento da produtividade e à adoção de políticas internas. (CUNHA et al., 2014).

Para mensurar o clima organizacional, utiliza-se geralmente um questionário ou escala de concordância padronizada, em que as questões ou afirmativas correspondem aos indicadores, fatores ou variáveis considerados mais relevantes, tais como: imagem da empresa, infraestrutura, mudanças, relacionamento, estilo gerencial, entre os outros, sendo que os resultados tratados geram planos de ações estratégicas.

Com base no exposto, a seguir apresenta-se a metodologia utilizada para o alcance do objetivo deste estudo.

## **Metodologia**

Para alcançar o objetivo de realizar um estudo a respeito do clima organizacional de uma gráfica e editora do interior do RS, realizou-se uma pesquisa quantitativa, que segundo Richardson (1989, p. 29), “[...] o método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto as inferências”, auxiliando na verificação da situação atual da empresa com a satisfação de seus empregados.

Para coleta de dados, utilizou-se um instrumento com base na literatura, principalmente de Luz (2003), Chiavenato (1997; 2005) e Romero e Bittencourt (1999) e validado por Romero e Corso (2006). O instrumento contempla, além de questões sobre dados sociodemográficos, 45 afirmativas, divididas em nove blocos com escalas de 5 pontos que variam entre Discordo Totalmente e Concordo Totalmente, e avalia Imagem, Mudança, Comunicação, Ambiente e Infraestrutura, Qualidade e Tecnologia, Relacionamento, Gestão de Pessoas, Gerenciamento e Comprometimento. Ao todo foram obtidas 26 respostas, e os dados foram tabulados e analisados no *software* Microsoft Office Excel.

A empresa objeto deste estudo iniciou suas atividades em 1923, com uma tipografia no interior do estado, e atualmente serviços de pré-impressão,

acabamentos e impressão plana de livros, revistas, catálogos, jornais, encartes, agendas, cadernos dentre outros. A sede na qual foi aplicada esta pesquisa, possui no seu quadro aproximadamente 100 colaboradores ativos e tem por missão contribuir com excelência e tecnologia para o sucesso daqueles que fazem dos impressos gráficos sua forma de comunicação, educação ou seu instrumento de trabalho.

## Resultados da pesquisa – perfil dos colaboradores

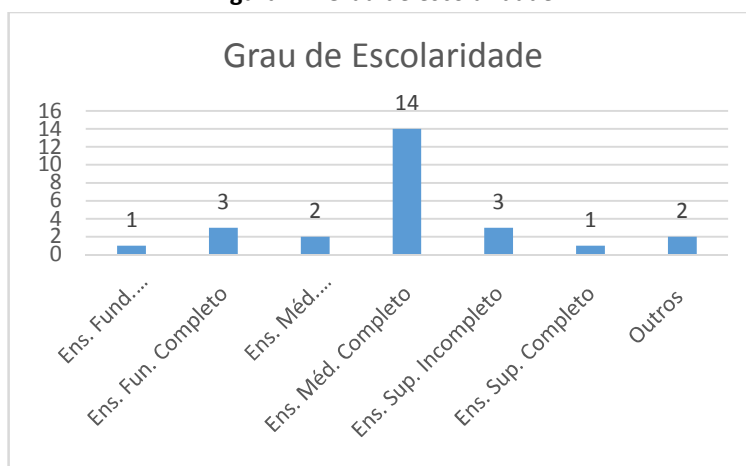
Inicialmente, apresentam-se os dados sociodemográficos que identificam os respondentes, e após as respostas do diagnóstico de clima organizacional.

Analisando o resultado do gênero dos respondentes, 69% (18 pessoas) são do gênero masculino e 23% (seis pessoas) do gênero feminino, e 8% (duas pessoas) não responderam. A predominância do gênero masculino pode ser explicada pelo tipo de atividade, sendo que grande parte trabalha na área técnica e de produção.

Quanto à faixa etária, 42% dos respondentes possuem entre 25 e 35 anos, 19% de 36 a 45 anos, 11% de 46 a 55 anos e apenas um respondente possui mais de 56 anos. Outros dois não responderam à questão.

A escolaridade predominante é Ensino Médio completo com 54% (14 pessoas), seguido de 12% (três respondentes) com Ensino Fundamental completo e Ensino Superior incompleto, e os demais respondentes encontram-se divididos nos demais níveis, conforme apresenta a Figura 1.

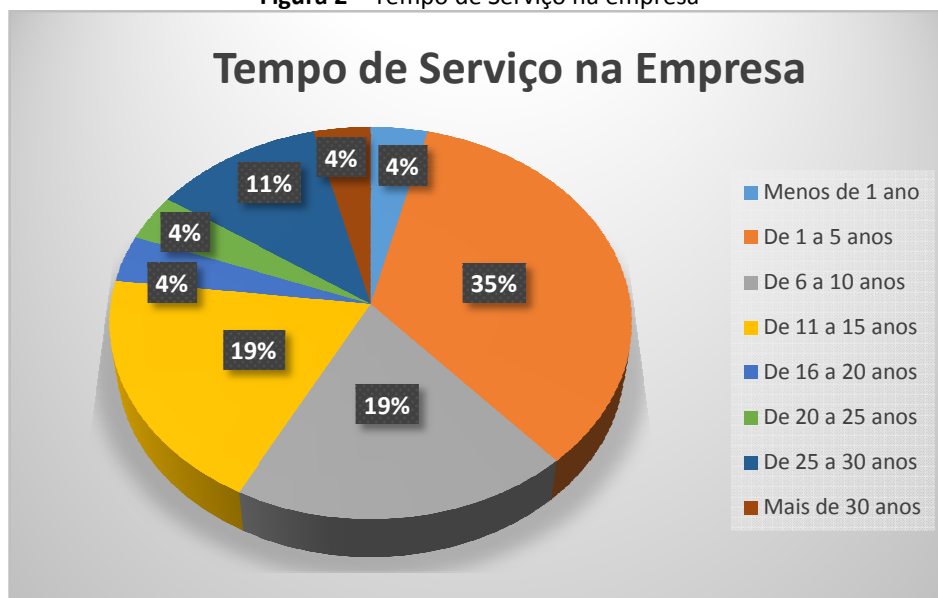
Figura 1 – Grau de escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O tempo de serviço na empresa é apresentado na Figura 2, sendo que 35% dos respondentes (9 pessoas) estão de 1 a 5 anos na empresa, seguidos de 6 a 10 anos e de 11 a 15 anos, ambos com 19% das respostas.

Figura 2 – Tempo de Serviço na empresa



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

A seguir, apresentam-se os dados referentes ao diagnóstico do clima organizacional.

### Média geral dos blocos

Na Tabela 1 apresenta-se a média e o desvio-padrão dos blocos avaliados, em ordem decrescente das médias.

Tabela 1 – Média e desvio-padrão geral dos blocos

BLOCOS	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO
A – Imagem	3,54	1,05
D – Ambiente e Infraestrutura	3,50	0,95
C – Comunicação	3,48	0,94
E – Qualidade e Tecnologia	3,25	0,99
B – Mudanças	3,14	1,03
H – Gerenciamento	3,12	0,98
F – Relacionamento	3,04	0,98
I – Comprometimento	2,86	1,11
G – Gestão de Pessoas	2,81	1,13
<b>GERAL</b>	<b>3,19</b>	<b>1,02</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na sessão seguinte, são apresentados os resultados detalhados de cada bloco pesquisado.

## Resultados detalhados por blocos

**Tabela 2** – Média e desvio-padrão do Bloco A – imagem

BLOCO A – IMAGEM	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO
A1 – A empresa mantém uma imagem de credibilidade e seriedade frente à sociedade.	3,92	1,11
A2 – A empresa atende com rapidez as mudanças de mercado.	3,50	0,91
A3 – Os objetivos, a missão e os princípios são divulgados e praticados por todos.	3,13	1,09
A4 – A missão de responsabilidade social frente à comunidade é atendida de forma clara e produtiva.	3,72	1,04
A5 – As pessoas sentem orgulho de trabalhar na empresa.	3,42	1,08
<b>BLOCO A – GERAL</b>	<b>3,54</b>	<b>1,05</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O Bloco A apresenta as médias referentes à *imagem* externa que a empresa tem perante o mercado e sua rapidez ao atender às mudanças exigidas. Internamente, busca analisar se é divulgada e praticada a cultura organizacional, e se as pessoas sentem orgulho de trabalhar nessa empresa.

A média geral foi de 3,54 com desvio-padrão de 1,05. A média mais alta foi da afirmativa A1, que identifica a imagem de credibilidade e seriedade da organização frente à sociedade. A média mais baixa do bloco foi da afirmativa A3, quanto à divulgação dos objetivos, da missão e dos princípios serem divulgados e praticados por todos na empresa.

**Tabela 3** – Média e desvio-padrão do Bloco B – mudanças

BLOCO B – MUDANÇAS	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO
B1 – A empresa está atenta às mudanças de ambiente externo, procurando adaptar-se.	3,42	1,00
B2 – Os gestores se envolvem estrategicamente com os processos de mudança organizacional.	3,20	0,98
B3 – As mudanças são implementadas de forma participativa, procurando maior rapidez, eficácia e melhoria contínua.	3,12	0,93
B4 – As novas ideias para melhorar os processos de trabalho são sempre bem vindas, ouvidas e discutidas.	2,96	1,14
B5 – As pessoas estão sempre abertas às mudanças, reagindo de forma positiva e proativa.	3,00	1,11
<b>BLOCO B – GERAL</b>	<b>3,14</b>	<b>1,03</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O Bloco B referente às *mudanças*, mensura como os colaboradores percebem que a empresa reage às mudanças externas, e como as ideias dos colaboradores são aceitas por ela, para auxiliar na adaptação a essas mudanças.

A média geral das afirmativas foi de 3,14 com desvio-padrão de 1,03; assim, entende-se que os colaboradores, em geral, concordam e discordam que a empresa está reagindo bem às mudanças de mercado. A afirmativa B1 recebeu a maior média, que foi de 3,42 e desvio-padrão de 1, avaliando se a empresa está atenta às mudanças do ambiente externo para poder adaptar-se. A menor média, 2,96, foi da afirmativa B4, com desvio-padrão de 1,14, indicando que eles têm dúvidas quanto à receptividade da empresa para novas ideias.

**Tabela 4** – Média e desvio-padrão do Bloco C – comunicação

<b>BLOCO C – COMUNICAÇÃO</b>	<b>MÉDIA</b>	<b>DESVIO-PADRÃO</b>
C1 – A comunicação com os clientes externos é clara.	3,52	0,85
C2 – As pessoas estão sempre a par de tudo o que acontece de importante.	3,00	1,04
C3 – O organograma, os diretores, gerentes, as chefias, os departamentos e setores são conhecidos por todos.	3,81	0,96
C4 – Todos conhecem claramente as chefias e sabem as atividades e tarefas que cada um desempenha.	3,73	0,9
C5 – As pessoas conhecem suas metas, os objetivos e as ações futuras da organização.	3,32	0,97
<b>BLOCO C – GERAL</b>	<b>3,48</b>	<b>0,94</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O Bloco C referente à *comunicação* analisa a comunicação da empresa tanto externa quanto internamente. Identificando o grau de conhecimento dos colaboradores quanto ao organograma, à hierarquia, às metas e aos objetivos estratégicos da organização.

A média geral foi de 3,48, com desvio-padrão de 0,94. A maior média, de 3,81, com desvio-padrão de 0,96, foi da afirmativa C3, na qual eles concordam quanto ao seu conhecimento claro em relação ao organograma e às suas divisões. A afirmativa C2 recebeu a menor média, 3, com desvio-padrão de 1,04. Essa afirmativa avalia se as pessoas estão sempre cientes dos assuntos importantes da empresa.

**Tabela 5** – Média e desvio padrão do Bloco D – ambiente e infraestrutura

<b>BLOCO D – AMBIENTE E INFRAESTRUTURA</b>	<b>MÉDIA</b>	<b>DESVIO-PADRÃO</b>
D1 – O ambiente físico é climatizado, confortável e agradável, com <i>layout</i> adequado às atividades realizadas.	3,08	1,21
D2 – O ambiente físico é mantido limpo e organizado por todos (salas, banheiros, recepção).	3,73	0,9
D3 – Os equipamentos e as máquinas estão adequados e recebem manutenção periódica.	3,19	1,18
D4 – Há materiais suficientes para a realização das atividades	3,92	0,63
D5- O conhecimento para a realização das atividades é amplamente divulgado a todos.	3,56	0,85
<b>BLOCO D – GERAL</b>	<b>3,50</b>	<b>0,954</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O Bloco D trata de fatores referentes à qualidade e climatização do *ambiente físico*, das instalações e da *disponibilidade dos recursos e materiais* necessários aos colaboradores do seu trabalho. A média geral é 3,5, com desvio padrão de 0,95. A afirmativa D4 apresentou a maior média, 3,92, e desvio padrão de 0,63, evidenciando a organização da empresa, em relação à manutenção de suprimentos necessários para a realização das atividades. A média mais baixa foi apresentada pela afirmativa D1, que diz respeito ao *layout* e a outros aspectos estruturais do ambiente físico.

**Tabela 6** – Média e desvio-padrão do Bloco E – qualidade e tecnologia

<b>BLOCO E – QUALIDADE E TECNOLOGIA</b>	<b>MÉDIA</b>	<b>DESVIO-PADRÃO</b>
E1- A organização mantém-se atualizada com novas tecnologias, inovações e equipamentos, adquirindo-os.	3,38	0,96
E2 – Os produtos oferecidos e/ou serviços prestados pela organização têm alta qualidade.	3,52	0,85
E3 – A organização investe em capital intelectual, através de treinamento e desenvolvimento constantes.	2,77	1,12
E4 – As atividades/tarefas são igualmente distribuídas entre as pessoas, mantendo qualidade.	3,12	1,11
E5 – As rotinas e os fluxos de processos (atividades/tarefas) são ágeis, claros e conhecidos por todos.	3,46	0,89
<b>BLOCO E – GERAL</b>	<b>3,25</b>	<b>0,986</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O Bloco E refere-se à qualidade e *tecnologia* disponíveis para a execução das tarefas e ao investimento no capital intelectual, com média geral 3,25 e desvio padrão 0,986. A afirmativa E2 evidencia a qualidade de produtos e serviços prestados pela organização, com média 3,52 e desvio padrão 0,85. A média mais baixa diz respeito ao investimento que a empresa faz no capital intelectual – afirmativa E3, com 2,77 de média e desvio padrão de 1,12.

**Tabela 7 – Média e desvio-padrão do Bloco F – relacionamento**

BLOCO F – RELACIONAMENTO	MÉDIA	DESVIO - PADRÃO
F1 – As pessoas se sentem à vontade para conversar com colegas de outros níveis, inclusive diretores.	2,92	1,07
F2 – Existe acompanhamento e <i>feedback</i> de desempenho, auxiliando as pessoas e dificuldades.	2,76	0,99
F3 – Há espírito de equipe, integração e cooperação entre os colegas e gestores.	3,04	0,94
F4 – Todos conseguem visualizar como as tarefas estão inter-relacionadas em busca do mesmo objetivo.	3,4	0,94
F5 – O relacionamento entre as pessoas é baseado na confiança e na autenticidade.	3,08	0,96
<b>BLOCO F – GERAL</b>	<b>3,04</b>	<b>0,98</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O Bloco F contempla as questões de relação entre a gerência e os funcionários, bem como o *relacionamento* entre equipes. A média geral obtida foi 3,04 e o desvio padrão 0,98. A afirmativa F4 possui a média mais alta, 3,4, e desvio padrão 0,94, salientando a clareza da inter-relação e o alinhamento das tarefas. A média mais baixa foi da afirmativa F2, que revela a carência dos funcionários de um retorno quanto à forma como executam suas tarefas.

**Tabela 8 – Média e desvio-padrão do Bloco G – gestão de pessoas**

BLOGO G – GESTÃO DE PESSOAS	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO
G1 – As políticas de gestão de pessoas são escritas, éticas, divulgadas e cumpridas.	3,13	1,16
G2 – Os critérios de seleção, promoção e desligamento são claros e divulgados a todos.	2,68	1,12
G3 – Os planos de benefícios atendem às necessidades básicas dos colaboradores.	2,60	1,06
G4 – Há igualdade, equilíbrio e ética na política de administração salarial.	2,60	1,1
G5 – Existem oportunidades para novos aprendizados e aperfeiçoamento profissional.	3,04	1,22
<b>BLOCO G – GERAL</b>	<b>2,81</b>	<b>1,13</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O bloco G apresenta as médias das afirmativas referentes à gestão de pessoas, suas políticas, seus critérios de promoção, seleção, aos planos de benefícios, oportunidades de aprendizagem, etc. A média geral do bloco foi 2,81 e o desvio padrão 1,13. A média mais alta encontrada foi na alternativa G1, 3,16, que apresentou um alto desvio-padrão, 1,16, com relação à divulgação e o cumprimento das políticas de gestão de pessoas. Com médias mais baixas apresentaram-se as afirmativas G3 e G4, com 2,6, sendo o maior desvio-padrão apresentado, 1,1, no que se refere à igualdade, ao equilíbrio e à ética na política de administração salarial.

**Tabela 9** – Média e desvio-padrão do Bloco H – gerenciamento

BLOCO H – GERENCIAMENTO	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO
H1 – Os gestores/supervisores realizam reuniões periódicas com o grupo para solucionar problemas e melhorias.	2,58	1,00
H2 – Os colegas possuem autonomia necessária à realização de seu trabalho.	3,64	0,89
H3 – A gestão e tomada de decisões são participativas, imparciais e éticas, considerando opiniões do grupo.	2,80	1,02
H4 – Os gestores/supervisores possuem conhecimento técnico das atividades do seu setor.	3,28	1,04
H5 – Os gestores possuem conhecimento sobre gestão e liderança de pessoas.	3,32	0,93
<b>BLOCO H – GERAL</b>	<b>3,12</b>	<b>0,98</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O bloco H refere-se às médias das afirmativas em relação ao *gerenciamento*, à tomada de decisões, liderança e autonomia dos colaboradores. A média geral do bloco foi de 3,25, com desvio-padrão de 0,98, demonstrando que, no geral, os respondentes concordam e discordam, quanto à clareza do gerenciamento. A média mais alta, H2, foi 3,64, com desvio-padrão de 0,89, afirmando que os colegas possuem autonomia necessária à realização de seu trabalho. A média mais baixa foi na afirmativa H1, que se refere aos gestores realizarem reuniões periódicas com o grupo, para solucionar problemas e melhorias, apresentando 2,58 de média e 1,0 de desvio-padrão.



**Tabela 9 – Média e desvio-padrão do Bloco I – comprometimento**

BLOCO I – COMPROMETIMENTO	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO
I1 – As pessoas trabalham com entusiasmo, cooperação e motivação e gostam do trabalho que executam.	2,96	1,02
I2 – As pessoas utilizam sua formação e seus conhecimentos na realização das atividades.	3,23	1,01
I3 – Todos se sentem comprometidos com o sucesso da empresa, comemorando suas vitórias.	3,12	1,01
I4 – As pessoas recebem elogios e reconhecimento quando realizam uma tarefa melhor do que o esperado.	2,16	1,16
I5- A organização possui um ambiente livre de pressões desnecessárias, agradável e prazeroso para trabalhar.	2,76	1,36
<b>BLOCO I – GERAL</b>	<b>2,86</b>	<b>1,11</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O Bloco I sintetiza as médias das afirmativas em relação ao *comprometimento*, *cooperação*, ao entusiasmo e reconhecimento. A média geral do bloco foi 2,86, com desvio-padrão de 1,11. A média mais alta I2, foi 3,23, com desvio-padrão de 1,01, indicando que a maioria dos respondentes concorda que aplicam as informações e os conhecimentos na realização das atividades. A média mais baixa, na I4, as pessoas recebem elogios e reconhecimento quando realizam uma tarefa melhor do que o esperado, com 2,16, com desvio-padrão de 1,16.

### Considerações finais

Como resultados, a empresa estudada apresenta, como pontos fortes *imagem* (3,54), *ambiente e infraestrutura* (3,50), *comunicação* (3,48) e *qualidade e tecnologia* (3,25) e como pontos a melhorar *mudanças* (3,14), *gerenciamento* (3,12), *relacionamento* (3,04), *comprometimento* (2,86) e *gestão de pessoas* (2,81).

Com relação à *imagem*, a empresa poderia divulgar mais a sua cultura organizacional para seus colaboradores, apresentando seus objetivos, sua missão e seus princípios. A fim de facilitar o entendimento da razão pela qual a empresa existe, quais valores são importantes para ela e o rumo que quer seguir. Com isso os esforços se concentrarão em uma direção comum, evitando que, dentro da empresa, haja objetivos conflitantes.

Sabendo dos valores organizacionais, pelo que a empresa se importa, pode até mesmo refletir na melhoria do sentimento de orgulho dos colaboradores, em trabalhar para a organização, pois assim podem se identificar mais com seu trabalho e com a finalidade que o mesmo está buscando.

Em relação aos resultados desse bloco das *mudanças*, a empresa poderia ser mais receptiva às sugestões dos colaboradores, visto que eles, como parte integrante e ativa do seu trabalho, podem auxiliar na melhoria contínua dos processos e resultados organizacionais, contribuindo também para um sentimento e a valorização dos colaboradores pela empresa.

A comunicação interna ainda é um ponto de atenção nessa empresa. Poderiam implantar um sistema estruturado e eficaz de comunicação, em que os colaboradores conseguissem estar a par de todos os assuntos da empresa, evitando, assim, conflitos internos.

Os blocos de *gestão de pessoas* e *comprometimento* apresentaram as menores médias, e *gerenciamento* apresentou a quarta menor média dentre todas as variáveis pesquisadas, demonstrando pouca clareza por parte dos colaboradores. A empresa deve estruturar um Plano de Salários e Benefícios de forma a atender às necessidades dos colaboradores, com igualdade e ética. Os critérios de seleção devem priorizar o recrutamento interno e divulgados a todos, assim como todas as demais políticas de gestão de pessoas, para que seus colaboradores saibam o que é necessário para a ascensão dentro da empresa, podendo então buscar qualificação e desenvolvimento das competências necessárias.

Os resultados observados no Bloco D ressaltam que a empresa deve realizar uma revisão em sua estrutura, a fim de melhorar, dentro do possível, a qualidade e climatização do ambiente físico, de acordo com as condições de cada tarefa.

O Bloco E mostra a carência de investimento no capital intelectual. Para reverter tal resultado, a empresa deve aumentar seus incentivos à qualificação, ao treinamento e à capacitação, melhorando a produtividade e qualidade dos serviços.

A questão de relacionamento, apresentada no Bloco F, indica que a empresa deve implementar ferramentas de avaliação e desempenho de tarefas, bem como entregar um *feedback* aos seus funcionários, para que eles se sintam mais seguros na execução de suas tarefas e aumentem sua motivação para

participar dos treinamentos e das capacitações que a empresa pode vir a disponibilizar.

Os gestores podem realizar reuniões periódicas para discussão e resolução de problemas de forma participativa. Também devem reconhecer e gratificar seus colaboradores pelas atividades bem desempenhadas.

A empresa deve propiciar qualificação para a melhor realização das atividades desempenhadas pelos colaboradores e cursos voltados à qualificação dos gestores da organização. A expectativa é de que estes estejam aptos a desempenhar funções de liderança, orientação, supervisão e acompanhamento das equipes de trabalho, a fim de motivar os colaboradores e propiciar um ambiente livre de pressões e prazeroso para se trabalhar.

Como limitações para este trabalho, destacamos o fato de a pesquisa ter sido aplicada pelo gestor de recursos humanos da empresa, o que pode causar constrangimento aos respondentes. Também o baixo número de respondentes pode comprometer a qualidade e fidelidade dos dados, com relação à percepção dos colaboradores quanto ao clima da empresa.

Como estudos futuros, a pesquisa pode ser realizada novamente, com maior adesão por parte dos colaboradores e também dos gestores, para que os dados possam identificar com veracidade a real situação do clima organizacional da gráfica e editora. O objetivo maior é o de propiciar à empresa mecanismos que deem suporte para mudanças que agreguem melhoria à qualidade de vida e ao ambiente de trabalho de seus colaboradores.

#### **Referências**

BERTO, C dal. **Clima organizacional**: uma pesquisa na empresa Disdal no Distrito Federal. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/4995/1/21232811.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando pessoas**: o passo decisivo para a administração participativa. 3. ed. São Paulo: Makron, 1997.

\_\_\_\_\_. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

CUNHA, P. R. et al. Pesquisa de clima organizacional: um estudo realizado em uma indústria de alimentos na cidade de Gaspar, SC. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 1, p. 59-78, 2014.

DIAS, R. **Cultura organizacional**: construção, consolidação e mudanças. São Paulo: Atlas, 2013.

FERREIRA, P. I. **Clima organizacional e qualidade de vida no trabalho**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LUZ, R. **Gestão do clima organizacional**. Rio de Janeiro: Qualytimark, 2003.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RIZZATTI, G. **Análise de fatores significativos do clima organizacional da UFSC: contribuição para implantação do programa de qualidade**. 1995. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

ROMERO, S. M.; CORSO, E. Gestão de clima organizacional: estudo de caso em uma empresa gráfica e editora. **Revista OPINIÃO**, ULBRA, Canoas, n. 17, p. 79-93, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ulbra.br/administracao/files/revista-opinio/opinio17.pdf>>. Acesso em 22 de jun. 2017.

ROMERO, Sonia Mara T.; BITTENCOURT, Christiane et al.(Org.). **Inter-relações: temas em processos de grupo**, Porto Alegre: PUCRS, ano II, n. 2, p.79-89, 1999.

## Hospitalidade como diferencial da prestação de serviços de saúde: análise comparativa de dois hospitais da cidade de São Paulo-SP

*Hospitality as a differential of the provision of health services: comparative analysis of two hospitals of the city of São Paulo-SP*

Helena Charko Ribeiro<sup>\*</sup>  
Maria Luiza Cardinale Baptista<sup>\*\*</sup>  
Silvio Luiz Gonçalves Vianna<sup>\*\*\*</sup>

**Resumo:** Esse artigo se propõe a analisar a hospitalidade nos serviços prestados em duas instituições de saúde de referência nacional e internacional, localizadas na cidade de São Paulo: o Hospital Israelita Brasileiro Albert Einstein e o Hospital Sírio Libanês. A sustentação teórica foi elaborada a partir dos estudos de hospitalidade desenvolvidos por: Camargo (2004), Lashley e Morrison (2010) e Santos e Baptista (2014). Além deles, foram também considerados alguns estudos, sobre Turismo de Saúde, elaborados por: Godoi (2009) e Fernandes e Fernandes (2011), que apresentaram uma visão ampliada do assunto. Quanto à metodologia, optou-se pela realização de um estudo qualitativo com base nas informações disponibilizadas nos sites das duas instituições de saúde. O resultado obtido nesta análise demonstrou que a hospitalidade e os serviços prestados nos dois hospitais tiveram início semelhante, mas, ao longo do tempo, a hospitalidade revelou diferenças que vão além da retribuição das famílias judaicas, sírias e libanesas, quando chegaram à cidade de São Paulo. Dentre os aspectos diferenciais, estão: tecnologia, avanços na medicina e inovações.

**Palavras-chave:** Hospitalidade. Serviços. Hospital Albert Einstein. Hospital Sírio Libanês.

---

\* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul – UCS. Mestra em Turismo, do Programa de Pós-Graduação em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) (2005). Especialista em Produção das Empresas de Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (1985). Bolsista Capes. hcharko@terra.com.br, CV <http://lattes.cnpq.br/9219211504277709>.

\*\* Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) (2000). Mestra em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) (1995) e Graduada em Jornalismo Gráfico e Audiovisual pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Pós-doutoranda e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Pesquisadora-líder do Amorcomtur! Grupo de Estudos em Comunicação, Turismo, Amorosidade e Autopoiese (UCS/CNPq). malu@pazza.br, CV <http://lattes.cnpq.br/2996705711002245>.

\*\*\* Doutor em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) (2011). Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2004). Graduado em Administração pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) (1994). Professor Adjunto no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). slgvianna@ucs.br. CV <http://lattes.cnpq.br/2627794239193071>.

**Abstract:** This article proposes to analyze the hospitality services provided in two national and international reference health institutions located in the city of São Paulo: the Brazilian Israeli Hospital Albert Einstein and the Sirio Libanes Hospital. The theoretical support was elaborated from the studies of hospitality developed by Camargo (2004), Lashley and Morrison (2010) and Santos and Baptista (2014). In addition, some studies on Health Tourism were also considered, elaborated by Godoi (2009) and Fernandes and Fernandes (2011), who presented a enlarged view of the subject. Regarding the methodology, a qualitative study was chosen based on the information available on the websites of the two health institutions. The result obtained in this analysis showed that the hospitality and services provided in the two hospitals started similarly but, over time, hospitality revealed differences that go beyond the retribution of the Jewish, Syrian and Lebanese families when they arrived in the city of São Paulo. Among the differential aspects are: technology, advances in medicine and innovations.

**Keywords:** Hospitality. Service. Hospital Albert Einstein. Hospital Sirio Libanes.

## **Introdução**

O presente artigo refere-se à hospitalidade, como elemento diferencial na prestação de serviços, em dois hospitais da cidade de São Paulo: Hospital Israelita Brasileiro Albert Einstein e Hospital Sírio Libanês. O estudo se desenvolve, a partir do reconhecimento do contexto da ampliação do mercado de saúde, num cenário competitivo. As instituições de saúde, aqui citadas, primam por um serviço de hospitalidade cada vez mais qualificado, pois o fluxo de turistas de saúde, nacionais e estrangeiros, vem promovendo uma demanda significativa. Estima-se, por exemplo, que anualmente 40 mil pessoas procuram atendimento de saúde no Brasil. (GODOI, 2009). Isso implica a qualificação de profissionais e das próprias instituições, o que faz a diferença e contribui para os serviços de hospitalidade oferecidos.

A associação entre turismo e saúde não é muito conhecida, em âmbito geral, mas vem chamando a atenção de governantes, instituições e profissionais da área do turismo e da saúde. Percebe-se, ainda, que esta relação (turismo e saúde) tem influência na economia e no desenvolvimento social de localidades que desenvolvem este tipo de atividade turística. (PIMENTA, 2013).

Na atualidade, o turismo é uma atividade importante, tanto no âmbito comercial quanto econômico, segundo especialistas da área. (UNWTO, 2017). Já a área da saúde corresponde a um segmento importante, a partir do qual os viajantes ou turistas utilizam os serviços de turismo (transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, lazer, etc.) para irem a outras cidades, outros estados ou até mesmo outros países, em busca de tratamento.

O mesmo movimento migratório se dá em relação ao turista estrangeiro, que busca, no Brasil, profissionais de saúde para tratamento, levando em conta os valores praticados no mercado internacional, em relação a tratamentos específicos. Dentre esses tratamentos estão aqueles vinculados às áreas de cirurgia plástica, bariátrica e cardíaca, atendimento de ortopedia, de odontologia e de oftalmologia. O Brasil possibilita aos estrangeiros atendimento nessas especialidades, por valores consideravelmente menores do que os praticados em seus países de origem. (GODOI, 2009; BRASIL, 2010, FERNANDES; FERNANDES, 2011).

Conforme informações veiculadas pelos dois hospitais analisados, as motivações que levam à prática do turismo de saúde são: a promoção, a manutenção, a prevenção e a cura de doenças. Para tanto, verifica-se a necessidade de articulação em rede e de cooperação entre as instituições de saúde. (HOSPITAL ALBERT EINSTEIN, 2016; HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS, 2017).

O mercado é promissor em relação ao Turismo de Saúde, uma vez que há indicações de que este segmento tende a crescer de modo significativo, de acordo com especialistas, podendo vir a participar, efetivamente, da economia da localidade onde é praticado. (RIBEIRO; ALMEIDA, 2014). Freitas (2010) compartilha essa mesma ideia e destaca que o movimento de Turismo de Saúde tem aumentado, desde o final dos anos 1990. Segundo ele, esse mercado vem crescendo 20% ao ano.

Nesse contexto, surge, em 2010, a Associação Brasileira de Turismo de Saúde (PMPA, 2011), com sede em Brasília, no Distrito Federal, a qual reúne as áreas de Turismo e de Saúde, identificando, no País, os destinos brasileiros em condições de atuar no segmento, bem como instituições que possam ingressar neste mercado. A partir do acima exposto, surge a seguinte questão de pesquisa: Quais são os indicadores de hospitalidade que tornam os dois hospitais escolhidos, para o presente estudo, referências em turismo de saúde?

Para responder a essa pergunta, definiu-se, como objetivo central desta pesquisa, analisar os indicadores de hospitalidade nas instituições de saúde da cidade de São Paulo. As instituições foram escolhidas por receberem um fluxo de turistas de saúde expressivo e terem se destacado no segmento, sendo consideradas como referência no Brasil e no Exterior.

Em termos metodológicos, optou-se por desenvolver um estudo descritivo com uma abordagem qualitativa, partindo da investigação feita, junto aos *sites* dos hospitais com o intuito de descrever quais são indicadores de hospitalidade

que fazem com que os hospitais sejam considerados referência em sua área de atuação.

Com relação à hospitalidade, optou-se pela utilização da matriz maussiana baseada em “Dar, Receber, Retribuir” (CAMARGO, 2004), que caracteriza a ênfase na concepção da “dádiva”, com a lógica da troca. (SANTOS; BAPTISTA, 2014).

Neste sentido, ao analisar as informações contidas no *site* dos hospitais aqui estudados, observou-se a existência dessa troca, envolvendo a relação dos hospitais, com a cidade e os pacientes. Fica claro que os dois hospitais surgem de uma mesma proposta: oferecer uma retribuição à cidade de São Paulo, pela hospitalidade com que as famílias sírias, libanesas e judaicas foram recebidas.

O presente estudo encontra-se estruturado em cinco partes. A primeira envolve a introdução do trabalho, mostrando a contextualização do assunto, a definição da questão de pesquisa, a formulação do objetivo central do estudo e a apresentação dos aspectos metodológicos envolvidos na pesquisa.

Na segunda parte, serão tratados os conceitos teóricos que fundamentam o estudo, abordando os temas: saúde, turismo e hospitalidade. A terceira parte apresenta os detalhes da metodologia utilizada no estudo. A parte seguinte corresponde à discussão em relação aos dados coletados em campo, mostrando os aspectos que tornam os dois hospitais pesquisados referências em suas áreas de atuação. Por fim, a quinta parte apresenta as considerações finais sobre o *trabalho*, trazendo as conclusões que podem ser extraídas com base nas pesquisas realizadas.

## **Saúde e turismo**

O binômio saúde e turismo revela, atualmente, uma concepção diferenciada do que se entendia na Antiguidade. A atividade turística teve seu início a partir de viagens realizadas por motivos de saúde, desde a época dos romanos, uma vez que eles já frequentavam as praias e os *spas* com esse objetivo. Os romanos consideravam a praia o local de divertimento, relaxamento e prazer. Já os *spas* eram utilizados para a busca da cura de doenças. Essa movimentação já caracterizava a existência da relação do turismo com a saúde. (BARRETO, 2010).

Hoje o turismo é uma atividade considerada, por muitos segmentos, como essencialmente econômica e comercial, que pode contribuir para a qualidade, no que se refere à infraestrutura e aos serviços, o que leva ao desenvolvimento de



uma localidade. Trata-se, aqui, no entanto, de um campo complexo, como a área da saúde. É o que se depreende das práticas dos setores e das reflexões feitas por alguns estudiosos, como, por exemplo: Moesch (1998), que reflete sobre a complexidade; Gastal (2005) que se dedica a refletir sobre turismo e imaginário; Beni (2003) que aborda o sistema de Turismo; e Trigo (2003, 2005) com suas análises sobre a contemporaneidade. A partir dessas perspectivas, é possível compreender que turismo e saúde se constituem como tramas complexas que se transversalizam. Esse entendimento se sustenta e também é discutido no Grupo Amorcontur, especialmente nos estudos de Baptista (2014).

É importante salientar aqui uma característica muito especial do turismo, que é a sazonalidade. O turismo de saúde, neste sentido, apresenta-se como uma alternativa para diminuir esta sazonalidade, agregando valor à atividade, segundo o Ministério do Turismo. (BRASIL, 2010). Ressalta-se, porém, que, corroborando os estudos de Vianna, Anjos e Anjos (2016), a competitividade de uma destinação turística não deve ser um fim em si, mas contribuir para um objetivo superior, que envolve a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde se desenvolve aquela atividade.

## **Hospitalidade**

A hospitalidade confunde-se com a história da civilização. Seu registro procede de diferentes origens (religiosa, moral, social e comercial), desde a concepção do “dever sagrado de receber o estrangeiro” (caridade). A origem comercial refere-se, atualmente, às instituições sociais como hospitais. (LASHLEY; MORRISON, 2010; SALLES; BUENO; BASTOS, 2010). Dias esclarece a origem de hospitalidade e hospital, dizendo:

A noção de hospitalidade provém da palavra latina hospitalitas-atis e traduz-se como: o ato de acolher, hospedar; a qualidade do hospitaleiro, boa acolhida; recepção; tratamento afável, cortês, amabilidade; gentileza [...] A palavra hospital, também do latim hospitale-icum, hospedaria ou casa de hóspedes, era comum no século XI, serviam para designar locais, à margem das antigas estradas romanas, destinados a abrigar peregrinos, oferecendo assistência variada, inclusive tratamentos médicos. Muitos destes estabelecimentos eram anexos a monastérios. (2002, p. 98-99).

Um panorama sobre as escolas de hospitalidade é necessário, para a compreensão da análise a que se propõe o trabalho. Há três escolas de

hospitalidade: Americana, Francesa e Inglesa. (SANTOS; BAPTISTA, 2014; CAMARGO, 2004). A primeira baseia-se no contato e na troca, estabelecidos por agências de viagens, operadoras, transportadoras, hotéis e restaurantes. Isso significa uma escola de olhar mais técnico sobre a hospitalidade. A segunda escola está voltada para o interesse pela hospitalidade doméstica e pela hospitalidade pública, no sentido de “dar, receber, retribuir” e desconsidera a hospitalidade comercial ou de mercado. (CAMARGO, 2004). Já a terceira escola tem ênfase no contexto do mercado, resultados econômicos financeiros e têm como fim o lucro e/ou o meio para manter a própria hospitalidade. (SANTOS; BAPTISTA, 2014).

Alguns autores discutem a hospitalidade numa esfera mais ampla, tais como: Dias (2002); Camargo (2004); Brotherton e Wood (2010); Lashley e Morrison (2010); Quadros (2011); Santos e Baptista (2014), dentre outros. Segundo eles, a hospitalidade é um diferencial competitivo, que não envolve apenas uma troca, como fala a escola americana de hospitalidade, mas, sim, uma motivação comportamental e tecnológica, indo além da dádiva do dar, receber e retribuir. Moreira, Moretti e Carvalho (2017) mostram que o acolhimento pode ser considerado a origem da hospitalidade, assumindo dimensões que apontam para uma nova ética e uma política voltada à geração de bem-estar para todos os envolvidos.

Nas duas últimas décadas, os hospitais sofreram várias mudanças. Dentre essas mudanças, destaca-se o serviço de hospitalidade, como um diferencial oferecido aos turistas de saúde, bem como a todos que procuram o hospital para tratamento. Atualmente, os hospitais apresentam características que podem ser observadas pelos turistas de saúde e por seus acompanhantes, desde o *hall* de entrada, passando pelas acomodações, pelos serviços de hotelaria, pelas facilidades, pelo ambiente climatizado, etc. Esse novo modelo de hospitalidade, nos hospitais, promoveu, também, mudanças significativas em todos os setores do hospital. (GODOI, 2009, p. 84-86).

Os dois hospitais aqui analisados se qualificaram, em relação a essas mudanças, de tal maneira que se tornaram referência, tanto no Brasil como no Exterior. Ambos enfatizam, em sua divulgação, aspectos como humanização e calor humano, bem como o oferecimento de facilidades e hospedagem aos seus pacientes e a seus acompanhantes, destacando-se, ainda, a qualificação da instituição e de seus profissionais. (HOSPITAL ALBERT EINSTEIN, 2016; HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS, 2017). Para oferecerem os serviços de saúde aos estrangeiros, as instituições passam por um processo de acreditação, no qual o estabelecimento

é avaliado por um organismo específico. Neste caso, a *Joint Commission International* (JCI).

## **Metodologia**

O presente estudo utilizou-se de uma pesquisa do tipo descritiva com abordagem qualitativa, por meio da qual foram pesquisados os indicadores de hospitalidade, presentes nos dois hospitais escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa. Inicialmente, foram identificados alguns elementos facilitadores, como: restaurantes, cafés, brinquedotecas e lojas, entre outros. Posteriormente, foram encontrados dois indicadores, mencionados pelas instituições em seus *sites*, que possuem relação direta com a hospitalidade, sendo eles: a humanização e o calor humano. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica, na base de dados nacional, conhecida como Periódicos Capes, que propicia acesso a diversas revistas nacionais e internacionais, onde foi constatado não haver um acervo sobre o assunto (turismo de saúde) suficiente em nosso idioma, que possibilitasse o aprofundamento da pesquisa. Optou-se, então, pela revisão bibliográfica, a partir dos termos: turismo, saúde, hospitalidade e hospitais. Posteriormente, foi realizada uma análise do *site* das duas instituições de saúde, selecionadas para este artigo.

As variáveis escolhidas, para viabilizar o desenvolvimento da investigação, foram extraídas dos estudos de Godoi (2009), Lashley e Morrison (2010), Quadros (2011), Pimenta (2013), Ribeiro e Almeida (2014) e Vianna, Anjos e Anjos (2016).

A análise envolveu os seguintes processos: leitura prévia, registro de destaques, discussões dos destaques e redação de texto, mostrando os indicadores que demonstram a hospitalidade dos hospitais pesquisados. Por fim, foi feita uma análise comparativa dos dois hospitais, apresentando os indicadores de hospitalidade observados.

## **Sociedade Beneficente Brasileira Albert Einstein – Hospital Israelita Brasileiro Albert Einstein**

O médico Manuel Tabacow Hidal, em 1955, numa reunião com um grupo de amigos, apresentou a ideia de conceber um hospital, o que, mais tarde, se tornaria realidade. Desde então, a comunidade judaica anunciou o compromisso

de oferecer à população do Brasil uma referência em qualidade da prática médica. Construído com recursos provindos de doações, o hospital foi inaugurado em 1971, sendo um dos pilares de atuação da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein. Os focos do hospital são: assistência à saúde, medicina diagnóstica, ensino, pesquisa e responsabilidade social. (HOSPITAL ALBERT EINSTEIN, 2015).

Dados oficiais da instituição informam que sua sede está localizada no Bairro do Morumbi, na capital paulista (SP), sendo composta por seis prédios com mais de 200 mil m<sup>2</sup> de área construída e 646 leitos. Neste local, também são realizados exames e consultas médicas, entre outros serviços. A Instituição conta com 12 mil colaboradores. O corpo clínico é formado por mais de oito mil médicos de diversas especialidades clínicas e cirúrgicas. (ALBERT EINSTEIN – SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA, 2017).

Quanto à sua estrutura, o Hospital Israelita Brasileiro Albert Einstein é composto por Unidades, Centros, Clínicas e Departamentos, Conveniência, Maternidade, Pronto Atendimento e Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Administra 22 unidades públicas, sendo que, dessas, 13 são Unidades Básicas de Saúde (UBS), três Assistências Médicas Ambulatoriais (AMA), três Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), o Hospital Municipal Dr. Moysés Deusch – M'Boi Mirim e o Hospital da Vila Santa Catarina – Gilson de Cássia Marques de Carvalho. (ALBERT EINSTEIN – SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA, 2017).

“O Einstein é um sistema integrado de saúde no qual diferentes estruturas se combinam para oferecer serviços de excelência e exercer a medicina baseada em evidências científicas.” (ALBERT EINSTEIN – SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA, 2017, p. 29).

O Hospital informa que tem compromisso social e responsabilidade social. Mantém programas na comunidade de Paraisópolis, projetos na comunidade judaica na área de assistência à saúde e com o Residencial Israelita Albert Einstein para idosos. (ALBERT EINSTEIN – SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA, 2017).

O *site* do hospital apresenta diferenciais que o transformam em referência no Brasil e no Exterior, dentre eles destaca-se “[...] o fato de não ser somente um hospital, mas sim, um sistema integrado de saúde”. (HOSPITAL ALBERT EINSTEIN, 2015a). Observa-se que não somente assistência é oferecida pelo hospital, mas também “[...] a promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação”.

(HOSPITAL ALBERT EINSTEIN, 2015a). Outro diferencial pode estar associado às atividades na área pública, por meio das quais o hospital demonstra seu compromisso social. Quanto aos mecanismos da governança, outro diferencial pode ser destacado em sua gestão, que considera como basilares três elementos fundamentais: estrutura de tomada de decisão amparada de maneira sólida por mecanismos de controle; o processo de construção contínua, que tem como foco o futuro da Instituição; e a cultura voltada à obtenção da excelência. (HOSPITAL ALBERT EINSTEIN, 2015a).

Em sua estrutura, o Hospital ainda oferece um setor de conveniência (Quadro 1), com brinquedoteca, cafés e restaurantes, espaço Kasher e lojas. Segundo o *site* do Hospital, esta é uma preocupação com os serviços de hospitalidade para seus clientes, independentemente de serem ou não pacientes. Outro serviço disponibilizado é um concierge-navegador, que está à disposição dos pacientes, para ajudá-los com as áreas do Hospital, bem como conduzi-los aos locais necessários. Este serviço é oferecido aos pacientes do Núcleo de Relacionamento ao Paciente Oncológico. (HOSPITAL ALBERT EINSTEIN, 2016a).

**Quadro 1** – Serviços de conveniência oferecidos pelo Hospital Albert Einstein

<b>Conveniências</b>	Brinquedoteca
	Cafés
	Restaurantes
	Espaço <i>Kasher</i>
	Lojas

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Hospital Albert Einstein (2016a).

O Hospital Israelita Brasileiro Albert Einstein necessita cumprir algumas normas para atendimento de turistas de saúde, bem como garantir a segurança dos mesmos. O hospital informa que possui acreditação e certificações de instituições internacionais: *American College of Cardiology* (ACC); *Association of Blood Bank* (AABB); *American College of Radiology* (ACR); *College of American Pathologists* (CAP); *Foudation for the Accreditation of Cellulat Therapy* (FACT); ISO 14001; Certificado Ambiental Institucional; *Joint Commission International* (JCI) – Programas de Cuidados Clínicos (AVC), Programa de Diabetes e Programa de Atenção Primária – Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis; *Planetree*; *Association and Accreditation of Laboratory Animal Care International* (AAALAC); *The American Society for Histocompatibility and Immunogenetics* (ASHI) e Selo do Idoso Intermediário; Acreditação em Processo de Implantação;

*Magnet Recognition Program; OHSAS 18001 – Saúde, Segurança Ocupacional; Association for the Accreditation of Human Research Protection Programs (AAHRPP) e Society for Simulation in Healthcare Accreditation (ALBERT EINSTEIN – SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA, 2017).*

O Hospital possui uma Consultoria e Gestão Einstein, que reúne sua experiência e, dessa forma, amplia sua atuação no mercado de saúde, oferecendo soluções para a gestão hospitalar às instituições públicas e privadas do segmento de saúde. Os serviços prestados pelos profissionais são: Consultoria em Gestão Hospitalar e Assistência, com foco na melhoria de processos, qualidade e segurança do paciente; Consultoria em Gestão Corporativa, Capacitação e Treinamento; e Consultoria e Gestão de Hospitais Públicos e Beneficentes. A Consultoria e Gestão Einstein reúne profissionais voltados à gestão dos serviços que compõem o conceito básico de hotelaria hospitalar. Além disso, inclui as atividades de hospitalidade, recepção, higiene predial e hospitalar, ambientação e paisagismo, enxovais e uniformes, segurança patrimonial, engenharia e manutenção, serviços de alimentação, terceirização de serviços operacionais, entre outros. (ALBERT EINSTEIN – SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA, 2017).

### **Sociedade Beneficente de Senhoras – Hospital Sírio-Libanês**

O surgimento do Hospital Sírio-Libanês originou-se do sonho de construir um hospital filantrópico, acalentado em uma reunião de Senhoras da Sociedade Sírio-libanesa, na residência de Adma Janet. O intuito era retribuir à cidade de São Paulo a hospitalidade e as acolhidas que tiveram as famílias libanesas, quando chegaram ao Brasil. Assim, em 28 de novembro de 1921, foi fundado o Hospital Sírio-Libanês. (HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS, 2017a).

Dados oficiais no *site* do Hospital Sírio-Libanês dizem que este possui uma área construída de aproximadamente 100 mil m<sup>2</sup>, no Bairro Bela Vista, em São Paulo. Disponibiliza mais de 40 especialidades e conta com 466 leitos (dados atualizados em maio de 2016). Deste total, 47 leitos estão na Unidade de Terapia Intensiva. Existe um estudo de expansão, em andamento, pelo qual o Hospital ampliará o número de leitos para 710 leitos. Há também investimentos, com previsão de aumento, com a responsabilidade social, de R\$ 80 milhões para 150 milhões. A Instituição também desenvolve ações integradas de assistência social, saúde, ensino e pesquisa. Possui um corpo clínico multidisciplinar, aliado à

tecnologia e voluntariado com mais de 220 pessoas. (HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS, 2017b).

A Gestão da Qualidade visa à qualificação dos serviços oferecidos pela Instituição, direcionando-a no sentido de seu aprimoramento constante e voltada à excelência. O Hospital Sírio-Libanês também possui certificações: desde 2007 possui acreditação fornecida pela *Joint Commission International (JCI)*; ISO 14001 em Gestão Ambiental, 2015; OHSAS 18001 Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, 2015; Qmentum International (IQG) – acreditação canadense, 2015, quando atingiu o nível Diamante da Acreditação; *Commission on Accreditation of Rehabilitation Facilities (CARF)* em 2015; Selo Hospital Amigo do Idoso, em 2015 e *HIMSS Analytics* em 2014. (HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS, 2017c).

A estrutura da Instituição é composta por oito unidades: Hospital, Pronto Atendimento e o Centro Diagnóstico estão localizados no Bairro Bela Vista, São Paulo; dois Centros de Oncologia do Sírio-Libanês, uma Unidade na Asa Sul e outra no Lago Sul, e um centro de Diagnóstico, em Brasília; dois Sírio-Libanês, uma Unidade no Bairro de Itaim e outra no Bairro dos jardins, na cidade de São Paulo; um Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, também em São Paulo. (HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS, 2017b).

O ato de “acolher”, que era utilizado, no passado, apenas para hóspedes em domicílio e hotéis, passou a ser incorporado, atualmente, também, por instituições da área da saúde. Neste sentido, o Hospital Sírio-Libanês comemora, no dia 29 de janeiro, o “Dia da Hospitalidade”. (MUTO, 2016).

O Hospital oferece várias comodidades aos seus pacientes e acompanhantes. Dentre elas, está a entrega de alimentos externos (desde que autorizados pelo médico), lavanderia, aquisição de jornais e revistas, compra de ingressos, sugestões de atrações de lazer pela cidade e até recursos que possibilitem trabalhar dentro do hospital, como computador e acesso à internet, cartório e correio. O Hospital destaca que as facilidades oferecidas são para que, tanto pacientes quanto seus acompanhantes não sintam a diferença entre o ambiente hospitalar e o dia a dia em sua residência, fazendo com que se sintam em casa. (HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS, 2017b).

Como o Hospital também recebe pacientes estrangeiros, conta com *concierge* multilíngues (espanhol, inglês, alemão). Caso seja necessário atendimento em outro idioma, que não os mencionados, o *concierge* entra em contato com a representação diplomática correspondente e solicita um tradutor.

Esse profissional é responsável pela condução dos serviços voltados à hospitalidade. (HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS, 2017b).

Em casos especiais, o serviço de hospitalidade coordena até a logística de visitas de animais de estimação ou a realização de eventos, tais como festa de aniversário e cerimônias religiosas. Faz parte de suas atribuições a realização de visitas diárias aos pacientes e a oferta dos serviços de hospitalidade. Isso permite que a equipe de saúde fique focada apenas na assistência. (HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS, 2017b).

O Quadro 2 mostra os serviços de conveniência disponibilizados em cada uma das unidades do hospital, o que demonstra a preocupação com a oferta de serviços, que possam assegurar hospitalidade aos hóspedes e a seus acompanhantes.

**Quadro 2 – Serviços de Conveniência, por unidade, do Hospital Sírio-Libanês**

Hospital e Pronto Atendimento – Bela Vista – SP	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apartamentos e suítes</li> <li>- Estacionamento</li> <li>- Heliponto</li> <li>- Alimentação: restaurante <i>Solarium</i> e Cafeteria Dulca;</li> <li>- Capelas</li> <li>- Bancos: 24 h; Bradesco; Itaú e Safra</li> <li>- Internet e cabines telefônicas</li> <li>- Conveniência: loja; livraria e revistaria</li> <li>- Programa Cultural: Projeto Música em Cena e o Memorial</li> <li>- Serviço de Acompanhante: turismo e lazer, informações sobre hotéis, <i>flats</i>, etc.</li> <li>- Especialidades</li> </ul>
Centro de Diagnósticos – Bela Vista – SP	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estacionamento</li> <li>- Heliponto</li> <li>- Alimentação: Cafeteria Dulca</li> <li>- Internet</li> </ul>
Centro de Oncologia Asa Sul – BSB	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Suítes</li> <li>- Estacionamento</li> <li>- Alimentação</li> <li>- Serviço e Conveniência: internet; Caixa Eletrônico; <i>Concierge</i> Bilíngue; Serviço de Voluntariado</li> <li>- Especialidades</li> </ul>
Centro de Oncologia Lago Sul – BSB	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Suítes</li> <li>- Estacionamento</li> <li>- Alimentação</li> </ul>
Centro de Diagnósticos – BSB	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estacionamento</li> <li>- Alimentação</li> <li>- Serviço e conveniência: internet e <i>concierge</i></li> </ul>
São Paulo – Sírio-Libanês Unidade Itaim	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apartamentos e suítes</li> <li>- Estacionamento</li> <li>- Heliponto</li> <li>- Alimentação: Cafeteria Dulca</li> <li>- Conveniência: internet e serviço de acompanhante</li> <li>- Especialidades</li> </ul>



São Paulo – Sírio-Libanês Unidade Jardins	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conveniência:</li> <li>- Internet</li> <li>- Estacionamento</li> <li>- Alimentação</li> <li>- Especialidades</li> </ul>
Instituto de Ensino e Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estacionamento</li> <li>- Alimentação</li> <li>- Internet</li> </ul>
Instituto de Responsabilidade Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parquinho</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Hospital Sírio-Libanês (2017d).

## **Análise comparativa**

Após a apresentação das principais características de cada um dos hospitais pesquisados, o Quadro 3 apresenta uma comparação entre os sinalizadores de hospitalidade verificados em cada instituição, com o intuito de demonstrar o compromisso com o bom atendimento de seus pacientes e acompanhantes.

**Quadro 3 – Sinalizadores de hospitalidade**

<b>Hospital Israelita Brasileiro Albert Einstein</b>	<b>Hospital Sírio-Libanês</b>
Humanização e calor humano	Humanização e calor humano
Conveniências	Conveniências
<i>Concierge</i> navegador	<i>Concierge</i> profissional
Tecnologia	Tecnologia
Inovações	Inovações

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Hospital Albert Einstein (2016a) e Hospital Sírio-Libanês (2017d).

No Quadro 3, são apresentados os elementos considerados sinalizadores de hospitalidade, pelos dois hospitais pesquisados. Observa-se que ambos valorizam a humanização e o calor humano, como um dos principais indicadores de hospitalidade. A diferença entre as duas instituições de saúde fica atrelada aos números de unidades e as facilidades oferecidas por estas, apresentadas nos Quadros 1 e 2. Neste contexto, entende-se que os sinalizadores de hospitalidade, em ambos os hospitais, são balizados pela Humanização e pelo Calor Humano, tendo como demais sinalizadores: as conveniências; o *concierge* (pessoa responsável por acompanhar diretamente as necessidades dos turistas de saúde); a tecnologia e as inovações.

Os serviços de hospitalidade, oferecidos nas duas instituições de saúde, estão voltados para a escola francesa (maussiana), no sentido da “dádiva – dar, receber, retribuir”, bem como certos aspectos demonstram indícios da escola inglesa, mais voltada para o mercado. O que parece ser um dos indícios que remete à escola inglesa é a competitividade entre as instituições, no sentido de oferecer os melhores serviços de hospitalidade aos que procuram tratamento. O mercado evidencia essa situação ao disponibilizar a informação de que há fluxo considerável de pacientes que procuram estas duas instituições de saúde, de acordo com o Boletim Estatístico Municipal do Turismo de Porto Alegre. (PMPA, 2016).

Com base nas informações disponibilizadas pelas duas instituições pesquisadas, é possível constatar que os aspectos mercadológicos são muito influentes, no que tange à oferta de indicadores de hospitalidade. Fica evidenciada, contudo, a gratidão das comunidades envolvidas na gestão dos dois hospitais, quanto à acolhida que receberam no Brasil.

### **Considerações finais**

A oferta de elementos voltados à hospitalidade tem se tornado relevante para os hospitais, uma vez que, nestas duas primeiras décadas do século XXI, o turismo de saúde tem se destacado como um importante fator a ser considerado pelos gestores dos empreendimentos de saúde.

Em relação aos estabelecimentos pesquisados, foi possível constatar que, de um lado, verifica-se a semelhança entre eles, inicialmente em função de sua natureza filantrópica e de sua origem, a partir de grupos étnicos, oriundos de países estrangeiros. Por outro lado, observou-se que, além da retribuição das famílias à acolhida obtida, ao chegar a São Paulo, há um investimento no que diz respeito à ciência e à tecnologia, objetivando a melhora e a transferência de conhecimento e inovações voltadas ao desenvolvimento do atendimento de saúde no município.

Foi possível concluir, por meio do estudo realizado, que mesmo com a evolução da ciência e da tecnologia, as instituições de saúde primam por humanização e calor humano, no acolhimento aos seus pacientes e acompanhantes. São fatores que agregam valor ao trabalho realizado pelas duas instituições aqui analisadas.

A hospitalidade expressa pelas duas instituições permite constatar a ênfase dada ao setor de conveniência, com o intuito de oferecer serviços que possam melhorar a experiência dos pacientes nesses estabelecimentos. No decorrer da análise, foram encontrados indicadores implícitos, que são levados em consideração para um melhor atendimento, em especial voltados à humanização e ao calor humano. Por fim, ressalta-se que a hospitalidade, também envolve aspectos subjetivos, pois diz respeito às relações no processo de aproximação entre os sujeitos do turismo de saúde.

### Referências

- ALBERT EINSTEIN – SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA (São Paulo). **Relatório de Sustentabilidade – 2016**. São Paulo: Gestão Origami, 2017. Disponível em: <<https://www.einstein.br/Documentos Compartilhados/Relatório de Sustentabilidade 2016.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- BAPTISTA, M. L. C. Amorosidade comunicacional no turismo: dispositivo para hospitalidade em tempos de complexidade. In: SANTOS, M. C., BAPTISTA, I. (Org.). **Laços sociais: por uma epistemologia da hospitalidade**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 19. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Ed. do Senac, 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de saúde: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação-Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_de\\_Saxde\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Saxde_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- BROTHERTON, B.; WOOD, R. C. Hospitalidade e administração da hospitalidade. In: LASHLEY, C.; MORRISON, A. (Org.). **Em busca da hospitalidade: perspectivas de um mundo globalizado**. São Paulo: Manole, 2010.
- CAMARGO, L. O. L. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004.
- \_\_\_\_\_. A pesquisa em hospitalidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano V, n. 2, p. 15-51, jul./dez. 2008.
- DENCKER, A. F. M.; BUENO, M. S. (Org.). **Hospitalidade: cenários e oportunidades**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DIAS, C. M. M. (Org.). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. Barueri, SP: Manole, 2002.
- FERNANDES, J. V.; FERNANDES, F. M. V. **Turismo de saúde e bem-estar no mundo: ética, excelência, segurança e sustentabilidade**. São Paulo: SENAC, 2011.

FREITAS, H. M. T. **Turismo médico**: a globalização da saúde. Dissertação de Mestrado em Gestão e Economia de Serviços de Saúde. Faculdade de Economia, Universidade do Porto, 2010.

Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/.../dissertacaoturismo%20M dico%20A%20globalizacao>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

GASTAL, S. A., **Turismo, imagens e imaginário**. São Paulo: Ed. Aleph, 2005.

GODOI, A. F. **O turismo de saúde**: uma visão da hospitalidade médica mundial. São Paulo: Editora Ícone, 2009.

HOSPITAL ALBERT EINSTEIN (São Paulo). Sociedade Beneficente Israelita Brasileira. **A sociedade**: história. 2015. Elaborado por Hospital Israelita Albert Einstein. Disponível em: <<https://www.einstein.br/sobre-einstein>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

HOSPITAL ALBERT EINSTEIN (São Paulo). Sociedade Beneficente Israelita Brasileira. **A sociedade**: diferenciais. 2015a. Elaborado por Hospital Israelita Albert Einstein. Disponível em: <<https://www.einstein.br/sobre-einstein/diferenciais>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

HOSPITAL ALBERT EINSTEIN (São Paulo). Sociedade Beneficente Israelita Brasileira. **Consultoria e gestão**: hotelaria hospitalar. 2016. Elaborado por Hospital Israelita Albert Einstein. Disponível em: <<https://www.einstein.br/empresas-hospitais/consultoria-gestao/servicos/hotelaria-hospitalar>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

HOSPITAL ALBERT EINSTEIN (São Paulo). Sociedade Beneficente Israelita Brasileira. **Estrutura**: conveniência. 2016a. Elaborado por Hospital Israelita Albert Einstein. Disponível em: <<https://www.einstein.br/estrutura/conveniencia#p=0>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

HOSPITAL SÍRIO E LIBANÊS (São Paulo). International Patient Assistance. **Saúde Corporativa**: Consultoria/Produtos. 2017. Disponível em: <<https://hospitalsiriolibanes.org.br/saude-corporativa/consultoria/Paginas/produtos.aspx>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

HOSPITAL SÍRIO E LIBANÊS (São Paulo). Sociedade Beneficente de Senhoras. **Institucional**: História. 2017a. Disponível em: <<https://www.hospitalsiriolibanes.org.br/institucional/sociedade-beneficente-de-senhoras/Paginas/historia.aspx>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS (São Paulo). Sociedade Beneficente de Senhoras. **Relatório de Sustentabilidade – 2016**. São Paulo: HSL, 2017b. 72 p. Disponível em: <<https://www.hospitalsiriolibanes.org.br/institucional/relatorio-sustentabilidade/Documents/relatorio-sustentabilidade-2016.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

HOSPITAL SÍRIO E LIBANÊS (São Paulo). Sociedade Beneficente de Senhoras. **Gestão da Qualidade**: Certificações. 2017c. Disponível em: <<https://www.hospitalsiriolibanes.org.br/institucional/gestao-da-qualidade/Paginas/certificacoes.aspx>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

HOSPITAL SÍRIO E LIBANÊS (São Paulo). Sociedade Beneficente de Senhoras. **Unidades**: Como chegar ao Sírio-Libanês. 2017d. Disponível em: <<https://www.hospitalsiriolibanes.org.br/unidades/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

- JOINT COMMISSION INTERNATIONAL. **About-JCI**. Disponível em <<http://pt.jointcommissioninternational.org/about-jci/who-is-jci>>. Acesso em: 16 ago. 2016.
- LASHLEY, C.; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade**: perspectivas para um mundo globalizado. Barueri, SP: Manole, 2010.
- MOESCH, M. O fazer-saber turístico: possibilidades e limites de superação. In: GASTAL, S. A. (Org.). **Turismo**: 9 propostas para um saber-fazer. Edição dos autores, p. 8-22, 1998.
- MOREIRA, A. G.; MORETTI, S. L. A.; CARVALHO, L. G. A. Práticas de hospitalidade e educação na gastronomia: um estudo em São Paulo-SP, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 9, n. II, p. 216-227, abr./jun. 2017.
- MUTO, Marina. **29 de janeiro — Dia da Hospitalidade. Saiba como funciona esse serviço no Hospital Sírio-Libanês**. 2016. Elaborado por Hospital Sírio-Libanês/Sua Saúde. Disponível em: <<https://hospitalsiriolibanes.org.br/sua-saude/Paginas/29-de-janeiro-dia-hospitalidade-hospital-sirio-libanes.aspx>>. Acesso em: 16 jul. 2017.
- OMT. Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.
- PEREZ, D. O. Os significados dos conceitos de hospitalidade em Kant e a problemática do estrangeiro. **Konvergencias Filosofia y Culturas em Diálogo**. Ano IV, n. 15, Segundo Cuatrimestre, 2007. Disponível em: <<http://www.konvergencias.net/danielopez132.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- PIMENTA, M. A. **A relevância da relação entre saúde e turismo para a gestão de locais turísticos**. Dissertação de Mestrado, Universidade Regional de Blumenau, 2013. Disponível em: <[http://www.bc.furb.br/docs/DS/2013/357931\\_1\\_1.pdf](http://www.bc.furb.br/docs/DS/2013/357931_1_1.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- PMPA. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria de Turismo. **Turismo de saúde se organiza em associação nacional**. 2011. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p\\_noticia=147949&turismo;+de+saude+se+organiza+em+associacao+nacional](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_noticia=147949&turismo;+de+saude+se+organiza+em+associacao+nacional)>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- PMPA. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Turismo. **BEMTUR – Boletim Estatístico Municipal do Turismo em Porto Alegre**: Edição anual 2015. Porto Alegre: PMPA, 2016. Disponível em: <[http://www.portoalegre.travel/estudos\\_e\\_pesquisas/](http://www.portoalegre.travel/estudos_e_pesquisas/)>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- QUADROS, A. H. A hospitalidade e o diferencial competitivo das empresas prestadoras de serviço. **Revista Hospitalidade**, v. VIII, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <<https://revhosp.org>>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- RIBEIRO, H. C.; ALMEIDA, I. C. Turismo de saúde no Brasil: projeção de crescimento, busca por qualificação. In: TMS ALGARVE 2014 – MANAGEMENT STUDIES INTERNATIONAL CONFERENCE, 2014, Olhão – Portugal. **Book of Abstracts**. Faro – Portugal: University Of The Algarve, School Of Management, Hospitality And Tourism. Campus da Penha, Faro, Portugal, 2014.
- SALLES, M. R. R.; BUENO, M. S.; BASTOS, S. Desafios da pesquisa em Hospitalidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. VII, n. 1, p. 3-14, jan./jun. 2010.

SANTOS, M. M. C.; BAPTISTA, I. (Org.). **Laços sociais: por uma epistemologia da hospitalidade**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

TRIGO, L. G. G.; PANOSSO NETTO, A. **Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade**. São Paulo: Ed. Aleph, 2003.

TRIGO, L. G. G. (Editor) et al. (coeditores). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

UNWTO. World Tourism Organization (Espanha). **UNWTO – Tourism Highlights: 2017 Edition**. Madri: Elibrary – Unwto, 2017. 16 p. Disponível em: <<http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419029>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 1996.

VIANNA, S. L. G.; ANJOS, S. J. G.; ANJOS, F. A. Competitividade na destinação turística: análise do desempenho real frente ao desempenho percebido pelos gestores. **Applied Tourism**, v. 1, n. 1, p. 145-172, 2016.



## Implicações da gastronomia e turismo rural: alimentação tradicional e industrial

*Implications of gastronomy and rural tourism: traditional and industrial food*

Ana Maria Costa Beber<sup>\*</sup>  
Susana de Araújo Gastal<sup>\*\*</sup>  
Renata Menasche<sup>\*\*\*</sup>  
Felipe Zaltron de Sá<sup>#</sup>

**Resumo:** Este artigo busca dialogar sobre a construção histórica de um cardápio híbrido em contexto de turismo rural, partindo das práticas alimentares produzidas no âmbito familiar cotidiano e das que envolvem alimentos industrializados. O estudo empírico foi realizado em uma fazenda-pousada localizada no Sul do Brasil, em São José dos Ausentes, nordeste do Rio Grande do Sul. A alimentação é compreendida como marcador cultural que instaura uma linguagem plural de histórias estratificadas, capazes de narrar modos de vida em mudança, em que o turismo e o cotidiano estão entrelaçados. Ainda, nos hábitos alimentares, a tradição e a inovação têm a mesma importância, visto que ambas se alteram no processo histórico, mas mantêm traços que retratam identidade de grupo. Na pesquisa, a etnografia foi o método escolhido, acompanhada da observação participante, do diário de campo e de entrevistas semiestruturadas. Os resultados denotam que a “comida nossa” e a “comida turística” estão marcadas pela hibridização de ingredientes que refletem a interação e as adaptações que os modos de vida dos familiares da Fazenda Pousada vivenciam, no âmbito da contemporaneidade e da interação com os turistas.

**Palavras-chave:** Turismo rural. Práticas Alimentares. Cotidiano Familiar. Industrialização alimentar. São José dos Ausentes (RS).

**Abstract:** This article dialogue the historical construction of a hybrid menu in the context of rural tourism, from the foods produced in the family and the industrialized. The place of study is fazenda pousada, located in the south of Brazil, in São José dos Ausentes, northeast of Rio Grande do Sul. Food is understood as a cultural marker that establishes a plural language of stratified histories, capable of narrating ways of life however, where tourism and everyday life

---

<sup>\*</sup> Estágio Pós-doutoral em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/0363951380330385>. E-mail: galaxia\_ana@hotmail.com

<sup>\*\*</sup> Professora no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/4036094394047683>. E-mail: susanagastal@gmail.com

<sup>\*\*\*</sup> Professora no e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas/RS. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4703108P1>

<sup>#</sup> Bacharelado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8360075869351902>. E-mail: felipezaltrondesa@gmail.com

are intertwined. Still, in eating habits, tradition and innovation have the same importance. Ethnography was the chosen method, followed by participant observation, field diary and semi-structured interview. As a result, “food of ours” and “tourist food” are marked by the hybridization of ingredients that reflect the interaction and adaptations that the way of life of the families of Fazenda Pousada in study are experiencing in the contemporary scope.

**Keywords:** Rural Tourism. Food. Industrialization. Family Product. São José dos Ausentes.

## **Introdução**

Este artigo busca dialogar sobre a construção histórica de um cardápio híbrido em contexto de turismo rural, partindo das comidas produzidas no âmbito familiar e das industrializadas. Para Seyferth (2015), os hábitos alimentares estão presentes entre as particularidades que denotam diferenciação cultural, e hábitos e costumes são duas características importantes nas ações de senso comum, que distinguem um grupo do outro, neste caso a culinária é referência de valor cultural apreendido. Giard (2011) entende que os alimentos são culturalizados, escolhidos e preparados pela compatibilidade e pelas regras de convivência próprios a cada grupo cultural. Em suas palavras, há um ordenamento regional que segue um código detalhado de valores, regras, símbolos e, em torno deles, é organizado um modelo alimentar e de determinada área cultural e período.

Montanari (2013) enfatiza que a comida é o ponto de intersecção entre tradição e inovação. Nestes termos, Costa Beber e Gastal (2017), ao refletir sobre tradição e inovação, ressaltam que há inovação porque os saberes, as técnicas e os valores modificam a posição do homem no contexto ambiental, tornando-o capaz de vivenciar novas realidades através da inovação. O turismo, ao ter como ênfase o contato intercultural entre pessoas é, juntamente com a industrialização do campo e alimentar, uso de tecnologias, mídias, entre outros, um dos indicadores de alterações nos modos de vida. A alimentação como narrativa permite que tal análise se aproprie das práticas alimentares locais, das tradições, dos costumes cotidianos, das memórias, da identidade, entre outros, para torná-las um produto de consumo turístico.

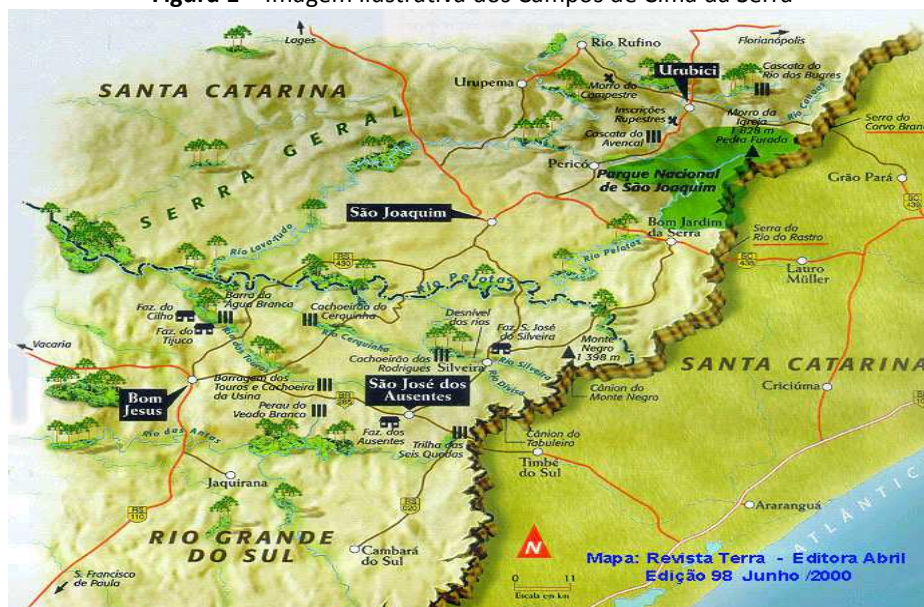
Para Gimenes-Minasse (2015), a alimentação no turismo é marcada pelos valores culturais e sociais produzidos pelo grupo social em relação às suas próprias práticas alimentares, bem como pela produção de novos significados e “[...] representações atribuídos a estas mesmas práticas por outros sujeitos, como turistas e gestores de destinos e empresas turísticas”. (p. 177).



A partir destas questões e dos posicionamentos, este artigo buscou refletir sobre a construção de um cardápio híbrido, em contexto de turismo rural em uma fazenda-pousada, localizada no extremo Sul do Brasil, em São José dos Ausentes, nordeste do Rio Grande do Sul, na microrregião dos Campos de Cima da Serra (Figura 1). A área é de 1.173,94 km<sup>2</sup>, com população estimada de 3.496 pessoas em 2017 (IBGE, 2017), tendo como atividades econômicas a pecuária, o plantio em larga escala de pinus, acácia e batata, aos quais se associa o turismo, na década de 1990, quando melhoraram as condições de acesso ao local, após sua emancipação em 1992.

Está à distância de 300 quilômetros da região metropolitana de Porto Alegre/RS, capital do estado. Os Campos de Cima da Serra integram o bioma Mata Atlântica, que ocupa 15% do território nacional, enquanto o Município de São José dos Ausentes tem, em sua área total, 60,8% (713,7 km<sup>2</sup>) deste bioma e, segundo dados da Fundação SOS Mata Atlântida (2015), manteve sua área intacta nos últimos 30 anos. O Município apresenta matas de araucária, formações florísticas diversas, cursos de água típicos de morros, campos banhados e cânions (Monte Negro, Itaimbezinho, Fortaleza, Malacara, entre outros), que se destacam pela biodiversidade e paisagem. (COSTA BEBER, 2012).

Figura 1 – Imagem ilustrativa dos Campos de Cima da Serra



Fonte: Mapas Blog (2017).

A Fazenda Pousada em estudo conta com uma administração familiar que decide iniciar as atividades turísticas em 1997, quando a pecuária extensiva se encontrava em decadência, em função da baixa produtividade, ocasionada pelo não uso de tecnologias nas cultivares de pastagem e da falta de acesso à malha urbano-regional. No período anterior ao turismo, as atividades produtivas da fazenda-pousada eram o extrativismo e a pecuária extensiva, enquanto, que em outras partes do Brasil e mesmo no Rio Grande do Sul, ocorria a chamada Revolução Verde, que, segundo Navarro (2002), teve como características: alto padrão tecnológico, aumento da produção e da produtividade pelo melhoramento genético de sementes, novos equipamentos agrícolas e uso de insumos industriais, mercantilizando, gradualmente, a vida social a partir de meados de 1950.

Porém, essas inovações, além de não garantirem qualidade alimentar dos produtos, transformaram o modo de vida rural. Como resultado dessa mudança, o tempo e o ritmo das estações modificaram, sendo ordenados através da tecnologia que é empreendida nos procedimentos bioquímicos, genéticos e de transporte. Ainda, a quantidade e a distribuição de alimentos produzidos tornaram-se globais, ocasionando perda de qualidade e insegurança alimentar.

## **Contexto metodológico**

A etnografia foi o método escolhido, enquanto as técnicas e os instrumentos utilizados nesta pesquisa foram desenvolvidos a partir do contexto em que o trabalho de campo foi realizado. Para tanto, na primeira fase da pesquisa, utilizou-se a observação participante durante o período de pesquisa, de 2008 a 2012, com os familiares da fazenda-pousada, com registro dos dados em diário de campo e entrevistas com os familiares, Nelci<sup>1</sup> (50 anos) e José<sup>2</sup> (50

---

<sup>1</sup> Nasceu na Pousada Fazenda do Amor. Formada em magistério em Bom Jesus e lecionou durante dois anos na Escola da Vila Silveira (década de 1980). É casada com José e mãe de Pedro e Lurdes. É herdeira e sócia-proprietária da pousada, sendo responsável pela recepção dos turistas, alimentação e organização geral do local e pela parte financeira.

<sup>2</sup> Nasceu em São José dos Ausentes. Estudou até a oitava série e esteve no Exército. É casado com Nelci e pai de Pedro e Lurdes. É pecuarista, sócio-proprietário da pousada, responsável pela gestão dos processos ligados à pecuária, desde o planejamento até as lidas do campo, carneações, compras e preparação de churrascos.

anos), proprietários do empreendimento; o casal de filhos Lurdes<sup>3</sup> (24 anos) e Pedro<sup>4</sup> (30 anos); e Celia<sup>5</sup> (54 anos), tia de Nelci que trabalha na pousada. As entrevistas foram transcritas e categorizadas juntamente com os dados oriundos do diário de campo, das fotografias e dos vídeos, e inseridas no NVivo 9.0. No segundo momento, em 2015, voltou-se à família da pesquisa para verificar, na percepção dos protagonistas, as mudanças ocorridas a partir de 2012. Para a análise, os dados foram compilados por pessoas e elencados nos seguintes tópicos: trajetória da unidade produtiva; comida nossa; comida turística.

### **Histórico do desenvolvimento turístico da fazenda-pousada**

Com relação aos atrativos turísticos, a fazenda-pousada tem como um dos diferenciais o contato entre turistas e familiares, através da hospedagem na residência familiar, além da alimentação, do convívio rural, da paisagem rural, dos passeios a cavalo, das trilhas, da pesca esportiva de truta americana, e do desnível entre os rios Silveira e Divisa e o Cachoerão dos Rodrigues. O empreendimento tem a capacidade de receber até 29 pessoas.<sup>6</sup> Os visitantes são, em sua maioria, casais ou famílias vindas da região metropolitana de Porto Alegre ou Florianópolis. (COSTA BEBER; GASTAL; MENASCHE, 2015).

Em relação ao cardápio da Fazenda Pousada, de modo geral, o desjejum é constituído por café, leite, achocolatado, algum tipo de fruta (geralmente mamão), alimentos produzidos na pousada, como pães (de milho, batidos, integrais), bolos, bolachas diversas, rosca de polvilho, bijajica (rosquinha de polvilho, frita) e *chimias*, além de queijos e salames. Ao lado do arroz e do feijão servidos todos os dias, nos cardápios do almoço e do jantar, são colocados à

---

<sup>3</sup> Nasceu na Pousada Fazenda do Amor. Formada em Farmácia na cidade de Criciúma (2013), trabalha em Criciúma e São José dos Ausentes. Nas férias e nos finais de semana trabalha na pousada, em atividades ligadas, principalmente, à preparação dos alimentos. Suas especialidades são sobremesas e bolos.

<sup>4</sup> Nasceu na Pousada Fazenda do Amor. É Pós-Graduado em Educação Física e professor na área (atua três dias por semana). Nos dias em que não trabalha como docente, exerce atividades na pousada, sendo responsável pelos passeios a cavalo e, juntamente com José, pela gestão da pecuária e da lida do gado.

<sup>5</sup> Nasceu na Pousada Fazenda do Amor. Formou-se no curso Técnico em Contabilidade, em Bom Jesus, e voltou a residir na fazenda com dezoito anos; com 21 anos casou-se e passou a morar em fazenda herdada de seu pai. Na Pousada, trabalha na limpeza e auxilia na preparação dos alimentos. Também produz Queijo Serrano.

<sup>6</sup> No final de 2016, a fazenda-pousada abriu novos tipos de unidades habitacionais, chalés em área separada da residência familiar, equipada com cozinha.

mesa dois tipos de carne; cinco tipos de saladas (geralmente tomate, cenoura, alface e mais duas variedades), legumes (como beterraba, vagem, brócolis, entre outros), massa e batata. São considerados pratos de destaque a paçoca de pinhão e a truta. (COSTA BEBER, 2012).

Segundo Costa Beber, Gastal e Menasche (2016), o turismo foi motivação pela possibilidade de gerar recursos econômicos e, com isso, oportunizar a continuidade da família na fazenda. O processo de desenvolvimento turístico, na percepção dos familiares, pode ser periodizado em três momentos: o primeiro deles se deu entre 1997 e 2001 e foi marcado pela obtenção de luz elétrica, acesso à telefonia, melhoria das estradas de acesso: da cidade à pousada (27 km de estrada não asfaltada e que estava em péssimas condições). Nesse mesmo período, foi realizada a ampliação e adaptação da casa da fazenda, com a construção de três banheiros e do refeitório. Este momento, na percepção de Nelci, gerou insegurança e, em suas palavras, foi a fase da “angústia de receber”. Em suas palavras:

Conviver com pessoas de hábitos diferentes, meu coração batia diferente, ficava nervosa. Depois de uns dois ou três anos, mudou. Antes chegava um carro, ficava nervosa, se preocupava. Só tínhamos referência de coisas glamorosas e era difícil receber na simplicidade que recebíamos. Com o passar do tempo, fomos vendo a visão do turista, que ele busca a simplicidade. Nosso objetivo era aumentar o conforto para dar para eles, atendendo nosso objetivo que é mostrar como se vive na fazenda, porque nossa realidade é diferente da cidade. (NELCI, 2010).

O segundo momento ocorre no período de 2002 e 2007, que, na visão dos protagonistas, intitulou-se como *fase da empolgação*, tendo como um dos pontos principais a ampliação da residência e pousada, que objetivava limitar a convivência entre familiares e turistas. O termo *empolgação* refere-se a um momento cujo sentimento em receber passou a ser harmonioso. Dentre os aspectos principais, há a reinvenção da privacidade, ampliação da infraestrutura, que permitiu transformações de quartos em apartamentos, com banheiro privativo, novos apartamentos para familiares e turistas, instalação de lareira, a construção de refeitórios e de uma nova cozinha, que passou a estabelecer a divisão física entre familiares e turistas.

A cozinha, ao mesmo tempo em que marcou a divisão da ala dos moradores e turistas (que buscam vivenciar uma experiência de turismo rural, baseada na integração com os proprietários), oportunizou interação com os familiares da pousada (em que o espaço é o lar). Foi neste período que a

propriedade se tornou rentável financeiramente, tendo no turismo e na pecuária fontes de renda complementares. Segundo Nelci e José, o turismo foi responsável pela recuperação da pecuária e oportunizou estudo em curso superior para os dois filhos do casal, Pedro e Lurdes. (COSTA BEBER; GASTAL; MENASCHE, 2016).

O terceiro momento do desenvolvimento turístico da propriedade é a *fase da família*, que tem início em 2008 até 2015. Teve, como características principais, a consolidação do turismo e da pecuária como atividades de sustento familiar e, a outra, o falecimento dos pais de Nelci, seu Avelino e dona Thereza. Com o falecimento do casal, ocorre o questionamento do sentido do próprio trabalho, da reorganização do tempo e da disponibilidade dos membros da família. Estas perdas foram decisivas e modificaram o tempo que estava sendo dedicado à família e à atividade turística. Há reorganização em torno da disponibilidade de receber turistas; a pousada passou a fechar em determinados momentos, para que toda a família pudesse viajar junto em férias, bem como em datas especiais, como dia dos Pais, das Mães e Natal. (COSTA BEBER; MENASCHE, 2016).

## **Comida industrializada e turismo**

Ao tratar da comida industrializada e turismo, apoia-se em Poulain (2003, p. 253), que traz o conceito de espaço social-alimentar, que tem um local de liberdade imbricado entre o biológico e o cultural. Nele há uma faixa de liberdade dos comensais, a partir de condicionantes materiais. Por um lado, tem-se as condicionantes biológicas, referentes ao estatuto de onívoro, imposto a ele de maneira flexível e, de outro lado, “pelas condicionantes ecológicas que caracterizam um ecossistema ou bioma, no qual está instalado e que se transformam em condicionantes econômicas nas sociedades industrializadas, tendendo a redução, conforme se controla tecnologicamente a natureza. Ainda, para o autor, “o espaço social alimentar estabelece a conexão bioantropológica de um grupo humano ao seu meio”.

A entrada mais frequente de produtos industrializados, na fazenda-pousada, ocorreu com a chegada da luz elétrica, deu-se a partir de 1984, quando os programas de culinária apresentaram novos ingredientes, como o leite condensado, o creme de leite, o caldo de galinha, entre outros. Pode-se entender a entrada desses produtos como um símbolo de modernidade,

conforme nos apontam Amon e Menasche (2008). Tais produtos industrializados permitiram o pertencimento com a identidade de uma nova época, a da luz elétrica.

Anterior a este período, a alimentação estava baseada na policultura, ou seja, comia-se aquilo que se produzia no campo; com isso, verifica-se que a alimentação cotidiana baseava-se na carne de porco, galinha e gado; no pinhão, na batata, no leite, nos ovos, entre outros. Alguns itens cotidianos não produzidos na fazenda eram comprados, tais como: arroz, feijão, café, erva-mate, sal, açúcar e algumas frutas: mamão, banana, pêsego, bergamota, laranja, entre outros.

Ingredientes industrializados tornaram-se frequentes desde então e, atualmente, integram a lista de compras da fazenda-pousada: alcaparra, queijo-lanche, queijo roquefort, bolacha Maria, chás diversos, cereja em calda, massa, “tortei”, gelatina, *bacon*, nata, requeijão, tomate seco, massa de tomate Elefante, margarina, coco, molho *Shoyu*, achocolatado Nescau, adoçante, suco em pó, picles, orégano, pimenta, doce de leite Mumu, chocolate amargo, entre outros.

A maioria desses ingredientes permite que várias receitas sejam compostas, a partir do acréscimo ou da substituição de um elemento por outro, como se pode verificar tomando como exemplo a receita de rocambole de batata com requeijão<sup>7</sup> (Figura 2), prato que acompanha a truta (Figura 3). O requeijão é uma comida tradicional da família e deixou de ser produzido após a morte de Thereza (mãe de Nelci), ao ser reintroduzido, foi substituído pelo requeijão industrializado. Essa substituição é justificada como decorrente da complexidade e do longo tempo de preparo do alimento.

---

<sup>7</sup> Ingredientes para receita do rocambole de requeijão: 4 batatas esmagadas, 2 ovos, 1 copo de leite, fermento e farinha de trigo (para dar ponto). Assar tudo por 30 minutos. Quando pronto, acrescentar requeijão ou queijo e enrolar. Receita de requeijão caseiro: deixar azedar o leite de um dia para o outro fora da geladeira, espremer a coalhada tirando o excesso e lavar com leite até sair o gosto de azedo. Após colocar no fogo e mexer no fogo fraco, virar e escorrer o soro e lavar novamente a coalhada com leite até sair o soro, colocar nata e sal.

Figura 2 – Rocambole de batata com requeijão



Fonte: Costa Beber (2012).

Figura 3 – Truta assada



Fonte: Costa Beber (2012).

Contudo, após a morte do pai de Nelci, em 2010, Lurdes passou a fazer o requeijão caseiro para o recheio do rocambole; porém, quando esse prato é feito com esse ingrediente, ela passa à categoria comida nossa, ficando restrito aos familiares. Nela estão incluídos pratos que são a base da alimentação dos moradores, e que estão associados a laços afetivos, podendo, assim, ser considerados como patrimônio familiar. A análise do cardápio e os depoimentos dos familiares permitem ainda classificar as comidas em outras duas categorias: *comida turística*, compreendida como aquela que traduz o gosto do turista, e *comida da cidade*, entendida como a que mantém características da *comida nossa*, mas já incorporando modos de fazer e ingredientes tidos como urbanos.

Para pensar as apropriações evidenciadas nas práticas alimentares, ancorou-se na abordagem de Canclini (2008) sobre as hibridações, em que o tempo presente é descrito como uma época de intensos encontros e mudanças culturais, contexto em que o turismo desempenha transações, nas quais ocorrem intercâmbios culturais; de Burke (2006) ao evidenciar um *continuum* cultural, sendo que todas as culturas<sup>8</sup> são híbridas.

Outro alimento que pode exemplificar a relação híbrida e não excludente de uma identidade alimentar, em mudança, é a nata, produto que, juntamente com o queijo, deixou de ser produzido na pousada, sendo substituído pela nata industrializada. Na Figura 4, observa-se que tal alimento é oferecido em meio a uma série de produtos não industrializados, que mantêm um modo de fazer próprio da família. Há uma escolha dos ingredientes que são produzidos

<sup>8</sup> Para Burke (2006), a cultura, no sentido amplo, inclui atitudes, mentalidades, valores, expressões, concretizações ou simbolizações em artefatos, práticas e representações.

localmente e aqueles que comprados já industrializados. Sendo assim, esse alimento, nata, marca um momento em que os produtos industrializados estão disponíveis tanto na mesa da família que vive no campo quanto da que vive na cidade.

O congelamento de alimentos (Figura 5) na pousada também merece nota. As carnes, antigamente transformadas em charque, para serem conservadas, atualmente são congeladas. Outros produtos, como o queijo, as geleias e chimias, por exemplo, também passam por esse processo. Nelci considera o *freezer* uma nova dispensa, um local onde os alimentos são conservados e sem adição, nas palavras dela, de produtos “químicos”. Tal percepção em relação às tecnologias aparece no descongelamento, feito naturalmente. Essa relação de desconfiança é apontada por Menasche (2003),<sup>9</sup> ao afirmar que os pratos congelados seriam contestados em nome dos pratos tradicionais.

**Figura 4 – Nata industrializada**



Fonte: Costa Beber (2012).

**Figura 5 – Descongelamento**



Fonte: Costa Beber (2012).

Em relação às carnes, estas são escolhidas com antecedência (geralmente à noite é escolhida a carne do almoço e jantar) e colocadas na água para descongelar. Observamos que o micro-ondas não é utilizado para essa função. Também o pão é um alimento que passa por congelamento; todavia, somente nas temporadas em que a taxa de ocupação é de 100% por muitos dias, como nos meses de junho, julho e agosto. Sobre esse tema, Nelci coloca:

Agora já é tudo no *freezer*, né, é tudo guardadinho, tu pode fazer as coisas e guardar, né. Então toda nossa carne é no freezer, a polenta de fazer frita já faço a mais e congelo, as comidas que sobram e a gente come durante a semana, queijo, as *chimias*, doce de leite,

---

<sup>9</sup> Ver mais em Menasche (2003).



os sequinhos, também faço doce que pode ficar no *freezer*, tudo que pode eu congelo, tenho dois freezer grande e às vezes penso que precisava de mais um. (NELCI, 2011).

As *chimias* feitas tradicionalmente no tacho de cobre, em grande quantidade e guardadas nas caixetas, foram substituídas pelas feitas no fogão à lenha, com quantidades estabelecidas pelo número de turistas, e não mais a partir do consumo familiar. Também se verifica, em relação a esse doce, a perda de um hábito, o de comer as *chimias* com leite quente, antes de dormir, principalmente nas noites de frio rigoroso. Uma das explicações pode ser a frequência com que são preparadas as sobremesas, pois atualmente fazem parte do cotidiano e, no passado, só eram consumidas aos domingos e em dias especiais.

É difícil nós aqui ter frutas. Faço de pessegada quando o meu pezinho tá carregado, eu faço quando sobra um mamão, maçã, aqui se adora maçazada, todos eu congelo, sirvo no café da manhã, se for olhar nos potinho do café da manhã é de coisa daqui, tudo é congelado, então eu me programo conforme o número de turista, eu boto em pote de plástico grande assim, daí eu congelo ele e fica a mesma coisa. (NELCI, 2011).

A característica de uso do *freezer* decorre da inovação industrial, que modifica os processos de preparação, cozimento e conservação, interferindo nas receitas. (GIARD, 2011). O referido autor aponta, ainda, que as consequências da inovação também aparecem na unificação das medidas (como peso e capacidade), na precisão da duração e da temperatura de cozimento. Quanto a essas mudanças, percebemos que as medidas foram assimiladas, mantendo a característica do utensílio, como xícara, copo, baldinho. (Figuras 6 e 7).

**Figura 6** – Medida xícara



Fonte: Costa Beber (2012).

**Figura 7** – Medida para “pote de vidro”



Fonte: Costa Beber (2012).

Ao pensarmos nas transformações, na perspectiva de adaptação relativamente à modernidade e ao turismo, pode-se tomar como exemplo o alimento picles, sobre o qual Nelci comenta:

Milho, ervilha, eu gosto de ter picles, de assim, cenoura com vagem, eu faço quando sobra couve flor eu mesma faço picles de couve-flor que todo mundo gosta aqui em casa, eu deixo em geladeira, pepino quando dá eu faço também. Se não compra de conserva, assim porque pra uma emergência a gente ter. É uma coisa da região, todo mundo aqui sempre consumiu muito pepino. Dá, e dá muito, precisa ver assim quando está pequenininho pra fazer conserva, nossa! Maravilha! (NELCI, 2011).

A utilização dos equipamentos industrializados, como o *freezer*, a geladeira, o liquidificador, a batedeira, entre outros, na pousada-fazenda é importante na medida em que permite melhorias nos processos cotidianos. A grande mudança ocorre com o uso do *freezer*; contudo, isso não os coloca em dependência ou imersos em um modo industrial de comer. As preparações das comidas e a escolha dos alimentos mantêm o ato de preparação que envolve o uso da herança e do legado do saber-fazer familiar. Nesse sentido, a partir de Garine (1987), entende-se que, mesmo que ocorra um processo de homogeneização dos modelos alimentares cotidianos, resultados da mundialização da economia alimentar, há a vigência dos estilos alimentares locais, pois os produtos tradicionais continuam sendo elaborados. (COSTA BEBER; MENASCHE, 2016).

## **Considerações finais**

As mudanças culturais locais são entendidas a partir de um contexto histórico, não estando vinculadas apenas ao turismo e às relações de interação entre visitante e visitado, mas pela própria modernização, industrialização, urbanização, comunicação e mídias que, ao estabelecerem trocas com estas comunidades, as influenciam e as transformam culturalmente. Neste cenário, os espaços turísticos passam a ser híbridos, imbricados numa multiplicidade de referências culturais, que dão significado ao lugar, capazes de contextualizar a história dos sujeitos que ali vivem. Ainda, o turismo é abordado como um bem de consumo, que se apropria da cultura alimentar e cria encenações sobre modos de vida.

Quando houve a introdução da energia elétrica na pousada-fazenda, algumas práticas se transformaram, entre elas a carneação realizada coletivamente pelos familiares, foi abandonada pela facilidade de congelamento da carne, com o uso do *freezer*. Além disso, o acesso à TV influenciou a culinária, com a inserção de ingredientes como massa de tomate, leite condensado, creme de leite, entre outros, que passaram a estar presentes na alimentação da família. Contudo, as práticas alimentares continuaram tendo como base ingredientes produzidos na fazenda, mas já de modo híbrido, em relação ao momento anterior.

Nota-se que a industrialização trouxe as tecnologias e os equipamentos que permitiram a mudança nos modos de produção de alimento no campo, como na execução e no atributo do supermercado. Estas “novidades” provocaram alteração no modelo, como evidencia Montanari ao tratar da inovação ou, ainda, como relata Giard (2011, p. 296), “o trabalho cotidiano das cozinhas continua sendo uma maneira de unir memória, vida e ternura, instante presente e passado que já se foi, invenção e necessidade, imaginação e tradição”.

Percebe-se que há uma tendência na compra dos alimentos da rede local e de parentesco, prezando pela origem e pelos modos de produção característicos da família e região, uma vez que estes são entendidos como identitários e também como atrativos que contemplam o gosto e imaginário turístico e de ruralidade, que se adapta ao discurso de alimento saudável e da hospitalidade rural.

Neste sentido, a *comida nossa* e a *comida turística* são plurais, há hibridização de ingredientes (produção local e industrial) que evidenciam a interação e as adaptações nos modos de vida dos familiares da Fazenda Pousada, no âmbito da contemporaneidade e da interação com os turistas. Dessa forma, os alimentos são culturalizados, a partir de regras de convivência específicas do grupo, e que expressam valores, sentidos, histórias e emoções dos sujeitos envolvidos.

#### **Referências**

AMON, D.; MENASCHE, R. Comida como narrativa de memória social. **Sociedade e Cultura**, Porto Alegre, v. 11, p. 13-21, 2008.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Atlas-munic%C3%ADpios-SOS-Rio-Grande-do-Sul.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

COSTA BEBER, A.M. **Turismo rural, modos de vida em mudança e percepções do rural: um estudo a partir das práticas alimentares de famílias rurais em contexto de interação com turistas.** 2012. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, RS, 2012.

COSTA BEBER, A. M.; MENASCHE, R. A dimensão simbólica dos objetos e os modos de vida cotidianos na pousada Fazenda do Amor. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 8, n.3, p. 358-373, 2016.

COSTA BEBER, A. M.; GASTAL, S.; MENASCHE, R. Modos de vida em mudança e turismo rural nos Campos de Cima da Serra. **Revista Competência**, v. 9, n. 1, p. 135-151, 2016.

GARINE, I. de. Alimentação, culturas e sociedades. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 4-7, 1987.

GIARD, L. Cozinhar. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2: morar, cozinhar.** Petrópolis: Vozes, 2011.

GIMENES-MINASSE, Maria Henriqueta S. G. Para turista ver (e provar): dos usos do patrimônio gastronômico no contexto do turismo. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 175-194, jul./dez. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **@cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-jose-dos-ausentes/panorama>>. Acesso em: 20 set. 2017.

MAPA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES. Disponível em: <<http://mapasblog.blogspot.com.br/2011/03/mapas-de-sao-jose-dos-ausentes-rs.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

MENASCHE, R. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre os cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul.** 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados: USP**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 83-100, 2002.

POULLAIN, J.P. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 245-256, 2003.

SANTANA, A. T. Desarrollos e conflictos en torno al turismo rural: claves y dilemas desde la antropología social. In: RIEDL, Mário; ALMEIDA Joaquin A.; VIANA, Andyara L. B. **Turismo rural: tendências e sustentabilidade.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã em Santa Catarina: hábitos alimentares e etnicidade. In: MENASCHE, Renata. **Saberes e sabores da colônia: a alimentação como abordagem para o estudo rural.** Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2015.

## Novo aeroporto da Serra gaúcha: análise da sua implantação<sup>#</sup>

*New airport in the Serra Gaúcha: analysis of its implementation*

Carlos Eduardo Mesquita Pedone<sup>\*</sup>  
Pedro de Alcântara Bittencourt César<sup>\*\*</sup>  
Bruna Tronca<sup>\*\*\*</sup>

**Resumo:** O nordeste do Rio Grande do Sul, mais precisamente a Região Funcional de Planejamento 3, assenta uma população de mais de um milhão de pessoas. De acordo com documento do governo do estado, entre os Conselhos Regionais da Serra, Campos de Cima da Serra e Hortênsias existem estágios de desenvolvimento distintos e diferenças entre os setores da economia. Neste contexto, analisa a ampliação e modernização da sua oferta aeroportuária. A pesquisa realiza-se por estudo exploratório de caráter heurístico. Nela, por uma série de documentos, se tem um panorama do cenário atual referente às estruturas existentes e as propostas para resolver o problema de um estrangulamento do setor aeroviário. A construção de um novo aeroporto dará novo dimensionamento à demanda regional existente e futura.

**Palavras-chave:** Aeroporto Regional. Setor aéreo. Caxias do Sul. Planejamento regional.

**Abstract:** The northeast of Rio Grande do Sul, more precisely, the Região Funcional de Planejamento 3, settles a population over one million people. According to the document of the State government, among the Conselhos Regionais da Serra, Campos de Cima da Serra and Hortênsias there are stages of distinct development and differences between the economy sectors. In this context, it analyzes the expansion and modernization of its airport offer. The research is realized by exploratory study of heuristic character. In it, a series of documents has an overview of the current situation regarding the existing structures and proposals to solve the problem of a weakness in the airline industry. The construction of a new airport will give a new dimension to the existing regional and future demand.

**Keywords:** Regional Airport. Airline Industry. Caxias do Sul. Regional Planning.

---

<sup>#</sup> Artigo apresentado no XV Encontro Sobre os Aspectos Econômicos e Sociais da Região Nordeste do RS, em 2016.

<sup>\*</sup> Arquiteto e Urbanista (UFRGS). Especialista em Intervenção Pesquisa e Ensino em Arquitetura (UCS). Mestre em Arquitetura (UFRGS). Prof. do Centro de Artes e Arquitetura da Universidade de Caxias do Sul. *E-mail:* pedone@terra.com.br.

<sup>\*\*</sup> Arquiteto e Urbanista (Unitau). Especialista em Planejamento Turístico (Senac-SP). Mestre em Turismo (Unibero) e Doutor em Geografia (Universidade de São Paulo-USP). Professor Adjunto e Pesquisador no Centro de Artes e Arquitetura e Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, da Universidade de Caxias do Sul. *E-mail:* pabcesar@ucs.br.

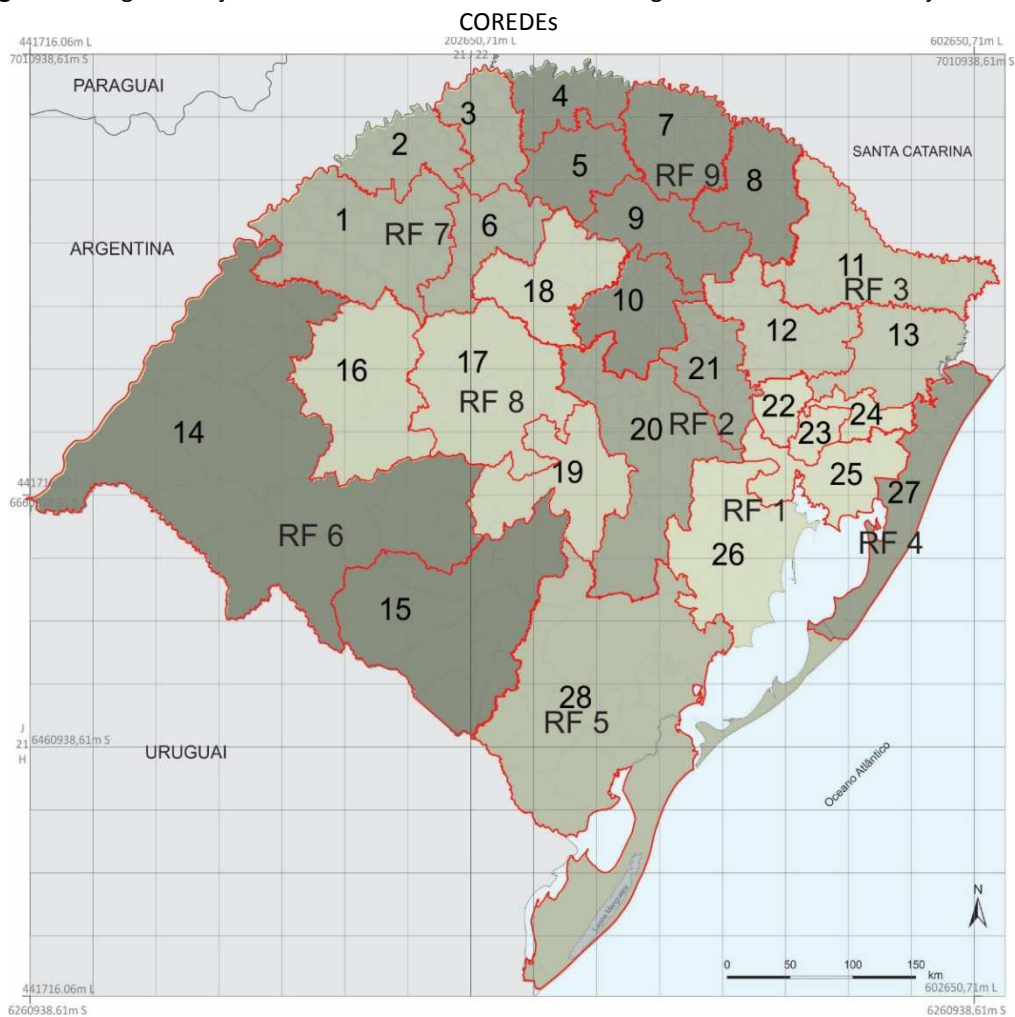
<sup>\*\*\*</sup> Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestranda em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul e pesquisadora no Núcleo de Pesquisa em Estudos Urbanos (NID-UCS). *E-mail:* btronca@ucs.br.

## Introdução

O Estado do Rio Grande do Sul encontra-se dividido em nove Regiões Funcionais de Planejamento (RF) formadas por grupos de Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE) (Figura 1). Estes Conselhos estão estruturados e definidos a partir da Lei 10.283, estabelecida em 17 de outubro de 1994 pelo governo estadual, e tem por objetivo:

[...] a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente. (RS, 1994, p. 1).

**Figura 1** – Regionalização do Rio Grande do Sul através das Regiões Funcionais de Planejamento e



Fonte: Elaboração própria (2016).

A Região Funcional 1 é composta pelos seguintes Conselhos: Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos, Paranhana – Encosta da Serra, Metropolitano – Delta do Jacuí e Centro –Sul. A RF 2 é formada pelos COREDEs do Vale do Rio Pardo e do Vale do Taquari; **a RF 3 por Campos de Cima da Serra, Serra e Hortênsias**; a RF 4 pelo Litoral; e a RF 5 pelo COREDE Sul. Os Conselhos da Fronteira Oeste e Campanha formam a Região 6; das Missões, Fronteira Noroeste, Celeiro e Noroeste Colonial compõe a RF 7; o Vale do Jaguari, Central, Alto do Jacuí e Jacuí Centro são os COREDEs da RF 8 e, por fim, a Região Funcional 9 é composta pelos Conselhos Médio Alto Uruguai, Rio da Várzea, Norte, Nordeste, Produção e Alto da Serra do Botucarái.

Através dessa regionalização, é possível compreender a dinâmica territorial do estado e, a partir disso, desenvolver planos estratégicos, principalmente após a década de 1990, voltados para as potencialidades e fragilidades específicas de cada sub-região. Entre os estudos realizados com base na regionalização do estado, destaca-se o Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes para o Rio Grande do Sul – **Rumos 2015**, desenvolvido pelo governo estadual, através da Secretaria de Coordenação e Planejamento, que tinha como horizonte o período de 2005 a 2015 (RS, 2006a; 2006b; 2006c).

O **Rumos 2015** tem seu eixo condutor no conceito do desenvolvimento sustentável, articulando dois componentes: o Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional, e a Logística de Transportes. Este estudo abrangeu as “várias dimensões do desenvolvimento socioeconômico, preenchendo lacunas de conhecimento sistematizado por regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs” (RS, 2006c, p.10).

Nesta pesquisa destaca-se a análise dos transportes e dos terminais aeroportuários do estado e faz-se um recorte acerca da região nordeste do Rio Grande do Sul (RF 3), com base na proposta de aumento da capacidade aeroportuária, para suprir a demanda, determinada pelo **Rumos 2015**. Este estudo retrata essa região como uma entidade de planejamento única, cujas oportunidades de desenvolvimento devem ser pensadas em conjunto, integrando as fragilidades e potencialidades identificadas, principalmente em relação aos setores da economia.

## **Panorama da Região Nordeste do Rio Grande do Sul**

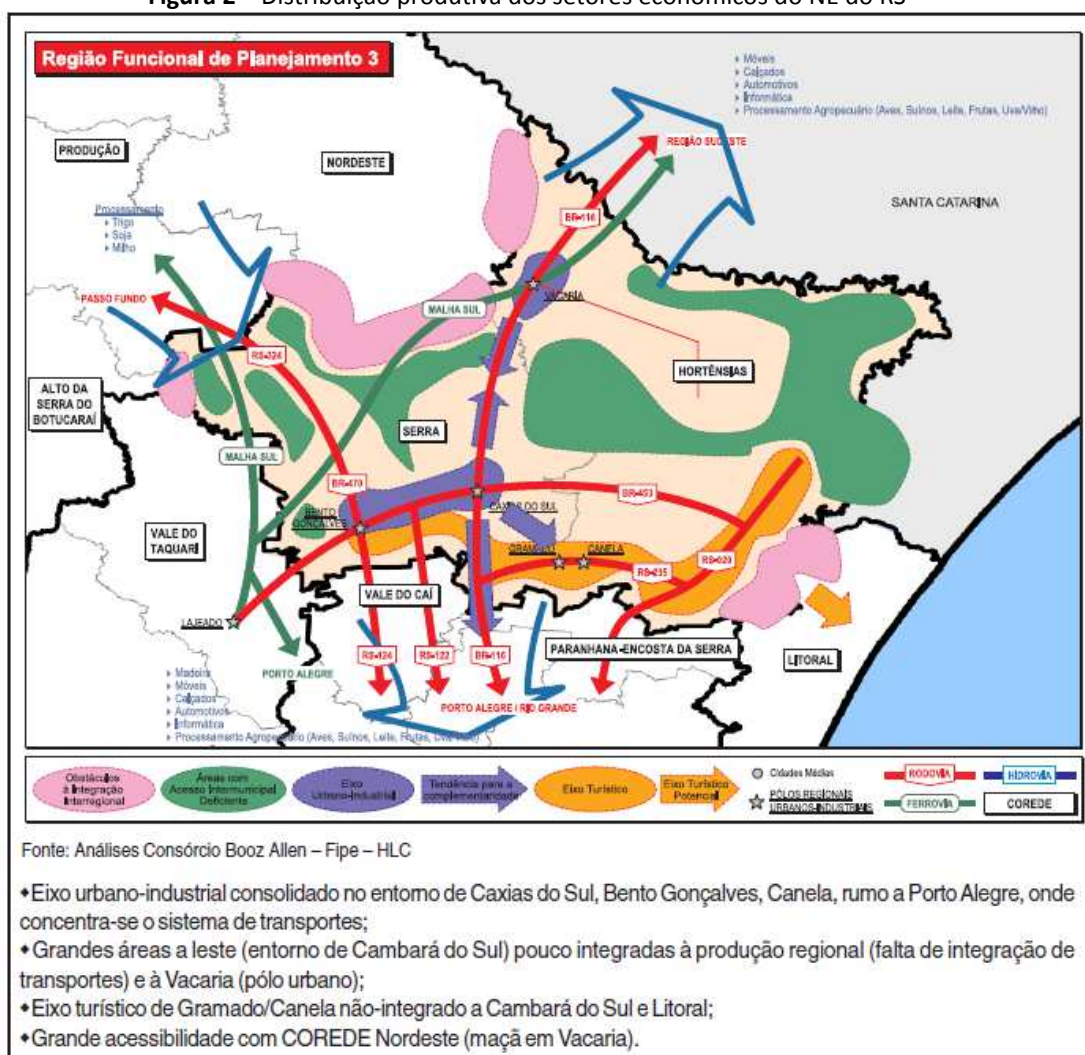
O nordeste do Rio Grande do Sul, mais precisamente a Região Funcional de Planejamento 3, assenta uma população de mais de um milhão de pessoas. (IBGE, 2016). De acordo com o **Rumos 2015** (RS, 2006b, p.123), entre os Conselhos Regionais da Serra, dos Campos de Cima da Serra e das Hortênsias, existem estágios de desenvolvimento distintos e diferenças entre os diversos setores da economia.

Os Campos de Cima da Serra oferecem, sobretudo, maior domínio do setor primário e terciário. O COREDE Serra aumenta, a partir da década de 1970, sua dinâmica de desenvolvimento, principalmente industrial, enquanto o das Hortênsias tem, nos anos 1980, uma explosão do setor de serviços (turismo). Essa diferença dos setores da economia é vista pelo estudo do **Rumos 2015**, como oportunidade para um planejamento único, integrando o setor industrial (com polo em Caxias do Sul), com o setor primário (de toda a região mas com polo em Vacaria) e com o setor secundário – de serviços (de toda a região, mas com enfoque em Gramado).

Para reforçar essa dinâmica, ressalta-se que a localidade turística de Gramado (RS) se sobressai como um dos principais destinos turísticos do País, sendo frequentado por milhões de visitantes todo ano. (BRASIL, 2007). A essa oferta, soma-se um turismo de lazer na região Uva e Vinho, com destaque para Bento Gonçalves, Farroupilha e Garibaldi, além de um turismo de negócios e compra com referência a Caxias do Sul. Os negócios e compras destacam-se em função das matrizes produtivas e dos polos industriais locais, principalmente relacionados à produção de materiais de alto valor agregado, como dos setores metalomecânico, moveleiro, vitivinícola, moda têxtil. (Figura 2).



Figura 2 – Distribuição produtiva dos setores econômicos do NE do RS



Fonte: Rio Grande do Sul (2006b, p. 143).

Neste mapa-síntese (Figura 2) do estudo **Rumos 2015**, são representados com estrelas os polos regionais; os traços vermelhos indicam as rodovias e, em verde, as ferrovias. Também estão apresentadas em roxo as áreas com Eixo Urbano-industrial e as setas de mesma cor indicam a tendência para a complementaridade; em amarelo está o Eixo Turístico; em verde estão as áreas com Acesso Intermunicipal Deficiente, que dificultam os fluxos e a integração entre a região; e as setas azuis representam a entrada e saída de produtos, sendo a entrada referente ao processamento de trigo, soja e milho; e a saída provedora de bens como: madeira, móveis, calçados, automotivos, de informática e processamento agropecuário.

Entretanto, apesar de ser a segunda área mais populosa do estado, atrás somente da região metropolitana da capital, e uma região com boa dinâmica da economia, ressalta-se que o seu potencial de transportes não está dimensionado por este fator. Contrapõe-se a oferta turística diversificada da região, de lazer e negócios, e a demanda do atendimento da produção local ao dimensionamento tímido de fluxos, principalmente aéreo, como fragilidade de mobilidade regional.

O Rio Grande do Sul tem como principal ligação com os demais estados brasileiros através de duas rodovias: a BR-101 e a BR-116. Na primeira, transitam, principalmente, cargas oriundas ou destinadas à Região Metropolitana de Porto Alegre e o sul do estado. Pela BR-116 trafegam cargas da região nordeste do estado e da Serra gaúcha. Os fluxos nessas rodovias são intensos e suas capacidades, sobretudo na RS-101, estão saturadas. (RS, 2016c, p. 44).

O transporte ferroviário sofreu um declínio de importância no estado, a partir da década de 1950, mas ainda apresenta grande importância, principalmente no transporte de grãos agrícolas da região noroeste, para exportação através do Porto de Rio Grande, e transporte de cargas entre São Paulo e Buenos Aires. Porém, este fluxo apresenta-se abstruso, pois a diferença de bitolas entre as ferrovias brasileiras, uruguaias e argentinas exige a transferência de cargas entre as composições (RS, 2016c, p.49). Além disso, existem limitações quanto às condições de conservação das ferrovias e seu traçado. Da mesma maneira que o transporte ferroviário, o transporte rodoviário apresentou redução de sua importância no estado, nas últimas décadas, e está voltado principalmente entre as regiões metropolitanas (RF1) e sul (RF5), sem grande influência sobre os fluxos relativos à região nordeste do estado.

Já com relação aos fluxos aéreos, observa-se a existência de alguns portões de entrada nesta área do estado. Entretanto, com voos regulares e estruturas aeroportuárias pontuam-se o Aeroporto Internacional Salgado Filho de Porto Alegre e o Aeroporto Regional Hugo Cantergiani, em Caxias do Sul. O primeiro equipamento atende principalmente às demandas gerais do nordeste do estado, deixando o segundo para interesses pontuais, o que permite posicioná-lo como oferta secundária para o setor.

Dessa forma, pode-se considerar que a região, por suas opções para o setor aeroportuário, transforma-se em gargalo para a oferta e a demanda atuais. O aeroporto regional, que recebeu recentemente uma obra de ampliação, opera

em sua capacidade. Além disso, tem como fatores complicadores sua localização em área urbana, que não permite grande expansão de sua estrutura, deixando, portanto, sua pista sem as dimensões necessárias para utilização de grandes aeronaves; e a falta de um sistema de apoio para pousos e decolagens adequado às condições climáticas desfavoráveis, recorrentes na região.

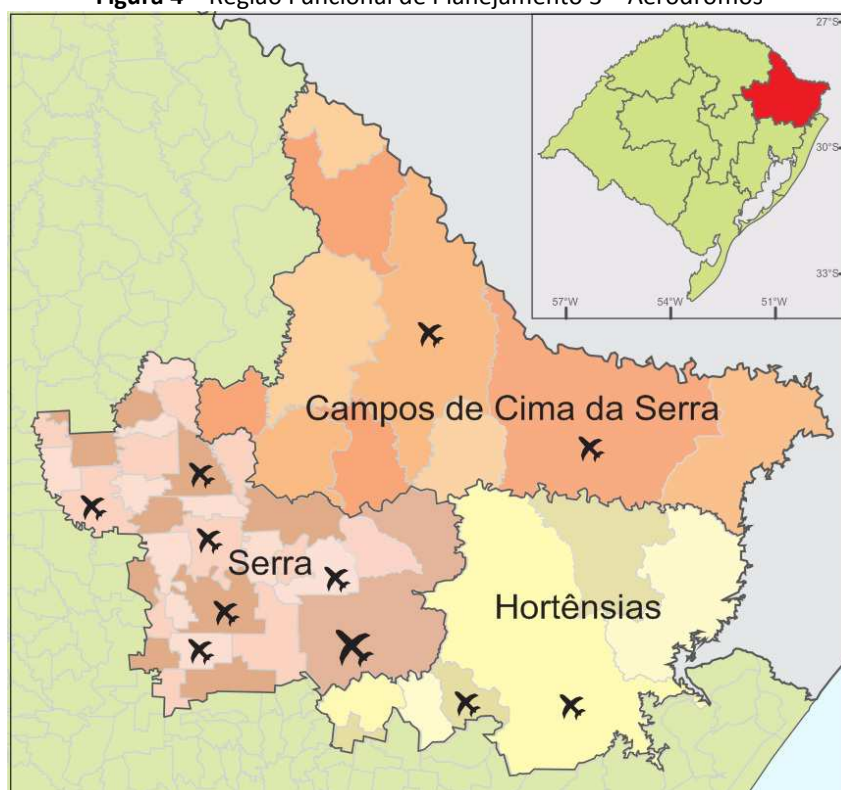
Existem duas possibilidades evidentes de desenvolvimento do setor viário. Uma recai em potencializar a oferta do setor modernizando pequenos aeródromos. Dos 11 aeroportos/aeródromos existentes (Figura 3 e 4) ressalta-se que o Aeroporto Regional de Caxias do Sul (COREDE Serra) está na sua exaustão, e recebe atualmente voos comerciais ofertados pelas companhias Gol Linhas Aéreas e Azul Linhas Aéreas Brasileiras, somente para o Estado de São Paulo, que contemplam a capital (Aeroporto de Congonhas) e Campinas (Aeroporto Viracopos). O Aeroporto de Canela, na região das Hortênsias, tem operação comercial aérea, principalmente, com voos não regulares. Os demais aeroportos/aeródromos existentes atendem principalmente às necessidades pontuais e de lazer, com opções e condições mínimas de estrutura aeroportuárias, como hangar e aérea de abastecimento.

**Figura 3** – Caracteriza os aeroportos na região nordeste do Rio Grande do Sul

Aeródromo					Operação	Pista		
CÓD. OACI	TIPO	NOME	MUNICÍPIO ATENDIDO	COREDE	OPERAÇÃO	COMPRI- MENTO	LARGU- RA	SUPER- FÍCIE
SNEE	AERÓDROMO PÚBL.	VACARIA NOVO	VACARIA	C. C. Serra	VFR Diurno	2020 m	30 m	Asfalto
SSBJ	AERÓDROMO PÚBL.	BOM JESUS	BOM JESUS	C. C. Serra	VFR Diurno	1320 m	18 m	Terra
SSCN	AERÓDROMO PÚBL.	CANELA	CANELA	Hortênsias	VFR D/N	1260 m	18 m	Asfalto
SJFF	AERÓDROMO PRIV.	SUNSET AIRFIELD	S. FRANCISCO DE PAULA	Hortênsias	VFR Diurna	300 m	30 m	Grama
SSGA	AERÓDROMO PÚBL.	GARIBALDI	GARIBALDI	Serra	VFR Diurno	1200 m	30 m	Asfalto
SSGR	AERÓDROMO PÚBL.	GUAPORÉ	GUAPORÉ	Serra	VFR Diurno	1100 m	23 m	Terra
SSNP	AERÓDROMO PÚBL.	NOVA PRATA	NOVA PRATA	Serra	VFR Diurno	1000 m	30 m	Terra
SSVN	AERÓDROMO PÚBL.	VERANÓPOLIS	VERANÓPOLIS	Serra	VFR Diurno	1150 m	30 m	Terra
SBCX	AERÓDROMO PÚBL.	REGIONAL HUGO CANTERGIANI	CAXIAS DO SUL	Serra	VFR D/N e IFR D/N	1670 m	30 m	Asfalto
SJFQ	AERÓDROMO PRIV.	CONDOMÍNIO MENEGA	FLORES DA CUNHA	Serra	VFR Diurna	750 m	18 m	Grama
SSBG	AERÓDROMO PRIV.	AERoclube DE BENTO GONÇALVES	BENTO GONÇALVES	Serra	VFR Diurna	1000 m	30 m	Terra

Fonte: Dados das Anac (2015).

Figura 4 – Região Funcional de Planejamento 3 – Aeródromos

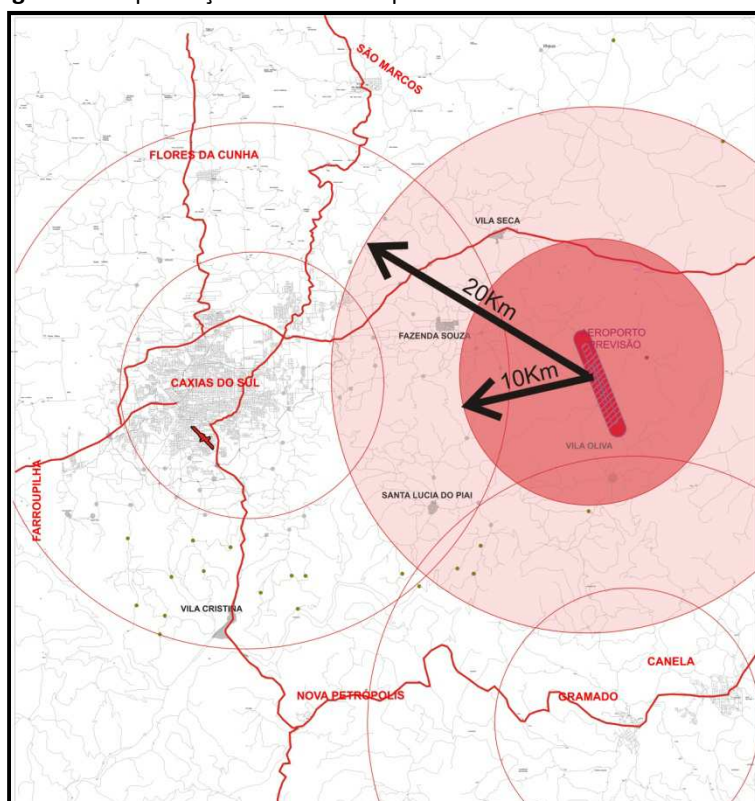


Fonte: Elaboração própria (2016).

A segunda e principal possibilidade para “desafogar” o setor torna-se a construção de um aeroporto que poderia caracterizar inclusive com porte internacional. Justifica-se esta condição, principalmente, pelo fato de Gramado representar uma das principais destinações turística do País. Este panorama, inclusive, possibilitaria o crescimento do setor turístico na Região Turística Uva e Vinho e, dependendo da sua localização, a elaboração de um turismo ligado a aspectos naturais (ecoturismo) na região da Serra Geral/Aparados da Serra.

Com base nessa demanda, um dos programas apresentados pelo **Rumos 2015** é a melhoria do acesso aéreo à região. Para tanto, estão previstas as seguintes estratégias: Implantação de Novo Aeroporto de Caxias do Sul (Figura 5), em Vila Oliva; Implantação do Aeroporto das Hortênsias (local a definir) e a construção de Vias de Acesso a este aeroporto.

Figura 5 – Implantação do novo aeroporto de Caxias do Sul em Vila Oliva



Fonte: Elaboração própria (2016).

## Determinação da área do aeroporto

O governo do estado determina, por meio do Documento-Síntese do Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logístico de Transportes, denominado *Rumos 2015*, considerações e diretrizes aeroviárias. Na introdução do Documento-Síntese *Rumos 2015* destaca-se:

A Secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul no âmbito do Programa de Apoio ao Planejamento e à Formulação de Políticas Estratégicas para a Economia do RS, com a cooperação do Banco Mundial, contratou o Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC, [...] para elaborar estudo sobre o ordenamento territorial e a logística de transportes do Estado, destinado a analisar e propor mecanismos nessas duas áreas, tendo como horizonte o período 2005-2015. (RS, 2006c, s.p.).

O eixo condutor para sua dimensão no conceito de desenvolvimento sustentável, articulando dois componentes: Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional, e Logística de Transportes. Neste âmbito, foram

elaborados trabalhos posteriores que consistiram em determinar quais foram as conquistas que a Região Funcional 3, mais especificamente o Corede Serra no recorte dos municípios que compõem a AUNe (Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul), teve neste momento em que se encerra o período de estudo Rumos 2015, como contribuição ao Plano Regional previsto no Estatuto da Metrópole com data limite para 2018.

O Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional, de acordo com o Estudo “deve levar em conta e compatibilizar, múltiplas dimensões de análise nele interveniente” (RS, 2016c, p. 15), que aqui interessa recortar o seu aspecto específico das infraestruturas e mais especificamente todos os modais de transporte e sua utilização integrada. Nesta condição foi detectado para a região de Caxias do Sul um novo aeroporto regional, para o atendimento da movimentação de passageiros e, particularmente, de carga aérea.<sup>1</sup> Destaca-se que o movimento existente neste município atende a demandas nacionais de passageiros, além de outra de cargas, pela existência de setores que produzem materiais de alto valor agregado. Porém, seu pequeno terminal de cargas não permite o atendimento de todas as demandas regionais. Some-se a esta dificuldade o fato que a localização, na área urbana, do aeroporto dificulta sua ampliação no sítio atual. Além disso, o aeroporto carece de sistema de apoio a pouso e decolagem adequado a dificuldades climáticas locais. Por estes motivos, o projeto, em estudo, de implantação de um novo aeroporto regional, para atender o nordeste do Estado, é estratégico para a região.

É interessante identificar que, em dezembro de 2006, o Departamento Aeroportuário da Secretaria de Transportes do Estado do RS apresentou documento (assinado pelo seu diretor à época Eng. Fernando Cavalcanti Bizarro) com os elementos principais do trabalho realizado, o qual constituiu a primeira, mas fundamental etapa de implantação de um grande aeroporto para a região nordeste e para o estado. A partir de 1987, o Departamento Aeroportuário “dirigiu seu trabalho no sentido da regionalização de aeroportos, qualificando-os para operar aeronaves de grande porte, objetivando o transporte de passageiros e de carga, em rotas domésticas, ligando diretamente o interior do Estado com capitais e outras cidades da região sul e do centro do País”. (RS, 2006d, s.p.).<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> o Aeroporto Regional de Caxias do Sul – Hugo Cantergiani foi inaugurado em fevereiro de 1988 é administrado pelo Departamento Aeroportuário da Secretaria dos Transportes. E o segundo em transporte de passageiros. Em 2012, transportou 293.000 e x kg de carga.

<sup>2</sup> Neste contexto, detalha o texto do documento, “incluiu-se o Aeroporto de Caxias do Sul, o qual, após grandes investimentos, em 1988, passou a operar uma linha aérea regular, ligando o

O novo Plano Aeroviário do Estado do Rio Grande do Sul (PARGS) 2003/2022 (BRASIL, 2003) previu a construção de um aeroporto em Caxias do Sul, capaz de atender ao transporte aéreo de passageiros e cargas. O sítio localizado no Distrito de Vila Oliva foi definido como o mais adequado, após análise de diversas áreas sob várias óticas e pareceres do Departamento de Aviação Civil (DAC) (Brasil, 2004), do Instituto de Aviação Civil (IAC) (BRASIL, 2001). Destaca-se a análise quanto aos aspectos envolvendo a logística de transporte, o sistema viário, da engenharia aeroportuária, os recursos hídricos, o uso e ocupação do solo e as tendências de expansão urbana e os custos de desapropriação entre outros.

Oe Relatório 07/DO-OTA/03, de 5 de junho de 2003 pelo CINDACTA II:

[...] nos quais constam os resultados das análises dos sítios preliminarmente indicados pelo DAP/DT-RS denominados Sítio 01 (Vila Oliva – Município de Caxias do Sul) e Sítio 02 (Região de São Giácomo/Mato Perso – Município de Farroupilha), emitidos após visita *in loco* realizada entre 26 a 28 de maio de 2003 por solicitação do Estado do Rio Grande do Sul. Em setembro de 2007 a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC – através da Superintendência de Estudos, Pesquisas e Capacitação para a Aviação Civil apresentou o Relatório do Novo Aeroporto da Região Serrana – Reavaliação de Escolha do Sítio Aeroportuário de Vila Oliva (Caxias do Sul). (BRASIL, 2003, s.p.).

Outro ponto importante da escolha do local em detrimento de outra opção na região (o projeto de Monte Bérico/Farroupilha) esta em uma avaliação realizada em 2010 pelo Departamento Aeroportuário do Estado (DAP). Nesta análise foi dada a nota 9,69 para o projeto de Vila Oliva (Caxias do Sul), o que contrapõe a nota de 5,35 à proposta de Monte Bérico (Farroupilha). Neste panorama, em 2011 declina-se para a primeira opção. Conseqüentemente a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (PMCS) declara de utilidade pública a área escolhida para a sua implantação.

Reforçam esta questão novos estudos sobre o local escolhido para o aeroporto, que desponta de uma área de 445,69 hectares gravados no Plano Diretor de Caxias do Sul. (CAXIAS DO SUL, 2007). Desta maneira, em 2008 os técnicos da ANAC visitam as áreas de estudo objetivando dar continuidade ao estudo de escolha do sítio aeroportuário e à organização das informações preliminares necessárias ao projeto do aeroporto, na região da Serra gaúcha – RS. (BRASIL, 2003, s.p.).

---

Município e a região nordeste do Rio Grande do Sul à capital de São Paulo e a outros destinos”. (RS, 2006d, s.p.).

## Considerações

Este estudo exploratório visa a apresentar uma análise horizontal preliminar do panorama referente à ampliação e modernização da capacidade aeroportuária no nordeste do Rio Grande do Sul.

Ao longo das últimas décadas, informalmente, foi verificada a intenção de muitas possibilidades de instalação ou melhoria nos aeroportos/aeródromos entre as regiões da Serra gaúcha e Hortênsias. Destes, os órgãos competentes do Governo Federal avaliaram as suas possibilidades, situando a aquela entre duas novas propostas. Assim, foram realizados estudos técnicos em uma área localizada na região leste de Caxias do Sul e outro em localidade limítrofe oeste deste município (Farroupilha/RS). Foram formulações técnicas que buscavam, neste estágio, reconhecer suas viabilidades para, assim, formular um ambiente financeiro e político para a sua concretização.

Percebe-se que o novo aeroporto deslumbrado em sua perspectiva atende, além das demandas microrregionais da Serra gaúcha, a de outras demandas macrorregionais. Assim, sua distância favorece, inclusive, a demanda crescente de centenas de milhares de passageiros para o destino turístico de Gramado/Canela. O aeroporto de Vila Oliva atende e reforça sua condição técnica/aeroviária e regional para o nordeste do Rio Grande do Sul.

## Referências

ANAC – **Agência Nacional de Aviação Civil**. Disponível em:

<<http://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas/aeroportos>>. Acesso em: 3 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **Parecer Técnico IAC/DPT/2001** de junho de 2001.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **PARGS – 2003/2022**. Ed. Portaria 206/GC5 do Comando da Aeronáutica em 7 de março de 2003a.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **Relatório 07/DO-OTA/03**. Cidactall, Brasília, 2003b.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **Parecer Técnico 300/DPT-3/04**, do Instituto de Aviação Civil de 13 de fevereiro de 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano nacional de turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão**. Brasília, 2007.

CAXIAS DO SUL. **Plano diretor municipal de Caxias do Sul**. Caxias do Sul. 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cid@des**. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 5 set. 2016.



RIO GRANDE DO SUL (RS), **Lei 10.283**, de 17 de outubro de 1994. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Porto Alegre, 1994. Disponível em: <[http://www.coredesul.org.br/files/pub/136337207090052\\_LEI-de-Criacao-dos-COREDES.pdf](http://www.coredesul.org.br/files/pub/136337207090052_LEI-de-Criacao-dos-COREDES.pdf)>. Acesso em: 6 set. 2016.

RIO GRANDE DO SUL (RS). Fundação de Economia e Estatística. **COREDES**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>>. Acesso em: 6 set. 2016.

RIO GRANDE DO SUL (RS). **Rumos 2015**: Estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul: vol. 1. Porto Alegre: SCP-Deplan; Dcapet, 2006a.

RIO GRANDE DO SUL (RS). **Rumos 2015**: Estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul: vol. 2. Porto Alegre: SCP-Deplan; Dcapet, 2006b.

RIO GRANDE DO SUL (RS). **Rumos 2015**: Estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul: documento síntese. Porto Alegre: SCP-Deplan; Dcapet, 2006c.

RIO GRANDE DO SUL (RS). Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. **COREDES**. Disponível em: <<http://www.sri.rs.gov.br/>>. Acesso em: 8 set. 2016.

RIO GRANDE DO SUL (RS). Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/>>. Acesso em: 6 set. 2016.

## O agronegócio e a agricultura familiar: um estudo interdisciplinar sobre sustentabilidade e educação ambiental

*Agribusiness and family agriculture: an interdisciplinary study on sustainability and environmental education*

César Augusto Cichelero\*

Eduardo Brandão Nunes\*\*

Moisés João Rech\*\*\*

**Resumo:** O presente artigo é um estudo acerca da agricultura sustentável e dos arranjos produtivos locais, como meio de consagração de princípios ambientais, em especial o da sustentabilidade e o da educação ambiental. Como objetivo central do estudo, está a demonstração da efetivação dos princípios ambientais nos arranjos produtivos locais fomentados pela agricultura familiar. Como linha metodológica, são utilizadas, como referencial teórico, obras de diversos autores que transitam pelos estudos ambientalistas, econômico-ecológicos e jurídico-ambientais; e, ainda, base de dados empíricos retirados de pesquisas governamentais. A conclusão final demonstra a efetivação – pela agricultura familiar – dos princípios ambientais de sustentabilidade e educação ambiental, em oposição ao agronegócio.

**Palavras-chave:** Agricultura sustentável. Agronegócio. Desenvolvimento sustentável. Educação ambiental.

**Abstract:** The present article is a study about sustainable agriculture and local productive arrangements as a mean of consecrating environmental principles, especially sustainability and environmental education. The central objective of the study is the demonstration of the effectiveness of environmental principles in the local productive arrangements fostered by family agriculture. As the methodological line, it will be used as theoretical reference works by several authors who go through environmental studies, economic-ecological and legal environmental; And also, an empirical database taken from government research databases. The final conclusion demonstrates the establishing – by family agriculture – of environmental principles of sustainability and environmental education – as opposed to agribusiness

**Keywords:** Sustainable agriculture. Agribusiness. Sustainable development. Environmental education.

---

\* Mestrando em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Advogado. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7445448766988268>. E-mail: cesar.cichelero@gmail.com.

\*\* Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0643138457221101>. E-mail: dub\_nunes@hotmail.com.

\*\*\* Mestre (2017). Bacharel (2015) em Direito pela Universidade de Caxias do Sul. Professor de Direito Processual Civil, na Universidade de Caxias do Sul. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0525658398433333>. E-mail: mjrech7@gmail.com.

## Introdução

O presente ensaio pretende refletir criticamente a relação entre economia sustentável e direito, no que diz respeito aos contornos do sistema agrícola brasileiro e os princípios do direito ambiental. Assim, a hipótese sustentada diz respeito à efetivação dos princípios jurídicos da sustentabilidade e da educação ambiental, por meio da promoção da agricultura sustentável, com especial atenção para os arranjos produtivos locais (agricultura familiar).

Para atender a esse objetivo, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, com análise de conteúdo como técnica de pesquisa. A revisão bibliográfica de diferentes autores tem o intuito de produzir sólida base teórica que sustente as afirmações de necessidade de desenvolvimento sustentável e da educação ambiental, na perspectiva da agricultura dos arranjos produtivos locais (agricultura familiar).

O primeiro ponto do trabalho aborda algumas características da agricultura brasileira, por meio de dados empíricos, e visa esclarecimentos gerais acerca das práticas agrícolas no Brasil. Em um segundo momento, é realizada a abordagem teórica sobre o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental, com o intuito de demonstrar a necessidade dos usos sustentáveis dos produtos da produção agrícola familiar. No terceiro momento do artigo, é abordada a questão dos arranjos produtivos locais e de suas peculiaridades.

## O sistema agrícola brasileiro

Neste tópico, aborda-se a produção agrícola brasileira, enfatizando como pontos essenciais o uso de transgênicos e agrotóxicos em larga escala. Cabe ressaltar que, no atual panorama, a agricultura não pode ser dissociada dos demais setores econômicos nacionais e exerce papel fundamental na inserção do País no mercado externo (MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007, p. 45), pois o Brasil é o “primeiro produtor e exportador de café, açúcar, etanol de cana-de-açúcar e suco de laranja. Além disso, lidera o *ranking* das vendas externas do complexo soja (farelo, óleo e grão)”. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2015).

Nesse sentido, o melhor termo que designa o sistema brasileiro é *agronegócio*, pois a industrialização incorporada à agricultura e o constante emprego de tecnologia nos afastam da concepção tradicional dos processos agrícolas, restritos à propriedade rural. (MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007).

Consonante essa ideia, no sítio digital do Ministério da Agricultura do Governo Federal, é possível verificar que o escopo do setor agrícola nacional é o crescimento de modo “[...] competitivo e sustentável, para atender a demanda interna e conquistar e manter espaço de mercado externo, fornecendo produtos e processos de qualidade, com sustentabilidade e a preços competitivos”. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2015).

No entanto, ao confrontar essas metas – competitividade e sustentabilidade –, a conciliação entre ambas revela-se questionável. Um exemplo dessa incompatibilidade é demonstrado pelo geógrafo Ricardo Gilson da Costa Silva, em pesquisa que procura compreender a dinâmica geográfica dos conflitos entre os projetos locais e os processos nacionais e globais na Amazônia. O autor pontua que, “[...] em duas décadas (1990 a 2010), a área plantada com soja na Amazônia aumentou de 1.573.404 hectares para 6.995.455 hectares, um crescimento de 345%”. (SILVA, 2015, p. 49). Entende que esse dado demonstra o avanço do agronegócio na Amazônia brasileira, o que produz fragmentações nas coerências territoriais endógenas, impondo lógicas globais das grandes empresas aos lugares.

É possível afirmar que expressivo crescimento da produção de soja nessa área corresponde a uma tendência brasileira pós-crise dos anos 80 e 90, quando o agronegócio exerceu papel determinante para expansão econômica. Nesse período, houve também a primeira aprovação comercial de transgênico no Brasil. (COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA, 1998). A soja *Roundup Ready*, da multinacional Monsanto, foi inserida ilegalmente no País, no final da década de 90, e não se sabe ao certo o volume de soja que foi plantado clandestinamente. A esse respeito,

embora não se conheça o real volume da soja clandestina cultivada – o que reflete o descontrole sobre a questão pelos órgãos responsáveis por seu encaminhamento –, observa-se que todas as fontes apresentam números extremamente altos. Não existe certeza da origem dessa soja: se contrabandeada da Argentina, se disseminada pelas empresas à revelia do governo, ou mesmo com o seu aval [...] (MARINHO; MINAYO-GOMEZ, 2004, p. 100).

Tendo em vista o momento econômico da época, o processo de transformação capitalista da agricultura no Brasil foi bem recebido, pois gerou aumento da produtividade e da eficiência, integração crescente aos capitais

industrial, financeiro e comercial, e o estabelecimento dos complexos agroindustriais. (LUIZ; SILVEIRA, 2000). No mesmo sentido,

[...] como ocorreu em quase toda a América Latina, as medidas adotadas pelo Estado brasileiro foram as de natureza liberalizantes, nas quais as exportações de *commodities* constituíram a receita para alavancar a economia e diminuir o déficit público. O agronegócio tornou-se, por conseguinte, a um só tempo, a força política e o motor econômico que vai impor uma transformação geoeconômica e uma agenda geopolítica no espaço rural brasileiro. (SILVA, 2015, p. 27).

Nesse cenário, pode-se afirmar que a sustentabilidade fica comprometida desde o princípio da implantação da agroindústria no Brasil, pois se dá demasiado valor a um dos pilares constitutivos do princípio, como será visto no próximo item, o que gera um desequilíbrio. Em detrimento das consequências ambientais da adoção desse sistema, crescem os riscos oriundos da produção agrícola. Como exemplo, pode-se destacar a poluição gerada pelos dejetos animais que antes eram utilizados como fertilizantes e hoje são armazenados e produzem gases que comprometem a qualidade do ar, como metano e amônia, além da contaminação das águas e do solo decorrente do seu vazamento, o que é comum. (GUIVANT; MIRANDA, 1999).

Outra característica fundamental na agricultura brasileira é o grande número de transgênicos aprovados. Até 2015, de acordo com a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, 44 variedades de plantas geneticamente modificados foram aprovadas para a comercialização no País. (ALLANA, 2016). O Brasil tem a 2ª maior área de transgênicos do mundo, com mais de 40 milhões de hectares, estando atrás apenas dos Estados Unidos (SERVIÇO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE BIOTECNOLOGIA AGRÍCOLA, 2014), sendo que a maioria dos países europeus refuta os OGMs. Especialmente na França, a relação risco/benefício é considerada como desfavorável, e há desconfiança nos OGMs e no processo regulador. (BONNY, 2005). Em 2014, a França proibiu definitivamente o milho transgênico.

Para acompanhar a produção extensiva de *commodities* agrícolas, o uso de agrotóxicos também aumentou, em tese, para controlar doenças e aumentar a produtividade. Atualmente, “o Brasil é o maior consumidor de produtos agrotóxicos no mundo”. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015). As extensas áreas plantadas de soja, milho e cana-de-açúcar apresentam-se como fontes potenciais de contaminação pelo uso de agrotóxicos. Segundo a Agência Embrapa, outras

culturas agrícolas, apesar de ocuparem áreas pouco extensas, destacam-se pelo uso intensivo de agrotóxicos por unidade de área cultivada, como as culturas de tomate e batata. (SPADOTTO, 2006). Ainda segundo a Agência Embrapa de Informações Tecnológicas,

o consumo anual de agrotóxicos no Brasil tem sido superior a 300 mil toneladas de produtos comerciais. Expresso em quantidade de ingrediente-ativo (i.a.), são consumidas anualmente cerca de 130 mil toneladas no país; representando um aumento no consumo de agrotóxicos de 700% nos últimos quarenta anos, enquanto a área agrícola aumentou 78% nesse período. (SPADOTTO; GOMES, 2015).

Como consequência da política do agronegócio, há um enfraquecimento da agricultura familiar, ou da agricultura sustentável, pois o produtor é capaz de inserir-se apenas parcialmente nesse sistema, por insuficiência de capital ou pela assimetria nas condições de competitividade. Dessa forma,

a modernização da agricultura brasileira estabeleceu uma invasão de insumos e equipamentos que atendiam aos interesses industriais, e que também eram demandados por agricultores com algum grau de capitalização. Em consequência, provocou uma inversão na racionalidade tecnológica da agricultura tradicional capaz de modernizar-se, bem como a determinação de novos padrões de troca, na direção das necessidades da indústria processadora de produtos agrícolas, ou seja, a adesão à lógica do mercado. (LUIZ; SILVEIRA, 2000, p. 85).

O fato de os pequenos agricultores sofrerem com esse modelo, com a perda da sua autonomia econômica, tem impulsionado a criação de políticas públicas que incentivem a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. A dinâmica da agricultura familiar atende a uma racionalidade econômica diferente da capitalista e atua principalmente “[...] em contraste com o paradigma técnico-científico homogeneizante da monocultura, intimamente relacionado a uma série de danos ambientais, o conhecimento da operação de sistemas diversificados”. (LUIZ; SILVEIRA, 2000, p. 86). No entanto,

não havendo igualdade de chances nas oportunidades que se oferecem, verifica-se que as políticas públicas convencionais (tipo crédito agrícola, por exemplo, ou estímulo à formação de cooperativas) não superam a discriminação e a desigualdade entre uns e outros, como caboclos, indígenas, negros dos quilombos, por exemplo. Estes são portadores de racionalidades centradas em outros valores éticos sobre a reprodução socioeconômica e as relações sociais e com o meio natural. Nos exemplos

citados, priorizam-se os valores de convívio e de sustentabilidade em detrimento aos de competitividade. (GEHLEN, 2004, p. 101).

Logo, por mais que o incentivo a um modelo de agricultura minimamente sustentável esteja na agenda política e formal, é difícil subverter a ordem estabelecida, o que culmina, dentre outras consequências, em anos de engavetamento do projeto de reforma agrária. Nesse sentido, “[...] qualquer política de transformações estruturais no rural constitui uma interface perturbadora de interesses oligárquicos e geradora de profundas transformações nas relações, alianças, conflitos e contradições, tanto na sociedade local quanto na regional e/ou nacional”. (GEHLEN, 2004, p. 101).

Em face de insuficiência das políticas públicas, que têm o intuito de impulsionar a agricultura sustentável e da flexibilidade da legislação ambiental, no registro de agrotóxicos e na aprovação de transgênicos, reconhece-se que “[...] o fenômeno jurídico, por meio de subterfúgio da neutralidade, tende a negar a compreensão dos fatos e fenômenos sociais que alimentam a prática do direito”. (BANDEIRA; FILHO; LUSTOSA, 2014, p. 125). Ou seja, provavelmente tende a fornecer instrumentos que não coloquem em cheque os pilares da ordem hegemônico-capitalista, pois é desses pilares que retiram sua legitimidade.

No entanto, pretende-se buscar nas ferramentas ofertadas pelo Direito, no princípio da sustentabilidade e na educação ambiental, pressupostos para a construção de uma agricultura sustentável, no sentido de uma transposição do modelo do agronegócio. A interdisciplinaridade necessária encontra-se na relação entre a esfera econômica e o campo jurídico, o qual busca agregar valores ecológicos às práticas econômicas. Dessa forma, os tópicos seguintes tratarão dos conceitos legais e doutrinários dos princípios citados e do entendimento dos autores acerca da agricultura sustentável.

### **Princípios do direito ambiental: a educação ambiental e a sustentabilidade**

Não sem razão as relações entre economia e natureza têm contrastes e contradições. Enquanto o modelo econômico de mercado vislumbra a necessidade de crescimento quantitativo, destaca-se a busca de acumulação sob o signo da lei do valor de mercado como regra geral. A lógica subjacente à lei do valor está contida na ideia de racionalidade instrumental, é dizer, como mero

cálculo situacional de custos e benefícios – a busca por comprar mercadorias por valores abaixo do valor de venda. A ideia, portanto, é de conseguir o maior lucro em taxa de juros suportável.

Os fenômenos naturais, igualmente, são regidos por leis, ditas naturais. Tomando como exemplo a produção agrícola, desde a plantação até a colheita, é necessário um período determinado. Contudo, a economia, orientada por valores como a eficiência, competitividade, lucratividade, acumulação, age sobre a natureza na intenção de minimizar custos e maximizar benefícios. Ao agir sobre a natureza, alterando seus ciclos, leis e sistemas de operacionalidade, o pensamento econômico torna-se agente de degradação e coautor da crise ambiental.

Com a popularização dos debates acerca do ecodesenvolvimento com a Conferência de Estocolmo em 1972, a economia foi percebida como a grande causadora dos desequilíbrios ambientais. (FOLADORI, 1999, p. 31). Posteriormente, com o Informe Brundland de 1984, o discurso do ecodesenvolvimento foi suplantado pelo do desenvolvimento sustentável, que ganhou corpo nos debates ambientalistas, trazendo a ideia de equilíbrio harmônico entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental. Porém, foi na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro de 1992, que o discurso de desenvolvimento sustentável foi legitimado e difundido. No discurso de sustentabilidade, está a ideia diametralmente oposta ao crescimento econômico quantitativo, paradigma predominante até a década de 1960; rechaçava qualquer preocupação de cunho ambiental. Preocupava-se com a quantidade de produção, e não com a qualidade.

A produção qualitativa foi implementada com a diversificação da produção e com a melhoria da produtividade, no emprego de tecnologia e alteração da estrutura de produção. O desenvolvimento sustentável, portanto, surge como alternativa para a crise ambiental, segundo Leff (2004), como critério normativo de reconstrução da ordem econômica e como conciliação entre economia e natureza. As estratégias do desenvolvimento sustentável, nesse sentido, transitam através de novas formas de desenvolvimento condizentes com as potencialidades dos ecossistemas; destarte, Leff (2004) destaca que a escassez de recursos estendeu-se globalmente, e o progresso técnico de substituição de recursos escassos por recursos abundantes não solucionará a problemática ambiental definitivamente.



No que tange ao âmbito jurídico, o princípio do desenvolvimento sustentável encontra-se no *caput* do artigo 225 da Constituição Federal: “Art. 225. Todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado [...], impondo-se ao Poder Público e à coletividade o *dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*”. (grifo nosso).

O desenvolvimento econômico não pode fechar os olhos para os limites materiais do ambiente, não a moral, ou a religião ou qualquer ordem axiológica, mas o próprio Direito positivo que assim determina. Conforme Fiorillo (2011), o princípio do desenvolvimento sustentável, nesse sentido, tem por objeto a proteção das bases condicionantes da vida, isto é, das bases de produção e reprodução do homem; além disso, a proteção do ambiente para que as futuras gerações tenham, se não as mesmas condições de existência, as mais favoráveis possíveis. Com isso, a noção de desenvolvimento econômico desregulado não mais encontra espaço na sociedade contemporânea.

Enquanto o paradigma liberal do século XX afirma a não intervenção do Estado no mercado, o século XXI passa a exigir um papel ativo do Estado na proteção dos bens ambientais. A noção de sustentabilidade converge três elementos básicos, o planejamento entre desenvolvimento econômico, a utilização de recursos naturais e o desenvolvimento social. (FIORILLO, 2011). Não se trata de hostilizar o desenvolvimento econômico, uma vez que ele é fundamental para a sociedade; trata-se de repensá-lo do ponto de vista ecológico, ou seja, levam em consideração suas qualidades e seus defeitos.

O legislador constituinte de 1988 percebeu a necessidade de limitações à livre-iniciativa econômica. Limitações de ordem ambiental que não poderiam mais ser renegadas ao ostracismo. Redigiu o texto constitucional priorizando o desenvolvimento sustentável; a preservação do meio ambiente passou a estar em pauta na agenda do legislador, a ser prioridade muito em vista da íntima vinculação entre economia e ambiente. A livre-iniciativa, afirma Fiorillo (2011), passou a ter outro sentido, mais restrito e ao mesmo tempo mais amplo. Mais restrito em virtude da própria limitação material do crescimento, e mais amplo, pois abarca a dimensão ambiental.

Enquanto a Constituição Federal, em seu art. 170 *caput*, estabelece que a ordem econômica será regrada pela justiça social, fundamenta-a na livre-iniciativa e na valorização do trabalho humano. E, ainda, estabelece que a ordem econômica deverá observar a defesa do meio ambiente, conforme inciso VI do

mesmo artigo.<sup>1</sup> Nesse sentido, a livre-iniciativa articula-se com a defesa do meio ambiente, pois é condição de existência do outro. O escopo fundamental da proteção do meio ambiente, segundo Fiorillo (2011), é assegurar a existência digna, por meio da qualidade de vida. Ao contrário de barrar o desenvolvimento econômico, o princípio da sustentabilidade procura minimizar a degradação ambiental, em razão de que dizer o oposto é afirmar a impossibilidade de haver produção industrial que degrade o meio ambiente, o que não é o sentido do dispositivo jurídico.

O objetivo do texto constitucional é garantir a proteção ao meio ambiente, minimizando sua degradação e não combater o desenvolvimento econômico em si, mas mantê-lo em níveis razoáveis de crescimento harmônico com a preservação ambiental. De outro lado, Canotilho (2010) afirma que o princípio da sustentabilidade deve ser considerado elemento estrutural do direito constitucional, ao lado dos outros princípios estruturantes do Estado Constitucional, tais como liberdade, juridicidade, democracia e igualdade. O princípio da sustentabilidade incorporaria o rol de princípios estruturantes e determinaria que os humanos deveriam organizar seus comportamentos de forma a não viverem: a) à custa da natureza; b) à custa de outros seres humanos; c) à custa de outras nações; d) à custa de outras gerações. (CANOTILHO, 2010).

Ainda segundo Canotilho (2010), o princípio da sustentabilidade comporta, em seu âmbito jurídico-político, três dimensões distintas: a) a sustentabilidade geracional, que determina parâmetros de equidade entre diferentes grupos etários da mesma geração; b) a sustentabilidade intergeracional, que determina parâmetros de equidade entre as pessoas vivas no presente e as que nascerão no futuro; c) sustentabilidade interestatal que determina parâmetros de equidade entre países pobres e países ricos. Sustentabilidade, a partir de tais dimensões, é a proteção e a manutenção a longo prazo de recursos por meio da racionalização e economia de seu uso. A taxa de uso dos recursos não pode ser maior que a taxa de regeneração, a emissão de poluentes não pode ultrapassar quantitativa e qualitativamente a capacidade de regeneração do ambiente, os recursos não renováveis sejam utilizados racionalmente como poupança para que as gerações futuras possam também dispor deles.

---

<sup>1</sup> Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado, conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

A sustentabilidade, acima de tudo, está se tornando um lugar-comum no discurso jurídico, muito em virtude dos debates na sociedade civil e mesmo entre governos. A percepção de que a sustentabilidade é condição de existência da própria economia está gestando uma nova consciência ecológica, de preservação do ambiente. A educação ambiental entra em cena justamente no momento de conscientização e reeducação para a perspectiva ambiental. Entrelaçada entre os campos da pedagogia e da ecologia, a educação ambiental ajuda no combate à desinformação e construção de uma consciência comum acerca da preservação do meio ambiente. (TREVISOL, 2003).

Vista com pouca eficácia, a educação ambiental, contudo, demonstra seu potencial de alteração de comportamentos justamente quando bem empregada na modelagem de valores ambientais, na formação do indivíduo. Enquanto as contradições entre valores de consumo e reificação são disseminados ideologicamente, a educação ambiental constitui como valor a preservação ambiental e seu uso racional dos recursos, justamente para que haja sustentabilidade e permanência da espécie.

### **Os arranjos produtivos locais da vitivinicultura, na Serra gaúcha, como forma de promoção da agricultura sustentável**

Diante do panorama da agricultura anteriormente confeccionado e enfatizando-se a dificuldade enfrentada pelos pequenos produtores, frente à sobrevivência da agressividade do agronegócio, em que a existência de um programa governamental que os incentive demonstra-se insuficiente para o mantimento e desenvolvimento desta atividade, torna-se imprescindível que haja uma organização sinérgica da sociedade, como um plano de contingência no combate à extinção da modalidade agrícola familiar. É desta forma que merecem destaque os arranjos produtivos locais (APL), conceituados da seguinte forma:

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais (com foco em um conjunto específico de atividades econômicas) que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas (que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros) e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como

escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 3).

Segundo o Portal APL,<sup>2</sup> desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), as cidades situadas na região da Serra gaúcha constituem uma área de APL Vitivinicultora, enfatizando como centro de concentração a cidade de Bento Gonçalves. Todavia, a participação de cidades como Caxias do Sul, Flores da Cunha, Antônio Prado, Garibaldi e outras da região é que constitui e melhor exemplifica o conceito supracitado de APL, tornando fática a sua existência, como meio de incentivo econômico de culturas agrícolas familiares e sustentáveis.

A composição dos agentes produtores desta área específica é feita por dezenas de vinícolas de pequeno e médio porte, muitas delas sendo vinícolas familiares, que processam os produtos das safras colhidas através do trabalho braçal dos indivíduos do núcleo familiar. Ainda, as famílias que não possuem uma vinícola fornecem sua safra para alguma unidade familiar que possua, fortalecendo o laço econômico e social existente nessas comunidades.

Todavia, a atividade agrícola da vitivinicultura, mesmo que oriunda da agricultura familiar, por si só não representa uma forma de agricultura sustentável. É preciso desenvolver-se por meio da produção orgânica. Nessa seara, surge o produto denominado “vinho orgânico”, que segue as premissas de que as uvas sejam cultivadas sem tratamento de agrotóxicos, além de também não possuir aditivo de conservantes no processo produtivo da bebida.

É notória e sabida a era de disseminação da “mentalidade orgânica”, que vem adquirindo cada vez mais adeptos que buscam alimentar-se e ingerir apenas produtos não industrializados, geridos pelos preceitos naturais de nosso meio ambiente, mesmo que, em muitos campos científicos, não haja factível comprovação dos efeitos colaterais gerados nos seres humanos a ingestão deliberada de componentes químicos industriais aplicados aos alimentos. Apontando-se um nexo causal explícito, o entendimento de que uma alimentação orgânica apresenta menores riscos à saúde de seu adepto, já se constitui como uma verdade para o senso comum. Desta forma, a conclusão sobre uma agricultura que apresente menores riscos aos seus destinatários não se configura de forma adversa à de uma agricultura sustentável.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://portalapl.ibict.br/apls/index.html#RS>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

Ao se retomar o conceito dos APL, nota-se que ainda não fora abordado no presente artigo o prisma do agente político desta relação. O papel mais característico deste agente certamente está caracterizado pela obrigação de dar conexão a todos os outros agentes. Isto porque o agente político promove e oportuniza eventos sociais, econômicos e culturais, que trazem notoriedade à especificidade da APL. Aplica-se como exemplo a Festa Nacional da Uva, realizada a cada biênio na cidade de Caxias do Sul, em que a temática, presente no próprio título do evento, oportuniza o grau de visibilidade em âmbito nacional das festividades em torno da produção de uva e de seus derivados, na região da Serra gaúcha. Há espaço também para a divulgação de produtos orgânicos. Neste tipo de evento, dá-se maior significância ao produtor de uvas, sem haver discriminação por sua eficácia produtiva, rentabilidade econômica, valoração mercadológica ou qualquer outro índice econômico tão pertinente e intrínseco, na atividade da exploração do agronegócio voltado à exportação.

Outro exemplo característico da fundamental relevância do agente político do APL, em parceria com entidades privadas, está relacionado ao incentivo turístico das áreas que compõem o nicho do APL. Destaque para a rota turística do Vale dos Vinhedos, da cidade de Bento Gonçalves, onde o legado cultural enraizado no povoado mistura-se com o desenvolvimento do cultivo de videiras, engajando os vitivinicultores a estarem sempre se modernizando no aspecto tecnológico e comportamental da sociedade. Também merece atenção a Rota dos Vinhos dos Altos Montes, das cidades de Flores da Cunha e Nova Pádua. Além da interação do público-alvo com as diversas vinícolas da região, presenciando a cultura preservada da imigração italiana, também recebe a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento de pesquisas vitivinícolas, que se qualificam como outro aspecto dos APL.

Portanto, é inequívoco o entendimento de que os arranjos produtivos locais constituem uma útil ferramenta de subsistência e desenvolvimento das atividades relacionadas à agricultura sustentável. Seja pela possibilidade de prover economicamente os recursos necessários para o mantimento de seu processo produtivo, seja pela interação dos agentes na divulgação e no aprimoramento dos conceitos e das técnicas da agricultura orgânica ou ainda pela valorização do agricultor familiar, que não contribui com a larga escala de danos dos grandes latifundiários e industriários do agronegócio.

## Considerações finais

A maneira brasileira de desenvolver os processos agrícolas ainda está muito atrelada ao desenvolvimento econômico, face ao subdesenvolvimento histórico-político do País. Não é possível pensar os problemas ecológicos gerados pelo uso de OGMs e agrotóxicos, por exemplo, descolando desse modelo as questões referentes à acumulação de riqueza, à exploração dos países subdesenvolvidos e à produção em massa.

A agricultura sustentável, em que pese sua concepção equívoca, pode ser uma alternativa para repensar esse modelo, transferindo a centralidade da produção para a convivência. No entanto, o caminho para sua consecução perpassa por uma revolução política e ambiental, apta a promover transformações sociais e a romper com os pilares do sistema de produção vigente. A efetivação dos princípios de direito ambiental da sustentabilidade e da educação ambiental demonstra-se, no tocante aos arranjos produtivos locais, muito em virtude da estruturação comunitária dos arranjos.

Nesse sentido, o desenvolvimento do ensaio, a partir das análises da agricultura brasileira, passando pela análise dos princípios ambientais até culminar com as análises dos Arranjos Produtivos Locais (agricultura familiar), demonstra como tais arranjos destoam do modelo industrial de larga escala do agronegócio, realizando, embora de maneira ainda tímida, os princípios do desenvolvimento sustentável e da educação ambiental, consagrados pela legislação brasileira e por valores ambientais.

## Referências

BANDEIRA, João Adolfo Ribeiro; FILHO, Enoque Feitosa Sobreira; LUSTOSA, Raísa de Oliveira. A aplicação do método marxista para o entendimento da categoria imperialismo dos direitos humanos. In: BELLO, Enzo; LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto; AUGUSTIN, Sérgio (Org.).

**Direito e marxismo**, Caxias do Sul: Educs, p. 121-128, 2014. Disponível em: <[https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Direito\\_e\\_marxismo\\_Vol1.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Direito_e_marxismo_Vol1.pdf)>. Acesso em: 3 jul. 2017.

BONNY, Sylvie. Por que a maioria dos europeus se opõe aos organismos geneticamente modificados? Fatores desta rejeição na França e na Europa. In: VARELLA, Marcelo Dias; Barros-Platiau, Ana Flávia. **Organismos geneticamente modificados**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 3 jul. 2017.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes. O princípio da sustentabilidade como princípio estruturante do direito constitucional. **Tékne**, v. 8, n. 13, p. 7-18, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n13/n13a02>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA. **Comunicado 54**, de 29 de setembro de 1998. Disponível em: <<http://www.ctnbio.gov.br/index.php/content/view/10963.html>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

DALLA SANTA, Allana Ariel Wilmsen. **O princípio da precaução nas decisões proferidas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio): o processo decisório de aprovação comercial de plantas geneticamente modificadas no Brasil**. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, 2016.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 12. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

FOLADORI, Guillermo. O capitalismo e a crise ambiental. **Raízes**, Paraíba, n. 19, ano XVIII, maio 1999, p. 31-36. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_42.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_42.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2017.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **Perspec**. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 7 jul. 2017.

GUIVANT, Júlia S; MIRANDA, Claudio. As duas caras de Jano: agroindústrias e agricultura familiar diante da questão ambiental. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 16, n. 3, 1999. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8906>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

LASTRES, Helena. M. M.; CASSIOLATO, José E. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Sistemas Inovativos Locais**, Rio de Janeiro, nov. 2003. Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1289323549.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289323549.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LUIZ, Alfredo José Barreto; SILVEIRA, Miguel Ângelo da. Diagnóstico rápido e dialogado em estudos de desenvolvimento rural sustentável. **Pesq. agropec. bras.**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 83-91, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pab/v35n1/6903.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

MARINHO, Carmem; MINAYO-GOMEZ, Carlos. Decisões conflitivas na liberação dos transgênicos no Brasil. **São Paulo Perspec**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 96-102, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 jul. 2017.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/PEA/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Estatística**. Disponível em:  
<<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Política agrícola**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola>>.  
Acesso em: 23 jul. 2017.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. Desenvolvimento e economicidade socioambiental. In: PHILIP PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.). **Curso de gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2014.

SERVIÇO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE BIOTECNOLOGIA AGRÍCOLA. **Relatório n. 26**, 2014. Disponível em:  
<<https://www.isaaa.org/resources/publications/briefs/46/executivesummary/pdf/Brief%2046%20-%20Executive%20Summary%20-%20Portuguese.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins**, São Paulo, n. 23, 2015. Disponível em:  
<<http://confins.revues.org/9949>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

SPADOTTO, Cláudio Aparecido. **Avaliação de riscos ambientais de agrotóxicos em condições brasileiras**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2006.

\_\_\_\_\_; GOMES, Marco Antônio Ferreira. **Agrotóxicos no Brasil**, Agência Embrapa de Informações Tecnológicas, 2015. Disponível em:  
<[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura\\_e\\_meio\\_ambiente/arvore/CONTAG01\\_40\\_210200792814.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura_e_meio_ambiente/arvore/CONTAG01_40_210200792814.html)>. Acesso em: 14 jul. 2017.

TREVISOL, Joviles Vitório. **A educação em uma sociedade de risco: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade**. Joaçaba: Unoesc, 2003.





## O cadastro ambiental rural como instrumento de proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado

*The rural environmental registry as an ecologically balanced environmental protection instrument*

Flori Chesani Júnior\*  
Giovani Orso Borile\*\*  
Cleide Calgaro\*\*\*

**Resumo:** O trabalho pretende verificar se o Cadastro Ambiental Rural pode ser interpretado como um instrumento de proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado na sociedade atual. Também, analisa-se a aplicação desse princípio constitucional, uma vez que o direito ambiental impõe que a sociedade se antecipe à ocorrência de agressões ao meio ambiente, de forma a prevê-los e, assim, evitá-los. Para fundamentar o estudo, foram suscitadas questões doutrinárias, com revisão da literatura sobre o tema, promovendo-se um levantamento de fontes bibliográficas, com posterior seleção e investigação dos aspectos que permitem visualizar o problema de pesquisa. O método utilizado é o analítico. Conclui-se que o Cadastro Ambiental Rural é fruto das polêmicas alterações advindas com a recente edição do Código Florestal Brasileiro, mas vem trazendo inovações, em determinados aspectos, que devem ser suscitadas.

**Palavras-chave:** Cadastro Ambiental Rural. Princípio da Prevenção. Proteção. Degradação Ambiental.

**Abstract:** The paper intends to verify if the Rural Environmental Cadastre can be interpreted as an instrument of protection of the environment ecologically balanced in the current society. Also, the application of this constitutional principle is analyzed, since environmental law imposes that

---

\* Mestrando em Direito Ambiental pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Capitão do Quadro de Oficiais de Estado Maior da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Pós-graduação *lato sensu* em Ciências Penais pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). CV: <http://lattes.cnpq.br/4857214788393430>. E-mail: chesani@gmail.com.

\*\* Mestrando em Direito Ambiental pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Integrante do Grupo de Pesquisa "Metamorfose Jurídica". CV: <http://lattes.cnpq.br/906319659961139>. E-mail: goborile@ucs.br.

\*\*\* Doutora em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Pós-Doutora em Filosofia e em Direito ambos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutoranda em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestra em Direito e em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Atualmente é professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado – e na Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa "Metamorfose Jurídica". CV: <http://lattes.cnpq.br/8547639191475261>. E-mail: ccalgaro1@hotmail.com.

the society anticipates to the occurrence of aggressions to the environment, in order to predict them and, thus, to avoid them. In order to base the study, doctrinal questions were raised, with a review of the literature on the subject, promoting a survey of bibliographic sources with subsequent selection and investigation of the aspects that allow visualizing the research problem. The analytical method is used. It is concluded that the Rural Environmental Register is the result of the controversial changes that came with the recent edition of the Brazilian Forest Code, but has brought innovations in certain aspects that must be raised.

**Keywords:** Rural Environmental Registry. Principle of Prevention. Protection. Ambiental Degradation.

## **Introdução**

O novo Código Florestal Brasileiro, de forma moderna e inovadora, apresentou um instituto denominado Cadastro Ambiental Rural (CAR), que visa a integralizar todas as informações ambientais das propriedades e posses rurais, a fim de que o Estado possa utilizá-lo como base de dados para inúmeras funcionalidades, especialmente aquelas ligadas ao meio ambiente.

De acordo com o art. 29 da Lei 12.651/2012, o referido cadastro é um registro público-eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Tendo em vista a proteção do meio ambiente, é importante salientar o princípio da prevenção, pois a adoção de medidas, antes da incidência do dano, é fundamental para se conseguir evitá-lo ou preveni-lo e, desse modo, proteger o ambiente para as gerações presentes e vindouras.

Assim, o presente trabalho objetiva verificar, na legislação vigente, na doutrina e jurisprudência, se o CAR pode ser interpretado como um instrumento de proteção à degradação do meio ambiente ecologicamente equilibrado. O método utilizado para tal é o analítico.

Para isso, pela natureza do estudo desenvolvido e por adequar-se ao objetivo proposto, este trabalho é estruturado em três tópicos. No primeiro, é realizada uma breve análise histórica do Código Florestal Brasileiro; no segundo capítulo, é analisado o Cadastro Ambiental Rural, como instrumento de proteção ao meio ambiente, sendo, logo após, realizadas algumas considerações acerca do Princípio da Prevenção Ambiental.

## **Breve análise histórica do Código Florestal Brasileiro**

A primeira norma, destinada a tratar especificamente de questões ambientais no Brasil, surgiu apenas em 1934, oportunidade em que os limites para a ocupação do solo e o uso de seus recursos naturais foram fundamentais, em que pese tenha revelado pouca ou nenhuma preocupação com as questões florestais. (PEREIRA, 1950).

Ocorre que, após três décadas floresceu o primeiro Código Florestal Brasileiro, em pleno regime imposto pela ditadura militar, por meio da Lei 4.771/65, período em que os processos de industrialização e urbanização no Brasil apresentavam grande crescimento.

Assim, o Código Florestal Brasileiro, com suas alterações, definiu os percentuais de reserva legal e localização de áreas de preservação permanente, limitando o uso que o produtor rural poderia fazer da terra.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, da Lei dos Crimes Ambientais e da forte mudança cultural, houve a obrigação de que o Código Florestal Brasileiro passasse por uma avaliação das suas diretrizes, a fim de que pudesse ter uma interpretação alinhada aos conceitos ambientais mundiais (Conferência de Estocolmo e a RIO 92).

Diante disso, em 2012, após intenso debate entre a bancada ruralista no Congresso Nacional brasileiro, foi sancionada a Lei 12.651, que apresentou, de certa forma, critérios e objetivos contemporâneos para o Código Florestal Brasileiro. No interior do Código Florestal surge a figura do Cadastro Ambiental Rural como um instrumento de proteção ao meio ambiente, previsto como princípio constitucional. O Cadastro Ambiental Rural é a temática a ser tratada na seção seguinte.

## **O Cadastro Ambiental Rural como instrumento de proteção do meio ambiente**

A Lei 12.651/2012 implementou no Brasil novos conceitos acerca de áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal, áreas de uso restrito, florestas, remanescentes de vegetação nativa e áreas consolidadas das propriedades, e posses rurais.

Em consequência disso, uma das alterações mais importantes do atual Código Florestal Brasileiro, foi a criação do CAR, conforme dispõe o Art. 29 da Lei 12.651/2012:

Art. 29. É criado o CAR – CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a **finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.** (Grifos nossos).

O CAR fora definido como um

[...] instrumento fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente, Reserva Legal, remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de traçar um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017).

O cadastro, além de ser o primeiro passo para a regularização ambiental do imóvel rural, possibilita o planejamento do imóvel rural, com a definição do local das áreas de produção, das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal, subsidiando o planejamento das áreas de proteção ambiental, a partir da formação de corredores florestais. (THE NATURE CONSERVANCY, 2017).

Destaca-se que a inscrição no CAR é obrigatória para proprietários e possuidores de áreas rurais no Brasil e abarca todo e qualquer imóvel, de titularidade de pessoa física ou jurídica, brasileiro ou estrangeiro, porém não se pode considerar, para fins do direito de propriedade ou posse.

Em que pese haja pouca bibliografia atualmente acerca do tema, até por ser considerado um instituto novo, verifica-se que o verdadeiro objetivo do CAR vai muito além do mero cadastramento e da possibilidade de adequação ambiental, pois permite a restauração e geração de cenários produtivos sustentáveis, subsidiando a identificação de áreas potenciais de compensação ambiental e de expansão agrícola.

No mesmo sentido, o CAR representa um avanço considerável na legislação brasileira, por ser um instrumento de utilidade significativa para o planejamento de políticas públicas de proteção ambiental, podendo ser utilizado também para direcionar investimentos e incentivos governamentais, planejar obras de

infraestrutura e prever a expansão de novas fronteiras de crescimento da atividade produtiva. (TRENNEPOHL, 2013, p. 307).

Além de possibilitar o planejamento ambiental e econômico do uso e da ocupação do imóvel rural, a inscrição no CAR, acompanhada de compromisso de regularização ambiental quando for o caso, é pré-requisito para acesso aos benefícios previstos nos programas de Regularização Ambiental e de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente, ambos definidos pela Lei 12.651/12 e pelo Decreto 7.830, de 17 de outubro de 2012. (CAR, 2017).

Assim, o CAR oportuniza que seja entendida a realidade de mais de cinco milhões de imóveis no Brasil e possibilita a fiscalização da recuperação das áreas degradadas onde a lei exigir, sendo considerado um dos alicerces mais sólidos da gestão ambiental rural.

É importante salientar que, como forma de estimular a inscrição no Cadastro por parte dos proprietários rurais, a legislação possibilitou que fossem concedidos alguns benefícios julgados interessantes. Dentre eles, destacam-se:

- Obtenção de crédito agrícola, em todas as suas modalidades, com taxas de juros menores, bem como limites e prazos maiores que o praticado no mercado, em especial após 31 de dezembro de 2017, quando o CAR será pré-requisito para o acesso a crédito;
  - Contratação do seguro agrícola em condições melhores que as praticadas no mercado;
  - Geração de créditos tributários por meio da dedução das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR;
  - Linhas de financiamento para atender iniciativas de preservação voluntária de vegetação nativa, proteção de espécies da flora nativa ameaçadas de extinção, manejo florestal e agroflorestal sustentável realizados na propriedade ou posse rural, ou recuperação de áreas degradadas;
- Isenção de impostos para os principais insumos e equipamentos, tais como: fio de arame, postes de madeira tratada, bombas d'água, trado de perfuração do solo, dentre outros utilizados para os processos de recuperação e manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito. (CAR, 2017).

Em que pese, atualmente, quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade estão em tramitação no Supremo Tribunal Federal (ADIs 4901, 4902 e 4903 ajuizadas pela Procuradoria-Geral da República e a ADI 4937 interposta pelo Partido Socialismo e Liberdade), questionando, entre outros pontos, as áreas de preservação permanente, a redução da reserva legal, observa-se que o CAR é

interpretado como uma das alterações mais significativas apresentadas pelo Código Florestal Brasileiro.

Um dos fatores que mais evidenciam a questão acima descrita é o caráter preventivo proporcionado pelo CAR, pois, ao integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento, principalmente pelo georreferenciamento das unidades rurais, propicia-se um meio ambiente ecologicamente equilibrado, por meio de uma gestão ambiental moderna.

Assim, conforme ensinamento de Ricardo Luis Lorenzetti, em razão de que os riscos de origem humana têm aparecido abruptamente como consequência do desenvolvimento, pode-se afirmar que são o resultado de decisões presentes em contextos de incerteza, que nos expõem a sofrer danos futuros, torna-se necessária e oportuna a análise do princípio da prevenção ambiental, em face da aplicabilidade ao CAR. (LORENZETTI, 2010, p. 97).

## **O princípio da prevenção ambiental**

Com base no contexto histórico social e econômico, resta evidenciado que as gerações futuras serão penalizadas pelos danos causados pelas gerações passadas. Todavia, como mecanismo impeditivo desse ciclo, a prevenção ambiental torna-se extremamente importante, pois o Estado, juntamente com a sociedade, tem o dever de adotar políticas públicas preventivas para que não ocorram danos ambientais.

Nesse sentido, estabelece-se, por via de consequência, um dever não apenas moral, como também jurídico e de natureza constitucional para as gerações atuais de transmitir esse patrimônio ambiental às gerações que nos sucederem e nas melhores condições do ponto de vista do equilíbrio ecológico. (MIRRA, 1994, p. 706).

Assim, verifica-se que o Direito Ambiental é – ou deve ser –, antes de mais nada, um conjunto de normas de caráter preventivo. Em todos os segmentos dessa disciplina jurídica, ressalta-se o aspecto da prevenção do dano ambiental. A tutela do meio ambiente, através de longa evolução, ultrapassou a fase repressiva-reparatória, baseada fundamentalmente em normas de responsabilidade penal e civil, até atingir o estágio atual, em que a preocupação maior é evitar e não reparar ou reprimir. (BENJAMIM, 1992, p. 30).

A doutrina mostra-se unânime no sentido de que o Direito Ambiental impõe que a sociedade se antecipe à ocorrência de agressões ao meio ambiente, de forma a prevê-los e, assim, evitá-los. Deve-se, dessa forma, obstar o dano antes que seja ocasionado, isto é, antes que se tenha que repará-lo.

Com isso, como forma de proteção do meio ambiente, o Direito Ambiental tem sido norteado, invariavelmente, por princípios que podem ser encontrados, de forma expressa ou implícita, em praticamente todos os textos constitucionais e infraconstitucionais relacionados ao meio ambiente. Nesse diapasão, de acordo com o entendimento majoritário, o princípio da prevenção pode ser considerado como um dos mais relevantes princípios, uma vez que o ideal, tratando-se de meio ambiente, é prevenir.

Em que pese este princípio ter se expandido com rapidez inusitada, tendo sido inclusive introduzido em muitos instrumentos internacionais e nacionais, com ampla aceitação na doutrina especializada. (LORENZETTI, 2010, p. 72).

Como exemplo de instrumento internacional, pode-se destacar a “Carta de Lénvironment”, que estabelece

Quando a ocorrência de um dano, inclusive que incerto frente ao estado de conhecimentos científicos, possa afetar de modo grave e irreversível o meio ambiente, as autoridades públicas providenciarão através do princípio da precaução nas áreas de suas atribuições, a implementação de procedimentos de riscos e a adoção de medidas provisórias e proporcionais, com a finalidade de evitar a realização do dano. (LORENZETTI, 2010, p. 77).

Em sede de instrumento nacional, pode-se destacar a Convenção de Diversidades Biológicas (RIO-92), que, em seu preâmbulo, afirma que é “vital antecipar, prevenir e atacar em suas fontes as causas de redução ou perda da diversidade biológica”. (Convenção sobre Diversidade Biológica, 1998).

Insculpido no art. 225, o princípio da prevenção afirma objetivamente que cabe, de forma compartilhada, à coletividade e ao Poder Público, o dever de preservar e defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

De acordo com o dicionário de ciências ambientais, o termo *prevenção* manifesta-se como uma atitude caracterizada pelo uso de processos, práticas, materiais ou produtos, que evitam, reduzem ou controlam a poluição, os quais podem incluir a reciclagem, o tratamento, as mudanças de processos, mecanismos de controle; o uso eficiente de recursos e a substituição de material. (SILVA, 2002, p. 191).

Segundo Canotilho o princípio da prevenção é:

[...] especialmente importante na proteção do ambiente, pois é uma regra de mero bom senso aquela que determina que, em vez de contabilizar os danos e tentar repará-los, se tente sobretudo evitar a ocorrência de danos, antes de eles terem acontecidos. A aplicação do princípio da prevenção implica a **adoção de medidas antes da ocorrência de um dano** concreto, com o fim de evitar a verificação de novos danos ou, pelo menos, de minorar significativamente os seus efeitos. (1998, p. 44-45, grifo nosso).

Acompanhando este entendimento, Sparemberger e Augustin (2004) destacam que o princípio da prevenção consiste em “[...] uma postura preventiva da sociedade para evitar danos, medidas para afastar, minimizar o evento danoso, de modo a evitar prejuízos à existência, à vida”.

Assim, pois, reforçando esse conceito, observa-se também que o princípio da prevenção tem como escopo demonstrar a ideia de antecipação (ação que impede a ocorrência de um mal), e tomar medidas antecipadas contra algo ou alguém (MILARÉ, 2000, p. 102), buscando impedir a incidência de danos ao meio ambiente, através de medidas específicas e apropriadas, ditas preventivas.

Observa-se, oportunamente, que, na tentativa de afastamento do evento danoso, o referido princípio deve irradiar seus efeitos através de condutas proativas, principalmente quando o assunto se refere à prevenção do meio ambiente, devendo estar lastreada na possibilidade de se antecipar a uma ação, antes que ocorra o evento danoso, além de possibilitar que haja uma resposta satisfatória, em um tempo razoável, caso ocorra, para impedir que os prejuízos possam ser irreparáveis.

Nesse sentido, Rodrigues assinala:

[...] se ocorrido o dano ambiental, a sua reconstituição é praticamente impossível. O mesmo ecossistema jamais poderá ser revivido. Uma espécie extinta é um dano irreparável. Uma floresta desmatada causa uma lesão irreversível, pela impossibilidade de reconstituição da fauna e da flora e de todos os componentes ambientais em profundo e incessante processo de equilíbrio, como antes se apresentavam. Enfim, com o meio ambiente, decididamente, é melhor prevenir do que remediar. (2005, p. 203-204).

Outro aspecto importante, que por consequência deve ser ressaltado, é que, embora não se trate exatamente dos mesmos princípios, os termos *precaução* e *prevenção* guardam semelhança em determinados quesitos, podendo, inclusive, ser utilizados como sinônimos, conforme definições da doutrina consultada.



Como exemplo disso, Machado, utilizando os dois princípios como sinônimo afirma que:

A **prevenção** atua no presente para não ter que chorar ou lamentar o futuro. A **prevenção** não apenas deve estar presente para evitar o dano ambiental, mesmo incerto, que possa decorrer das ações ou delações humanas, como deve agir para a **precaução** cabível desse dano. Impede-se o prejuízo ambiental por meio da **precaução** no tempo acertado. (2006, grifo do autor).

Todavia, Leite (2000), para diferenciar em alguns aspectos os dois princípios, afirma que “o princípio da precaução está associado à atuação preventiva, como instrumento de justiça ambiental e do direito ambiental. A diferença entre os princípios da prevenção e da precaução está na avaliação do risco ao meio ambiente”. (LEITE, 2000, p. 51-52).

Continuando, para Sparemberger e Augustin (2004), a precaução procura evitar a ocorrência do dano perante a ausência de certeza científica, podendo ser considerada mais ampla que a prevenção.

Para tanto, seja na forma de precaução, seja na forma de prevenção, conforme o ensinamento de Bühring (2005), para que se efetivem esses princípios, é “[...] imprescindível a tomada de uma consciência ecológica pelos sujeitos que intervêm de qualquer forma no meio ambiente, a fim de que passem a compreender a necessidade de evitar danos e suas consequências”.

Dessa forma, após breve análise acerca do princípio da prevenção, entende-se que seu objetivo é evitar que um evento danoso ao meio ambiente ocorra, possibilitando, conseqüentemente, que um efeito indesejável seja evitável. Assim, nesse sentido, deve-se promover a redução dos riscos “e antecipar-se aos processos de degradação ambiental, mediante adoção de políticas de gerenciamento e de proteção de recursos naturais”. (SAMPAIO, 2003, p. 70).

## **Considerações finais**

Como visto anteriormente, cabe ao Poder Público o dever de preservar e defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado, principalmente através de edições de políticas públicas voltadas à prevenção do ambiente, impedindo, conseqüentemente, a degradação ambiental.

Em seu poder-dever, o Estado deve invocar o princípio da prevenção, na sua forma mais ampla, adotando medidas e ações que evitem efeitos danosos ao

ambiente, possibilitando, conseqüentemente, que atividades prejudiciais ao meio ambiente não ocorram.

Nesse diapasão, em que pese muitas vezes o princípio da prevenção ser interpretado equivocadamente como um entrave ao desenvolvimento econômico, provocando inclusive a estagnação da economia, entende-se que a sua aplicabilidade possibilita, por meio de medidas específicas e apropriadas, que se antecipe a um evento danoso, oportunizando inclusive que haja uma resposta satisfatória em um tempo razoável, caso isso ocorra.

Assim, não há como se preterir a prática de medidas ambientais perante a garantia ou consolidação do prejuízo ambiental, porque os danos ao meio ambiente podem ser considerados irreversíveis.

Diante desse cenário, o CAR pode ser considerado um instrumento que tem como finalidade integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, e combate ao desmatamento.

Certamente, por ser o único documento que comprova a regularidade ambiental da propriedade, o cadastro pode ser considerado uma inovação na legislação ambiental brasileira, trazendo muitos benefícios à sociedade e especialmente ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo que a sua funcionalidade apresenta aspectos essenciais que se manifestam com base no princípio da prevenção.

Assim, por fim, analisando-se as definições apresentadas sobre o princípio da prevenção, com as características e finalidades do CAR, pode-se afirmar que ele apresenta um carácter preventivo, que visa a resguardar e proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado, atendendo assim o previsto na Constituição Federal de 1988.

#### **Referências**

BRASIL. **Lei 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Instituiu o Código Florestal Brasileiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm)>. Acesso em: 22 maio 2017.

BRASIL. **Lei 9.605**, de 13 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)>. Acesso em: 22 maio 2017.

BRASIL. **Lei 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)>. Acesso em: 23 maio 2017.

BRASIL. **Lei 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)>. Acesso em: 23 maio 2017.

BRASIL. **CAR – Cadastro ambiental rural**. Disponível em: <<http://car.gov.br/#/sobre>>. Acesso em: 23 maio 2017.

BRASIL. **Convenção sobre diversidade biológica**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1998/anexos/and2519-98.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1998/anexos/and2519-98.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2017.

BRASIL. **Ministério do meio ambiente**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/cadastro-ambiental-rural>>. Acesso em: 23 maio 2017.

BENJAMIM, Antônio Herman. Os princípios do estudo de impacto ambiental como limites da discricionariedade administrativa. **Revista Forense**, Rio de Janeiro: Forense, n. 317, 1992.

BÜHRING, Marcia Andrea. Ética e educação na responsabilidade por dano ambiental. Caxias do Sul: **Revista Faculdade de Direito**, n. 19, 2005.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Introdução ao direito do ambiente**. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano ambiental: do indivíduo ao coletivo extrapatrimonial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Teoria geral do direito ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2006. Disponível em: <<http://merconet.com.br//direito>>. Acesso em: 1º jul. 2017.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário**. São Paulo: RT, 2000.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. **Fundamentos de direito ambiental no Brasil**. São Paulo: Revista Trimestral de Direito Público, 1994.

PEREIRA, Osny Duarte. **Direito florestal brasileiro: ensaio**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950.

PETERS, Edson Luís; PANASSOLO, Alessandro. **Cadastro ambiental rural – CAR & programa de regularização ambiental – PRA**. Curitiba: Juruá, 2014.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Elementos de direito ambiental: parte geral**. São Paulo: RT, 2005.

SAMPAIO, José Adércio Leite; WOLD, Chris; NARDY, Afrânio José Fonseca. **Princípios de direito ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SILVA, Pedro Paulo de Lima. **Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais**. Rio de Janeiro: Thex, 202.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; AUGUSTIN, Sérgio. O princípio da precaução: interpretação e aplicação do direito ambiental. In: SPAREMBERGER, Raquel Lopes; AUGUSTIN, Sérgio (Org.). **Direito ambiental e bioética**: legislação, educação e cidadania. Caxias do Sul: EducS, 2004. p. 15-25.

**The nature conservancy**. Disponível em: <<http://www.tnc.org.br/>>. Acesso em: 23 maio 2017.

TRENNEPOHL, Curt. Do Cadastro Ambiental Rural. In: MILARÉ, Edis; MACHADO, Paulo Affonso Leme (Coord.). **Novo código florestal**: comentários à Lei 12.651 de 25 de maio de 2012, à Lei 12.727, de 17 de outubro de 2012 e ao Decreto 7.838, de 17 de outubro de 2012. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.



## O direito fundamental ao meio ambiente e o constitucionalismo democrático latino-americano: uma reflexão socioambiental, a partir do Brasil e Equador na sociedade hiperconsumista

*The fundamental right to the environment and the latin American democratic constitutionalism: a socio-environmental reflection from Brazil and Ecuador in the hyperconsumist society*

Cleide Calgaro\*  
Agostinho Oli Koppe Pereira\*\*  
Agemir Bavaresco\*\*\*

**Resumo:** No presente artigo estuda-se o meio ambiente como um direito fundamental, catalogado nas Constituições do Brasil e do Equador, fazendo-se uma crítica ao modelo prevalecente na sociedade hiperconsumista, em que os direitos dos seres humanos prevalecem

---

\* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Pós-Doutora em Filosofia e em Direito ambos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutoranda em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestra em Direito e em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Atualmente é professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado – e na Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa “Metamorfose Jurídica”. CV: <http://lattes.cnpq.br/8547639191475261>. E-mail: ccalgaro1@hotmail.com

\*\* Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Pós-Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor e pesquisador no Mestrado e Doutorado e na Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Metamorfose Jurídica”. CV: <http://lattes.cnpq.br/5863337218571012>. E-mail: Agostinho.koppe@gmail.com

\*\*\* Doutor em Filosofia na *Université Paris I* (Pantheon-Sorbonne) (1997). Pós-Doutorado na *Fordham University* (2009). *Visiting Scholar* na *University of Pittsburgh* (2011 e 2012). Pesquisa pós-doutoral na *University of Sydney* (2013). Pesquisa e solidariedade na *University of Guyana* (2014). Pesquisa pós-doutoral na *Columbia University* (2015). Pesquisa pós-doutoral *Kingston University/London* (2016 e 2017) no *Center for Research in Modern European Philosophy*. Possui ainda: mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1993), graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas (1978), graduação em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2010). É Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (2007). Atualmente é professor no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pesquisa a partir de um viés interdisciplinar nas áreas de Filosofia Moderna, Filosofia Social e Filosofia Política Brasileira. Dedicar-se à atualização do tema Contradições da Democracia e Opinião Pública. CV: <http://lattes.cnpq.br/6597683266934574>. E-mail: abavaresco@pucrs.br

sobre os da natureza. Para tal, usou-se o método analítico, através de pesquisa bibliográfica, que teve como elementos norteadores as Constituições do Brasil e do Equador. No término do trabalho, apresenta-se a necessidade de mudanças fundamentais no Direito, que se basificou, no Ocidente, sobre o modelo eurocêntrico e antropocêntrico. A Constituição do Equador demonstra a necessidade de tal mudança, com vistas a um novo modelo que concretize a solidariedade social e o respeito à natureza como ente de Direitos.

**Palavras-chave:** Direito fundamental. Meio ambiente. Constitucionalismo latino-americano. Reflexos socioambientais. Hiperconsumo.

**Abstract:** In the present article the environment is studied as a fundamental right cataloged in the Constitutions of Brazil and Ecuador, making a critique of the prevailing model in Hyperconsumer society, where the rights of human beings prevail over those of nature. For that, the analytical method was used, through the bibliographical research that had like guiding elements the Constitutions of Brazil and of Ecuador. At the end of the paper, the need for fundamental changes in the Law that is based in the West on the Eurocentric and anthropocentric model is presented. The Constitution of Ecuador demonstrated the necessity of such a change, with a view to a new model that concretizes Social solidarity and respect for nature as a rights entity.

**Keywords:** Fundamental right. Environment. Latin American constitutionalism. Socioenvironmental reflexes. Hyperconsumer.

## **Introdução**

O presente estudo elabora uma análise crítica do direito fundamental ao meio ambiente, tanto na Constituição brasileira como na conferência que deu origem à “Declaração de Estocolmo”. Também, estudam-se, de forma breve, as ideias constitucionais do Equador, que possui uma cosmovisão da natureza, como sujeito de direitos.

Faz-se uma crítica de que o ser humano privilegia seus direitos em detrimento dos direitos da natureza e as legislações criadas perpassam um modelo antropocêntrico, em que tanto o ser humano quanto o capital continuam sendo o centro das atenções. Critica-se a sociedade hiperconsumista, tendo em vista seus nefastos reflexos sobre a sociedade e o meio ambiente. O método utilizado é o analítico, em que se estudam as Constituições do Brasil e do Equador, a “Declaração de Estocolmo”, para se fazer possíveis críticas e sugestões acerca do tema apresentado.

Vive-se numa sociedade onde o progresso está atrelado aos dados econômicos e os graus de interesse são medidos pela representatividade do lucro. Nesse diapasão, a importância de uma árvore é medida pelo lucro que ela traz ao seu proprietário. Na maioria das legislações constitucionais, ou infraconstitucionais, a natureza é objeto para o desfrute do ser humano, não

possuindo quaisquer direitos e, portanto, não sendo vista como integrante do sistema socioambiental.

Para contrapor-se a essas idéias, analisa-se o constitucionalismo equatoriano, que traça parâmetros que envolvem a natureza dentro do sistema jurídico, como portadora de direitos. Essa nova visão pode ser uma solução adequada para impedir a destruição total do meio ambiente, como se encontra, possibilitador da vida sobre a Terra, sendo esta, como afirma o Papa Francisco,<sup>1</sup> a casa comum de todos.

### **O direito fundamental ao meio ambiente: comparativo da Constituição do Brasil e do Equador na sociedade hiperconsumista**

No Brasil, o constituinte da Constituição Federal de 1988 inseriu um capítulo específico para o meio ambiente, passando a ser tido como preceito constitucional a ser protegido. No art. 225,<sup>2</sup> preceitua-se que todas as pessoas têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que faz do mesmo um direito fundamental. Com isso, observa-se que o meio ambiente é elemento essencial ao ser humano, caracterizado como um bem de uso comum e essencial para a sadia qualidade de vida. Observa-se, portanto, que o meio ambiente é tratado como um bem essencial, do qual as gerações presentes e futuras podem usufruir.

Essa visão, embora revele um avanço, se comparada com as demais Constituições, não é o suficiente para mudar a perspectiva de que o meio ambiente pode ser usado sem cuidar da sua falta. O plano constitucional, em que se insere o meio ambiente, é demasiadamente abstrato, para se alcançar a efetividade necessária para a sua proteção.

É claro que não se pode deixar de observar que o parágrafo 1º, do art. 225, busca assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, através da preservação e restauração dos processos ecológicos, a preservação do patrimônio genético, o incentivo à educação ambiental, a

---

<sup>1</sup> CARTA ENCÍCLICA LAUDATO SI' DO SANTO PADRE FRANCISCO SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM. *Encíclica Laudato Sí*. Disponível em:

<[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html)>. Acesso em: 23 jan. 2017.

<sup>2</sup> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 2017).

proteção da fauna e flora e a não submissão dos animais à crueldade, entre outros aspectos estabelecidos. Porém, o que se pretende demonstrar com este trabalho é que a natureza, apesar de ser um preceito constitucional, está ainda submetida a uma visão de espoliação e subserviência ao ser humano.

Para mudar esse contexto antropocêntrico, é necessário que se tome consciência de que, ao se falar em proteção ambiental, pode-se abordar o tema em pelo menos três esferas: a individual em que cada pessoa, amparada pela dignidade humana, deve ter seu direito fundamental respeitado; a social, em que todos, dentro da sociedade, devem ter esse direito no sentido coletivo – que deve preponderar sobre o individual – e, por fim, a esfera intergeracional e de solidariedade, em que o meio ambiente é um direito para as presentes e futuras gerações, e todos devem contribuir para a sua preservação.

Nesta seara de discussão, o meio ambiente é considerado um “bem de uso comum do povo”, sendo que os bens de uso comum do povo são aqueles que, “por determinação legal ou por sua própria natureza, podem ser utilizados por todos em igualdade de condições”. (DI PIETRO, 2003, p. 545). Porém, o que se quer salientar, no caso do meio ambiente, é que usar não significa destruir, pois, a destruição do meio ambiente para o deleite de uma geração, impedirá a sobrevivência das gerações vindouras.

A ONU reconhece o direito ao meio ambiente como um direito fundamental do ser humano. Esse reconhecimento veio com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que foi realizada em 1972, na cidade de Estocolmo. Com essa conferência originou-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e, como resultado das discussões dessa conferência, foi elaborada a “Declaração de Estocolmo” (SILEX, 2017).<sup>3</sup> Essa declaração contém princípios de proteção ao meio ambiente. No Princípio 1 e 2 tem-se os seguintes argumentos:

1 – O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem-estar e é portador solene de obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente, para as gerações presentes e futuras. A esse respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o “apartheid”, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira permanecem condenadas e devem ser eliminadas.

---

<sup>3</sup> SILEX. Disponível em: <<http://www.silex.com.br/leis/normas/estocolmo.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2017.



2 – Os recursos naturais da Terra, incluídos o ar, a água, o solo, a flora e a fauna e, especialmente, parcelas representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações atuais e futuras, mediante um cuidadoso planejamento ou administração adequada. (SILEX, 2017).

Nessa declaração, há o reconhecimento do meio ambiente como direito fundamental. Isto fica claro quando se pode observar, no princípio 2, *in fine*, a elevação do meio ambiente como um direito intergeracional. Isso demonstra que o meio ambiente, numa visão eurocêntrica, vem a ser um bem comum para todas as gerações. Porém, o problema que se afigura nesse contexto é que, apesar de ser considerado um direito fundamental, nem todos possuem um meio ambiente saudável, que propicie qualidade de vida digna, devido aos sérios problemas ambientais que a sociedade moderna hiperconsumista apresenta.

Nessa mesma declaração, verifica-se que:

1 – O homem é ao mesmo tempo criatura e criador do meio ambiente, que lhe dá sustento físico e lhe oferece a oportunidade de desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. A longa e difícil evolução da raça humana no planeta levou-a a um estágio em que, com o rápido progresso da Ciência e da Tecnologia, conquistou o poder de transformar de inúmeras maneiras e em escala sem precedentes o meio ambiente. Natural ou criado pelo homem, é o meio ambiente essencial para o bem-estar e para gozo dos direitos humanos fundamentais, até mesmo o direito à própria vida. (SILEX, 2017).

Através do texto, observa-se que o homem é tido como criatura e criador do meio ambiente, ou seja, pode-se verificar a indução para uma visão sistêmica, em que o homem e o meio ambiente estão entrelaçados e dependentes um do outro. No entanto, em regra geral, as legislações não fazem esse vínculo. Verifica-se, sim, que o meio ambiente é tido como um direito fundamental ao ser humano, mas isso não significa que ele se entrelaça com o ser humano, numa visão, por exemplo, de um ente de direitos.

No caso do item 2 da proclamação, observa-se: “2 – A proteção e a melhoria do meio ambiente humano constituem desejo premente dos povos do globo e dever de todos os Governos, por constituírem o aspecto mais relevante que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento do mundo inteiro”. (SILEX, 2017). O texto revela a manutenção da ideia antropocêntrica de tratar o meio ambiente. Ele é considerado um direito fundamental objetificado pelo antropocentrismo, o que leva ao entendimento de nenhum avanço no

tratamento do meio ambiente como algo vinculado ao ser humano. Nesse viés, o meio ambiente, embora seja considerado um direito fundamental, continua, ao mesmo tempo, sendo objeto de exploração e utilização, onde a sua preservação interessa apenas como bem do povo e do seu desenvolvimento.

A ideia de problemas ambientais vinculados com o desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países vem disposta no item 4.

Nos países em desenvolvimento, os problemas ambientais são causados, na maioria, pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas continuam vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários a uma existência humana decente, sem alimentação e vestuário adequados, abrigo e educação, saúde e saneamento. Por conseguinte, tais países devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, cômnicos de suas prioridades e tendo em mente a premência de proteger e melhorar o meio ambiente. Com idêntico objetivo, os países industrializados, onde os problemas ambientais estão geralmente ligados à industrialização e ao desenvolvimento tecnológico, devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. (SILEX, 2017).

A análise do tema foi elaborada de forma superficial e não aponta onde reside os problemas vinculados ao meio ambiente. A declaração diz que os países subdesenvolvidos possuem problemas ambientais e que, também, os desenvolvidos enfrentam a mesma questão, porém sob óticas diferentes: uns, problemas ambientais causados pela vida abaixo dos níveis aceitos para a dignidade; outros, problemas ambientais criados pelo desenvolvimento. No mesmo diapasão, a declaração não enfrenta o problema de por que os países estão em subdesenvolvimento. Coloca algo importante, o reconhecimento da fome e da desigualdade social existente em países em desenvolvimento e que os países industrializados se separam dos em desenvolvimento. Não coloca, porém, o fato da espoliação que os países em desenvolvimento sofrem por parte dos países desenvolvidos, espoliação que permite que haja fome e desigualdades sociais fortes em alguns países, enquanto outros – desenvolvidos – exploram a matéria-prima e o meio ambiente dos países em desenvolvimento. Por outro lado, também não dispõe sobre os problemas ambientais causados nos países subdesenvolvidos pelos grandes conglomerados econômicos, vindos dos países desenvolvidos.

No item 5, tal Proclamação dispõe:

O crescimento natural da população suscita a toda hora problemas na preservação do meio ambiente, mas políticas e medidas adequadas podem resolver tais problemas. De tudo o que há no mundo, a associação humana é o que existe de mais preciosa. É ela que impulsiona o progresso social e cria a riqueza, desenvolve a Ciência e a Tecnologia e, através de seu trabalho árduo, continuamente transforma o meio ambiente. Com o progresso social e os avanços da produção, da Ciência e da Tecnologia, a capacidade do homem para melhorar o meio ambiente aumenta dia a dia. (SILEX, 2017).

Este item da proclamação não traz nenhum direcionamento objetivo às soluções dos problemas ambientais. Senão vejamos: é óbvio que o crescimento da população suscita problemas na preservação do meio ambiente, o que induziria a um programa de educação familiar e não, como se refere a Proclamação, a fé na tecnologia e no progresso. A tecnologia tem trazido mais problemas ao meio ambiente do que soluções. Estão nos veículos de transporte que poluem o ar; nos agrotóxicos que poluem a terra; nos plásticos que poluem a terra e as águas, etc.

Por final o item afirma que a capacidade do homem para melhorar o meio ambiente aumenta dia a dia. Se assim fosse, não estaríamos desesperados atrás de soluções para os problemas ambientais que, na realidade, aumentam a cada dia. A solução para isso não está na tecnologia, mas no decrescimento, pois é impossível crescer infinitamente em um planeta finito.

O sistema como um todo deve ser repensado. O sistema capitalista desmedido, embalado sobre o neoliberalismo, é o caminho para o caos ecológico. O discurso neoliberal leva a espoliação, pois, como diz Leff (2001, p. 22): “[...] o discurso neoliberal afirma que já não existe contradição entre ambiente e crescimento. Os mecanismos de mercado se convertem no meio mais certo e eficaz de internalizar as condições ecológicas e os valores ambientais ao processo de crescimento econômico”. Esse é o discurso do lucro, da possibilidade de transformação da natureza em simples mercadoria para venda. O mesmo autor, criticando esse modelo de pensar neoliberal, que se torna incapaz de – ou não deseja – equilibrar o meio ambiente afirma:

Na perspectiva neoliberal, os problemas ecológicos não surgem como resultado da acumulação de capital, nem por falhas do mercado, mas por não se haver uma atribuído direitos de propriedade e preços aos bens comuns. Uma vez que seja feito isso, as milagrosas leis de mercado encarregam-se de ajustar os desequilíbrios ecológicos e as diferenças sociais gerando a sustentabilidade. (LEFF, 2009, p. 235).

Esse é o caso típico de apropriação particular do meio ambiente, como se isso fosse a solução para os problemas ambientais. Porém, essa solução, tal qual a tecnologia e o progresso, está longe de ser o modelo adequado para o enfrentamento dos problemas sofridos pelo meio ambiente. E, por fim, o item 7 da proclamação indica os elementos necessários à consecução do objetivo ambiental:

A consecução deste objetivo ambiental requererá a aceitação de responsabilidade por parte de cidadãos e comunidades, de empresas e instituições, em eqüitativa partilha de esforços comuns. Indivíduos e organizações, somando seus valores e seus atos, darão forma ao ambiente do mundo futuro. Aos governos locais e nacionais caberá o ônus maior pelas políticas e ações ambientais da mais ampla envergadura dentro de suas respectivas jurisdições. Também a cooperação internacional se torna necessária para obter os recursos que ajudarão os países em desenvolvimento no desempenho de suas atribuições. Um número crescente de problemas, devido a sua amplitude regional ou global ou ainda por afetarem campos internacionais comuns, exigirá ampla cooperação de nações e organizações internacionais visando ao interesse comum. (SILEX, 2017).

A pretensão é utópica dentro do atual sistema econômico – capitalista – que norteia os Estados, as empresas e a sociedade como um todo. Como já se dispôs, no âmbito do sistema neoliberal não se encontram espaços para o atendimento das necessidades formuladas na Proclamação. Os problemas se revelam grotescos no campo fático: os cidadãos não estão educados para o modelo pretendido; as empresas buscam o lucro a qualquer custo – mesmo que seja ambiental –, os Estados estão sob o comando das grandes corporações, que pouco se importam com o meio ambiente. O exemplo mais recente é o caso do desastre de “Mariana” ocorrido no Brasil, com responsabilidade da Empresa Samarco em Minas Gerais, que até o momento praticamente nada foi feito para sanar os problemas ambientais causados. Normalmente, os impactos da irresponsabilidade das empresas não são somente ambientais, mas também sociais; as pessoas atingidas sofrem as consequências dos danos causados à natureza.

Essa crítica se torna importante, pois a sociedade hiperconsumista se volta ao descarte e à utilização de bem, esquecendo os impactos ambientais que ocorrem a partir disso. Esse modelo social espoliador dociliza e adestra os indivíduos, fazendo com que sejam ideologizados ao “Deus Hiperconsumo”, esquecendo-se da natureza. A visão sistêmica de inter-relação ser

humano/natureza é deixada para trás, perfazendo o consumo como ser supremo e fazendo surgir o consumocentrismo – ou consumo como centro da sociedade, em que tudo gira em torno dele.

É uma grande conquista ter o meio ambiente como um direito fundamental, porém a efetividade desse direito é que deve ser concretizada, pois existe uma série de problemas que não permitem o acesso a esse direito fundamental, como, por exemplo, a poluição das águas e do ar, a destruição das florestas e da biodiversidade como um todo.

Por outro lado, algumas legislações buscam uma proteção maior ao meio ambiente. No Equador, a Constituição de Montecristi, de 2008, tem uma visão diferenciada do meio ambiente, mudando o paradigma eurocêntrico, para uma visão ecocêntrica, isto é, a natureza se torna sujeito de direitos. Essa Constituição refunda o Estado a partir do momento em que reconhece as raízes milenares dos seus povos indígenas e a ligação dos mesmos com a natureza. Nessa Constituição, os povos passaram a ser reconhecidos, não somente por sua cultura, mas por terem capacidade autônoma de participarem dos rumos do Estado, que agora é plurinacional, e se baseia em relações interculturais que são igualitárias. Isso se observa no art. 10: “La naturaleza será sujeto de aquellos derechos que le reconozca la Constitución”. (ECUADOR, 2008). E, no art. 71: “La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos”. (ECUADOR, 2008). Já, no art. 72, estabelece o seguinte: “La naturaleza tiene derecho a la restauración. Esta restauración será independiente de la obligación que tienen el Estado y las personas naturales o jurídicas de indemnizar a los individuos y colectivos que dependan de los sistemas naturales afectados”. (ECUADOR, 2008).

Nos artigos acima citados, observa-se que a vida do ser humano deve caminhar em sentido contrário à visão hiperconsumista e do capitalismo selvagem que o adentra e o ideologiza para o consumo, sem uma consciência de preservação do meio ambiente e mesmo da sociedade. As conquistas do ser humano estão destruindo o meio ambiente, que está num estágio latente de devastação. O constitucionalismo equatoriano está mais próximo da harmonia e do respeito à natureza, que as demais legislações, que continuam a tratar a natureza como simples objeto de apropriação e lucro.

Essa visão ecocêntrica permite que a reparação do dano ambiental seja feita de forma mais ampla, e que a natureza seja tratada não mais como um

bem, mas como um ente que merece respeito. Para a Constituição equatoriana, a reparação e preservação devem ser tidas da seguinte forma:

*La presentación de la restauración, y que ésta sea integral, como un derecho bajo rango constitucional es una novedad impactante (no conozco ningún antecedente de este tipo a nivel mundial). Desde el punto de vista de la ética ambiental esta postura es compatible en algunos aspectos con el biocentrismo en tanto refuerza la ampliación de los derechos. Pero también se aparta debido a su fuerte apego a una ingeniería ambiental basada en una pretensión de ciencias suficientes y efectivas no sólo en comprender el funcionamiento de la Naturaleza, sino en “repararla” y poder regresar a estados anteriores. En realidad las visiones biocéntricas desconfían de estos extremos, y se sienten más confortables con las posturas de mínima intervención y las tecnologías apropiadas. (GUDYNAS, 2011, p. 114).*

Isso perfaz uma nova visão de direito fundamental, pois existe uma visão sistêmica – natureza e ser humano podem conviver de maneira harmônica e equilibrada. No Equador, a natureza é vista como *Pachamama*, ou seja, a Mãe Terra, que merece respeito e preservação e, principalmente, que possui direitos que devem ser respeitados.

Quando se reconhece que a natureza é sujeito de direitos, busca-se um equilíbrio sistêmico entre ela e o ser humano. O Equador supera a tradicional previsão constitucional do direito em relação ao meio ambiente – bem de uso comum – prevista na Constituição brasileira, para inseri-lo como sujeito de direito. Isso não significa que o Equador não possui problemas, tanto econômicos como sociais e ambientais, mas é uma forma de reinventar o modelo eurocêntrico e buscar uma nova alternativa para a denominada crise socioambiental em que se vive.

## **Sociedade hiperconsumista e os problemas socioambientais**

Entende-se que é uma grande conquista da sociedade democrática ter o meio ambiente como direito fundamental constitucionalizado, mas isso não basta, se somente houver a catalogação do mesmo na legislação e não sua eficácia, na sociedade hiperconsumista.

Na atualidade, o meio ambiente é um bem econômico, em que tudo gira como moeda sistêmica de troca. O hiperconsumo se torna cada vez mais forte dentro da ideia de dessubjetivação do sujeito e seu adestramento para a obtenção do lucro. Do sujeito enquanto indivíduo, para as grandes corporações –

que visam o capital a qualquer custo – é um passo pequeno, mas de grande repercussão socioambiental. Essas não se preocupam se há crises ambientais ou desigualdades sociais, se há dessubjetivação ou subjetivação do sujeito, se existe prejuízos socioambientais, pois sua única preocupação é com o capital que irão receber e com os lucros que vão agradar aos acionistas. Nesta senda, o meio ambiente e sua constitucionalização, como direito fundamental, não interessa, pois o interesse está no econômico, no lucro. Lucro imediato e devastador. Lucro desmedido e impensado. É importante salientar que o ser humano corrompe os modelos sociais, seja o capitalismo, seja qualquer outro sistema. Esses sistemas se moldam ao que o ser humano busca como objetivo.

A ação parasita do capital se atomiza e constrói modelos majoritários e autoritários, que tornam cada vez mais fortes as grandes corporações, que visam ao poder social e ao adestramento dos seres humanos, doutrinando-os na lógica de consumo. Na verdade, se está privatizando e ideologizando a vida, dentro de um modelo de produção que impõe um modo de vida perverso e nefasto para as pessoas e prejudicial à natureza. O indivíduo está deixando-se adestrar pelo modelo de capital e de hiperconsumo, que leva a um projeto de civilização fadado à escravidão intelectual e moral. Segundo Leff,

[...] um novo projeto de civilização que implica a construção de uma nova racionalidade produtiva e uma nova cultura. Isto problematiza o papel do Estado como “lugar” de confrontação dos interesses em conflito e de concertação dos objetivos comuns das diferentes classes e grupos sociais e como instância responsável pela planificação do desenvolvimento e do ordenamento ecológico em nível nacional apontando a necessidade de reformas do Estado, com o objetivo de reconhecer os novos direitos culturais e ambientais e de oferecer as condições necessárias para uma gestão participativa dos povos no aproveitamento de seus recursos naturais e produtivos. (LEFF, 2009, p. 323).

A lógica empresarial domina e doutrina a estrutura, a organização e a produção da subjetividade na sociedade hiperconsumista, ditando modelos, padrões e ideologias que o sujeito deve seguir. O adestramento, que atravessa o hiperconsumismo, pauta-se no cinismo da publicidade e do marketing, pois se é impelido a ter cartão de crédito e a coexistir com os que se enquadram nos padrões. Não por coincidência, mas por interesse, cria-se um mundo de aparências: as pessoas demonstram ter e ser o que não são e o que não têm, tudo em nome do consumo. A criação de uma sociedade de imagem e de aparência abre um jogo, em que todos querem jogar, e não se importam se não

existe outro denominador comum que não seja o capital e o hiperconsumo. Esse tipo de sociedade controlada chega a ultrapassar tempo e espaço, impondo a todos desejos e anseios, como se fossem máquinas de compras e consumo, sem a preocupação com os reflexos socioambientais que advêm desses atos.

O capital e o consumo reproduzem e ideologizam a vida dos sujeitos, deixando-os com poucas alternativas, pois, submissos, docilizados e adestrados, deixam de ser quem são para ser o que o capital, o mercado e as grandes corporações querem que sejam. Seres humanos, na atualidade, são máquinas e manipuladas por um jogo de poder e capital, em que o hiperconsumo é a arma mais perigosa e devastadora que se criou depois da bomba “H”, quando se fala em consequências socioambientais.

O meio ambiente, mesmo estando catalogado como direito fundamental e reconhecido pela ONU como tal, não consegue se sobrepujar à força do capital e da economia. Milaré (2000, p. 36) afirma: “[...] a agressão aos bens da natureza, está pondo em risco o destino do homem, é um dos tremendos males que estão gerando o ‘pânico universal’ que assombra a sociedade [...]”. Assim, é preciso pensar soluções para o problema. Flores (2012, p. 271-272) aduz: “Pensar em soluções sobre o Meio Ambiente sustentável é pensar na vida e no próximo, de modo que os direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal de 1988 possam, de fato, ser efetivados [...]”. O problema é que essa visão sistêmica, em que se pensa em si e no próximo está sobrepujada pelo capital e pelas grandes corporações.

A bandeira do desenvolvimento sustentável, levantada pela sociedade, é algo importante, mas pouco usual para as grandes corporações. O cidadão deve resgatar a democracia participativa, pois a solução para o meio ambiente não deve ficar nas mãos de pequenas elites, mas nas mãos do povo. O Brasil precisa compreender melhor a sua democracia e o que vem a ser a participação do povo, que não se perfaz e se concretiza de forma plena.

Não bastam preceitos constitucionais. É preciso que se tenha eficácia dos mesmos. Quando se garantem os direitos fundamentais que evoluem a natureza, permite-se que haja uma identificação das populações e de suas culturas com a ideia da Constituição, para que a mesma seja eficaz.

A grande massa social não é ouvida na tomada de decisões, principalmente no caso de decisões ambientais. A Constituição equatoriana possui uma visão holística, isto é, natureza e o ser humano devem estar em sintonia para o bem de todos. Nesse sentido, pode-se trabalhar com a participação local, pois, quando



existe a participação e as pessoas se sentem pertencentes ao espaço local em que vivem, é possível atingir a solidariedade e, principalmente, tomar decisões que sejam menos prejudiciais à sociedade e ao meio ambiente. No entanto, convém lembrar que isso não vale somente para o cidadão, mas também para as instituições, os governantes e as grandes corporações.

Os problemas da sociedade moderna hiperconsumista demonstram a não evolução da humanidade, no que se refere às questões socioambientais. O que ocorreu com a modernidade foi, tão somente, uma evolução tecnológica, pois o ser humano não conseguiu modificar suas atitudes com vistas à solidariedade e ao respeito com os demais seres humanos e com o meio ambiente.

O sistema aplicado na sociedade hiperconsumista e moderna necessita de modificações e adequações à nova realidade, que se desenvolve sob os riscos socioambientais. É impossível a manutenção do atual modelo espoliador e adestrador. É necessário retomar a consciência e a solidariedade para a manutenção do meio ambiente da vida.

A ideia de mudanças de hábitos é fundamental de transmutação da visão individualista e antropocêntrica do ser humano para uma visão mais holística, que busque a cooperação e a solidariedade social. O ser humano necessita elaborar esforços para que a sociedade possa sair das crises sociais- como a pobreza, a miséria, a desigualdade – e o planeta possa sobreviver, sem as diversas crises ambientais pelas quais está passando. Sem isso, é provável que se chegue ao colapso social e ambiental e, indubitavelmente, o fim da humanidade.

O consumo consciente, o equilíbrio ecológico e a educação, no sentido da preservação da natureza e da criação de uma sociedade menos excludentes, são importantes para que se atinja o verdadeiro progresso e a solidariedade e, com isso, uma visão holística e sistêmica entre o ser humano e a natureza.

Portanto, a crítica à sociedade contemporânea é essencial para que o ser humano possa entrar na pós-modernidade sem cometer os erros incorridos nesse período dito moderno, pois, se continuar com o pensamento antropocêntrico e excludente, não haverá etapa histórica capaz de mudar a situação, catastrófica, socioambiental em que se encontra. Através da crítica, pode-se avançar para uma sociedade capaz de enfrentar os problemas socioambientais, desvinculando-se do antropocentrismo. Os povos latino-americanos estão avançados nessa busca por novos ideários, inovando em suas constituições, no intuito de uma maior proteção ao meio ambiente, buscando, no mesmo sentido, melhor qualidade de vida para todos os seres.

## **Conclusão**

Ao se reconhecer o meio ambiente como direito fundamental, não se quer dizer que a natureza terá direitos, pois, na atual legislação, este direito serve tão somente ao ser humano, porque, no Brasil, o meio ambiente não deixou de ser um bem de uso comum. Como se tratou neste trabalho, no Equador, o constituinte entendeu que não é possível ter um meio ambiente que seja saudável para as presentes e futuras gerações, se não lhe forem assegurados direitos, e, por tal visão, elevou a Mãe-Terra como titular de direitos. Esse reconhecimento da natureza como titular de direitos não permite que os seres humanos tenham prevalência sobre os direitos da natureza, sendo que os danos causados a ela devem ser reparados.

Havendo colisão dos direitos dos homens com os da natureza, é preciso fazer uma ponderação dos interesses em conflito, diferente da atual situação no Brasil, em que prevalecem os interesses dos seres humanos em detrimento dos da natureza. Tem-se, no Brasil, uma legislação moderna, mas as interpretações feitas, tanto da Constituição como das leis infraconstitucionais, são influenciadas por um ideal antropocêntrico, diferentemente do Equador, que busca um ideário holístico e ecocêntrico.

É importante lembrar que a implementação do princípio do desenvolvimento sustentável é uma maneira de alcançar uma visão holística entre o ser humano e a natureza, preservando-a, deste modo, para as futuras gerações e alcançando solidariedade e qualidade de vida. As Constituições são o cerne de uma sociedade e, dentre suas funções importantes, estão as de indicar e salvaguardar as tradições e os valores das presentes e futuras gerações. A mesma representa a aliança e/ou o contrato de convivência e consolidação de conquistas e de mudanças sociais; vem a ser a identidade do povo de um Estado, como forma de integração, respeito e solidariedade. Através das Constituições é que se perpetuam conceitos e anseios, e as leis infraconstitucionais de um país se concretizam.

O respeito à Constituição é fundamental, pois não adianta haver uma lei fundamental, se os governantes de um país não a respeitam e não fazem as leis, de acordo com a mesma. Para Rubén Martínez Dalmau (2008, p. 22), “la evolución constitucional responde al problema de la necesidad. Los grandes cambios constitucionales se relacionan directamente con las necesidades de la sociedade posean sobre las posibilidades del cambio de sus condiciones de vida

que, em general, en América Latina no cumplen con las expectativas esperadas en los tiempos que transcurren”. O constitucionalismo latino-americano muda o paradigma eurocêntrico, vislumbrando preservar as culturas originárias e as tradições dos povos. Isso não significa que o Equador não tenha problemas estruturais e sociais, mas isso é uma tentativa de buscar um novo modelo de sociedade.

A vida se perfaz com mudanças, avanços e retrocessos. A democracia se concretiza dessa forma; a mutabilidade, o sendeiro da democracia, que é um sistema em constante evolução. O ser humano precisa deixar de lado a busca de poder e de domínio econômico, que se estabelece na contemporaneidade como elemento primordial, que sobrepuja a própria vida tanto humana quanto do meio ambiente. É primordial a compreensão de conceitos básicos que envolvem aspectos morais e éticos, para a construção de uma sociedade voltada para a extinção da fome, da miséria, da desigualdade, e da destruição ambiental. Somente assim é possível afastar o fantasma do desaparecimento da natureza, como ela se encontra e, conseqüentemente, o desaparecimento da humanidade. Para que isto aconteça, é importante que o Direito seja um instrumento de preservação ambiental, na busca de uma sociedade que se desvele como protetora da natureza, não como objeto de consumo, mas como elemento holístico que é parte de um sistema simbiótico cujo desaparecimento de um elemento leva ao desaparecimento dos demais.

#### **Referências**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2017.

CARTA ENCÍCLICA LAUDATO SI’ DO SANTO PADRE FRANCISCO SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM. *Encíclica Laudato Sí*. 2017. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html)>. Acesso em: 23 jan. 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

EQUADOR. Constituição. **Constitución del Ecuador**. 2008. Disponível em: <[http://www.presidencia.gob.ec/index.php?option=com\\_remository&Itemid=90&func=fileinfo&id=2](http://www.presidencia.gob.ec/index.php?option=com_remository&Itemid=90&func=fileinfo&id=2)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

FLORES, Nilton Cesar. Inovação tecnológica e desenvolvimento sustentável. In: FLORES, Nilton Cesar (Org.). **A sustentabilidade ambiental em suas múltiplas faces**. Campinas: Millennium, 2012.

GUDYNAS, Eduardo. Desarrollo, derechos de La naturaleza y buen vivir depues de Montecristi. In: WEBER, Gabriela (Org.). **Debates sobre cooperación de desarrollo**: perspectivas desde la sociedad civil em Ecuador. Quito: Centro de Investigaciones. Ciudad y Observatorio de la Cooperación al Desarrollo, 2011.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2016.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTÍNEZ DALMAU, Rubén. Assembleas constituíntes e novo constitucionalismo en America Latina. **Tempo Exterior**, n. 17, jul./dez. 2008.

MILARÉ, Édis. **Direito ao ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário. 6. ed. São Paulo: RT, 2000.

SILEX. 2017. Disponível em: <<http://www.silex.com.br/leis/normas/estocolmo.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2017.



## O mercado de pinhões no Rio Grande do Sul: os potenciais econômicos e socioambientais, com ênfase nos Campos de Cima da Serra

*The pinhão market in Rio Grande do Sul: economic and socio-environmental potentials, with emphasis on the Campos de Cima da Serra*

Guilherme de Queiroz-Stein\*

**Resumo:** Neste artigo, apresenta-se uma análise das características econômicas do mercado de pinhões, focada especialmente no território dos Campos de Cima da Serra, o qual, atualmente, é o maior produtor no Estado do Rio Grande do Sul. Os resultados apontam para a existência de crescimento da demanda no longo prazo e para as potenciais alianças entre a viabilidade econômica e as preocupações ecológicas. Também, enfatiza-se a necessidade de políticas públicas que articulem produção e consumo de forma sustentável.

**Palavras-chave:** Análise de Mercado. Produtos da Sociobiodiversidade. *Araucaria Angustifolia*. Pinhões. Campos de Cima da Serra.

**Abstract:** This paper presents an analysis of the economic characteristics of the Pinhão's market, focused especially on the territory of Campos de Cima da Serra, which is currently the largest producer in the state of Rio Grande do Sul. The results point to the existence of long-term demand growth, to the potentials of an alliance between economic viability and ecological concerns and to the need for public policies that articulate production and consumption in a sustainable way.

**Keywords:** Market Analysis. Sociobiodiversity products. *Araucaria Angustifolia*. Pinhões. Campos de Cima da Serra.

### Introdução

A *Araucaria Angustifolia* é uma árvore típica da Região Sul e Sudeste do Brasil, característica da floresta ombrófila mista. A floresta ombrófila mista é composta de espécies de angiospermas e gimnospermas, conformando uma importante biodiversidade arbórea, englobando 328 espécies, as quais pertencem a 165 gêneros e 65 famílias botânicas.<sup>1</sup> Dada a variedade e a

---

\* Bacharel em Ciências Sociais. Mestre em Ciência Política pela UFRGS. Acadêmico de Ciências Econômicas pela mesma instituição. <http://lattes.cnpq.br/7246132212667586>. E-mail: [guiqstein@yahoo.com.br](mailto:guiqstein@yahoo.com.br)

<sup>1</sup> O levantamento dessas espécies pode ser consultado no site <http://florestaombrofilamista.com.br/sidol/?menu=home>, construído pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná.

continuidade dessa árvore, a presença de araucária seria o principal fator de identificação dessa floresta:

A presença da Araucária ou Pinheiro (*Araucaria angustifolia*), com seu tronco reto e sua copa característica, sobressaindo acima da altura média da floresta, imprime uma fisionomia inconfundível a esse tipo florestal. Além dessa, espécies como a Imbuia (*Ocotea porosa*), a Canela lageana (*Ocotea pulchella*), a Erva-mate (*Ilex paraguariensis*), o Butiá (*Butia eriospatha*), a Bracatinga (*Mimosa scabrella*), o Xaxim (*Dicksonia sellowiana*) e tantas outras contribuem para a caracterização desse ecossistema. Na verdade, a grande complexidade da formação florestal, com variadas composições vegetais conforme a região, e os muitos pontos de contato entre ela e as florestas “vizinhas”, ou os ecossistemas em seu entorno, tornam a caracterização da floresta de araucária algo bastante complicado. (CARVALHO; NODARI, 2008, s.p.).<sup>2</sup>

Ocorrendo em climas subtropicais, as araucárias preferem altitudes entre 500 e 1.000 metros acima do nível do mar, podendo ser encontradas em até 1.800 metros, como na Serra da Mantiqueira em Minas Gerais. Sua presença marcante, nas paisagens dos estados do Sul do Brasil, faz com que sejam imagetivamente associadas à construção de culturas e tradições locais, sendo considerada, inclusive, a árvore-símbolo do Estado do Paraná. (MEDEIROS et al., 2005; FLORIANI et al., 2006).<sup>3</sup>

Contudo, mesmo sua importância cultural, não foi capaz de impedir uma significativa devastação dessa espécie. Sua madeira é extremamente valorizada para fabricação de móveis, celulose e óleos diversos, industrialmente úteis. (CONAB, 2015). Essa valorização resultou no fato de que a devastação, ao longo do século XX, foi tão intensa que, atualmente, estima-se restar entre 2 e 12% da cobertura original de floresta ombrófila mista, de modo que a araucária se encontra na Lista da Flora Ameaçada de Extinção. A área restante encontra-se, ainda, dispersa em “capões” que, geralmente, atingem no máximo 50 hectares. Outra característica importante é que, em muitos casos, essas áreas passaram a ser a reserva legal de propriedades agropecuárias. (MEDEIROS et al., 2005).

Tendo em vista o alto risco de extinção da espécie, a partir de 2001 restringe-se significativamente a possibilidade de extração da madeira. Se, por um lado, essa restrição garante a sobrevivência da espécie, por outro, a

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.historiaambiental.org/a-lumber-o-contestado-e-a-historia-do-desmatamento-da-floresta-de-araucaria1911-1950/>>.

<sup>3</sup> Outra referência importante é que, nas línguas tupis-guaranis, a araucária é chamada de Curi, que significa “muito pinhão”, sendo essa a origem do nome da capital do Paraná, Curitiba.

recuperação da área florestal torna-se lenta, pois não há incentivos para que agricultores promovam a expansão de reflorestamentos de mata nativa. Nesse sentido, um importante desafio é a busca de meios de valorizar economicamente as áreas de reservas florestais e a expansão do reflorestamento de araucárias. Para tanto, o caminho mais fácil seria a extração do pinhão, a semente/amêndoa da araucária.<sup>4</sup> Esse seria visto como uma

[...] oportunidade para a valorização da floresta a partir de um produto não madeireiro, e que por isto, preserva as características típicas da estrutura florestal, mas é preciso avançar na direção de critérios de acesso sustentável deste recurso, que materializa em si a reprodução da espécie e manutenção de grande número de espécies associadas (FLORIANI, 2007, p. 1.803).

O uso do pinhão na alimentação é feito há muito tempo, sendo uma parte tradicional da dieta de povos indígenas do Sul do Brasil, como os guaranis, e das populações europeia que imigraram para o País, durante o século XIX. Também é usado tradicionalmente na pecuária suína e é alimento para diversos tipos de pássaros e de outras espécies herbívoras da fauna nativa. (BITTENCOURT, 2012).

Em termos nutricionais, o pinhão comporta características presentes em sementes oleaginosas, como as castanhas-do-pará, castanhas-de-caju, as amêndoas, as nozes e os amendoins. Essas características compartilhadas são as de possuir baixa quantidade de gordura saturada, sendo rico em ácidos graxos linoleicos (ômega 6) e oleico (ômega 9), fibras, ferro, cobre, cálcio, magnésio e zinco. Dessa forma, possuem grande contribuição à saúde humana, produzindo ação antioxidante, ajudando a reduzir o risco de doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2. Também, pode ser usado para controlar o peso e para regular a dieta de portadores da doença celíaca, dado que é um alimento isento de glúten em sua composição. (ARAUJO et al., 2010; EMBRAPA, s.d.; PERRONI, 2015).

Em sua forma de preparo, o pinhão é, tradicionalmente, assado ou cozido. Contudo, suas possibilidades gastronômicas são variadas, pois é possível fazer farinha, paçoca, bolinhos, pão e até mesmo sopas, risotos e strogonoff de pinhões. Geralmente, as formas gastronômicas mais sofisticadas estão associadas às atividades turísticas de inverno, em hotéis, hotéis-fazenda e

---

<sup>4</sup> Na árvore da araucária, os pinhões encontram-se aglomerados em pinhas, as quais possuem entre 15 e 20 cm de diâmetro e pesam, em média, 3 kg. Cada pinha possui, parte de, 900 gramas de pinhões próprios para o consumo. Cada pinhão possui, aproximadamente três e cinco centímetros, pesando mais ou menos nove gramas. Seu armazenamento e sua comercialização são feitos em sacos de 60 kg.

restaurantes serranos. Vale ressaltar que, para além das atividades turísticas, essas formas de consumo não são, ainda, muito difundidas. Também, é difícil achar farinha, pães e bolinhos fora dos locais em que são comercializados turisticamente. Nesse sentido, há potenciais a serem explorados na produção de alimentos que têm por base o pinhão.

Assim, neste artigo, apresenta-se uma análise das características econômicas e socioambientais do mercado de pinhões, focada especialmente no território dos Campos de Cima da Serra, o qual, atualmente, é o maior produtor, no Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, este artigo está dividido em quatro seções. Na primeira, analisa-se a oferta de mercado de pinhões, utilizando-se de dados da Produção de Extração Vegetal e Silvicultura e da CEASA RS. Em seguida, na segunda parte, analisa-se a demanda de mercado, utilizando revisão bibliográfica, de dados da Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE e relatório da política de preços mínimos da CONAB. Por fim, apresentam-se as conclusões.

## **Análise de oferta de mercado**

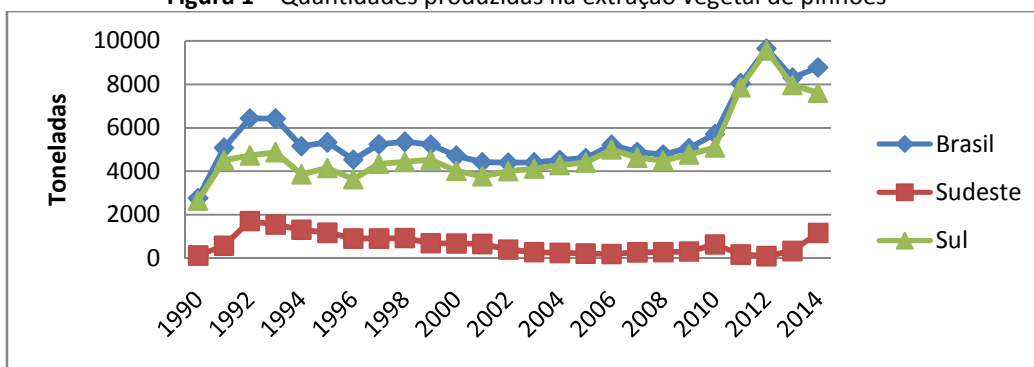
Segundo a Pesquisa sobre Produção de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) do IBGE, de 2014, produziu-se no Brasil 8.777 toneladas de pinhões, advindo 7.610 da Região Sul do País e 1.167 da Região Sudeste.<sup>5</sup> Em 2010, ainda, verifica-se um salto na oferta brasileira total, que passa de 5.715 toneladas, em 2009, para 8.032 (Figura 1). Esse salto pode ser atribuído quase que exclusivamente à elevação da produção de pinhões na Região Sul. Portanto, olhando em escala nacional, pode-se afirmar que há uma forte tendência de concentração de oferta nessa região. Ressalta-se que não necessariamente verifica-se o mesmo pelo lado da demanda, pois existe a comercialização de pinhões em grandes redes de supermercado do sudeste e nordeste.

---

<sup>5</sup> Os dados da PEVS foram coletados com base em questionário aplicado em estabelecimentos agropecuários, industriais e outros órgãos atuantes no setor. Ou seja, os dados expressam a comercialização institucionalizada. Dessa forma, acredita-se que eles subestimam o total de pinhões em circulações, principalmente em nível local, onde predominam canais informais de comercialização. Portanto, recomenda-se uma leitura parcimoniosa dos dados, interpretando sua variação como a variação no comércio formalizado.



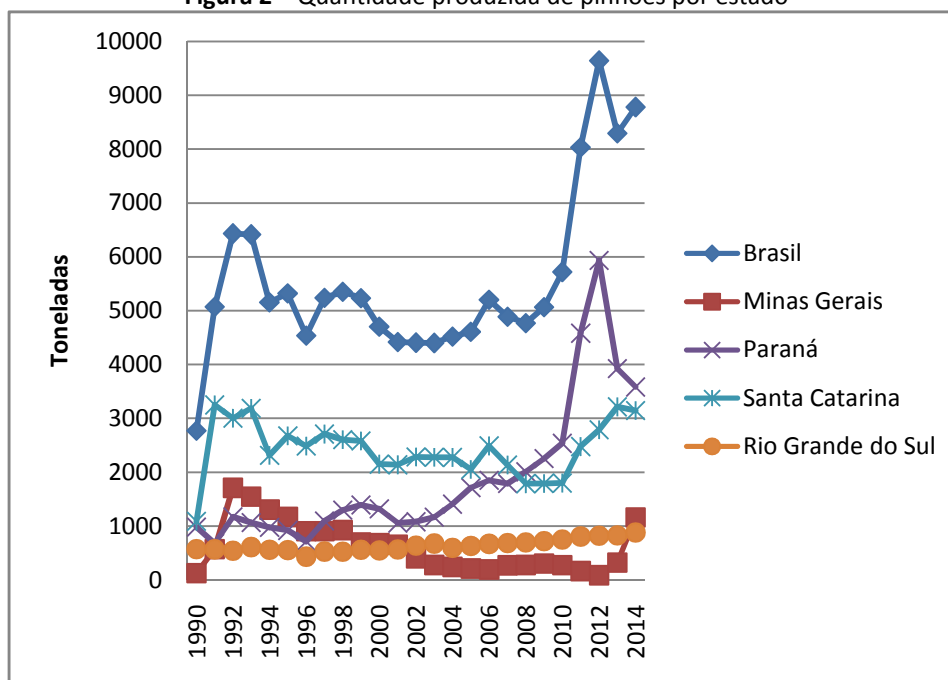
Figura 1 – Quantidades produzidas na extração vegetal de pinhões



Fonte: PEVS, IBGE (2015).

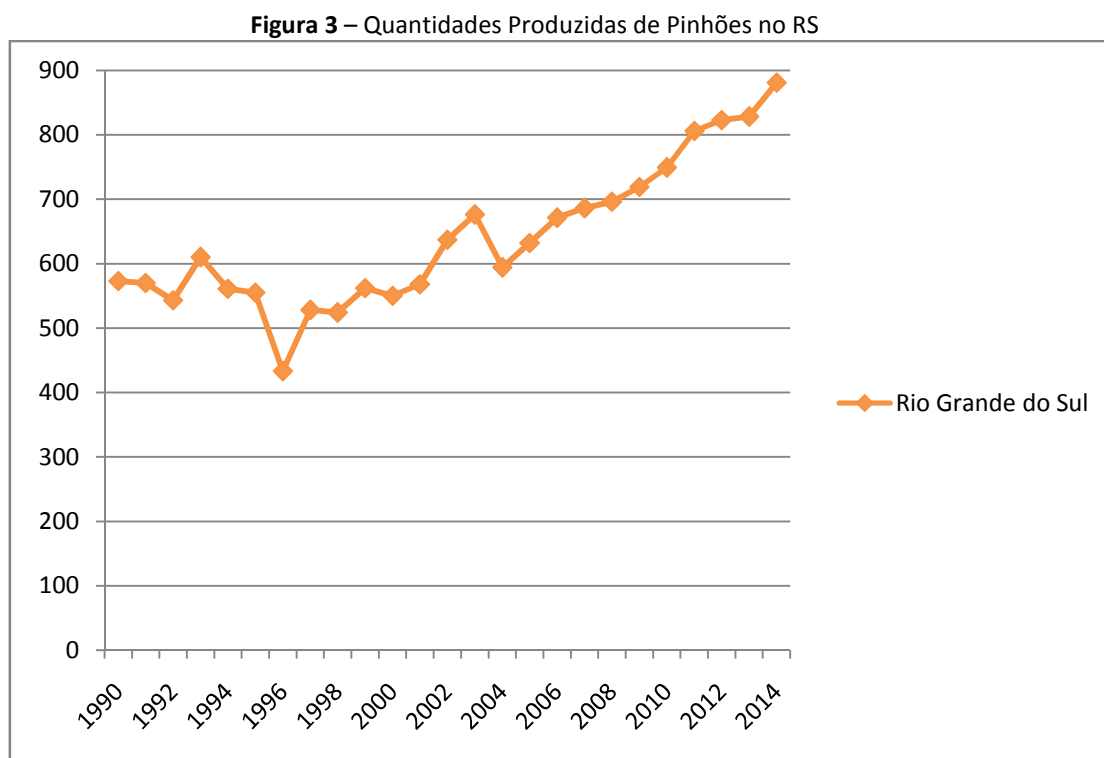
Quando se desagrega a produção de pinhões por estado da Federação, percebe-se que a elevação na oferta nacional, a partir de 2010, pode ser atribuída principalmente ao Estado do Paraná (PR), que, desde 2008, tornou-se o maior produtor nacional e chegou ao pico de 5.932 toneladas produzidas em 2012. O Estado de Santa Catarina (SC), até 2008, foi o maior produtor de pinhões e atualmente é o segundo maior produtor. Se não ocorrerem mudanças significativas, no longo prazo, SC tende a manter a oferta estável na faixa entre 2000 e 3000 toneladas (Figura 2).

Figura 2 – Quantidade produzida de pinhões por estado



Fonte: PEVS, IBGE (2015).

Com o declínio da produção no Sudeste, principalmente na região serrana no sul de Minas Gerais, desde 2002 o Rio Grande do Sul (RS) é o terceiro maior produtor. Sua oferta apresenta uma leve e persistente tendência de crescimento, mesmo que com taxas de variação bem menores que as do Paraná, no período 1996-2012. Assim, a produção no RS sai de um vale de 433 toneladas em 1996, para um pico de 881 toneladas em 2014 (Figura 3).



Fonte: PEVS, IBGE (2015).

Apresentando uma realidade distinta daquela percebida nos dados da PEVS (ver limitações metodológicas discutidas na nota 6). A série histórica das quantidades de pinhões comercializados na CEASA RS (Figura 4) aponta que, entre 1998 e 2012, a quantidade ofertada, mesmo com variações anuais significativas, girou em torno de um intervalo constante, que teve como valor mínimo 250,45 toneladas, em 2003, e valor máximo de 504,73 toneladas em 2006. Por sua vez, no período entre 1998 e 2012, os preços médios praticados apresentaram tendência de crescimento, partindo de R\$ 0,72 por kg, em 1998, para R\$ 2,57 por kg, em 2012, atingindo o pico de 2,65 em 2009. Ou seja, se por um lado a oferta manteve-se relativamente constante, por outro, os preços

elevaram-se mais de 250%. Assim, pode-se inferir que há pressões sobre os preços que indicam uma demanda crescente pelo produto. Esse quadro fica mais explícito quando, em 2013, a quantidade comercializada sai do intervalo em que se manteve historicamente e cai para 169,81 toneladas. Esse movimento foi acompanhado por uma brusca elevação de preços, chegando ao patamar médio de R\$ 6,73 por kg.

Figura 4 – Preços e quantidades médias de pinhão



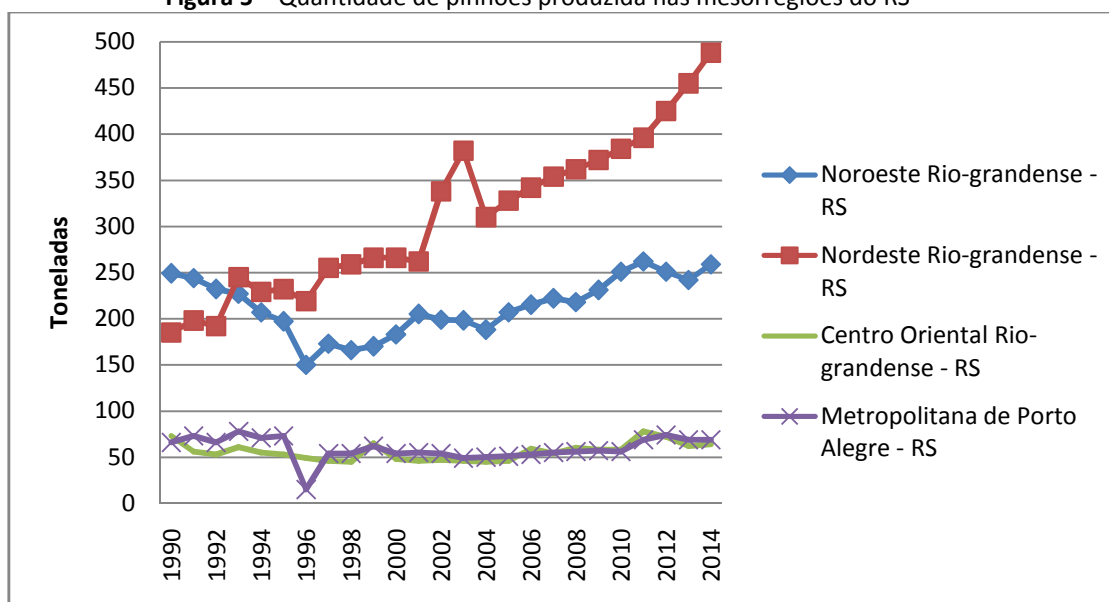
Fonte: CEASARS (2016).

Ao se compararem as Figuras 3 e 4, o primeiro aspecto a ser percebido é que os dados “não batem”, as quantidades expressas na Figura 3 são sempre maiores que as da Figura 4. Esse fato, contudo, é facilmente explicado em função da Figura 3 abranger o RS como um todo, e a Figura 4 apenas as quantidades comercializadas na CEASA RS. Essa constatação é importante para compreender a contradição entre os dados: os dados do IBGE apontam um contínuo crescimento na produção de pinhões após 2010, enquanto os dados da CEASA RS indicam que, nesse ano, ocorre uma inflexão, de modo que, a partir de então, há uma persistente queda na oferta do produto, que só começa a ser revertida em

2013. A provável explicação para esse fenômeno é a crescente importância dos canais de comercialização locais. (VIEIRA-DA-SILVA; MIGUEL, 2014). Para analisar esse aspecto, buscou-se desagregar os dados de produção de pinhão da PEVS por meso e microrregiões do RS.

De acordo com a PEVS, apenas quatro mesorregiões produzem pinhão no RS: noroeste, nordeste, centro oriental e metropolitana. A observação da série histórica permite afirmar que o crescimento da oferta no RS está relacionado ao aumento da produção na região nordeste, exatamente onde estão localizados os Campos de Cima da Serra (Figura 5). As mesorregiões centro-oriental e metropolitana mantêm sua oferta relativamente constante ao longo do tempo, em um patamar baixo, não alcançando 100 toneladas. A mesorregião noroeste apresenta uma tendência de crescimento na produção de pinhões entre 1996 e 2009. Entretanto, desde 2010, mantém a oferta relativamente constante dentro de um intervalo entre 242 e 262 toneladas, retomando níveis produzidos no início da década de 1990. Por sua vez, a mesorregião nordeste apresenta uma tendência sustentada e veloz de crescimento da oferta, passando de 198 toneladas em 1990 para 488 toneladas em 2014. Assim, pode ser responsabilizada pela tendência de elevação na oferta global do RS.

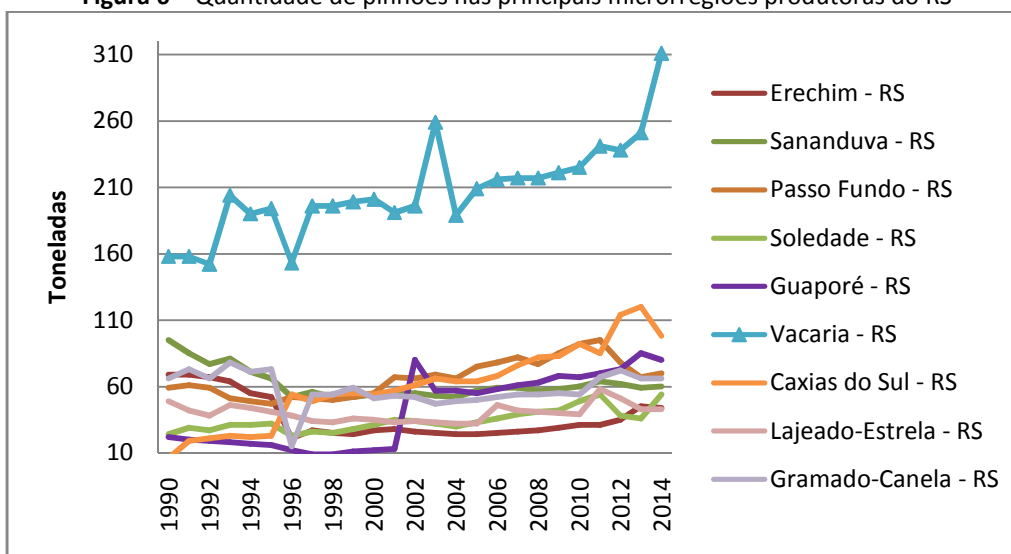
**Figura 5** – Quantidade de pinhões produzida nas mesorregiões do RS



Fonte: PEVS, IBGE.

Na Figura 6, encontra-se a série histórica para as principais microrregiões produtoras de pinhões no RS, sendo essas consideradas aquelas que produziram mais de 40 toneladas em 2014. O que esse gráfico indica é que, em conjunto, há uma leve tendência de crescimento, mas o patamar da maior parte das microrregiões se mantém abaixo das 110 toneladas. A exceção é a microrregião de Vacaria; historicamente possuindo a maior produção, passou de 158 toneladas, em 1990, para 311 toneladas em 2014, representando 63,72% da produção da região noroeste.

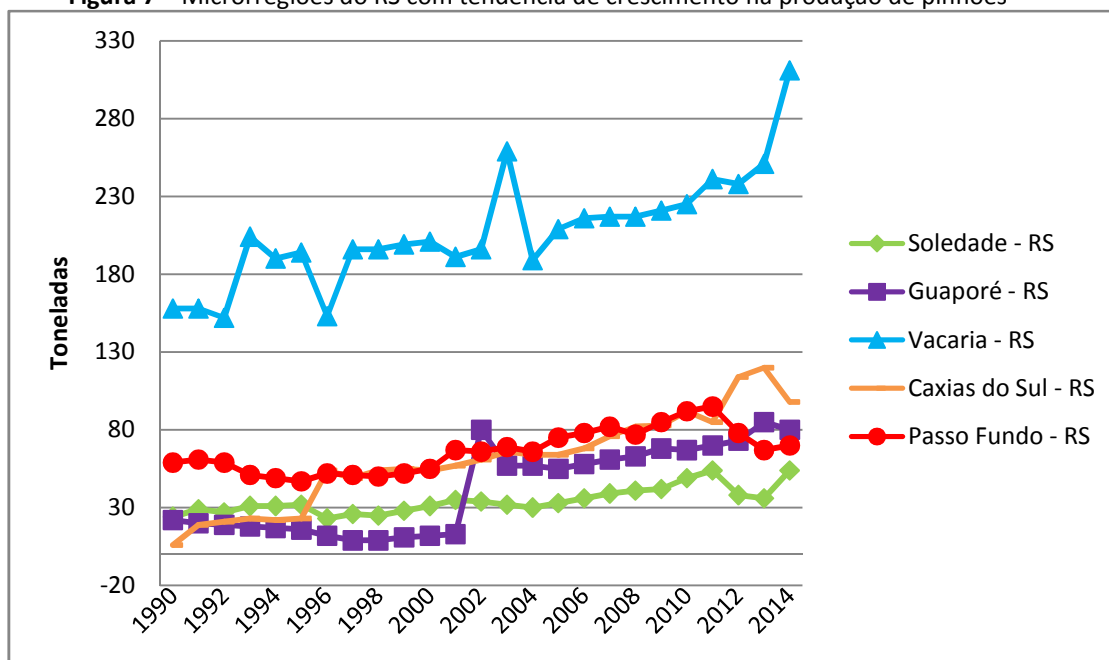
**Figura 6** – Quantidade de pinhões nas principais microrregiões produtoras do RS



Fonte: PEVS, IBGE (2015).

Na Figura 7, “despoluiu-se” a Figura 6, deixando apenas aquelas microrregiões que apresentam uma clara tendência de crescimento na oferta de pinhões. Além da já destacada região de Vacaria, na qual se localiza o Município de São Francisco de Paula, maior produtor do estado e que realiza, anualmente, a Festa do Pinhão, as microrregiões de Guaporé e Caxias do Sul foram as que apresentaram um crescimento mais robusto. Na microrregião de Guaporé, passou-se de 22 toneladas produzidas, em 1990, para 70 toneladas, em 2014. Na microrregião de Caxias do Sul, passou-se de 6 toneladas em 1990 para 98 toneladas, em 2014, atingindo um pico de 120 toneladas produzidas em 2013. Ambas as microrregiões estão situadas na mesorregião nordeste.

Figura 7 – Microrregiões do RS com tendência de crescimento na produção de pinhões



Fonte: PEVS, IBGE (2015).

Assim, a mesorregião nordeste vem concentrando não somente a produção, mas também a comercialização do produto, pois, se por um lado a oferta global no estado continua se elevando, por outro, na CEASA RS os preços sobem, e a oferta declina. Nesse sentido, é plausível assumir a hipótese de que a estruturação de canais locais de comercialização relativamente diversificados, associados com o turismo serrano, implique elevação na demanda, que, por sua vez, eleva os preços locais e cria oportunidade para aumento na oferta, de modo que ocorra uma predominância da comercialização local de pinhões, em detrimento de circuitos de comercialização em maiores distâncias.

## Análise de demanda de mercado

Para compreender o funcionamento do mercado de pinhões, um primeiro aspecto a ser enfatizado é que, no Rio Grande do Sul, há um forte componente local no consumo e uma cultura de consumir pinhões quase que cotidianamente entre os meses de abril e setembro. Nesse sentido, pode haver o escoamento da produção no próprio município em que é produzido, dentro da lógica de circuitos

curtos de comercialização, sendo que um dos canais mais importante é a venda em pequenas mercearias. (VIEIRA-DA-SILVA; MIGUEL, 2014).

O segundo fator relacionado à demanda está implícito na análise da oferta de pinhões na CEASA RS. Como é perceptível na Figura 4, a série histórica indica que, mesmo no período em que a oferta se manteve em um intervalo relativamente constante, entre 1998 e 2012, a curva de preços apresentou significativa tendência de crescimento. Pode-se inferir, assim, que há pressões de demanda, nos grandes centros consumidores, que não estão sendo atendidas pela oferta atual. Como analisado pela desagregação em meso e microrregiões, a produção e a comercialização tendem a crescer e a se concentrarem no nordeste do RS, principalmente na microrregião de Vacaria. Dessa forma, a demanda de mercados como o da região metropolitana de POA e de grandes municípios de outras regiões precisará ser suprida por outras fontes ou pela ampliação da oferta nas regiões que já produzem.

Esses dois primeiros fatores indicam que a demanda por pinhões é crescente em grandes centros e, no mínimo, constante nos mercados locais. Um dado que corrobora essa afirmação advém da Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE, a qual aponta um crescimento de 153,76% na aquisição de castanhas e nozes, anualmente, pelas famílias gaúchas, entre 2002 e 2008 (Tabela 1). Esse crescimento foi significativamente maior que o do restante do Brasil, de 33,33%. Vale recordar que, como argumentado na introdução, o pinhão pode vir a se tornar um bem substituto para outros tipos de castanhas, como a castanha-de-caju e a castanha-do-pará. Produzidas no Norte e no Nordeste do País e, em função da distância, tendem a apresentar um preço significativamente mais elevado que o do pinhão. Nesse sentido, torna-se interessante focar o escoamento do produto nos mercados gaúchos, levando em consideração uma previsão de crescimento na demanda.

**Tabela 1** – Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual de castanhas e nozes (KG)

<b>Ano</b>	<b>2002</b>	<b>2008</b>	<b>Varição</b>
<b>Brasil</b>	0,051	0,068	33,33%
<b>Rio Grande do Sul</b>	0,093	0,236	153,76%

Fonte: Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE.

Um terceiro aspecto é a demanda institucional, expressa na inclusão do pinhão em compras do Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, desde 2009. (CONAB, 2015). No Rio Grande do Sul, os três municípios em que se

verificou essa demanda pertencem à região noroeste (Boqueirão do Leão, Getúlio Vargas e Sananduva), sendo que o município de Boqueirão do Leão foi o que realizou a aquisição mais recentemente e pagou o melhor preço (Tabela 1).

É importante ressaltar que o pinhão está incluído na Política de Garantia de Preços Mínimos para a Sociobiodiversidade (CONAB, 2015), de modo que os preços praticados, no Programa de Aquisição de Alimentos, tendem a ficar abaixo do preço de mercado encontrados na CEASARS. Por exemplo, em agosto de 2010, foi de R\$ 2,11 e, em junho de 2012, foi de R\$ 2,50. A vantagem é que a própria lógica da política é viabilizar a produção quando o preço de mercado cai, garantindo o escoamento da oferta.

**Tabela 2** – Aquisição de pinhões no PAA

<b>Município</b>	<b>Data de Aquisição</b>	<b>Preço por kg</b>
<b>Boqueirão do Leão</b>	6/5/2015	R\$ 5,00
<b>Getúlio Vargas</b>	8/6/2012	R\$ 1,50
<b>Sananduva</b>	31/8/2010	R\$ 1,20

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Contudo, a compra de pinhões por esses programas ainda é ocorrência rara e eventual, sendo o RS o estado do Sul do Brasil que adquiriu menor quantidade de pinhões, desde 2009. (CONAB, 2015). Dessa forma, é preciso trabalhar para difundir em mais municípios e com maior frequência a inclusão desse produto nos mercados institucionais.

## **Conclusão**

A análise de mercado evidenciou que há boas perspectivas relacionadas à cultura do pinhão. Há uma tendência de longo prazo no crescimento dos preços, a qual, sem ser acompanhada pela proporcional redução da oferta, evidencia pressões de demanda. No curto prazo, o que se verificou foi uma explosão de preços, em função de dois fatores: pressões de demanda no longo prazo e redução da oferta no curto prazo.

Acredita-se que há uma janela de oportunidade para incentivar a produção de pinhões e o reflorestamento de araucárias no território dos Campos de Cima da Serra. Em função da tendência histórica de crescimento no preço de pinhões



no RS<sup>6</sup> e da disposição da população gaúcha em consumir oleaginosas, como castanha-de-caju, castanha-do-Pará e nozes, produtos em relação aos quais os pinhões podem ser vistos como bens substitutos.<sup>7</sup> Vale ressaltar que os Campos de Cima da Serra, além de possuírem histórico de ser a região que mais produz no RS, possuem cadeias produtivas e circuitos locais de comercialização relativamente estruturados. Podendo associar o consumo de pinhões e de outros derivados, como a paçoca e o bolinho de pinhão, às atividades turísticas da região. (VIEIRA-DA-SILVA; MIGUEL, 2014). Essas boas perspectivas podem ser ampliadas através de políticas públicas, especialmente pela estruturação de mercados institucionais, políticas de preços mínimos e de políticas de fomento ao turismo serrano.

#### **Referências**

BITTENCOURT, A. M. **Aspectos econômicos do pinhão nas mesorregiões sudeste e centro-sul do estado do Paraná**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, 2012.

CARVALHO, M. M. X.; NODARI, E. S. A Lumber. **O Contestado e a história do desmatamento da floresta de araucária (1911-1950)**. Rede Brasileira de História Ambiental. Disponível em: <<http://www.historiaambiental.org/a-lumber-o-contestado-e-a-historia-do-desmatamento-da-floresta-de-araucaria1911-1950/>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CONAB. **Proposta de preços mínimos para 2015**. Brasília: Conab, 2015.

EMBRAPA. **Valor nutricional do Pinhão**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/florestas/valor-nutricional-do-pinhao>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

FLORIANI, G.S. Debulhando pinha, semeando pinhão: proposta de uso e conservação para a araucária. **Rev. Bras. Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007.

FLORIANI, G. S.; FERT NETO, J.; DIAS, C. A. Rede sócio-técnica do pinhão no Planalto Serrano catarinense: da negociação de interesses ao alinhamento dos atores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS: BASES CIENTÍFICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO, 6., 2006, Campos dos Goytacazes. **Anais ...**, Campos dos Goytacazes – RJ. Resumos, 2006.

---

<sup>6</sup> O preço médio do quilo de pinhão na CEASA RS, em 1998, foi R\$ 0,72, em 2014, foi de 4,03, representando uma elevação de quase 460%. A quantidade ofertada em 1998 foi de 334,58 e, em 2014, foi de 218,12, representando uma queda de 35%. Portanto, a variação nos preços foi significativamente maior que a variação na quantidade ofertada, de modo a ser possível identificar pressões de demanda no curto e no longo prazo.

<sup>7</sup> Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE a aquisição alimentar domiciliar per capita anual de Castanhas e Nozes (KG) no Brasil foi, em média, de 0,051 em 2002 para 0,068 em 2008, representando um crescimento de 33,33%. A mesma variação para o estado do RS foi de 153,76%, passando de 0,093 em 2002 para 0,236 em 2008.

MEDEIROS, J. D.; SAVI, M.; BRITO, B.F.A. Seleção de áreas para criação de Unidades de Conservação na Floresta Ombrófila Mista. **Biotemas**, v. 18, n. 2, p. 33-50, 2005.

PERRONI, C. **As oleaginosas protegem o coração, controlam o peso e melhoram a pele.** Página do Globo Esporte no portal G1. 13 de março de 2015. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/eu-atleta/nutricao/noticia/2015/03/oleaginosas-protegem-o-coracao-controlam-o-peso-e-melhoram-pele.html>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

SIDOL. Sistema de Identificação Dendrológica Online – Floresta Ombrófila Mista. Disponível em: <<http://florestaombrofilamista.com.br/sidol/?menu=home>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

VIEIRA-DA-SILVA, C.; MIGUEL, L.A. Os canais de comercialização do pinhão e seus agentes, São Francisco de Paula, RS. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 7., 2014, Porto Alegre. **Anais...**, Porto Alegre, 2014.

VIEIRA-DA-SILVA, C.; MIGUEL, L.A.; REIS, M. S. Utilizações alternativas para a “Falha”, componente da Pinha (*araucauria angustifolia*) e seu potencial para agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, 2011.



## O papel da governança regional para o desenvolvimento do turismo na Região das Hortênsias no Rio Grande do Sul<sup>#</sup>

*The role of regional governance for the development of tourism in the region of Hortênsias in Rio Grande do Sul*

Bianca da Silva Trindade<sup>\*</sup>  
Pedro de Alcântara Bittencourt César<sup>\*\*</sup>  
Silvio Luiz Gonçalves Vianna<sup>\*\*\*</sup>

**Resumo:** No Brasil, com a formação e a divisão das regiões turísticas dentro dos estados da Federação, surge uma nova forma de articulação entre os municípios, a configuração de Instâncias de Governança Regional, compostas por entidades públicas e privadas regionais, com o papel de fiscalizar, aconselhar e acompanhar o andamento da política pública de desenvolvimento do turismo, a fim de dinamizar a atividade turística nestas regiões. O objetivo desta pesquisa é compreender como a governança regional está articulada com as destinações turísticas que compõem a Região das Hortênsias. Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, com abordagem qualitativa, feita com base em informações do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil e do Plano Regional do Turismo da Região das Hortênsias e observação direta. As evidências identificadas pelo presente estudo permitiram constatar a ausência de cooperação regional e de monitoramento das políticas de turismo, bem como de planejamento e gestão, que comprometem o desempenho das Instâncias de Governança Regional, para desenvolver, articular e implementar as políticas de turismo na região, além de novas ações e estratégias.

**Palavras-chave:** Turismo. Regionalização. Governança. Desenvolvimento Regional.

---

<sup>#</sup> Artigo desenvolvido no âmbito do Projeto Capes/MI – Edital 055/2013 – PROINTEGRAÇÃO – Auxpe 3155/2013.

<sup>\*</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado, Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Franciscano (Unifra). Ex-bolsista do Projeto CAPES/MI – Edital nº 055/2013 – PROINTEGRAÇÃO – Auxpe 3155/2013. Professora substituta no curso de Bacharelado em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6864637550102711> E-mail: [biancat.turismo@gmail.com](mailto:biancat.turismo@gmail.com)

<sup>\*\*</sup> Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor adjunto no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado/Doutorado e no Centro de Artes e Arquitetura da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordenador do Grupo de Estudos Urbanos da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0900226519393513> E-mail: [pabcesar@ucs.br](mailto:pabcesar@ucs.br)

<sup>\*\*\*</sup> Doutor em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Professor adjunto no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado/Doutorado, Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordenador do Grupo de Pesquisa do CNPq direcionado à pesquisa de Turismo e Desenvolvimento Regional vinculado à Universidade de Caxias do Sul (UCS). Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2627794239193071> E-mail: [slgvianna@ucs.br](mailto:slgvianna@ucs.br)

**Abstract:** In Brazil, with the formation and division of tourist regions within the states of the Federation, a new form of articulation between the municipalities arises, the configuration of Regional Governance Instances, composed of public and private regional entities with the role of supervising, advising and to monitor the progress of the public policy of tourism development in order to boost tourism activity in these regions. The objective of this research is to understand how regional governance is articulated with the tourist destinations that make up the Region Hortênsias. In order to reach the proposed objectives, a documentary and bibliographical research was carried out with a qualitative approach, based on information from the Program of Regionalization of Tourism – Roteiros do Brasil and the Regional Tourism Plan of the Region Hortênsias and direct observation. The evidence identified by the present study showed the lack of regional cooperation and monitoring of tourism policies, as well as planning and management, which jeopardize the performance of governance bodies to develop, articulate and implement tourism policies in the region, of new actions and strategies.

**Keywords:** Tourism. Regionalization. Governance. Regional development.

## **Introdução**

Cada vez mais o setor turístico torna-se uma alternativa para contribuir com os órgãos ligados à Governança Pública, na busca por desenvolvimento regional, pois agrega aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais, em uma determinada localidade e/ou região. Neste sentido, as Instâncias de Governança Regional, direcionadas ao setor, desempenham ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento turístico em regiões e/ou localidades. (ARAUJO, 2002; CAMARGO, 2003).

No Brasil, a regionalização é proposta como uma política pública, instituída pelo Ministério do Turismo, por meio do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, com o intuito de direcionar ações para além do município, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada. Essa perspectiva se alinha a tendências internacionais, que buscam maior aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos, a fim de que sejam criadas condições e oportunidades para revelar e estruturar novos destinos turísticos, qualificados e competitivos. (BRASIL, 2005, 2013).

Desse modo, com a formação e divisão das regiões turísticas dentro dos estados da Federação, surge uma nova forma de articulação entre os municípios, a configuração de Instâncias de Governança Regional, compostas por entidades públicas e privadas regionais, com o papel de fiscalizar, aconselhar e acompanhar o andamento da política pública de desenvolvimento do turismo, a fim de dinamizar a atividade turística nessas regiões. (BRASIL, 2013).

No presente estudo, é dado destaque à Região Turística das Hortênsias, formada por cinco municípios: Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café e

São Francisco de Paula. Essa por sua vez, é considerada um dos principais destinos turísticos do Rio Grande do Sul, pois integra uma das vinte e sete regiões turísticas do estado. Com referência em turismo de eventos e em parques naturais e temáticos, a região é um dos destinos de inverno mais conhecidos do Brasil. (SETEL-RS, 2016).

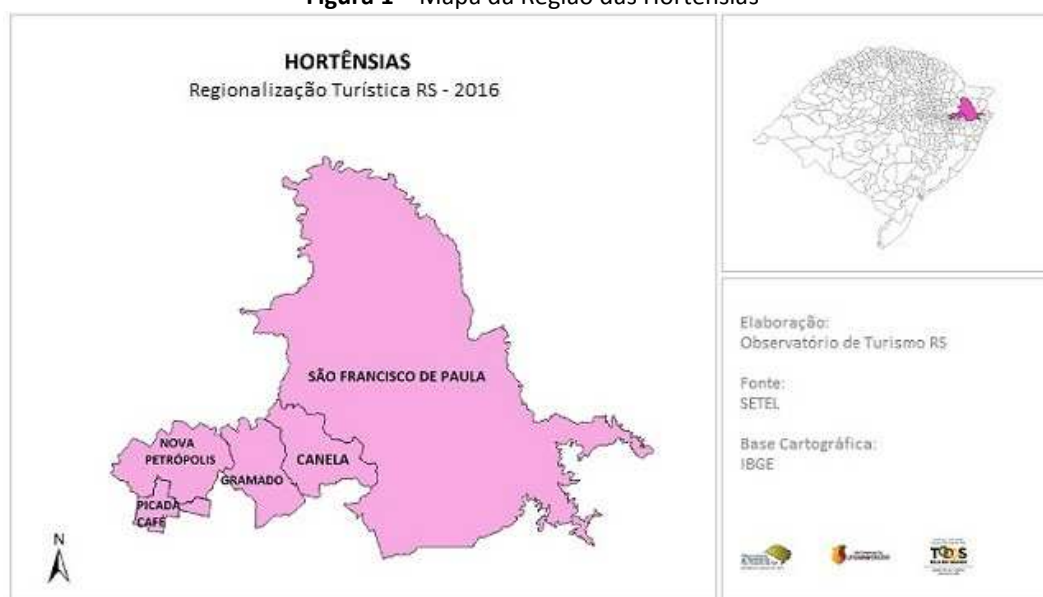
O objetivo desta pesquisa é compreender como a governança regional está articulada com as destinações turísticas que compõem a Região das Hortênsias. Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, com abordagem qualitativa, feita com base em informações do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil e do Plano Regional do Turismo da Região das Hortênsias, além da observação direta, por meio das atividades desenvolvidas pelo Projeto Pró-Integração, com o intuito de obter informações relacionadas à estrutura de governança de turismo regional, referentes à região nordeste do Rio Grande do Sul, mais precisamente da Microrregião das Hortênsias.

O presente estudo estrutura-se em cinco partes. A primeira, contempla a introdução, que apresenta a contextualização do assunto e da área a ser estudada, bem como os objetivos da pesquisa. Na segunda parte, são abordados os procedimentos metodológicos utilizados para desenvolvê-la. A terceira, traz o conjunto de conceitos teóricos que auxiliam no entendimento de como se desenvolve o processo de regionalização associado à constituição de instâncias de governança e desenvolvimento regional. Na quarta, é apresentada a estrutura da governança regional na Microrregião das Hortênsias. Na quinta parte, encerra-se com as considerações finais, que mostram a importância das Instâncias de Governança Regional para o efetivo desenvolvimento de uma região.

## **Metodologia**

A presente pesquisa tem com recorte espacial a Região das Hortênsias (Figura 1), localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, sendo composta pelos municípios de Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula. Possui uma população, estimada em 2017, de aproximadamente 126 mil habitantes, com uma média do PIB *per capita* que se aproxima de R\$ 35 mil e abrange uma área de aproximadamente 4.100 Km<sup>2</sup>. (BRASIL, 2017).

**Figura 1** – Mapa da Região das Hortênsias



Fonte: SETEL-RS (2017).

O período da pesquisa de campo ocorreu entre os meses de outubro e novembro de 2016 e no mês de junho de 2017. O estudo pode ser definido como uma pesquisa do tipo exploratório, com uma abordagem qualitativa, pois foram utilizadas ferramentas de pesquisa documental e bibliográfica, e procedimentos de observação e estudo da realidade, por meio de uma análise *in loco*; entrevistas realizadas com gestores públicos, representantes da sociedade civil organizada e trabalhadores do sistema turístico, que compõem as instâncias de governança regional, com o intuito de obter informações relacionadas à gestão, ao planejamento e à estrutura da governança de turismo, que atuam em âmbito regional, na Região das Hortênsias.

Para alcançar o objetivo – compreender como a governança regional está articulada com as destinações turísticas que compõem a Região das Hortênsias, a primeira etapa da pesquisa consistiu na realização da observação direta por meio de entrevistas semiestruturadas com os atores sociais da Microrregião das Hortênsias. Foram questionadas suas percepções a respeito das ações e estratégias desenvolvidas pelas Instâncias de Governança Regional. Além disso, buscou-se perguntar também sobre o desenvolvimento do turismo na região.

Esta etapa foi realizada em conjunto pela equipe do Projeto Capes/MI – Prointegração, com gestores públicos responsáveis pelas instâncias de governança da Região das Hortênsias, ligadas às seguintes entidades: Secretaria

Estadual de Esporte, Turismo e Lazer do Rio Grande do Sul (Setel-RS), Secretarias Municipais de Turismo dos Municípios da Região das Hortênsias, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Contur Gramado-RS, Fundos de Turismo de Gramado-RS e Canela-RS, – Associação Comercial e Industrial de Canela-RS (Acic), Câmara de Dirigentes Lojistas de Gramado-RS e Canela-RS (CDL), Agência Visão de Desenvolvimento e o *Convention & Visitors Bureau* de Gramado-RS.

A segunda etapa consistiu na leitura e análise dos documentos relativos ao Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (BRASIL, 2013) e Plano Regional do Turismo da Região das Hortênsias (Setel-RS, 2016). Na terceira etapa do estudo, somado ao levantamento documental e bibliográfico, discutiram-se sobre os temas nortadores: regionalização, governança e desenvolvimento regional, a partir de autores como Camargo (2003); Goedert (2005); Siedenberg (2004); Vianna (2011); Mota, Vianna e Anjos (2013). A partir deste referencial realizou-se uma verificação entre os aspectos teóricos observados e as políticas de turismo relacionadas à atuação dos atores sociais, que compõem as Instâncias de Governança Regional da Microrregião das Hortênsias.

## **Regionalização do turismo e governança**

O processo de regionalização do turismo no Brasil é entendido como uma estratégia para a divisão de uma localidade em regiões. Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2008) regionalizar “[...] é transformar a ação centrada na unidade municipal para uma política pública mobilizadora de planejamento e coordenação para o desenvolvimento turístico local, regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada”. Ainda conforme o Ministério do Turismo (BRASIL, 2013, p. 21), o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil “[...] é um modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões”.

Desse modo, a regionalização, como uma estratégia, direciona para a estruturação da Política Nacional, que apresenta como princípio básico a execução descentralizada e regionalizada, focada em um planejamento coordenado e participativo ao mesmo tempo, com o intuito de estimular a obtenção dos resultados sociais e econômicos no Brasil.

Com isso, para que ocorra o processo de regionalização, torna-se imprescindível o papel da governança regional, pois esta poderá apresentar-se como uma ferramenta de articulação entre o setor público e o privado. De acordo com Carvalho (2002), a governança regional poderá ser coordenada pelo setor público, por meio de políticas de fomento ao desenvolvimento e por instituições privadas que visam à competitividade local, de forma integrada entre estado e setores privados, a fim de dinamizar o desenvolvimento socioeconômico.

Segundo Goedert, a governança pode ser entendida como

[...] um marco de ação para a política regional, que visa à integração dos mecanismos existentes através do desenvolvimento e a sinergia das ações executadas em um dado território. É constituído por valores, políticas e ações, características do ambiente, mecanismos para o desenvolvimento de ações cooperativas entre os setores público e privado, mecanismos coletivos de decisões a respeito das inversões e instrumentos de políticas diferentes áreas promotoras do desenvolvimento produtivo e da competitividade regional. (2005, p. 23).

Essa abordagem de governança incorpora os mecanismos de gestão participativa e envolve as populações regionais na elaboração, no monitoramento e, em alguns casos, na execução de políticas públicas. Assim, a governança poderá possibilitar que a sociedade civil e as organizações (público/privado), de uma determinada área de atuação, tenham uma conduta determinada, para satisfazer suas necessidades e responder às suas demandas.

Os estudos de Camargo mostram que a governança associada ao desenvolvimento regional se refere

[...] às atividades apoiadas em objetivos comuns e partilhadas que abrangem tanto as instituições governamentais quanto mecanismos informais, de caráter não governamental [e mistos – parceria entre governo e sociedade], mas que só funcionam se forem aceitos pela maioria ou, mais precisamente, pelos principais atores de um determinado processo. (2003, p. 307).

Para tal fim, a governança apresenta alguns pressupostos, que são a descentralização do poder, a participação, a cooperação e o controle social. Requer igualmente a coordenação dos diferentes interesses sociais. As principais formas de institucionalização dos seus mecanismos e da instrumentalização do exercício do poder se dão por meio de associações, conselhos, fóruns, comitês, consórcios e outros tipos de colegiados participativos. (BRASIL, 2005).



A governança regional pode ser coordenada pelo setor público, por meio de políticas, ações e estratégias de fomento ao desenvolvimento, bem como pelo setor privado representado por empresas locais, centros de prestação de serviços tecnológicos; agências governamentais de desenvolvimento, entre outras entidades e associações, que visam ao desenvolvimento local e regional.

Assim, essas formas de governança podem exercer papel importante, para melhorar a competitividade de regiões e localidades turísticas. No caso da governança regional exercida pelo setor público, as ações podem ser a criação e a manutenção de organismos direcionados para o fomento da atividade turística em prol do desenvolvimento regional e local, como, por exemplo, agências governamentais de desenvolvimento. Em oposição, a governança regional privada evidencia o papel dos sindicatos, das agências de desenvolvimento privadas, instituições de ensino, entre outras, que atuam como fomentadores do processo de desenvolvimento regional e local. (ARAÚJO, 2002).

## **Desenvolvimento regional**

O desenvolvimento pode ser compreendido como um processo de superação de problemas e conquista de condições culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais, constituintes das relações sociais e, também, do espaço natural e social.

Desse modo, o desenvolvimento poderá beneficiar o fortalecimento, a integração e o crescimento econômico, social, cultural e político às localidades que pertencem ou que pretendem inserir-se no processo de regionalização. Em um cenário regional, a cidade faz parte de um sistema de relações e transações, que são permitidas pela presença de redes físicas de transporte e comunicação. Para Camagni (2005), uma rede de destinos turísticos também pode ser percebida como uma rede sinérgica, pois possui uma produção similar, em que os destinos possuem necessidades comuns e, portanto, uma ação regional pode gerar incentivos a toda a rede.

Etges (2001) afirma que o desenvolvimento, analisado a partir de uma região, demonstra que, na medida em que a sociedade vai se aprimorando de determinado território, vai imprimindo suas marcas. Quanto mais desenvolvida ela for, no sentido de dispor de tecnologia para intervir na natureza, mais ela vai moldando o território, visando a atender às suas necessidades e aos seus interesses. Desse modo, entre os fatores de desenvolvimento regional,

destacam-se reservação/conservação ambiental, identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

Os estudos de Vianna (2011) e Mota, Vianna e Anjos (2013) mostram que a competitividade dos empreendimentos turísticos contribui de maneira efetiva para a melhoria da qualidade de vida dos residentes, em uma destinação turística, uma vez que proporciona aos moradores da destinação maior facilidade de satisfazerem suas necessidades, considerando a hierarquia das necessidades humanas, desenvolvida por Maslow.

Segundo Siedenberg (2004), o desenvolvimento regional é visto pelos mais diferentes agentes da sociedade como um processo de mudanças multifacetado, relativo a aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais, que ocorrem em determinado espaço e tempo. Tendo isso em vista, o desenvolvimento de uma região ou localidade, normalmente, poderá ser percebido como decorrência do desenvolvimento econômico e social, o qual está centrado no aumento da produção, geração de empregos e renda, melhoria dos indicadores sociais e melhor distribuição de renda da população.

Desse modo, as instâncias de governança regional e local podem ser entendidas como a capacidade que um determinado governo tem para formular e implementar políticas, ações e estratégias voltadas para o desenvolvimento de uma determinada região e/ou localidade. Assim, essa capacidade pode ser financeira, gerencial e técnica, e poderá viabilizar a formulação e a implementação adequada das políticas públicas com a real necessidade da região ou localidade, de modo a atender tanto às expectativas dos empreendedores estabelecidos (melhoria da competitividade) quanto às dos moradores (melhoria da qualidade de vida). (ARAÚJO, 2002; VIANNA, 2011; MOTA; VIANNA; ANJOS, 2013).

### **Instâncias de governança da Região das Hortênsias**

As instâncias de governança do turismo têm a finalidade de integrar os municípios em uma proposta de desenvolvimento regional. Nesse momento, a ideia de governança aparece como instrumento de ampliação da participação da sociedade nos processos decisórios e na gestão de suas atividades em nível regional.

Dessa forma, as instâncias de governança do turismo, na Região das Hortênsias, apresentam uma organização social que conta com a participação de

representantes do Poder Público, da sociedade civil organizada e de entidades empresariais vinculadas ao turismo nas localidades que compõem a região. Assim, as instâncias de governança na região constituem-se em espaços de articulação dos atores sociais e de proposição, análise e monitoramento de políticas, planos e projetos, na área do turismo sustentável. (Setel-RS, 2016).

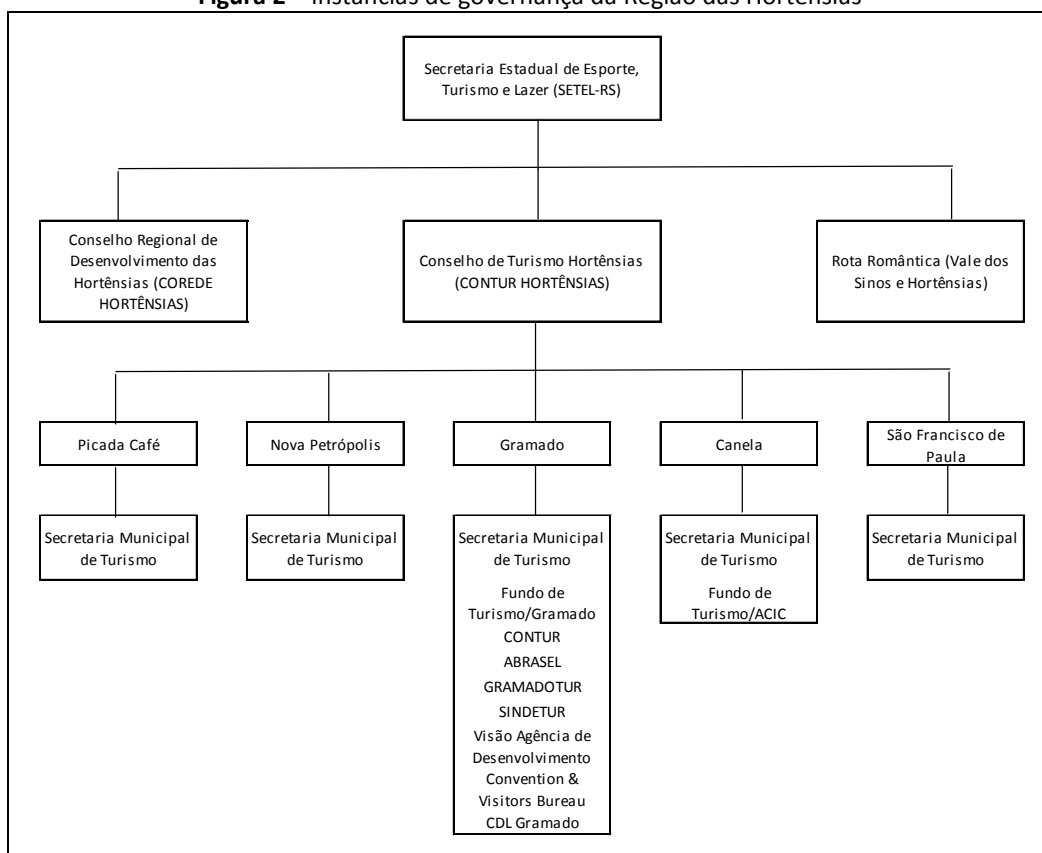
Para tanto, inicialmente, ocorreu um processo de mobilização do conjunto de parceiros municipais para adesão à governança, à integração dos objetivos e às ações municipais, constituindo objetivos e ações intrarregionais e interinstitucionais; planejamento das estratégias operacionais; integração com as ações estaduais e nacionais; e acompanhamento e avaliação do processo. Desse modo, com a estruturação da governança regional, é possível que as localidades se beneficiem de alguma forma, com o desenvolvimento turístico.

Com o intuito de compreender o papel da governança regional, na Região Turística das Hortênsias e também verificar sua inserção no atual Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil e no Plano Regional do Turismo da Região as Hortênsias, levou-se em consideração identificar as principais instâncias de governança regional, bem como suas atuações na região.

Neste estudo, foram identificadas as instâncias de governança no âmbito estadual, representadas pela Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer; no âmbito regional, objeto principal desta pesquisa, o Conselho Regional de Desenvolvimento das Hortênsias (COREDE), Conselho de Turismo Hortênsias (CONTUR) e Associação dos Municípios da Região do Vale dos Sinos e Hortênsias, a Rota Romântica. E, no âmbito municipal, as instâncias em cada localidade turística: Picada Café, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula, são representadas pela Secretaria Municipal de Turismo. Já as localidades de Canela e Gramado destacam-se em relação às instâncias de governança local, que contam com o Fundo Municipal de Turismo, bem como com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), o *Convention & Visitors Bureau*, o Sindicato das Empresas de Turismo do Rio Grande do Sul (SindeTur) e a Agência Visão de Desenvolvimento, que atuam com associados nas duas localidades turísticas, com representatividade de entidades e empresas do setor privado.

Até o presente momento do estudo, as Instâncias de Governança Regional, na Região das Hortênsias, são coordenadas por representantes do setor público, que tem o objetivo de criar e desenvolver planos, programas, ações e estratégias de fomento à atividade turística, bem o desenvolvimento sustentável na região.

Figura 2 – Instâncias de governança da Região das Hortênsias



Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Dessa forma, as Instâncias de Governança Regional, das Hortênsias, têm por base as políticas de turismo em âmbito nacional e estadual; em relação ao plano nacional, há o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil; já no estadual, há o Plano Regional do Turismo da Região das Hortênsias. A partir dessas diretrizes, são desenvolvidos planos, ações e estratégias, por meio da cooperação regional entre os representantes das localidades que compõem a região, conforme pode ser observado na Figura 2.

Como se pode constatar, a Microrregião das Hortênsias, em âmbito regional, aponta a primeira Instância de Governança Regional, identificada pelo Conselho Regional de Desenvolvimento das Hortênsias (COREDE), composta por representantes da sociedade civil. Atualmente, a instância conta com um Plano de Desenvolvimento Regional das Hortênsias (2016-2030), que tem como as principais estratégias: desenvolver a cadeia do turismo; fortalecer a economia regional; fortalecer e ampliar a conectividade intermunicipal e interregional; preservar o meio ambiente, a estrutura e o saneamento; criar o marco legal para

a região; e promover o desenvolvimento social (saúde, educação, moradia e segurança).

Desse modo, a atuação dessa instância de governança regional acontece por meio de reuniões que visam a uma gestão descentralizada e articulada, e ao planejamento integrado, em prol do desenvolvimento sustentável. Isso ocorre a partir das estratégias já citadas anteriormente, pois, dentro de cada estratégia macro, foram criados projetos e ações micro, com o intuito de alcançar e abranger as reais necessidades identificadas pelo COREDE na região, bem como na aplicabilidade e no monitoramento destas ações, na Região das Hortênsias.

Já a instância de governança regional, o Conselho de Turismo das Hortênsias (CONTURH), tem o papel de captar recursos financeiros, bem como ser o intermediador entre as localidades turísticas em prol de ações e estratégias para o fomento da atividade turística na região. Constatou-se, até o presente momento, que essa instância de governança na região apresentou-se desarticulada entre as localidades, com pouca atuação e representatividade, em relação ao turismo na Região das Hortênsias, que inviabiliza o desenvolvimento turístico em localidades que necessitam de um direcionamento e da articulação com os principais órgãos oficiais do turismo, dentre eles, o Ministério do Turismo e a Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul.

A última instância de governança regional identificada, na Região das Hortênsias, é a Associação dos Municípios do Vale dos Sinos e das Hortênsias, a Rota Romântica, que atua na região por meio de projetos e ações que visam à comercialização e promoção de roteiros interativos, que divulgam as potencialidades e os atrativos turísticos das localidades que compõem a região. Por abranger um número expressivo de municípios associados, atua como uma ferramenta de mobilização promocional da região.

As Instâncias de Governança Regional, na Microrregião das Hortênsias, apresentam formas de organização e atuação distintas, que evidenciam uma gestão centralizada, que visa à promoção e comercialização, bem como a falta de articulação entre os principais órgãos oficiais do turismo, impossibilitando constituir-se como alavancas para o desenvolvimento turístico-regional.

## **Considerações finais**

Com o estudo proposto, percebeu-se que as Instâncias de Governança Regional apresentam dificuldades em função da desarticulação com o Programa

de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil e com o Plano Regional do Turismo da Região das Hortênsias; carência de estrutura e de políticas de turismo; ausência de articulação entre os atores sociais; centralização do planejamento e da gestão da política de Turismo. Percebeu-se, nesse primeiro momento, que a Região das Hortênsias não está direcionada ao desenvolvimento integrado entre as cidades que a compõem. Entretanto, fica evidente que o foco principal está sendo a comercialização da região, além do crescimento econômico, com o objetivo de atrair cada vez mais turistas, esquecendo o desenvolvimento sustentável. Desse modo, o papel da governança regional, na Região das Hortênsias, deveria ter como intuito o planejamento participativo, um desenvolvimento integral e a cooperação regional, conduzindo à inclusão social.

Contudo, a compreensão do papel da governança regional, da Região das Hortênsias, evidencia a falta de mobilização social por parte dos atores envolvidos (público, privado e comunidade local), com o setor turístico, necessitando de articulações diretas e indiretas, para direcionar a região ao desenvolvimento turístico. Assim, a ausência de cooperação regional e de monitoramento das políticas de turismo, de planejamento e gestão condicionam no desempenho das instâncias de governança, desenvolverem, articularem e implementarem políticas de turismo na região, bem como novas ações e estratégias.

É evidente a fragilidade das instâncias de governança na Microrregião das Hortênsias, pois a descentralização ainda não é efetiva, e requer mais responsabilidade, capacidade de articulação, sinergia e apatia da comunidade e dos atores sociais pelas políticas de turismo. O planejamento e a gestão em prol do desenvolvimento do turismo, que deveria acontecer seguindo princípios de responsabilidade e harmonia com a natureza, sociedade e espaço, não ocorrem de forma ordenada.

#### **Referências**

ARÁUJO, V. C. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho.** Brasília: Enap, 2002. Disponível em: <<http://www.enap.gov.br>>. Acessado em: 1º ago. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Política nacional de turismo.** Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. **Roteiros do Brasil:** Programa de Regionalização do Turismo – Módulo Operacional 3 – Instâncias de Governança Regional. Brasília: MTur, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo.** Diretrizes. Brasília: MTur, 2013.

BRASIL. @cidades. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em síntese.** 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CAMAGNI, R. **Economia urbana.** Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona/ Antoni Bosch Editor, 2005.

CAMARGO, A. Governança para o século 21. In: TRIGUEIRO, M. A. (Org.). **Meio ambiente no século 21.** Campinas: Autores Associados, 2003.

CARVALHO, A. G. de. Governança corporativa no Brasil em perspectiva. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 19-32, jul./set. 2002.

ETGES, Virgínia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Leandro Lima da (Org.). **Vale do Rio Pardo (re)conhecendo a região.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

GOEDERT, A. R. **Governança em rede de desenvolvimento e experiência em Santa Catarina.** 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MOTA, K. C. N.; VIANNA, S. L. G.; ANJOS, F. A. **A competitividade das destinações turísticas: estudos de casos brasileiros.** São Paulo: Atlas, 2013.

SETEL-RS. Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul. **Mapa 27 regiões turísticas do estado.** Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.setel.rs.gov.br/lista/501/27-Regioes-Turisticas>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

SETEL-RS. Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul. **Plano regional do turismo da Região das Hortênsias.** Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.setel.rs.gov.br>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

SETEL-RS. Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul. **Mapa Turístico Região Hortênsias.** Elaborado por PROCERGS Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://www.setel.rs.gov.br/conteudo/3504/mapa-da-regiao-turistica-hortensias>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

SIEDENBERG, D. R. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, D. F. B.; WITTMANN, M. L. (Org.). **Desenvolvimento regional abordagens interdisciplinares.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

VIANNA, S. L. G. **A competitividade e a qualidade de vida na destinação turística: análise quanto à sua correspondência.** 2011. Tese (Doutorado em Turismo) – Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, Brasil, 2011.



## O saneamento como fator imprescindível para o desenvolvimento sustentável

*Sanitation as an impacting fator for sustainable development*

Gabriel da Silva Danieli\*

Rubiane Galiotto\*\*

Aulus Eduardo Teixeira de Souza\*\*\*

**Resumo:** O saneamento vai muito além do simples tratamento dos esgotos, abrangendo, na atualidade, desde o tratamento da água até o correto manejo de resíduos sólidos. Há muito se sabe que existe relação intrínseca entre saneamento e saúde, de forma que somente com um saneamento eficiente é possível alcançar índices satisfatórios de qualidade de vida. O presente trabalho busca, através de método analítico-documental, verificar aspectos relativos à relação entre o saneamento e a saúde. Verificado tal ponto, será analisada a forma como é tratado o direito ao saneamento em âmbito internacional, verificando que, hoje, é considerado um direito humano. Por fim, será realizado estudo acerca da situação brasileira quanto ao saneamento, verificando-se que, não obstante exista crescimento da população urbana e das próprias cidades, não existe a preocupação do Poder Público com os sistemas de saneamento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável. Direitos humanos. Saneamento.

**Abstract:** Sanitation goes far beyond the simple treatment of sewage, covering nowadays from the treatment of water to the correct management of solid waste. It has long been known that there is an intrinsic relationship between sanitation and health, so that only through efficient sanitation can satisfactory levels of quality of life be achieved. The present work seeks, through an analytical documentary method, to verify aspects related to the relationship between sanitation and health. Having verified this point, the way in which the right to sanitation will be treated at the international level will be analyzed, verifying that today it is considered a human right. Finally, a study will be carried out on the Brazilian situation regarding sanitation, noting that despite the growth of the urban population and of the cities themselves, there is no public concern with sanitation systems.

**Keywords:** Sustainable development. Human rights. Sanitation.

---

\* Mestrando em Direito Ambiental na Universidade de Caxias do Sul – UCS. Taxista Capes. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7083546133472274>. E-mail: [gsdanieli@ucs.br](mailto:gsdanieli@ucs.br)

\*\* Mestranda em Direito Ambiental pela Universidade de Caxias do Sul/RS. Especialista em Direito Público pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, convênio Universidade de Caxias do Sul – Escola Superior da Magistratura Federal – Esmafe/RS. Servidora Pública do Município de Caxias do Sul. Advogada. Conciliadora Cível na Comarca de Flores da Cunha/RS. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4723808454178892>. E-mail: [rubianegaliotto@gmail.com](mailto:rubianegaliotto@gmail.com)

\*\*\* Mestrando em Direito Ambiental na Universidade de Caxias do Sul – UCS. Advogado. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5138326964068427>. E-mail: [aulus.sc@gmail.com](mailto:aulus.sc@gmail.com)



## **Introdução**

A história deixa claro que os sistemas de saneamento sempre fizeram parte das civilizações, sendo que, quanto mais desenvolvidos tais sistemas, mais desenvolvida era a sociedade.

Atualmente se concebe que a qualidade de vida tem relação intrínseca com um saneamento eficiente, de modo que, nos locais onde é realizado de forma deficiente, existe menor qualidade de vida, maior mortalidade, menor desenvolvimento.

Deixou-se de analisar o saneamento como mero manejo de esgotos. Tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) quanto a legislação brasileira adotam um conceito amplo de saneamento, que abrange tratamento de águas pluviais, esgotos, manejo de resíduos sólidos, entre outros.

Com o desenvolvimento do conhecimento acerca do assunto e o reconhecimento da justa relação entre saneamento e saúde, passou-se a verificar que não podia esse direito ser tratado como qualquer outro, razão pela qual passou a ser reconhecido como um direito humano.

Não obstante, a situação do saneamento no Brasil – embora bastante desigual se comparadas as diferentes regiões – não reflete, em seu tratamento ao tema, a destacada importância que ele detém, o que se infere pelas metas previstas no Plano Nacional de Saneamento Básico – ínfimas em relação aos objetivos para um desenvolvimento sustentável previstas pela ONU.

Dessa forma, o presente trabalho fará um cotejo sobre o tema, sem esgotá-lo, naturalmente, e verificar, através das pesquisas documentais e legais, a situação brasileira, concluindo que existe muito no Brasil a ser melhorado, a começar pelas próprias metas de melhoria.

## **O saneamento como fator indispensável à manutenção da vida**

As noções de saneamento podem ser notadas desde as mais antigas culturas, tendo se desenvolvido conforme a evolução das civilizações, bem como tendo regredido conforme essas entravam em derrocada.

Há notícias de uma civilização que viveu onde hoje se situa a Índia, denominada Harapense ou Harapeana, cujo auge se deu entre 2.500 a.C. a 1.900 a.C. As escavações demonstraram a existência de um sistema de saneamento melhor elaborado do que certos sistemas atualmente existentes.

Nessa civilização, existia um sistema hidráulico que possibilitava que todas as casas tivessem poços de água, além de todas as residências possuírem vaso sanitário ligado a um canal de esgoto comum, coberto por lajes de pedra e que percorria toda a cidade. (ESTER, 2015).

Ademais, a Bíblia Sagrada apresenta diversas passagens que demonstram hábitos dos judeus, que insinuam fatores de saneamento, como a lavagem das roupas que favoreciam doenças como a escabiose, razão pela qual os poços de água deveriam permanecer limpos.

Há que se citar, ainda, a Cloaca Máxima, localizada em Roma, que é considerado um dos primeiros sistemas de coleta de esgotos do mundo, a qual era formada por aquedutos, banhos públicos, termas e esgotos. (Ceset/Unicamp).

Na Idade Média, o consumo de água na Europa – devido à falta de água não poluída – teve uma queda vertiginosa, chegando a atingir, em certas cidades, 1 L de habitante por dia. Para fazer um comparativo, atualmente, no Brasil, uma família, residente em uma cidade com mais de 100 mil habitantes, consome entre 250 e 300 litros de água por dia. (FUNASA, 2007).

Além disso, nessa época existem fortes indícios de que os dejetos eram lançados na rua, a água não era tratada, não existia preocupação com descarte de lixo em locais apropriados. Por consequência, como hoje se sabe, ocorreram grandes epidemias, como a Peste Negra.

Somente no século XIX, passou-se a associar cientificamente a ausência de saneamento – ou o saneamento ineficiente – a problemas de saúde relacionados com a água, tanto por agentes físicos quanto químicos ou biológicos.

Atualmente, segundo Heller (1998), existem diversos modelos propostos para explicar a relação entre as ações de saneamento e a saúde, enfocando diferentes ângulos, enfocando diferentes aspectos, alguns mais biologicistas, outros mais sistêmicos, com determinantes sociais.

Quanto aos modelos que associam o saneamento a doenças encontradas na população, existem diversos autores que buscam relacionar o saneamento – ou sua ausência – ao aparecimento de doenças específicas, como diarreias, até a fatos mais amplos, como mortes de pessoas.

Nessa corrente, há que se destacar Briscoe (1985), para quem os efeitos do saneamento, embora sejam imensuráveis a curto prazo, têm maior relevância do que intervenções médicas a longo prazo. Ainda conforme o mencionado autor, baseado em uma simulação de dados demográficos de Lyon (França), entre 1816

e 1905, evidenciou-se que as intervenções ambientais preveniram cerca de quatro vezes mais mortes e elevaram a expectativa de vida sete vezes mais do que as intervenções de natureza biomédica.

Há, também, autores que formulam uma relação estreita entre o saneamento ineficiente e doenças específicas relacionadas a enfermidades diarreicas, tendo como um de seus idealizadores Cvjetanovic (1986). Contudo, o próprio autor reconhece a dificuldade metodológica para comprovação de sua teoria, além de não levar em consideração aspectos sociais.

Contudo, o mais correto, sem dúvida, é somar fatores de saneamento com fatores sociais e buscar associá-los à saúde da população analisada. Ora, não é possível analisar uma pessoa com altos recursos financeiros com outra que vive na pobreza, pois, embora a localidade em que vivam seja próxima, não terão as mesmas condições de saneamento.

Nesse sentido, Heller (1998) afirma que na maioria dos estudos publicados, em que o objeto é a relação entre saneamento e saúde, existe uma ligação positiva entre o saneamento e o indicador de saúde analisado. Ressalva, contudo, que ainda não existe uma avaliação abrangente capaz de afirmar as especificidades dessa relação.

Ademais, Heller (2016), que é o relator especial da ONU sobre direitos humanos à água potável e ao saneamento básico, a ausência de estruturas sanitárias adequadas tem um “efeito dominó”, prejudicando a busca e o desfrute de outros direitos humanos, como o direito à saúde, à vida e à educação, além de favorecer prejudicando a busca e o desfrute de outros direitos humanos, como o direito à saúde, à vida e à educação.

No Brasil, deve ser salientado que a aceitação do saneamento, como fator que influencia determinadamente a qualidade da saúde da população, se encontra na Lei 8.080/1990, conforme se transcreve:

Art. 3º. Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Desta forma, embora não existam estudos que demonstrem pormenorizadamente as relações específicas entre a ausência de saneamento e problemas de saúde da população, é fato que existe essa relação, de forma que

somente quando se passar a tratar o assunto com a eficácia demandada, é que se reduzirão seus efeitos deletérios.

## O reconhecimento do direito ao saneamento como direito humano

A água, conforme dispõe a ONU (2015), está no centro do desenvolvimento sustentável, de forma que os recursos hídricos contribuem de forma determinante para a redução da pobreza, para o crescimento econômico e para a sustentabilidade ambiental.

Contudo, falar em saneamento não se trata apenas de analisar a existência de água potável para a dessedentação. Vai muito além.

A definição clássica de saneamento provém da formulação feita pela ONU (HELLER, 1998): saneamento constitui o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos deletérios sobre seu estado de bem-estar físico, mental e social.

No Brasil, têm-se acrescido a essa definição aspectos ligados normalmente a recursos hídricos, especialmente abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública, drenagem pluvial e controle de vetores de doenças transmissíveis.

Um dos objetivos da ONU, para o Desenvolvimento Sustentável, é justamente o saneamento – embora apareça ao lado do item “água potável” –, conforme Objetivo 6, que dispõe sobre metas a serem alcançadas.

Dentre tais metas, encontram-se, entre outros, alcançar saneamento e higiene adequados e equitativos a todos, acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção às mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade, reduzir a poluição, diminuindo águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem, implementação de gestão integrada de recursos hídricos, aumentar a cooperação internacional nesse tema e apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais na busca dessas metas.

O grande problema dos Objetivos traçados pela ONU, com vistas ao desenvolvimento sustentável, está no fato de que tais determinações têm caráter de *soft law*, ou seja, suas formulações não vinculam os Estados, apesar de exercerem certa pressão política sobre eles, uma vez que, se eles se conformarem com a prática, ela pode se desenvolver e resultar, depois de algum tempo, na consciência de que existe obrigação jurídica, que pode dar origem ao nascimento do costume. (ACCIOLI, SILVA, CASELLA, 2016).

Ainda assim, ressalta-se a problemática das normas não imperativas, pois somente serão concretizáveis caso exista uma disposição dos Estados a se comprometerem com elas, o que não é tarefa simples de ser alcançada.

Apesar disso, é importante esclarecer que a própria ONU (2015) já identificou o saneamento como um direito humano, consoante se infere no Relatório para um Mundo Sustentável disponibilizado pela organização.

Nesse sentido, no âmbito da ONU, dois documentos podem ser destacados quanto ao tema: (i) os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, firmado pelo Brasil e por outros 190 países, em setembro de 2000, prevendo, entre outras metas relacionadas ao saneamento básico, a redução em 50%, até 2015, da parcela da população que não tinha acesso à água potável e ao esgotamento sanitário no ano de 1990; e (ii) a Resolução A/RES/64/292, da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 28 de julho de 2010, apoiada por 122 nações, com 41 abstenções e nenhum voto contrário, com forte suporte da diplomacia brasileira, e que trata dos direitos à água e ao esgotamento sanitário, afirma ser o acesso à água limpa e segura e ao esgotamento sanitário adequado um direito humano, essencial para o pleno gozo da vida e de outros direitos humanos.

Ainda há que se destacar que recentemente, em dezembro de 2016, a Assembleia Geral da ONU reconheceu que o saneamento é direito humano distinto do direito à água potável, destacando o grande número de pessoas no mundo, que não dispõem de saneamento básico. (ONU, 2016).

O fato de ter sido considerado um direito humano modifica consideravelmente o tratamento dado ao tema, uma vez que pode caminhar esse direito para o sentido de, em algum momento, ser considerado norma imperativa, *jus cogens*, com efeitos *erga omnes* aos Estados.

Independentemente de ser norma *jus cogens* ou mero *soft law*, é importante destacar que fora reconhecido como um direito humano, sendo necessário mencionar o princípio de Direito Internacional denominado *effet utile*, ou princípio da efetividade, pelo qual é necessário assegurar aos direitos humanos os efeitos pretendidos.

Conforme conceitua Ramos (2016, p. 40), direitos humanos são “[...] um conjunto mínimo de direitos necessários para assegurar uma vida do ser humano baseada na liberdade, igualdade e na dignidade”.

Aliás, em se tratando de direitos humanos, Ramos preceitua:

Em geral, todo direito exprime a faculdade de exigir de terceiro, que pode ser o Estado ou mesmo um particular, determinada obrigação. Por isso, os direitos humanos têm estrutura variada, podendo ser: direito-pretensão, direito-liberdade, direito-poder e, finalmente, direito-imunidade [...]. (2016, p. 29).

Assim, o saneamento se enquadra claramente na definição de direito-pretensão, uma vez que consiste na busca de um direito que gera a contrapartida para o Estado de prestar esse serviço.

Tendo sido reconhecido o saneamento como direito humano, fora inserido na Declaração de Johannesburgo, de 2002, também denominada Rio+10, em seu Princípio 18, como um dos focos da Cúpula, tendo como meta a rápida ampliação de seu acesso. Infelizmente, nem a Rio+10, nem a Rio+20 (Conferência ocorrida no Rio de Janeiro em 2012 com o mesmo foco) apresentaram resultados significativos.

O fato de ter caráter de direito humano dispensa a necessidade de adesão dos Estados a um tratado específico, que disponha sobre o assunto, sendo possível a imposição, pela própria ONU, através de seus instrumentos, aos Estados que desenvolvam seus sistemas de saneamento. Até o momento, no entanto, a ONU tem se limitado a editar normas programáticas, sem vinculação aos Estados, ou seja, regras *soft law*.

Contudo, a própria Declaração, embora não tenha caráter de Tratado Internacional, não se sujeitando à Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados – salvo para os fins de interpretação –, pode ensejar ações concretas da organização.

Da mesma forma, caso não sejam implementados planos de saneamento condizentes aos Objetivos previstos pela ONU, é possível a responsabilização internacional do Estado negligente, uma vez que direitos humanos estarão a ser desrespeitados.

Novamente se valendo da doutrina de Ramos (2016), pode-se dizer que os direitos humanos são valores essenciais, os quais podem ser explícita ou implicitamente retratados nas Constituições, tendo todos em comum quatro ideias: universalidade, essencialidade, superioridade normativa (preferencialidade) e reciprocidade. (RAMOS, 2016).

Cabe aos Estados agirem em prol da realização da norma programática disposta pela ONU, no sentido de ver realizado um direito humano de suma importância à população local e, sem qualquer exagero, à população mundial.

Dessa forma, existe, atualmente, consenso internacional de que o saneamento é um direito humano e, como tal, deve ser implementado pelos Estados, preferencialmente sem deixarem esses de observar os Objetivos previstos pela ONU para o Desenvolvimento Sustentável, sob pena de responsabilização estatal por ofensa aos direitos humanos de suas respectivas populações.

### **A desídia do Poder Público com relação ao saneamento básico**

O direito ambiental detém reconhecida importância na sociedade atual, de modo que há quem afirma até mesmo que hoje se vive em um Estado de direito ambiental e ecológico (CANOTILHO; LEITE, 2008, p. 5), sendo necessário, assim, que as normas já existentes sejam utilizadas de forma correta para que, de fato, se efetive a proteção ao meio ambiente.

Uma das facetas inafastáveis do desenvolvimento sustentável humano – adotando-se para este trabalho o conceito de desenvolvimento sustentável trazido por Steinmetz, Carvalho e Ferre (2015), para quem o Princípio do Desenvolvimento Sustentável é composto essencialmente de três dimensões, quais sejam, econômica (permitir o crescimento econômico), social (garantir a qualidade de vida), e ambiental (preservar a natureza) – diz respeito à proteção ambiental, notadamente em face da conjuntura ecológica do planeta Terra, em que o homem precisa da natureza para a manutenção da vida.

Conforme Relatório da ONU,

percurso de desenvolvimento insustentável e falhas de governança têm afetado a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos, comprometendo a geração de benefícios sociais e econômicos. A demanda de água doce continua aumentando. A não ser que o equilíbrio entre demanda e oferta seja restaurado, o mundo deverá enfrentar um déficit global de água cada vez mais grave. (2015).

Uma das formas de frear a poluição, que impede o próprio desenvolvimento humano, deve se dar com o aumento do saneamento, sendo esse, inclusive, um dos objetivos da ONU para a Desenvolvimento Sustentável acima mencionado.

No contexto brasileiro, em 2007 foi editada a Lei 11.445, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, altera as Leis de números

6.766/1979, 8.036/1990, 8.666/1993, 8.987/1995, e revoga a Lei 6.528/1978, entre outras providências.

Para os fins da referida norma, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de recursos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas.

É perceptível que o legislador brasileiro tomou por saneamento uma concepção ampla e completa, abrangendo muito mais do que o correto manejo da água e dejetos humanos que necessitam de esgotamento.

Aliás, é importante mencionar que a lei excluiu expressamente os recursos hídricos dos serviços públicos de saneamento, ou seja, a gestão de ambos deve se dar de forma autônoma.

Para dar eficácia ao diploma legal, fora instituído por disposição da própria lei, o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB) (que somente fora instituído em 2013), bem como, no intuito de promover a incrementação de saneamento, foi instituído o Biênio Brasileiro de Saneamento – 2009-2010, através do Decreto 6.942/2009.

O PNSB apresenta um planejamento abrangente do saneamento no país, apresentando competências, metas de curto, médio e longo prazo, macrodiretrizes e estratégias, formas de monitoramento, avaliação e revisão, entre outros pontos.

Com relação à competência para a confecção dos planos de saneamento, é cabível aos Municípios com população superior a 50 mil habitantes apresentarem seus planos de saneamento, recebendo, então, aportes financeiros, apoio técnico, entre outros necessários para o desenvolvimento de seus respectivos sistemas.

Conforme dispõe o PNSB, em 2010, 85% da população brasileira tinha acesso à água potável, mas apenas 53% tinha acesso à rede geral de esgoto ou pluvial – sem considerar as variações entre as diversas regiões do País. Porém, apenas 10,9% dos Municípios do Brasil contavam com plano municipal de saneamento. (CNS, CONAMA, CNRH, CONCIDADES, 2013).

Levando-se em consideração que o PNSB data de 2012, era de se esperar uma melhora considerável nesses números, de forma que fossem implementados novos sistemas de saneamento no Brasil.



Entretanto, conforme Relatório apresentado pelo Ministério das Cidades (2017), em janeiro de 2017, cerca de 30% das cidades brasileiras com mais de 50 mil habitantes, haviam apresentado um plano de saneamento – conforme declaração das próprias cidades. Ainda, mais 38% declararam estar elaborando o plano.

A meta de municípios com plano de saneamento prevista no PNSB era, para o ano de 2018, de 32%, sendo de 51%, para 2023 e de 70%, em 2033. O resultado, portanto, está próximo da meta.

Deve-se, ainda, levar em consideração que esse percentual tende a aumentar, uma vez que, conforme dispõe o Decreto 8.629/2015, após 31 de dezembro de 2017, a existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da Administração Pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.

Note-se que será interesse do município a existência do plano de saneamento, sob pena de ter que arcar com todas as despesas – sem auxílio do governo federal – em cada obra relativa a saneamento básico necessária.

Porém, embora exista uma proximidade dos resultados alcançados no Brasil com as metas traçadas no PNSB, deve-se ter em conta que o próprio PNSB apresenta metas que estão muito aquém das previstas pela ONU em seus Objetivos, uma vez que, em se tratando de saneamento, a organização busca o seguinte resultado:

Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles que estão em situação de vulnerabilidade. (ONU, 2015).

Lamentavelmente, a exemplo de muitas outras questões ambientais, falta interesse político em nosso País, para dar andamento a uma maior acessibilidade da população a sistemas de saneamento, que possibilitem uma boa qualidade de vida, pois se tem a visão de que o crescimento econômico é suficiente para que se alcance o desenvolvimento, o que fica, no mundo contemporâneo, cada vez mais evidente que não é possível.

E se a meta da ONU – saneamento para todas as pessoas – é audaciosa e, talvez, utópica, que sirva ao menos de inspiração aos Poderes Executivo e Legislativo, pois se o esforço for para alcançar a excelência, mesmo que não seja

atingida, trará melhores resultados do que se a meta for meramente razoável, como ocorre atualmente.

## **Considerações finais**

Resta evidente que o saneamento está intimamente ligado à qualidade de vida de uma população, de maneira que as nações que o negligenciam têm suas populações arcando com os problemas causados pela desídia.

Conforme notícia publicada pela Organização Mundial de Saúde em 2014, para cada dólar investido em água e saneamento, são economizados 4,3 dólares em saúde global, levando-se em consideração fatores direta e indiretamente ligados a esses recursos.

Não obstante, os poderes públicos dos países têm relutância em aceitar que um desenvolvimento só se dará de forma sustentável, se for garantido o direito ao saneamento à população – hoje reconhecido como um direito humano.

O Brasil lamentavelmente caminha a passos lentos em direção à efetivação de um saneamento eficiente para sua população – mesmo consideradas as discrepâncias entre as diversas regiões, o que pode ser explicado pela própria inexpressividade das metas de saneamento previstas no Plano Nacional de Saneamento Básico, que busca alcançar resultados que ficam muito abaixo daqueles indicados pela ONU.

Por tais razões, deve ser revisada a meta de saneamento do Plano Nacional de Saneamento Básico, não para dar alívio aos municípios, que agiram de forma omissa e ainda não apresentaram planos de saneamento, mas para dar preferência aos interesses da população, que terá evidentes ganhos, caso tenha acesso a esse direito humano.

## **Referências**

ACCIOLI, Hildebrando. SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. **Direito internacional público** I. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Decreto 8.629, de 30 de dezembro de 2015. Altera o Decreto 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: 31 dez. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8629.htm)>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: 19 set. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Panorama dos planos municipais de saneamento básico no Brasil**. Ed. jan. 2017. Disponível em: <[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos\\_PDF/panorama\\_planos\\_municipais\\_de\\_saneamento\\_basico.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/panorama_planos_municipais_de_saneamento_basico.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BRISCOE, James. *Abastecimiento de agua y servicios de saneamiento: su función en la revolución de la supervivência infantil*. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**. nº 103, p. 325-339, 1987. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/630/63013484007/>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BRISCOE, James. Evaluating water supply and other health programs: short-run vs long-run mortality effects. **Public Health**, n. 99, p. 142-145, 1985. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/630/63013484007/>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2008.

CVJETANOVIC, Branko. Health effects and impact of water supply and sanitation. **World Health Statistics Quarterly**. p. 105-117, 1986. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/630/63013484007/>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

DOMINGUES, Joelza Ester. **A misteriosa civilização de Harappa**. 2017. Disponível em: <<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/a-misteriosa-civilizacao-de-harappa/>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

HELLER, Léo. **Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento**. 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/630/63013484007/>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

LA CLOACA máxima de Roma. 2017. Disponível em: <<https://www.iagua.es/blogs/jose-diego-garcia/cloaca-maxima-roma>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

FUNASA. **Manual saneamento**. 2017. Disponível em: <<http://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/engenhariacivil/pos-graduacao/funasa-manual-saneamento.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Água para um mundo sustentável**. 2015. Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/images/WWDR2015ExecutiveSummary\\_POR\\_web.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/images/WWDR2015ExecutiveSummary_POR_web.pdf)>. Acesso em: 21 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Organização das Nações Unidas. **Assembleia Geral da ONU reconhece saneamento como direito humano distinto do direito à água potável**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/assembleia-geral-da-onu-reconhece-saneamento-como-direito-humano-distinto-do-direito-a-agua-potavel/>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

Organização das Nações Unidas. **Objetivo 6:** água potável e saneamento. 2017. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/31975-objetivo-6-agua-potavel-e-saneamento>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO. 2017. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/AECBF8E2/Plansab\\_Versao\\_Conselhos\\_Nacionais\\_020520131.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/AECBF8E2/Plansab_Versao_Conselhos_Nacionais_020520131.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2017.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

STEINMETZ, Wilson; CARVALHO, Márcio Mamede Bastos de; FERRE, Fabiano Lira. O conceito jurídico do princípio do desenvolvimento sustentável no ordenamento jurídico brasileiro: por um conceito adequado e operativo. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**. Disponível em: <<http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/E-book-Direito-ambiental-sociedade.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2017. p. 77-96.



## **O turismo e os empreendimentos hoteleiros: análise econômico-financeira das empresas do segmento de hotelaria listadas na bolsa de valores (B3 – Brasil, bolsa, balcão), no período de 2012 a 2016**

*Tourism and hotel enterprises: economic and financial analysis of hotel segment companies listed in the stock exchange (B3 – Brazil, stock exchange, counter market) in the period from 2012 to 2016*

Marlei Salete Mecca\*  
Andressa Binotti\*\*  
Alex Eckert\*\*\*

**Resumo:** O turismo é um dos propulsores do desenvolvimento econômico global e, mediante geração de emprego e renda, possibilita a expansão das destinações turísticas. O segmento de hotelaria se apresenta como um grande contribuinte para o desenvolvimento da economia de modo geral. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é apresentar o comportamento dos indicadores econômicos e financeiros das empresas do segmento de hotelaria, listadas na bolsa de valores (B3 – Brasil, Bolsa, Balcão), no período de 2012 a 2016. Para atingir o objetivo, elaborou-se uma pesquisa bibliográfica e descritiva, com estudo de caso e abordagem qualitativa e quantitativa. Concluiu-se que os resultados das empresas não foram muito satisfatórios, apresentando pouca variação mesmo com eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Todas as empresas analisadas investiram em seus imobilizados no ano de 2013, principalmente em terrenos, edificações e construções. É possível que estes investimentos ocorreram tendo em vista a realização destes grandes eventos esportivos ocorridos no Brasil.

**Palavras-chave:** Turismo. Hotelaria. Análise Econômico-Financeira.

**Abstract:** Tourism is one of the drivers of global economic development and through the generation of jobs and income it allows the expansion of tourist destinations. The hotel segment presents itself as a major contributor to the development of the economy in general. Therefore, the objective of this research is to present the behavior of the economic and financial indicators of the companies in the hotel segment listed on the Brazilian stock exchange (B3 – Brasil Bolsa Balcão) in the period from 2012 to 2016. In order to achieve the objective, a bibliographic and descriptive research, with case study and qualitative and quantitative approach. It was concluded that the financial and economic results of the companies were not very satisfactory, presenting little variation even with events such as the world cup and the olympics. All the companies analyzed invested in their assets in the year 2013, mainly in land, buildings and constructions. It is

---

\* Doutora em Engenharia da Produção (UFSC). Universidade de Caxias do Sul (UCS).

*E-mail:* msmecca@ucs.br <http://lattes.cnpq.br/7671104429839034>

\*\* Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis (UCS). Universidade de Caxias do Sul (UCS).

*E-mail:* abinotti1@ucs.br

\*\*\* Doutor em Administração (UCS/PURS). Universidade de Caxias do Sul (UCS).

*E-mail:* alex.eckert@bol.com.br <http://lattes.cnpq.br/4401642528392132>

probable that these investments occurred because of the accomplishment of these major sporting events occurred in Brazil after that year.

**Keywords:** Tourism. Hotel industry. Economic and Financial Analysis.

## **Introdução**

A análise financeira ou das demonstrações contábeis tem o objetivo de apresentar a situação econômico-financeira da empresa analisada e faz comparativos de desempenho entre diferentes períodos. Segundo Padoveze e Benedicto (2011), a análise financeira é um processo reflexivo sobre os números de uma empresa que avalia a sua situação econômica, financeira, de rentabilidade e operacional. A partir dos números encontrados, o analista fará o parecer a respeito de possibilidades para o futuro da empresa, sendo este parte conclusiva da análise.

Através da análise financeira pode-se identificar a comportamento das empresas em relação ao cenário econômico. Segundo Lima (2017), o Brasil vem enfrentando, desde da metade de 2014 até 2017, a pior recessão da história na economia, o que não ocorria há 84 anos. O autor ressalta que esse cenário já era esperado pelo governo e pelo mercado financeiro, porém com a ausência de sinais de retomada da economia, esses resultados começaram a preocupar. Em 2015 todos os setores da economia tiveram queda, sendo respectivamente com maior queda a agropecuária, indústria e serviços.

No entanto verifica-se que o setor de turismo, segundo *The World Tourism Organization* (UNWTO) (2016), cresceu em 4,6% em número de turistas internacionais no ano de 2015, o que significa um aumento de 52 milhões de turistas em relação a 2014, assim, este foi o sexto ano, desde a crise econômica de 2009 em que houve crescimento neste setor.

Observa-se, conforme Knupp (2015), que o turismo tem um papel importante para o desenvolvimento da economia, tendo em vista o aumento na renda dos municípios e a geração de empregos. Ainda conforme a UNWTO (2016), o turismo representou 7% das exportações globais de bens e serviços, superando o comércio mundial de mercadorias pelo quarto ano.

Em relação ao turismo, o segmento de hotelaria se mostra como um grande contribuinte para o desenvolvimento da economia. Conforme pesquisa divulgada pelo Sebrae em 2014, esse segmento é consumidor de bens industriais, pois troca seus equipamentos com frequência; assim, é positivo para

a movimentação da economia. Outro ponto positivo do segmento de hotelaria é a geração de empregos locais, que beneficiam a comunidade receptora. (SEBRAE, 2014).

Conforme *The World Travel & Tourism Council* (WTTC) (2017), o turismo é importante para a economia global, pois é criador de riqueza e empregos. Com perspectivas de crescimento favoráveis, apesar dos desafios adversos, a previsão é de crescimento de 3,9% ao ano para os próximos dez anos.

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é apresentar o comportamento dos indicadores econômicos e financeiros das empresas do segmento de hotelaria listadas na bolsa de valores ([B]<sup>3</sup> – Brasil Bolsa Balcão), no período de 2012 a 2016. Entende-se que o tema apresentado tem grande importância, tanto para fins acadêmicos, científicos e quanto profissionais, justificando-se plenamente a sua realização.

## **Turismo**

O turismo tem papel importante para a economia mundial. Knupp (2015) ressalta que o turismo é importante para o desenvolvimento econômico das regiões e que o mesmo se mostra em constante crescimento, sendo que uma das principais contribuições para este crescimento é o avanço da tecnologia. Knupp explica de que forma a tecnologia contribui para o turismo: “Permitiu a adoção de meios de transportes cada vez mais rápidos e eficientes. A inserção de novas práticas gerenciais nos estabelecimentos, bem como a adoção de equipamentos que os deixaram mais confortáveis, também foram importantes”. (2015, p. 17).

Beni (2012, p. 206) explica o turismo como “[...] um fenômeno social de deslocamento de um sujeito de seu espaço e tempo, rotineiros para a realização de atividades de lazer, culturais, educacionais, sociais, profissionais e de saúde, entre outras”.

O turismo surgiu na Antiguidade; Ignarra, explica:

O fenômeno turístico está relacionado com as viagens, com visita a um local diverso da residência das pessoas. Assim, em termos históricos, o turismo teve início quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, principalmente motivado pela necessidade de comércio com outros povos. É aceitável, portanto, admitir que o turismo de negócios antecedeu o de lazer. (2013, p. 2).

Dias (2003) explica que o turismo vem crescendo desde a Revolução Industrial, devido à facilidade de acesso a informações. Outro fator que contribui para este crescimento é o aumento da produtividade do homem, tendo como consequência o aumento de tempo livre, pois as jornadas de trabalho são menores.

Em 2016, na celebração do dia mundial do turismo a Organização Mundial do Turismo, teve como lema “Turismo para todos, promover a acessibilidade para todos”, pois é de sua responsabilidade promover um turismo que seja acessível a toda a população. A UNWTO (2016) ressalta a importância do turismo acessível para todos, não somente por questões humanas, mas também para o crescimento de negócios, tendo em vista a melhora da qualidade do turismo e do aumento de competitividade. UNWTO (2016, p. 4) explica que “[...] a Organização Mundial da Saúde estima que 15% da população mundial, aproximadamente 1.000 milhão de pessoas tem algum tipo de deficiência”.

No Brasil, em 2016, o turismo apresentou crescimento em torno de 38% na receita comparado com o ano anterior, e esse aumento se deu em função da realização dos jogos olímpicos sediados no País. Isso significa impacto positivo para a economia. (HENRIQUES, 2016). O boletim de desempenho econômico do turismo (2017) mostra que o setor apresentou um crescimento de 4,3% no primeiro trimestre de 2017, comparado ao mesmo período de 2016, e isso se deu principalmente pelo aumento na demanda doméstica e pela perspectiva de reação da economia, que se mostra em recuperação, com um crescimento lento.

O turismo é importante para a economia, segundo pesquisa divulgada pelo Ministério do Turismo, no Plano Nacional do Turismo 2013-2016, “[...] a participação do turismo na economia brasileira já representa 3,7% do PIB do nosso País. De 2003 a 2009, o setor cresceu 32,4%, enquanto a economia brasileira apresentou expansão de 24,6%”. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017, p. 11). Segundo a pesquisa, o turismo será o grande responsável por geração de empregos até 2022, tendo como atividades principais de geração a hotelaria, restaurantes, agências de viagens, entre outros.

## **Hotelaria**

O segmento de hotelaria tem grande importância para o desenvolvimento do turismo. Zancan et al., explicam:



Os serviços de hospedagem encontram-se no último elo da cadeia dos serviços turísticos e configuram-se como um dos mais importantes, pois representam a base de permanência temporária do turista, que, de uma forma geral, busca encontrar a extensão de sua residência, ou seja, serviços que reproduzam o mesmo padrão de conforto de sua residência habitual. (2015, p. 10).

Com o passar dos anos, em meio a avanços tecnológicos, as pessoas passaram a viajar cada vez mais em busca de negócios, lazer e outras atividades. Em função deste aumento na demanda, a indústria de hospedagem também começou a crescer e, conseqüentemente, buscar cada vez mais melhorias em seus serviços, para satisfazer seus hóspedes e manter-se competitiva no mercado. (CHON, 2014).

Alencar (2014), ressalta a importância do segmento hoteleiro para as pessoas que viajam, e que estão cada vez mais exigentes. “Os hotéis devem entregar uma experiência emocional, fazendo com que as pessoas vejam no local uma identificação com o seu estilo de vida...” O mesmo autor destaca a importância do atendimento, tanto na recepção quanto nos demais serviços, sendo que os mesmos devem ser prestados por pessoas “descoladas”. Esses novos conceitos a serem aplicados nos hotéis são diferenciais essenciais para o sucesso do segmento.

A rede de hotelaria do Brasil teve um crescimento de 70% de 2011 até 2012, e isso ocorreu em função dos eventos realizados no País. Esse crescimento traz uma melhora para o setor de turismo, tornando os municípios cada vez mais preparados para receber turistas. É importante que o País promova mais eventos para que o turismo continue em crescimento. (AGÊNCIA BRASIL, 2017).

Segundo o IBGE (2016), os eventos esportivos realizados no Brasil, entre 2013 e 2016, levaram o País a investir em infraestrutura, com novas construções e algumas reformas. O setor hoteleiro também investiu em adequações para melhor atender seus hóspedes. Por sua vez, Hosteltur (2017) mostra que algumas empresas do setor de turismo apresentaram crescimento no primeiro trimestre de 2017; porém, no segmento de hospedagem foi registrada queda de 0,4%. A perspectiva é de que os negócios no setor de turismo continuem crescendo, tendo em vista uma melhora da economia brasileira.

## **Análise das demonstrações financeiras**

A análise econômico-financeira auxilia no processo de tomada de decisão, pois tem por objetivo extrair os dados das demonstrações contábeis, visando interpretá-los de forma a obter informações importantes para seus usuários. O analista não tem como objetivo principal saber calcular, mas, sim, saber interpretar os dados obtidos, e assim apontar os pontos fortes e fracos da empresa e propor sugestões para o futuro. (PADOVEZE; BENEDICTO, 2011).

Perez Júnior (2015, p. 302) ressalta que “[...] a análise das demonstrações financeiras é essencial para os usuários do sistema de informações atenderem seus interesses específicos [...]”. Segundo o mesmo autor, pode-se citar como interesses: verificar as condições que a empresa tem de ser financiada e por quanto tempo; a atratividade da empresa em relação à compra de ações e a investimentos, por parte de credores; os investidores verificam, através da análise, se os resultados da empresa se mostram satisfatórios.

Complementando com a opinião de Assaf Neto (2015), a análise das demonstrações financeiras visa a apresentar informações sobre a situação passada, presente e futura de uma empresa, identificando quais as causas da evolução e quais as tendências futuras. As conclusões da análise podem ser diferentes do ponto de vista de cada analista, e isso vai depender do conhecimento técnico de cada um, da intuição e da própria experiência.

## **Metodologia**

Quanto aos procedimentos técnicos, é realizado um estudo de caso relacionado às empresas do segmento de hotelaria da Bolsa de Valores, visando a aplicar de forma prática os conceitos teóricos levantados, através da pesquisa bibliográfica. O estudo de caso, segundo Wickert (2006), caracteriza-se por um único caso. Este estudo é preferido por autores que desejam aprofundar os conhecimentos em um único caso. Esse tipo de pesquisa é realizado de maneira mais intensiva, em função de os esforços dos pesquisadores estarem voltados a um objeto específico, fato que gera uma limitação, uma vez que os resultados não podem ser generalizáveis a outros objetos ou fenômenos.

Quanto à forma de abordagem, trata-se de uma abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo Casarin (2012), pesquisa qualitativa envolve a descrição de certo fenômeno, definindo sua ocorrência e relacionando-o com outros fatores.

A pesquisa quantitativa tem o objetivo de quantificar ou mensurar uma ou mais variáveis estudadas. Sendo assim, utiliza-se de modelos matemáticos e dados estatísticos. Pesquisa quantitativa caracteriza-se pela objetividade, mensuração, análise estatística, pelos objetivos e pela coleta de dados. (CASARIN, 2012). Segundo Wickert (2006), a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.

Em relação aos objetivos, a pesquisa se identifica como descritiva e bibliográfica. Segundo Gil (2011), o objetivo principal das pesquisas descritivas é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis.

Em relação à pesquisa bibliográfica, Gil (2011) define que a mesma é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Para Marconi e Lakatos (2009), a pesquisa bibliográfica é um levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e impressa escrita. Esta pesquisa coloca o autor em contato com tudo o que já foi escrito sobre determinado assunto, permitindo assim ao cientista o reforço na análise de suas pesquisas.

## **Estudo de caso e análise dos resultados das empresas selecionadas**

No setor econômico de consumo cíclico, subsetor de hotéis e restaurantes e segmento de hotelaria, são encontradas duas empresas, sendo elas, Hotéis Othon S.A. e Sauipe S.A.

Através dos cálculos dos indicadores, com base nas demonstrações financeiras, foram feitas análises das duas empresas para se verificar se a crise econômica atual do Brasil, a copa do mundo FIFA 2014 e As Olimpíadas Rio 2016, realizadas no País, afetaram os resultados das mesmas. Através dos resultados encontrados pelos indicadores, serão analisadas as contas que mais tiveram variações nos anos de 2012 a 2016 e quais os fatos que geram essas variações. A base dos cálculos serão o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e as notas explicativas.

## Indicadores de liquidez

**Tabela 1 – Indicadores de liquidez**

INDICADORES DE LIQUIDEZ						
LIQUIDEZ GERAL	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	0,15	0,20	0,21	0,23	0,24
	Sauípe S.A.	0,68	0,76	0,65	0,58	0,65
LIQUIDEZ CORRENTE	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	0,30	0,34	0,38	0,34	0,30
	Sauípe S.A.	0,58	0,81	0,74	0,66	0,81
LIQUIDEZ SECA	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	0,29	0,32	0,36	0,32	0,29
	Sauípe S.A.	0,48	0,71	0,65	0,58	0,72
LIQUIDEZ IMEDIATA	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	0,01	0,02	0,03	0,02	0,00
	Sauípe S.A.	0,11	0,06	0,07	0,09	0,12

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Através dos resultados apresentados na Tabela 1, pode-se observar que a empresa Othon S.A. tem melhores resultados em 2014 e 2016, e a Sauípe S.A. em 2013 e 2014. Em relação à liquidez geral, verifica-se que as empresas não possuem recursos para cumprir suas obrigações em nenhum dos anos analisados. A empresa Othon S.A., apresentou em 2016, o melhor indicador, R\$ 0,24. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo ativo realizável a longo prazo, especificamente a conta de créditos com partes relacionadas, que foi maior do que nos demais anos. O ano com menor indicador de liquidez geral foi 2012, R\$ 0,15, e isso se dá principalmente por ter mais dívidas e menos recursos no ativo do que nos demais anos analisados.

A liquidez geral, na Sauípe S.A., apresenta melhores resultados em 2013, com valor de R\$ 0,76. Nesse ano, a empresa apresentou menores valores de dívidas, principalmente no PNC na conta de passivos com partes relacionadas. As empresas apresentam dificuldade para cumprir suas obrigações de curto prazo, através de recursos de curto prazo, nos anos analisados. A Othon S.A. apresentou melhor indicador de liquidez corrente em 2014, isso porque, em 2014 foi o segundo com menores valores de dívidas de curto prazo, sendo que 2013 foi o que possuía menores valores, com uma variação de 3,12%. Porém, os

recursos de curto prazo aumentaram em 2014, em relação a 2013 com uma variação de 14,93%.

Os anos de 2013 e 2016 apresentaram os melhores resultados de liquidez corrente na Sauípe S.A., com R\$ 0,81. Observa-se que, em 2016 todos os ativos circulantes da empresa tiveram um aumento em relação aos anos anteriores, e isso contribuiu para que a sua capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo fosse melhor neste ano. Em 2013, as contas de empréstimos, provisões e obrigações fiscais contribuíram para o resultado de liquidez corrente.

Em ambas as empresas, os indicadores de liquidez seca revelam que as mesmas possuem dificuldade em realizar seus recursos de curto prazo, para conseguir quitar as suas dívidas de curto prazo. Na Othon S.A., o ano de 2014 foi o que apresentou melhor indicador, R\$ 0,36 e, na Sauípe S.A., foi 2016, com R\$ 0,72. O resultado obtido em 2014 pela Othon foi influenciado principalmente pela redução dos valores de obrigações fiscais, o que diminuiu os valores de dívidas pela empresa. Os resultados da Sauípe em 2016 foram melhores, pelo aumento de seu ativo, em contas de caixa, clientes e outros ativos. Em 2013, o resultado de R\$ 0,71 na Sauípe S.A. foi influenciado principalmente pelo fato de a empresa não possuir valores de empréstimos, ocasionando redução de seu passivo circulante.

Os resultados apresentados na Tabela 1, mostram que as empresas analisadas não possuem valores de disponibilidades para pagar suas dívidas vencíveis a curto prazo, em 2012 a 2016, isso se verifica através do indicador de liquidez imediata. Verifica-se que as empresas não possuem altos valores de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa), sendo que os seus ativos circulantes são compostos principalmente de contas a receber e impostos a recuperar, valores que não estão disponíveis imediatamente para as empresas. A Othon S.A., obteve o seu pior resultado de liquidez imediata em 2016, pois possuía maiores valores de dívidas a curto prazo e menor valor de disponibilidade, ou seja, a empresa não possuía valores disponíveis para pagar seus passivos de curto prazo. O ano de 2014 foi o que apresentou melhor resultado em comparação aos anos analisados, pois nesse ano os valores de dívidas foram menores em relação às suas disponibilidades.

A Sauípe apresenta o seu melhor resultado de liquidez imediata em 2016, R\$ 0,12, sendo este resultado influenciado principalmente pelo maior valor de disponível em relação aos demais anos. O ano de 2013 apresentou um valor

próximo a 2016, R\$ 0,11, ano em que apresentou menor valores de dívidas, porém suas disponibilidades não se apresentaram altas.

Pode-se verificar que, em relação aos indicadores de liquidez, os melhores resultados se apresentam em 2014 e 2016, anos em que ocorreram os eventos esportivos no país. A liquidez imediata que representa os valores que a empresa possui imediatamente disponível apresentou melhores resultados em 2014 na Othon S.A. e em 2016 na Sauípe S.A. Observa-se através das análises, que o ano de 2015 não apresenta resultados satisfatórios e isso pode estar relacionado com crise econômica, que apresentou maior recessão neste ano e pelo fato de não serem realizados grandes eventos no país.

## Indicadores de endividamento

**Tabela 2 – Indicadores de endividamento**

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO						
NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	-4,12	-10,84	-10,61	-7,88	-7,46
	Sauípe S.A.	-3,37	0,14	0,20	0,25	0,27
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	0,27	0,27	0,27	0,30	0,32
	Sauípe S.A.	0,73	0,87	0,74	0,71	0,64
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	-2,49	-7,61	-7,36	-5,07	-4,69
	Sauípe S.A.	-0,08	1,03	1,07	1,11	1,09

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Com base no Tabela 2, verifica-se que a empresa Othon S.A. possui valores muito maiores de capital de terceiros do que de capital próprio, ou seja, o capital de terceiros representa mais do que o capital próprio investido no negócio. Essa diferença se dá em razão de que o patrimônio líquido da empresa está a descoberto, pois apresenta constantes prejuízos nos anos analisados. A Sauípe S.A. apresenta melhores resultados, principalmente por seu patrimônio líquido estar com valores positivos, exceto em 2012. Apesar de também gerar prejuízos em todos os anos analisados, em 2013, 2015 e 2016, a Sauípe recebeu aportes de capital pela Previ, sua controlada integral. Os valores integralizados foram altos, capazes de cobrir os prejuízos da empresa, e deixar o seu PL positivo.

Em relação ao nível de endividamento, a Sauípe S.A. mostra melhor resultado em 2013, sendo que nele as suas dívidas com terceiros corresponderam a 14% de seu PL. Isso significa que a empresa tem capacidade de quitar suas dívidas com o capital próprio. Seu resultado menos satisfatório foi em 2012, com um resultado de R\$ -3,37, ou seja, se a empresa necessitasse quitar suas dívidas com terceiros, através dos recursos próprios, não teria capacidade. Na Othon S.A., nos anos analisados, a empresa esteve totalmente endividada, com um passivo a descoberto; então não é capaz de quitar suas dívidas com terceiros, através do capital próprio.

Os resultados obtidos, através do indicador de composição de endividamento, mostram que a empresa Othon S.A. apresenta menores valores de dívidas de curto prazo, em relação aos valores totais das dívidas; já a Sauípe S.A. possui em média 73,8% de suas dívidas no curto prazo. A Othon S.A. apresenta altos valores de dívidas no longo prazo, especialmente nas contas de provisões e tributos diferidos. A Sauípe S.A. está com a maior parte das suas dívidas no curto prazo, sendo essas, principalmente, débitos com fornecedores e valores de adiantamentos de clientes.

No indicador de imobilização do patrimônio líquido, pode-se verificar que as duas empresas estão com mais de 100% dos seus valores aplicados no ativo imobilizado. Tanto a Othon S.A., quanto a Sauípe S.A. investiram em seus imobilizados em 2013, principalmente em terrenos, edificações e construções. É provável que estes investimentos se deram em razão da realização dos eventos esportivos que aconteceram no País, a partir de 2013, conforme pesquisa do IBGE (2017), que afirma que as empresas de hotelaria investiram em infraestrutura para melhor atender seus hóspedes.

## Indicadores de rentabilidade

**Tabela 3 – Indicadores de rentabilidade**

INDICADORES DE RENTABILIDADE						
GIRO DO ATIVO	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	0,26	0,29	0,31	0,25	0,25
	Sauípe S.A.	3,95	0,42	0,45	0,54	0,54
MARGEM LIQUIDA	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	-20%	72%	0%	-16%	-3%
	Sauípe S.A.	-14%	-5%	-14%	-12%	-15%
ROI	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	-5%	21%	0%	-4%	-1%
	Sauípe S.A.	-56%	-2%	-6%	-7%	-8%
ROE	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	-17%	-205%	-1%	-29%	-5%
	Sauípe S.A.	-132%	-2%	-7%	-8%	-10%

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Observando os resultados apresentados na Tabela 3, verifica-se que a empresa Sauípe S.A. é a que utiliza seus ativos com maior eficiência, isso porque quanto maior o seu giro do ativo, mais renda a empresa está gerando com o próprio ativo. Nos anos de 2012 e 2013, ocorreu grande oscilação na Sauípe S.A., principalmente em decorrência do aumento dos seus valores de ativo imobilizado, apesar de suas vendas também sofrerem leve elevação, essa não condiz com o aumento do ativo. Em 2012, a empresa utilizava 3,95 vezes seu ativo para gerar renda, já em 2013 passou a utilizar 0,42 vezes. A Othon S.A. não apresenta resultados eficientes, sendo o melhor em 2013.

Para que as empresas busquem maior eficiência em relação ao capital investido, o ideal é que aumentem seu volume de vendas, pois ocorreram altos investimentos, principalmente em ativo imobilizado, e as suas vendas sofrem pequenas variações. Na Sauípe, a variação de aumento dos ativos foi de 993% entre 2012 e 2016, já as suas vendas aumentaram somente 50,52%. Na Othon S.A. o aumento do ativo foi de 11,40% de 2012 a 2016, e nas vendas foi de apenas 5,14%.

Pode-se observar que as duas empresas analisadas geraram melhor margem líquida em 2013, ou seja, tiveram maior capacidade de transformar suas receitas em lucro. O resultado da empresa Othon S.A., em 2013, é influenciado principalmente pelos valores de outras receitas operacionais, as quais



contribuíram para que este ano gerasse lucros. Na Sauípe S.A., os resultados de margem líquida não são satisfatórios em nenhum dos anos analisados, a empresa apresenta constantes prejuízos, sendo o ano de 2013 o que gera menos prejuízos através de suas receitas, pois neste ano a empresa gera maior resultado bruto.

Em relação à rentabilidade das empresas estudo de caso, pode-se dizer que os eventos esportivos realizados no País não auxiliaram para que as mesmas gerassem resultados positivos, porém na empresa Othon S.A., que possui hotéis em diversas regiões do País, no geral os melhores resultados se encontram em 2013, 2014 e 2016, sendo o ano de 2013 o que antecedeu a copa do mundo, 2014 o da realização da copa, e 2016 o ano das olimpíadas.

Na Sauípe S.A., não se observa grande variação nos resultados de um ano para outro. Os eventos esportivos não impactaram nos resultados da empresa, e isso pode estar relacionado com o fato de que a mesma está localizada apenas na Bahia.

O Retorno de Investimento (ROI), mostra que somente a Othon S.A., no ano de 2013, obteve retorno positivo em relação aos seus investimentos, sendo que obteve uma taxa de retorno de 21%. Nos demais anos, a empresa não ganha dinheiro com seus investimentos. Na Sauípe S.A., podemos verificar que o ano com melhor resultado foi 2013, apesar de também não retornarem valores através de seus investimentos.

O resultado da ROE se mostra negativo para a empresa Othon S.A., sendo que, em nenhum dos anos analisados, a empresa gera retorno aos seus acionistas. O mesmo ocorre com a empresa Sauípe S.A. Estes resultados mostram que as empresas não estão gerando retorno em relação ao capital próprio investido.

## **Grau de alavancagem operacional e financeira**

Na análise dos resultados encontrados no Tabela 4, pode ser observado que as empresas não são alavancadas financeiramente, pois o custo do capital de terceiros aumenta no decorrer dos anos, não contribuindo para a geração de retorno para os acionistas. A empresa Othon S.A. apresenta prejuízo nos anos de 2012, 2014, 2015 e 2016, o seu patrimônio líquido está descoberto em todos os anos analisados, ainda que em 2012 tenha gerado lucros, estes não foram

suficientes para geração de PL positivo, pois este lucro gerado corresponde apenas a 25% dos prejuízos, que já vinham acumulados de anos anteriores.

**Tabela 4 – GAO e GAF**

		2012	2013	2014	2015	2016
GAF						
	Othon S.A.	-3,12	-9,84	-9,61	-6,88	-6,46
	Sauípe S.A.	-2,37	1,14	1,20	1,25	1,27
GAO		2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	-3,14	1,24	100,00	-3,80	-43,01
	Sauípe S.A.	-0,59	-3,75	-0,04	-0,15	0,03

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A Sauípe S.A. apresenta prejuízos em todos os anos analisados. A empresa não possui capacidade de utilizar o seu custo de capitais de terceiros de forma a trazer resultados positivos aos acionistas. O aumento do seu PL, a partir de 2013, se dá em razão de aportes de capital pela sua controladora integral PREVI.

Em relação ao GAO, observa-se, através dos resultados, que na Othon S.A., o aumento no volume das vendas, em 2013 e 2014, gerou um acréscimo no lucro operacional. Na Sauípe S.A., nos anos analisados, a empresa não possui alavancagem operacional, pois mesmo com aumento em suas vendas, não é capaz de aumentar seu lucro operacional.

## **Conclusão**

Após a análise dos demonstrativos contábeis das empresas do segmento de hotelaria listadas na bolsa de valores (B3 – Brasil Bolsa Balcão), no período de 2012 a 2016, foi possível apresentar indicadores econômico-financeiros das referidas empresas. É possível inferir que, apesar do crescimento apresentado no boletim de desempenho econômico do turismo, que mostra que o setor apresentou um crescimento, isso não pode ser percebido claramente nas empresas pesquisadas.

No período pesquisado, é possível constatar que os resultados, não muito satisfatórios, apresentaram pouca variação mesmo com eventos como a Copa do Mundo e As Olimpíadas. Ambas as empresas, Othon S.A. e a Sauípe S.A. investiram em seus imobilizados no ano de 2013, principalmente em terrenos, edificações e construções. É possível que estes investimentos ocorreram tendo em vista a realização dos eventos esportivos que aconteceram no país, a partir

de 2013, conforme pesquisa do IBGE (2016), que afirma que as empresas de hotelaria investiram em infraestrutura para melhor atender seus hóspedes. É possível, dessa forma, que as empresas busquem maior eficiência em relação ao capital investido, o adequado é que aumentem seu volume de vendas, pois ocorreram altos investimentos, principalmente no ativo imobilizado.

Tendo em vista os resultados pouco satisfatórios apresentados nos indicadores econômico-financeiros dos hotéis, no período de 2010 a 2016, sugere-se ampliação da pesquisa, para buscar identificar a relação destes resultados com o relato de Benni (2017). O referido autor apresenta que a partir da década de 1980, constatou-se que, quando os africanos entenderam que, o turismo era o único meio de saírem de sua pobreza desesperadora, eles começaram a construir enormes hotéis nas praias do Quênia e da África do Sul, dentre outras.

Ainda conforme o mesmo autor, nesse período que também o Brasil decidiu investir em massa, criando os Fundos de Investimentos de Hotelaria e Turismo, o primeiro grande equívoco de políticas públicas de Turismo no País, acabando por assistir aos capitais incentivados, colocados à disposição, serem usados quase integralmente em hotéis de luxo. Numa conta simplificada, esses empreendimentos hoteleiros não conseguiram operar com diárias inferiores a 250 dólares por unidade habitacional (UH), só para cobrir o investimento realizado, fora os custos operacionais. A questão provocou, ao longo desses quase quatro decênios, a implantação de uma oferta incompatível com as características da demanda interna regional e mesmo da receptiva internacional.

#### **Referências**

AGÊNCIA BRASIL. **Oferta de hospedagem cresce mais de 70% no Brasil em 5 anos.** Terra Economia, 2017. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/economia/oferta-de-hospedagem-cresce-mais-de-70-no-brasil-nos-ultimos-5-anos,5489cf2088f4ee2f964698b05cead7cc0g4s23kz.html>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

ALENCAR, André. A importância de criar diversos conceitos na hotelaria atual. **Revista hotéis**, 2014. Disponível em: < <http://www.revistahoteis.com.br/a-importancia-de-criar-diversos-conceitos-na-hotelaria-atual/>> Acesso em: 9 jul. 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000146/cfi/0>>. Acesso em: 27 maio 2017.

BENI, Mário Carlos (Org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e custers**. Barueri, SP: Manole, 2012. Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/>>. Acesso em: 6 jul. 2017.

BENI, Mario Carlos. **Entendendo o novo turismo na economia colaborativa e compartilhada**. A evolução tecnológica e os impactos na gestão estratégica e no marketing de Turismo: e-Tourism. São Paulo: ANPTUR, jul. 2017. Disponível em: <[http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/mercado/2017/07/artigo-o-novo-turismo-na-era-da-economia-compartilhada\\_147809.html](http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/mercado/2017/07/artigo-o-novo-turismo-na-era-da-economia-compartilhada_147809.html)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica: da teoria à prática**. Curitiba: Intersaberes, 2012. (ISBN9788582123942). Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582123942/pages/5>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

CHON, Kye-Sung. **Hospitalidade: conceitos e aplicações**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522116195/cfi/0>>. Acesso em: 27 maio 2017.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522464999/cfi/0>>. Acesso em: 6 jul. 2017.

HENRIQUES, Walquíria. **Gastos de estrangeiros no Brasil crescem 38% na Olimpíada**. Ministério do Turismo, 2016. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/component/content/article?id=2662>>. Acesso em: 8 jul. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HOSTELTUR. **Faturamento de empresas do turismo cresce 4,3% no primeiro trimestre**. Brasil, 2017. Disponível em: <[https://www.hosteltur.com.br/183000\\_faturamento-empresas-do-turismo-cresce-43-no-primeiro-trimestre.html](https://www.hosteltur.com.br/183000_faturamento-empresas-do-turismo-cresce-43-no-primeiro-trimestre.html)>. Acesso em: 7 jul. 2017.

IBGE. **Pesquisa de serviços de hospedagem: 2016** / IBGE, Coordenação de Serviços e Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/PESQUISA\\_DE\\_SERVI%C3%87O\\_DE\\_HOSPEDAGEM\\_2016\\_RELAT%C3%93RIO\\_MTUR\\_IBGE.pdf](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/PESQUISA_DE_SERVI%C3%87O_DE_HOSPEDAGEM_2016_RELAT%C3%93RIO_MTUR_IBGE.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2017.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522116072/cfi/3!/4/4@0.00:41.4>>. Acesso em: 6 jul. 2017.

KNUPP, Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves. **Fundamentos do turismo**. Curitiba: Intersaberes, 2015. (Dialógica). Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544303139/pages/-2>>. Acesso em: 27 maio 2017.

LIMA, Luís. Pior recessão da história complica retomada da economia brasileira. **Revista Época**, 2017. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/economia/noticia/2017/03/pior-recessao-da-historia-complica-retomada-da-economia-brasileira.html>>. Acesso em: 27 maio 2017.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano nacional do turismo**, e-Book, disponível em: <<http://turismo.gov.br/>>. Acesso em: 26 maio 2017.

OTHON. Hotéis Othon. <<http://www.othon.com.br>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Elaboração e análise das demonstrações financeiras**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000740/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

SAUIPE. Hotel Sauípe. Disponível em: <<https://www.costadosauipe.com.br>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

SEBRAE. **Setor hoteleiro contribui fortemente para a economia do país**. Sebrae Nacional 2014. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/setor-hoteleiro-contribui-fortemente-para-a-economia-do-pais>>. Acesso em: 1º maio 2017.

UNWTO. The World Tourism Organization. **Tourism highlights**. 2016. Disponível em: <<http://mkt.unwto.org/publication/unwto-tourism-highlights-2016-edition>>. Acesso em: 2 maio 2017.

UNWTO. The World Tourism Organization. **Turismo para todos: promover la accesibilidad universal. Buenas prácticas en la cadena de valor del turismo accesible**. 2016. Disponível em: <<http://cf.cdn.unwto.org/>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

WICKERT, Ilse Maria Beuren. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486977/cfi/92>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

WTTC. **Economic impact analysis**. World Travel & Tourism Council, 2017. Disponível em: <<https://www.wttc.org/research/economic-research/economic-impact-analysis/>>. Acesso em: 2 maio 2017.

ZANCAN, Claudio; DANTAS, Anderson de Barros; CAMPOS, Vanessa Oliveira. Estrutura de serviços de varejo nas redes de hospedagem brasileiras. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 2, n. 9, p. 278-297, maio/ago. 2015. Disponível em: <<https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/756/676>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

## Os custos logísticos de distribuição no custo final do produto

*Logistic costs of distribution in the final cost of the product*

Graziele Comoretto Zorzella\*  
Flaviani Souto Bolzan Medeiros\*\*

**Resumo:** A logística se preocupa com toda a cadeia de suprimentos, desde a compra de matérias-primas, insumos, contemplando a movimentação de estoques de produtos acabados e/ou semiacabados, até a entrega ao consumidor final. Portanto, é uma área bem-importante da empresa em que, em tempos de intensa competitividade, conhecer todos os custos envolvidos no processo pode permitir melhor gestão dos recursos, oferecendo assim melhorias no serviço e/ou no produto entregue ao cliente. Deste modo, o objetivo do presente artigo é verificar o custo logístico do fertilizante desde o recebimento até a entrega ao consumidor final. Para isso, adotou-se uma pesquisa descritiva quanto aos fins, do tipo documental, por meio de um estudo de caso acerca dos meios de investigação. Entre os resultados obtidos, constatou-se que maiores custos se referem à armazenagem e movimentação de materiais; além disso, outro custo que merece atenção, por parte da empresa, é com materiais de escritório, já que o valor mensal é de R\$ 50.000,00.

**Palavras-chave:** Logística. Custos de distribuição. Custo logístico total.

**Abstract:** Logistics is concerned with the entire supply chain, from the purchase of raw materials, inputs, including the movement of finished and / or semi-finished product inventories, up to delivery to the final consumer. Therefore, it is a very important area of the company where, in times of intense competitiveness, knowing all the costs involved in the process can allow a better management of the resources, thus offering improvements in the service and / or the product delivered to the client. Thus, the objective of this article is to verify the logistic cost of the fertilizer from receipt to delivery to the final consumer. For this, a descriptive research on the ends, of the document type, was adopted through a case study about the means of investigation. Among the results obtained it was verified that higher costs refer to the storage and movement of materials, in addition, another cost that deserves attention by the company is with office supplies, since the monthly value is R \$ 50,000.00.

**Keywords:** Logistics. Distribution costs. Total logistic cost.

### Introdução

No mundo contemporâneo, é visível a ocorrência de grandes mudanças em todos os setores da sociedade. E no setor logístico isso não é diferente. De um

---

\* Graduada em Administração (UDESSM/UFSM). Universidade Federal de Santa Maria. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7134134842266678>. E-mail: [grazielezorzella@gmail.com](mailto:grazielezorzella@gmail.com)

\*\* Doutoranda em Administração (PPGA/UFSM). Universidade Federal de Santa Maria. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4607360594925765>. E-mail: [flaviani.13@gmail.com](mailto:flaviani.13@gmail.com)

lado, são novos contextos que, aliados com a tecnologia, trazem a todo momento novos desafios; de outro, tudo ocorre em um ritmo muito acelerado, o que faz que as empresas precisem acompanhar tais transformações. Diante do cenário atual, isso requer que as organizações e seus gestores estejam dispostos a mudar e adaptar-se constantemente.

Em tempos mais remotos, a logística não tinha uma preocupação tão grande com seus clientes, que também estão com novos hábitos no seu dia a dia em sociedade. (MARTINS; ALT, 2011). Percebe-se que, ao longo do tempo, o conceito de logística vem tendo grandes mudanças, possibilitando e abrangendo um leque de opções que agrega valores nessas contribuições na melhoria de desempenho de suas funções, na organização em toda sua cadeia de suprimento, desde o início até o processo final do produto.

Na concepção de Freires (2000), com o passar do tempo conseguir administrar as atividades envolvidas no fluxo de produção até a armazenagem, possibilitando assim agregar valor aquisitivo nos insumos e manter as vantagens competitivas no mercado, com todas as informações obtidas no setor de produção, requer uma atualização constante.

Faria e Costa (2015) afirmam que os processos logísticos exercem várias atividades dentro da produção, agregando, assim, valor para seus consumidores em diversos processos. Fluxos de informações e toda parte que envolve as atividades realizadas desde o início da produção e engloba todas as etapas, desde o pedido até o deslocamento para entrega do produto final, passando por vários processos para chegar ao cliente. Para os clientes, tais processos são únicos, pois eles não conhecem o alto custo gerado no controle, para garantir que os produtos saiam em perfeitas condições, durante todo processo, como armazenagem e movimentação, transporte, embalagens, manutenção, custo de tecnologia de informação, custos tributários, custo de nível de serviço, entre outros custos em toda a cadeia de produção.

Sob esse enfoque, Megliorini (2007) considera que conhecer os custos é muito importante para gerenciar uma empresa, isso porque engloba todo o setor de produção, o que corresponde aos produtos ou serviços que estão sendo executados naquela atividade realizada. O cliente procura produtos de alta qualidade com menor custo e principalmente a redução do tempo de espera até a entrega ao consumidor final. Por isso, hoje entende-se que, do ponto de vista logístico, o custo global e a disponibilidade dos produtos, em todo processo produtivo, ao longo do caminho – desde atendimento ao cliente na origem até

chegar ao consumidor final –, devem buscar uma eficiência na cadeia de suprimentos. (NOVAES, 2003).

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo verificar o custo logístico do fertilizante desde o recebimento até a entrega ao consumidor final. Esse estudo justifica-se pelo fato de a logística ter um impacto significativo para todas as empresas, já que o sistema logístico tem uma grande responsabilidade, pois é um dos mais importantes na cadeia de suprimentos e tem de ser eficaz e eficiente no resultado apurado com menor custo possível.

## **Logística**

Nos últimos anos, a logística no Brasil teve uma enorme mudança e passou a ser uma prática empresarial com ênfase na qualidade, comunicação, no transporte e na eficiência nas atividades realizadas. (FLEURY; WANKE; FIGUEIREDO, 2011). Pozo (2010, p. 178) considera que “a função da logística é a constante melhoria de rentabilidade e da oferta de nível de serviço ao cliente como fator de desempenho competitivo”.

A cadeia de suprimento tem um longo caminho, pois engloba toda a parte dos insumos, materiais, produtos acabados e ainda a mão de obra que é cara, mas muito importante para a produção. (NOVAES, 2003). Segundo Ballou (1993), a logística empresarial acompanha a administração dos fluxos de bens e serviços com maior flexibilidade no processo de produção em toda a cadeia de suprimento, primeiramente pelos pedidos e pelas compras das matérias-primas para produção. Entretanto, existem poucas discussões sobre os custos logísticos, ou seja, um trabalho que analise os processos logísticos como um todo, esses processos do abastecimento, o suporte à manufatura, até a entrega do produto final ao cliente. (FARIA; COSTA, 2015).

Numa empresa, o setor logístico é responsável pela organização interna e externa e desenvolve desde o início do atendimento ao cliente com o pedido até sua finalização da compra. Esse processo continua com todas as informações do cliente e chega para o responsável no carregamento e na liberação do produto, até a entrega ao cliente. (BOWERSOX; CLOSS, 2010). Porém, há um alto custo para manter todo processo logístico de distribuição em funcionamento, há que se calcular o custo de armazenagem, transporte, embalagem, manutenção dos materiais e todos os custos com a tecnologia e todos referentes ao governo, além dos custos com serviço contrato pela empresa. (Pozo, 2010).



## Custos da logística de distribuição

Os custos logísticos de distribuição são todos aqueles custos de entrada e saída de produto fabricado ou investimentos feitos para comprar matéria-prima ou até os recursos comprometidos específicos, como pagamento de funcionários, etc. – são aqueles custos que variam como custos fixos, variáveis e custos diretos e indiretos e fazem parte da produção de toda empresa, desde a compra até a venda do que é produzido na organização. (FARIA; COSTA, 2015). Deste modo, Faria e Costa (2015) entendem que os custos logísticos devem ser gerenciados a partir de uma logística integrada; para isso, é necessário apurar o custo logístico total que contempla os seguintes custos, a saber:

- a) *custos de armazenagem e movimentação*: é peça fundamental dentro da organização na parte de administrar o estoque, isso porque ele define todo o andamento de estoque, sendo indispensável e principal responsável por registrar toda entrada e saída do estoque, além de manter o nível de estoque mínimo para que não ocorra sobra ou falta de material em estoque. (Pozo, 2010);
- b) *custos de transportes*: ele movimenta toda a produção e junto aos fornecedores com as seguintes formas: matéria-prima, produtos acabados e produtos finalizados à espera do cliente pelos fornecedores e com os intermediários, facilitando a entrega para os locais a serem distribuídos para lojas, etc. (Bowersox; Closs, 2010);
- c) *custos de embalagens*: para cada tipo de produto há um padrão de custo de embalagem, por isso é fundamental conhecer o consumidor final e o mercado ao qual o produto está destinado. (CARVALHO, 2008);
- d) *custos de manutenção de inventário*: estes custos são proporcionais ao número de itens estocados e ao tempo que os mesmos permanecem em estoque (Garcia et al., 2006);
- e) *custos de tecnologia de informação*: hoje o uso da Tecnologia de Informação permite reduzir os custos em toda a empresa, ela diminui o tempo de espera do cliente, pois fornece informação em tempo real. (FLEURY; WANKE; FIGUEIREDO, 2011);
- f) *custos tributários*: pagar tributos é aspecto considerado direta ou indiretamente aos processos logísticos – pela lei, existem várias contribuições e muitos impostos a serem pagos a cada exercício – o que, por sua vez, afetam os custos logísticos. (FARIA; COSTA, 2015);

g) *custos decorrentes de lotes*: contemplam aqueles relativos à preparação da produção, bem como capacidade produtiva perdida e planejamento, como, também, manuseio e movimentação de materiais (RODRIGUES et al., 2014); e

h) *custos decorrentes do nível de serviço*: quanto maior for o nível de serviço oferecido pela organização, maior será o custo necessário para conseguir provê-los aos clientes. (FRANCISCHINI; GURGEL, 2013).

Sob esse enfoque, Martins et al. (2005) e Quinello e Nicoletti (2006) salientam que um grande desafio aos gestores é justamente administrar essa relação entre o custo e o nível de serviço oferecido pela empresa; o maior obstáculo são os clientes que exigem e também estão dispostos a pagar um valor a mais por isso; portanto, atendendo ao nível de serviço determinado pelo cliente, mas operando ao menor custo.

### **Cálculo do custo logístico total (CLT)**

Visando a otimizar a gestão dos custos logísticos, bem como facilitar a apuração do Custo Logístico Total (CLT), além de serem controlados individualmente, cabe ressaltar que tais custos devem ser gerenciados conforme os preceitos da logística integrada, de forma global, observando seus impactos no resultado econômico da organização e atendendo ao nível de serviço estabelecido pelos clientes. Para isso, necessita-se apurar o Custo Logístico Total (FARIA; COSTA, 2015). O Custo Logístico Total pode ser obtido através da Equação 1 proposta por Faria e Costa (2015), a partir do somatório dos elementos de custos logísticos individuais.

$$CLT = CAM + CTRA + CE + CMI + CTI + CTRI + CDL + CDNS + CAD \quad (1)$$

Onde:

CLT = Custo Logístico Total

CAM = Custo de Armazenagem e Movimentação de Materiais

CTRA = Custos de Transporte (incluindo todos os modais ou operações intermodais)

CE = Custos de Embalagens (utilizadas nos sistemas logísticos)

CMI = Custos de Manutenção de Inventários (matérias-primas, produtos em processo e produtos acabados)

CTI = Custos de Tecnologia de Informação

CDL = Custos Decorrentes de Lotes

CTRI = Custos Tributários (tributos não recuperáveis)

CDNS= Custos Decorrentes do Nível de Serviço e

CAD = Custos da Administração Logística.

Além desses custos apresentados na Equação 1, os custos logísticos estão relacionados com todos os custos, sejam fixos, variáveis, diretos e indiretos. No processo logístico entram todos aqueles custos com transporte, armazenagem e também os canais de distribuição. Dessa forma, a logística pode fornecer informações com maior rapidez nas atividades realizadas pela empresa. (ROSA, 2007). Sendo assim, Rosa (2007) propõe a Equação 2 para se obter o custo total das atividades de logística.

$$CTL = CI + CL + CPPI + CA + CT \quad (2)$$

Onde:

CTL = Custo Total das Atividades de Logística

CI = Custo de Inventário

CL = Custo de Lote

CPPI = Custo de Processamento de Pedidos e Informação

CA = Custo de Armazenagem e

CT = Custo de Transporte.

Os custos logísticos totais são gerenciados e planejados por todas as atividades que são realizadas na empresa, num determinado período de tempo, pois considera, ao analisar este nível de serviço na organização como um todo, conseguir resolver este custo com uma visão ampla de toda a empresa. São aqueles custos considerados como despesas visíveis ou fixos entre outros, mas com todas as informações se consegue chegar nesses custos ao longo do período e estabelecer alguns cuidados na hora de discriminar estes custos com ajuda dos contadores e dos administradores. (FÁRIA; COSTA, 2015). Sendo assim, Dias (2015) estima que o custo total pode ser encontrado por meio da Equação 3.

$$CT = CTA + CTP \quad (3)$$

Onde:

CT = Custo Total

CTA = Custo Total de Armazenagem e

CTP = Custo Total de Pedido.

Na Equação 3, o custo total é considerado um elemento específico de um custo; logo o custo total corresponde à soma da armazenagem mais a do pedido. (DIAS, 2015). Já para Novaes (2007), o custo total é somatório do custo do fabricante, acrescido pelo custo do varejista (Equação 4).

$$CT = CF + CV \quad (4)$$

Onde:

CT = Custo Total

CF = Custo do Fabricante e

CV = Custo do Varejista.

Cabe esclarecer que, na Equação 4, ao descrever os custos mais importantes do fabricante, bem como o custo de materiais (adquiridos de fornecedores), custo de mão de obra direta, custos indiretos, custo de estoque do produto acabado e custo de armazenagem do produto acabado, existe ainda o custo do varejista, contemplando itens como: o custo de aquisição do produto, custo de transporte (frete), custo de estoque em trânsito, custo de estoque do produto no depósito do varejista, custo de armazenagem do produto e o custo de entrega às lojas e aos clientes finais. (NOVAES, 2007).

## **Procedimentos metodológicos**

Nesta seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados no presente trabalho. A metodologia, no entendimento de Andrade (2010), trata do conjunto de métodos ou caminhos que será trilhado em busca do conhecimento. Sendo assim, partindo do objetivo de verificar o custo logístico do fertilizante, desde o recebimento até a entrega ao consumidor final, adotou-se uma pesquisa descritiva quanto aos fins do tipo documental por meio de um estudo de caso quanto aos meios de investigação. (VERGARA, 2016).

Dessa forma, acerca da pesquisa descritiva, Michel (2009) relata que os problemas encontrados nela têm relação com a vida real nesse fenômeno de natureza, com o comportamento sensível, em equipe ou sozinhos, gera motivos para serem analisados na pesquisa com descrição. Sobre pesquisa documental,

para Rampazo e Nonaka (2011), é constituída de documentos que não foram publicados ainda e não tiveram uma interpretação nesses dados. O estudo de caso, por sua vez, provém de informações com amplo conhecimento nas atividades a serem realizadas ou investigadas no contexto cujas fontes do estudo geralmente são situações reais que ajudam os pesquisadores a fazer uma revisão minuciosa. (GIL, 2012).

Esse trabalho limitou-se ao estudo da matriz de uma empresa que atua no ramo de adubos e fertilizantes, localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul que, atualmente, conta com duas filiais, porém, aqui não foram consideradas para o levantamento dos custos. Além disso, foram coletadas informações de todos os insumos vendidos na referida matriz, referentes ao mês de março de 2016, contemplando todas as matérias-primas com as quais a empresa trabalha. Para isso, foram realizadas visitas técnicas previamente agendadas na sede, durante os meses de março a maio de 2016, sendo recebida pelo gerente da organização e também por um dos sócios.

Ambos forneceram todas as informações solicitadas e necessárias para esse estudo, desde os documentos para efetuar compra dos insumos – praticamente todos são importados, com exceção de um único que é adquirido no Brasil, em um município próximo da sede – até os arquivos de controles internos adotados para o devido registro das atividades. Após a coleta dos dados, os mesmos foram organizados com o auxílio de planilhas do Microsoft Office Excel®. Para fins de exposição dos resultados obtidos, optou-se pelo uso de tabelas para haver melhor visualização e entendimento dos custos apurados.

### **Descrição dos custos individuais do processo logístico**

Os custos identificados no processo logístico na empresa aqui considerada para fins de estudo, desmembram-se em custos de armazenagem e movimentação, transporte, embalagem, manutenção de inventário, tecnologia de informação, tributário, decorrente de lote e decorrente do nível de serviço, sendo todos a seguir apresentados.

### **Custo de armazenagem e movimentação de materiais**

Os gastos de armazenagem e movimentação de materiais distribuídos – desde que chega no porto até o armazém em Rio Grande (RS) – têm um custo

significativo com material de escritório, representando um valor de R\$ 50.000,00. Na Tabela 1, é possível identificar seus respectivos custos fixos e os custos variáveis.

**Tabela 1** – Custos de armazenagem e movimentação de materiais/mês

<b>Custo</b>	<b>Itens</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Percentual</b>
Variável	Água	1.000,00	0,061%
Variável	Luz	6.000,00	0,37%
Variável	Telefone	15.000,00	0,92%
Variável	Material de escritório	50.000,00	3,06%
Variável	Estocagem dos materiais	1.558.750,00	95,54%
Fixo	Mão de obra	750,00	0,046%
<b>Total</b>		<b>1.631.500,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (março/2016).

Verifica-se, na Tabela 1, que o fluxo das atividades dos materiais tem como parte mais importante a estocagem desses materiais, correspondendo a 95,54% e um valor de R\$1.558.750,00. Além dele, também possuem as outras operações diretamente ligadas ao processo, como mão de obra, água, luz e telefone, que são importantes para o ótimo funcionamento do negócio. Novaes (2003) e Ballou (1993) recomendam que obter um espaço próprio é importante para integrar a estocagem e o manuseio dos materiais abrigados nas instalações, além de agilizar no carregamento dos caminhões e diminuindo, dessa forma, o risco de umidade. No caso do armazém, foram distribuídos em pontos estratégicos para que seja rápido o carregamento ou descarregamento dos materiais.

## **Custo de transporte**

A seguir, na Tabela 2, é possível verificar o custo de transporte. Sendo assim, no caso da empresa, esses custos são amplos, por isso o desmembramento entre eles facilita a identificação do custo, separadamente é analisado dentro das possibilidades dos vinte e sete motoristas que fazem parte do quadro da empresa.

Considerando que a frota é própria, tem um custo mensal elevado e o que chama mais atenção é o seguro obrigatório, que é atribuído a alguns veículos de transporte, como bitrem e bicaçamba, e não pagam o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); eles só pagam o seguro porque não possuem motor, porém têm as manutenções, entre outros custos como o

combustível, no caso do óleo *diesel*, além dos cuidados necessários para rodar na estrada.

**Tabela 2 – Custo de transporte/mês**

<b>Custo</b>	<b>Itens</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Percentual</b>
Fixo	Salário dos motoristas	27.049,83	14,50%
Variável	Manutenções dos caminhões	300,00	0,16%
Fixo	Seguro contra roubo dos caminhões	1.000,00	0,54%
Variável	Combustível	150.000,00	80,39%
Variável	Troca de óleo	700,00	0,375%
Variável	Pedágio de bitrem	308,80	0,165%
Variável	Pedágio de carreta	229,60	0,123%
Variável	Pedágio de <i>trucks</i>	66,34	0,035%
Variável	Recapagem de pneus	400,00	0,214%
Fixo	Vale-refeição	1.248,00	0,668%
Fixo	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	1.749,78	0,937%
Fixo	Seguro obrigatório	3.407,75	1,82%
Fixo	Seguros dos veículos	109,98	0,058%
<b>Total</b>		<b>186.570,08</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (março/2016).

A respeito dos custos de transportes, pode-se observar na Tabela 2 que, entre todos os custos fixos e variáveis, o mais significativo é com o combustível, correspondendo a 80,39% dos custos totais de transporte pagos. Nesse sentido, Pozo (2010) alerta que o transporte é um dos meios mais importantes para transportar mercadorias e produtos, por isso deve ser observado com atenção, já que representa um custo alto para rodar, em função de que precisa estar legalizado e com um sistema de tecnologia de ponta para indicar a entrada e saída dos produtos dos armazéns ou centro de distribuição, com resultados exatos em tempo real, entre outros aspectos.

### **Custo de manutenção de inventários**

Esse tipo de custo é o responsável pelo registro de inventário do estoque, o qual discrimina e avalia as matérias-primas; principalmente quando há alto investimento em estoque, precisa estar com processo claramente definido. Os identificados na empresa seguem discriminados na Tabela 3.

**Tabela 3 – Custos de manutenção de inventário/mês**

Custo	Itens	Valor (R\$)	Percentual
Fixo	Seguro da matéria-prima (0,09 tonelada)	90,00	0,0018%
Fixo	Manutenção de estoque	700,00	0,014%
Variável	Custo de risco de estoque*	0,0005	0,0001%
Variável	Estoque nos ativos tangíveis	3.910.216,59	78,68%
Variável	Frete do porto	280,00	0,0056%
Variável	Frete dentro estado	490,00	0,0099%
Variável	Investimento em estoque	984.278,23	19,81%
Variável	Produtos acabados	50.000,00	1,0061%
Fixo	Mão de obra direta	23.500,00	0,473%
<b>Total</b>		<b>4.969.554,82</b>	<b>100,00%</b>

\* Custo de embarques = 834,76/1.703.622,73

Fonte: Dados da pesquisa (março/2016).

Pela análise da Tabela 3, nota-se que o custo de inventário corresponde a 78,68% do estoque de ativos tangíveis da matriz; contudo, eles mantêm um controle nas peças dos produtos acabados na empresa, para que não falte e não tenha excesso de produtos estocados. Faria e Costa (2015) recomendam que, quando for usar o capital investido para movimentar o estoque ou giro de capital, deve-se avaliar o que foi comprado e vendido para fazer um novo investimento em materiais para empresa.

### Custo de embalagens

No que tange aos custos de embalagens, a empresa adota, principalmente, o uso das plásticas, pois não as reutiliza, uma vez que, com o tempo, elas são degradáveis e com o consumidor não é necessário buscar estes sacos; o próprio produtor utiliza-os para outra finalidade (Tabela 4).

**Tabela 4 – Custo de embalagem/tonelada/mês**

Custo	Itens	Valor (R\$)	Percentual
Variável	Embalagens de 50 kg valem 1,00	60.000,00	45,40%
Variável	Embalagens <i>big bag</i>	69.000,00	52,21%
Fixo	Mão de obra	3.150,00	2,39%
<b>Total</b>		<b>132.150,00</b>	<b>100,00 %</b>

Fonte: Dados da pesquisa (março/2016).

Na sede, são utilizados dois tipos de embalagens: (a) o saco de 50 quilos e (b) o *big bag* de 1.000 quilos. Essas embalagens são fabricadas no Brasil, e o custo fixo refere-se à mão de obra, envolvendo 2,39% do custo da distribuição.



Neste caso, precisa-se de 20 sacos de 50 kg, o que equivale a uma tonelada (Tabela 4). Cabe destacar o exposto por Faria e Costa (2015) – no caso padronizar as embalagens –, já que isso facilita o manuseio e o armazenamento dos materiais em uma empresa. Além de contar com uma embalagem padrão, há um menor custo, pois diminui o risco de receber tamanhos equivocados na hora de preparar a produção dos materiais.

## Custo de tecnologia de informação

Em relação ao custo de tecnologia de informação, trazido na Tabela 5, na empresa tudo funciona como um processo integrado, conseqüentemente, envolve custos com mão de obra especializada para manter esse sistema. Salienta-se que o sistema adquirido é pago mensalmente e corresponde a 4,86% dos custos.

Tabela 5 – Custo de tecnologia de informação/mês

Custo	Itens	Valor (R\$)	Percentual
Fixo	Sistema pago mensal	3.300,00	4,86%
Variável	Manutenção do equipamento	1.000,00	1,47%
Variável	Falhas no processo	1.000,00	1,47%
Fixo	Custo com <i>software</i>	62.700,00	92,20%
<b>Total</b>		<b>68.000,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (março/2016).

Constata-se, na Tabela 5, que o custo com *software* é responsável por 92,20% do custo com tecnologia de informação na empresa. Esse sistema permite controlar as entradas e saídas de insumos do estoque e avisa a quantidade que ainda tem disponível. Ao entender que o uso da tecnologia é importante para toda e qualquer empresa, pois traz benefício como o controle do inventário, essa tecnologia de informação beneficia a redução dos custos na hora de realizar as operações de produção, já que a tecnologia fornece as informações em tempo real dos dados. (FARIA; COSTA, 2015).

## Custos tributários

Verifica-se, na Tabela 6, o custo tributário da empresa sendo composto por vários impostos. Porém, cabe frisar que a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Programa de Integração Social (PIS) e Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) são tributos isentos, deferidos pelo Ministério da Agricultura e, por essa razão, não foram considerados no cálculo do custo da organização.

**Tabela 6 – Custo tributário/mês**

<b>Custo</b>	<b>Itens</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Percentual</b>
Fixo	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) dos empregados	2.135,70	8,56%
Fixo	Contribuições sindicais dos empregados	783,48	3,14%
Fixo	Contribuição assistencial	560,00	2,24%
Variável	AFRMM (1.000,00 x 6,00 = 6.000,00 dólar); (dólar 3,58)	21.480,00	86,06%
<b>Total</b>		<b>24.959,18</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (março/2016).

No caso da empresa analisada, nota-se na Tabela 6 que a Taxa Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) tem o maior custo, e refere-se ao frete quando chega o navio no porto, sendo recolhido e pago em dólar, mas convertido em real. Vale dizer que o sistema tributário é regido pela Constituição Federal, e o pagamento dos tributos incide na maior parte desses impostos a serem pagos ao Poder Público, ao movimentar faz que a variação dos materiais ou produtos, afetem o custo logístico. (FARIA; COSTA, 2015). Além disso, lembram ainda que os custos tributários são processos fiscalizados pelo Estado, sendo a fiscalização bem rígida, porque os produtos entram e saem do País pelos portos e têm impostos específicos para quem importa ou exporta.

### **Custos decorrente de lotes**

No processo, verifica-se que o custo de preparação de produção é composto pelo tempo que leva para terminar a produção e a mão de obra corresponde ao funcionário, que é responsável pela função de manter a qualidade do serviço (Tabela 7).

**Tabela 7 – Custo decorrente de lotes/mês**

<b>Custo</b>	<b>Itens</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Percentual</b>
Fixo	Desperdícios de materiais	3.500,00	74,47%
Variável	Custo de preparação de produção	1.100,00	23,40%
Fixo	Mão de obra	100,00	2,13%
<b>Total</b>		<b>4.700,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (março/2016).

Conforme a Tabela 7, pode-se identificar o desperdício de materiais, isto é, decorrente da perda pelo mau uso dos equipamentos na hora de descarregar ou carregar o produto e a matéria-prima para os seus respectivos destinos, o que representa um percentual de 74,47% na movimentação desse material. Diante de tais dados, cabe frisar o que Faria e Costa (2015) sugerem, ou seja: no planejamento do processo produtivo, é importante conceder o tipo adequado de técnica a ser utilizada entre uma linha de produção até a próxima linha de fabricação, para evitar desperdícios.

### Custo decorrente do nível de serviço

Demonstram-se, na Tabela 8, os custos decorrentes do nível de serviço. Nessa atividade realizada no nível de serviço, deve-se considerar que cada cliente é diferente, na hora de ser satisfeito com o serviço oferecido pela empresa. Quando ocorre um aumento no custo, pode ter havido falhas no meio do processo e do traslado da mercadoria.

**Tabela 8** – Custo decorrente de nível de serviço/mês

<b>Custo</b>	<b>Itens</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Percentual</b>
Variável	Custo de vendas perdidas	500,00	2,22%
Variável	Danos às cargas	2.000,00	8,89%
Variável	Custo no excesso de estoque e de produto	20.000,00	88,89%
<b>Total</b>		<b>22.500,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (março/2016).

Quando ocorre excesso de produtos, para a empresa não é problema, porque essa sobra de matéria-prima fica no estoque. Caso aconteça uma compra maior, inesperada, não se deve deixar o cliente sem o produto nem os demais produtores, que vêm em busca do fertilizante. Este custo de excesso pode beneficiar a ambos – o cliente e a empresa, pois este custo fica quase 88,89%. Porém, se acontecer de faltar, o custo aumenta, pois nem sempre se consegue o produto em falta para produzir o que o cliente comprou ou necessita. Quaisquer problemas se mensuram no custo da operação de compra e venda desse produto (Tabela 8). Ballou (1993) reforça que o custo decorrente de nível de serviço deve satisfazer os clientes, dentro da qualidade esperada e exigida.

## Custo de administração logística

Esse setor conta com um gestor responsável pela parte logística na empresa e com um colaborador auxiliar; ambos controlam toda a parte referente ao transporte da matriz. Na Tabela 9, constata-se os custos identificados.

**Tabela 9 – Custo de administração logística/mês**

Custo	Itens	Valor (R\$)	Percentual
Fixo	Salário do responsável pelo setor	1.800,00	40,91%
Fixo	Salário do auxiliar de setor	1.800,00	40,91%
Variável	Material de escritório	300,00	6,81%
Fixo	Mão de obra	500,00	11,37%
<b>Total</b>		<b>4.400,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (março/2016).

Verifica-se, na Tabela 9, que dos custos de administração logística, o que tem maior peso é o salário dos colaboradores (40,91%). Visando à gestão de custo, Faria e Costa (2015) alertam para evitar englobar todos os custos referentes a esse serviço na logística, como responsável pelo setor em atividade.

## Apuração do custo logístico total do fertilizante

A seguir, apresenta-se o custo logístico total da matriz, por meio da Equação 1, proposta por Faria e Costa (2015), com todos os respectivos elementos que compõem o custo do fertilizante da empresa.

$$CLT = CAM + CTRA + CE + CMI + CTI + CTRI + CDL + CDNS + CAD \quad (1)$$

$$CLT = 1.631.500,00 + 186.570,08 + 132.150,00 + 4.969.554,82 + 68.000,00 + 24.959,18 + 4.700,00 + 22.500,00 + 4.400,00$$

$$CTL = 7.044.334,08$$

Com a apuração do custo logístico total, foram encontrados valores que merecem maior atenção por parte da empresa, visando a reduzi-los, como no caso dos custos com a manutenção de inventário, armazenagem e movimentação de materiais e com materiais de escritório, pois todos tiveram um custo elevado pelo levantamento realizado. Além disso, é necessário avaliar os investimentos em estoque, em razão do seu custo: uma opção – buscando proporcionar um equilíbrio – seria decidir por embalagens produzidas no Brasil, já que geram valor menor na comparação com as importadas. Já em relação à

tecnologia de informação, a empresa, além de ter adquirido um sistema, conta com outro pago mensalmente; nesse caso, a matriz poderia buscar outras opções, como ter um colaborador da própria empresa para fins de registro, controle e manutenção das atividades, pois isso teria valor menor.

Acerca dos tributos a serem pagos, o que se pode tentar reduzir é o AFRMM, referente ao frete de importação, que é cobrado pelo valor em dólar, e por isso se torna caro, já que cada vez que é necessário comprar matéria-prima tem-se que pagar este valor, e ele depende da quantidade de toneladas adquiridas; então, pode-se fazer um estudo para verificar a possibilidade de adquirir quantidades maiores na tentativa de reduzir este custo.

Sabendo que na logística da empresa os custos mais altos constatados são os tributários, porque para poder transportar os produtos os mesmos precisam estar com todas as taxas e outros impostos pagos, para que se consiga realizar o traslado, sugere-se a adoção de um dispositivo tecnológico que permita obter informações em tempo real. Nele, o cliente pode também acompanhar seu pedido, já que isso auxilia a prevenção de roubo de cargas, fato bem frequente nesse tipo de operações.

Sobre os custos decorrentes de lotes e do nível de serviço, apesar de serem custos menores, eles necessitam de maior cuidado, pois ter um controle ajuda a diminuir o desperdício e o excesso de materiais, considerando que isso pode ser um problema futuro para a empresa com um custo não esperado. No que tange ao custo de administração logística, a matriz tem um gestor que fica responsável pelo setor de transporte, contemplando todo material, desde as impressões até o pagamento de impostos. Entretanto, a partir do custo logístico total apurado e levando-se em conta que, na frota da empresa, tem veículos antigos, conseqüentemente isso gera um custo mais elevado com manutenção, portanto, recomenda-se substituir por caminhões mais novos, a fim de reduzir tais custos, sendo necessário um acompanhamento constante por parte da organização.

## **Considerações finais**

Na logística, é necessário que os gestores conheçam todas as áreas para conseguir controlar e planejar cuidadosamente todos os processos de produção e operação no mercado. O propósito é conseguir atender a todos os clientes com a máxima eficiência e qualidade nos produtos e/ou serviços oferecidos, sempre

buscando reduzir o tempo de espera. Dessa forma, o cliente ficará satisfeito ao atender suas expectativas.

Sendo assim, a partir do estudo realizado, constatou-se que a empresa analisada tem uma equipe de trabalho bem-estruturada e organizada, permitindo, assim, fácil acesso a todas as informações necessárias em todos os setores. Além disso, a organização conta com um departamento logístico para apoiar todas as atividades da sua cadeia de suprimentos, e isso permite um controle maior e uma agilidade em todo o processo.

Verificou-se, ainda, que os maiores custos se referem à armazenagem e movimentação de materiais, em que a estocagem corresponde a 95,54% do custo identificado, e a manutenção de inventário representa mais de 50% do custo total apurado. Outro custo que merece atenção, por parte da empresa, é com materiais de escritório, já que o valor mensal é de R\$ 50.000,00. Neste caso, recomenda-se, num primeiro momento, rever quais itens estão gerando maiores custos, e, num segundo momento, ter um controle mais detalhado do que vem sendo utilizado pelos departamentos e pela empresa como um todo. Ademais, visando a reduzir o custo, na questão do transporte sugere-se trocar alguns caminhões mais antigos da frota, levando em conta o custo elevado com a manutenção desses veículos.

Acredita-se que teria grande valia a empresa implantar o método de Custeio Baseado em Atividade (ABC) e o *Balanced Scorecard* (BSC), para ter um controle mais apurado acerca dos seus custos e medir o desempenho da empresa nas quatro perspectivas. Aplicado à logística de custo, isso pode ajudar a mensurar o desperdício de matéria-prima e contribuirá com novas possibilidades para a redução dos custos, além de fornecer informações precisas sobre tudo o que é comercializado na organização.

Neste trabalho, foi visto que conhecer as atividades desenvolvidas na empresa permite identificar os pontos vulneráveis do fluxo logístico, como aqueles que apresentam maiores custos e, assim, aplicando o custeio ABC podem ser examinados, cuidadosamente, todos os elementos que merecem maior atenção por parte dos gestores. Essa ferramenta possibilita analisar os elementos com mais alto custo, obtendo-se maior controle sobre os mesmos. Deste modo, a partir da devida classificação, a empresa terá plenas condições de optar por um meio de gerenciamento, que seja mais apropriado para suas atividades.

Com relação à implantação do BSC, o propósito é o de tornar a empresa mais estratégica, de tal forma a desenvolver todas as suas atividades organizacionais, para que alcance os objetivos traçados pelos gestores e, ao mesmo tempo, capacite a empresa a ter visibilidade maior no mercado. No final deste estudo, como sugestões de pesquisas futuras, considerando que o presente trabalho limitou-se à investigação apenas da matriz, o mesmo poderia ser ampliado para as filiais da empresa, levando em conta que o levantamento dos custos tem extrema importância para as atividades empresariais. Seria relevante, também, analisar outras organizações do mesmo segmento, a fim de fazer um comparativo com outros empreendimentos, que possuem as mesmas características de atuação no mercado.

### **Referências**

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BALLOU, R. H. **Logística empresarial: transporte, administração de materiais e distribuição física**. São Paulo: Atlas, 1993.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo: Atlas, 2010.

CARVALHO, M. A. **Engenharia de embalagens: uma abordagem técnica do desenvolvimento de projetos e embalagem**. São Paulo: Novatec, 2008.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FARIA, A. C. de; COSTA, M. de F. G. da. **Gestão de custos logísticos**. São Paulo: Atlas, 2015.

FLEURY, P. F.; WANKE, P.; FIGUEIREDO, K. F. **Logística empresarial: a perspectiva brasileira**. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANCISCHINI, P. G.; GURGEL, F. do A. **Administração de materiais e do patrimônio**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

FREIRES, F. G. M. **Proposta de um modelo de gestão dos custos da cadeia de suprimentos**. 2000. 135 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

GARCIA, E. S. et al. **Gestão de estoques: otimizando a logística e a cadeia de suprimentos**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

- MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Atlas: 2011.
- MARTINS, R. S. et al. Decisões estratégicas na logística do agronegócio: compensação de custos transporte-armazenagem para a soja no Estado do Paraná. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 53-78, jan./mar. 2005.
- MEGLIORINI, E. **Custos análise e gestão**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**: estratégia, operação e avaliação. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimento**: estratégia, operação e avaliação. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- POZO, H. **Administração de recursos materiais e patrimoniais**: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- QUINELLO, R.; NICOLETTI, J. R. **Gestão de facilidades**. São Paulo: Novatec, 2006.
- RAMPAZO, A. V.; NONAKA, H. T. **Pesquisa em negócios**. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2013.
- RODRIGUES, P. R. A. et al. **Gestão de logística internacional**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2014.
- ROSA, A. C. **Gestão do transporte na logística de distribuição física**: uma análise da minimização do custo operacional. 2007. 90 f. Dissertação (Mestrado em Gestão em Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2007.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.





## Padrão de especialização do comércio internacional do Ceará (1999-2016)

*Specialization pattern in international trade of Ceará (1999-2016)*

Marcelo Schwalm Bender<sup>\*</sup>  
Laís Viera Trevisan<sup>\*\*</sup>  
Alison Geovani Schwingel Franck<sup>\*\*\*</sup>  
Rodrigo Abbade da Silva<sup>#</sup>  
Daniel Arruda Coronel<sup>##</sup>

**Resumo:** Este estudo buscou avaliar o padrão de especialização do comércio internacional do Estado do Ceará, no período entre 1999 e 2016. Para tal, foram calculados os indicadores de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS), de Comércio Intraindústria (CII) e Concentração Setorial das Exportações (ICS), a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Os resultados indicaram que o estado possui quatro setores competitivos no mercado internacional: calçados/couro, têxtil, alimentos, fumo e bebidas e minerais não metais e metais preciosos. Também apontam que, mesmo que o Ceará venha participando de políticas de atração de incentivos para a indústria de transformação, ainda não foi capaz de modificar sua participação no valor da transformação industrial.

**Palavras-chave:** Comércio internacional. Vantagens comparativas. Ceará.

**Abstract:** This study aimed to evaluate the specialization pattern of international trade in the state of Ceará in the period between 1999 and 2016. For this, the Revealed Symmetric

---

<sup>\*</sup> Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista de Iniciação Científica (Pibic) do CNPq. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8204095839893497>. E-mail: marcelobender98@hotmail.com.

<sup>\*\*</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas (PPGOP), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Assistente em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0833905079327471>. E-mail: laisvtrevisan@gmail.com

<sup>\*\*\*</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0185020655049094>. E-mail: alischfranck@hotmail.com

<sup>#</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5874100127589654>. E-mail: abbaders@gmail.com

<sup>##</sup> Professor adjunto nos Programas de Pós-Graduação em Agronegócio e de Gestão de Organizações Públicas da UFSM. Diretor da Editora da UFSM. Bolsista de Produtividade do CNPq. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9265604274170933>. E-mail: daniel.coronel@uol.com.br

Comparative Advantage index (RSCA) was calculated, as well as the Intraindustry Trade index (IIT) and the Sectoral Concentration of Exports (ICS), based on data from the Foreign Trade office (SECEX). The results indicated that the state has four competitive sectors in the international market: footwear/leather, textiles, food, tobacco and beverages, and non-metals and precious metals minerals. The indicators showed that, despite the fact that Ceará has been participating in incentive policies for the manufacturing industry, it has not yet been able to modify his participation in the industrial transformation, as well as to doesn't promote significant changes in the productive structure.

**Keywords:** International trade. Comparative advantages. Ceará.

## **Introdução**

Na década de 1990, houve mudanças significativas na política de comércio exterior brasileira, visto que se iniciou o processo de abertura comercial, impulsionando a participação dos estados brasileiros no comércio internacional. Através das medidas adotadas, esperava-se uma integração aos outros países e, desta forma, um aumento da competitividade dos produtos.

Para Rocha e Sena (2006), esse processo de abertura comercial influenciou o aumento da qualidade dos produtos exportáveis brasileiros, pois houve mudanças na conscientização da importância da qualidade para a competitividade, introdução de novos métodos e sistemas de produção. Possibilitou também uma descontinuidade de atividades produtivas incompatíveis com condições de custo de produção internacional e uma modernização da produção.

Com o processo de liberalização comercial, a formação dos blocos regionais de comércio foi aprofundada. A integração procura eliminar as barreiras intrarregionais à livre mobilidade de bens, serviços e capitais, gerando uma ampliação de mercado que permita melhor aproveitamento das vantagens comparativas, economias de escala e a complementaridade das economias. (HIDALGO; FEISTEL, 2007).

Hidalgo e Feistel (2007) afirmam que, conforme a literatura sobre comércio internacional, uma economia pode melhorar o seu nível de bem-estar econômico através da especialização segundo o princípio das vantagens comparativas. A teoria de David Ricardo afirma que as vantagens comparativas dependem da produtividade do trabalho, porém, a teoria do comércio de Heckscher-Ohlin enfatiza as diferenças internacionais nas dotações de fatores de produção, como a causa das vantagens comparativas. Segundo essa teoria, um país/região

exporta mercadorias que são intensivas no fator relativamente abundante nesse local e importa mercadorias que são intensivas no fator relativamente escasso.

A partir desses conceitos e considerando a relevância do assunto para o desenvolvimento de estratégias e políticas de inserção internacional das nações, ressalta-se a importância de estudar a pauta exportadora dos estados brasileiros. Neste artigo, especificamente, é abordado o padrão de exportações do Ceará.

O Ceará localiza-se na Região Nordeste do Brasil e se destaca na produção e exportação de setores como calçados/couro, alimento/fumo/bebidas, metais comuns, têxteis, apesar de que este setor vir apresentando decréscimo nos últimos anos. Outros setores como minerais, máquinas e equipamentos vêm obtendo elevado crescimento. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2017) para 2016, a população é de aproximadamente 8.963.663 pessoas, distribuídas pelos 184 municípios, em uma área de 148.887,632km<sup>2</sup>. Em 2014, havia 6.309 unidades industriais locais no estado, dando ocupação a, aproximadamente, 251 mil pessoas. Segundo Melo (2007), o Ceará apresentou, durante a década de 1990, saldo negativo no comércio exterior. A mudança se deu em 2002, quando o resultado das transações se tornou positivo com tendência ascendente.

Seguindo esta temática, este estudo visa a analisar o padrão de especialização das exportações do Ceará, no período compreendido entre 1999 e 2016, identificando os setores produtivos mais dinâmicos do estado e compreendendo a composição da sua pauta exportadora. Para alcançar tais objetivos, foram utilizados alguns índices de comércio internacional, a saber: Indicador de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS), Comércio Intraindústria (CII) e Concentração Setorial das Exportações (ICS). Para Figueiredo e Santos (2005), esses indicadores permitem acompanhar a evolução do fluxo de comércio externo dos produtos, facilitando a detecção de impactos positivos e/ou negativos nas políticas realizadas.

Para atingir os objetivos propostos, esse artigo está estruturado da seguinte forma, além desta introdução: na próxima seção apresenta-se a descrição dos procedimentos metodológicos; na seguinte são analisados os resultados obtidos e, por fim, na última seção são pontuadas as considerações finais do trabalho.

## Metodologia

Nesta seção, são apresentados os quatro indicadores utilizados no presente estudo, os quais têm por objetivo identificar os produtos do Estado do Ceará com vantagens comparativas no comércio exterior.

O primeiro destes quatro indicadores é o Indicador de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS), formalmente definido pela Expressão (1). De acordo com Hidalgo (1998), esse indicador revela a relação entre a participação de mercado do setor e a participação da região (estado) no total das exportações do País, concedendo uma medida da estrutura relativa das exportações de uma região (estado). Os valores fornecidos pelos resultados do IVCRS variam entre -1 e 1, sendo que o IVCRS entre 0 e 1 denota vantagem comparativa e, entre -1 e 0, denota desvantagem comparativa. Já quando o IVCRS adquire valor igual a 0, não há vantagem nem desvantagem. (LAURSEN, 1998).

$$IVCRS_{ik} = \frac{X_{ij}/X_{iz}}{X_j/X_z} - 1 \left/ \frac{X_{ij}/X_{iz}}{X_j/X_z} + 1 \right. \quad (1)$$

Em que:

$X_{ij}$  representa valor das exportações do setor  $i$  pelo estado  $j$  (CE);

$X_{iz}$  representa o valor das exportações do setor  $i$  da zona de referência  $z$  (Brasil);

$X_j$  representa valor total das exportações do estado  $j$  (CE); e,

$X_z$  representa valor total das exportações da zona de referência  $z$  (Brasil).

O segundo indicador é o Índice de Comércio Intraindústria (CII), que visa a caracterizar o comércio do Ceará. Este índice consiste na utilização da exportação e da importação simultânea de produtos do mesmo setor. Com o avanço e a difusão dos processos tecnológicos entre os países, muda-se a configuração do comércio internacional e o peso das vantagens comparativas (abundância de recursos). Apresenta-se como destaque o crescimento do comércio interindustrial. Conforme Appleyard, Field Júnior e Cobb (2010), diferentemente do comércio interindustrial, o comércio intraindústria é explicado pelas economias de escala e pela diferenciação do produto.

O indicador setorial do comércio intraindustrial (CII) foi desenvolvido por Grubel e Lloyd (1975), e é calculado conforme a Equação 2:

$$CII = 1 - \frac{\sum_i |X_i - M_i|}{\sum_i (X_i + M_i)} \quad (2)$$

Em que:

- $X_i$  representa as exportações do produto  $i$ ;
- $M_i$  representa as importações do produto  $i$ .

De acordo com Silva (2007), o CII varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior será o comércio intraindústria, e, quanto mais próximo de 0, menor será este comércio. De modo geral, quanto mais desenvolvido é o país (região ou estado), maior vai ser o índice de comércio intraindústria. O autor ainda destaca que, quando o indicador CII se aproximar de zero, pode-se concluir que há comércio interindustrial, e assim o comércio é explicado pelas vantagens comparativas, ou seja, observa-se a presença de comércio entre produtos de diferentes setores do Ceará com os países parceiros. Já quando o comércio for intraindústria, o comércio será dentro de um contexto em que o intercâmbio de um país (região ou estado) exporta e importa produtos similares, de modo a pertencerem a um mesmo segmento industrial, e isto é necessário para o processo de integração comercial; assim, quanto mais integrado for o Estado ao comércio internacional, maior seu comércio intraindustrial, o que reflete um maior nível de especialização.

O terceiro indicador é o ICS (ou coeficiente *Gini-Hirschman*), que quantifica a concentração das exportações de cada setor exportador  $i$  realizadas pelo estado  $j$  (Ceará). O ICS está representado na Equação 3:

$$ICS_{ij} = \sqrt{\sum_i \left( \frac{X_{ij}}{X_j} \right)^2} \quad (3)$$

Em que:

- $X_{ij}$  representa as exportações do setor  $i$  pelo estado  $j$  (CE); e,
- $X_j$  representa as exportações totais do estado  $j$  (CE).

De acordo com Costa et al. (2012), o valor do ICS está contido no intervalo  $[0,1]$ , e, deste modo, valores próximos a zero indicam que a região possui maior diversificação da pauta exportadora. Nesse caso, a região terá maior estabilidade

nas receitas advindas do comércio internacional. Já mais próximo de 1, a região possui pouca diversificação na pauta exportadora.

No intuito de atingir o objetivo de explanar o padrão comercial do Ceará, no período de 1999 a 2016, e apresentar os setores produtivos do estado, que apresentam maior especialização e competitividade, foram utilizados indicadores baseados nos fluxos comerciais. O banco de dados para o cálculo destes indicadores é obtido na Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil (MDIC), acessível através do Sistema de Análise de Informações do Comércio Exterior (Aliceweb2).<sup>1</sup>

Os dados relativos às importações e exportações desagregadas por setores apresentados neste artigo seguem o padrão da literatura empírica da área, apresentados por Feistel (2008) e Maia (2005). Os capítulos referem-se aos setores produtivos e, a partir de cada capítulo correspondente ao agrupamento de produtos, obtêm-se os valores das importações e exportações.<sup>2</sup>

## **Desenvolvimento**

### **Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica – IVCRS**

A Tabela 1 apresenta o IVCRS, do Ceará, no decorrer dos anos da pesquisa. Dos 14 setores analisados, em dois o Estado do Ceará apresentou vantagens comparativas (IVCRS>0), em todos os anos da série histórica. Deste modo, considera-se que esses setores, que foram os de calçados e couro (média 0,86) e o setor têxtil (média 0,71) apresentaram especialização permanente, no que se refere à competitividade e inserção cearense no mercado internacional. Não menos importante, o setor de alimentos, fumo e bebidas (cuja média foi de 0,09) apresentou IVCRS positiva em 15 dos 18 anos abrangidos por esta pesquisa. O indicador para este setor possui tendência decrescente, indicando ausência/perda de vantagem comparativa nos anos de 2013, 2014 e 2016.

---

<sup>1</sup> O Sistema Aliceweb2 está disponível no *site* <http://alicesweb2.mdic.gov.br>.

<sup>2</sup> Para classificar as mercadorias, em 1996 o Brasil passou a utilizar a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), utilizada pelos outros integrantes do bloco, baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (Capítulos SH). (SECEX, 2006).

**Tabela 1 – Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica para o Ceará**

Grupos de Produtos\Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Alimentos/fumo/bebidas	0,26	0,32	0,14	0,19	0,10	0,12	0,15	0,13	0,10	0,08
Minerais	-0,95	-0,89	-0,95	-0,97	-0,48	-0,84	-0,95	-0,81	-0,93	-0,91
Químicos	-1,00	-0,99	-0,99	-0,98	-0,98	-0,96	-0,96	-0,97	-0,96	-0,97
Plástico/borracha	-0,94	-0,95	-0,96	-0,94	-0,95	-0,86	-0,85	-0,80	-0,86	-0,93
Calçados/couro	0,72	0,72	0,77	0,78	0,80	0,82	0,84	0,86	0,87	0,91
Madeira	-1,00	-1,00	-1,00	-0,97	-0,97	-0,95	-0,98	-0,99	-0,99	-0,99
Papel	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,99	-0,99	-0,99	-0,94	-0,85
Têxtil	0,78	0,80	0,80	0,80	0,78	0,77	0,79	0,80	0,79	0,76
Min. N.-met/met. Preciosos	-0,51	-0,57	-0,37	-0,54	-0,54	-0,41	-0,30	-0,15	-0,21	-0,23
Metais comuns	-0,66	-0,72	-0,71	-0,73	-0,60	-0,40	-0,35	-0,43	-0,30	-0,33
Máquinas/equipamentos	-0,95	-0,90	-0,89	-0,92	-0,89	-0,80	-0,88	-0,85	-0,52	-0,56
Material transporte	-0,88	-0,89	-0,81	-0,75	-0,82	-0,81	-0,71	-0,75	-0,80	-0,82
Ótica/instrumentos	-0,22	-0,51	-0,10	-0,38	-0,48	-0,42	-0,35	-0,18	-0,82	-0,97
Outros	-0,79	-0,80	-0,68	-0,74	-0,61	-0,57	-0,38	-0,44	-0,28	-0,44

Grupos de Produtos\Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Alimentos/fumo/bebidas	0,06	0,09	0,07	0,04	-0,08	-0,13	0,01	-0,08
Minerais	-0,88	-0,84	-0,53	-0,73	-0,08	0,08	-0,59	-0,47
Químicos	-0,97	-0,97	-0,96	-0,77	-0,65	-0,96	-0,92	-0,89
Plástico/borracha	-0,90	-0,88	-0,87	-0,88	-0,86	-0,90	-0,89	-0,92
Calçados/couro	0,91	0,93	0,93	0,94	0,92	0,90	0,92	0,90
Madeira	-0,97	-0,95	-0,94	-0,99	-1,00	-0,99	-0,98	-1,00
Papel	-0,96	-0,99	-0,99	-0,98	-0,98	-0,98	-0,98	-0,97
Têxtil	0,67	0,70	0,71	0,64	0,64	0,41	0,59	0,54
Min. N.-met/met. Preciosos	-0,35	-0,35	-0,33	-0,26	-0,38	-0,34	-0,30	-0,31
Metais comuns	-0,34	-0,43	-0,34	-0,46	-0,63	-0,78	-0,63	0,36
Máquinas/equipamentos	-0,50	-0,59	-0,65	-0,55	-0,34	-0,53	-0,32	-0,15
Material transporte	-0,47	-0,89	-0,87	-0,83	-0,79	-0,86	-0,96	-0,91
Ótica/instrumentos	-0,97	-0,95	-0,88	-0,96	-0,89	-0,43	-0,56	-0,68
Outros	-0,53	-0,66	-0,63	-0,62	-0,67	-0,79	-0,84	-0,83

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados MDIC/Secex (2017).

Desse modo, observa-se que o setor que possui o IVCRS mais elevado, ao longo do período, é o de calçados e couro. De acordo com o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (DEPEC), (2017), em seus estudos em relação ao setor calçadista brasileiro, a Região Nordeste merece destaque na produção calçadista, sendo responsável por 36,1% do total produzido no País, e, deste modo, figura como a principal região produtora. Dentro deste contexto, em 1998, o Estado do Ceará respondia por 11,5% da participação nacional no número de pares exportados, e já em 2013 tomou a dianteira nacional, sendo o principal exportador, respondendo por 43,1% do total de pares exportados. Já em relação ao valor agregado, em 1998 o Ceará respondia por 4,9% na participação do valor exportado, ficando atrás de estados como o Rio Grande do Sul (participação de 86,0%) e São Paulo (participação de 7,4%). Mas, em 2013, ano mais atual da pesquisa do DEPEC, o estado respondia por 29,7% do valor exportado, permanecendo atrás apenas do Rio Grande do Sul, cuja participação foi de 36,5% naquele ano.

O setor têxtil possui a segunda maior média do IVCRS para o período abrangido entre 1999 e 2016. De acordo com Damasceno et al. (2015), o Estado do Ceará é considerado um dos maiores polos têxteis do País e conta com mais de 120 anos de história no setor, que vai desde o cultivo do algodão até a produção do vestuário propriamente dito. Desta forma, o estado se posiciona no cenário nacional como um centro dinâmico da moda. Quanto às exportações, de acordo com Souza (2014), o Ceará concentra mais de 90% das exportações de têxtil em tecidos de algodão, sendo o principal produto desenvolvido pelo setor no estado, e, deste modo, é o maior estado brasileiro exportador de tecidos de algodão.

Quanto ao IVCRS do estado ser positivo ao longo da maioria dos anos para o setor de alimentos, fumo e bebidas, merecem destaque as exportações de frutas do estado. De acordo com a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S. A. (ADECE, 2017), o Ceará é o terceiro maior estado exportador de frutas do Brasil, o que faz do Porto do Pecém o terminal brasileiro que mais exporta frutas, concentrando quase a metade de todas as frutas, exportadas no país. Os municípios cearenses, que mais se destacaram na produção de frutas estão nas regiões do Baixo e Médio Jaguaribe, como Icapuí, Aracati, Russas, Quixeré e Limoeiro do Norte. Quanto à perda de vantagem comparativa nos últimos anos, indicada pelo IVCRS negativo, de acordo com Costa e Castro



(2015), o setor de frutas no estado vem perdendo participação relativa na pauta exportadora do estado e isto é reflexo da queda nas exportações de castanha de caju. Entretanto, segundo os mesmos autores, esse setor ainda tem grande importância para o estado, com outras frutas ganhando destaque, como é o caso do melão.

Diante dos resultados do IVCRS, é possível compreender, sob a ótica das vantagens comparativas, que o Ceará possui poucos setores que apresentam vantagens comparativas, ou seja, a pauta produtiva do estado tem pouca diversificação. Em virtude disto, o estado pode ser vulnerável às oscilações de variáveis externas (mudança de preços internacionais, crises, etc.) e internas (estiagens, etc.).

### **Índice de comércio intraindústria – CII**

O CII mostrou que, dos 14 setores analisados, três indicaram comércio intraindústria ao longo da maioria do período analisado. Tais setores foram, em ordem decrescente dos resultados, alimentos, fumo e bebidas (média de 0,74); minerais não metais e metais preciosos (média de 0,67); e o setor têxtil (média de 0,65). Além desses três setores, o denominado “Outros”, que compreende a móveis, brinquedos, objetos de arte, etc. obteve média de 0,49 ao longo do período, mesmo possuindo um CII transitório entre comércio intraindústria (acima de 0,50) para interindustrial (abaixo de 0,50), e, deste modo, decrescente, indicou comércio intraindústria em 10 dos 18 anos da pesquisa: entre os anos de 2000 e 2002, e entre os anos de 2004 a 2010, conforme a Tabela 2.

**Tabela 2 – Índice de comércio intraindústria individual para o Ceará**

Grupos de Produtos\Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Alimentos/fumo/bebidas	0,84	0,74	0,76	0,70	0,61	0,53	0,38	0,54	0,68	0,83
Minerais	0,01	0,02	0,02	0,02	0,77	0,12	0,04	0,06	0,03	0,38
Químicos	0,00	0,01	0,01	0,02	0,01	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02
Plástico/borracha	0,05	0,06	0,03	0,05	0,06	0,13	0,11	0,14	0,14	0,05
Calçados/couro	0,14	0,16	0,09	0,04	0,02	0,06	0,04	0,14	0,13	0,15
Madeira	0,20	0,30	0,95	0,38	0,08	0,01	0,95	0,10	0,35	0,07
Papel	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,04	0,04	0,02	0,16	0,30
Têxtil	0,56	0,69	0,85	0,72	0,79	0,79	0,51	0,78	1,00	0,92
Min. N.-met/met. Preciosos	0,92	0,87	0,67	0,67	0,69	0,69	0,57	0,48	0,59	0,82
Metais comuns	0,37	0,34	0,29	0,35	0,68	0,87	0,68	0,40	0,46	0,29
Máquinas/equipamentos	0,04	0,09	0,05	0,02	0,07	0,31	0,20	0,26	0,39	0,19

**Novo Ciclo Econômico? Oportunidades e Desafios**

Material transporte	0,87	0,65	0,54	0,76	0,22	0,24	0,80	0,95	0,65	0,46
Ótica/instrumentos	0,39	0,22	0,46	0,33	0,45	0,37	0,36	0,38	0,04	0,01
Outros	0,44	0,80	0,52	0,53	0,41	0,56	0,56	0,90	0,82	0,62

Grupos de Produtos\Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Alimentos/fumo/bebidas	0,60	0,70	0,93	0,94	0,94	0,88	0,86	0,88
Minerais	0,22	0,13	0,48	0,21	0,50	0,72	0,09	0,25
Químicos	0,01	0,01	0,02	0,08	0,11	0,01	0,02	0,04
Plástico/borracha	0,09	0,06	0,06	0,05	0,05	0,04	0,04	0,04
Calçados/couro	0,09	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,07	0,05
Madeira	0,47	0,98	0,56	0,06	0,01	0,01	0,03	0,00
Papel	0,09	0,02	0,01	0,02	0,04	0,03	0,03	0,14
Têxtil	0,64	0,62	0,52	0,62	0,50	0,27	0,44	0,54
Min. N.-met/met. Preciosos	0,94	0,88	0,73	0,41	0,38	0,52	0,53	0,66
Metais comuns	0,32	0,12	0,21	0,13	0,06	0,05	0,11	0,74
Máquinas/equipamentos	0,19	0,12	0,09	0,07	0,17	0,13	0,19	0,07
Material transporte	0,98	0,12	0,16	0,16	0,22	0,11	0,02	0,32
Ótica/instrumentos	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,13	0,10	0,12
Outros	0,71	0,63	0,21	0,28	0,25	0,19	0,07	0,29

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados MDIC/SECEX (2017).

Quanto à análise dos setores agregados no CII, os resultados indicaram comércio interindústria para o Ceará, apresentando média aproximada de 37% entre 1999 e 2016 (Tabela 3). Ou seja, em média, o Ceará apresenta especialização nos setores com vantagens comparativas como o de calçados e couro e o setor têxtil.

**Tabela 3 – Índice de comércio intraindústria (CII) agregado para o Ceará**

Ano	CII	Ano	CII
1999	0,47	2008	0,44
2000	0,44	2009	0,35
2001	0,40	2010	0,27
2002	0,34	2011	0,41
2003	0,43	2012	0,32
2004	0,41	2013	0,38
2005	0,30	2014	0,38
2006	0,33	2015	0,27
2007	0,40	2016	0,29

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados MDIC/SECEX (2017).

Dentre os setores com maior CII, observa-se que o de alimentos, fumo e bebidas apresenta alto índice de comércio intraindústria, na maior parte do tempo, indicando forte inserção externa, pois se trata de um segmento baseado em expressivas escalas de produção, evidenciando fluxos comerciais de bens do mesmo setor entre o Ceará e o restante do mundo. De acordo com Santos e Santos (2016), o Estado do Ceará vem contribuindo para os resultados positivos do agronegócio brasileiro. Ao longo da década de 1990, ocorreram mudanças estruturais no estado, que buscaram desenvolver o setor agrícola, aumentando sua participação no mercado interno e externo. Os autores ainda destacam que, apesar de o Ceará não ter uma economia originalmente voltada para o mercado externo naquela época, hoje passa a negociar transações importantes com outros países. Num período mais atual, alguns produtos se destacaram na pauta de exportação do agronegócio cearense, dentre eles produtos tradicionais, como a amêndoa da castanha-de-cajo e produtos que emergem como potenciais produtos a serem exportados, como o melão.

Quanto ao desempenho do CII para o setor de minerais não metais e metais preciosos, de acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, 2017), o setor de rochas ornamentais, dentro da pauta exportadora do estado, está em ascensão, e se espera que este setor ganhe um impulso ainda maior, a partir da instalação das indústrias na Zona de Processamento de Exportações (ZPE), em 2017. Segundo o SENAI, as exportações deste setor foram intensificadas desde 2013, e com o atual potencial geológico do estado e com a ZPE, aliados à industrialização, a tendência é de que as exportações continuem aumentando. Dentro do grupo das rochas ornamentais, o grupo “Granito, simplesmente talhado ou serrado, de superfície plana ou lisa”, grupo de rochas de maior vulto nas exportações de rochas ornamentais do estado, teve um crescimento de 59,4% dentro das exportações do Ceará de 2015 para 2016, partindo de um valor de exportações em 2015 de aproximadamente US\$ 8 milhões, para o vulto de aproximados US\$ 13 milhões em 2016 (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DO CEARÁ – CIN, 2017).

Ainda, em relação ao CII, para o setor têxtil, de acordo com Viana et al. (2012), o Estado do Ceará vem se destacando na atração de empresas têxteis, desde a década de 1990, aumentando a importância desse segmento econômico, que há algumas décadas tem tradição no setor, especialmente na fiação. Segundo o autor, no Estado do Ceará, o setor têxtil é um dos mais

intensivos em capital do que em mão de obra, com a incorporação de novas tecnologias de produção, especialmente nos segmentos de fiação e tecelagem.

Por último, em relação ao setor denominado “Outros”, o comportamento do indicador pode ser explicado pela importância do comércio cearense de brinquedos, o qual segue uma tendência nacional. De acordo com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI, 2014), a posição brasileira dentre os dez principais mercados no setor de brinquedos é o resultado de um processo de ampliação da participação dos países em desenvolvimento, no consumo mundial de brinquedos. Além do Brasil, países como Índia, México e China figuraram entre os dez principais mercados internacionais no segmento em fins da primeira década de 2000, o que pode ser entendido como um reflexo do crescimento econômico verificado nesses países e da crise internacional que abalou as economias centrais. Entretanto, ainda de acordo com a ABDI, a indústria brasileira de brinquedos, assim como a indústria de outros países, vem enfrentando uma competição bastante acirrada por parte dos países asiáticos, em especial a China, que responde pela grande maioria do volume importado pelo Brasil. A vantagem competitiva chinesa não está apenas no custo de mão de obra, mas também na escala de produção, visto que responde por grande parte da oferta mundial. Para as maiores empresas brasileiras do setor, o porte relativo pequeno em relação às empresas mundiais cria desvantagens de escala, e ainda é necessário maior esforço no lançamento de novos produtos e aumento dos investimentos em inovação de produtos e materiais. Segundo a ABDI, as estratégias do setor devem identificar os mecanismos possíveis da inovação, pois o setor de fabricação de brinquedos demonstra uma força inovadora introduzida pela indústria de transformados plásticos em contínuo desenvolvimento de novos materiais e novos processos de fabricação, bem como na inovação de produtos. Deste modo, a inovação atrai demanda mediante a variedade de lançamentos que caracterizam este mercado local e globalmente.

### **Índice de concentração setorial das exportações – ICS**

De acordo com Cardozo (2011), a política de atração de empresas do estado do Ceará, que fazia parte das políticas nacionais que tinham como objetivo o desenvolvimento regional e a superação das heterogeneidades regionais, desde 1990, não foi capaz de modificar a participação do estado no valor da transformação industrial, nem de promover mudanças significativas na

estrutura produtiva estadual, no sentido de maior diversificação e complexidade de sua estrutura industrial. Diante desse quadro, a Tabela 4 apresenta o grau de concentração das exportações (ICS) do Ceará.

**Tabela 4** – Índice de concentração setorial das exportações para o Ceará

Ano	ICS	Ano	ICS
1999	0,60	2008	0,57
2000	0,58	2009	0,58
2001	0,56	2010	0,60
2002	0,57	2011	0,56
2003	0,54	2012	0,58
2004	0,54	2013	0,52
2005	0,54	2014	0,54
2006	0,55	2015	0,59
2007	0,54	2016	0,50

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados MDIC/SECEX (2017).

De acordo com os resultados da Tabela 4, é possível afirmar que, mesmo com um resultado moderado e perto da média, a qual foi de 0,56 ao longo do período, o Ceará apresenta uma pauta de exportações concentrada em poucos setores, e ainda leva-se em consideração que, em nenhum dos anos, o indicador ficou abaixo de 0,50 para o estado, oscilando entre 0,50 e 0,60. Esse resultado é reflexo das vantagens comparativas do estado, visto que os resultados alcançados pelo IVCRS indicaram que apenas 21,43% dos setores apresentaram vantagem comparativa, bem como o CII indica que 78,57% dos setores apresentam comércio baseado em vantagens comparativas, ou seja, interindustrial.

De acordo com SECEX (2017), ao longo do período, os setores que mais aumentaram as exportações foram químicos, minerais, máquinas e equipamentos, o setor de papel e o de metais comuns. Todavia, os setores que apresentaram menor crescimento foram o de minerais não metais e metais preciosos; o de calçados e couro; o de plástico e borracha; o de material de transporte; o setor de alimentos, fumo e bebidas e o setor denominado como “outros”.

## **Considerações finais**

Este estudo permitiu esclarecer o padrão do comércio exterior dos variados setores do Estado do Ceará. As observações conjuntas dos resultados apresentados neste artigo permitiram destacar as particularidades setoriais da competitividade, no Estado do Ceará, no comércio exterior, revelando que existem quatro grupos competitivos no mercado internacional deste estado: calçados/couro; têxtil; alimentos, fumo e bebidas; e o setor de minerais não metais e metais preciosos.

Mesmo que o Estado do Ceará esteja participando de políticas de atração de incentivos para a indústria de transformação, tal feito não foi capaz de modificar a sua participação no valor da transformação industrial, e, assim, esse estado ainda não conseguiu promover mudanças significativas na estrutura produtiva estadual, no sentido de uma maior diversificação e maior complexidade de sua estrutura industrial. Observa-se que, ao longo do período, o padrão de especialização permanece praticamente inalterado, e os indicadores apontam um padrão de exportação baseado prioritariamente em produtos intensivos em recursos naturais e produtos da indústria de transformação tradicional. Esses produtos são pouco capazes de gerar vantagens comparativas dinâmicas, ou seja, baseadas em inovações tecnológicas, como são encontradas nos padrões internacionais de comércio dos países desenvolvidos.

Considerando a importância do comércio intraindústria, os principais setores que apresentaram esse tipo de comércio, ao longo do período analisado, foram alimentos, fumo e bebidas; minerais não metais e metais preciosos e o setor têxtil.

Entre as limitações do trabalho está o fato de os índices utilizados serem estáticos, ou seja, permitem a análise em períodos de tempos específicos, não compreendendo diversas alterações em fatores econômicos como barreiras comerciais, tratados de livre comércio e variações no consumo interno. Por isso, como sugestão, faz-se pertinente a realização de estudos com a utilização de Modelos de Equilíbrio Geral Dinâmicos, os quais possam mensurar os impactos de políticas econômicas na economia cearense.

## **Referências**

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI). **Indústria e desenvolvimento:** instrumentos de política industrial no Brasil. 2014. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/Volume%208-1%20Finalizado.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S. A. (ADECE). **Câmara setorial das frutas – Ceará**. 2017. Disponível em: <<http://www.adece.ce.gov.br/index.php/fruticultura>>. Acesso em: 25 fev. 2017.
- ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR- ALICEWEB. **Consultas**. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 26 fev. 2017.
- APPLEYARD, D.; FIELD JR., A, J.; COBB, S. L. **Economia internacional**. 6. ed. Porto Alegre: McGraw Hill, 2010.
- CARDOZO, S. A. Políticas estaduais de atração de investimentos baseadas em isenção fiscal: uma análise do estado do Ceará de 1995 a 2008. **Documentos Técnico-Científicos**, v. 42, n. 3, 2011.
- CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DO CEARÁ – CIN. **Miniestudo setorial – rochas ornamentais**. Disponível em: <<http://www1.sfiec.org.br/sites/sistema-fiec/files/files/01%20JAN%20Miniestudo%20Rochas%20Ornamentais.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2017.
- COSTA, L. V. et al. Competitividade e padrão de especialização do fluxo industrial de comércio exterior do Paraná, 1996 a 2008. **Revista de Economia**, v. 38, n. 3 (ano 36), p. 7-29, 2012.
- COSTA, R. A.; CASTRO, I. S. B. O comércio internacional do Ceará (1997-2012): uma análise a partir de Heckscher – Ohlin. **CONTEXTUS Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 13, n. 3, 2015.
- DAMASCENO, T. N. F. et al. Os desafios do *e-commerce*: estudo de caso em uma empresa têxtil no Estado do Ceará. **Revista Científica DR**, v. 1, n. 1, 2015.
- DEPARTAMENTO DE PESQUISAS E ESTUDOS ECONÔMICOS (DEPEC). **Calçados**. 2017. Disponível em: <[https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset\\_calcados.pdf](https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_calcados.pdf)>. Acesso em: 24 fev. 2017.
- FEISTEL, P. R. Modelo Gravitacional: um teste para economia do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Administração**, v. 1, p. 94-107, 2008.
- FIGUEIREDO, A. M.; SANTOS, M. L. dos. Evolução das vantagens comparativas do Brasil no comércio mundial. **Revista de Política Agrícola**, São Paulo, v. 1, p. 9-16, 2005.
- GRUBEL, H.; LLOYD, P. **Intra-industry trade: the theory and the measurement of international trade in differentiated products**. London: Macmillan, 1975.
- HIDALGO, A. B. Especialização e competitividade do Nordeste brasileiro no mercado internacional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza: BNE, v. 29, p. 491-414, jul./set. 1998.
- HIDALGO, A. B.; FEISTEL, P. R. O intercâmbio comercial Nordeste – Mercosul: a questão das vantagens comparativas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.38, n.1, p. 130-142, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Perfil dos estados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ce>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

LAURSEN, K. Revealed comparative advantage and the alternatives as Measures of International specialization. **Working Paper**, Copenhagen: Danish Research Unit for Dynamics, n. 98-30, 1998.

MAIA, S. F. Transformações na estrutura produtiva do estado do Paraná na década de 90: análise por vantagem comparativa. In: MAIA, S. F.; MEDEIROS, N. H. (Org.). **Transformações recentes da economia paranaense**. Recife: Editora Universitária, 2005. v. 1, p. 65-88.

MELO, M. C. P. Comércio exterior do Estado do Ceará no período recente: expansão quantitativa ou diferenciada. In: ROSA, Antonio Lisboa Teles da; Holanda, Marcos Costa; VIANA, Pedro Jorge Ramos (Org.). **Economia do Ceará em debate**. Fortaleza: IPECE, 2007. v. 1, p. 85-112.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Balança comercial**. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-unidades-da-federacao> >. Acesso em: 6 mar. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Séries Históricas**. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas> >. Acesso em: 6 mar. 2017.

ROCHA, M. E. B; SENA, A. M. C. Exportações e crescimento econômico do Ceará no período 1985-2002. In: XLIV CONGRESSO DA SOBER. Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento, 2006. **Resumos [...]** Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), p. 1-16, 2006.

SANTOS, J. R. P. dos; SANTOS, J. M. dos. Estudo da competitividade das exportações de melão nos estados de Rio Grande do Norte e Ceará de 1997- 2014. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 2, n. 34, 2016.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI). **Setor de rochas ornamentais fecha 2016 com superávit na balança comercial**. 2017. Disponível em: < <http://www.senai-ce.org.br/101579/fiecnoficias/setor-de-rochas-ornamentais-fecha-2016-com-superavit-na-balanca-comercial> >. Acesso em: 25 fev. 2017.

SILVA, K. A. O. da. **Padrão de especialização e competitividade das exportações de Minas Gerais no período recente**. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SOUZA, A. C. L. M. **Estrutura e competitividade do setor têxtil cearense e brasileiro no período de 2000 a 2011**. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

VIANA, F. L. E. et al. Fontes de obtenção de vantagem competitiva em empresas industriais: uma análise nas indústrias têxtil e de calçados do Ceará. **Documentos Técnico – Científicos**, v. 43, n. 3, 2012.





## Padrão de especialização do comércio internacional do Maranhão (1999-2016)

*Specialization pattern in international trade of Maranhão (1999-2016)*

Marcelo Schwalm Bender<sup>\*</sup>

Laís Viera Trevisan<sup>\*\*</sup>

Alison Geovani Schwingel Franck<sup>\*\*\*</sup>

Rodrigo Abbade da Silva<sup>#</sup>

Daniel Arruda Coronel<sup>###</sup>

**Resumo:** Este estudo buscou avaliar o padrão de especialização do comércio internacional do Estado do Maranhão, identificando os setores produtivos mais dinâmicos, no período entre 1999 e 2016. Neste sentido, foram calculados os Indicadores de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS), de Comércio Intraindústria (CII) e Taxa de Cobertura das Importações (TC). Os resultados dos cálculos do IVCRS e pelo CII apontam que esse estado possui dois setores competitivos no mercado internacional, os quais são metais comuns e químicos. Além daqueles indicadores, o TC apontou que os setores que mais superaram as importações, em relação ao valor exportado, são os de calçados e couro, têxtil e metais comuns.

**Palavras-chave:** Exportações. Vantagem comparative. Maranhão.

**Abstract:** This study aimed to evaluate the specialization pattern in international trade in the state of Maranhão, identifying the most dynamic productive sectors in the period between 1999

---

<sup>\*</sup> Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista de Iniciação Científica (Pibic) do CNPq. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8204095839893497>. E-mail: marcelobender98@hotmail.com.

<sup>\*\*</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas (PPGOP), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Assistente em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0833905079327471>. E-mail: laisvtrevisan@gmail.com.

<sup>\*\*\*</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0185020655049094>. E-mail: alischfranck@hotmail.com.

<sup>#</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5874100127589654>. E-mail: abbaders@gmail.com.

<sup>###</sup> Professor adjunto nos Programas de Pós-Graduação em Agronegócio e de Gestão de Organizações Públicas da UFSM. Diretor da editora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista de Produtividade do CNPq. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9265604274170933>. E-mail: daniel.coronel@uol.com.br.

and 2016. In this sense, the Revealed Symmetric Comparative Advantage (RSCA) indicator was calculated, as well as the Intra-industry trade index (IIT) and the Import Coverage Ratio (IC). The data were obtained from the website of the Foreign Trade Office – SECEX. The results of the calculations of the RSCA and the IIT indicate that the state has two competitive sectors in the international market: common metals and chemicals. In addition to these indicators, the IC pointed out that the footwear and leather, textiles and metals are the sectors that most exceed imports in relation to the exported value.

**Keywords:** Exports. Comparative advantage. Maranhão.

## **Introdução**

Na década de 1990, ocorreu no Brasil um aprofundamento do processo de liberalização econômica, proporcionando a entrada de produtos brasileiros no mercado internacional, bem como a inserção de diversos produtos estrangeiros no País. Com as medidas tomadas na época, esperava-se maior exposição ao comércio internacional e um aumento da competitividade das empresas nacionais.

De acordo com Rossi Júnior e Ferreira (1999), a abertura comercial permitiu maior especialização do País nos setores em que sua vantagem competitiva é maior, aumentando sua produtividade média e marginal.

As relações comerciais entre as nações são fonte de estudo de diversas teorias. A primeira delas foi a Teoria da Vantagem Absoluta, de Adam Smith (1776), a qual, conforme Coutinho et al. (2005), cada país deve se concentrar na produção dos bens que lhe oferecem vantagem absoluta. David Ricardo (1817) desenvolveu a Teoria das Vantagens Comparativas, enfatizando que as vantagens comparativas são provenientes de um único fator: as diferenças existentes entre as nações, com relação à produtividade do trabalho. (HIDALGO; MATA, 2004b). Em 1933, surgiu a Teoria das Proporções dos Fatores, criada pelos economistas suecos Eli Heckscher e Bertil Ohlin, a qual evidenciou as diferenças internacionais nas dotações de fatores. Segundo essa teoria, um país exporta mercadorias intensivas no fator relativamente abundante e importa mercadorias intensivas no fator escasso. (HIDALGO, 1998).

Dentro dessa discussão, compreendendo-se a significância do tema para o desenvolvimento de estratégias de comércio internacional das nações, evidencia-se a importância de estudar a pauta exportadora dos estados brasileiros. Neste artigo, especificamente, é abordado o padrão de exportações do Maranhão, bem como os impactos da sua abertura comercial.

Salienta-se a relevância de estudar o Estado do Maranhão, considerando sua participação na produção e exportação de produtos de setores como alumina calcinada, pasta química madeira, soja, ferro fundido, algodão, óleo *diesel*, entre outros. O estado localiza-se na Região Nordeste do Brasil e possui como capital a cidade de São Luís. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2017) para 2016, a população é de aproximadamente 6.954.036 pessoas, distribuídas pelos 217 municípios, em uma área de 331.936,949km<sup>2</sup>.

Neste contexto, este estudo visa a analisar o padrão de especialização das exportações do Maranhão, no período de 1999 a 2016, identificando os setores produtivos mais dinâmicos do estado e compreendendo a composição da sua pauta exportadora. Para alcançar tais objetivos, foram utilizados alguns índices de comércio internacional. São eles indicador de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS), Comércio Intraindústria (CII) e Taxa de Cobertura das Importações (TC).

Assim, este artigo está estruturado da seguinte forma, além desta introdução: na próxima seção apresenta-se a descrição dos procedimentos metodológicos; na seguinte são analisados os resultados obtidos e, por fim, na última seção são pontuadas as considerações finais do trabalho.

## **Metodologia**

Na seção da metodologia, identificam-se os quatro indicadores utilizados para o desenvolvimento deste estudo: Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS), de Comércio Intraindústria (CII) e Taxa de Cobertura das Importações (TC), a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), os quais objetivam demonstrar os setores do Maranhão com vantagens comparativas no comércio exterior, ou seja, os setores mais especializados no comércio internacional do Estado do Maranhão.

O indicador de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS) é formalmente definido pela Expressão (1). Este indicador revela a relação entre participação de mercado do setor e a participação da região (estado) no total das exportações do País, fornecendo uma medida da estrutura relativa das exportações de uma região (estado). O IVCRS varia de forma linear entre -1 e 1. O país/região que tiver resultado entre 0 e 1, terá vantagem comparativa no produto analisado. Se o IVCRS for igual a zero, terá a competitividade média dos

demais exportadores e, se variar entre -1 e 0, terá desvantagem comparativa. (SILVA et al., 2015).

$$IVCRS_{ik} = \frac{X_{ij}/X_{iz}}{X_j/X_z} - 1 \left/ \frac{X_{ij}/X_{iz}}{X_j/X_z} + 1 \right. \quad (1)$$

Em que:

$X_{ij}$  representa valor das exportações do setor  $i$  pelo Estado  $j$  (MA);

$X_{iz}$  representa o valor das exportações do setor  $i$  da zona de referência  $z$  (Brasil);

$X_j$  representa valor total das exportações do estado  $j$  (MA); e

$X_z$  representa valor total das exportações da zona de referência  $z$  (Brasil).

Para Hidalgo (1998), quando uma região exporta grande volume de determinado produto, em relação ao que é exportado desse mesmo produto pelo país, ela possui vantagem comparativa na produção desse bem. Outrossim, em um ambiente cada vez mais globalizado e integrado, o fluxo comercial é caracterizado por um crescente comércio intraindústria. Desta forma, a expansão do comércio nos processos de integração econômica, em geral, acontece através desse tipo de comércio. Assim, o conhecimento desse comércio é importante na formulação de estratégias de inserção internacional para uma economia. (HIDALGO; DA MATA, 2004a).

O segundo é o Índice de Comércio Intraindústria (CII), o qual visa a caracterizar o comércio do Estado do Maranhão. Este índice consiste na utilização da exportação e importação simultânea de produtos do mesmo setor. Com o avanço e a difusão dos processos tecnológicos entre os países, muda-se a configuração do comércio internacional e o peso das vantagens comparativas (abundância de recursos). Apresenta-se como destaque o crescimento do comércio interindustrial. Assim, diferentemente do comércio interindustrial, o comércio intraindústria é explicado pelas economias de escala e pela diferenciação do produto. (SILVA et al., 2016).

O indicador setorial do comércio intraindustrial (CII) foi desenvolvido por Grubel e Lloyd (1975), e pode ser apresentado conforme a Equação 2:

$$CII = 1 - \frac{\sum_i |X_i - M_i|}{\sum_i (X_i + M_i)} \quad (2)$$

Em que:

$X_i$  representa as exportações do produto  $i$ ;

$M_i$  representa as importações do produto  $i$ .

Quando o indicador CII aproximar de zero, pode-se concluir que há comércio interindustrial; neste caso, o comércio é explicado pelas vantagens comparativas, ou seja, observa-se a presença de comércio entre produtos de diferentes setores do Maranhão com países parceiros. Esse evento pode ser observado ao constatar ocorrência de apenas importação ou apenas exportação do setor  $i$  (ou produto  $i$ ). Por outro lado, quando CII for maior que 0,5 ( $CII > 0,5$ ), o comércio é caracterizado como sendo intraindustrial.

Assim, o padrão de comércio intraindustrial reflete uma pauta exportadora que, por sua vez, sucede uma estrutura produtiva dinamizada em progresso tecnológico e em economias de escala (ampliação de mercados). Todavia, a configuração interindustrial reflete o ordenamento entre os setores produtivos, baseado no uso da dotação de fatores e sob concorrência perfeita. Esse arranjo explicativo das trocas comerciais pode indicar se determinado participante do comércio internacional alcançou ganhos de competitividade. Ressalta-se que, em meio à profusão de conceitos que foram dados a esse termo, entende-se, neste artigo, diante dos alcances e das limitações dos índices utilizados, que alcançar competitividade internacional significa atingir os maiores níveis de vantagem comparativa revelada e o padrão de inserção intraindustrial.

O terceiro indicador é a taxa de cobertura das importações (TC), o qual indica quantas vezes o volume das exportações do setor  $i$  está cobrindo seu volume de importação. O índice é obtido através da seguinte Equação 3:

$$TC_{ij} = \frac{X_{ij} / M_{ij}}{X_i / M_i} \quad (3)$$

Em que:

$X_{ij}$  representa as exportações do setor  $i$  do Estado  $j$  (MA);

$M_{ij}$  representa as importações do setor  $i$  do Estado  $j$  (MA);

$X_i$  representa as exportações do produto  $i$ ; e

$M_i$  representa as importações do produto  $i$ .

A interpretação da taxa de cobertura é a de que, quando maior que um, o setor contribui para o superávit da balança comercial da região; inversamente, quando menor que um, o setor contribui para o déficit da balança. O cálculo da Taxa de Cobertura (TC), juntamente com o VCR, identifica os pontos fortes e

fracos das transações externas de determinada economia regional. (PEREIRA et al., 2009).

Para alcançar o objetivo de explanar o padrão comercial do Maranhão, no período 1999 a 2016, e apresentar os setores com maior produtividade do estado, ou seja, aqueles que apresentam maior especialização e competitividade, foram utilizados indicadores baseados nos fluxos comerciais. O banco de dados para o cálculo destes indicadores encontra-se na Secretaria do Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil (MDIC, 2017), acessível através do Sistema de Análise de Informações do Comércio Exterior (Aliceweb2).<sup>1</sup>

Os dados relativos às importações e às exportações desagregadas por setores seguem o padrão da literatura empírica da área, como apresentam Feistel (2008) e Maia (2005). Tais autores estabelecem capítulos, divididos em setores produtivos, e, deste modo, cada capítulo corresponde a um agrupamento de produtos. Assim, obtêm-se os valores das importações e exportações, agregando-os no padrão já utilizado por tais autores.

## **Desenvolvimento**

### **Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica – IVCRS**

A Tabela 1 demonstra a evolução do IVCRS do Maranhão, de 1999 a 2016. Dos 14 setores analisados, em dois o Estado do Maranhão apresentou vantagens comparativas (IVCRS>0) em todos os anos da série histórica. Ou seja, esses setores apresentaram especialização permanente, no que se refere à competitividade e inserção maranhense no mercado internacional. Tais setores foram os de metais comuns (média de IVCRS de 0,57) e químicos (média de IVCRS de 0,44).

---

<sup>1</sup> O Sistema Aliceweb2 está disponível no site <http://alicesweb2.mdic.gov.br> (ALICEWEB, 2017).

**Tabela 1 – Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica para o Maranhão**

Grupos de Produtos\Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Alimentos/fumo/bebidas	-0,49	-0,33	-0,33	-0,36	-0,26	-0,30	-0,28	-0,32	-0,38	-0,29	-0,02	-0,37	-0,22	-0,09	-0,06	-0,12	-0,15	-0,32
Minerais	-1,00	-1,00	-1,00	-0,96	-0,21	0,28	0,25	-0,02	0,09	0,09	-0,43	0,33	-0,01	-0,17	-0,97	-1,00	-1,00	-0,83
Químicos	0,20	0,25	0,41	0,34	0,35	0,26	0,32	0,32	0,20	0,15	0,31	0,48	0,69	0,68	0,77	0,75	0,74	0,78
Plástico/borracha	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00
Calçados/couro	-0,90	-0,92	-0,96	-0,86	-0,96	-0,98	-0,96	-0,85	-0,86	-0,97	-0,99	-0,85	-0,58	-0,87	-0,86	-0,87	-0,88	-0,74
Madeira	-0,74	-0,67	-0,42	-0,38	-0,26	-0,51	-0,53	-0,56	-0,58	-0,61	-0,86	-0,99	-0,99	-0,97	-0,98	-0,99	-0,99	-0,95
Papel	-1,00	-1,00	-1,00	-0,95	-0,93	-0,82	-0,82	-0,98	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	0,67	0,71	0,73
Têxtil	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,93	-0,86	-0,89	-0,80	-0,74	-0,58	0,04	-0,32	-0,02	-0,02	0,19	-0,03	0,01	0,28
Min. N.-met/met. Preciosos	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,99	-1,00	-1,00	-1,00	-0,57	0,08	0,34	0,33	0,16	-0,20	-1,00
Metais comuns	0,75	0,74	0,77	0,75	0,71	0,66	0,64	0,69	0,69	0,67	0,70	0,42	0,48	0,51	0,61	0,32	0,07	0,09
Máquinas/equipamentos	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,99	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00
Material transporte	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00
Ótica/instrumentos	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,99	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00
Outros	-0,98	-0,74	-0,94	-0,66	-0,52	-0,58	-0,63	-0,94	-1,00	-0,99	-1,00	-1,00	-0,52	-0,78	-0,48	-1,00	-0,99	-1,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados MDIC/SECEX (2017).

Segundo dados do MDIC (2017), o desempenho do setor de metais comuns, bem como o do setor químico, está associado às exportações de ferro e aço, para o primeiro, e de corindo e óxidos e hidróxidos de alumínio, para o segundo, visto que, dentro de tais setores, esses produtos obtiveram os maiores valores de exportação. Ainda, esta percepção corrobora o estudo de Silva (2013), que avaliou o comércio exterior maranhense durante os anos 2000, e explica que, quanto às exportações do estado, merecem destaque as exportações de ferro fundido bruto não ligado, de alumínio não ligado em forma bruta, e da alumina calcinada, os quais são exportações de média/baixa intensidade tecnológica e se apresentam como os principais produtos exportados durante o período.

A partir destas análises e sob a perspectiva das vantagens comparativas, compreende-se que o Maranhão possui poucos setores que apresentam vantagens comparativas, ou seja, pauta produtiva com pouca diversificação. Isso indica que o estado pode ser vulnerável às oscilações de variáveis externas (mudança de preços internacionais, crises, etc.) e internas (estiagens, etc.).

## Índice de comércio intraindústria – CII

Na Tabela 2, são apresentados os resultados do CII, o qual representa o padrão comercial dentro de um mesmo setor. Dos 14 setores analisados, apenas o setor de químicos indica a existência de comércio intraindústria ao longo de todo o período analisado. Quanto aos outros setores, o coeficiente revela CII em períodos esparsos e reduzidos, de modo que o comércio se caracteriza como predominantemente inter-industrial para tais setores do estado.

**Tabela 2 – Índice de comércio intraindústria individual para o Maranhão**

Grupos de Produtos\Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Alimentos/fumo/bebidas	0,33	0,33	0,30	0,31	0,23	0,18	0,13	0,14	0,18	0,17	0,23	0,36	0,34	0,23	0,39	0,40	0,32	0,91
Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,17	0,55	0,51	0,29	0,36	0,32	0,12	0,63	0,26	0,17	0,00	0,00	0,00	0,05
Químicos	0,68	0,61	0,81	0,72	0,80	0,87	0,84	0,83	0,97	0,68	0,79	0,67	0,67	0,80	0,69	0,60	0,57	0,52
Plástico/borracha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Calçados/couro	0,22	0,30	0,53	0,08	0,14	0,01	0,00	0,02	0,00	0,05	0,99	0,20	0,09	0,33	0,32	0,23	0,35	0,18
Madeira	0,01	0,00	0,08	0,01	0,04	0,04	0,02	0,02	0,01	0,21	0,38	0,10	0,03	0,05	0,17	0,07	0,07	0,63
Papel	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	0,01	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Têxtil	0,00	0,00	0,05	0,03	0,93	0,69	0,62	0,58	0,29	0,05	0,03	0,02	0,00	0,01	0,04	0,09	0,08	0,07
Min. N.-met/met. Preciosos	0,00	0,08	0,00	0,00	0,00	0,01	0,05	0,27	0,00	0,04	0,00	0,13	0,07	0,06	0,12	0,06	0,06	0,00
Metais comuns	0,01	0,03	0,15	0,03	0,04	0,02	0,03	0,04	0,04	0,06	0,21	0,27	0,17	0,16	0,35	0,22	0,50	0,36
Máquinas/equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
Material transporte	0,00	0,00	0,02	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02
Ótica/instrumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,66	0,02	0,16	0,09	0,07	0,00	0,01	0,18	0,07	0,99	0,00	0,00	0,76	0,74	0,91	0,01	0,29	0,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados MDIC/SECEX (2017).

Fazendo a análise do CII de maneira agregada para os setores, os resultados indicaram comércio interindústria para o Maranhão, variando em torno de 24% entre 1999 e 2016. Ou seja, em média, o Maranhão apresenta especialização no setor de químicos (o qual também apresentou vantagens comparativas), conforme a Tabela 3.



**Tabela 3** – Índice de comércio intraindústria – CII agregado para o Maranhão

Ano	CII	Ano	CII
1999	0,09	2008	0,27
2000	0,09	2009	0,21
2001	0,13	2010	0,56
2002	0,08	2011	0,31
2003	0,19	2012	0,24
2004	0,34	2013	0,17
2005	0,35	2014	0,14
2006	0,24	2015	0,21
2007	0,29	2016	0,35

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados MDIC/SECEX (2017).

A importância do setor químico maranhense está associada à produção e exportação de derivados de alumínio. De acordo com Pereira e Coronel (2015), a economia maranhense, que possuía uma trajetória de longos períodos de tentativa de se industrializar e carecia de grandes investimentos, chegou à década de 1980 com incentivos fiscais oferecidos pelos governos federal e estadual, que trouxeram facilidades de crédito para atrair investidores. Com tais incentivos, um dos principais resultados foi a implantação da Alumar (Consórcio de Alumínio do Maranhão) – produtor de alumina e alumínio no Estado do Maranhão.

### **Taxa de cobertura das importações – TC**

Dentre os setores mais relevantes na pauta exportadora maranhense, que apresentaram maiores taxas de cobertura, ou maiores vantagens comparativas relativas às respectivas importações, ao longo da série, ordenados do maior ao menor, foram os seguintes: calçados/couro, com média de 393768; têxtil, com média de 135,48 e metais comuns com média de 36,47. Por isso, interpretam-se as variações nos três principais setores supracitados. Não menos importantes, os demais setores indicam que as exportações cobrem as importações de alimentos, fumo e bebidas e químicos, com médias de 9,09 e 2,34, respectivamente, no intervalo de tempo analisado, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Taxa de cobertura do comércio do Maranhão – 1999-2016

Grupos de Produtos\Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Alimentos/fumo/bebidas	2,84	3,19	8,53	7,20	6,83	6,16	11,35	13,60	11,04	16,13	12,42	5,98	10,09	18,28	12,44	10,31	6,17	1,14
Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,23	0,26	0,17	0,24	0,28	0,11	0,60	0,32	0,22	0,00	0,00	0,00	0,02
Químicos	1,07	1,47	2,24	2,37	1,34	0,77	1,07	1,44	1,02	0,74	1,06	2,59	4,16	3,62	5,59	5,96	2,98	2,70
Plástico/borracha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Calçados/couro	4,45	3,57	4,20	33,89	11,65	123,39	6836058,90	119,70	251288,86	51,77	1,62	11,91	46,35	12,24	15,39	20,02	5,71	9,86
Madeira	151,35	6196,30	37,88	330,43	44,98	32,08	79,25	122,01	187,12	12,66	0,39	26,21	0,03	0,07	0,27	0,09	0,04	0,44
Papel	0,00	0,00	0,00	33,52	5503,84	125,32	268,61	82,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6083,77	3550,63	6234,71
Têxtil	0,00	0,00	0,04	0,02	1,03	1,15	1,71	2,51	6,55	57,35	104,19	113,56	951,07	952,30	135,73	57,27	29,65	24,55
Min. N.-met/met. Preciosos	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,16	0,00	0,03	0,00	19,04	60,45	81,14	47,65	82,56	38,44	0,00
Metais comuns	98,17	45,79	19,09	80,52	44,76	53,99	46,26	46,83	57,03	47,65	13,99	8,34	22,88	27,93	14,16	21,00	3,60	4,40
Máquinas/equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material transporte	0,00	0,00	0,02	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
Ótica/instrumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,27	54,72	17,20	27,49	24,09	366,09	111,98	10,50	0,04	1,47	0,00	0,00	3,42	1,40	3,56	0,01	0,21	0,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados MDIC/SECEX (2017).

Em relação ao setor de calçados e couro e a sua taxa de cobertura das importações, o governo do Estado do Maranhão (2017) afirma que vem ocorrendo um incremento nas exportações do couro maranhense e isto se deve, principalmente, às ações de fomento que estão sendo desenvolvidas, e que envolvem incentivos fiscais e, principalmente, capacitação de mão de obra local. Tais ações vêm sendo desenvolvidas pela Secretaria de Indústria e Comércio, a qual está implementando em Ribeirãozinho, principal polo coureiro do estado, o arranjo produtivo local.

Os resultados para o setor de calçados e couro indicaram uma situação paradoxal, visto que, mesmo com a cobertura das importações, o parque tecnológico maranhense está defasado neste setor. De acordo com Araújo (2015), no estado, o babaçu e o algodão foram as duas culturas que marcaram uma tentativa de industrialização no final do século XIX, cujas fábricas, na sua maioria têxteis, tiveram como importância desenvolver a urbanização das cidades do Maranhão, atraindo uma massa de trabalhadores para os centros urbanos de São Luís, Caxias, Codó, principalmente. Entretanto, a atividade de cotonicultura sofreu muitas dificuldades. De acordo com Cunha (2015), a grande existência de terra livre fez com que a maioria da população preferisse exercer atividades por conta própria de produção de matéria-prima (babaçu e arroz). Assim, embora a produção de algodão não tenha desaparecido por completo da

pauta econômica do estado, houve o retorno de uma economia agrícola no estado. Deste modo, esses fatores tornam-se preponderantes para incapacitação e ociosidade das indústrias têxteis, e as migrações de nordestinos orientais deram o golpe de misericórdia no parque industrial do Maranhão.

Em relação à taxa de cobertura do setor de metais comuns, podem-se relacionar os seus resultados com os encontrados por Rodrigues (2016), em relação ao minério de ferro do estado. De acordo com o autor, a partir da década de 1980, o Maranhão experimentou crescimento na área de mineração, com a implementação do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), em 1984, e da Vale, em 1985. Esse movimento, que começou com o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com a instalação do complexo Carajás, teve um desdobramento na primeira década deste século, a partir de 2004, 2005, com o forte crescimento da demanda chinesa por minério de ferro, que ressignificou esse programa instalado. Com a valorização do minério de ferro, de alumínio, houve um forte crescimento dessa indústria. Assim, de acordo com o autor, hoje a China é a principal beneficiária, representando 16% dos negócios externos do estado, dentre os quais o ferro é o mais procurado.

### **Considerações finais**

Este estudo permitiu aprofundar as observações em relação ao padrão do comércio exterior dos diversos setores do Estado do Maranhão. A visão integral dos resultados apresentados neste artigo permite destacar as peculiaridades estaduais da competitividade do Maranhão no comércio exterior, mostrando que existem dois grupos competitivos no mercado internacional: metais comuns e químicos. Os resultados do IVCRS são oriundos das exportações dos grupos ferro e aço, e corindo e óxidos e hidróxidos de alumínio na forma de ferro fundido bruto não ligado, de alumínio não ligado em forma bruta, e da alumina calcinada. Quanto ao índice de Comércio Intraindústria (CII), os resultados alcançados apontam que tal forma de comércio existe predominantemente apenas para o setor de químicos.

Deste modo, o IVCRS e o CII demonstram um padrão de exportação baseado prioritariamente em produtos intensivos em recursos naturais e produtos da indústria de transformação tradicional, os quais são pouco capazes de gerar vantagens comparativas dinâmicas, ou seja, são baseados em inovações

tecnológicas, como encontradas nos padrões internacionais de comércio dos países desenvolvidos.

No que tange à TC das importações, a mesma revela que, ao longo de todo o período, os setores com maiores taxas de cobertura foram os de calçados e couro, têxtil e metais comuns.

Em relação aos parceiros comerciais, o Canadá se apresenta como principal país importador, cenário diferente do observado em 1999, em que os Países Baixos eram os maiores compradores de produtos do Maranhão. Em relação ao padrão setorial das exportações, observa-se que houve mudanças na inserção setorial externa, na qual os produtos manufaturados vêm ultrapassando as exportações de semimanufaturados, ficando evidente tal configuração, principalmente nos últimos anos da pesquisa.

Entre as limitações do trabalho está o fato de os índices utilizados serem estáticos, ou seja, permitem a análise em períodos de tempos específicos, não compreendendo diversas alterações econômicas. Neste sentido, são pertinentes análises com acuidade, utilizando modelos econométricos, bem como de Equilíbrio Geral Dinâmico de Gerações Sobrepostas, os quais permitem compreender com acuidade dos efeitos das políticas públicas, bem como das barreiras econômicas que os principais importadores colocam.

#### **Referências**

ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR (ALICEWEB). **Consultas**. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

ARAÚJO, F. E de. **Desafios da reforma agrária, no contexto do desenvolvimento dependente no estado do Maranhão**: um estudo de caso da microrregião de Chapadinha. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

COUTINHO, E. S. et al. De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 101-113, out./dez. 2005.

CUNHA, R. C. Ocupação e o desenvolvimento das duas formações socioespaciais do Maranhão. **Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas (CAderNAU)**, v.8, n. 1, 2015.

FEISTEL, P. R. Modelo gravitacional: um teste para economia do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Administração**, v. 1, p. 94-107, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Agência de notícias**: Desenvolvimento. Maranhão, 2017. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/desenvolvimento/maranhao-fecha-2016-com-saldo-positivo-nas-exportacoes-de-couro>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

GRUBEL, H.; LLOYD, P. **Intra-Industry Trade**: the theory and the measurement of international trade in differentiated products. London: MacMillan, 1975.

HIDALGO, A. B. Especialização e competitividade do Nordeste brasileiro no mercado internacional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza: BNE, v. 29, p. 491 – 414, jul./set. 1998.

HIDALGO, A. B.; DA MATA, D. F. P. G. Exportações do Estado de Pernambuco: concentração, mudança na estrutura e perspectivas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 35, n. 2, abr./jun. 2004a.

HIDALGO, A. B.; MATA, D. F. P. G. Competitividade e vantagens comparativas do Nordeste Brasileiro e do Estado de Pernambuco no comércio internacional. In: FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO, 2004b, Pernambuco. Anais... 2004b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Perfil dos Estados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ma>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

MAIA, S. F. Transformações na estrutura produtiva do estado do Paraná na década de 90: análise por vantagem comparativa. In: MAIA, S. F.; MEDEIROS, N. H. (Org.). **Transformações Recentes da Economia Paranaense**. Recife: Editora Universitária, v. 1, p. 65-88, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Séries Históricas**. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/series-historicas>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

PEREIRA, B. D. et al. Especialização e vantagens competitivas do estado de Mato Grosso no mercado internacional: um estudo de indicadores de comércio exterior no período 1996-2007. **Revista de Economia**, v. 35, n. 2, 2009.

PEREIRA, M. R. da S.; CORONEL, D. A. O desempenho da indústria maranhense nos anos 2000: uma abordagem a partir da intensidade tecnológica de seu comércio exterior. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 46, n. 2, 2015.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RODRIGUES, J. Maranhão aposta na exportação para crescer em 2017. **Revista Nordeste**, 2016. Disponível em: <<http://digital.revistanordeste.com.br/pub/NORDESTE/?numero=128&edicao=10370#page/1>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

ROSSI JÚNIOR, J. L.; FERREIRA, P. C. Evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 1-36, abril 1999.

SILVA, A. R. da. **Comércio exterior e desenvolvimento econômico do Maranhão na primeira década do século XXI**: uma análise sob a ótica da competitividade revelada. 2013. 116f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

SILVA, M. L. da; SILVA, R. A. da; CORONEL, D. A. Padrão de especialização das exportações do Espírito Santo (1999-2014). **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)**, v. 9, n. 1, 2015.

SILVA, M. L. da; SILVA, R. A. da; CORONEL, D. A. Padrão de especialização do comércio internacional de Minas Gerais (1999-2014). **Revista competitividade e sustentabilidade – ComSus**, Paraná, v. 3, n. 2, 2016.

SILVA, R. A. da et al. Padrão de especialização das exportações do Brasil (1999-2014). **Revista Espacios**, v. 38, n. 17, 2017.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Hemus, 1984.



## Pagamento por serviços ambientais como fórmula de compensação financeira e valoração econômica da natureza: moeda de troca ou defesa do meio ambiente?

*Payment for environmental services as a formula of financial compensation and economic valuation of nature: exchange currency or defense of the environment?*

Elisa Goulart Tavares<sup>\*</sup>  
Ada Helena Schiessl da Cunha<sup>\*\*</sup>  
Bruno Giacomassa Braul<sup>\*\*\*</sup>

**Resumo:** É relativamente recente o interesse, em países latino-americanos em financiar a conservação ambiental através do uso do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). A ideia desse pagamento é desenvolver uma ferramenta de natureza econômico-jurídica, que fomente a justiça social, bem como sirva de incentivo às boas práticas ecológicas e a modelos participativos de educação ambiental. Por esses motivos, o PSA tem o potencial de solidificar os pilares do Estado de Direito Ambiental no atual cenário de crise no meio ambiente. Contudo, pode ser visto também como forma de mercantilização limitada inserida na lógica do capital ao invés de ser tratada como uma medida de proteção dos ecossistemas. Por inexistir uma legislação padronizada e uniformizada de sistematização acerca da matéria, vários programas desenvolvidos em quase todas as regiões do Brasil veiculam à sua maneira, com próprio regimento, difuso e multifacetado. A utilização desse instrumento, como fórmula de compensação, pode ser uma resposta para a preservação da biodiversidade, buscando aproximar a teoria de uma economia verde de prática sustentável, sem que haja uma interpretação distorcida e mercantilista dos serviços ecossistêmicos.

**Palavras-chave:** Economia. Pagamento por serviços ambientais. Meio ambiente. Desenvolvimento regional.

**Abstract:** Interest in Latin American countries in financing environmental conservation through the use of PES is relatively recent. The idea of Payment for Environmental Services is to develop

---

<sup>\*</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Caxias do Sul (UCS)/RS. Membro do grupo de pesquisa “Metamorfose Jurídica” – CNPq. Especialista em Direito Civil e Empresarial. CV: <http://lattes.cnpq.br/2476532330525173>. Advogada. E-mail: [elisagtavares@gmail.com](mailto:elisagtavares@gmail.com)

<sup>\*\*</sup> Mestranda em Direito Ambiental e Novos Direitos pela Universidade de Caxias do Sul. Membro do grupo de pesquisa “Direito Ambiental Crítico” – CNPq. Pós-Graduada em Direito Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público. Advogada. CV: <http://lattes.cnpq.br/6529649488920213>. E-mail: [ada.schiessl@gmail.com](mailto:ada.schiessl@gmail.com)

<sup>\*\*\*</sup> Mestrando em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Membro do grupo de pesquisa “Alfajus” – CNPq. Especialista em Direito Processual Civil pela Academia Brasileira de Direito Processual Civil – ABDPC. Advogado. CV: <http://lattes.cnpq.br/4873695022559993>. E-mail: [brunobraul@hotmail.com](mailto:brunobraul@hotmail.com)

an economic-legal tool that fosters social justice, as well as to encourage good ecological practices and participatory models of environmental education. For these reasons, Payment for Environmental Services has the potential to solidify the pillars of the State of Environmental Law in the current scenario of environmental crisis. However it can also be seen as a form of limited commodification embedded in the logic of capital rather than being treated as a measure of ecosystem protection. Because there is no standardized and standardized legislation for systematization on the subject, several programs developed in almost all regions of Brazil convey in their own way, with their own rules, diffuse and multifaceted. The use of this instrument as compensation formula may be a response to the preservation of biodiversity, aiming to approach the theory of a green economy of sustainable practice, without a distorted and mercantilist interpretation of ecosystem services.

**Keywords:** Economy. Payment for environmental services. Environment. Regional development.

## **Introdução**

O pano de fundo do presente trabalho é marcado pela crise ambiental no cenário global, em especial, no Brasil. Nesse contexto, trata-se do instrumento econômico chamado Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) como principal objeto de pesquisa, tendo como hipótese-problema o tratamento e a forma (in)adequada como a ferramenta vem sendo utilizada em diversos programas.

Num primeiro momento, é dado enfoque ao direito ambiental e sua correlação com o direito econômico, buscando investigar acerca da adequação do PSA, para garantir a proteção dos serviços ecossistêmicos. Posteriormente, no tópico seguinte, é analisada a pertinência de se debater sobre uma Economia Verde, a fim de que a natureza não seja tratada como mero objeto nem sofra marginalização por parte no modelo econômico capitalista-utilitarista.

Em consequência, no terceiro tópico, é abordada a questão da natureza enquanto riqueza e o instituto do PSA enquanto moeda de troca concebida pela Economia Ambiental, diante dos limites legais e das lacunas deixadas pelo ordenamento jurídico brasileiro. No final, conclui-se que a natureza é também um produto humano e, sendo assim, a trajetória histórica evidenciou que esta foi transformada de riqueza para valor de troca, conforme pensamento neoclássico. Portanto, o PSA, na tentativa de proteger o ambiente, deve ser uma prática econômica de incentivo à preservação, conservação e valoração ecossistêmica e não levado à mera mercantilização.

Quanto à metodologia, utilizaram-se os métodos de pesquisa bibliográfica, documental e hermenêutica.



## **Breves considerações: PSA no âmbito da sociedade de risco**

Com os desafios que se colocam na sociedade moderna do século XXI, delimitada pela velocidade dos avanços da tecnologia, consumo e descarte, um complexo de inseguranças vem à tona, concentrado na essência da sociedade de risco.<sup>1</sup>

A rapidez com que programas de PSA surgiram no Brasil não preparou, em tempo hábil, para que as doutrinas jurídica e econômica pudessem estudar e compreender melhor o instituto. E essa lacuna legislativa, no âmbito federal, persiste nos dias atuais, deixando à competência dos estados e municípios normatizarem, à sua maneira, sem que haja um eixo que os conduza de forma sistemática e uniforme.

Nesse sentido, está a cargo das ciências jurídicas e econômicas, concomitantemente, descobrirem, ao certo, sua verdadeira efetividade em relação aos fins a que se propõe.

A ausência de um marco regulatório no cenário nacional, juntamente com o fato de inexistir uma política padronizada acerca da matéria colabora, para que os esquemas de PSA existentes divirjam drasticamente, o que contribui para que a teorização do instrumento não atinja de forma satisfatória a realidade.

Esclarece-se que o PSA abrange políticas que viabilizam economicamente a preservação e conservação de bens naturais, de cunho monetário. Para a ciência ambiental, é um instrumento de gestão, que facilita a aplicação de políticas públicas essenciais, para a preservação dos recursos e bens naturais. Para as instituições privadas, um mecanismo de responsabilidade socioambiental, mantendo a provisão de benefícios por meio de recursos ambientais.

Para tanto, evidencia-se o Pagamento por Serviços Ambientais como instrumento provisório e resistente ao progressivo desequilíbrio ecológico estampado na sociedade contemporânea global.

O tardio despertar para a questão da biodiversidade ou, ainda, para a sustentabilidade, eixo da causa ambiental, trouxe desafios para a sociedade global, que depende de ecossistemas saudáveis para atender às necessidades mais básicas do homem.

As tendências atuais negativas, porém, esperançosas em termos de biodiversidade, facetadas pela iminência de incertezas de diversas tipologias e

---

<sup>1</sup> Concepção do Estado do Direito do Ambiente, segundo o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2006).

graus, decorrentes de fatos e decisões histórico-globais, exsurtem dificuldades relacionadas à provisão de um meio ambiente sadio e qualificado à idade presente e futura.

Partindo-se da necessidade de meios imediatos e emergenciais para a superação de desequilíbrios ecológicos solapadores da sadia qualidade de vida na sociedade de risco pós-moderna, discorre-se sobre o Pagamento por Serviços Ambientais, como um meio transitório de promoção direta da sustentabilidade social e ambiental, com escopo de que a útil ferramenta não seja deturpada recorrentemente na prática, acarretando o desaparecimento de outras formas de incentivos éticos para a conservação.

### **Economia verde: por uma biodiversidade vital e legal**

Exatamente neste cenário, do qual se reclama o reconhecimento dos riscos e de sua colocação pública, torna-se imprescindível o esforço à consecução de um Estado de Direito Ambiental hábil a proteger adequadamente o meio ambiente, a estimular a consciência ambiental inerente ao exercício da responsabilidade compartilhada e à participação pública, e a favorecer a jurisdicionalização de ferramentas capazes de garantir um nível de proteção apropriado ao bem ambiental. (LEITE, 2010, p. 173).

Nessa perspectiva, cede-se que a natureza é fornecedora de bens e provedora de serviços a todos os seres vivos, como a regulação da composição atmosférica, ciclagem de nutrientes, conservação dos solos, qualidade de água, fotossíntese, decomposição dos resíduos, dentre outros, os quais proporcionam condições para a manutenção de sua espécie; neste prisma, é razoável entender que, apesar destes serviços não possuírem preço, não deixam de ser extremamente valiosos e caros à sociedade. (BESUSAN, 2002 apud ALTMANN, 2009, p. 81).

A inexatidão da quantidade e do tamanho dos riscos e perigos constantemente produzidos pela modernização iniciada em meados do século XIX, a qual perpassou os séculos XX e XXI, é reflexo direto do desenvolvimento industrial e tecnológico que, de forma recorrente, socializa as destruições da natureza e transformam-nas em ameaças sociais, econômicas, políticas e ecológicas. (BECK, 1998, p. 13, tradução nossa).

Em contrapartida, o avassalador capitalismo da era moderna trouxe consigo significativo reforço à exploração ambiental em razão do crescimento

populacional estar diretamente proporcional ao aumento da ocupação, do consumo e da geração de resíduos, construindo-se um ciclo habitualmente desprovido de sustentabilidade.<sup>2-3</sup>

Adiante, a produção industrial moderna origina perigos de monta universal que, independentemente do local de sua geração, atravessam as fronteiras físicas das nações, fato que confirma a concepção de que os riscos presentes na atualidade conectam-se a todos os habitantes da Terra. (BECK, 1998, p. 42). No contexto do século XXI, o efêmero e o volátil parecem derrotar o permanente e o essencial, ou seja, vive-se a angústia e a perplexidade de um tempo sem verdades seguras. (BARROSO, 2003, p. 2).

Parte dos danos perceptíveis pela sociedade contemporânea configura-se nas catástrofes ambientais de âmbito nacional e internacional e, no mais das vezes, nas enchentes e nos desmoronamentos de encostas que, pelas avassaladoras consequências, remontam a população a reflexão e questionamentos: O comportamento até agora adotado pode influenciar, em maior ou menor grau, nos resultados nocivos observados? Contudo, o que está distante dos olhos humanos é a proliferação de ameaças invisíveis, para as quais os instrumentos de controle falham e são incapazes de prevê-las. (LEITE; AYALA, 2004, p. 12).

O desequilíbrio ambiental, derivado das atividades industriais e econômicas, transforma-se em ameaça social, econômica e política, o que demonstra que o conceito de sociedade clássica industrial do século XIX, repousado na oposição entre natureza e sociedade, é sobreposto pela percepção

---

<sup>2</sup> Ter direito ao meio ambiente equilibrado equivale a afirmar que há um direito a que não se desequilibre significativamente o meio ambiente. “[...] Uma comunidade equilibrada tem interações bióticas envolvendo competição e predação, e tais processos iriam funcionar em uma densa e dependente maneira para regular a dimensão da população. [...] O estado de equilíbrio não visa à obtenção de uma situação de estabilidade absoluta, em que nada se altere. É um desafio científico, social e político permanente [...]” (MACHADO, 2010, p. 58).

<sup>3</sup> Princípio 1 da Declaração do Rio de Janeiro de 1992: “Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza”. Princípio 4 da mesma declaração global: “Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste.” (PERRUSO, 2012, p. 1).

de que a sociedade parte da natureza, estando integrada a esta, seguindo as metamorfoses oriundas de suas próprias lesões.<sup>4</sup>

Em efeito, a poluição atmosférica e difusa, a escassez dos recursos hídricos, a contaminação química e biológica, o desmatamento, a dizimação da biodiversidade, a urbanização desordenada, o perigo nuclear, as mudanças climáticas, dentre outros, ressaltam os caracteres da sociedade de risco dos nossos tempos, sendo somente parte destas evidências perceptíveis pela população,<sup>5</sup> já que a maior parte das ameaças à qualidade de vida é omitida pelas instituições, a partir do controle das políticas de conhecimento e produção do saber sobre os riscos. (LEITE, 2004, p. 21).

Sob à perspectiva de que a proximidade do Estado de Direito do Ambiente pressupõe também ações promovedoras da justiça social, uma vez que a miséria e a pobreza caminham juntas com a degradação e poluição ambiental,<sup>6</sup> o PSA tem ganhado relevo pelo potencial de, não somente apoiar a proteção e o incentivo ao uso sustentável dos recursos naturais, mas também de melhorar a qualidade de vida de pequenos produtores rurais (GUEDES, 2011, p. 12).

Como se vê, no painel de crise no provimento destes serviços ecossistêmicos essenciais à vida em conjunto com a imprecisão e o controle dos riscos reproduzidos diariamente, encara-se o estudo do PSA no cenário nacional, dispondo da agricultura familiar como fatia social a ser fomentada na prestação destes serviços, a fim de limitar o uso indiscriminado do instituto e caracterizar o seu atributo emergencial.

Nesse ponto, questiona-se: Quais poderiam ser os mecanismos práticos, imediatos e talvez provisórios que podem conter, de forma emergencial, a sobrepujança dos riscos mais evidentes constatados diariamente nas cidades e no campo, como a escassez dos recursos hídricos, a contaminação biológica e

---

<sup>4</sup> Aponta ainda o sociólogo que a consequência evidente desta inter-relação é que a sociedade moderna avançada já não pode compreender-se de maneira autônoma em relação à natureza. Os problemas do meio ambiente não são alheios, mas sociais e humanos. (BECK, 1998, p. 89-90).

<sup>5</sup> Segundo Beck, os efeitos secundários podem ser percebidos pela sociedade, posto que se revelam nas relações sociais e nos debates públicos sobre os efeitos dos macroperigos, sendo dificilmente ocultados. (BECK, 1998, p. 68).

<sup>6</sup> Os diplomas internacionais, ao traçarem o conceito de desenvolvimento sustentável, evidenciaram a relação direta e a interdependência entre os direitos sociais e a proteção do ambiente (ou a qualidade ambiental), sendo a tutela de tais direitos fundamentais um objetivo necessariamente comum para as comunidades nacionais, assim como para a humanidade como um todo. (SARLET, 2010, p. 26-27).

química dos lençóis freáticos e dos solos, a diminuição da qualidade da água pelo uso de agrotóxicos, o desmatamento, e tantas outras?

Como instrumento de compensação emergencial de incremento à execução do Estado de Direito do Ambiente, o Pagamento por Serviços Ambientais é a resposta trazida pelo trabalho diante da crise ecológica hodierna.

Para Rudolph de Groot, em sua pesquisa publicada em 1987 (apud FERREIRA, 2016), os serviços ecossistêmicos resultam dos benefícios gerados ao bem-estar humano e social, como ainda benefícios ecológicos à conservação da biodiversidade e manutenção da vida como um todo. Ele traz os serviços ecossistêmicos subdivididos em serviços de suporte, provisão, regulação e cultura.

Nesse interim, é obrigação positiva do ente estatal, em nome de toda coletividade, intervir nos direitos de propriedade, para assegurar a proteção do bem ambiental. No entanto, houve nítida pressão por parte do setor do agronegócio no intuito de flexibilizar as leis brasileiras nos últimos anos, como o citado exemplo do Novo Código Florestal, que configura um retrocesso em diversos aspectos da proteção ambiental. É o caso, por exemplo, de três ADIs (ação direta de inconstitucionalidade) que tramitam no Supremo Tribunal Federal, cujos questionamentos se dão em torno da constitucionalidade de dispositivos da Lei 12.561/2012 relativas ao regime jurídico da reserva legal, às regras de compensação ambiental, suspensão e anistia de infrações e crimes ambientais e ao regime jurídico das APPs.

### **Pagamento por serviços ambientais: moeda de troca ou defesa do meio ambiente?**

O PSA, que já foi introduzido no ordenamento brasileiro, mesmo que de maneira inaugural, pelo Novo Código Florestal, é outro exemplo de instrumento econômico, e se baseia na criação de um mercado de serviços ambientais. (BRASIL, 2012).

A internalização do PSA e outros mecanismos de mercado, no entanto, implica em grandes alterações na tutela dos bens ambientais de uso comum, além de princípios e regras constitucionais, a exemplo da função socioambiental da propriedade e na maneira como o Estado intervém ou deixa de intervir na ordem econômico ambiental. (PACKER, 2015, p. 81).

Infelizmente, o que se denota é uma flexibilização das normas ambientais, inclusive pelo referido diploma Legal acima mencionado, que, dentre outras questões, internaliza algumas perspectivas em relação ao futuro do PSA.

A intervenção do Estado na economia, bem como na propriedade, é uma reivindicação histórica, isso na conjectura latino-americana, porque na norte-americana é diferente. Já no Brasil, a questão da gestão ambiental é de obrigação positiva do Estado, que, em nome da sociedade, intervém nos direitos de propriedade assegurando a sua proteção.

Porém, os últimos anos têm sido frisados pela pressão exercida pelo setor do agronegócio, na intenção de aflouzar as adiantadas leis nacionais, caminhando no sentido contrário do que é necessário. Citando-se como exemplo, o Novo Código Florestal, que, em vários aspectos da proteção ambiental, significa uma involução. (BRASIL, 2012).

No intuito de melhor compreender a problemática, com a Declaração do Rio de 1992, fica recomendado às autoridades nacionais a promoção e a internalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, de modo que o poluidor arque com o custo da poluição. (GODECKE; HUPFFER; CHAVES, 2014).

Partindo daqui, autoridades brasileiras iniciam um processo complexo de implantação de instrumentos monetários que viabilizem a preservação e manutenção dos serviços ambientais prestados. Sem um marco normativo que regule a questão do PSA no ordenamento jurídico brasileiro, existe, todavia, somente um Projeto de Lei federal específico que dispõe sobre a matéria, que é PL 792/97 com seus dez projetos de lei apensados, e institui a “Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais”. Mas é só isso, até o presente momento.

Ainda assim, em recente pesquisa, com base em documentos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) (2011), Agência Nacional de Águas (ANA) e na consulta a muitos *sites* institucionais, levantou-se a existência de 42 programas e políticas de PSA encontrados em atividade no Brasil recentemente<sup>7</sup> (NOVAES, 2014).

Desses 42 projetos em vigência, a maioria (55%) tem como foco principal induzir usos do solo voltados para a conservação e recuperação de cobertura vegetal nativa.

---

<sup>7</sup> NOVAES, Renan Milagres Lage. Monitoramento em programas e políticas de pagamento por serviços ambientais em atividade no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRRJ), v. 22, p. 408-431, 2014.

Na esfera desses modelos (recuperação e conservação), 75% estão focados na preservação dos recursos hídricos, com o incentivo à conservação de áreas protegidas, como APPs (Áreas de Preservação Permanente), RLs (Reservas Florestais Legais) e Unidades de Conservação (UCs), enquanto que 39% têm foco em múltiplos recursos (água, carbono e biodiversidade).<sup>8</sup>

São chamados de PSA os mecanismos pelos quais os beneficiários de serviços ambientais promovem compensações aos prestadores desses serviços. Os objetivos podem prever a manutenção ou o aumento da qualidade dos serviços ecossistêmicos até níveis superiores aos previamente estabelecidos, que ocorreriam sem a compensação. Neste interim, para Gobecke, Hypffer e Chaves (2014) dá a essa Política um caráter *ante factum*, ou seja, ser aplicado com princípio de prover a manutenção de áreas que prestem serviços ambientais necessários à existência da humanidade.

No Brasil, o Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012) dedica seus arts. 41 a 50 para disciplinar estes incentivos, no tópico intitulado “Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente”. (BRASIL, 2012).

Ocorre que a partir da percepção de que o agravamento dos problemas ambientais que solapam a humanidade em escala global está, em muito, atrelado à resistência e dificuldade de implementação do Direito Ambiental pelos distintos governos,<sup>9</sup> é razoável que novas ferramentas de programação e execução de políticas econômicas, que incentivem e subsidiem a conservação dos recursos naturais, desestimulem as atividades nocivas crescentes ao meio ambiente. (IRIGARAY, 2004, p. 52).

Como estratégia emergencial de proteção ambiental, o Pagamento por Serviços Ambientais mostra-se um instrumento relativamente recente, oriundo de experiências pioneiras na Costa Rica, nos Estados Unidos e em alguns países da América Latina, incluindo o Brasil, capaz de enfatizar uma tática de preservação natural menos repressora e mais incentivadora.<sup>10</sup> (BASTOS, 2007).

É exatamente nesse cenário incongruente e insustentável da sociedade moderna que o PSA coloca-se em relevo como ferramenta prática e potencial

---

<sup>8</sup> Idem. p. 418.

<sup>9</sup> Apesar da existência de ordenamentos jurídicos avançados em relação à tutela ambiental, ainda assim, a implementação efetiva do Direito do Ambiente sofre dificuldades ligadas à atuação judicial dos tribunais, à postura dos órgãos públicos, e, principalmente, à maior participação da sociedade nas tomadas de decisões. (LEITE; AYALA, 2004, p. 348).

<sup>10</sup> BASTOS, Carolina Vieira Ribeiro de Assis. Instrumentos Econômicos de Proteção do Meio Ambiente: reflexões sobre a tributação e os pagamentos por serviços ambientais. *Scientia Iuris: Revista do Curso de Mestrado em Direito Negocial da UEL, Londrina*, v.11, p. 279-293, 2007.

para o enfrentamento do sério desafio de manter a biodiversidade e os ecossistemas. Mais do que isso, o PSA pode ser importante instrumento para a promoção da sustentabilidade social, ambiental e econômica, sobretudo de populações rurais que habitam áreas estratégicas para a conservação da biodiversidade, a produção da água, a proteção de mananciais e florestas, a produção de alimentos saudáveis e até para o exercício de atividades recreativas, religiosas e turísticas.<sup>11</sup>

Os serviços ambientais podem ser considerados os processos naturais que garantem a sobrevivência das espécies do planeta e têm capacidade de prover bens e serviços que satisfazem as necessidades humanas direta ou indiretamente. Em outras palavras, esmiúça James Salzman:

Temos uma compreensão bem mais limitada de como manejar a terra para a prestação de serviços, não porque os serviços não têm valor, mas porque os proprietários de terra não conseguem captar o valor que sua paisagem oferece. Os mercados agrícolas fornecem aos agricultores sinais muito claros do valor da remoção da vegetação remanescente para produzir mais colheitas, mas não há mercado para a biodiversidade, a qualidade da água ou o controle das enchentes para refletir a perda em benefícios depois que a terra tiver sido roçada. (SALZMAN, 2010, p. 140).

É perceptível no cenário moderno que nenhuma consideração de ordem econômica é dada ao esgotamento dos recursos naturais que, ao contrário, são tratados como se fossem inesgotáveis.<sup>12</sup> A lógica seria então o emprego da “monetização” para responder à questão do uso dos recursos renováveis e não renováveis, sendo que o ideal seria que cada fração de recurso natural utilizado obtivesse um preço no mercado.<sup>13</sup>

Nessa linha, o PSA poderia ser conceituado formalmente como uma transação voluntária onde um serviço ambiental bem definido (uso sustentável da terra, proteção da água, sequestro de carbono, proteção da biodiversidade, dentre outros) é “comprado” por pelo menos um comprador e provido por pelo

---

<sup>11</sup> Os problemas ambientais globais e a compensação por serviços ambientais, como alternativa para a proteção do capital social e ecológico. (GUSMÃO, 2003 apud ALTMANN, 2009, p. 91).

<sup>12</sup> Irigaray explica ainda que uma consequência disso é que as políticas econômicas são concebidas e implementadas tendo em vista um horizonte temporal extremamente limitado, configuradas nas políticas de curto prazo. (IRIGARAY, 2004, p. 56).

<sup>13</sup> Derani (2001, p. 111) esclarece ainda a professora que “o esgotamento dos recursos naturais, responsável pela assim chamada crise do meio ambiente, é identificado em duas clássicas tomadas: com o crescente *consumo dos recursos naturais* (minérios, água, ar, solo, matéria-prima) como bens livres (*free gifts of nature*) e com efeitos negativos imprevistos nas relações humanas”.



menos um provedor, sendo o pagamento condicionado à provisão efetiva do serviço ambiental. (WUNDER, 2006, p. 3). Os modos de prestação de serviços ambientais, mais frequentemente ocorridos nos programas em desenvolvimento, são os de sequestro e armazenamento de carbono, proteção da biodiversidade, proteção das bacias hidrográficas e beleza cênica.<sup>14</sup>

Entretanto, há divergência entre diversos autores acerca da adequação ou não deste instrumento econômico, no sentido de incentivar aqueles que ocasionavam as chamadas externalidades positivas. Isso significa dizer, segundo Derani (1997, p. 108), que uma política econômica do bem-estar estaria sendo apresentada ao meio ambiente, que contaria com a participação estatal na correção dos obstáculos trazidos pelas escolhas humanas individuais.

Assim, ainda que os preços de mercado não transmitam todas as informações essenciais aos agentes de mercado,<sup>15</sup> a intervenção do estado é necessária por meio de um sistema de impostos ante as externalidades negativas ou de subvenções, em se tratando de externalidades positivas.

A utilização do Pagamento por Serviços Ambientais deve ser encarada com cautela e racionalidade na sua aplicação, a fim de que não seja um instrumento desestimulador do reconhecimento da responsabilidade ambiental individual e coletiva. Precisamente neste ponto é que se interligue a necessidade de vincular os princípios da justiça social na determinação das políticas públicas a serem planejadas com o instituto.

Assim, existem quatro diferentes modalidades e tipologias de PSA, são elas: conservação da biodiversidade; proteção das bacias hidrográficas; armazenamento e sequestro de carbono e por último, proteção da beleza cênica. Em relação ao programa PSA-carbono, as principais críticas se dão no sentido de se transformar as emissões em um mercado de oportunidades, ensejando, assim, a apropriação de uma questão ambiental pelo modelo econômico capitalista-utilitarista.<sup>16</sup>

Quando da implementação do PSA, deve-se considerar que o objetivo não é o instrumento em si, mas sim a promoção de ganhos ambientais e

---

<sup>14</sup> O serviço ambiental de provimento da beleza cênica é geralmente incentivado nos casos de turismo e ecoturismo. (WUNDER, 2006, p. 2).

<sup>15</sup> Para a tese de PIGOU, os agentes de mercado são as empresas e os consumidores. Segundo ele, o que ocorre é a uma utilização subotimizada dos recursos naturais, o que gera graves prejuízos ao bem-estar dos seres humanos. (PIGOU, 1932).

<sup>16</sup> Os contratos de prestação de PSA-carbono ocorrem gerando “créditos” ou “reduções certificadas de carbono equivalente evitado”, conforme o Novo Código Florestal, que permite que as atividades de manutenção das APPs, Reserva Legal e de uso restrito sejam objeto de PSA.

frequentemente sociais (GUEDES; SEEHUSEN, 2011, p. 47). Um programa de PSA não deve vir isolado de um trabalho dedicado e permanente para criar espaços de participação interinstitucionais, gestão participativa, educação ambiental, sensibilização e incentivo às boas práticas sustentáveis, tal como a agroecologia. (GUEDES; SEEHUSEN, 2011, p. 47).

Nesse sentido é que se ressalta a vinculação do PSA à promoção da sustentabilidade social, embasado na concepção de que a degradação do meio ambiente e a injustiça social andam de mãos atadas no cenário nacional.<sup>17</sup>

Com efeito, o PSA inverte a lógica até então prevalecente no sistema capitalista,<sup>18</sup> sendo que o reforço está em otimizar e valorizar a paisagem natural, a biodiversidade, a qualidade da água, a regulação das chuvas, o controle das enchentes, recursos que, na ordem econômica, são tratados como inesgotáveis. (IRIGARAY, 2004, p. 56). Assim, escancara um mecanismo de incentivo positivo, calcado a uma política de valorização dos serviços ecológicos prestados constantemente.

Nesse sentido segue a necessidade de superação ou mesmo de controle maior da invisibilidade dos danos ambientais a que está suscetível a geração presente e futura que encaminha à propulsão um Estado de Direito Ambiental capaz de impor um controle jurídico do uso racional dos recursos naturais. (CAPELLA, 1994 apud LEITE, 2004, p. 33-34). É incorporar uma nova dimensão que complemente os objetivos do Estado de Direito contemporâneo, através da proteção do ambiente, da tutela dos direitos fundamentais, da realização de uma democracia político-participativa e da efetividade da justiça social. (SARLET, 2010, p. 19). Ou seja, a mudança de paradigma no âmbito estatal requer rupturas drásticas em sua estrutura organizacional, iniciando-se com a harmonização entre desenvolvimento econômico e meio ambiente<sup>19</sup> e na reavaliação dos atuais instrumentos da política ambiental, com a finalidade de se inquirir novos mecanismos de políticas públicas ambientais, capazes de oferecer modificações significativas e de aplicabilidade imediata.

---

<sup>17</sup> Acrescenta ainda o autor que “a miséria do campo está estritamente atrelada à miséria nas cidades através do êxodo rural”. (ALTMANN, 2009, p. 63).

<sup>18</sup> “A economia parte da dominação e transformação da natureza e é por isto dependente da disponibilidade dos recursos naturais. A natureza é o primeiro valor da economia, é a primeira apropriação, base de qualquer transformação, [...] sendo dificilmente discutidas, nos manuais sobre teorias econômicas, as modificações causadas no ambiente pelas ações econômicas, nem as consequentes repercussões no sistema econômico”. (DERANI, 2001, p. 121-122).

<sup>19</sup> É falso o dilema “ou desenvolvimento ou meio ambiente”, na medida em que, sendo esta fonte de recursos para aquele, ambos devem harmonizar-se e complementar-se. (MILARÉ, 2007, p. 62).

## **Considerações finais**

Tendo em vista a elevada complexidade de implementação desta Política Pública de Pagamento por Serviço Ambiental necessário, ocorre a intensificação no uso de outras vertentes de políticas ambientais, seja pela educação ambiental e gestão participativa, pois as exigências legais e os incentivos econômicos podem não ser suficientes, na falta da introjeção dos valores ambientais pela sociedade.

Partindo-se da problemática da sociedade mundial de risco, contornada pela histórica degradação da natureza<sup>20</sup> e multiplicação desordenada e anônima de danos invisíveis e desconhecidos pelos seus membros, manifesta-se a necessidade de um Estado capaz de enfrentar a complexidade destes desafios, dependendo, nesta lógica, de mudança nos padrões e na tomada de decisões humanas.

Conceber o Pagamento por Serviços Ambientais, como um verídico instrumento instigador à efetividade do Estado de Direito Ambiental na sociedade de risco e a possibilidade em conciliar recuperação ecossistêmica com o fomento às boas práticas agrícolas, à educação ambiental, ao envolvimento comunitário e incentivo à agroecologia, desde que utilizado de forma adequada.

A valoração destes serviços pode ter suma importância tanto para a preservação ambiental, conforme tentou-se frisar neste trabalho, quanto para o reconhecimento da dependência humana, no que concerne aos fluxos de serviços ecossistêmicos e sua manutenção. Não se tem o intuito de esgotar o estudo, mas instigar a discussão, levando-se em conta que o tema é razoavelmente novo, bem como a relevância do assunto.

## **Referências**

ANA. Agência Nacional de Águas. **Programa produtor de água**: manual operativo. ANA/SUM, 2009, Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/produagua/>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

ALTMANN, Alexandre. O desenvolvimento sustentável e os serviços ambientais. In: RECH, Adir Ubaldo; ALTMANN, Alexandre (Org.). **Pagamento por serviços ambientais**: imperativos jurídicos e ecológicos para a preservação e a restauração das matas ciliares. Caxias do Sul: EducS, 2009.

---

<sup>20</sup> “Natureza”, no contexto da sociedade pós-moderna, é um conceito, norma, recordação, utopia, ou mesmo um plano alternativo. Tudo isso porque o estado global de fusão contraditória de natureza e sociedade em uma relação de vícios mútuos somada em todos os tempos, implicou num estado da natureza hoje que distancia a cada dia a noção do que seja ela propriamente. (BECK, 2002, p. 32).

AYALA, Patryck de Araújo. **Direito ambiental na sociedade de risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 33-34.

BARROSO, Luís Roberto (Org.). **Nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BASTOS, C. Vieira Ribeiro de Assis. Instrumentos econômicos de proteção do meio ambiente: reflexões sobre a tributação e os pagamentos por serviços ambientais. **Scientia Iuris: Revista do Curso de Mestrado em Direito Negocial da UEL, Londrina**, v. 11, p. 279-293, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo global**. Trad. de Jesús Alborés Reys. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

\_\_\_\_\_. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Trad. de Jorge Navarro, Daniel Jiménez e Maria Rosa Borrás. Barcelona: Paidós, 1998.

BENJAMIN, Antônio Herman. Constitucionalização do ambiente e ecologização da constituição brasileira. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. **Decreto 531**, de 20 de maio de 1992. Cria, nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, o Parque Nacional da Serra Geral. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0531.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0531.htm)>. Acesso em: 2 ago. 2017.

BRASIL. **Projeto de Lei 792**, de 19 de abril de 2007. Projetos de leis e outras proposições. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=348783>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

BRASIL. **Lei 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm)>. Acesso em: 6 ago. 2017.

BRASIL. **Lei 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-014/2012/Lei/L12651.htm#art83](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-014/2012/Lei/L12651.htm#art83)>. Acesso em: 21 ago. 2017.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **A constituição aberta: temas políticos e constitucionais da atualidade com ênfase no federalismo das regiões**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional português e da União Europeia. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DANTAS, Thiago Braga. Os princípios ambientais e o conceito de sustentabilidade: gerações futuras diante dos recursos naturais do Brasil. In: CUNHA, Belinda Pereira (Org.). **Temas fundamentais de direito e sustentabilidade socioambientais**. Manaus: Governo do Estado/Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2001.

FERREIRA, R. **O conceito histórico da definição conceitual de serviços ecossistêmicos**. Disponível em: Fapesp-Unicamp. Acesso em: 2 jul. 2017.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. de Raul Fiker. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**. Trad. de Magda Lopes. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1997.

GODECKE, Marcos Vinicius; HUPFFER, Haide Maria; CHAVES, Iara Regina. O futuro dos pagamentos por serviços ambientais no Brasil a partir do novo código florestal. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba-PR, v. 31, p.31-42, 24 jul. 2014.

GUEDES, Fátima Becker; SEEHUSEN, Susan Edda (Org.). **Pagamentos por serviços ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios**. Brasília: MMA, 2011.

GUIVANT, J. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 46, n. 3, p. 3-38, 1998.

\_\_\_\_\_. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.14, n.3, p.411-446, 1997.

\_\_\_\_\_. Percepção dos olericultores da grande Florianópolis (SC) sobre os riscos decorrentes do uso de agrotóxicos. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, Fundacentro, v. 82, n. 22, p. 47-57, 1994.

\_\_\_\_\_. Reflexividade na sociedade de risco, os agrotóxicos nos alimentos. In: HERCULANO, S.(Org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Ed. da UFF, 2000.

\_\_\_\_\_; MIRANDA, C. As duas caras de Jano, agroindústrias e agricultura familiar diante da questão ambiental. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 85-128, set./dez. 1999.

IRIGARAY, Carlos Teodoro José Hugueneu. O emprego de instrumentos econômicos na gestão ambiental. In: LEITE, José Rubens Morato; BELLO FILHO, Ney de Barros. **Direito ambiental contemporâneo**. Barueri: Manole, 2004.

GULLO, Maria Carolina. O PSA – como instrumento econômico de política ambiental: algumas considerações. In: RECH, Adir Ubaldo (Org.). **Direito e economia verde**: natureza jurídica e aplicações práticas do pagamento por serviços ambientais, como instrumento de ocupações sustentáveis. Caxias do Sul, RS: EducS, 2011.

LAVRATTI, Paula; TEJEIRO, Guillermo (Org.). **Direito e mudanças climáticas**: pagamento por serviços ambientais: experiências locais e latino-americanas. Disponível em: <[http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo\\_20140116191615\\_3560.pdf](http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20140116191615_3560.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2017.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito ambiental na sociedade de risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MACHADO, Paulo A. Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MURADIAN, R. et al. Reconciling theory and practice: an alternative conceptual framework for understanding payments for environmental services. **Ecological Economics**, v. 69, p. 1202-1208, 2010.

NOVAES, Renan Milagres Lage. Monitoramento em programas e políticas de pagamento por serviços ambientais em atividade no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)**, v. 22, p. p. 412-418, 2014.

PERRUSO, Camila. Desenvolvimento sustentável e a noção de direito ao meio ambiente. **Instituto Norberto Bobbio**. 27 jul. 2012. Disponível em: <<https://norbertobobbio.wordpress.com/2012/07/27/desenvolvimento-sustentavel-e-a-nocao-de-direito-ao-meio-ambiente/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

LEITE, José Rubens Morato. Sociedade de risco e estado. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_.; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito ambiental na sociedade de risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**: a gestão ambiental em foco. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

OLIVEIRA JÚNIOR, M. E. **Pagamento por serviços ambientais**: uma alternativa importante para conservar e recuperar as bacias hidrográficas e fornecer água de qualidade à população. Brasília, Artigo (Especialização em Direito do Trabalho) – Faculdade Fortium, 2010.

PERRUSO, Camila. Desenvolvimento sustentável e a noção de direito ao meio ambiente. **Instituto Norberto Bobbio**. 27 jul. 2012. Disponível em: <<https://norbertobobbio.wordpress.com/2012/07/27/desenvolvimento-sustentavel-e-a-nocao-de-direito-ao-meio-ambiente/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PIGOU, Arthur Cecil. **The economics of welfare**. 4. ed. London: MacMillan and Co., 1932. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/NPDBooks/Pigou/pgEWCover.html>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

SALZMAN, James Um campo de verde? O passado e o futuro de serviços ecossistêmicos. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Estado socioambiental e direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Estado socioambiental e direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. Estado socioambiental e mínimo existencial (ecológico?): algumas aproximações. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Estado socioambiental e direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SOUTO MAIOR, Gustavo. O valor da natureza. **Gazeta Mercantil**, Centro-Oeste, 13 jan. 2000. Disponível em: <[http://www.radiobras.gov.br/ct/artigos/2001/artigo\\_050101.htm](http://www.radiobras.gov.br/ct/artigos/2001/artigo_050101.htm)>. Acesso em: 18 ago. 2016.

TOURAINÉ, Alain. **Como sair do liberalismo?** Bauru: Edusc. 1999.

VELHO, Otávio Guilherme. **Sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WUNDER, Sven. Pagos por servicios ambientales: Principios básicos esenciales. **CIFOR Occasional Paper**, n. 42. 2006. Disponível em: <[http://www.cifor.cgiar.org/pes/publications/pdf\\_files/OP-42S.pdf](http://www.cifor.cgiar.org/pes/publications/pdf_files/OP-42S.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2016.



## Pobreza em suas multidimensões: uma análise econométrica da região nordeste do Rio Grande do Sul

*Poverty in their multidimensions: an econometric analysis of the northeast region of Rio Grande do Sul*

Ohanna Larissa Fraga Pereira\*  
Caroline Lucion Puchale\*\*

**Resumo:** Desde a publicação do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano em 1990, fatores como a pobreza tornaram-se extremamente importantes para a medição de desenvolvimento humano das nações. Muitos conceitos de pobreza foram formulados, desde formas unidimensionais de medição até uma abordagem multidimensional, agregando várias dimensões que melhor explicam as privações sofridas pelos indivíduos. Assim, o objetivo deste estudo é averiguar os fatores, além da renda, que determinam a pobreza dita multidimensional na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. A análise econométrica foi feita através da estimação de um modelo de dados em painel, com base de dados captada no Atlas do Desenvolvimento Humano para os anos dos três Censos (1991, 2000 e 2010). Os resultados encontrados reiteram a literatura, indicando que outros fatores, além da renda monetária, são determinantes no nível de pobreza, confirmando seu caráter multifacetado.

**Palavras-chave:** Pobreza multidimensional. Região nordeste do Rio Grande do Sul. Dados em painel.

**Abstract:** Since the publication of the first Human Development Report in 1990, factors such as poverty have become extremely important for measuring the human development of nations. Many concepts of poverty have been formulated, from one-dimensional forms of measurement to a multidimensional approach, adding several dimensions that best explain the privations suffered by individuals. Thus, the objective of this study is to ascertain factors besides income that determine the multidimensional poverty in the Northeast of the state of Rio Grande do Sul. The econometric analysis was done through the estimation of a panel data model based on data collected in the Atlas of Human Development for the years of the three censuses (1991, 2000 and 2010). The results confirm the literature, indicating that other factors besides monetary income are determinant in the level of poverty, confirming its multifaceted character.

**Keywords:** Multidimensional poverty. Northeast region of Rio Grande do Sul. Panel data.

---

\* Mestranda em Economia e Desenvolvimento, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <http://lattes.cnpq.br/0562383471261039>. E-mail: ohanna\_larissa1@hotmail.com

\*\* Mestranda em Economia e Desenvolvimento na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <http://lattes.cnpq.br/2334765671559544>. E-mail: carolpuchale@gmail.com



## Introdução

Desde a publicação do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) na década de 90, fatores como pobreza, desigualdade, insegurança, etc. tornaram-se extremamente importantes para a medição de desenvolvimento humano das nações (PNUD, 2010). Entendendo a pobreza como um dos males a ser combatido para alcançar o desenvolvimento, Romão (1982) destaca que vários conceitos e formas de medição foram desenvolvidos, tais medidas vão desde a análise do PIB *per capita* até a observação da linha de pobreza, onde os indivíduos podem ser considerados pobres, quando se encontram abaixo dela. Entretanto, não eram tais medições que explicavam de forma mais real o grau de privação dos indivíduos pobres. Nesse sentido, surgiu uma importante abordagem sobre esse tema nas obras de Sen (2013), que afirma que a pobreza é algo complexo e agregador de multifatores, que vão além da renda monetária. Em sua abordagem das Capacitações, o autor retrata a maneira pela qual os agentes podem ser considerados privados de levar a vida que almejam, ou seja através de fatores políticos, sociais ou econômicos. (SEN, 2013).

Nesse sentido, este estudo propõe-se a responder: Quais os principais determinantes da pobreza, na região nordeste do Rio Grande do Sul? Pressupõe-se que existem outras dimensões além da renda que ocasionam a pobreza na forma multidimensional. Para tanto, elaborou-se, como principal objetivo deste artigo, averiguar quais são esses fatores, além da renda, que são determinantes dessa abordagem de pobreza, na região nordeste do Rio Grande do Sul. A escolha de tal região pauta-se na ideia de que, apesar de não ser considerada uma região pobre, devido ao seu potencial turístico e industrial, existe incidência de pobreza em alguns de seus municípios. A metodologia utilizada foi a análise econométrica feita através da estimação de um modelo de dados em painel, com base naqueles captados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil para os três censos: 1991, 2000 e 2010.

## Evolução do conceito de pobreza

O conceito de pobreza passou por uma evolução no decorrer do tempo. Inicialmente, era visto como um fenômeno unidimensional quantificado apenas pelos níveis de renda. Porém, surge a necessidade de inseri-lo em uma abordagem multidimensional, em que multifatores sociais e econômicos fossem agregados em sua mensuração. Dentro desta ideia, Codes (2008) alega que, nos primórdios do capitalismo, o fenômeno da pobreza começou a ser discutido e a

atrair interesses dos governantes/dirigentes. As primeiras políticas sociais desenvolvidas para erradicar a pobreza, segundo Codes (2008 apud MESTRUM, 2002), ocorreram no início da Revolução Industrial, quando governantes de pequenas comunidades e instituições (como Igrejas) da Inglaterra e da Europa, começaram a desenvolver iniciativas para aliviar as situações de pobreza daqueles que pertenciam a estas pequenas áreas. Posteriormente, no século XIX, mais especificamente durante o período de industrialização, a miséria da classe trabalhadora alcançou grandes proporções, fazendo com que essas pequenas políticas sociais, que ocorriam em instituições isoladas, fossem insuficientes e, assim, a discussão sobre as iniciativas e os meios de erradicar a pobreza começaram a ganhar forma e volume, atingindo um nível macroeconômico.

Assim, vê-se que o tema pobreza já vem sendo pesquisado e estudado há um longo tempo, mas essa discussão ainda é instrumento de controvérsias, uma vez que não existe um consenso entre os estudiosos sobre a análise e o conceito científico como confirmado por Romão (1982, p. 356): “[...] não existe consenso entre os estudiosos da pobreza quanto à linha ‘ótima’ da pobreza num sentido preciso, ou a uma medida relativa ‘ótima’ no sentido de que melhor refletisse a posição relativa dos pobres”. Desta forma, Romão (1982), Crespo e Gurovitz (2002), Codes (2008) e Martini (2009) estabelecem a existência de três noções de pobreza: absoluta, relativa e a subjetiva.

A forma mais difundida encontra-se na abordagem absoluta, encarada como a pobreza material, em que um indivíduo é considerado pobre quando não possui as condições mínimas para sobreviver. Ou seja, não possui condições de manter suas condições físicas, como, por exemplo, estar bem nutrido. A segunda percepção de pobreza é a relativa, que segundo Romão (1982), é aquela advinda da desigualdade na distribuição de renda, isto é, pobre é o indivíduo que não possui as mesmas oportunidades e condições econômicas e sociais do restante da sociedade em que está inserido. Logo, Crespo e Gurovitz (2002, p. 4) afirmam: “O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder”. A terceira visão de pobreza é a subjetiva, que se constitui pelo sentimento do indivíduo de sentir-se pobre (sensação de exclusão social), quer dizer, cada membro de uma sociedade pode se autodenominar privado, por considerar que não possui recursos suficientes para levar a vida que almeja. Como é confirmado por Martini (2009, p. 10), nesta abordagem “ser pobre é entendido como ter um sentimento individual de possuir menos que o necessário para cumprir os compromissos

sociais vigentes, em termos familiares, culturais e de posição social e profissional que cada indivíduo apresenta”.

A partir destas três noções de pobreza, afloraram diversas abordagens teóricas, sendo elas: a pobreza de subsistência e a de necessidades básicas, ambas apoiadas na noção de pobreza absoluta e relativa e a conceituação de pobreza de capacitações básicas de Amartya Sen. A primeira concepção teórica da pobreza de subsistência, segundo Crespo e Gurovitz (2002), teve origem pelos trabalhos de alguns nutricionistas ingleses e predominou até a década de 1950. Tal conceito exerceu grande influência na Europa, sendo muito utilizado pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Esta abordagem exprime que um indivíduo é pobre quando não possui recursos monetários suficientes para manter um mínimo de alimentos necessários para sua sobrevivência física, ou seja, o indivíduo não tem o mínimo para permanecer vivo. (CODES, 2008; MARTINI, 2009; CRESPO; GUROVITZ, 2002). De acordo com Romão (1982), a fome é um dos aspectos mais evidentes da presença do fenômeno da pobreza no meio social. Um exemplo da forma de quantificação desta abordagem são as linhas de indigência.

A segunda visão de pobreza é a de necessidades básicas; segundo Crespo e Gurovitz (2002), surge a partir de 1950 ampliando o leque de exigências do consumo das famílias, ao agregar os serviços de saúde, saneamento básico, educação, água potável, energia elétrica, entre outros. Desta forma, o indivíduo não estará sob a linha de pobreza se, além de possuir renda suficiente para manter-se bem nutrido, também possuir acesso aos serviços de saúde, educação, cultura, condições de moradia, etc., ou seja, um grande número de bens sociais e econômicos. (CODES, 2008; MARTINI, 2009; CRESPO; GUROVITZ, 2002). Romão (1982, p.363) acrescenta que o “[...] enfoque das necessidades básicas dá prioridade à produção e distribuição de uma cesta de produtos básicos a grupos-alvo, na tentativa de garantir que os pobres sejam realmente atendidos e não afastados por deficiências e falhas do mercado”. Desta maneira, destaca-se a ampliação que essa abordagem oportunizou para o entendimento da pobreza, ultrapassando a ideia de sobrevivência física e agregando outras dimensões. Além disso, tal concepção foi muito utilizada por grandes órgãos internacionais, como aqueles que integram a Organização das Nações Unidas (ONU).

A terceira concepção e a que mais vem sendo discutida é a abordagem das capacitações de Amartya Sen. Na perspectiva de Sen (2013), a pobreza é entendida como a privação de capacidades básicas e não apenas como escassez

de renda. Ou seja, o fato de o indivíduo ser pobre, advém das privações que ele sofre, sejam elas no acesso à saúde, à educação ou aos direitos sociais e civis, os quais atingem a capacidade do indivíduo de obter os recursos pretendidos e dificultam a possibilidade de o agente levar a vida que almeja em sociedade. Segundo Codes (2008), na perspectiva da privação de capacidades básicas, um indivíduo não passa fome não porque não tem alimentos disponíveis, mas porque ele não tem capacidade de obtê-los. Como é afirmado pelo próprio Sen:

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação, desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins (SEN, 2013, p. 123).

Ademais, Sen (2013) admite que não se pode desprezar o fato de que um nível de renda baixo afeta as capacidades das pessoas, porém a perspectiva monetária deve ser encarada somente como um instrumento que fortalece a pobreza e não como o verdadeiro motivo que coloca os indivíduos neste estado. Muito mais do que um agente não possuir renda, pior é não ter oportunidades de moradia, vestuário, saneamento básico, trabalho, saúde, entre outros, para que possa inteirar sua realidade com dignidade. Desta forma, Crespo e Gurovitz concluem:

A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se justamente nesse ponto. Não se pode esquecer que o aumento das capacidades humanas tende a caminhar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos crônicas. As relações instrumentais, por mais importantes que sejam, não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza. (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 6).

A pobreza multifacetada é, portanto, conceituada como o estado de privação que um indivíduo possui quando não dispõe de acesso tanto a serviços básicos quanto por não ter seus direitos sociais garantidos ou até ser desprovido de levar uma vida que realmente deseja.

Nesse sentido, dada a grande importância de tal visão, vários estudos foram realizados tratando da pobreza em sua forma multidimensional,

envolvendo diferentes abordagens metodológicas. Um dos exemplos desses estudos é o de Martins e Wink Júnior (2013), em que os autores buscaram caracterizar a extrema pobreza no Estado do Rio Grande do Sul para as áreas rural e urbana. Utilizaram a análise de *cluster* e técnicas econométricas, através dos Mínimos Quadrados Ordinários, para verificar o caráter multidimensional da pobreza e o grau de associação relativo das variáveis que compõem a pobreza multidimensional. As dimensões e *proxies* utilizadas foram: Pobreza (percentual de população em situação de pobreza extrema), Pobreza Urbana (percentual de população residente em área urbana, em situação de pobreza extrema), Pobreza Rural (percentual de população residente em área rural, em situação de pobreza extrema), Educação (Taxa de analfabetismo), Saúde (Taxa de mortalidade infantil) e Saneamento (percentual de domicílios com condições inadequadas de saneamento). Os dados foram retirados do DATASUS e do Censo Demográfico de 2010. Os resultados encontrados corroboraram a ideia de multidimensionalidade da pobreza, mostrando que existe uma forte relação entre municípios com altos percentuais de população abaixo da linha de pobreza, baixa educação e condições de saúde e de saneamento precárias. Indicou, ainda, que as *proxies* de educação, saneamento e saúde se relacionam positiva e significativamente com a pobreza, tendo uma relação ainda mais forte na área rural.

Outro exemplo, no campo internacional, que aborda a pobreza em suas multidensões, é o de Betti e Verma (1999), que objetivaram quantificar a pobreza multidimensional nos países da União Europeia entre 1994 e 1995, através do método fuzzy. A fonte de dados utilizada foi a “*European Community Household Panel* (ECHP). Para fins de análise, os autores dividiram seu estudo em dois fragmentos. Primeiro, realizaram a investigação sobre a pobreza monetária e logo após analisaram a pobreza “suplementar”, que segundo os autores, envolvem aspectos da vida do indivíduo, ou seja, questões não monetárias, como: saúde, condições de moradia, emprego, educação, entre outros fatores. Como resultado constataram que, nos países da União Europeia, a pobreza suplementar possui maior intensidade que a pobreza monetária, demonstrando, assim, que a pobreza não é uma questão somente de escassez de renda.

## Metodologia

O presente artigo possui natureza aplicada com um enfoque explicativo. Desta maneira, objetiva identificar os determinantes da pobreza multidimensional na região nordeste do Rio Grande do Sul, a serem mensurados através de uma análise econométrica de dados em painel.

A fonte de dados utilizada para a estimação do modelo econométrico foi retirada do Atlas do Desenvolvimento Humano, correspondente aos Censos de 1991, 2000 e 2010. Para analisar os determinantes dos níveis de pobreza multidimensional, selecionaram-se as dimensões e os indicadores que caracterizam tal fenômeno, a fim de que possam explicitar os graus de privação existentes na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul e como tais privações afetam o nível de pobreza. Para Codes (2008), as dimensões a serem consideradas, na mensuração da pobreza, pode ser de natureza física, como estar bem nutrido, ter condições adequadas de saúde, possuir condições de moradia, saneamento básico, entre outros; como também pode agregar dimensões de natureza social. Desta maneira, as variáveis utilizadas no modelo estão resumidas no Quadro 1.

**Quadro 1** – Variáveis utilizadas no modelo econométrico

<b>Dimensão</b>	<b>Variável proxy</b>	<b>Sinais Esperados</b>
Pobreza	Percentual do número de pobres*	Variável Dependente
Saúde	Mortalidade infantil	+
Educação	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	+
Condição de moradia	Percentual da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada	-

Fonte: Elaboração própria (2017).

\*São considerados pobres os indivíduos que possuem renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais.

Primeiramente, considera-se a dimensão saúde quantificada pela mortalidade infantil. Segundo a UNICEF (2013), o combate à mortalidade infantil é dado pela melhoria no acesso a serviços de saúde oferecidos à população, tais como: melhoria no atendimento materno, ampliação do número de vacinas, imunizações e elaboração de programas de proteção social. Assim, pode-se deduzir que o acesso à saúde está em melhores condições quando a mortalidade infantil se reduz.

A segunda dimensão considerada é a educação, mensurada pela taxa de analfabetismo. Segundo a UNESCO (2014), a educação é o caminho para que os indivíduos saiam da condição de pobreza e para que evitem repassar essa situação para as próximas gerações. Além disso, ressaltam que é por meio desta dimensão que os indivíduos adquirem melhores oportunidades de emprego e, conseqüentemente, possibilidades de melhor qualidade de vida.

A terceira dimensão analisada é a condição de moradia, mensurada pela presença de banheiro e água encanada no domicílio. Segundo o Banco Mundial (2001), a presença de banheiro (ou saneamento básico) é um fator primordial para evitar contaminações e propagação de doenças, reduzindo, assim, os níveis de mortalidade.

Desta forma, visando a alcançar o objetivo da pesquisa, utilizou-se, como forma de quantificação, o método econométrico de dados em painel. Esse método caracteriza-se por combinar dados *cross-section* e séries temporais, conseguindo analisar questões que não poderiam ser exploradas com apenas um desses procedimentos (GREENE, 2008). Os modelos em dados em painel subdividem-se entre modelos de efeito fixo (EF), de efeito aleatório (EA) e *pooled*, e para decidir qual dos modelos é o mais adequado para o objetivo em análise, é necessário realizar alguns testes. O teste **Chow** decide entre os modelos *pooled* e efeitos fixos; o teste **Hausman** indica se é modelo de efeitos aleatórios ou de efeitos fixos; o teste **LM de Breush-Pagan** decide entre modelo *pooled* e efeito aleatório; o teste **Wald** especifica se o modelo é homocedástico ou heterocedástico. Caso seja heterocedástico, realiza-se o teste **Mundlack**, uma vez que os testes anteriores se tornam irrelevantes; esse teste definirá se o modelo é de efeitos aleatórios ou de efeitos fixos.

## O modelo econométrico

Buscando-se evidenciar as principais variáveis responsáveis pelo maior grau de privação dos indivíduos, ou seja, os determinantes da pobreza multidimensional, o presente estudo se utiliza de um modelo econométrico mostrado na equação (1). Tal modelo foi esquematizado de acordo com a base de dados municipais para as variáveis *proxies* de pobreza, saúde, educação e condições de moradia para a região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

$$Pobreza_{it} = \beta_0 + \beta_2 \ln Saude_{it} + \beta_3 Educa\c{c}{a}{o}_{it} + \beta_4 CondMoradia_{it} + \varepsilon$$

(1)

Onde: **Pobreza** = nível de pobreza, variável quantificada via proxy percentual de pobres com rendimento domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais; **Saúde** = acesso à saúde, variável quantificada via proxy mortalidade infantil; **Educação** = acesso à educação, variável quantificada via proxy taxa de analfabetismo da população de 15 anos de idade ou mais; **CondMoradia** = condições de moradia; variável quantificada via proxy percentual da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada; e  $\epsilon$  = termo de erro.

O subscrito “*i*” corresponde aos indivíduos que, no presente estudo, são os municípios da região nordeste do Rio Grande do Sul, com 53 unidades. O período de tempo “*t*” dos modelos será igual a 3, referente aos três anos dos Censos coletados. Portanto, têm-se um “*n*” igual a 159 para a região nordeste rio-grandense. Assim como descrito em Baltagi (2001), os modelos construídos possuem todas as observações, ou seja, cada município da região nordeste do Rio Grande do Sul é analisado em todos os períodos de tempo, logo tem-se um painel balanceado. Salienta-se, ainda, que o modelo foi trabalhado no *software* Stata 10.0.

## **Análise e discussão dos resultados**

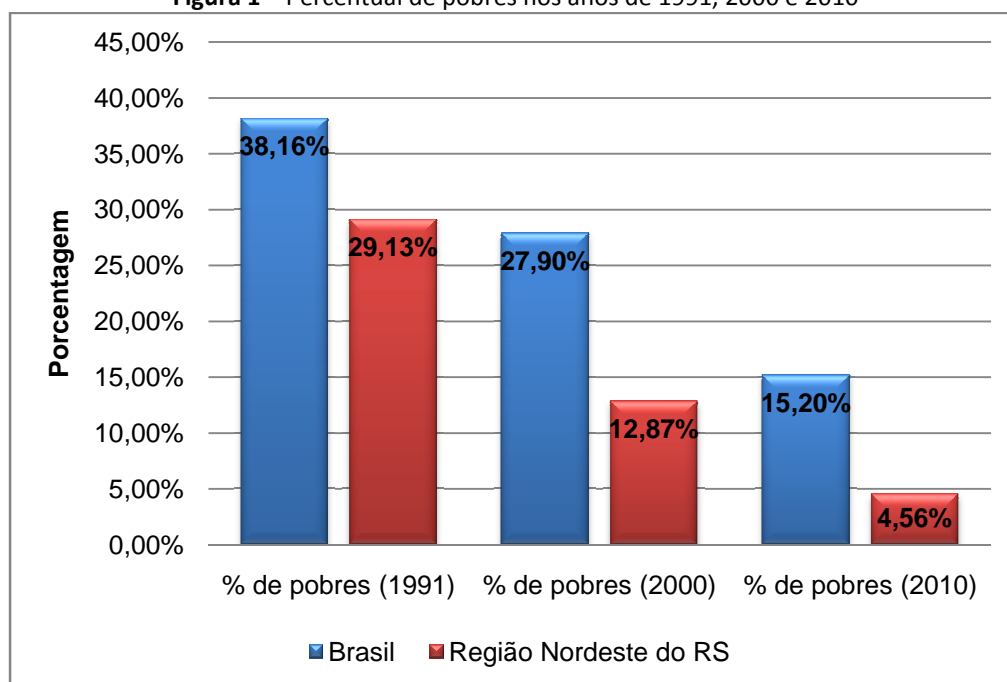
A mesorregião nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, é composta por 53 municípios agrupados em três microrregiões: Caxias do Sul, Guaporé e Vacaria. Esta mesorregião possui uma extensão territorial de 25.749,128 km<sup>2</sup> e população de 1.054.203 habitantes. (IBGE, 2010). Apesar de não ser considerada uma região pobre por conta de seu potencial turístico e industrial, existe forte incidência de pobreza constatada nos dados do Censo 2010. (ADH, 2015). Tais dados revelam que dentre os 50 municípios gaúchos com maior índice de pobreza, quatro estão localizados na região nordeste rio-grandense.

Ao analisar-se a evolução da porcentagem de pobres para a região ao longo dos três Censos considerados (1991, 2000 e 2010), identifica-se que houve uma redução deste percentual com o passar do tempo e que a região permaneceu sempre abaixo da média do Brasil na incidência de pobres (Figura 1). Porém, ao visualizar-se a Tabela 1, observa-se que os cinco municípios da região com maior índice de pobres (quantificada em cada um dos três censos), excetuando-se Esmeralda, que baixou no Censo de 2010, estiveram acima da média da porcentagem de pobres do Brasil, ao longo do tempo. Percebe-se ainda que, dentre os municípios que compõem tal região, o que demonstrou ter maior proporção de pobres ao longo dos três censos foi Pinhal da Serra (Figura 1).



Desta maneira, reitera-se a importância de identificar os fatores que determinam a pobreza para a elaboração de políticas públicas efetivas, que visem a sua erradicação, bem como, detectar maneiras de aproximar os municípios com maior porcentagem de pobres da média do País.

Figura 1 – Percentual de pobres nos anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: Dados ADH (2015).

Tabela 1 – Os cinco municípios com maior porcentagem de pobres

Município	% POBRES (1991)	Município	% POBRES (2000)	Município	% POBRES (2010)
Pinhal da Serra	85,61	Pinhal da Serra	43,27	Pinhal da Serra	26,61
Monte Alegre dos Campos	58,85	Monte Alegre dos Campos	41,37	Capão Bonito do Sul	21,56
Capão Bonito do Sul	58,76	Putinga	39,34	Monte Alegre dos Campos	20,56
São José dos Ausentes	55,66	Capão Bonito do Sul	34,86	Jaquirana	19,38
Muitos Capões	55,03	São José dos Ausentes	34,33	Esmeralda	12,73
<b>MÉDIA BRASIL</b>	<b>28,16</b>	<b>MÉDIA BRASIL</b>	<b>27,9</b>	<b>MÉDIA BRASIL</b>	<b>15,2</b>

Fonte: Dados ADH (2015).

Dessa forma, seguiu-se com a estimação de um modelo baseado nos estudos de Martins e Wink (2013), objetivando encontrar a relação entre o percentual de pobres e as demais variáveis relacionadas às privações sofridas

pelos indivíduos. Primeiramente, examinou-se o Quadro 2, que apresenta os resultados dos testes que determinam o modelo mais adequado a ser estimado.

**Quadro 2 – Testes de especificação do modelo São Paulo e Alagoas**

Teste	Diagnóstico	Hipóteses do teste	Região nordeste do RS	
			Valor da estatística	p-valor
<i>Chow</i>	Testar o modelo <i>Pooled</i> contra efeito fixo	H0: Modelo <i>Pooled</i> H1: Modelo de EF	1,82	0,0052
<i>Hausman</i>	Testar o modelo efeitos aleatórios contra efeitos fixos	H0: Modelo de EA H1: Modelo de EF	2,75	0,4312
<i>LM de Breush-Pagan</i>	Testar o modelo <i>Pooled</i> contra efeitos aleatórios	H0: Modelo <i>Pooled</i> H1: Modelo de EA	6,60	0,0051
<i>Wald</i>	Heterocedasticidade	H0: ausência de heterocedasticidade H1: Presença de heterocedasticidade	1,5 10 <sup>5</sup>	0,0000
<i>Mundlak</i>	Testar o modelo efeitos aleatórios contra efeitos fixos	H0: Modelo de EA H1: Modelo de EF	5,6 10 <sup>14</sup>	0,0000

Fonte: Elaboração própria (2017).

Através dos resultados encontrados, verificou-se que o modelo é heterocedástico. Dada tal característica, realizou-se o teste *Mundlak*, que determinou o modelo de efeitos fixos como o mais adequado.

Como o melhor modelo a ser estimado foi de dados em painel sobre efeitos fixos com a presença de heterocedasticidade, necessitou-se sanar tal problema, através da estimação via erro padrão robusto. A Tabela 1 apresenta os resultados da estimação do modelo e a significância dos parâmetros estimados.

**Tabela 1 – Resultados da estimação do modelo**

Variável Explicativa	Variável Dependente		
	% DE POBRES	(ep)	p-valor
Constante	37.36296***	(12.67959)	<b>0.005</b>
Ln da mortalidade infantil	4.284203	(4.127864)	<b>0.304</b>
Taxa de analfabetismo	1.693629***	(0.3481916)	<b>0.000</b>
Banheiro e água encanada	- 0.5367517***	(0.0602891)	<b>0.000</b>
R <sup>2</sup> within	0.8621		
R <sup>2</sup> between	0.8459		
R <sup>2</sup> overall	0.8539		
Número de observações	159		

Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Modelo estimado conforme equação 2

Erros-padrão robustos

\*\*\* Modelo significativo a 1% de nível de significância

\*\* Modelo significativo a 5% de nível de significância

A partir dos resultados encontrados descritos na Tabela 1 para a região nordeste do Rio Grande do Sul, vê-se que o parâmetro da variável mortalidade infantil não foi significativo, tal resultado é reiterado por Martins e Wink (2013), que, ao analisarem a pobreza multidimensional para o Estado do Rio Grande do Sul, visualizaram que a taxa de mortalidade possuía um coeficiente de impacto muito pequena sobre os níveis de pobreza, não gerando grande representatividade. Além disso, o mesmo estudo indicou que, quando se separou a pobreza entre rural e urbana, o modelo econométrico da zona rural indicou que a variável mortalidade infantil foi não significativa.

Já os parâmetros dos fatores taxa de analfabetismo e banheiro/água encanada foram significativos em um nível de significância de 1%. Desse modo, as dimensões que explicam os níveis de pobreza na região nordeste gaúcha são: educação e condições de moradia. Ademais, observou-se pela estimação que todos os coeficientes das variáveis explicativas, que foram significativos, obtiveram os sinais esperados expostos no Quadro 1. Isso posto, observa-se, na Tabela 1, para a região nordeste do RS: 1 ponto percentual a mais na taxa de analfabetismo está associado à expansão de 1,69 pontos percentuais na porcentagem de pobres aproximadamente, e que o acréscimo de 1 ponto percentual, na porcentagem de domicílios que possuem banheiro e água encanada, está relacionado a um declínio de 0,54 pontos percentuais na porcentagem de pobres.

Desta forma, os resultados obtidos com os modelos econométricos ratificam o que Sen (2013) já tinha afirmado: os níveis de renda são importantes para a variação dos níveis de pobreza, porém não é somente por esta variável que as privações são quantificadas; existem outros fatores como educação, saneamento básico, saúde e condições de moradia, que influenciam os níveis de pobreza, confirmando seu caráter multifacetado.

Betti e Verma (1999) também corroboram tais resultados, uma vez que demonstram que a pobreza suplementar (que incorpora dimensões não monetárias como renda, saúde, emprego, habitação, entre outros) apresenta maior intensidade que a pobreza monetária, mostrando que a pobreza vista de um ângulo unidimensional torna-se restrita e incompleta. Martins e Wink (2013) também vão ao encontro dos resultados aqui expostos, uma vez que demonstram uma forte relação entre os níveis da pobreza e o acesso à educação, à saúde e ao saneamento.

Portanto, a partir das constatações encontradas, vê-se que a pobreza não é um fenômeno puramente monetário, mas agrega elementos de bem-estar social, como nível educacional, acesso a serviços de saúde, condições apropriadas de moradia e saneamento básico. Assim, é preciso que os governantes formulem políticas públicas que visem erradicar a pobreza de multifatores, pois esta é mais impiedosa entre todas as formas de privação.

## **Conclusão**

No presente trabalho pretendeu-se averiguar os fatores, além da renda, que são determinantes da pobreza dita multidimensional, nos municípios da região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. A investigação foi realizada via análise econométrica de dados em painel para os últimos três Censos: 1991, 2000 e 2010.

Ao observarem-se os determinantes da pobreza, os resultados alcançados concordaram com a perspectiva de Sen (2013) na abordagem das Capacitações, a qual explica que os determinantes dos níveis de pobreza não advêm somente de fatores monetários, mas também de fatores sociais e políticos. Desta maneira, verificou-se que, na região nordeste do Rio Grande do Sul, os determinantes da pobreza não são limitados apenas pela variável relacionada à renda monetária, mas também por indicadores que repercutem privações dos indivíduos em áreas como educação e saneamento básico.

Portanto, para alcançar um nível mais elevado de desenvolvimento humano, os governantes devem estar preocupados em aplicar uma gama de políticas públicas que visem não somente à melhoria dos padrões de renda da população, mas que também melhorem o acesso a serviços de saúde, educação; condições de moradia, entre outros fatores sociais e humanos, que visam a erradicar a pobreza, um dos principais componentes do baixo desenvolvimento humano das nações.

Encerra-se o presente trabalho ressaltando como principal limitação constatada, mas que não invalida os resultados encontrados, que o estudo não dispôs de uma série de dados histórica, somente censitária, o que impede melhor visualização dos determinantes dos níveis de pobreza multidimensional. Sendo assim, como indicativo de trabalhos futuros, recomenda-se a expansão desta análise para todo o Estado do Rio Grande do Sul, a fim de averiguar se os determinantes de pobreza se mantêm os mesmos.

## Referências

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (ADH), 2015. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
- BALTAGI, B. H. *Econometric analysis of panel data*. 3. ed. Chichester: John Wiley and Sons, 2005.
- BETTI, G.; VERMA, V. Measuring the degree of poverty in a dynamic and comparative context: a multi-dimensional approach using fuzzy set theory. In: ISLAMIC COUNTRIES CONFERENCE ON STATISTICAL SCIENCES, 6., 1999, Lahore (Pakistan). *Anais...* Lahore: Islamic Countries Society of Statistical Sciences, 1999.p. 289-301.
- CODES, A. L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, 2008. (Textos para Discussão, n. 1332).
- CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE – Eletrônica**, v. 1, n.2, p. 1-12, 2002.
- GREENE, W. H. *Econometric analysis*. 6. ed. Estados Unidos: Person Prentice Hall, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sidra*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 ago. 2017.
- MARTINI, R.A. **Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. (Texto para Discussão, n. 369).
- MARTINS, C. H. B.; WINK JUNIOR, M. V. **Pobreza extrema em municípios do Rio Grande do Sul**: evidências da multidimensionalidade. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2013. (Textos para Discussão FEE, n. 114).
- UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Relatório de monitoramento global de EPT 2013/2014**: ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos.
- MUNDIAL, B. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001**. Rio de Janeiro, 2001.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human development report 2010**: the real wealth of nations – pathways to human development. New York: Oxford University Press, 2010.
- ROMÃO, Maurício E.C. Considerações sobre o conceito de pobreza. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 355-370, out./dez. 1982.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Schwarcz, 2013.
- UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND (UNICEF). **Committing to child survival**: a promise renewed. Progress Report 2013. United Nations Plaza, New York, NY 10017, USA, 2013.



## Protagonismo de grupos familiares, viticultores na Vinícola Aurora

*Protagonism of family groups, viticultures in Aurora Winery*

Luciano André Lemos<sup>\*</sup>

Nelson Piletti<sup>\*\*</sup>

Júlio César Tonello<sup>\*\*\*</sup>

Sandra Maria Zeni<sup>#</sup>

Anamaria Pereira Moreira<sup>##</sup>

**Resumo:** O presente artigo faz uma apreciação histórica, hermenêutica e etimológica, tentando aproximar-se das raízes de alguns conceitos dos grupos familiares, particularmente de seus valores, seus princípios de origem, em um núcleo de sócios na Linha Burati, em Bento Gonçalves, RS, que foram surpreendidos pelo colapso da Cooperativa Vinícola Aurora, em 1995. A paisagem vinícola é a expressão do trabalho dos viticultores sobre o território, no qual imprimem sua identidade cultural com a marca da fixação de sua história ao longo do tempo. A produção de castas é expressiva na região do vale e tem uma grande importância para a Cooperativa. No núcleo encontramos vozes que fazem uma análise sobre o cenário vivido naquele período e sobre as suas perspectivas futuras, em relação à Cooperativa. Como resultado, percebeu-se uma lógica de desempenho dos associados, que se portaram eticamente em sua relação com a Cooperativa, apesar das grandes incertezas resultantes de uma direção equivocada, nos anos de 1989/1995, que submeteu a Aurora a um passivo de 127 milhões.

**Palavras-chave:** Cooperativa. Castas. História. Grupos de Famílias. Associados.

---

\* Especialista em Cooperativismo pela Universidade do Rio dos Sinos (Unisinos). Licenciado em Ciências Exatas e Biológicas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Técnico Agrícola EAFBG. Bento Gonçalves-RS Brasil. <http://lattes.cnpq.br/3991657485097892>. E-mail: [lucianoandre1963@gmail.com](mailto:lucianoandre1963@gmail.com)

\*\* Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo USP (1983). Professor Associado da Universidade de São Paulo (USP) e autor de várias obras. Florianópolis-SC Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8564536479438529>. E-mail: [nelsonpiletti@gmail.com](mailto:nelsonpiletti@gmail.com)

\*\*\* Pós-graduado em Viticultura pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (2014). Graduação em Viticultura e Enologia. Bento Gonçalves-RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/0064680000631701>. E-mail: [julio.c.tonello@gmail.com](mailto:julio.c.tonello@gmail.com)

# Acadêmica, em Pedagogia Licenciatura Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Bento Gonçalves. Bento Gonçalves-RS Brasil. <http://lattes.cnpq.br/5769118618188445> E-mail: [zenisandra02@gmail.com](mailto:zenisandra02@gmail.com)

## Doutoranda em Letras na Universidade Federal de Santa Maria. Especialização em Literatura Brasileira pelo Centro Universitário Franciscano (2008). Mestrado em Letras UFSM (2010). Bento Gonçalves-RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8772047362391892>. E-mail: [anamariamoreira@hotmail.com](mailto:anamariamoreira@hotmail.com)

**Abstract:** The present article made a historical, hermeneutical and etymological appraisal, trying to get closer to the roots of some concepts of family groups, particularly their values, their principles of origin in a nucleus of partners in the Linha Burati, at Bento Gonçalves, RS, who were surprised by the collapse of the Cooperativa Vinícola Aurora in 1995. The wine landscape is the expression of the work of winemakers on the territory, in which it imprints its cultural identity with the mark of fixing its history over time. Caste production is significant in the valley region and is of great importance to the Cooperative. In the nucleus we find voices that make an analysis on the scenario lived in that period and on its future perspectives in relation to the Cooperative. As a result, it was possible to see a logic of performance of the associates, who acted ethically in their relationship with the Cooperative, despite the great uncertainties resulting from a wrong direction, in the years 1989/1995, which subjected Aurora to a liability of 127 million.

**Keywords:** Cooperative. Castes. History. Groups of Families. Associates.

## **Introdução**

O movimento social pela organização do cooperativismo, historicamente, não teve um único conjunto de ações. A história do movimento cooperativo apresenta-se face às dificuldades e demandas dos seres humanos por produzir, especialmente, em suas melhores condições de vida.

O movimento tomou formas e sentidos de organização, segundo as estruturas sociais, dentre as quais se destacam como diferentes concepções e interpretações do sentido de cooperação, as seguintes: a familiar; a ligada às concepções políticas; a vinculada às categorias econômicas; as nacionalidades; e, também, as crenças religiosas.

Já os grupos familiares, ou agricultura familiar, sempre tiveram uma estreita relação com o movimento cooperativo: uma relação histórica, marcada por esperanças e decepções. A relação associativa dos agricultores entre si, através da cooperação, de alguma maneira, sempre apareceu como um elemento importante de organização de suas economias, seja como necessidades ou como interesses. Os seus sujeitos esperam encontrar na organização cooperativa um instrumento de poder de atuação, nas relações econômicas de compra e venda, em defesa de seus interesses.

Nesse breve histórico de movimento cooperativo foram verificadas algumas querelas, inserido neste contexto, a compreensão da vinculação da agricultura familiar ao desenvolvimento econômico e à cooperação. Verifica-se que essa é uma situação comum às cooperativas, que repete com a Vinícola Aurora, do mesmo modo que com os grupos familiares da Linha Burati, nos quais alicerçamos o presente estudo.

Objetivamos ressaltar a relação entre organização cooperativa e agricultura familiar, especialmente, a de origem vinícola. Reputamos conveniente voltar no tempo e falar sobre cooperativismo e agricultura familiar, a partir da vivência e da experiência. Conforme Rösen (2007, p. 60), “o saber histórico torna-se o meio de uma comunicação”, através do qual a percepção de si e do outro se põe em movimento, tornando o transcorrido vivo.

“A Cooperativa Vinícola Aurora foi fundada em Bento Gonçalves, em catorze de fevereiro de mil novecentos e trinta e um”, em reunião realizada à sombra de uma gigantesca árvore e à beira de riacho na propriedade do agricultor Antônio Pertile, “todos os fundadores eram homens e descendentes de imigrantes italianos”.<sup>1</sup>

Atualmente está localizada no coração da cidade de Bento Gonçalves, a Vinícola Aurora é a maior do Brasil e com 1.037 famílias sócias à cooperativa.

A partir do panorama apresentado, e com um olhar nas dimensões das práticas da Cooperativa Vinícola Aurora, de modo que sua chancela simbólica é a família e, sincronicamente, com extensão os grupos familiares comunitários que a constituem, a parcela do corpo social da cooperativa-empresa, tem-se como questionamento: O que fez com que os agricultores não abandonassem a ideia da cooperação, diante das dificuldades enfrentadas na cooperativa, em sua vulnerabilidade no ano de 1995?

Utilizaremos como forma de estudo a metodologia exploratória, pois permite uma relação melhor entre os pesquisadores e o tema pesquisado, em razão de ser pouco conhecido e explorado; possibilita fazer uma análise mais vasta que envolve a proposição descritiva, assumindo o estudo de caso, em consenso com outras fontes que darão base ao assunto abordado, como é o caso de bibliografia e das entrevistas com indivíduos que estão ligados ao problema pesquisado.

## **Breve histórico de Bento Gonçalves**

O governo da Província do Rio Grande do Sul, desejando ampliar a área de colonização italiana no século XIX, por “Acto” de 20 de maio de 1870, concedeu à

---

<sup>1</sup> Os sócios-fundadores da Cooperativa foram: Guilherme Fontanari, Romano Constantin, Felix Roman, Líbero Puerari, Giovanni Cardoso, João Zatt, Angelo Zatt, Antônio Pertile, Angelo Giuseppe Turconi, José Dal’Oglio, José Possamai, José Baú, Ernesto Caron, Carlos José Turconi, José Turconi, VittorioTurconi, Antonio Crestani, Paulo Olivo José Turconi, Luiz Morett, Ernesto Possamai, Anselmo Luigi Piccoli.



antiga província dois núcleos coloniais, que receberam as denominações de Conde D'Eu e Dona Isabel. No ano de 1875, foram devidamente instalados os núcleos dos pioneiros oriundos da Itália, já existindo neles, aproximadamente, 48 franceses. (PARIS, 2006).

Sendo assim, os imigrantes italianos presenciam o Estado do Rio Grande do Sul em 1875; estabelecem-se nessas colônias unidas, Dona Isabel e Conde D'Eu, fundadas em 1870 pelas autoridades que já se faziam presentes neste estado. Cada uma delas, com 16 léguas quadradas de superfície e uma população de indivíduos alemães, tirolezes, franceses e italianos, aproximadamente, em iguais números. “Os solos eram férteis, montanhosos e de elevada altitude, próprios para o cultivo de trigo, centeio e milho.” (BONI, 1985, p. 13).

Esses imigrantes, em seu início, foram alojados em barracões na pequena vila. Depois, foram enviados aos seus lotes. “É bom lembrar, no entanto, que a legislação e distribuição de terras deixaram muito a desejar em termos de equidade.” (PARIS, 2006, p. 41).

Uma parcela desses imigrantes foi enviada à secção da Linha Burati. E, com um grande desejo de vencer, com uma dedicação constante, enfrentando animais selvagens, fome e frio, passaram a lavrar a terra e lançar sementes ao solo, na esperança de sobrevivência e de progressão no Novo Mundo.

As maiores preocupações desses imigrantes, estabelecidos em seus lotes, era o sustento da própria família e o da prática religiosa, pois todos eram católicos. Ergueram de imediato, capelas e, posteriormente, escolas e, assim, foram constituindo-se como comunidade:

As marcas significativas deixadas pelas famílias sobre a paisagem no território rural, construídas a partir do amor a terra e através do cultivo de trigais, milho, cultura de subsistência e a própria videira, que os imigrantes trouxeram com eles, transformaram o cenário das localidades, as comunidades do interior, na qual deram novas formas às encostas e aos vales. (VALDUGA, 2016, p. 20).

Com o avanço da viticultura, mas ainda com uma conjuntura pouco organizada, houve o fechamento de diversas cooperativas fundadas em 1911. Dentre as que fecharam, temos a cooperativa Stéfano Paterno (falida em 1913), que por sua má administração levou os produtores desacreditados a “venderem” seus produtos, principalmente, o vinho, em troca de ferramentas, expandindo o número de produtores explorados pelos comerciantes. Esses agricultores amargam durante toda a década de 1920. Apesar disso, quando o

cooperativismo parecia estar sepultado, ele ressurgiu com agricultores incentivados pelo Padre Antônio Zátera, vigário da Paróquia Santo Antônio. (VALDUGA, 2016).

Com as uvas assazonadas dos vinhais do vale da Linha Geral,<sup>2</sup> com a “[...] festa na gruta Nossa Senhora de Lourdes e com um sermão inspirado pela colheita da uva, agricultores se unem em uma causa em comum, fundada à beira de um riacho”. A Cooperativa Agrícola Aurora recebe esse nome devido ao dia ensolarado que fazia naquela data. (VALDUGA, 2016, p. 22).

### **Aurora surpreende sua família**

Fundada a Cooperativa Vinícola Aurora, através da união de 16 famílias de produtores de uvas, logo as famílias do vale Burati se tornam sócios da cooperativa, “[...] mas essas famílias não vendiam a uva, produziam o vinho em porções de sua casa, que era carregado em carroça com tração de mulas. Eles transportavam o vinho em barris de madeira, que eram fabricados pelos próprios produtores”. (VALDUGA, 2016, p. 52).

A datar de 1932, gradativamente, a Cooperativa passou a assumir a vinificação da produção de seus associados, intensificando-se esse processo em 1936, com a criação de postos de vinificação, um deles na Linha Burati.<sup>3</sup> Estes foram construídos no interior da região, para garantir condições técnicas de produção e superar os problemas relacionados com o transporte e acondicionamento da uva. Esses postos próximos aos parreirais possibilitaram que os agricultores levassem a uva, inclusive a pé, para ser vinificada. As precárias condições de transporte e de acondicionamento ocasionava a fermentação da uva, comprometendo a qualidade do vinho.

Anos se passaram e, ao longo dos seus 64 anos, a Cooperativa Vinícola Aurora foi marcada por abstrusas crises, “[...] sendo a maior a de 1995, quando as famílias de cooperados dormiam em berços esplêndidos, dispostos de dinheiro e assistência social, são surpreendidos em seus sonhos com pesadelos”, como afirma Valduga (2016, p. 150). Todos os sócios ficaram sabendo que a

---

<sup>2</sup> Linha Geral atual Rua São Paulo – Borgo-BG estrada que liga Bento Gonçalves ao Vale Burati.

<sup>3</sup> Postos de vinificação incorporados a CVA entre 1936 e 1963. São eles: Buza (1958), Monte Belo (1965), Leopoldina (1945), Lageadinho (1936), São Valentim de Guaporé (1957), Pinto Bandeira (1944), Faria Lemos (1955), Vale Aurora, São Valentim (1948) e Burati (1947).

cooperativa estava cavada em dívidas nos bancos, com fornecedores e impostos atrasados.

Não se sabe de fato quando começou o processo que levou a Cooperativa a um passivo de 127 milhões. Em reconhecimento realizado pela direção da Cooperativa, apontam alguns motivos, como má gestão, paternalismo com os sócios, fraudes (nunca comprovados), falta de profissionalismo interno, como alguns dos motivos.<sup>4</sup>

**Tabela 1 – Dívidas da Vinícola Aurora – 1996**

<b>DIVIDAS DA AURORA</b>	
<b>31/10/1996</b>	
Bancos	R\$ 84 milhões
Fornecedores	R\$ 16 milhões
Associados	R\$ 17 milhões
Impostos	R\$ 5 milhões
Outros	R\$ 5 milhões
<b>Total</b>	<b>R\$ 127 milhões</b>

Fonte: Sebrae (2017).

A Cooperativa como extensão da família, fonte de autoestima e orgulho dos sócios, se viu em ruínas, com uma luz débil, em companhia da agonia de liquidação e do sepultamento do que os associados tinham de mais valor: a própria Aurora.

Em 1996, o Banco do Brasil, como um dos credores da cooperativa enviou dois funcionários para ajudar; no entanto, foram vistos pelos associados como interventores. Esses funcionários fariam uma administração compartilhada para tutelar as questões financeiras da Cooperativa.

No mesmo ano, a Cooperativa teve redução da entrega na quantidade de uvas em relação ao ano anterior. Esse fator deveu-se aos desvios da produção para o setor privado. “Ocorreu o afastamento da Diretoria Executiva da cooperativa, introduzindo uma nova Diretoria Administrativa, pautada na transparência e na responsabilidade, desse modo os funcionários [...]” do banco perceberam, com a administração, que a Cooperativa tinha muitos funcionários. Esse pode ser considerado como fator de desequilíbrio para o então estado de escassez financeira da empresa, conduzindo-a rumo a destino incerto. (VALDUGA, 2016, p. 154).

---

<sup>4</sup> Fonte Cooperativa Vinícola Aurora

Valduga (2016) relata que, em conversa com os administradores do Banco, surgiu o elemento de fundamental importância para ligar a Cooperativa ao associado. Era o dono da Cooperativa, uma vez que seria ele quem poderia decidir pela Aurora, pois nele estava representada a propriedade associativa.

A partir desse momento, os funcionários do Banco do Brasil e a nova administração da Cooperativa vão ao encontro dos sócios, grupos familiares, para que eles auxiliassem na situação e dessem uma solução ao momento mais difícil que a Cooperativa estava vivendo. A primeira reunião ocorreu no núcleo de Lajeado-Veranópolis.

Ir ao encontro do associado era a proposição inicial da Cooperativa, para compreender o associado inserido na queda e reconstrução da instituição, em 1995. Nesse sentido, atentamos à necessidade de escutar grupos de família, ou integrantes que foram protagonistas na conquista da recuperação do seu maior patrimônio.

## **Viticultura no vale**

O tipo de cultivo e as castas<sup>5</sup> produzidas, que formaram a paisagem do Vale Buratti, derivam do modo de plantio pelo qual seus produtores optaram.

A formação da paisagem derivada do plantio de castas, com condução em latadas, reproduz uma paisagem singular em toda a região do vale, em razão da maneira como os imigrantes e seus descendentes procederam à sustentação das videiras.

O terreno, apesar de bastante abrupto, com forte declive e muitas rochas, foi utilizado para a sustentação das videiras na vinda dos imigrantes. Identificadas pela cultura de sua origem, as construções antigas eram de basalto e madeira; o apego à devoção religiosa católica fez parte da essência e do legado desses imigrantes italianos e de seus descendentes estabelecidos em seus lotes.

A vitivinicultura no Vale do Burati iniciou-se com a chegada dos primeiros imigrantes italianos. Em seus pertences carregavam as primeiras mudas de castas. Relato de Renê Tonello, em 1981, sócio da Cooperativa, aponta:

---

<sup>5</sup> Conforme Maurício Tagliari e Rogério de Campos (**Dicionário do Vinho**. São Paulo: Nacional, 2011, p. 123): “Casta é uma variedade de uma videira, distinta por certas características secundárias. Cada casta se distingue das outras por características, como vigor, [...] formato das uvas, tipicidade aromática, composição físico- química e metabólica, além da qualidade final do vinho. [...] Casta é o mesmo de uva, cepa”.

Com a passar do tempo foram se adaptando ao clima da região e surgiram as primeiras vinícolas de Bento Gonçalves onde eram comercializadas as uvas do Vale. Com a crise que ocorreu por volta de 1930, surgiu então a fundação da cooperativa vinícola Aurora Ltda., em 1931. A Cooperativa foi fundada na localidade do Borgo e ficava próximo ao vale do Buratti, essa proximidade despertou grande interesse dos moradores pelo cultivo da uva. Poucos anos depois, a maioria das famílias associou-se à cooperativa, e a viticultura começou a expandir. Nessa época, a produção de uvas era processada na comunidade, e o vinho já elaborado era transportado em carroças até a sede da cooperativa.

Até a década de 1980, todas as famílias do Vale Burati complementavam sua renda com a venda de produtos coloniais, frutas e verduras transportadas até a cidade no lombo de mulas. Com o montante do “tostão” da venda, eram comprados nos armazéns os produtos de primeira necessidade, que não eram produzidos na propriedade, como café, sal, tecidos, entre outros bens de consumo.

Com a expansão da viticultura, surgem novos equipamentos como os carros agrícolas, que substituíam os animais no transporte da produção. Muitas famílias passaram a dedicar-se integralmente ao cultivo da uva; porém, alguns moradores ainda mantêm a tradição e vendem seus produtos na tradicional feira semanal ou fazem entregas a domicílio.

Na atualidade, a Cooperativa é composta por 20 grupos familiares, distribuídos nos municípios de: Bento Gonçalves, Pinto Bandeira, Veranópolis e Monte Belo. O Vale Burati possui um núcleo com 55 associados. A produção na safra de 2017 foi de 3.643.000 kg de uvas, com graduação média de 12,9°, representando cerca de 5,2% de toda a produção da Cooperativa, no total de 69.500.000 kg de uvas.<sup>6</sup> A área de produção:

**Tabela 2 – Volume de produção**

	<b>PRODUÇÃO-UVAS</b>	
<b>Área vinífera</b>	<b>Uva branca</b>	<b>13,37 ha</b>
	Uva tinta	1,53 ha
	Total	14,90 ha
<b>Área comum</b>	<b>Uva branca</b>	<b>2,72 ha</b>
	Uva tinta	120,50 ha
	Total	123,22 ha

Fonte: Cooperativa Vinícola Aurora (2017).

---

<sup>6</sup> Dados da Cooperativa Vinícola Aurora.

As castas produzidas no Vale Burati, na contemporaneidade, sobrevivem com 24 variedades em destaque nas variedades comuns utilizadas para a elaboração de vinho de mesa e, principalmente, o suco de uva, com 12 variedades de tintas e cinco brancas, enquanto por parte das viníferas ficam em duas tintas e cinco brancas. Dentre essas variedades, se sobressai a cv. Isabel, já para as variedades *vitis vinífera* ressalta a cv. moscato branco e cv. chardonnay. Acompanhando uma tendência do setor, atualmente vem crescendo o plantio das variedades Isabel precoce e bordô, utilizadas principalmente para a elaboração de sucos.

Em função da alta temperatura ocasionada pela posição geográfica com as coordenadas medianas, latitude 29° 6'45.86"S e longitude 51°30'1.60"O, o ciclo da videira na comunidade é precoce, comparado com outras regiões da Serra gaúcha, adaptando-se muito bem as variedades precoces. Em função da maior temperatura, também diminuem os riscos com geadas tardias, no início do ciclo da videira. Esse ciclo da videira é favorável para a cooperativa, devido a sua grande quantidade de recebimento de uvas, que têm seu período de recebimento em torno de 70 dias.

Esses grupos familiares, sócios da comunidade da Linha Burati, permaneceram fieis em momentos de maior dificuldade da Instituição, mantendo-se sócios ao seu patrimônio, a Cooperativa. Dessa maneira, tornaram-se protagonistas do desenvolvimento da Cooperativa, atuando como seu sustentáculo nos âmbitos econômico e social, dando vida às palavras de Cattani et al. (2009) ao afirmarem que um “[...] conceito de reciprocidade e concretamente a hibridação de recursos mercantis, não mercantis e não monetários aprazando uma economia social.” (CATTANI; LAVILLE et al., 2009, p. 156, grifo nosso).

## **Grupos familiares ou agricultura familiar**

Neste contexto, apontamos a relevância de contemplarmos o conceito de agricultura familiar na configuração de grupos. Em 24 de julho de 2006, com a Lei 11.322 foram validados e definidos os conceitos de agricultura familiar, no Brasil. Em seu art. 3º, a lei considera agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades

econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. A lei foi uma conquista dos movimentos sociais, brotados da luta pelo reconhecimento da agricultura familiar.

Na bibliografia encontramos diversas vertentes e contribuições para a delimitação conceitual da agricultura familiar. Citamos uma que declara que a moderna agricultura familiar é um novo grupo, produzida na proeminência das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. E a segunda que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em ascensão, com significativas raízes históricas.

Consideramos que não se deve buscar as origens históricas do conceito, por exemplo, estabelecendo uma relação com a agricultura camponesa. “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa.” (ABRAMOVAY, 1992, p. 22).

Independentemente do caráter familiar, o autor postula que há uma distinção conceitual, cuja origem estaria nos diferentes ambientes sociais, econômicos e culturais que caracterizam cada uma. “A própria racionalidade de organização familiar não depende [...] da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve”. (ABRAMOVAY, 1992, p. 23). Na mesma acepção, Servolin (1999) pondera sobre a predominância de agricultores familiares modernos, como um fenômeno novo, sem qualquer vínculo ou herança do passado. Denominar agricultura individual moderna é considerar um novo personagem, diferente do camponês, “[...] gestado a partir dos interesses e das iniciativas do Estado”. (SERVOLIN apud WANDERLEY, 1999, p. 34).

No segundo pensamento, as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo oposto, mantém um costume agrícola que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Nessa linha, temos Huges Lamarche (1998) e Nazareth Wanderley (1999), que explicam ser a agricultura familiar um conceito genérico.

Wanderley (1999) considera que agricultura familiar, mesmo que contemporaneamente introduzida no mercado, “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos

problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças”. (WANDERLEY, 1999, p. 52).

As características básicas do conceito clássico de agricultura familiar, por Cardoso (1987, p. 56) relevam: I – acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; II – trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional; III – auto-subsistência combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente; IV – certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros.

Dessa forma o conceito de agricultura familiar é aquele em que a família, ao mesmo tempo em que detém a posse dos meios de produção, realiza o trabalho na fração produtiva, podendo produzir tanto para sua subsistência como para o mercado.

## **Descrição e análise dos dados**

As entrevistas, com membros dos grupos de família, ocorreram na propriedade, com perguntas semiestruturadas, sobre período de sócios na cooperativa, sua concepção de cooperação e recepção da notícia, na época, das dificuldades enfrentadas pela Cooperativa Vinícola Aurora, 1995. E, por fim, como foi o processo de permanência na cooperativa, objetivando caracterizar e identificar seus principais desafios e problemas, no contexto de reestruturação da Aurora.

As respostas permitem sintetizar que os entrevistados têm profundo respeito a seus antepassados e carinho à Cooperativa, permitindo na atualidade fazer uma análise de pontuação em relação ao processo cooperativo, tanto no aspecto no social e econômico quanto no político.

Sobre a economia familiar, os entrevistados expressam que surgiu como sustento e sobrevivência das famílias, com atividades nas videiras, tendo como núcleo o trabalho na família. Notificam a noção de agricultura familiar como um lugar de vida, com diferentes dimensões, onde se sentem mais seguros economicamente, independentes e autossuficientes. Vivem alegres pelo seu trabalho nos vinhais. Um dos jovens das famílias definiu a agricultura familiar como um lugar, onde “[...] a gente não é empregado, é patrão, a gente trabalha



*pra nós e não trabalha para os outros. Eu acho bom morar no interior, é calmo, e tranquilo”.*

As manifestações expressam valores da cultura tradicional dos agricultores, especialmente a autonomia. Porém, por outro lado, a pesquisa nos mostra que algumas respostas indicam a ligação com a Cooperativa Aurora. A seguir passamos a fazer uma análise sobre como os sócios foram notificados a respeito da “crise”.

Revelam que a cooperativa estava mergulhada em dívidas, e os diretores ocultavam o problema do corpo social. Em seu relato, João Adelino Tonello, sócio desde 1952, afirma ser descendente dos primeiros sócios, cujo pai foi associado à empresa em 1932. Relata como ficou sabendo sobre as dificuldades da Cooperativa Aurora:

Um dia, fui à cidade, encontrei com uma pessoa conhecida, que logo pediu o que eu achava da Aurora. E me falou abre os olhos: O que eles (diretores) contam é tudo mentira. O que brilha, nem tudo é ouro, é puro ferro enferrujado! Dias após, fui à Aurora e encontrei com um dos diretores e perguntei: É verdade que a cooperativa está cheia de dívidas? Ele respondeu: Não, não Joanin, como ele me chamava no dialeto talian. Temos um pouco de dívida sim, mas se a gente vender o vinho pagamos, e sobra dinheiro. Eu acreditei. Em seguida, 10 a 15 dias deu o estouro (TONELLO, 2017).

No entanto, o relato mostra que o desequilíbrio da Cooperativa já tinha ultrapassado seu limite, sendo que pessoas fora da cooperativa já estavam sabendo, menos o sócio, dono da Aurora. Identificamos também que o conceito dos diretores diante da sociedade já era um desprimor, e que encafuavam a situação da cooperativa.

A narração de outro sócio (Renê Tonello), a seguir, mostra a forma como ele tomou conhecimento do momento em que a cooperativa vivia:

Ficamos sabendo quando houve intervenção dos bancos; havia rumores que estava ruim a situação da Cooperativa; a gente perguntava a eles, eles negavam que tinha crise, e quando houve a intervenção dos bancos, aí todos ficaram surpresos, o que a diretoria dizia não era a realidade (afirma). Aí passamos um sufoco grande. (TONELLO, 2017).

Observamos que o sócio fica ciente do cenário pelo qual a Cooperativa estava passando, somente quando houve a intervenção dos bancos credores. Isso evidencia que a direção omitia as dívidas contraídas pela cooperativa, o que havia era somente rumores de pessoas não sócias.

Já na voz de uma sócia, Ivone Riboldi Belle, que assume as vinhas, devido a contratempos do marido, encarregou-se também da propriedade do seu pai, tomando a frente dos parreirais. História-nos de forma singular a notícia de como ficamos sabendo das dificuldades da Cooperativa no ano de 1995.

Eu fiquei sabendo por comentários; as pessoas falavam que iria dar uma crise na Aurora, e a gente não acreditava que realmente houvesse a crise grande nê. E aí veio a tal de crise, tivemos que deixar nossa uva, para pagar as dívidas ou ajudar, eu não sei bem, pois era dependente do sócio na época. E vivemos de outras coisas e também não passamos dificuldades. (BELLE, 2017).

No relato da sócia, fica novamente evidente que a direção da cooperativa eclipsava as dívidas da Aurora, e também mostra notoriamente o comprometimento da safra nos anos posteriores com a Aurora. Além disso, a sócia demonstra que não teve dificuldades, devido a instabilidade da Cooperativa, mesmo com o dever de entregar a colheita para a Aurora, sem receber pela sua produção. Percebemos que os sócios se mantiveram eticamente fiéis à sua origem e também ao embrião do cooperativismo, a cooperação.

Nos depoimentos a seguir, faremos uma breve análise do que levou os sócios não se desligarem da Cooperativa, mesmo diante da aleivosa posição dos seus diretores.

Nós não saímos porque o meu falecido pai falava para nós sobre quem queria se retirar da Aurora. Ele dizia que "mai andare via del nostro coerto per andare tel coerto dei altri", jamais saia de seu coberto e vai no coberto dos outros. Ele se referiu que a cooperativa era nossa, e isso eu guardei como lição. Eu nunca perdi uma assembleia da Aurora, somente foram por duas por estar no hospital, outra por chegar ao final e assinamos o livro. Lembro, nunca deixei de participar nas assembléias. (TONELLO, 2017).

Em narrativa de um dos sócios com maior anosidade na cooperativa, nota-se que os conhecimentos, e saberes que obteve com seu pai (que foi um dos fundadores da Aurora) mostram claramente o sentido pertencimento e fidelidade para com a Cooperativa. Ele usou palavras simples para descomplicar seu relato deixando claro que no âmbito da Cooperativa permeava a concepção de que todos faziam parte de uma família.

Da mesma maneira, no relato a seguir, nos apresenta a Cooperativa como uma família, ainda está implícita a ideia de união e a prática de cooperação entre as gerações.

E como o pai dizia a gente não sabia viver fora de uma cooperativa, o pai nasceu dentro de uma cooperativa, praticamente ele nasceu quando foi fundada. Entraram como sócios em 1932 e o pai nasceu em 1934. O pai nasceu sócio, eu também nasci sócio, a gente não sabia trabalhar fora de uma cooperativa. Mesmo se tivesse fechado a cooperativa com a crise, não teria espaço para todos no mercado. Não cogitamos em sair ou pensar de deixar a cooperativa e procurar outra empresa [...]. O maior erro foi em 1989/1990, o associado ter dado poderes à diretoria [...]. Nem o presidente sabia o que estava acontecendo. (TONELLO, 2017).

A manifestação de Renê expressa o valor da cultura tradicional de pertencimento, e a forma como é vista a Aurora, uma família. Faz uma análise mais profunda da “crise” por ter um conhecimento maior dos dados da cooperativa e sobre cooperação, espírito associativo. O sócio faz uma observação dos equívocos cometidos por parte dos sócios em entregar a responsabilidade sendo deles ou do conselho para os diretores da cooperativa.

No relato de Ivone, identificamos na entrevistada a estima à Cooperativa e ao corpo dos associados e a admiração com a família Aurora.

Logo após a crise o meu pai dizia. “Não se assuste que a Aurora teve crise mais forte que essa, a gente não vai desistir por essa crise pequenininha”. Meu pai sempre falou isso. E ninguém pensou em sair da Aurora, de não entregar mais a uva; nunca me passou pela cabeça, e não faço ideia de como viver sem a Aurora. Hoje a Aurora é a família para nós. Lembro que teve muitos comentários sobre que a Aurora já tinha ido para o buraco, e a gente ficou firme e sócio. Pode mil vezes a Aurora entrar na cova que a gente vai com ela (risos). Isso de ficar na cooperativa veio com a gente mesmo, da família. Vejo a cooperativa Aurora hoje bem, sabe sempre vai ter problema e ninguém é perfeito, sempre tem que melhorar. Vejo que tem gente competente para resolver os problemas da cooperativa. Nós trabalhamos aqui na roça e eles trabalham lá, confiamos. Hoje mantenho a parreira sozinha e não pretendo abandonar, assumi também as do meu pai. Isso faz uns dez anos que estou à frente das parreiras. (BELLE, 2017).

O espírito e os valores cooperativos materializam-se no relato da sócia, como o pertencimento. Em sua visão, a cooperativa é uma família. No entanto, mostra que deposita total confiança na atual direção. Aqui é possível identificar que a mulher assume a agricultura familiar, quebrando paradigmas patriarcais.

Visualizamos que a sócia está satisfeita com a atual situação da Cooperativa e, nas informações obtidas nas entrevistas, afirma que, de modo geral, os entrevistados reconhecem a importância do associativismo e da

organização cooperativa. Veem no associativismo e no cooperativismo suas armas de luta. Nas entrevistas transparece uma visão favorável ao cooperativismo. Miram, na organização cooperativa, segurança e poder, no contexto das relações comerciais, embora alguns entrevistados expressem também decepção e insatisfação com os diretores no passado e colocam em dúvida, além de fazerem críticas à atuação dos mesmos. Algumas vezes, inclusive, expressam certo abandono pelos diretores, em relação à agricultura familiar, no período de 1989 a 1995.

### **Considerações finais**

Os dados permitem algumas considerações: existe confiabilidade e fidelidade entre os associados com relação à organização cooperativa; a organização cooperativa representa segurança, especialmente, para esses viticultores; existe espírito de cooperação, fidelidade e valorização da organização cooperativa. Isso pode também ser interpretado como resultados das economias familiares; existe um predomínio na percepção do sentido político da organização cooperativa, independentemente das faixas etárias; porém, com o passar do tempo, com mais experiência, os associados tendem a ter uma visão também mais crítica da Instituição, e de suas propriedades; o maior sustentáculo de força e poder da organização familiar e da Aurora estão na união, na associação de seus integrantes; a crise na Cooperativa Vinícola Aurora não abalou o espírito de contributo dos entrevistados.

Pode-se dizer que o núcleo do Vale Burati tem, no sentido econômico e das práticas de contribuição, uma grande importância para a Aurora, visto que sua produção de uva é precoce, ficando com representação 6% no total de castas recebidas pela cooperativa. Os grupos familiares entrevistados carregam consigo a cooperação e o valor da família, como também os ensinamentos dos seus antepassados.

Cabe destacar que, para desvendar toda a complexidade contida na interação das diferentes variáveis que definiram a trajetória econômica da Cooperativa Vinícola Aurora, seria ainda necessária a realização de outro estudo. O seu objetivo seria buscar respostas sobre os fatores sociais, culturais e econômicos (internos e externos à empresa), que moldaram a ação dos dirigentes a ocultar dos associados a problemática da Cooperativa.

Para finalizar a pesquisa, mostra-se a importância desse tipo de análise, mesmo que apresente limites na sua realização. Percebe-se que é uma área de conhecimento, em que existe espaço para muitas pesquisas, que possibilitam contribuir com o setor e dar entendimento aos grupos de família na região de imigrantes italianos.

#### **Referências**

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BONI, L. A. D. **Bento Gonçalves era assim**. Bento Gonçalves: Correio Rio-Grandense, 1985. v. 1.
- CARDOSO, C. F. **Escravo ou camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CATTANI, A. D. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. [S.l.]: Almedina Brasil, 2009.
- ENOTURISMO. In: TAGLIARI, M.; CAMPOS, R. D. **Dicionário do vinho**. São Paulo: Nacional, 2011.
- GOVERNO-PLANALTO. **Planalto**, 2006. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: julho 2017.
- PARIS, A. D. **Memórias**. 2. ed. Bento Gonçalves: Sulina, 2006. v. 1.
- RÜSEN, J. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- SEBRAE. **3º Seminário de Estudo de Caso em Agronegócio-Vinícola Aurora**. [S.l.]: [s.n.].
- VALDUGA, R. **Aurora orgulho do passado prontos para o futuro**. Bento Gonçalves: [s.n.], 2016.
- WANDERLEY, M. D. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EdUPF, 1999.

## Protagonismo de uma migração: senegaleses na Serra gaúcha

*Protagonism of a migration: senegalese in the Sierra gaucha*

Vania B.M. Herédia\*  
Geraldine Monteiro Ruffato\*\*

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo analisar o perfil dos migrantes senegaleses que chegaram em Caxias do Sul, no ano de 2016, uma vez que esses migrantes têm escolhido Caxias como destino final. A análise utiliza como referência as obras de Becker (1997), Sayad (1998) e Herédia, Gonçalves e Mocellin (2011). O estudo parte do conceito de migração de Becker (1997), que trata as migrações como mecanismos de deslocamento populacional, refletindo mudanças nas relações entre as pessoas e o ambiente físico. Utiliza ainda os estudos de Sayad (1998), por meio da discussão acerca da contradição existente entre o estado de provisoriedade e o estado de permanência, que a sociedade atribui ao migrante. O estudo exploratório é de natureza quantitativa e qualitativa. Os dados são provenientes do Cadastro do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), instituição ligada à Associação Educação São Carlos (Aesc). O método utilizado foi o crítico, que trata os dados a partir do seu conjunto, da sua história, dos seus movimentos e das suas contradições. Os resultados da pesquisa apontam que as características dos senegaleses, que chegaram em 2016, são semelhantes àquela dos que chegaram anteriormente. Foram registrados, no ano de 2016, no CAM, 117 migrantes senegaleses. A migração senegalesa em Caxias do Sul é majoritariamente masculina, composta por jovens com baixa escolaridade, que escolheram o Brasil em busca de oportunidades de trabalho. Os dados mostram que os senegaleses provêm de diversas cidades do Senegal, entre elas Dakar, Touba, Pikine e Mbacke. O estudo colabora para a compreensão do fenômeno migratório e traz elementos para a discussão acerca da política migratória no País.

**Palavras-chave:** Estudos migratórios. Migrantes senegaleses. Migrações.

**Abstract:** The present study aims to analyze the profile of the Senegalese migrants who arrived in Caxias do Sul in 2016, since these migrants have chosen Caxias as the final destination since 2011. The analysis uses as reference the works of Becker (1997), Sayad (1998) and Herédia, Gonçalves, Mocellin (2011). The study starts from Becker's (1997) migration concept that treats migrations as mechanisms of population displacement, reflecting changes in the relations between people and the environment. physical environment. He also uses the studies of Sayad (1998) through the discussion about the contradiction between the state of provisionality and the state of permanence that society attributes to the migrant. The exploratory study is of a quantitative and qualitative nature. The data come from the Register of the Migrant Care Center (CAM), an institution linked to the São Carlos Education Association (AESC). The method used was the critic

---

\* Doutora em História pela *Università degli Studi di Genova*, Itália. Professora titular na Universidade de Caxias do Sul. Professora no Programa de Pós-Graduação em Turismo. <<http://lattes.cnpq.br/2028194865995189>>. E-mail: vbmhered@ucs.br

\*\* Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul. Bolsista Pibic-CNPq. <<http://lattes.cnpq.br/2873995818137531>>. E-mail: gmruuffato@gmail.com

who treats the data from its set, its history, its movements and its contradictions. The results of the survey indicate that the characteristics of the Senegalese who arrived in 2016 are similar to those that arrived previously. A total of 117 Senegalese migrants were registered in the year 2016. The Senegalese migration in Caxias do Sul is mostly male, composed of young people with low schooling who chose Brazil in search of job opportunities. The data show that the Senegalese come from several cities in Senegal, among them Dakar, Touba, Pikine and Mbacke. The study contributes to the understanding of the migratory phenomenon and brings elements to the discussion about the migratory politics in the country.

**Keywords:** Migratory studies. Senegalese migrants. Migrations.

## **Introdução**

O Senegal faz parte da África Subsaariana, ou também chamada de “África Negra”, por ser uma zona onde reside a maioria da população negra do continente. Em função do processo de exploração colonial, a maior parte dos Estados subsaarianos tem uma grande variedade de etnias e é também considerado o último território colonizado pelo modo de produção capitalista. Em função da elevada dependência econômica do território e o alto índice de exploração dos recursos naturais, a África Subsaariana registra os maiores índices de pobreza e fome do mundo. Para aqueles que nascem e vivem nesse país, a migração tornou-se uma forma de sobrevivência, sendo um fenômeno frequente entre eles.

Nem sempre é lembrado, nos estudos sobre migrações africanas recentes, que “[...] foi o comércio escravo atlântico, que entre os séculos XVI e XIX envolveu a migração forçada de cerca de 12 milhões de africanos para as Américas”. (PARKER; RATHBONE, 2016, p. 16). A condição criada para os povos africanos, inclusive o caso do Senegal, é que a independência, como colônia francesa, ocorreu apenas na metade do século XX, o que significa que a população vive o processo de república recente, e a participação popular nos processos decisórios do país é ainda bastante restrita.

O Senegal está dividido em 14 regiões e cada uma delas é administrada por um conselho regional; o país ainda se subdivide em 35 distritos, que possuem 110 comunidades e 320 comunidades rurais. Em 2015, a população total do Senegal era de 15.129.273 habitantes, e a concentração maior de sua população localiza-se na capital do país, Dakar.<sup>1</sup> O povo senegalês possui várias religiões, mas o islamismo é dominante no Senegal. Quanto à política, os africanos foram “membros de um variado conjunto de formas de Estado. Estes vão dos mais

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Senegal>>. Acesso em: 24 set. 2017.

absolutos tipos de monarquias aos seus opostos polares, sociedades cuja ausência de aristocracias identificáveis levaram os antropólogos no passado a descrevê-las como ‘apátridas’.” (PARKER; RATHBONE, 2016, p. 40).

O povo senegalês tem encontrado nas migrações formas de sobrevivência; este deslocamento para lugares, com mais possibilidades de trabalho, passa a ser o lugar de destino. A mobilidade tem sido uma alternativa, e aqueles que migram sustentam a família que permanece no país de origem, esperando os recursos dos que estão fora. A razão da migração é o trabalho, e esse fator é o motor do deslocamento de parte da população senegalesa. A busca de recursos em países estrangeiros é uma possibilidade, para garantir a sobrevivência do grupo familiar, que, muitas vezes, é extenso e constituído por muitos parentes.

Os fluxos migratórios fazem parte da história de Caxias do Sul. Segundo os dados do Censo de 2010, o município foi o que mais ganhou população em todo o Estado do Rio Grande do Sul, com um aumento de 75.063 habitantes (20,83%). (IBGE, 2010). Nos últimos anos, a cidade de Caxias do Sul tem recebido um fluxo constante de imigrantes de países da África, da América Central e da América Latina. Desses países, as migrações mais acentuadas foram do Haiti, do Senegal, de Gana, da República Dominicana. Os motivos das imigrações são diversos e se enquadram na tipologia de migrações laborais. Dessa forma, nasce a seguinte questão: Qual o motivo de escolha de Caxias para todos esses fluxos migratórios que estão ocorrendo recentemente? Se o País está em crise, por que estão ocorrendo as migrações atuais?

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo identificar a migração senegalesa que chegou em Caxias do Sul em 2016, dando continuidade aos estudos que começaram em 2012 sobre a migração senegalesa no Sul do Brasil. A pesquisa é exploratória, de natureza quantitativa, utiliza o método crítico para examinar os dados e discuti-los. Os dados analisados foram coletados no Banco de Dados do CAM. A amostra é constituída por 117 senegaleses, que buscaram atendimento nesse local e que preencheram o formulário de atendimento.

Neste estudo, a migração é entendida como “[...] mobilidade espacial da população, e o deslocamento gerado culmina em mudanças nas relações interpessoais e na relação dos sujeitos com o ambiente físico”. (BECKER, 1997, p. 323). A migração é concebida como “[...] mobilidade forçada pelas necessidades do capital e não mais como um ato soberano de vontade pessoal em resposta à diferença de renda urbana esperada”. (TODARO, 1970 apud BECKER, 1997, p. 324).



## Migrações senegalesas recentes

O estudo utiliza dados da pesquisa “Deslocamentos populacionais e dinâmicas migratórias”, que trata de migrações recentes no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, cujo objetivo é dispor de dados recentes sobre os movimentos migratórios que chegam à Caxias do Sul.

A escolha dos migrantes pela cidade se justifica por Caxias do Sul ser um polo industrial. Em 2014, a população de Caxias era de 470.223 habitantes, sendo que 96% concentravam-se na área urbana; dos 174.135 empregos formais, 83.402 empregos estavam na indústria de transformação, 53.764 em serviços e 26.555 no comércio. (CAGED, 2014).

**Tabela 1** – Distribuição absoluta e percentual do sexo dos senegaleses

SEXO	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Masculino	114	97,44
Feminino	3	2,56
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco de dados do CAM. Caxias do Sul, RS, 2016. Elaboração: Geraldine Monteiro Ruffato, bolsista Pibic-CNPq.

Os dados refletem que a migração senegalesa em Caxias do Sul é majoritariamente masculina. Esse tipo de afirmação é comum, quando tomamos estudos sobre senegaleses que migraram para outros países, antes de escolher o Brasil como destino. Constata-se que, na situação dos senegaleses em Caxias do Sul, o deslocamento inicial se dá pela migração masculina, pois os homens saem de seu país em busca de melhores condições de vida, enquanto as mulheres lá permanecem. Essa característica é comum, já que o movimento inicial em busca de trabalho é feito pelos homens.

Na Tabela 1 o número de migrantes que chegaram a Caxias do Sul no ano de 2016, segundo dados do CAM, foi de 117 senegaleses, sendo que 97,44% eram homens e apenas 2,56%, mulheres. Se compararmos com os dados de 2010-2014, o número de homens era de 99,20% e o de mulheres, 0,80%, o que aponta que a migração continua sendo essencialmente masculina.

**Tabela 2** – Distribuição absoluta e percentual por faixa etária dos senegaleses

FAIXA ETÁRIA	Frequência	
	Absoluta	Percentual
21-25	21	17,95
26-30	36	30,76
31-35	32	27,35
36-40	14	11,96
41-45	13	11,11
46 +	2	1,70
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco de dados do CAM. Caxias do Sul, RS, 2016. Elaboração: Geraldine Monteiro Ruffato, bolsista Pibic-CNPq.

A população senegalesa é jovem. Em 2015, a população do Senegal com menos de 15 anos era de 42% e apenas 2,9% possuíam mais de 65 anos. Os índices de mortalidade e natalidade no país ilustram tal dado, tendo em vista que o Senegal apresenta elevadas taxas de natalidade, 38 por mil habitantes registradas no ano de 2015.

**Tabela 3** – Distribuição absoluta e percentual do estado civil dos senegaleses cadastrados no banco do CAM, 2016

ESTADO CIVIL	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Solteiro (a)	58	49,57
Casado (a)	54	46,15
Divorciado (a)	3	2,56
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco de dados do CAM. Caxias do Sul, RS, 2016. Elaboração: Geraldine Monteiro Ruffato, bolsista Pibic-CNPq.

Nos dados coletados pelo CAM, 30,76% dos migrantes que chegaram à Caxias do Sul possuem entre 26 e 30 anos, e apenas 1,70% possui mais de 46 anos, o que aponta que são os jovens adultos que deixam o país de origem. É importante referir que os jovens, no Senegal, têm a responsabilidade de manter a família, o que significa que desde cedo estão destinados a ingressar no

mercado de trabalho. Não é apenas uma concepção cultural, mas também econômica, no sentido de suprir as necessidades básicas do grupo familiar.

Os dados referentes ao estado civil mostram que 49,57% dos migrantes são solteiros; porém, os senegaleses que são casados representam 46,15% da amostra. Isso indica que os migrantes possuem relações familiares no país de origem, sendo um dos motivos da migração a busca por formas de subsistência, a fim de sustentar a família que permanece no Senegal, caracterizada pela migração laboral.

**Tabela 4** — Distribuição absoluta e percentual do grau de instrução dos senegaleses cadastrados no banco do CAM, 2016

GRAU DE INSTRUÇÃO	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Analfabeto	5	4,27
Alfabetizado	1	0,85
Ensino Fundamental incompleto	50	42,73
Ensino Fundamental completo	21	17,94
Ensino Médio incompleto	6	5,12
Ensino Médio completo	20	17,09
Ensino Superior incompleto	2	1,70
Ensino Superior completo	4	3,41
Não informado	8	6,83
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco de dados do CAM. Caxias do Sul, RS, 2016. Elaboração: Geraldine Monteiro Ruffato, bolsista Pibic-CNPq.

Diferentemente do Brasil, o sistema de ensino no Senegal consiste em três etapas: Ensino Pré-Escolar, entre os 3 e 6 anos de idade, não obrigatório; Ensino Primário (Ensino Básico), entre os 7 e 12 anos de idade, nível obrigatório e Ensino Médio Geral (Bacharelato).

Segundo os dados apresentados, 42,73% dos migrantes registrados no CAM possuem Ensino Fundamental incompleto, que equivale ao Ensino Primário no Senegal, e 17,94% possuem o Ensino Fundamental completo; 17,09% possuem Ensino Médio completo e apenas 3,42% possuem Ensino Superior completo. O número de analfabetos é de 4,27%. Esses indicadores refletem

também as dificuldades que os migrantes encontram ao buscar um emprego formal, tendo em vista os índices de escolaridade, em sua maioria, além das dificuldades com a língua, considerando que o idioma oficial dos senegaleses é o francês, porém muitos falam *wolof* e *crioule*, línguas nativas oficiais.

Dos migrantes que passaram pelo CAM, 47% estavam desempregados, e esse é o principal fator que os leva a procurarem atendimento nesse Centro, ou seja, a busca por uma oportunidade de emprego, além de orientações quanto à documentação. O CAM dispõe de diversos serviços, a fim de acolher os migrantes que chegam à cidade, desde atendimento psicológico, jurídico e acesso aos serviços da assistência social. Dos 117 registrados, 31,62% já estavam inseridos no mercado de trabalho, com emprego regular. A característica desse fluxo tem evidenciado a busca de trabalho, uma vez que, na chegada, os mesmos justificam que vieram ao Brasil para trabalhar.

**Tabela 5** – Distribuição absoluta e percentual da situação de trabalho dos senegaleses cadastrados no banco do CAM, 2016

SITUAÇÃO DE TRABALHO	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Autônomo(a) formal	2	1,70
Autônomo(a) informal	7	5,98
Desempregado(a)	55	47,00
Empregado(a) regular	37	31,62
Não informado	16	13,67
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco de dados do CAM. Caxias do Sul, RS, 2016. Elaboração: Geraldine Monteiro Ruffato, bolsista Pibic-CNPq.

A inserção no mercado de trabalho evidência a aceitação de trabalho precário, e posteriormente dificuldades de sair da informalidade. Constatou-se que as condições de trabalho são precárias, em locais insalubres, baixos salários, jornadas longas, sem nenhuma garantia de manutenção do emprego no tempo acordado, nem a estabilidade no emprego, uma vez que não se encontram na formalidade.

**Tabela 6** – Distribuição absoluta e percentual das experiências anteriores dos senegaleses cadastrados no banco do CAM, 2016

EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Agricultor	3	2,56
Comerciante/Vendedor	24	20,51
Costureiro	4	3,41
Marceneiro	2	1,70
Motorista	7	5,98
Professor	2	1,70
Soldador	6	5,12
Não informado	18	15,38

Fonte: Banco de dados do CAM. Caxias do Sul, RS, 2016. Elaboração: Geraldine Monteiro Ruffato, bolsista Pibic-CNPq.

Os migrantes senegaleses possuem experiências anteriores em diversas áreas profissionais e, a partir dessas, buscam inserir-se no país de destino; 20,51% dos migrantes registrados atuavam como comerciante/vendedor no Senegal, e muitos deles dão continuidade a essa função aqui no Brasil, porém em situações precárias. Os migrantes que possuem diploma de graduação e exerciam a profissão de professor no Senegal enfrentam dificuldade para atuar na mesma profissão no Brasil, principalmente em função da língua e pela falta de reconhecimento de documentos e creditações.

Muitos dos senegaleses possuem experiências no setor da indústria e em serviços específicos, como eletricista, pedreiro, mecânico, etc. Como Caxias do Sul é considerada um polo industrial, a maioria das vagas de emprego que surgem estão concentradas nesse setor; porém, há uma precarização da mão de obra, levando em conta que os migrantes nem sempre possuem os critérios exigidos pelas empresas. Muitos trabalham sem carteira assinada, duplas jornadas, baixos salários, setores insalubres, trabalho noturno.

**Tabela 7** – Distribuição absoluta e percentual da situação de renda dos senegaleses

SITUAÇÃO DE RENDA	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Até 1 salário-mínimo	3	2,56
De 1 a 3 salários-mínimos	41	10,51
De 3 a 5 salários-mínimos	1	0,85
Sem renda	57	48,71
Não informado	15	12,82
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco de dados do CAM. Caxias do Sul, RS, 2016. Elaboração: Geraldine Monteiro Ruffato, bolsista Pibic-CNPq.

A Tabela 7 mostra que 48,71% dos que procuraram o CAM, em 2016, não têm renda; o número é elevado mesmo sendo frequente ao migrante, quando procura trabalho, não ter um rendimento fixo. Dos que divulgaram a renda, 2,56% percebem até 1 salário-mínimo e 10,51% de 3 a 5 salários-mínimos. A falta de informação sobre a renda também é significativa, já que preenchem o formulário quando buscam orientação para o trabalho.

A análise da renda evidencia um fato que é perceptível entre os senegaleses, ou seja, o espírito de solidariedade que existe entre o grupo, manifestado pela ajuda, colaboração, orientação segura. Na fala de alguns, “a solidariedade faz parte deles”. O espírito de solidariedade ajuda a enfrentar os obstáculos iniciais do migrante, como o local da moradia, a alimentação, contatos, conexão com os parentes, entre outros elementos.

O CAM tem colaborado na orientação para o trabalho e para a obtenção de documentação. Em anos anteriores, esse Centro, juntamente com a Universidade de Caxias do Sul, ofereceu aulas de português para diminuir as dificuldades da chegada, mas não apenas para os senegaleses. A falta de domínio da língua afeta a condição econômica, apesar de muitos conseguirem lidar com as adversidades. O comércio ambulante também tem sido uma opção para ter alguma renda.

Figura 1 – Localização do Senegal no continente africano



Fonte: Worldatlas (2017).

Figura 2 – Mapa do Senegal



Fonte: Worldatlas (2017).

**Tabela 8** – Distribuição absoluta e percentual da localidade dos senegaleses

LOCALIDADE NO SENEGAL	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Dakar	6	5,12
Diourbel	3	2,56
Kaolack	3	2,56
Mbacke	6	5,12
Meckhe	3	2,56
Pikine	4	3,41
Touba	5	4,27
Demais localidades	69	58,97
Não informado	18	15,38
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco de dados do CAM. Caxias do Sul, RS, 2016. Elaboração: Geraldine Monteiro Ruffato, bolsista Pibic-CNPq.

Os senegaleses que chegaram a Caxias do Sul-RS provêm de diversas cidades do Senegal, tais como: Dakar, Diourbel, Kaolack, Mbacke, Mckhe, Pikine, Touba, entre outras. Dos 117 migrantes, 5,12% vieram da capital do país. Dakar é uma metrópole que se desenvolveu sob o domínio francês, e está dividida em quatro departamentos. No que diz respeito à economia, a cidade tem um setor industrial composto por indústrias têxteis, de madeira, de alimentos e produtos químicos. A cidade ainda conta com grandes fluxos migratórios do campo para a área urbana.

Mbacke é um departamento de Diourbel, e 7,69% dos migrantes provêm dessa região. Touba fica localizada em Mbacke, e 4,27% dos senegaleses vêm dessa localidade. Touba é a segunda cidade mais populosa do Senegal, ficando atrás apenas da capital Dakar; é considerada uma cidade sagrada, e atividades ilícitas, como o consumo de álcool e tabaco, são proibidas.

#### Referências

AMBROSINI, Maurício. **Sociologia delle migrazioni**. 2. ed. Bologna: Mulino, 2011.

ANDRADE, Thompson Almeida; SANTOS, Ângela M.S.P.; SERRA, Rodrigo Valente. Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período de 1980-1996. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.



BAENINGER, Rosana; PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais, globalização e blocos de integração econômica – Brasil no Mercosul. In: CONGRESSO DE ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 2004, Belo Horizonte. **Anais ...**, Minas Gerais: ALAP, 2004.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CESCHI, Sebastiano. **Movimenti migratori e percorsi di cooperazione: l'esperienza di co-sviluppo di Fondazioni 4 Africa-Senegal**. Roma: Carocci, 2012.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; MOCELLIN, Maria Clara; GONÇALVES, Maria do Carmo (Org.). **Mobilidade humana e dinâmicas migratórias**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2011.

LECHNER, Elsa. **Migração e conflito**. Coimbra: Biblioteca Mínima, 2010.

PARKER, John; RATHBONE, Richard. **História de África: uma breve introdução**. Lisboa: Quimera, 2016.

REDIN, Guiliana; MINCHOLA, Luís Augusto. Imigrantes senegaleses no Brasil: tratamento jurídico e desafios para a garantia de direitos. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil**. Caxias do Sul: Quatrilho, 2015. p. 201-217.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O continente desconhecido. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-13.

WORLDATLAS. **Senegal**. 2017. Disponível em:  
<<http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/africa/sn.htm>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

## Repensar o hiperconsumo entre o desenvolvimento sustentável e o decrescimento

*Rethinking the hyperconsumption between sustainable development and degrowth*

Moisés João Rech<sup>\*</sup>  
César August Cichelero<sup>\*\*</sup>  
Eduardo Brandão Nunes<sup>\*\*\*</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a tese de decrescimento econômico desenvolvida por Georgescu-Roegen e como esta pode traduzir-se em ferramenta possível para a crise ambiental causada pelo hiperconsumo, de forma diversa da solução pretendida pelo conceito de desenvolvimento sustentável. Como metodologia, foi utilizado o método analítico com procedimento de pesquisa bibliográfica de literatura especializada a respeito da temática consumo, desenvolvimento sustentável e decrescimento. Com os resultados obtidos, foi possível compreender a ideia de termodinâmica aplicada à economia; a conclusão é de que a obra de Georgescu diagnostica uma patologia da sociedade moderna: o crescimento econômico; e procura estabelecer uma posição propositiva, a ideia de decrescimento econômico. Portanto, é o decrescimento a proposta adequada para repensar o consumo contemporâneo e buscar o enfrentamento da crise ambiental.

**Palavras-chave:** Decrescimento. Desenvolvimento sustentável. Consumo. Economia. Ecologia.

**Abstract:** The article analyzes the thesis of the economic decreasing developed by Georgescu-Roegen and how this can become a solution for an environmental crisis that is caused by hyperconsumption, different from what is intended by the concept of sustainable development. As a methodology, the analytical method was used with bibliographic research procedure from specialized literature on the subject of consumption, sustainable development and decrease. With the obtained results, it was possible to understand the idea of thermodynamics applied in economy, the conclusion is that the Georgescu's work diagnose a pathology of modern society, and he aims to stablish a propositive position, the idea of economic decline. Therefore, the decreasing is the appropriate proposal to rethink about the contemporary consumption and seek to cope with the environmental crisis.

**Keywords:** Degrowth. Sustainable development. Consumption. Economy. Ecology.

---

<sup>\*</sup> Mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (2017). Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (2015). Advogado. <http://lattes.cnpq.br/0525658398433333> E-mail: mjrech7@gmail.com

<sup>\*\*</sup> Mestrando em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista Capes. Advogado. <http://lattes.cnpq.br/7445448766988268> E-mail: cesar.cichelero@gmail.com

<sup>\*\*\*</sup> Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista Capes. Integrante do grupo do Laboratório de Estudos Teóricos e Analíticos sobre o Comportamento das Instituições. <http://lattes.cnpq.br/0643138457221101> E-mail: dub\_nunes@hotmail.com

## **Considerações iniciais**

A sociedade contemporânea está baseada em paradigmas que devem ser questionados, o crescimento econômico e o hiperconsumo. O ponto que une uma crítica a esses dois fenômenos é a crise (ambiental, econômica, social, etc.) decorrente da maneira como se produzem e se consomem os bens ambientais na modernidade. Antes restritas a alguns círculos de pensadores, as alternativas para o atual modelo econômico, que busca crescimento infinito, têm-se tornado corriqueiras no vocabulário político, ainda que nenhum país efetivamente tenha aderido a um modelo que não vise ao crescimento quantitativo de sua economia.

A alternativa, pode-se dizer mais popular, é aquela que observa o princípio jurídico do desenvolvimento sustentável. Este princípio foi difundido globalmente em 1987, no famoso Relatório Brundtland,<sup>1</sup> como um conceito político, um conceito amplo para o progresso econômico e social, que define o desenvolvimento sustentável, como aquele em que a geração atual garante suas necessidades sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas. O princípio, portanto, se insere no contexto de buscar: uma solução ao sistema produtivo-capitalista moderno; uma solução que integre desenvolvimento econômico e equilíbrio ambiental, tendo em vista os riscos de colapso do próprio sistema.

Contudo, qualquer solução que pretenda implementar sustentabilidade ambiental em escala mundial gera uma contradição com o capitalismo, pelo fato de este sistema se fundamentar na acumulação de lucros, pela exploração dos recursos naturais e pelo consumo social dos bens produzidos. Visto que a satisfação das necessidades humanas (presentes ou futuras) se dá pelo consumo, é o fenômeno do hiperconsumismo contemporâneo que se faz contraditório com a ideia de desenvolvimento sustentável.

Assim, é pouco provável que a busca por crescimento econômico cesse, ainda mais em uma sociedade que possui padrões de consumo cada vez mais luxuosos. Este padrão de consumo, entretanto, possui um limite (até então) intransponível para o sistema econômico, qual seja, a finitude de energia que existe disponível no Planeta. Dentro desse aspecto, o desenvolvimento sustentável seria uma mera tentativa de tratar os sintomas de um modelo

---

<sup>1</sup> "In essence, sustainable development is a process of change in which the exploitation of resources, the direction of investments, the orientation of technological development; and institutional change are all in harmony and enhance both current and future potential to meet human needs and aspirations". (OUR COMMON FUTURE, 1987).

econômico condenado; deve-se, portanto, levar em conta as limitações terrestres e compreender que o desenvolvimento (no futuro) irá se relacionar com a ideia de retração da produção e do consumo de bens.

O centro deste artigo, então, é apresentar uma análise da tese da bioeconomia proposta por Georgescu-Roegen, que sustenta o destino catastrófico da humanidade e propõe apenas como medida o decrescimento econômico. Partindo do pressuposto – incorreto – de que a civilização ocidental apenas “funciona” quando está crescendo economicamente, tal como um ciclista que apenas se equilibra quando pedala, ela parará de “funcionar” quando estancar seu crescimento, do mesmo modo que o ciclista cai quando para de pedalar. Assim, o crescimento econômico perpétuo que foi o motor da sociedade morreu nos anos 70; porém, a ideia de que ele existe ainda permanece viva.

## **Hiperconsumo e o desenvolvimento sustentável**

Em sua obra sobre direito ambiental, Milaré (2011, p. 64) afirma que “o desequilíbrio ecológico se acentua a cada dia que passa”. O que ocorre na atualidade é uma apropriação cada vez mais significativa de termos como: desenvolvimento sustentável, hiperconsumo, crise ambiental. A utilização destes vocábulos saiu dos livros e artigos científicos e vem se inserindo na mídia. Assim, o alcance dessa afirmação proposta por Milaré, seguindo sua própria construção, acentua-se a cada dia. Seguindo a linha de pensamento do mesmo autor, observa-se que o meio ambiente, num prazo muito curto, será dilapidado, e os recursos consumidos e esgotados não se recriarão. (MILARÉ, 2011). Nas palavras de Leff, (2004),

a crise ambiental se torna evidente nos anos 60, refletindo-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e mancando os limites do crescimento econômico. [...]. Portanto, a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. (LEFF, 2004, p. 15-17).

A sociedade contemporânea é uma sociedade de consumo. Os fenômenos da globalização e da modernidade propiciaram o surgimento de estruturas de produção e consumo, que geram riscos ambientais que as próprias estruturas são incapazes de resolver. A visão ainda dominante, em nossa tardia modernidade, é a economicista, na qual alguns detêm tudo e outros não detêm

nada, visão que propicia a espoliação da natureza em todos os seus âmbitos (PEREIRA; CALGARO, 2015). É no contexto da modernidade que ocorrem as grandes transformações na nossa sociedade, afinal, a sociedade moderna é caracterizada por “mudanças constantes, rápidas e permanentes”. (HALL, 2004, p. 14). Bauman concorda que essas mudanças são rápidas e constantes.

A modernidade é o que é – uma obsessiva marcha adiante – não porque nunca consegue o bastante; não porque se torne mais ambiciosa e aventureira, mas porque suas aventuras são mais amargas e suas ambições mais frustradas. A marcha deve seguir adiante porque qualquer porto de chegada não passa de uma estação temporária. (BAUMAN, 1999, p. 14).

A evolução da sociedade de consumo para Lipovetsky aconteceu em três fases diversas, sendo a atual caracterizada pelo hiperconsumo. Nesta terceira fase, a sociedade ocidental industrializada tem como grande valor a liberdade individual, e as relações de consumo são realizadas tendo em vista mais o bem-estar e lazer do indivíduo do que suas próprias necessidades de sobrevivência. O consumo nesta fase pode ser caracterizado como um “ato social”, um empoderamento ou um aumento de autoestima. Ressalta-se que nas relações de consumo atual, não existe horário definido para que aconteçam, assim como elas podem ocorrer por meio eletrônico. Nesta terceira fase, então, é possível dizer que o individualismo se sobrepõe ao coletivo.

Na modernidade marcada pelo capitalismo neoliberal, o que se deseja é o constante progresso, ainda que o progresso possa ocasionar riscos ambientais, pois o que importa é viver o presente. Diante desse cenário, “os indivíduos não se preocupam com questões importantes como, por exemplo, aonde vai o lixo trazido pelo consumismo?” (PEREIRA; CALGARO, 2014, p. 12). Nessa sociedade de consumo não se consome para satisfazer necessidades; na sociedade hipermoderna existe como base uma estrutura individualista e mercantilista que promete a felicidade universal pelo ato de consumir, mas, como lembra Lipovetsky (2007, p. 336), “[...] produzimos e consumimos sempre mais, não somos mais felizes por isso”. O mesmo autor ainda adverte que essa “[...] busca da felicidade por meio dos bens e dos serviços mercantilizados está apenas no começo de sua aventura histórica”. (LIPOVETSKY, 2007, p. 343). Logo, em nosso horizonte não há expectativas de que o consumo perderá o caráter de principal fonte de felicidade, mas, sim, a expectativa é de que esse fenômeno aumente.

O próprio mercado reforça essa tendência de busca desmedida de bens de consumo, o que é notado pela “[...] corrida desenfreada à renovação acelerada

dos produtos e modelos”. (LIPOVETSKY, 2007, p. 87). Esse crescimento é propiciado pelo fenômeno exposto por Durkheim da organização da economia através da divisão do trabalho, que possibilita a maximização da produção. Como expõe Lipovetisky (2007), a sociedade de hiperconsumo se realiza na modernidade, pois acontece “[...] uma ampla difusão do modelo tayloriano-fordista de organização da produção, que permitiu uma excepcional alta de produtividade bem como a progressão dos salários [...]”. (LIPOVETSKY, 2007, p. 33). Isso permite produzir e vender em quantidades cada vez maiores. Dessa forma, é possível falar em uma revolução na modernidade tanto da maneira como se produz bens materiais quanto da forma como se consome bens materiais.

As relações de consumo podem ser vistas em nossa sociedade ocidental como relações em uma sociedade de excesso e de fartura e, conseqüentemente, como uma sociedade de desperdício. Direccionam-se os preciosos recursos naturais para a produção de diversos produtos, sem que se saiba se serão realmente utilizados, visto que o importante é a produção em massa, para cumprir o objetivo do capital; essa visão gera poluição industrial e devastação dos recursos não renováveis.

O nexó entre a crise ambiental e o hiperconsumo surge com relevância, inclusive, nos tratados internacionais. A temática ética da sustentabilidade no consumo é destacada na própria Agenda 21, que aborda sobre a necessidade de mudanças nos padrões de consumo, pois se entende que os padrões de produção e consumo estão se tornando insustentáveis. Assim, é necessário o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais e internacionais para estimular mudanças nestes padrões. Além disso, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o consumo sustentável é aquele no qual o fornecimento de serviços e de produtos satisfaz as necessidades básicas e proporciona melhor qualidade de vida. Por outro lado, o consumo sustentável é aquele em que se diminui o uso de recursos naturais e a emissão de resíduos e poluentes durante as fases de produção e consumo, em conformidade com o princípio de preservação ambiental para as gerações futuras.

Como dito na introdução, o desenvolvimento sustentável é um princípio político que visa a garantir as necessidades das presentes e futuras gerações. Entretanto, o desenvolvimento como um processo de satisfação das necessidades humanas é restritivo. Para satisfazer as necessidades da sociedade, é necessário um aumento da produção econômica e conseqüentemente maior uso de recursos naturais. Essa junção de crescimento econômico (para a

satisfação humana) e sustentabilidade (para garantir o futuro) só é possível em modelos econômicos utópicos. Além disso não existem provas que garantam que – dentro de uma perspectiva de sustentabilidade – a tecnologia forneça uma eficiência que compense os danos ambientais provocados pelo crescimento econômico. Por essa razão, é improvável que novas tecnologias, sem mudanças no próprio sistema de produção e consumo de bens, sejam responsáveis por diminuir os riscos da sociedade de crise contemporânea.

Nesse entendimento, para Georgescu-Roegen, a expressão *desenvolvimento sustentável* serve somente para desviar a atenção dos verdadeiros problemas da economia e do meio ambiente; esconde a falsa ideia de que o crescimento econômico pode ser sustentado no tempo infinitamente, criando um conceito otimista para o futuro do modelo econômico vigente. (CECHIN, 2008). É necessário vislumbrar no horizonte uma nova forma de produzir e consumir, que respeite os limites impostos pela natureza, devido à finitude de seus recursos. Por essa razão, no cerne do debate sobre o desenvolvimento sustentável está a questão de como o processo econômico faz uso dos recursos naturais; em outras palavras, como a busca por desenvolvimento (econômico ou social) requer energia. Essa discussão deve ser realizada sob a ótica do decréscimo de Georgescu-Roegen.

## **Bioeconomia e decréscimo**

Ainda que simples a primeira observação, a lição do economista e matemático Nicholas Georgescu-Roegen sobre o estatuto da economia pós-Revolução Industrial mostra-se uma das mais complexas da modernidade. Dentro de um aporte teórico da física termodinâmica, pode ser encontrada a resposta indefectível e irrevogável sobre o real futuro da energia e mesmo da matéria. A resposta amarga para a complicada questão do destino da humanidade e do universo é, dentro desta teoria, para a morte termodinâmica. Em outras palavras, para a total dissipação de energia e de matéria em um verdadeiro caos. Tal resposta é, contudo, de cunho antropocêntrico, é dizer, a energia e a matéria dissipada estão fora do uso humano, o que não é sinônimo de que a energia e a matéria simplesmente deixem de existir, ideia contrária ao princípio de conservação da matéria, em que nada é criado ou eliminado apenas transformado.

Outro fator que deve ser sopesado em conjunto é de que o crescimento industrial ultrapassa os limites da biosfera, tanto que o homem se tornou uma força geológica, “[...] uma das mais poderosas forças do mundo vivo a operar nas transformações da face da Terra”. (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p. 23). Não se trata apenas de pensar a Física e a Economia conjuntamente, de aplicar a termodinâmica à economia; de modo nenhum trata-se de uma análise à moda cartesiana e newtoniana, analítica, estática e mecânica. Trata-se de pensar dialética e holisticamente, de pensar a totalidade em evolução, integrando tanto a Economia, como a Física, Matemática e a Biologia evolutiva. Dessa forma, pretende-se pensar em uma bioeconomia.

A termodinâmica em abstrato é visualizada pela Lei da Entropia em concreto. Como qualquer outra lei física, a Lei da Entropia rege a matéria e a energia, duas grandezas diferentes. De fato, para Georgescu-Roegen, a termodinâmica não é apenas uma teoria energética do valor econômico, pois a matéria também está inclusa. A economia, ou seja, o metabolismo social é regido pela Lei da Entropia, que afirma que a energia atualmente disponível está em curso de dissipação, o que também vale para a matéria entendida como jazidas minerais e macroestruturais utilizáveis. Para Georgescu-Roegen, a Lei da Entropia se aplica à matéria em bruto, isto é, a matéria organizada em macroestruturas economicamente utilizáveis. A lógica da Lei da Entropia é uma lógica evolutiva, diferentemente da mecânica clássica, em que o tempo não é um fator presente, na Entropia o tempo é fator determinante, por isso sua natureza *evolutiva*.

Georgescu denuncia as mitologias modernas, em especial do processo circular da vida econômica, ou seja, do crescimento perpétuo. Ao integrar termodinâmica e economia, desvela a amarga realidade que os economistas negam, da finitude dos processos biológicos e econômicos que constituem o metabolismo social. Ocupada com o fluxo monetário e o crescimento econômico, a economia está ocupada de mais para ater-se a temas de “menor” relevo. Economistas negligenciam o papel do capital natural na economia, e o que é pior, o fato de a economia estar mudando a própria biosfera como a conhecemos. O fluxo de energia, no mesmo sentido, é negligenciado, visto que as empresas petrolíferas são as maiores geradoras de energia. Contudo, tornou-se uma afirmação de senso comum dizer que combustíveis fósseis são finitos e degradam o ambiente. Ao perceber que a energia total do universo permanece constante e a entropia do universo tende ao máximo, a crença no



desenvolvimento sustentável dos economistas parece profunda falsa consciência da realidade que os cerca.

Sabendo que matéria e energia não podem ser criadas ou destruídas, apenas transformadas, postulado que decorre do princípio de conservação de matéria-energia que é o primeiro princípio da termodinâmica, como é possível então que a economia seja considerada um processo circular? Ou seja, como é possível que o homem produza matéria sem ter tal capacidade divina? A resposta a tais questão Georgescu-Roegen (2012, p. 57) responde: “O que temos de sublinhar em primeiro lugar é que esse processo é um processo parcial e que [...] está circunscrito por uma fronteira através da qual matéria e energia são intercambiadas com o resto de todo um universo de material”. Não há uma produção de matéria e energia, o processo econômico “[...] limita-se a absorver matéria-energia para devolvê-la continuamente”. (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p. 57). A matéria-energia que é absorvida pelo processo econômico está em um estado de *baixa entropia* e é liberada em um estado de *alta entropia*.

Sabendo que a entropia significa medida de energia não utilizável num sistema termodinâmico ou, ainda, energia não utilizável, o processo econômico acelera a transformação de *baixa entropia* e *alta entropia*, ou seja, absorve matéria-energia economicamente viável e a torna inviável para um novo uso econômico. Em outras palavras, a energia de um sistema que pode ser utilizada pelo homem é a energia livre ou utilizável, a *baixa entropia*; a energia não utilizável ou presa, a *alta entropia*, é a energia contida num sistema que o homem não pode mais utilizar. (GEORGESCU-ROEGEN, 2012). E o resultado da dissipação da energia livre em energia presa é o aumento da entropia, que, portanto, sempre tende a aumentar, embora existam casos de entropia negativa ou neguentropia, que é a diminuição da entropia, ou seja, a passagem da energia presa para a energia livre.

O diagrama do fluxo circular da economia é um desenho estampado em qualquer manual de introdução à economia; o fluxo mostra a relação entre produção e consumo. O objetivo deste é mostrar como circulam os produtos, insumos e dinheiro entre empresas e famílias, abrangendo mercados de bens e serviços. O circuito interno mostra os fatores de produção fluindo das famílias para as empresas, e os bens e serviços fluindo das empresas para as famílias. O circuito externo demonstra o fluxo monetário. Como bem destaca Georgescu, nada melhor que a imagem descrita para demonstrar os fundamentos epistemológicos da economia, que “[...] representa o processo econômico como

um fluxo independente e circular entre ‘produção’ e ‘consumo’.” (GEOGESCU-ROEGER, 2012, p. 75). No mesmo sentido, afirmam Cechin e Veiga:

Tal alicerce epistemológico apresenta uma visão inteiramente falsa de qualquer economia, considerando-a um sistema isolado no qual nada entra e do qual nada sai, e fora do qual não há nada. É uma representação da circulação interna do dinheiro e dos bens, sem absorção dos materiais e sem liberação de resíduos. Ora, se a economia não gerasse resíduos e não exigisse novas entradas de matéria e energia, então ela seria o sonhado moto-perpétuo, capaz de reproduzir trabalho ininterruptamente consumindo a mesma energia e valendo-se dos mesmos materiais. Seria um reciclador perfeito. (2010, p. 35).

O diagrama narrado representa a epistemologia mecanicista da economia neoclássica, pois “[...] ela parte do princípio que é possível entender os fenômenos, independentemente de onde, quando e por que ocorrem”. (CHECIN; VEIGA, 2010, p. 36). Ao contrário da segunda lei da termodinâmica, as leis da mecânica clássica não distinguem o passado do futuro, pois parte da ideia de que todos os movimentos são reversíveis e justamente em virtude disso não é capaz de compreender o movimento unidirecional do calor. Para a mecânica clássica, portanto, a variável *tempo* é irrelevante, pois preocupa-se apenas com a reversão do movimento; é dizer, a mudança de posição de um objeto. “No entanto, os processos irreversíveis constituem a regra na natureza”. (2010, p. 37). Os economistas modernos usaram da mecânica clássica para levantar a tese de que há algo na economia que se mantém constante, o valor. Apenas a alocação do valor seria um problema a ser resolvido por meio da troca. Segundo Cechin e Veiga (2010, p. 37), “[...] é nesse sentido que a estrutura analítica da economia convencional é uma metáfora mecânica, mas especificamente do princípio de conservação de energia na física”.

Nesse sentido, o exposto contradiz claramente uma das leis da termodinâmica, pois, segundo a Lei da Entropia, a energia não pode ser usada e reusada quantas vezes se deseja, a energia usada uma vez não pode ser reusada uma segunda vez, pois ela faz parte do que se chama de energia presa. A energia dissipada não pode mais ser usada, isso não significa que a energia se extinguiu, mas apenas se dissipou no espaço e não será mais possível reutilizá-la para gerar trabalho.

A economia convencional continua presa à física do século XIX. Nem de longe incorporou os avanços ocorridos no século passado. Assim, a proximidade com a mecânica impediu que o estudo do processo econômico

fosse permeado pela atenção às relações biofísicas com seu entorno. Afinal, a metáfora mecânica na economia implica não reconhecer os fluxos de matéria e energia que entram e saem do processo, assem como a diferença qualitativa entre o que entra e o que sai. (CHECIN; VEIGA, 2010, p. 37).

Ainda que a entropia do universo esteja constantemente crescendo e levando a desordem a seu máximo, há um processo muito peculiar que pode reverter o crescimento entrópico, produzindo neguentropia, é a fotossíntese das plantas. Ao crescerem as plantas absorvem energia presa do ambiente, gerando ordem a partir da desordem. Contudo, não há propriamente diminuição da entropia, mas uma desaceleração de seu processo em vista de que o ambiente compensa a diminuição gerada pelas plantas. Os seres humanos, por outro lado, por meio de sua cadeia alimentar, dissipam energia, pois não produzem fotossíntese, mantendo sua ordem em detrimento do ambiente a seu redor. Além do fato de os seres humanos aumentarem prodigiosamente a entropia do ambiente, através de sua cadeia alimentar, possuem capacidade exossomática, ou seja, a capacidade de desenvolver ferramentas e mecanismos de sobrevivência para além de seu corpo, é dizer, de captar energia através de meios mais eficazes. (MÉRICO, 2002, p. 45).

Como bem salienta Merico (2002, p. 46), é por meio da construção de máquinas e ferramentas que os humanos extraem mais energia do ambiente que os circunda, é por meio da construção de casas e roupas que mantêm seu corpo aquecido. Ao construírem estradas e pontes, canais e rodovias transportam energia de um lugar a outro. Desenvolvem uma gestão governamental, uma linguagem, uma economia, sabendo que tudo gira em torno dos fluxos de energia, pois, na hipótese de não existência de energia, nada mais disso seria possível. “O controle de nossos instrumentos exossomáticos pode reduzir o ritmo vertiginoso do aumento entrópico do planeta que tem sido verificado nas últimas décadas [...]”. (MÉRICO, 2002, p. 46). O aumento da entropia do nosso planeta está relacionado com o aparecimento do efeito estufa, do desgaste da camada de ozônio, do desequilíbrio climático, da poluição do ar, dos oceanos, solo, etc.

Tomando novamente a ideia de que a economia existe para atender às necessidades mais básicas da humanidade, e sabendo que seu funcionamento depende da quantidade disponível de baixa entropia, está desvelada a relação causal, o valor econômico e a entropia. A economia movimenta-se somente através da baixa entropia, como os minerais, os alimentos, seja a madeira, a roupa, seja a energia. Como salienta Georgescu-Roegen (2012), no processo

econômico o valor econômico está ligado à baixa entropia, e os rejeitos consistem em resíduos de alta entropia.

Georgescu-Roegen (2012, p. 83) conclui que “a *economia* de um processo vivo é regida pela Lei da Entropia, e não pelas leis da mecânica”. Mas a diferença entre a economia e todos os outros processos físicos naturais, que igualmente são processos entrópicos, é a velocidade do aumento entrópico e a direção com a qual é conduzido, ou seja, o aumento entrópico é direcionado para regiões determinadas, que sobrecarregam os ecossistemas e os colocam em risco. É, portanto, apenas a termodinâmica que reconhece a distinção qualitativa entre *inputs* de recursos de valor, a baixa entropia, e os *outputs* que são os resíduos sem valor, a alta entropia. Os economistas pensam a economia, contudo, sem nenhuma forma de entrada e energia e matéria ou saída de resíduos; eis sua contradição fundamental.

Nada poderia, pois, estar mais longe da verdade do que a ideia do processo econômico como um fenômeno isolado e circular, como o representam tanto os marxistas quanto os economistas ortodoxos. O processo econômico está solidamente apoiado numa base material que está sujeita a pressões bem precisas. É por causa dessas pressões que o processo econômico comporta uma evolução irreversível em sentido único. (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p. 63).

Georgescu-Roegen propõe um programa de bioeconomia, em que a economia é absorvida pela ecologia, tudo em vista de que a atividade econômica de uma geração intervém nas gerações posteriores, e os recursos terrestres de energia e matéria vão sendo irreversivelmente degradados, além da cumulação dos efeitos nocivos da poluição no ambiente. Um programa bioeconômico requer o pressuposto de que não há outra saída para a humanidade, que não seja o *decrescimento* econômico, como consequência da limitação material da Terra, Georgescu-Roegen propõe que o programa do decrescimento bioeconômico seja implementado voluntariamente em vez de ser iniciado involuntariamente através da progressiva escassez de recursos. “Quanto mais cedo começar tal encolhimento da economia, maior será a sobrevivência da atividade econômica da espécie humana”. (CECHIN; VEIGA, 2010, p. 44).

O programa de decrescimento proposto por Georgescu-Roegen (2012, p. 134) consiste em: a) proibição da guerra e da produção de todos os instrumentos bélicos. Não apenas o fim de mortandades em massa, mas a cessação da produção de todos os instrumentos de guerra também vai liberar uma enorme força de produção que beneficiaria com ajuda internacional sem baixar o nível de

vida dos países interessados; b) por meio dessas forças de produção e mediante medidas complementares planejadas, seria possível ajudar as nações subdesenvolvidas a chegar a uma existência digna, mas sem luxo; c) a humanidade deveria reduzir sua população até um nível em que uma agricultura orgânica bastasse para alimentá-la devidamente; d) regulamentar os excessos de aquecimento, de climatização e iluminação para que o desperdício energético seja eliminado até que o uso de energia solar não estiver implantado ou o uso da energia termonuclear seja possível e segura; e) cessação da produção de carros de luxo e máquinas extravagantes, como o carrinho de golfe, pois alimenta apenas o mercado de luxo desnecessário; f) abandonar a moda e o consumo exagerado de roupas, móveis, carros, e quaisquer mercadorias que realmente não sejam úteis e duráveis; g) é imprescindível aumentar a vida útil das mercadorias para que não sejam substituídas com frequência; h) terminar o ciclo vicioso de construir máquinas que garantam mais tempo útil para as pessoas, para que possam trabalhar mais e construir máquinas ainda mais rápidas, sem tempo de lazer suficiente.

### **Considerações finais**

O dever em garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado é sinônimo de proteger a espécie humana, visto que as gerações futuras necessitarão de um planeta com certa quantidade de recursos naturais para ter qualidade de vida com dignidade. Conhecer os limites impostos pela natureza, devido à finitude de seus recursos, determina o dever de revisar a forma como acontecem as relações de consumo e produção. Esta posição é vital, pois não basta que a sociedade adote novos objetivos em relação ao consumo, de forma moral e ecologicamente sustentável dos recursos naturais. Este horizonte de ação, para Georgescu-Roegen é irrelevante se não compreendermos a verdadeira finitude dos recursos naturais.

Esse novo paradigma se mostra necessário, pois é a própria espécie humana que contribui para o aumento da entropia no sistema terrestre, ou seja, é a sociedade que produz e consome em um ritmo cada vez mais acelerado e que, por consequência, dissipa a energia, também, de modo cada vez mais acelerado. Diante do exposto, a possibilidade frente à sociedade de hiperconsumo adota como solução um programa econômico, o decrescimento de Georgescu-Roegen. Assim, é possível vislumbrar no horizonte que uma nova

forma de consumir, que seja equilibrada e respeite as regras teorizadas pelo autor, fazendo frente ao modelo de desenvolvimento sustentável, até então adotado. A adoção do decrescimento, portanto, implica a redução do consumo, a fim de que se possa atender às necessidades humanas sem extrapolar os limites biofísicos.

As ciências econômicas devem ter como finalidade o controle racional sobre o processo de consumo dos bens, observando que o modo de consumir na sociedade esteja de acordo com as reais necessidades humanas, modificando o paradigma de hiperconsumo como impulsionador de um crescimento econômico quantificado pelo PIB, para uma visão de consumo condizente com conceitos de ética e justiça. Ainda assim, pensar o consumo através do desenvolvimento sustentável, como uma questão de garantir as necessidades de gerações humanas é, também, preocupar-se em garantir recursos materiais e energéticos para gerações extremamente distantes no futuro. A única maneira segura e, portanto, ética, de garantir o acesso a essas gerações, é através do decrescimento do consumo. A compreensão da economia como um processo mecânico e linear está em dissonância com sua real natureza entrópica, ou seja, com a entrada de baixa entropia e saída de alta entropia, sendo a saída de resíduos uma dissipação de energia. Contra a ideologia do progresso econômico repetido como um mantra pelos economistas modernos, a realidade é de um planeta finito para uma economia infinita; logo percebe-se a tensão crescente. O programa bioeconômico postula o decrescimento como a única alternativa viável a uma economia inviável. Dessa forma, como aponta Georgescu-Roegen, a conclusão necessária dos argumentos a favor dessa perspectiva consiste em substituir o estado estacionário por um estado de decrescimento; afinal, o crescimento atual deve não só interromper-se, mas inverter-se.

#### **Referências**

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CECHIN, Andrei Domingues. **Georgescu-Roegen e o desenvolvimento sustentável: diálogo ou anátema?** 2008. 208 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CECHIN, Andrei; VEIGA, José Eli da. O fundamento central da economia ecológica. In: HAY, Peter H. (Org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GEORGESCU-ROEGEN. Nicholas. **Decrescimento**: entropia, ecologia economia. São Paulo: Senac de São Paulo, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Trad. de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MERICO, Luiz Fernando Krieger. **Introdução à economia ecológica**. 2. ed. Blumenau, SC: Edifurb, 2002.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**: doutrina jurisprudência, glosário. 4. ed. São Paulo: RT, 2005

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide. A modernidade e o hiperconsumo: políticas públicas para um consumo ambientalmente sustentável. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando del Rio (Org.). **Relações de consumo**: políticas públicas. Caxias do Sul: Plenum, 2015.

\_\_\_\_\_. Os riscos ambientais advindos dos resíduos sólidos e o hiperconsumo: a minimização dos impactos ambientais através das políticas públicas. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide; HORN, Luiz Fernando del Rio (Org.). **Resíduos sólidos**: consumo, sustentabilidade e riscos ambientais. Caxias do Sul: Plenum, 2014.

UNITED NATIONS WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2017.



## Transgênicos e agrotóxicos: relação entre saúde, meio ambiente e economia

*Transgenic and agrochemical relations: relationship between health, environment and economy*

Gisele Boechel\*  
Carolina Matos Kowalski\*\*

**Resumo:** Com o mundo evoluindo muito rapidamente, entram em funcionamento novas tecnologias impulsionando o modo de produção alimentício e, conseqüentemente, a economia. Os organismos geneticamente modificados (OGMs), ou transgênicos, que já são realidade, bem como o uso abusivo de agrotóxicos nas safras modernas colocam a sociedade e o meio ambiente ecologicamente equilibrado em risco. Uma análise sopesando o aparente progresso trazido pela inserção de tais tecnologias, o crescimento econômico e seus reflexos na saúde humana e no ambiente são importantes, ao que se propõe o presente trabalho.

**Palavras-chave:** Transgênicos. Agrotóxicos. Meio ambiente. Economia. Sustentabilidade.

**Abstract:** The world is evolving very quickly, new technologies are being introduced, increasing the food production mode and, consequently, the economy. Genetically modified organisms, or GMO's, which are already a reality, as well as the abusive use of agrochemicals in modern crops, put society and the ecologically balanced environment in risk. An analysis of the apparent progress brought by the insertion of such technologies, economic growth and its impact on human health and the environment is important, what the present work proposes.

**Keywords:** Transgenic. Pesticides. Environment. Economy. Sustainability.

### Introdução

O presente trabalho analisa os aspectos ambientais e econômicos que envolvem os temas dos transgênicos e dos agrotóxicos, importantes incrementos

---

\* Mestranda em Direito Ambiental da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Graduada em Direito pela Universidade de Caxias do Sul – UCS Campus Vacaria. Servidora Pública Federal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS Campus Vacaria. Advogada. Grupo de Pesquisa: “Metamorfose Jurídica” – PPGD UCS. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2675772736281238>. E-mail: giboechel@gmail.com.

\*\* Mestranda em Direito Ambiental pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Especialista em Direito Ambiental pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Graduada em Direito pela Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac). Grupo de Pesquisa: “Ideologia, racionalismo e proteção jurisdicional do ambiente” – PPGD-UCS. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0307314764662016>. E-mail: cm.kowalski@bol.com.br.



da produção agrícola moderna, que se refletem diretamente na saúde do meio ambiente e dos seres humanos.

Num primeiro momento, analisam-se os transgênicos e as razões que ensejam sua produção. Na sequência, o artigo ocupa-se de trazer o tema dos agrotóxicos, seu conceito e impactos à saúde humana e no meio ambiente.

Por fim, propõe-se um contraponto entre crescimento econômico, saúde humana e sustentabilidade ambiental.

Objetiva-se, com este estudo, demonstrar a importância do tema, nos aspectos social e ambiental, bem como se o preço a pagar pelo implemento de tais tecnologias, no modo de produção alimentar moderno, se justifica do ponto de vista econômico.

O método utilizado na presente pesquisa é o dedutivo, sua natureza é aplicada e a forma de abordagem qualitativa. No que se refere aos procedimentos técnicos, a análise é bibliográfica e documental.

## **Os transgênicos**

Com o avanço da tecnologia, no final do século XX, surgem os transgênicos, que são organismos geneticamente modificados. O tema tem sido bastante discutido, pois não atinge somente a biodiversidade, como refere Sílvia Capelli: “Os transgênicos permitem as mais diversas abordagens como a ética, religiosa, genética, econômica e jurídica”.<sup>1</sup> Se por um lado há aqueles que defendem os transgênicos para matar a fome mundial, por outro lado vem a incerteza do que esses alimentos futuramente podem gerar à saúde humana e ao meio ambiente. Como refere Fischer, “aliado a essas incertezas, encontra-se, ainda, a questão do Direito do Consumidor à correta informação, direito este mister às relações de consumo”.<sup>2</sup>

Não se pode ter incertezas quando se trata de meio ambiente, conseqüentemente de vidas humanas. A Lei 6.938/81, em seu art. 2º, é clara ao referir:

---

<sup>1</sup> CAPPELLI, S. Transgênicos: O impacto da nova tecnologia e seus reflexos jurídicos. In: FREITAS, V.P de. (Coord). **Direito Ambiental em Evolução 2**. Curitiba: Juruá. 2004. p. 295.

<sup>2</sup> FISCHER, K.F.de C. Alguns aspectos jurídicos dos alimentos transgênicos. In: SPAREMBERGER, R. F. L.; AUGUSTIN, S. (Org.). **Direito ambiental e bioética**: legislação, educação e cidadania. Caxias do Sul, RS: Educs, 2004. p. 103.

Art. 2º. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.<sup>3</sup>

Quando se trata de economia, desde sempre se percebeu uma exploração indevida, que deixa o Brasil um país ainda mais subdesenvolvido, como explica Leff:

O subdesenvolvimento é o efeito da perda do potencial produtivo de uma nação, devido a um processo de exploração e espoliação que rompo os mecanismos ecológicos e culturais, dos quais depende a produtividade sustentável das suas forças produtivas e a regeneração de seus recursos naturais.<sup>4</sup>

Leff segue raciocinando sobre a importância do desenvolvimento rural sem muitas interferências:

O desenvolvimento rural caracterizou-se por marcadas diferenças na sua organização produtiva: ao lado de modernas empresas agrícolas, o desaparecimento de um amplo setor de subsistência provocou a subutilização do potencial dos recursos naturais e culturais.<sup>5</sup>

O que tem acontecido é que muitas empresas multinacionais detêm a posse dessa tecnologia, tendo as mesmas justificado a produção de alimentos transgênicos para matar a fome mundial, o que não é verdadeiro. Nalini relata que, “segundo a FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, o mundo já produz alimento suficiente para toda população, em proporção de uma vez e meia para cada pessoa”.<sup>6</sup> Londres, no mesmo sentido, narra:

[...] os transgênicos não proporcionam redução nos custos de produção das lavouras -, a conclusão apresentada não passa de um grande equívoco: nosso País não ganhará competitividade no mercado internacional ao adotar os transgênicos. Pelo contrário, temos que a resistência que os consumidores europeus e asiáticos – os maiores importadores mundiais de

---

<sup>3</sup> BRASIL. **Lei 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Planalto, legislação, 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 20 set. 2017.

<sup>4</sup> LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 28-29.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>6</sup> NALINI, J.R. **Ética ambiental**. Campinas: Millennium, 2001., p. 86.

grãos – vêm apresentando em relação aos alimentos transgênicos é enorme e crescente. Quase todos os países da Europa têm rejeitado os produtos transgênicos. Devido à pressão de grupos ambientalistas e da população, os governos europeus proibiram sua produção, regulamentaram seu consumo e restringiram suas importações.<sup>7</sup>

Portanto, não há justificativa plausível para a produção de transgênicos em tão larga escala, a não ser por egoísmo de países desenvolvidos e por buscarem unicamente o lucro. Tal modelo de exploração tem deixado os países mais subdesenvolvidos do que de fato vendo crescer sua economia. Leff doutrina:

O elemento perturbador mais importante dos ecossistemas naturais atuais é o processo de acumulação capitalista, seja pela introdução de culturas inapropriadas às condições ecológicas dos ecossistemas, pelos crescentes ritmos de exploração dos recursos, os efeitos ecodestrutivos dos processos tecnológicos de transformação das matérias-primas na produção, ou pelo incremento de resíduos gerados pelos processos produtivos e formas de consumo de mercadorias.<sup>8</sup>

Nalini afirma que “só existe economia, porque a ecologia lhe dá suporte. A ecologia permite o desenvolvimento da economia. A exaustão da primeira reverterá em desaparecimento da segunda”.<sup>9</sup> Todavia para que se siga a Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, a mesma dá destaque à importância do meio ambiente ecologicamente equilibrado:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.<sup>10</sup>

Deste modo, proteger o meio ambiente significa também cuidar da economia, sem arriscar vidas humanas. Butzke e Rech evidenciam a importância de não expor seres humanos a riscos quando raciocinam:

---

<sup>7</sup> LONDRES, F. **Transgênicos no Brasil: as verdadeiras consequências**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fea/ortega/agenda21/candeia.htm>>. Acesso em: 20 set. 2017.

<sup>8</sup> LEFF, op. cit., 2009, p. 63.

<sup>9</sup> NALINI, op. cit., 2001.

<sup>10</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa**. DF, Câmara do Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 20 set. 2017.

Na verdade, plantas transgênicas não podem ser liberadas ser liberadas ao léu, exatamente porque são necessárias experimentações de campo destinadas a verificar o possível risco ambiental que apresentam. Se ficar demonstrado que são seguras, então haverá a liberação para a comercialização em massa do produto destinado aos produtores rurais.<sup>11</sup>

O crescente desequilíbrio econômico é justificado pela dependência tecnológica de países desenvolvidos.

Os desequilíbrios regionais e ecológicos gerados pela dependência tecnológica e por um estilo de desenvolvimento baseado na concentração urbana do processo de industrialização impuseram, como um novo desafio para o processo de desenvolvimento, a descentralização das atividades produtivas.<sup>12</sup>

Para que se possa seguir a Constituição – no que diz respeito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado –, sem colocar em riscos a vida de uma sociedade e ainda crescer economicamente, o caminho é a prevenção.

O posicionamento preventivo tem por fundamento a responsabilidade no causar perigo ao meio ambiente. É um aspecto da responsabilidade negligenciado por aqueles que se acostumaram a somente visualizar a responsabilidade pelos danos causados. Da responsabilidade jurídica de prevenir decorrem obrigações de fazer e não fazer.<sup>13</sup>

Por conseguinte, não existe desenvolvimento econômico, se o meio for desequilibrado. Arriscar vidas com a exploração de um crescimento econômico, já não se justifica.

## **Os agrotóxicos**

A agricultura moderna sofreu um notório crescimento nos últimos anos e parte desse “sucesso” se dá ao aparente progresso trazido pelas tecnologias que incrementam a produção agrícola. Máquinas potentes, grãos geneticamente modificados e intensa utilização de agrotóxicos, que são capazes de prevenir quaisquer pragas nas lavouras, são exemplos dos mecanismos utilizados pelos

---

<sup>11</sup> BUTZKE, A.; RECH, G. Organismos Geneticamente Modificados: alguns esclarecimentos aos estudiosos do Direito Ambiental. In: PEREIRA, A. O. K.; CALGARO, C. (Org.). **Direito ambiental e biodireito**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2008. p. 131.

<sup>12</sup> LEFF, op. cit., 2009, p. 83.

<sup>13</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 13. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 82.

produtores, para competir no mercado do agronegócio. O que talvez não esteja sendo levado em conta é o preço que os impactos de tais tecnologias podem levar o meio ambiente e toda sociedade a pagar.

O termo *agrotóxicos* é um conceito bastante amplo e engloba todas as substâncias químicas, físicas ou biológicas capazes de controlar pragas:

O termo agrotóxico é usado no seu mais amplo sentido, e qualquer composto que seja manufaturado para ser utilizado na agricultura, visando prevenir ou reduzir efeitos adversos de pragas, está qualificado dentro dessa definição. Os principais produtos usados comercialmente são compostos orgânicos sintéticos, com baixo peso molecular, geralmente com baixa solubilidade em água e alta atividade biológica. O termo inclui inseticidas, fungicidas, herbicidas, fumigantes e outros compostos orgânicos, ou, ainda, alguma substância destinada para o uso, como regulador de crescimento, desfoliante ou dissecante. São utilizados na agricultura com três principais objetivos: maior produtividade das culturas, produção de culturas de alta qualidade e redução de custo de mão-de-obra.<sup>14</sup>

Também é válido trazer-se a definição da Lei 7.802/93:

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – agrotóxicos e afins:

a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;

b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;

II – componentes: os princípios ativos, os produtos técnicos, suas matérias-primas, os ingredientes inertes e aditivos usados na fabricação de agrotóxicos e afins.<sup>15</sup>

Percebe-se, assim, a amplitude do conceito e a forte presença dos agrotóxicos no modo de produção agrícola atual, já que o Brasil figura no topo do *ranking* dos países que mais utilizam tais substâncias em todo o mundo.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> SILVA, Célia Maria Maganhotto de Souza; FAY, Elisabeth Francisconi. **Agrotóxicos e ambiente**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004., p. 17.

<sup>15</sup> BRASIL. **Lei 7.802/89**, de 11 de julho de 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm)>. Acesso em: 20 set. 2017.

A justificativa para um uso tão abusivo de pesticidas se dá pelo desejo de produção de safras grandiosas, visando lucro. O que desencadeia esta visão industrial nos modos de produção é a evolução tecnológica, que trouxe grandes mudanças nas relações sociais, impulsionadas principalmente pelo consumo:

A humanidade evolui tecnologicamente de forma significativa nos últimos séculos, apresentando avanços como, por exemplo, o desenvolvimento da biotecnologia, da ciência, da informática, das telecomunicações, da produção, das indústrias em geral. Esses avanços trouxeram grandes mudanças nas relações sociais e culturais, criando, assim, uma sociedade dita moderna que se transmutou em uma sociedade de consumo. Esse avanço propiciou o progresso, que nos fins do século XX desconectou a modernidade de si mesma e ofereceu o pensamento para a pós-modernidade. Nesse sentido, contemporaneamente, discute-se se a sociedade encontra-se na modernidade ou já ultrapassou os portais da pré-modernidade. Fora a discussão sobre modernidade ou pós-modernidade, o que se tem certeza é que essa sociedade se expandiu tendo o consumismo como motor propulsor de seu desenvolvimento econômico e tecnológico.<sup>17</sup>

Contudo, desenvolvimento econômico sem sustentabilidade trata-se de uma falácia, pois a mesma tecnologia que nos impulsiona ao crescimento pode nos fazer vítimas de consequências sociais e ambientais inestimáveis, prejudicando a presente e as futuras gerações.

Progresso sem desenvolvimento humano e sem desenvolvimento sustentável se configura, apenas, como avanço tecnológico, ficando longe de vislumbrar o humano como fator preponderante da estrutura social. Desenvolvimento do consumo não é igual a desenvolvimento humano, qualidade de vida ou desenvolvimento sustentável.<sup>18</sup>

Lutzenberger analisa muito bem a questão da insustentabilidade da agricultura moderna:

---

<sup>16</sup> BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Agrotóxicos**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/agrotoxicos>>. Acesso em: 20 set. 2017.

<sup>17</sup> PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; LUNDGREN, Ana Paula; TONIASSO, Rachel Cassini. O hiperconsumismo e os riscos ambientais provocados por resíduos sólidos: uma análise da política nacional dos resíduos sólidos, tendo Caxias do Sul como referência. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide; HORN, Luiz Fernando Del Rio. **Hiperconsumo, riscos ambientais provocados pelos resíduos sólidos e políticas públicas nos municípios de Caxias do Sul e Passo Fundo**. Caxias do Sul: Plenum, 2014. p. 10-11.

<sup>18</sup> PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide; PEREIRA, Henrique Mioranza Koppe. A sociedade moderna hiperconsumista e os riscos ambientais: as políticas públicas locais como forma de solução democrática. In: RECH, Adir Ubaldó; MARIN, Jeferson; AUGUSTIN, Sérgio (Org.). **Direito ambiental e sociedade**. Caxias do Sul: Educus, 2015. p. 149.

O argumento convencional em favor dos métodos da agricultura moderna é que eles constituem a única maneira eficiente de resolver o problema da fome mundial e da alimentação das massas que ainda estão por vir com a explosão populacional. Mas isto é uma ilusão. É certo que os métodos agrícolas tradicionais poderiam ser aperfeiçoados com o conhecimento científico atual de como as plantas crescem, da estrutura do solo, da química e vida do mesmo, bem como do metabolismo das plantas e assim por diante. Mas o aperfeiçoamento não precisa ser direcionado para monoculturas gigantescas, altamente mecanizadas e com toda a parafernália dos fertilizantes comerciais e venenos sintéticos, com a produção agrícola sendo transportada pelo mundo todo.

[...] Mas, o problema fundamental com a agricultura moderna é que ela não é sustentável. Mesmo se fosse tão produtiva quanto é afirmado, o desastre seria apenas postergado e seria então muito pior. Se quisermos alimentar as massas crescentes – é claro que deveremos encontrar também maneiras de controlar nossos números – teremos de desenvolver métodos de produção agrícola sustentável.

[...] É tempo de acabar com a mentira de que apenas a agricultura promovida pela tecnocracia pode salvar a humanidade da inanição. O oposto é verdadeiro.

É preciso uma nova forma de balanço econômico que, a medida que soma o que é chamado “produtividade” ou “progresso” na agricultura também deduza todos os custos: as calamidades humanas, a devastação ambiental, a perda da diversidade biológica na paisagem circundante e a ainda mais tremenda perda de biodiversidade em nossos cultivares. [...] Temos o direito de agir como se fôssemos a última geração? [...] Todo mundo sabe que a agricultura deve encontrar caminhos para se afastar dos venenos. Possuímos todos os conhecimentos necessários. Milhares de agricultores orgânicos em todo o mundo são prova disto.<sup>19</sup>

Percebe-se, assim, que manter este modelo de crescimento a qualquer custo trará consequências sérias à saúde humana e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Desta forma, são importantes: uma revisão do sistema de produção atual, incentivo à agricultura familiar, com produções mais responsáveis em relação aos recursos ambientais; cultura orgânica. Parecem ser peças importantes no caminho de resolução da problemática apresentada. Trata-se de alternativas que garantem maior segurança alimentária e nutricional, além de revelarem-se socialmente mais justas.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> LUTZENBERGER, José Antônio. **Absurdo da agricultura moderna:** dos fertilizantes químicos e agrotóxicos à biotecnologia. Out. 1998. Disponível em: <<http://www.fgaia.org.br/texts/biotec.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

<sup>20</sup> CASTILLO, Armando Meraz; GRAFF, Laíse. La presión del consumo sobre el medio ambiente: alimentos, producción agrícola y seguridad alimentaria. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando Del Rio. **Relações de consumo:** políticas públicas. Caxias do Sul: Plenum, 2015. p. 251.

## **Considerações finais**

É evidente que, no mundo capitalista em que vivemos, o crescimento econômico é necessário e importante, porém o progresso não pode se dar às custas da saúde humana.

Buscou-se, no presente trabalho, entender a relevância de um meio ambiente equilibrado, sem interferências. A ilusão de que com os transgênicos se impulsiona a economia não é verdade. O uso de agrotóxicos aumenta, colocando em riscos a biodiversidade, e por imediato os seres humanos.

Um meio ambiente ecologicamente equilibrado é o que se espera nos quatro cantos do mundo, mas países em subdesenvolvimento, como o Brasil, não tem condições de usar a mesma tecnologia dos países desenvolvidos, principalmente sem qualquer controle. É preciso estudar cada região individualmente, cada um com suas particularidades, estrutura, solo, clima. Seguir modelos de países desenvolvidos, sem ação de uma política pública eficiente, com multinacionais ditando as normas, trará como consequência não uma economia mais forte, mas um subdesenvolvimento, ainda colocando em risco vidas humanas.

Pensar em alternativas de produção clássicas, com valorização de produções mais responsáveis, em relação aos recursos naturais, pode ser caminho importante na busca por crescimento econômico com sustentabilidade ambiental.

### **Referências**

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agrotóxicos**. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/agrotoxicos>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Planalto legislação, 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. **Lei 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Planalto, legislação, 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. **Lei 7.802/89**, de 11 de julho de 1989. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm)>. Acesso em: 20 set. 2017.



BUTZKE, A. RECH, G. Organismos geneticamente modificados: alguns esclarecimentos aos estudiosos do Direito Ambiental. In: PEREIRA, A. O. K. CALGARO, C. (Org.). **Direito ambiental e biodireito**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2008.

CAPPELLI, S. Transgênicos: O impacto da nova tecnologia e seus reflexos jurídicos. In: FREITAS, V.P de. (Coord). **Direito ambiental em evolução**. 2. ed. Curitiba: Juruá. 2004.

CASTILLO, Armando Meraz; GRAFF, Laíse. La presión del consumo sobre el medio ambiente: alimentos, producción agrícola y seguridad alimentaria. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando Del Rio. **Relações de consumo: políticas públicas**. Caxias do Sul: Plenum, 2015.

FISCHER, K.F.de C. Alguns aspectos jurídicos dos alimentos transgênicos. In: SPAREMBERGER, R. F. L.; AUGUSTIN, S. (Org.). **Direito ambiental e bioética: legislação, educação e cidadania**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2004.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LONDRES, F. **Transgênicos no Brasil: as verdadeiras consequências**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fea/ortega/agenda21/candeia.htm>>. Acesso em: 20 set. 2017.

LUTZENBERGER, José Antônio. **Absurdo da agricultura moderna: dos fertilizantes químicos e agrotóxicos à biotecnologia**. Out. 1998. Disponível em: <<http://www.fgaia.org.br/texts/biotec.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

NALINI, J.R. **Ética ambiental**. Campinas: Millennium, 2001.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide; PEREIRA, Henrique Mioranza Koppe. A sociedade moderna hiperconsumista e os riscos ambientais: as políticas públicas locais como forma de solução democrática. In: RECH, Adir Ubaldó; MARIN, Jeferson; AUGUSTIN, Sérgio (Org.). **Direito ambiental e sociedade**. Caxias do Sul: Educs, 2015.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; LUNDGREN, Ana Paula; TONIASSO, Rachel Cassini. O hiperconsumismo e os riscos ambientais provocados por resíduos sólidos: uma análise da política nacional dos resíduos sólidos, tendo Caxias do Sul como referência. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide; HORN, Luiz Fernando Del Rio. **Hiperconsumo, riscos ambientais provocados pelos resíduos sólidos e políticas públicas nos municípios de Caxias do Sul e Passo Fundo**. Caxias do Sul: Plenum, 2014.

SILVA, Célia Maria Maganhotto de Souza; FAY, Elisabeth Francisconi. **Agrotóxicos e ambiente**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.



## Um estudo sobre a racionalidade nas organizações de extensão rural: o caso da Emater

*A study on rationality in rural extension organizations: the case of Emater*

Gustavo Fontinelli Rossés<sup>\*</sup>  
Renato Santos de Souza<sup>\*\*</sup>  
Carla Rosane da Costa Sccott<sup>\*\*\*</sup>

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo “analisar a racionalidade empregada em organizações de extensão rural, bem como os efeitos sobre a ação extensionista”. Em termos metodológicos, este estudo caracteriza-se como qualitativo. Fundamentado em um estudo de caso, este trabalho valeu-se da coleta de dados por meio de entrevistas, questionários, análise documental e observação direta, sendo delineados a partir de um conjunto detalhado de categorias de análise. Em termos de análise dos resultados adotaram-se as técnicas de classificação, categorização e, essencialmente, a análise de conteúdo. Os resultados permitiram concluir que a Emater opera, prioritariamente, com base nos pressupostos de uma racionalidade formal. Também foi possível concluir que as políticas públicas de assistência técnica e extensão rural têm influenciado consideravelmente o comportamento da Emater, tanto do ponto de vista de sua concepção, como de sua implementação.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Racionalidade formal e substantiva. Organizações de extensão rural. Ação extensionista.

**Abstract:** This study aims to “analyze the rationality employed in rural extension organizations, as well as the effects on the extensionist action”. In methodological terms, this study was characterized as being qualitative. Based on a case study, this work was based on the collection of data through interviews, questionnaires, documentary analysis and direct observation, being delineated from a detailed set of analysis categories. In terms of analysis of the results, the techniques of classification, categorization and, essentially, content analysis were adopted. The results allowed us to conclude that Emater operates, on a priority basis, based on the assumptions of a formal rationality. It was also possible to conclude that the public policies of technical assistance and rural extension have influenced considerably the behavior of Emater, both from the point of view of its conception and its implementation.

---

<sup>\*</sup> Doutor em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Colégio Politécnico da UFSM. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9238425770636022>. E-mail: [gustavo@politecnico.ufsm.br](mailto:gustavo@politecnico.ufsm.br).

<sup>\*\*</sup> Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor na UFSM. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9373960566104931>. E-mail: [renatosdesouza@gmail.com](mailto:renatosdesouza@gmail.com).

<sup>\*\*\*</sup> Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Colégio Politécnico da UFSM. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2403423270664920>. E-mail: [carlascott@gmail.com](mailto:carlascott@gmail.com).

**Keywords:** Public policy. Formal and substantive rationality. Rural extension organizations. Extension action.

## **Introdução**

No final do século XX, observou-se um contexto altamente difuso e complexo, no que tange ao estabelecimento de determinadas configurações estruturais, materiais e tecnológicas, nas diversas composições organizacionais. É evidente que a corrida pelo progresso e pelo desenvolvimento tem pautado as discussões iminentes nas questões acerca da atividade rural, do ponto de vista de sua finalidade, utilidade e sustentabilidade.

Peixoto (2008) assinala que as ações de extensão rural foram institucionalizadas no Brasil há mais de 60 anos. O tema da extensão rural está em permanente discussão, tanto na academia quanto entre os formuladores de políticas públicas, bem como entre extensionistas.

A partir deste período e ao longo dos anos, observou-se uma série de mudanças do ponto de vista de investimentos, estrutura, metodologia e concepção sobre a extensão rural no Brasil. Nesse contexto, é preciso considerar o surgimento de outras organizações que passaram a promover os serviços de ATER, juntamente com as instituições oficiais do estado. Chama-se a atenção especialmente para as Organizações Não Governamentais (ONGs).

A maior parte destas organizações foi criada ou iniciou o seu trabalho de ATER, a partir dos anos 1980, e, principalmente, ao longo da segunda metade dos anos 1990. (MUCHAGATA et al., 2002).

Para Alex, Zijp e Byerlee (2000, p. 15), “o surgimento de novas instituições é, antes de mais nada, uma resposta a novas demandas da sociedade, da existência de múltiplas visões sobre os caminhos que levam ao desenvolvimento rural, e da própria percepção dos papéis a serem desempenhados por diferentes instituições”.

Em função do atual pluralismo na extensão rural, emergem diferentes tipos organizacionais, com vários racionalidades, dentre elas organizações mais burocráticas e outras pretensamente coletivistas, exibindo padrões de racionalidade formal e substantiva. Para desenvolver este estudo, é dada ênfase aos tipos de racionalidades formal e substantiva, cuja evidência pode ser observada, teoricamente, nas organizações burocráticas e coletivistas, respectivamente.

Com base nestas considerações, chama a atenção um caso que suscita a investigação sobre como as racionalidades formal/burocrática e substantiva/coletivista podem impactar sobre as atividades organizacionais no campo da extensão rural. Este caso é a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a racionalidade empregada em organizações de extensão rural, bem como os efeitos sobre a ação extensionista.

A partir disso, dois aspectos caracterizam este trabalho, sendo o primeiro voltado para identificar o que de fato pode ser considerado como característica particular de uma organização substantiva/coletivista na extensão rural e, num segundo momento, como estas características influenciam a gestão e a operação desta organização em especial, sob a ótica extensionista.

Também se buscou analisar de que forma as políticas públicas de ATER, na medida em que se voltaram à contratação de serviços das organizações de extensão, via editais e contratos públicos, influem na racionalidade organizacional e na ação extensionista, em especial de uma organização oficial de extensão rural, como é o caso da Emater.

De modo a facilitar a compreensão deste trabalho, na seção 2 são apresentados os elementos pertinentes às questões das racionalidades formal e substantiva. A seção 3 dedica-se a expor os aspectos metodológicos do estudo. Por sua vez, a seção 4 tem como finalidade apresentar os resultados necessários, para identificar as racionalidades formal e substantiva e sua percepção por parte da Emater, bem como a compressão do efeito dessas racionalidades sobre a ação extensionista. Finalmente, a seção 5 relata as considerações do estudo.

## **Os novos marcos na política de ATER no Brasil**

Dias (2008) assinala que uma política pública é um documento, um texto que apresenta aos gestores públicos, aos profissionais que implementam a política e ao público em geral as estratégias deliberadas, os conceitos e princípios estabelecidos, os objetivos definidos, dentre outros. Os documentos das políticas públicas representam importante fonte de pesquisa para compreensão da sociogênese da política, da leitura da realidade adotada, da justificativa para a definição ou delimitação do problema e da elaboração da estratégia de enfrentamento proposta.

Conforme Silva (2010), a partir de 2003, o Brasil iniciou o processo de construção de uma política para assistência técnica e extensão rural, capaz de atender a agricultura familiar de forma efetiva, de modo a contribuir para a superação da problemática socioambiental vigente no campo e trabalhar para a transição a estilos de agriculturas sustentáveis, bem como articular as demais políticas públicas voltadas ao meio rural.

Nesse sentido, a Lei Geral de ATER, n. 12.188, promulgada em janeiro de 2010, é considerada um avanço considerável em se tratando da Extensão Rural pública no Brasil. Sua implementação vem apontando de forma muito clara os caminhos para se alcançar a universalização dos serviços de assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares do Brasil.

Conforme Silva (2010), em junho de 2003 a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), recebeu a incumbência de coordenar, em âmbito nacional, a política de ATER. Esta nova responsabilidade da SAF/MDA ocorreu no momento em que o imperativo socioambiental, as novas exigências da sociedade e o desafio de apoiar estratégias de desenvolvimento sustentável, convergiam para a necessidade de implantação de uma renovada e duradoura política de ATER. A nova ATER nasce a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de ATER, baseados no difusionismo.

Nesta nova fase das políticas para ATER no País, uma das inovações, em relação ao passado diz respeito à forma de contratação dos serviços, visto que esta a nova política inaugurou as “chamadas públicas”, para a contratação de empresas e organizações para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural aos milhões de agricultores familiares brasileiros.

O sistema de chamadas públicas para a prestação dos serviços de ATER foi uma relevante mudança, uma vez que permitiu o acesso aos recursos por diferentes organizações e maior respeito à pluralidade e à diversidade social, econômica, étnica e cultural local.

## **O problema da racionalidade organizacional**

A racionalidade e a razão, desde muito tempo, constituem-se polêmicas questões do conhecimento e do comportamento humano. Por conseguinte, é, talvez, a temática mais ampla da filosofia ocidental.

“[...] a racionalidade refere-se a objetivos ordenados em relação a um sistema consciente de significados e valores. Ela tem a ver com sua institucionalização social: a ação racional referente a fins seria produzida apenas pelo controle das ações mediante as ideias”. (SELL, 2012, p. 156).

De acordo com Ramos (1989), nos dias atuais prevalece a racionalidade formal ou instrumental, fruto de um modelo de sociedade centrado no mercado, com os seres humanos induzidos por meios de comunicação e de publicidade, que interferem no poder de discernimento.

A racionalidade formal está pautada no cálculo utilitário das consequências, na busca do êxito econômico e do poder, ou seja, supõe-se que as ações das pessoas sejam direcionadas, basicamente, por incentivos econômicos, motivos utilitaristas, pelo alcance de maior ganho financeiro e de poder. (ANDRADE; TOLFO; DELLAGNELO, 2012, p. 202).

Weber (1978) considera que a ação racional, com relação a valores, só se verifica quando o indivíduo age de determinada maneira porque se acredita obrigado perante certos valores. Nesse sentido, Weber (1968) assinala que a ação social, como toda ação, pode ser racional conforme fins determinados (determinada por expectativa no comportamento), racional conforme valores (determinada pela crença consciente), afetiva especialmente emotiva (determinada por emoções e estados sentimentais atuais) e tradicional (determinada por costume arraigado).

As limitações da racionalidade formal aumentam a importância do outro tipo de racionalidade identificado por Weber (1978), a racionalidade substantiva. Trata-se da racionalidade que direciona a ação dentro de um postulado de valores e, em um sentido mais estritamente econômico, o grau em que o abastecimento de bens de determinados grupos de pessoas ocorre conforme determinados postulados valorativos.

O trabalho de Rothschild-Whitt (1979) teve o objetivo de demonstrar as diferenças entre as organizações burocráticas tradicionais e as organizações alternativas ou coletivistas. Estas últimas marcavam uma presença mais efetiva no cenário organizacional dos Estados Unidos naquele período. Até então, o domínio na sociedade ocidental era tipicamente das organizações burocráticas tradicionais. Trata-se da primeira aproximação a um modelo de organização coletivista, um modelo que é explicado pela lógica da racionalidade substantiva, ao contrário da racionalidade formal, que predomina nas organizações burocráticas.

Fundamentalmente, a autora considera que burocracia e coletivismo são orientados por princípios qualitativamente diferentes. Enquanto a burocracia é organizada com base em cálculos da racionalidade formal, a democracia-coletivista volta-se para a lógica da racionalidade substantiva. A autora esclarece que a burocracia maximiza a racionalidade formal precisamente pela centralização do controle no topo da organização, e as coletivistas, por sua vez, descentralizam o controle, de tal forma que passam a ser organizadas em torno da lógica da racionalidade substantiva.

Da mesma forma que Rothschild-Whitt (1979), Ramos (1989) aborda as isonomias como tipos de organizações nas quais o ser humano encontra-se como prioridade e em que a cooperação é a base. O autor defende, assim como Rothschild-Whitt (1979), que nestas há a predominância da racionalidade substantiva.

Uma forma substantiva de pensar contém elementos em sua tomada de decisão como autorrealização, entendimento interpessoal, julgamento ético, autenticidade, valores emancipatórios e autonomia para ação e expressão. E a ideia de emancipação subentende autorrealização e obtenção de satisfação social, a partir de julgamentos éticos permanentes.

O entendimento de Serva (1996) é que a razão substantiva é inerente à noção de bem humano coletivo; é moral, atuando como um centro ordenador da existência; é holística e possibilita ao indivíduo pensar criticamente e não apenas conforme a conveniência dos sistemas produtivos. Já a finalidade da razão instrumental é possibilitar o controle humano sobre a natureza e o desenvolvimento de sistemas produtivos. Ela exige o conhecimento das relações de causa e efeito e o controle das variáveis envolvidas. A forma instrumental de pensar é adquirida na socialização do indivíduo para capacitá-lo a atuar nas sociedades de produção-consumo e não se preocupa com a razão de ser das coisas.

Para promover melhor entendimento sobre as características que delineiam as concepções acerca das racionalidades formal/instrumental e da substantiva/coletivista, apresenta-se, no Quadro 1, um conjunto de análises para oferecer entendimento mais apropriado sobre essas temáticas.

**Quadro 1 – Quadro de análise**

<b>TIPO DE RACIONALIDADE versus PROCESSOS ORGANIZACIONAIS</b>	<b>RACIONALIDADE SUBSTANTIVA</b>	<b>RACIONALIDADE FORMAL</b>
Hierarquia e normas	Entendimento e julgamento ético	Fins, desempenho e estratégia interpessoal
Valores e objetivos	Autorrealização, valores emancipatórios e julgamento ético	Utilidade, fins e rentabilidade
Tomada de decisão	Entendimento e julgamento ético	Cálculo, utilidade e maximização de recursos
Controle	Entendimento	Maximização de recursos, desempenho e estratégia interpessoal
Divisão do trabalho	Autorrealização, entendimento e autonomia	Maximização de recursos, desempenho e cálculo
Comunicação e relações interpessoais	Autenticidade, valores emancipatórios e autonomia	Desempenho, êxito, resultados e estratégia interpessoal
Ação social e relações ambientais	Valores emancipatórios	Fins, êxito e resultados
Reflexão sobre a organização	Julgamento ético e valores emancipatórios	Desempenho, fins e rentabilidade
Conflitos	Julgamento ético, autenticidade e autonomia	Cálculo, fins e estratégia interpessoal
Satisfação individual	Autorrealização e autonomia	Fins, êxito e desempenho
Dimensão simbólica	Autorrealização e valores emancipatórios	Utilidade, êxito, resultados e desempenho

Fonte: Serva (1996, p. 345).

Dessa forma, tem-se que a racionalidade instrumental nasce quando o sujeito do conhecimento toma a decisão de que conhecer é dominar e controlar a natureza e os seres humanos. (WEBER, 1978). Por sua vez, a racionalidade substantiva se constitui numa bússola para o indivíduo que, assimilando-a e vivendo-a, passa a reagir de forma diferenciada, porém existencial e permanentemente coerente, a cada situação que se lhe apresente, sem estabelecer ou se subjugar a padrões de ação. Esse é o pressuposto ético, traduzido em autenticidade e verdade existenciais. (ROTHSCHILD-WHITT, 1979).

Finalmente, como se percebe, a racionalidade instrumental se caracteriza por uma visão utilitarista, e a racionalidade substantiva trata do desenvolvimento e da emancipação humana e da promoção da consciência individual.



## **Aspectos metodológicos**

Esta pesquisa é qualitativa. Para Triviños (1987, p. 120), “a pesquisa qualitativa pode ser entendida como uma expressão genérica, pois compreende atividades de investigação que podem ser denominadas específicas, onde todas podem ser caracterizadas por traços comuns”.

Para que esta pesquisa fosse realizada, adotou-se como desenho de pesquisa o de estudo de caso, com ênfase no das características específicas de dois tipos de organização, que se entende como sendo delineadas à luz dos princípios norteadores das organizações de extensão rural. Na ótica de Gil (2009, p. 5), “[...] o estudo de caso pode ser considerado um delineamento em que são utilizados diversos métodos ou técnicas de coleta de dados, como, por exemplo, a observação, a entrevista e a análise de documentos”.

Pautados por um estudo de caso do tipo instrumental, tomou-se como objetos de análise deste estudo a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Este contexto de estudo de caso se justificou para conhecer sua estrutura no panorama das racionalidades formal e substantiva.

A escolha pela EMATER deu-se em função da importância econômica e social nos contextos local, regional e nacional, e por suas características em relação às organizações burocráticas e coletivistas, já que uma é oriunda dos movimentos sociais e outra, das estruturas do estado. A Emater, atende às demandas diárias de seu público, formado por agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, assentados, um contingente superior a 250 mil famílias de assistidos, com áreas em 497 municípios. Em 9.550 comunidades rurais dessas localidades, observa-se a atuação transversal do serviço de extensão rural, revigorada pelo convênio com prefeituras, fertilizando o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Rio Grande do Sul.

Para obter as informações desejadas, utilizou-se como técnicas de coleta: entrevistas, análise documental e observação direta. Minayo (2004) reforça que essas técnicas são importantes ao processo de coleta de dados e auxiliam o pesquisador a ter acesso às possíveis respostas que se deseja obter ao longo do processo de investigação.

Em se tratando das entrevistas, estas foram construídas com base num conjunto de categorias de análise, delineadas a partir das temáticas expostas no referencial teórico deste artigo. Tais entrevistas foram feitas com diferentes

profissionais, com atuação direta e significativa nas respectivas organizações investigadas. Na Emater foram entrevistados nove profissionais, que ocupavam os seguintes cargos: presidente, diretor técnico, diretor administrativo, coordenador de planejamento, gerente de planejamento, gerente de recursos humanos, gerente regional e dois extensionistas de campo. Tais entrevistas ocorreram no período entre outubro de 2014 e março de 2015.

A análise documental tem como propósito extrair um reflexo objetivo da fonte original, permitindo a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento. (MOREIRA, 2005). A saber, foram acessados os seguintes documentos: relatórios institucionais, manual de planejamento estratégico, formulários de avaliação, fichas de avaliação, atas de reuniões, organograma institucional, manuais de procedimentos administrativos, roteiros de trabalho de campo, manuais de ação extensionista, rotinas e procedimentos de treinamento, dentre outros.

A observação direta, segundo Quivy et al. (1992), tem como objetivo captar os comportamentos, no momento em que os mesmos se produzem em si mesmos, sem a mediação de documentos ou testemunhos posteriores. A observação direta foi efetivada por meio de observação de reuniões internas de direção e de coordenação, de reuniões com produtores, de procedimentos de extensão rural, rotinas de trabalho administrativo, de treinamentos com equipes de trabalho, de reuniões de avaliação do trabalho, dentre outros.

Tais elementos permitiram que os dados pudessem ser analisados. Conforme Lakatos e Marconi (2001), a análise dos resultados tem como objetivo principal permitir ao pesquisador o estabelecimento das conclusões. Sendo assim, durante a realização desse procedimento adotaram-se algumas técnicas: classificação e categorização e, essencialmente, análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que pode tornar retráteis e válidas as inferências dos dados referentes ao seu contexto. (BELL, 2008). A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de um conjunto amplo de respostas. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados, num nível que vai além de uma leitura comum.

Para tanto, foi preciso que se criassem categorias de análise. As categorias representam possíveis respostas para sua pergunta, e essas categorias podem ser criadas através dos dados coletados, ou podem ser pré-estabelecidas. O

Quadro 2 apresenta estas categorias de análise empregadas na realização desta pesquisa, levando-se em consideração as mesmas questões sobre a base teórica, o autor central e os autores secundários, apresentados anteriormente.

**Quadro 2** – Categorias de análise da pesquisa

<b>BASE TEÓRICA</b>	<b>AUTOR CENTRAL</b>	<b>CATEGORIAS DE ANÁLISE</b>
Racionalidade formal  e  Racionalidade substantiva	Weber (1968; 1978)    Rothschild-Whitt (1979)	Antecedentes históricos Valores Planejamento Tomada de decisão Autoridade Regras e procedimentos Recrutamento e seleção Formação e treinamento Estrutura de incentivos Relações sociais Estratificação social Divisão do trabalho e especialização Satisfação pessoal Conflitos organizacionais Instrumentos de controle e avaliação

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Dessa forma, entendeu-se que as correlações entre as categorias permitiram promover informações complementares sobre diferentes aspectos estudados quanto às características das racionalidades formal e substantiva.

## **Discussão dos resultados**

A Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) foi criada em 2 de junho 1955. A Instituição atende às demandas diárias de seu público, formado por agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, assentados, um contingente superior a 250 mil famílias de assistidos, com áreas em mais de 480 municípios. Em 9.550 comunidades rurais dessas localidades, observa-se a atuação transversal do serviço de extensão rural, revigorada pelo convênio com as prefeituras, fertilizando o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Rio Grande do Sul. Os mais de 2.000 empregados prestam assistência técnica e extensão rural aos assistidos, sempre honrando a missão da Instituição, a de ajudar a plantar um futuro melhor para quem produz e gera alimentos.

Mantenedora de uma grande estrutura de capacitação rural, a Emater/RS-Ascar assumiu a responsabilidade de orientar o uso de tecnologias nas mais diversas áreas, quer na área de saneamento básico ou ambiental, quer na melhoria do desempenho de lavouras. A Emater pensa em desenvolvimento sustentável, na perspectiva da cidadania, sem desconsiderar a necessidade de resgate da autoestima da população. Os escritórios regionais da Emater estão localizados nas cidades de Bagé, Caxias do Sul, Erechim, Frederico Westphalen, Ijuí, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Santa Rosa e Soledade. (ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2017).

### **Elementos que caracterizam a organização estudada do ponto de vista da racionalidade**

Inicialmente, entendeu-se necessário apresentar qual o tipo de racionalidade predominante na organização estudada. Esse tipo de apresentação tem, como finalidade, explicitar de maneira objetiva qual é a racionalidade mais presente em cada tipo de categoria analisada neste trabalho. Em relação à Emater, isto está apresentado no Quadro 3, a seguir.

**Quadro 3** – Quadro-resumo da racionalidade organizacional predominante

<b>CATEGORIAS</b>	<b>EMATER</b>
Valores	Racionalidade formal
Planejamento	Racionalidade formal
Tomada de decisão	Racionalidade formal
Autoridade	Racionalidade formal
Regras e procedimentos	Racionalidade formal
Recrutamento e seleção	Racionalidade formal
Formação e treinamento	Racionalidade substantiva
Estrutura de incentivos	Racionalidade formal
Relações sociais	Racionalidade substantiva
Estratificação social	Racionalidade substantiva
Divisão do trabalho e especialização	Racionalidade formal
Satisfação pessoal	Racionalidade substantiva
Conflitos organizacionais	Racionalidade substantiva
Instrumentos de controle e avaliação	Racionalidade formal

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Conforme apresentado no Quadro 3, observou-se que, na Emater, predomina a racionalidade formal, que caracteriza as organizações burocráticas. Esta concepção de racionalidade pode ser melhor explicada pelos temas que envolvem os valores institucionais e o processo de planejamento.

Do ponto de vista dos valores, foi constatado que as políticas públicas passaram a estabelecer forte influência sobre os valores da Emater. Tal fato ocorreu especialmente porque, em 2003, o Brasil iniciou um processo de construção de uma política para assistência técnica e extensão rural, capaz de atender à agricultura familiar de forma efetiva, de modo a contribuir para a superação da problemática socioambiental vigente no campo e trabalhar para a transição a estilos de agriculturas sustentáveis, bem como articular as demais políticas públicas voltadas ao meio rural.

Foi observado ainda que, para que os valores da Emater fossem modificados alinhando-os aos propósitos da nova Política de ATER, deveriam ser caracterizados especialmente pela promoção de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, o fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações e das metodologias educativas e participativas.

Essa estrutura de racionalidade formal emerge na Emater, uma vez que ela tem se caracterizado como forte operador de políticas públicas. Isso, de certa forma, tem obrigado a Instituição a alinhar seus valores àqueles preceitos que as políticas públicas evidenciam.

Do ponto de vista do planejamento, ficou evidente que o mesmo se orienta pela ótica da racionalidade formal, uma vez que a Emater tem se caracterizado como forte operador de políticas públicas; isso, de certa forma, tem obrigado a Instituição a alinhar seu processo de planejamento aos preceitos das políticas públicas. Essa condição de operador de políticas públicas faz com que a Emater tenha que alinhar esse processo aos elementos norteadores dessas políticas, especialmente para garantir a legitimidade daquilo que faz.

Tais elementos foram observados, na medida em que o processo de planejamento das ações de Emater é desencadeado basicamente pela inter-relação dos seguintes elementos: políticas e programas públicos; valorização de parcerias estratégicas e de espaços participativos de representação social e das necessidades; e problemas e linhas de ação definidas em contato direto com as unidades de planejamento.

Ficou evidente, ao longo das observações feitas, que as políticas públicas têm provocado significativas modificações no processo pelo qual essa ferramenta de gestão passou a ser construída. Evidenciou-se que aspectos, como as prerrogativas de uma política para assistência técnica e extensão rural, a problemática acerca da agricultura familiar, a dimensão socioambiental, a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável e das metodologias educativas e participativas passaram a figurar fortemente como elementos-chave-s da construção do processo de planejamento.

Esse conjunto de pressupostos tende a determinar o comportamento organizacional e tirar dela a capacidade de escolher os caminhos próprios, sobre como organizar e proceder na operacionalização das suas atividades.

Outro item que se caracterizou como sendo estruturado pela concepção de racionalidade formal diz respeito à tomada de decisão. Isso porque as políticas públicas, que tem surgido ao longo dos anos, tem influenciado diretamente o comportamento decisório da Emater. A justificativa para isso repousa no fato de que tais políticas se mostram carregadas de um cunho sociológico e antropológico, que a tem obrigado a promover mudanças sobre esse ponto de vista. Ainda na análise da metodologia de decisão da Emater, verificou-se que a organização se utiliza de metodologias participativas em consonância com as orientações da PNATER.

Além disso, a literatura mais atual sobre extensão rural tem apontando para uma intervenção dos agentes de ATER, nos processos decisórios, pautada de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia mais construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local. E essa é uma questão que tem se mostrado fortemente presente nas organizações de ATER oficiais.

Também é importante analisar outra categoria que evidencia o caráter de racionalidade formal da Emater. Trata-se da autoridade, uma vez que há forte relação administrativa entre as questões que tratam do processo decisório e a questão da autoridade.

Observou-se que, na Emater, a autoridade orienta-se pela lógica do respeito à hierárquica e à distribuição do poder dentro da organização. Tal pressuposto está baseado no modelo organizacional da racionalidade formal, que se orienta pela burocracia moderna, que funciona sob formas específicas, ordenadas por leis e normas administrativas. Ela estabelece relações de

autoridade, delimitadas por normas relativas aos meios de coerção e de consenso.

Corroborando ainda essa ideia o fato de que cada participante tem um cargo ou uma posição definida com esfera específica de competência, com deveres, responsabilidades e autoridade. O que evidencia, mais uma vez, é a presença de uma racionalidade formal, como característica de uma organização burocrática.

Paralelamente à análise da questão da autoridade, observa-se que há uma correlação entre esse elemento e a questão das regras e regulamentos. Esses foram considerados outra categoria que emergiu para considerar que a Emater opera mediante princípios de uma racionalidade formal.

Ao se estudar a questão das regras e dos procedimentos na Emater, verificou-se que existem regimentos definidos pelas diretrizes e orientações gerais da Instituição, que servem como elementos-guia do trabalho de todos os profissionais que a compõem. Isso foi observado mediante o fato de que não há como estabelecer diretrizes e orientações estratégicas, se não forem criadas regras e procedimentos. Além disso, outro fato que explicitou a racionalidade formal apontou que uma organização do tamanho da Emater, com 2.500 funcionários, encontraria dificuldades em operar de modo efetivo, sem que houvesse regras e procedimentos.

Também se aponta que os itens *recrutamento e seleção*, e *estrutura de incentivos* são pautados por formas de racionalidade formal. O recrutamento e a seleção orientam-se por essa lógica racional, pois prevalece a competência técnica; a seleção e a escolha dos profissionais da Emater estão baseadas na qualificação profissional dos candidatos e não em valores, ideias ou preferências pessoais.

Já a questão da estrutura de incentivos demonstra que, atualmente, está presente, na Emater, um modelo pautado pela meritocracia. Isso porque o avanço na carreira profissional está baseado em tempo de casa e nas realizações de reconhecido mérito. Além disso, outra questão que justifica a predominância de uma racionalidade formal nas questões da estrutura de incentivos da Emater é o fato de que os incentivos de ordem material estão em primeiro lugar, e os incentivos relacionados à autorrealização e à solidariedade, tal como a amizade, estão em segundo plano.

Por fim, outros dois elementos emergiram para corroborar a ideia de prevalência da racionalidade formal na Emater. Um deles tratou da questão da

divisão do trabalho e especialização e outro tratou da questão dos instrumentos de controle e avaliação.

A divisão do trabalho e a especialização caracterizaram-se por uma lógica de racionalidade formal, pois se apoiam na ideia de que uma divisão do trabalho, dentro de uma tendência formal, atende a uma racionalidade que é adequada ao objetivo a ser atingido, ou seja, a eficiência da organização. E essa eficiência deve ser obtida pelo aspecto funcional da burocracia; pela divisão sistemática do trabalho, do direito e do poder; pelo estabelecimento das atribuições de cada participante e, por fim, pela concepção de que cada participante sabe qual é a sua capacidade de comando sobre os outros, e quais os limites de sua tarefa.

Já os instrumentos de controle e avaliação caracterizaram-se dessa mesma forma, uma vez que esses instrumentos são caracterizados pela ênfase no cálculo, nos fins econômicos e técnicos, na maximização de recursos, nos resultados, no desempenho, na utilidade, na rentabilidade e na estratégia interpessoal. Ou seja, há uma preocupação institucional com o controle do indivíduo e a ampliação do domínio sobre sua subjetividade, de forma que ele possa cultivar os valores e contribuir para o sucesso organizacional, com base no que estão evidenciados pelas políticas públicas.

### **Complementaridades da racionalidade organizacional: a razão substantiva em uma organização burocrática**

O objetivo dessa parte é mostrar que a organização estudada não é puramente burocrática, e que não há uma racionalidade organizacional única, embora haja o predomínio de uma delas. Ao longo do processo de investigação, quando da análise da Emater, verificou-se que cinco categorias estudadas se mostram como sendo orientadas, ao menos parcialmente, pela racionalidade substantiva, quais sejam: formação e treinamento, relações sociais, estratificação social, satisfação pessoal e conflitos organizacionais.

Observou-se haver uma tendência em apontar o predomínio da racionalidade substantiva nas metodologias de formação e treinamento da Emater, fato este evidenciado pela existência de uma política institucional calcada naquilo que as pessoas que fazem parte da mesma entendem como sendo importante e necessário. Tal elemento garante o caráter de emergência das necessidades de capacitação, por parte daqueles que realmente necessitam.



Outra justificativa para isso repousa na ideia de que o comportamento da Emater está ligado à noção de liberdade, de emancipação e está no cerne da formação dos grupos sociais, os quais se organizam, de acordo com um consulado de comportamentos.

As categorias *relações sociais, estratificação social, satisfação pessoal e conflitos organizacionais* podem ser analisadas dentro de uma mesma lógica. Isso porque os resultados da pesquisa mostraram haver forte relação entre essas categorias e a forma como são tratadas na Emater.

Em termos de relações sociais, prevalece um comportamento pautado pela lógica da inserção e da emancipação social, bem como pela lógica da participação efetiva dos atores sociais. Além disso, prevalece uma perspectiva de coletividade, em que as relações devem ser pessoais, e os conflitos, resolvidos com base em soluções integradoras.

Tal comportamento apoia-se na inexistência de estratificação social. Isso emerge espacialmente, pelo fato de não terem sido percebidas diferenças de *status* na organização, como uma consequência das diferenças de habilidades e de conhecimento, considerando a Emater uma organização que possui elementos de racionalidade substantiva.

Outra questão singular a essa discussão pauta-se pela satisfação pessoal. Foi observado haver uma postura voltada para um comportamento substantivo, uma vez que elementos como autorrealização e autonomia emergiram ao longo da pesquisa. Tal comportamento caracterizou-se pela existência de pressupostos éticos, traduzidos em autenticidade e verdade existenciais, especialmente por ser uma organização oficial de extensão rural, que precisa criar um ambiente favorável, para mostrar aos extensionistas qual o papel que têm enquanto profissionais da extensão rural.

Por fim, quanto à análise dos conflitos organizacionais, estes orientam-se por uma concepção substantiva, na medida em que a intensidade das relações interpessoais é bastante elevada, conjugada com os princípios da aceitação de conflitos e da disposição permanente de negociação. Isso claramente revela um extenso uso da comunicação, prevalecendo contatos diretos e pessoais. Há uma preocupação com sua autenticidade e legitimidade, evidenciando-se uma preocupação com o efetivo resgate da condição humana.

## **A relação entre o tipo organizacional, suas racionalidades próprias e os efeitos sobre a ação extensionista**

Esse item do estudo tem como objetivo apresentar de que forma a relação entre os tipos organizacionais e a racionalidade organizacional, própria de cada tipo, exerce influência sobre as ações de ATER que são realizadas. Isso tem como propósito expor, discutir e elucidar algumas conclusões que foram feitas, no intuito de alicerçar a forma como essas questões, em particular, afetam e/ou influenciam a ação organizacional.

Quando da análise da Emater, também foi observado que todas as categorias estudadas exercem influência nas ações extensionistas, porém algumas dessas categorias estudadas mostraram-se mais impactantes. Essas categorias foram: valores, planejamento, regras e procedimentos, formação e treinamento, divisão do trabalho e especialização e satisfação pessoal.

Em relação aos valores organizacionais, verificou-se que, uma vez que a Emater tem se caracterizado como forte operador de políticas públicas, isso, de certa forma, tem obrigado a Instituição a alinhar seus valores àqueles preceitos que as políticas públicas preconizam. Isso tem implicado fortemente as práticas extensionistas, posto que esses valores estão relacionados com determinados métodos de extensão rural, com base nos resultados que esses podem oferecer.

Também são fortes as influências do planejamento organizacional nas ações extensionistas. Isso tem justificativa, na medida em que o planejamento das ações da Emater é desencadeado, basicamente, pela inter-relação dos seguintes elementos: políticas e programas públicos, valorização de parcerias estratégicas e de espaços participativos de representação social, e das necessidades, dos problemas e das linhas de ação definidas, em contato direto com as unidades de planejamento.

A partir da construção do seu processo de planejamento, a Emater organiza suas práticas extensionistas levando em conta as demandas das comunidades, as negociações de convênios, as ações de diagnóstico, o traçado de cenários e os métodos de ação extensionista, que permitam efetividade em termos de resultados.

Em termos de *relação entre as regras e os procedimentos e a ação extensionista*, observou-se fortes influências no caso da Emater. Isso porque, quando há o emprego de recursos públicos, nos projetos que a Emater opera, a ação extensionista deve ser feita a partir de uma organização do trabalho, que é

composta por um conjunto compartilhado de regras, normas, procedimentos e acordos, que regulam a função e o poder da organização.

Na visão da Emater, deve predominar uma situação em que o conjunto de regras, normas e procedimentos da organização consiga superar os conflitos e gerar um consenso, sempre provisório, sobre os fins perseguidos. Tais regras e procedimentos estão em constante processo de modificação, uma vez que são desenvolvidos, a partir daquilo que os agentes definem como sendo os melhores procedimentos, diante das situações, das possibilidades, dos recursos disponíveis e das políticas públicas.

Observou-se, também, que há grande influência da formação e do treinamento sobre a ação extensionista da Emater. Isso é explicado por haver estruturas organizacionais que visam à capacitação dos técnicos, ao preparo e ao aperfeiçoamento teórico e prático, aos quais os mesmos serão submetidos, antes de ingressarem no serviço de extensão.

Conforme o Plano Anual de Trabalho da Emater (2014), a formação de recursos humanos, na Emater-RS/Ascar, é uma atividade permanente e de abrangência estadual. Além do processo de capacitação inicial, pelo qual todos os profissionais que ingressam no serviço de ATER devem passar, existe também a formação técnica e social continuada, nas diversas áreas de atuação. Essa proposta está atrelada à concepção de ATER com função extensionista.

Esse processo de formação e treinamento tem sido um dos fatores fundamentais para empreender as práticas extensionistas, não somente pela uniformização dos seus princípios doutrinários, mas também pela oportunidade que tem dado a diversas pessoas de desenvolverem suas potencialidades, capacitando-as à realização de um trabalho de educação e formação. (PLANO ANUAL DE TRABALHO DA EMATER, 2014).

Também se mostrou evidente a influência da divisão do trabalho e especialização nas práticas extensionistas empreendidas pela Emater. Cada cargo está atrelado a um conjunto de responsabilidades e deveres que devem ser colocados em prática, quando da realização do trabalho. Esse conjunto de responsabilidades e deveres tem como norte as práticas extensionistas que cada profissional da Emater deve realizar.

Finalmente, com relação à questão das práticas extensionistas e a satisfação pessoal, constatou-se que há uma preocupação, por parte da Instituição, em mostrar o papel que tem o profissional da extensão rural. A concepção trabalhada pela Emater está voltada para resgatar a dimensão

humana do trabalho da extensão rural, transformando-a realmente em um fator de realização pessoal.

## **Conclusão**

Ao analisar a racionalidade empregada em organizações de extensão rural, bem como os efeitos sobre a ação extensionista, conclui-se que a Emater opera, de forma predominante, dentro de uma lógica de racionalidade formal.

Fatores como os valores, o processo de planejamento, a tomada de decisão, a autoridade, as regras e os procedimentos, os processos de recrutamento e seleção, a estrutura de incentivos, a divisão do trabalho e especialização, e os instrumentos de controle e a avaliação foram analisados e deixaram evidente uma racionalização formal. No entanto, também foi possível observar que, na Emater, fatores como a formação e o treinamento, as relações sociais, a estratificação social, a satisfação pessoal e os conflitos organizacionais mostraram-se orientados pela racionalidade substantiva.

Ainda pode-se concluir que as políticas públicas de ATER têm influenciado consideravelmente o comportamento da Emater, em direção a uma racionalidade notadamente mais formal/instrumental. As políticas públicas são fatores influenciadores das organizações de extensão rural, na medida em que determinam uma série de comportamentos reguladores, que devem ser seguidos, a fim de que os projetos vinculados a essas políticas possam ser planejados e implementados. Com isso, elas dirigem as organizações a uma racionalidade mais formal e a uma estrutura mais burocrática.

Diante destes apontamentos, concluiu-se ainda que, como decorrência disso, observou-se que a Emater, financiada quase que exclusivamente pela operação de políticas públicas, via chamadas públicas, foi intensificando, ao longo do tempo, sua racionalidade e sua estrutura, para atender às exigências desta nova realidade, tornando-se ainda mais formalista e burocrática.

## **Referências**

ALEX, G.; ZIJP, W.; BYERLEE, D. *Rural extension and advisory services: new directions*. Washington: World Bank, 2002.

ANDRADE, S. P. C.; TOLFO, S. R.; DELLAGNELO, E. H. L. Sentidos do trabalho e racionalidades instrumental e substantiva: interfaces entre a administração e a psicologia. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2012.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDEMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BELL, J. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília: MDA/SAF, 2004.

DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural: limites e potencialidades. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, 2008.

GIL, A. C. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

MUCHAGATA, M. et al. Políticas agrárias e ambientais na Amazônia Oriental nos anos 90. In: ESTERCI, N.; VALLE, R. S. T. **Reforma agrária e meio ambiente**. Documento especial do Fórum Social Mundial, São Paulo: Instituto Sócio-Ambiental, 2002.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Consultoria Legislativa do Senado Federal: Brasília, 2008.

QUIVY, R. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2000.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização das riquezas das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

ROTHSCHILD-WHITT, J. *The collectivist organization: an alternative to rational-bureaucratic models*. **American Sociological Review**, v. 44, n. 4, 1979.

SELL, C. E. Racionalidade e racionalização em Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 79, 2012.

SERVA, M. **Racionalidade e organizações**: o fenômeno das organizações substantivas. 1996. Tese (Doutorado) – EAESP/FGV, São Paulo, 1996.

SILVA, A. M. A extensão rural na Região Sul: perspectiva e situação dos países. In: SEMINÁRIO DE EXTENSIÓN RURAL EN LA REGIÓN SUR: DIÁLOGO DE SABERES. 2010, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Argentina, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, M. **Economy and society**: an outline of interpretative sociology. Berkeley: University of California Press, 1968.

\_\_\_\_\_. **Critique of Stammler**. Nova York: The Free Press, 1978.



## Uma análise da indústria de transformação no Corede Serra a partir do Quociente Locacional

*An analysis of the transformation industry in Corede Serra from the Locational Quotient*

Irineu Brinker\*

Juliana de Oliveira Nascimento\*\*

Monique Fernandes Pereira Carvalho\*\*\*

Murilo Máximo Santana Borges#

**Resumo:** O objetivo desse artigo foi analisar o nível da especialização produtiva (estabelecimentos e empregos) do Corede Serra, no setor da indústria de transformação, no período 2008-2015. Para isso foi utilizado o cálculo de Quociente de Localização (QL), e também o indicador da base FEE Dados (CNAE 2.0 – de 01 a 21). Observou-se que a indústria de transformação no Corede é um polo de especialização relativa no RS, quanto ao número de estabelecimentos com vínculos empregatícios ativos na Indústria de Transformação. Os municípios do Corede são detentores de maior especialização relativa no setor de indústria de transformação, tanto em número de estabelecimentos como em vínculos empregatícios ativos.

**Palavras-chave:** Especialização Produtiva. Corede Serra. QL.

**Abstract:** The objective of this article was to analyze the level of productive specialization (establishments and jobs) of Corede Serra, in the sector of the transformation industry, in the period 2008-2015. For this, the calculation of Localization Quotient (QL) was used, as well as the indicator of the FEE Dados base (CNAE 2.0 – from 01 to 21). It was observed that the manufacturing industry in Corede is a pole of relative specialization in RS regarding the number

---

\* Mestrando em Economia pela Unisinos. Graduação em Gestão Financeira pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2015). Especialização em Gestão em Finanças Empresariais pela Faculdade Educacional da Lapa (2016). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2017). Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7006679854218553>. *E-mail:* irineubrinker@hotmail.com

\*\* Mestranda em Economia pela Unisinos. Graduação em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário La Salle – Canoas (2014) e Especialização em Economia Empresarial pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (2016). Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3231276571311640>. *E-mail:* juliana.nascimentocono@gmail.com

\*\*\* Mestranda em Economia pela Unisinos. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (2007). Pós-graduação em MBA em Finanças e Planejamento Empresarial pela Universidade Federal de Uberlândia (2009). Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7287793746020321>. *E-mail:* monique\_fp@yahoo.com.br

# Mestrando em Economia pela Unisinos. Graduação em Ciências Econômicas pela Unisinos (2010). Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5327032674085150>. *E-mail:* mumaximo@gmail.com

of establishments with active employment in the Transformation Industry and the municipalities of Corede are holders of greater relative specialization in the manufacturing industry, both in number of establishments and in active employment relationships.

**Keywords:** Productive Specialization. Corede Serra. QL.

## **Introdução**

A aglomeração industrial é tema de pesquisa em diversos trabalhos. Em 1890, Alfred Marshall, em *Principles of Economics*, indicava como se dava o surgimento das aglomerações, ou Arranjos Produtivos Locais (APL) e as vantagens que as empresas envolvidas poderiam ter.

Nesse sentido, em 1909, Alfred Weber, com sua Teoria da Localização de Indústrias, objetivava identificar as razões da localização “ótima” para a atividade industrial. (ALBERGARIA et al., 2016).

A indústria de transformação no Estado do Rio Grande do Sul demonstra ter importância fundamental para a economia gaúcha (FANTINEL, 2016), sendo objeto de estudos governamentais, como o “Estudo de Aglomerações Industriais e Agroindustriais no Rio Grande do Sul”, proposto pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) e pela Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI).

O Corede Serra, objeto deste estudo, é destaque em produção industrial e de qualidade de vida dentre os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. (BERTÊ et al., 2016).

Nesse contexto, o desenvolvimento deste artigo está orientado para a análise da indústria de transformação nesse Corede, observando o nível de especialização. Assim, o objetivo geral do estudo é analisar a evolução da especialização produtiva (estabelecimentos e empregos) desse Corede, no setor da indústria de transformação, no período 2008-2015. Como metodologia, utilizou-se o Quociente Locacional (QL), empregado como indicador relativo de especialização e a base de dados consultada foi da FEE Dados.

O artigo está dividido em oito seções, considerando a Introdução e as Considerações Finais. Nas seções dois, três e quatro, por meio da revisão bibliográfica, são apresentadas teorias de Economia Regional e as características do setor e da região, que são objeto deste estudo. A quinta seção expõe a metodologia empregada. Na sexta seção, é apresentado o Quociente Locacional (QL). Na sétima são analisados os resultados da pesquisa. Por fim, na oitava seção, são apresentadas as principais conclusões do estudo.



## **A teoria da localização de indústrias**

Segundo as teorias da localização, a firma deve levar em conta a distribuição espacial das matérias-primas e do mercado consumidor. Ou seja, “onde produzir com a máxima eficiência, tendo em vista a distribuição espacial dos recursos produtivos e da população consumidora [...]”. (SOUZA, 2009).

No início do século XX, Weber indicou que três fatores seriam determinantes para a localização industrial: o custo do transporte; o custo do trabalho e as vantagens associadas à aglomeração. Sendo os custos de transporte determinantes para a localização da empresa, uma vez que são parte relevante dos custos. (ALBERGARIA et al., 2016).

No conceito de localização industrial de Weber, normalmente, dá-se ênfase aos custos de transporte e mão de obra. Porém, tão importante quanto essas é a aglomeração e a desaglomeração industrial, que são objeto de muitos estudos atualmente.

## **A indústria de transformação no Corede Serra**

A indústria de transformação tem forte participação no PIB do estado, com presença significativa no emprego. A indústria gaúcha apresenta uma densa estrutura, em relação aos demais estados da Federação. Entretanto, existem diferenças significativas nas relações entre valor da produção, emprego e distribuição geográfica dos setores industriais, como apontam Hoff e Conceição (2011).

Esses setores industriais estão concentrados na região metropolitana de Porto Alegre e na região nordeste do estado. Sendo que o Corede Serra está localizado na região nordeste.

No Corede objeto deste estudo, referindo-se ao Valor Adicionado Bruto (VAB), o setor da Indústria corresponde a 38,7%, mostrando que essa participação é maior do que a média estatal (25,2%) e denotando o perfil Industrial da região. E o VAB da indústria de transformação do Corede corresponde a 82,6%. (BERTÉ et al., 2016).

## O Corede Serra

O Conselho Regional de Desenvolvimento Serra é composto por 32 municípios conforme exposto no Quadro 1 abaixo. Segundo a FEE (2016), tem uma população total de 943.032 habitantes, que representa aproximadamente 8% da população total do estado (3º maior Corede em termos populacionais, perdendo apenas para os Coredes Vale do Rio dos Sinos e Metropolitano Delta do Jacuí). E possui uma área total de 6.947,5 km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 128,1 hab/km<sup>2</sup> (FEE 2013).

**Quadro 1** – Os 32 municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento Serra

COREDE SERRA			
Antônio Prado	Bento Gonçalves	Boa Vista do Sul	Carlos Barbosa
Caxias do Sul	Coronel Pilar	Cotiporã	Fagundes Varela
Farroupilha	Flores da Cunha	Garibaldi	Guabiju
Guaporé	Montauri	Monte Belo do Sul	Nova Araçá
Nova Bassano	Nova Pádua	Nova Prata	Nova Roma do Sul
Paráí	Pinto Bandeira	Protásio Alves	Santa Tereza
São Jorge	São Marcos	São Valentim do Sul	Serafina Corrêa
União da Serra	Veranópolis	Vila Flores	Vista Alegre do Prata

Fonte: Adaptado pelos autores da FEE (2015).

Conforme apresentado por Bertê et al. (2016), o PIB em 2012 do Corede Serra era de R\$ 30,5 bilhões (11% do total do estado) e o PIB *per capita* em 2012 de R\$ 34.642 (acima da média estatal de R\$ 25.779,00); 89% da população concentrava-se em área urbana enquanto 11% na rural.

Dados de 2014 da FEE mostram um Índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE) de 0.827 no Corede, acima da média estadual de 0.757.

A cidade de Caxias do Sul é o principal centro urbano e, segundo estimativa do IBGE, possuía 479.236 habitantes, em 2016.

O VAB da indústria de transformação do Corede é bem diversificado: fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, produtos alimentícios, fabricação de produtos de metal e fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e de ferramentas.

Segundo o *ranking* Grandes & Líderes – 500 Maiores do Sul, divulgado pela revista *Amanhã* e pela empresa de consultoria PwC, em 2016 32 das 500 maiores empresas da Região Sul do Brasil estão localizadas na Serra gaúcha. Destas, 26 são indústrias de transformação.

## Fonte dos dados e métodos

O artigo procura analisar o quão especializada, ou seja, o quão distinta a região do Corede Serra é do critério de referência que é o Estado do Rio Grande do Sul. Para isso, são utilizados o cálculo do quociente de locacional (QL), que permite avaliar o grau de concentração de determinada atividade.

Utiliza-se o indicador da base FEE Dados (CNAE 2.0 – de 01 a 21), número de estabelecimentos com vínculo de empregos ativos no setor 03 (indústria de transformação) do Corede Serra e no Estado do Rio Grande do Sul, referente aos anos de 2008 a 2015.

## O Quociente Locacional (QL)

O quociente locacional (QL) é um dos indicadores de especialização regional; ele compara a importância relativa do setor  $k$  na unidade territorial  $i$  com a que o mesmo setor detém no espaço de referência (COSTA et al., 2011), ou seja, é uma medida de especialização relativa:  $QL_{ki} = (X_{ki} / X_i) / (X_k / X)$ , sendo  $QL_{ki} \geq 0$ . Assim, avalia-se em que medida o Corede  $i$  é especializado no setor  $k$  relativamente ao espaço de referência, que é o estado.

Quando o QL é maior que 1, indica que a região analisada é relativamente mais especializada no setor estudado. Se o resultado for menor do que 1, significa que a região analisada é relativamente menos especializada no setor do que a sua referência.

No presente artigo, a equação do QL será aplicada de duas maneiras. Para o cálculo do QL de número de estabelecimentos com vínculos ativos será considerado:

$X_{ki}$  = número de estabelecimentos com vínculos ativos no setor da indústria de transformação no Corede Serra;

$X_i$  = número total de estabelecimentos com vínculos ativos no Corede Serra;

$X_k$  = número de estabelecimentos com vínculos ativos no setor da indústria de transformação no RS;

$X$  = número total de estabelecimentos com vínculos ativos no RS.

E, para o cálculo do QL de número de vínculos empregatícios ativos, serão considerados:

$X_{ki}$  = número de vínculos empregatícios ativos no setor da indústria de transformação no Corede Serra;

$X_i$  = número total de vínculos empregatícios ativos no Corede Serra;

$X_k$  = número de vínculos empregatícios ativos, no setor da indústria de transformação no RS;

$X$  = número total de vínculos empregatícios ativos no RS.

## **Resultados e discussões**

Diante dos dados observados na Tabela 1, em que  $QL > 1$ , verifica-se que a Indústria de Transformação no Corede Serra é um polo de especialização relativa no Rio Grande do Sul quanto ao número de estabelecimentos com vínculos empregatícios ativos na Indústria de Transformação no estado.

Atualmente, o índice é um pouco menor do que foi em 2008. Possíveis explicações para este aspecto são encontradas em estudo realizado por Bertê et al. (2016), o qual aponta que alguns segmentos da Indústria de Transformação do Corede Serra (moveleiro, de calçados e de produtos alimentícios) vêm enfrentando dificuldades decorrentes da concorrência com produtos estrangeiros e da queda dos preços das *commodities*.

**Tabela 1** – QL para número de estabelecimentos com vínculos empregatícios ativos na indústria de transformação – Corede Serra

		Anos							
Qlki - n°de estabelecimentos com vínculos ativos		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
		Alto da Serra do Botucaraí	1,02	0,97	0,94	0,94	0,94	0,91	0,89
	Alto Jacuí	0,52	0,57	0,60	0,59	0,61	0,67	0,68	0,70
	Campanha	0,32	0,35	0,35	0,38	0,37	0,36	0,38	0,41
	Campos de Cima da Serra	0,70	0,73	0,70	0,68	0,67	0,65	0,65	0,63
	Celeiro	0,77	0,74	0,77	0,79	0,80	0,82	0,82	0,84
	Central	0,60	0,61	0,59	0,58	0,59	0,58	0,57	0,58
	Centro-Sul	0,73	0,74	0,75	0,75	0,79	0,79	0,79	0,79
	Fronteira Noroeste	1,01	1,01	1,04	1,07	1,08	1,11	1,13	1,13
	Fronteira Oeste	0,27	0,28	0,30	0,30	0,30	0,31	0,32	0,32
	Hortênsias	1,32	1,30	1,28	1,21	1,18	1,14	1,11	1,10
	Jacuí-Centro	0,68	0,67	0,64	0,64	0,68	0,68	0,67	0,62
	Litoral	0,58	0,58	0,59	0,59	0,59	0,60	0,60	0,59
	Médio Alto Uruguai	0,91	0,94	0,91	0,95	0,95	0,89	0,92	0,94
	Metropolitano Delta do Jacuí	0,59	0,60	0,59	0,59	0,60	0,59	0,60	0,60
	Missões	0,59	0,59	0,59	0,57	0,59	0,59	0,58	0,59
	Nordeste	1,15	1,15	1,10	1,08	1,08	1,05	1,05	1,09
	Noroeste Colonial	0,86	0,86	0,82	0,81	0,80	0,83	0,87	0,90
	Norte	1,23	1,20	1,19	1,18	1,18	1,19	1,18	1,19
	Paranhana-Encosta da Serra	2,79	2,77	2,74	2,74	2,75	2,67	2,64	2,59
	Produção	0,77	0,76	0,76	0,76	0,75	0,77	0,79	0,82
	Rio da Várzea	0,89	0,84	0,85	0,84	0,88	0,89	0,91	0,87
	Serra	<b>1,88</b>	<b>1,89</b>	<b>1,88</b>	<b>1,85</b>	<b>1,84</b>	<b>1,85</b>	<b>1,86</b>	<b>1,85</b>
	Sul	0,50	0,50	0,52	0,53	0,53	0,53	0,53	0,52
	Vale do Caí	1,50	1,52	1,59	1,59	1,58	1,59	1,63	1,61
	Vale do Jaguarí	0,51	0,50	0,50	0,51	0,50	0,52	0,50	0,53
	Vale do Rio dos Sinos	1,74	1,71	1,71	1,70	1,68	1,67	1,64	1,62
	Vale do Rio Pardo	0,94	0,94	0,94	0,94	0,96	0,97	0,96	0,97
	Vale do Taquari	1,39	1,35	1,37	1,38	1,38	1,40	1,39	1,43

Fonte: Adaptado pelos autores da FEE Dados.

Nos dados observados na Tabela 2, em que  $QL > 1$ , verifica-se que o Corede Serra possui especialização relativa no Rio Grande do Sul, em relação ao número de vínculos empregatícios ativos na Indústria de Transformação no estado.

Até 2014 percebemos um índice com poucas variações, e a queda de 2015 pode ser atribuída ao baixo rendimento do setor metalomecânico nesse ano, principalmente em Caxias do Sul. Em 2013, essa cidade empregava 50,4% do setor industrial do Corede, e em 2015, foi a cidade gaúcha que mais teve postos de trabalho fechados. Segundo dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) de 2015, considerando as três cidades da Serra que mais empregam no setor de transformação, em Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Farroupilha foram fechados 17 mil postos de trabalho.

**Tabela 2** – QL para número de vínculos empregatícios ativos na indústria de transformação – Corede Serra

		Anos							
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Qlki - número de vínculos empregatícios ativos	Alto da Serra do Botucaraí	0,59	0,53	0,50	0,52	0,56	0,52	0,55	0,61
	Alto Jacuí	0,70	0,77	0,76	0,83	0,89	0,93	0,92	0,92
	Campanha	0,45	0,38	0,49	0,50	0,51	0,54	0,54	0,56
	Campos de Cima da Serra	0,49	0,48	0,47	0,48	0,48	0,48	0,47	0,48
	Celeiro	0,65	0,70	0,72	0,70	0,73	0,72	0,78	0,82
	Central	0,43	0,44	0,43	0,42	0,43	0,44	0,44	0,45
	Centro-Sul	0,90	0,89	0,89	0,90	0,91	0,89	0,84	0,82
	Fronteira Noroeste	1,21	1,18	1,24	1,23	1,18	1,24	1,19	1,20
	Fronteira Oeste	0,32	0,32	0,34	0,34	0,34	0,32	0,34	0,37
	Hortênsias	1,60	1,61	1,55	1,50	1,47	1,40	1,34	1,37
	Jacuí-Centro	0,76	0,75	0,75	0,70	0,80	0,80	0,80	0,72
	Litoral	0,38	0,39	0,40	0,40	0,40	0,40	0,41	0,42
	Médio Alto Uruguai	0,71	0,76	0,77	0,79	0,85	0,81	0,88	1,01
	Metropolitano Delta do Jacuí	0,43	0,43	0,43	0,44	0,44	0,44	0,43	0,41
	Missões	0,54	0,54	0,57	0,59	0,60	0,61	0,61	0,57
	Nordeste	1,29	1,28	1,23	1,24	1,34	1,33	1,35	1,46
	Noroeste Colonial	1,10	1,03	1,03	1,06	1,06	1,18	1,20	1,11
	Norte	1,27	1,23	1,24	1,30	1,26	1,32	1,35	1,34
	Paranhana-Encosta da Serra	2,70	2,74	2,69	2,66	2,77	2,74	2,70	2,77
	Produção	0,96	0,93	0,89	0,89	0,90	0,88	0,90	0,88
Rio da Várzea	0,86	0,89	0,91	0,82	0,87	0,89	0,89	0,92	
Serra	<b>2,00</b>	<b>2,00</b>	<b>2,01</b>	<b>2,01</b>	<b>2,01</b>	<b>2,00</b>	<b>2,02</b>	<b>1,99</b>	
Sul	0,49	0,53	0,52	0,59	0,65	0,64	0,66	0,67	
Vale do Caí	2,01	1,99	1,98	1,91	1,78	2,02	2,03	2,03	
Vale do Jaguari	0,49	0,47	0,51	0,49	0,53	0,52	0,55	0,56	
Vale do Rio dos Sinos	1,56	1,58	1,53	1,50	1,48	1,46	1,46	1,50	
Vale do Rio Pardo	1,17	1,21	1,15	1,15	1,24	1,21	1,24	1,26	
Vale do Taquari	1,82	1,81	1,75	1,76	1,78	1,77	1,78	1,87	

Fonte: Adaptado pelos autores da FEE Dados.

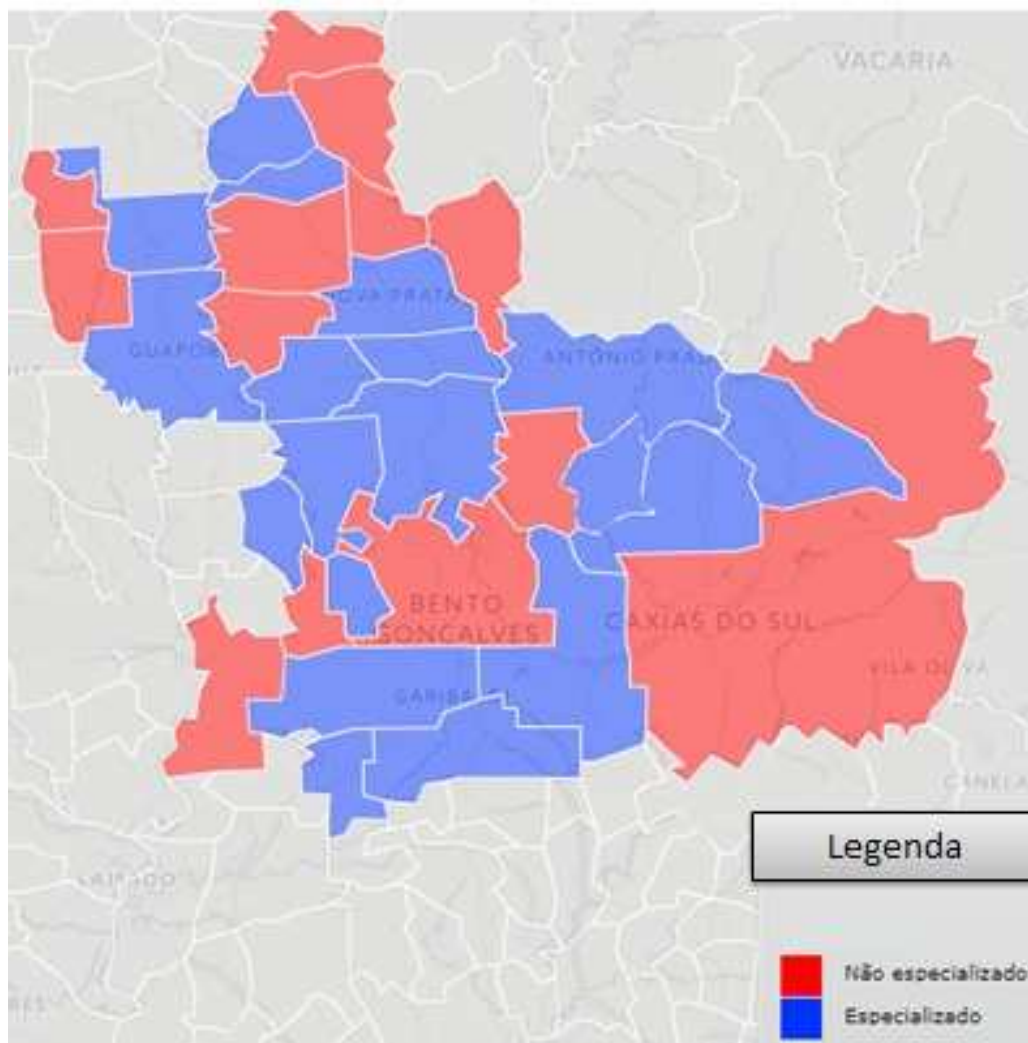
Quando analisados os dados dos municípios que compõem o Corede Serra, conseguimos identificar os municípios mais especializados relativamente na indústria de transformação, utilizando o mesmo método do QL, mas com o Corede Serra como referência.

O QL calculado para número de estabelecimentos com vínculos ativos na indústria de transformação aponta São Valentim do Sul como o município com maior índice de especialização no Corede Serra, com QL = 2,03 em 2015, seguido de Guaporé, com 1,60 e Vila Flores com 1,47. Já os que possuíram menor QL foram Coronel Pilar com QL = 0,18, Pinto Bandeira com 0,29 e Protásio Alves com 0,31. De modo geral, o resultado encontrado foi bem equilibrado, 15 municípios apresentaram QL superior a 1, porém, dos 17 que tiveram valores inferiores a 1,



QL = 1,76, seguido de Vila das Flores com 1,53 e Garibaldi com 1,31. Os menos especializados nesse critério foram Coronel Pilar com QL = 0,02, Pinto Bandeira com 0,04 e Vista Alegre do Prata com 0,33. Dos 32 municípios que compõem o Corede Serra, 18 deles possuem QL superior a 1.

**Figura 2** – Especialização relativa em indústria de transformação conforme QL calculado para número de vínculos empregatícios ativos, com relação ao Corede Serra – ano 2015



Fonte: Adaptado pelos autores da FEE Dados.

No geral, os municípios do Corede Serra são detentores de maior especialização relativa no setor de indústria de transformação, tanto em número de estabelecimentos com vínculos empregatícios ativos quanto em número de municípios número de vínculos empregatícios ativos.



Apesar de Caxias do Sul ser a cidade que mais emprega no setor de transformação em números absolutos, pelo cálculo do QL ela é especializada relativamente no setor de serviços. Esse número está em concordância com o movimento que ocorre no Brasil e que já ocorreu nos países desenvolvidos, onde as maiores cidades são especializadas no setor de serviços. Este centro regional em questão abriga centros de pesquisa, universidades e centros de saúde que atendem toda região.

### **Considerações finais**

O Corede Serra possui especialização relativa na Indústria de Transformação, no Estado do Rio Grande do Sul, tanto em número de estabelecimentos com vínculos empregatícios ativos quanto em número de vínculos empregatícios ativos.

A especialização relativa do Corede Serra, na Indústria de Transformação, pode ser explicada por um conjunto de fatores encontrados na teoria de Weber: custos de mão de obra, custos de transporte e “fator local”, que são as aglomerações, os APLs da região.

Dentro do próprio Corede não identificamos grandes desigualdades, entre os municípios, quanto à especialização em indústria de transformação; a maior parte é especializada nessa atividade, o que contribui para o alto índice quando comparamos o Corede Serra com o estado.

### **Referências**

ALBERGARIA, H. et al. A teoria da localização. In: COSTA, J.; NIJKAMP, P. **Compêndio de economia regional: teoria, temáticas e políticas**. Cascais – Portugal: Principia, 2009. cap. 2.

BERTÊ, A.M.A. et al. Perfil Socioeconômico – COREDE Serra. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 26, p. 774-821, fev. 2016.

COSTA, J. S. et al. **Compêndio de economia regional: métodos e técnicas de análise regional**. Cascais – Portugal: Principia, 2011. v. 2.

FANTINEL, Vinícius Dias. Evolução e níveis de produtividade da indústria de transformação gaúcha. **Carta de Conjuntura FEE**, 2014, Porto Alegre, disponível em: <http://carta.fee.tche.br/article/evolucao-e-niveis-de-produtividade-da-industria-de-transformacao-gaucha>.

FEE DADOS. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>>. Acesso em: set. 2017.

HOFF, C. R.; CONCEIÇÃO, C. S. Perfil setorial e regional da indústria de transformação no estado. **Carta de Conjuntura FEE**, 2011. Porto Alegre, disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/perfil-setorial-e-regional-da-industria-de-transformacao-no-estado/>>. Acesso em: set. 2017.

RIBEIRO, J. et al. A teoria da localização. In: COSTA, J.; NIJKAMP, P. **Compêndio de economia regional**: teoria, temáticas e políticas. Cascais – Portugal: Principia, 2009. cap. 2.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.



## Uma análise do investidor santa-mariense e seu conhecimento acerca dos investimentos indicados para o seu perfil

*An analysis of the santa-mariense investor and his knowledge of the investments indicated for his profile*

Bruna Felin Cerezer<sup>\*</sup>  
Alexandre Mayer Macagnan<sup>\*\*</sup>  
Andreas Dittmar Weise<sup>\*\*\*</sup>  
Lynceo Falavigna Braghirolli<sup>#</sup>  
Flaviani Souto Bolzan Medeiros<sup>##</sup>

**Resumo:** Investimentos financeiros são cada vez mais procurados pela população em tempos de crises, como a que o País está passando no momento. Há uma grande diversidade de investimentos no mercado financeiro, basta que os investidores os conheçam e optem pelo que mais se adapta ao seu perfil. Deste modo, o presente estudo tem como objetivo identificar o perfil dos investidores santa-marienses, bem como seu conhecimento sobre as opções indicadas de investimentos disponíveis no mercado financeiro. Para isso, adotou-se um estudo quantitativo quanto à natureza, exploratório e descritivo quanto aos objetivos, sendo realizado através de um estudo de campo quanto aos procedimentos técnicos. Como principal resultado destaca-se o fato de os investidores santa-marienses não conhecerem os demais investimentos indicados para o seu perfil de investidor, acarretando, com isso, uma possível perda de rendimentos.

**Palavras-chave:** Investimentos financeiros. Perfil do investidor. Investidor santa-mariense.

**Abstract:** Financial investments are increasingly sought by the population in times of crisis, such as the country is currently experiencing. There is a great diversity of investments in the financial market, just the investors know them and opt for the one that best suits their profile. In this way, the present study aims to identify the profile of Santa Mariana investors, as well as their knowledge about the investment options available in the financial market indicated for their

---

<sup>\*</sup> Mestre em Engenharia da Produção (PPGEP/UFSM). Universidade Federal de Santa Maria. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4123084820974107>. *E-mail:* brunacerezer@hotmail.com.

<sup>\*\*</sup> Acadêmico do curso de Graduação em Engenharia de Produção (UFSM). Universidade Federal de Santa Maria. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5109424940000244>. *E-mail:* xandemacagnan@hotmail.com.

<sup>\*\*\*</sup> Doutor em Engenharia Civil (PPGEC/UFSC). Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Federal de Santa Maria. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1329623071793399>. *E-mail:* mail@adweise.de.

<sup>#</sup> Doutor em Engenharia de Produção (PPGEP/UFRGS). Professor no Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade Federal de Santa Maria. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2992623886366532>. *E-mail:* lynceo@gmail.com.

<sup>##</sup> Doutoranda em Administração (PPGA/UFSM). Universidade Federal de Santa Maria. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4607360594925765>. *E-mail:* flaviani.13@gmail.com.

profile. For this, a quantitative study on the nature, exploratory and descriptive regarding the objectives was adopted, being carried out through a field study regarding the technical procedures. The main result is the fact that investors from Santa Mariens do not know the other investments indicated for their investor profile, thus causing a possible loss of income.

**Keywords:** Financial investments. Investor profile. Investor santa-mariense.

## **Introdução**

Quando se abordam temas referentes às finanças pessoais, surgem diversas discussões sobre qual investimento oferece os melhores rendimentos e qual é a melhor forma de diversificação para uma carteira de investimentos, etc. Outra discussão envolve o perfil do investidor, ao fato de os indivíduos conhecerem ou não seu perfil, sobre os investimentos indicados para cada tipo e se os mesmos têm conhecimento sobre as opções de investimentos disponíveis no mercado.

Rambo (2014) enfatiza que conhecer os tipos de investimentos disponíveis no mercado financeiro é muito importante para se começar a aplicar os recursos, da mesma forma que o futuro investidor conheça o seu perfil, pois assim estará mais apto tanto a poupar de modo mais adequado, sabendo dos rendimentos e riscos esperados, como também a evitar perdas imprevistas.

De acordo com Calado (2012), para analisar o perfil do investidor deve-se, além de saber seus interesses e objetivos, realizar coleta de informações por meio de questionários elaborados para essa finalidade, buscando identificar quais as características de investimento são mais adequadas e realizar comparação do perfil com a carteira de investimentos que o indivíduo deseja.

Lund, Souza e Carvalho (2012) ressaltam que é importante considerar o objetivo e o horizonte de tempo que o investidor deseja, bem como a rentabilidade esperada nos seus investimentos. Deste modo, realizar a avaliação do perfil de investidor é determinante para saber quais os produtos que são mais indicados e adequados para cada perfil relativo à sua tolerância ao risco. (BARROSO, 2011).

Deste modo, o presente artigo tem como objetivo identificar o perfil de investidores santa-marienses e seu conhecimento sobre as opções de investimentos disponíveis no mercado financeiro indicados para o seu perfil. O estudo justifica-se pelo fato de estarem à disposição dos investidores várias opções de investimentos, com características predominantes para cada tipo de

perfil, sendo que os investidores, que focam em um determinado investimento, muitas vezes desconhecem os demais indicados para seu perfil.

Um exemplo é o caso dos investidores com perfil conservador, os quais geralmente investem apenas em poupança, por ser um investimento considerado mais tradicional e seguro. Entretanto, para seu perfil, também são indicados outros investimentos de baixo risco, como os Fundos de Renda Fixa, que têm como principal fator de risco a variação da taxa de juros e/ou o índice de preços. (CVM, 2014).

## **Referencial teórico**

Neste capítulo são abordadas questões que proporcionaram embasamento para a presente pesquisa. Sendo assim, são elencados os tipos de investimentos mais procurados de renda fixa, como, também, os de renda variável. Em seguida, são tratados itens como o perfil do investidor, os principais tipos de perfil e suas características predominantes.

## **Investimentos de renda fixa**

No mercado financeiro, é possível encontrar diversas opções de investimentos, basta os investidores pesquisarem, dentre as aplicações disponíveis, e escolherem as que mais lhes agrada em termos de rendimentos, riscos, prazos, entre outras características. Dentre os investimentos de renda fixa têm-se os a seguir descritos.

No caso da caderneta de poupança, Marinho (2014) salienta que é uma forma de investimento muito tradicional e conservadora; contudo, bastante segura na comparação com outras, cujas principais características são a isenção de imposto de renda, bem como não há um limite mínimo para aplicação – e quando isso existe trata-se de um valor simbólico – e ainda, ela oferece oportunidades de acesso a menores de idade, e também conta com a garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

Assaf Neto e Lima (2014) complementam que a caderneta de poupança é a modalidade de investimento mais popular no Brasil; para os investidores pessoas físicas seus rendimentos são creditados mensalmente e para pessoas jurídicas a cada trimestre, sendo esta uma forma de investimento que tem como principal vantagem a sua liquidez imediata, ou seja, é possível sacar o seu saldo a qualquer

momento. Ademais, a população brasileira está cada vez mais consciente da necessidade de suplementar a sua renda no momento da aposentadoria, pois o sistema público de concessão de aposentadoria no Brasil, tem se mostrado insuficiente para garantir uma aposentadoria que mantenha o poder de compra dos indivíduos. (COELHO; CAMARGOS, 2012). Este fato fez com que, nos últimos anos, o Brasil tivesse um crescimento de, em média, 40% a 50% no mercado de previdência privada.

É interessante ressaltar que o investimento em previdência privada não tem como objetivo o enriquecimento do investidor por meio de aplicações, mas sim permitir a continuidade do padrão de vida do investidor em sua fase de aposentadoria, pois será um complemento à aposentadoria oficial da pessoa. (PELLICOLI, 2011). O mesmo autor explica que, na previdência privada, o regime financeiro de administração é o de capitalização, isso significa que a receita de contribuição é aplicada no mercado financeiro, conforme as regras de alocação definidas pela Gestão de Entidade de Previdência Complementar, com o objetivo de pagamento de uma renda suplementar futura ao investidor.

Outra opção de investimento é o Certificado de Depósito Bancário (CDB) e o Recibo de Depósito Bancário (RDB). Segundo Ferreira (2014), ambos são os mais antigos e os instrumentos mais usados para captação de poupança do setor privado e são emitidos por bancos comerciais, bancos de investimento e bancos de desenvolvimento – a diferença entre eles é que o CDB admite transferir sua posse enquanto o RDB é intransferível, isso quer dizer que aquele que adquire títulos RDB não pode repassá-los ou vendê-los no mercado secundário – neste caso, terá que esperar pelo resgate, na data de vencimento do título.

Por fim, ainda existem diversas opções de investimentos em títulos de renda fixa, tais como: Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), títulos públicos e debêntures. Amaral (2014) explica que as debêntures são valores mobiliários que representam uma dívida que assegura a seus detentores o direito de crédito contra a companhia emissora. Conferem alguns direitos aos credores, como no caso o direito de conversão em ações (nas conversíveis) e o direito de participação de assembleia de debenturistas. Já os Fundos de Renda Fixa, por sua vez, são fundos que operam no mercado com títulos pré ou pós-fixados, tanto públicos como privados. (LUND; SOUZA; CARVALHO, 2012). Gama (2016) acrescenta que são fundos que procuram retorno através de investimentos em ativos de renda fixa ou indexados a índices de preços e devem manter, no mínimo, 80% da

sua carteira de investimento em títulos públicos federais ou em ativos que possuem baixo risco de crédito.

## **Investimentos de renda variável**

Brito (2013) esclarece que, nas aplicações ditas de renda variável, a rentabilidade se efetiva por meio da participação do acionista nos resultados da companhia, na distribuição de dividendos, bonificações ou pela venda no mercado de Bolsa ou de balcão das ações anteriormente adquiridas ou subscritas e também de direitos de subscrição. Deste modo, o retorno vai depender do desempenho da empresa e/ou da carteira de investimento, na qual o título estiver vinculado, pois são consideradas variáveis justamente porque não garantem rentabilidade – geralmente oferecem maior retorno, mas, conseqüentemente, maior risco – cujas principais aplicações nesta modalidade são as ações e os fundos de ações. (PALUDO; CHEROBIM; ESPEJO, 2011).

As empresas que comercializam suas ações na Bolsa de Valores, BM&F Bovespa, devem, por lei, informar suas demonstrações contábeis e identificação e mensuração de seu capital intangível, ou seja, precisam informar com clareza a real situação financeira da empresa. Diante destas informações, os potenciais investidores terão a possibilidade de analisar onde estão, ou estarão, investindo seus recursos. (MANTOVANI, 2014).

Outra opção são os fundos de investimentos, um dos instrumentos financeiros mais populares dentre os existentes. Este veículo de investimento surgiu na Holanda, na segunda metade do século XVII, tendo como propósito proporcionar diversificação ao pequeno investidor. (BERNARDES, 2012).

Os fundos de investimento representam grupos de investidores (condomínios) e oferecem a comodidade de administrar seus recursos monetários de maneira profissional, sem necessidade de os participantes dominarem técnicas de análise mais sofisticadas e manter grande fluxo de informações relativas ao mercado de capitais. Ao operarem com alto volume de recursos provenientes de diversos investidores, os fundos podem ainda obter, em conjunto, condições mais favoráveis de negociação do que se cada cotista fosse atuar isoladamente no mercado. (ASSAF NETO, 2015).

Já os Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) são uma comunhão de recursos destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários, tais como a construção e a aquisição de imóveis para posterior comercialização ou a

aquisição de imóveis prontos para auferir renda de locação. (CVM, 2014). O FII permite a composição de uma carteira de empreendimentos imobiliários, os quais, pelo volume de recursos envolvidos para sua formação ou aquisição, não estariam ao alcance de investidores individuais, especialmente os de menor capacidade financeira, aumentando, assim, a quantidade de alternativas de investimentos lastreados em imóveis. (FERREIRA, 2011). O mesmo autor afirma também que os FII proporcionam rendimentos a seus investidores, através dos juros dos títulos imobiliários investidos, ganho de capital na venda dos direitos reais sobre bens imóveis e recebimentos de aluguéis.

### **Perfil do investidor**

Ao analisar o perfil do investidor, deve-se, além de saber seus interesses e objetivos, identificar qual a característica de investimento é mais adequada e realizar comparação do perfil com a carteira de investimentos que o indivíduo deseja. (CALADO, 2012). O mesmo autor ressalta ainda que o investidor deve ter sempre consciência dos riscos assumidos por seus investimentos.

Maluf (2010) esclarece que cada emoção sentida faz o investidor pensar em que decisão tomar no momento, no agora, a forma como os investidores lidam com suas emoções faz parte de seu perfil. A forma como o investidor reage, em relação às suas emoções e aos sentimentos, irá determinar seu perfil como investidor. Aqui, são estudados três principais perfis de investidores, a saber: o conservador, o moderado e o agressivo.

O investidor conservador, de acordo com Oliveira (2014), tem como principal característica não suportar a volatilidade dos mercados com renda variável, preferindo investimentos de curto prazo, cerca de dois anos. O autor ainda complementa que o investidor com o perfil conservador não aceita perder nenhum centavo do seu dinheiro investido; por isso, tem preferência em aplicar todo seu recurso em investimentos de renda fixa.

No que diz respeito ao investidor de perfil moderado, pode-se assegurar que está disposto a assumir um risco considerável nos investimentos, deste modo os seus investimentos potencializam um crescimento sustentado do capital investido a médio e longo prazos. (BARROSO, 2011). Slimani (2015) descreve que o perfil moderado é o mais aberto a mudanças e novidades, buscando a diversificação de seus investimentos de forma moderada e planejada, conseguindo bons resultados a médio e longo prazos.



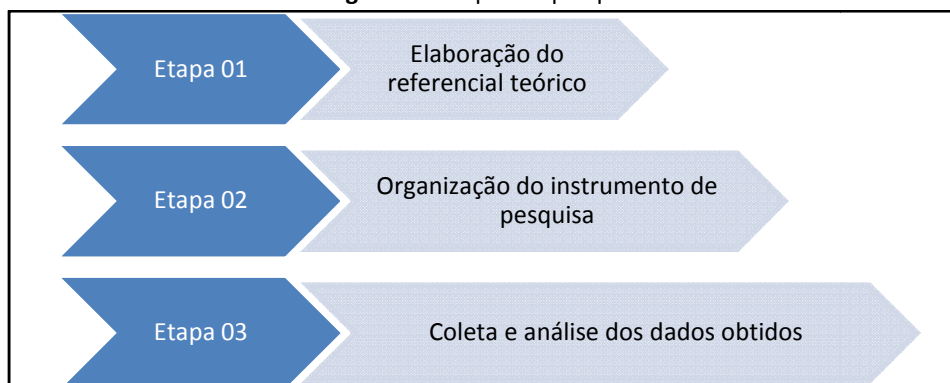
Rassier (2009) caracteriza os investidores de perfil agressivo como os que têm pressa em obter maiores retornos em curto período de tempo, abrindo mão da segurança e preferindo enfrentar riscos maiores, contanto que obtenham retornos proporcionais ao risco enfrentando. O investidor de perfil agressivo se sente preparado para acompanhar as oscilações do mercado, sem ficar desesperado e em pânico, quando os resultados forem negativos, pois projeta acumular ganhos expressivos que superam a média de mercado. (PEREIRA, 2010).

### **Procedimentos metodológicos**

Para Andrade (2010, p. 117), “[...] a metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”. Sendo assim, visando ao alcance dos objetivos propostos neste trabalho, adotou-se uma pesquisa quantitativa quanto à natureza dos dados, do tipo descritiva, no que tange aos objetivos, sendo realizada por meio de um estudo de campo acerca dos procedimentos técnicos. Em relação à pesquisa quantitativa, Gil (2009) diz que a mesma busca mensurar os fatos observados, em relação à frequência com que eles ocorrem.

No que se refere à pesquisa descritiva, Vergara (2014) comenta que apresenta as características de uma população ou fenômeno, não podendo ter o comprometimento de explicar os fenômenos que descreve; porém, serve como base para explicá-los. Quanto à pesquisa de campo, é aquela que se realiza no ambiente natural (APPOLINÁRIO, 2011), ou seja, a coleta de dados é no ambiente natural, sendo esta particularmente importante na pesquisa social e apropriada para estudos que envolvam indivíduos, grupos, organizações etc., pois mais importante do que encontrar soluções é entender as realidades. (MICHEL, 2009). Na Figura 1, é possível visualizar as etapas seguidas na pesquisa.

Figura 1 – Etapas da pesquisa



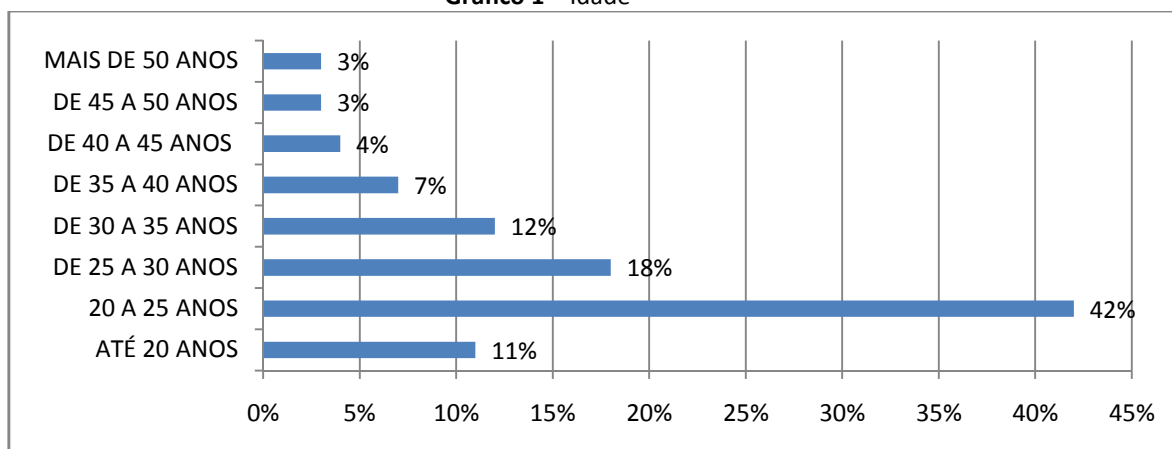
Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário que, para Lopes (2006), deve ser elaborado para dar apoio ao pesquisador em sua fase de coleta de dados. Ao todo, o referido instrumento continha quatorze questões, sendo cinco referentes à identificação do perfil de investidor, obtidas em uma corretora de investimentos de Santa Maria/RS e as demais foram elaboradas pelos autores, a partir das leituras realizadas acerca do tema. As entrevistas foram aplicadas em 100 universitários da cidade de Santa Maria/RS, em 2017, constituindo uma amostra não probabilística, por acessibilidade. Posteriormente, os dados foram tabulados com o auxílio do *software* Microsoft Excel<sup>®</sup>.

## Análise e discussão dos resultados

Para fins de caracterização da amostra pesquisada, acerca do gênero verificou-se que 50% dos respondentes são do gênero masculino e 50% do gênero feminino. O Gráfico 1 diz respeito à idade dos investidores, como é possível analisar a seguir.

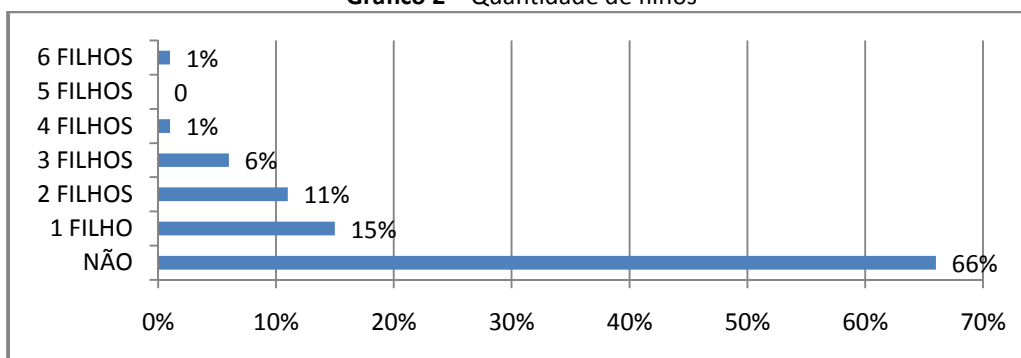
Gráfico 1 – Idade



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Pode-se observar, no Gráfico 1, que 42% dos entrevistados estão na faixa etária de 20 a 25 anos, e 18% com idade entre 25 e 30 anos. Estes dados demonstram que os investidores são, em sua grande maioria, jovens com idades entre 20 e 30 anos. Já o Gráfico 2 apresenta se os investidores têm ou não filhos e a quantidade de filhos dos mesmos.

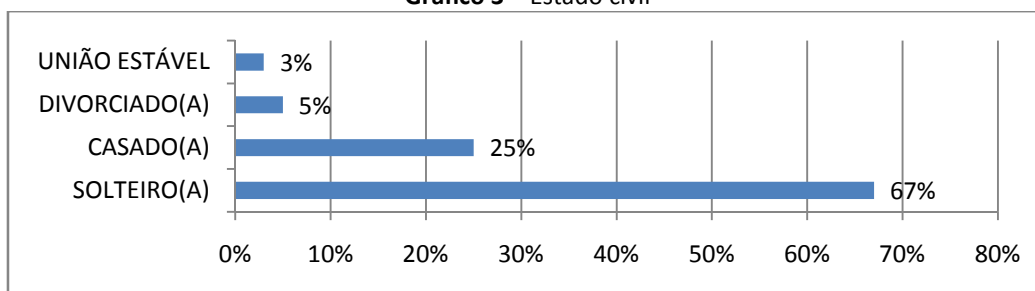
Gráfico 2 – Quantidade de filhos



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Diante do Gráfico 2, torna-se possível observar que a maioria dos respondentes, 66%, não têm filhos, o que pode ser explicado pelo fato de a maioria composta por jovens. A seguir, o Gráfico 3 aponta o estado civil dos respondentes.

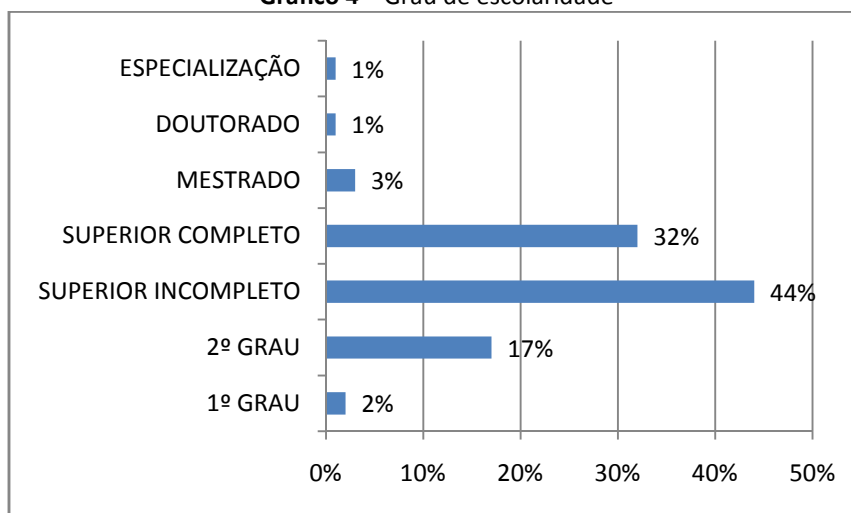
Gráfico 3 – Estado civil



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

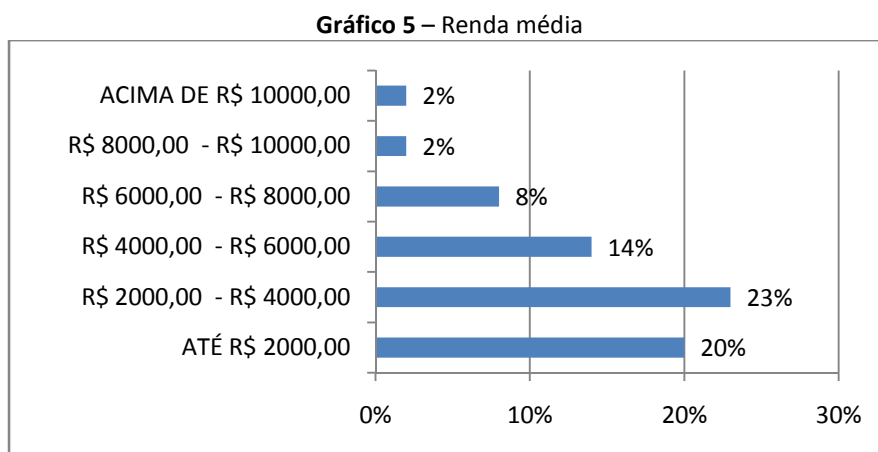
O Gráfico 3 aponta que a maioria dos investidores são solteiros, somando um total de 67%. Há apenas 25% casados, 5% divorciados e 3% em união estável. Não houve nenhum respondente viúvo(a), por este motivo o estado civil viúvo(a) não aparece no gráfico. Deste modo, pode-se afirmar que os investidores santamarienses são, na sua maioria, jovens, solteiros e não têm filhos. O grau de escolaridade dos investidores é apresentado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Grau de escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

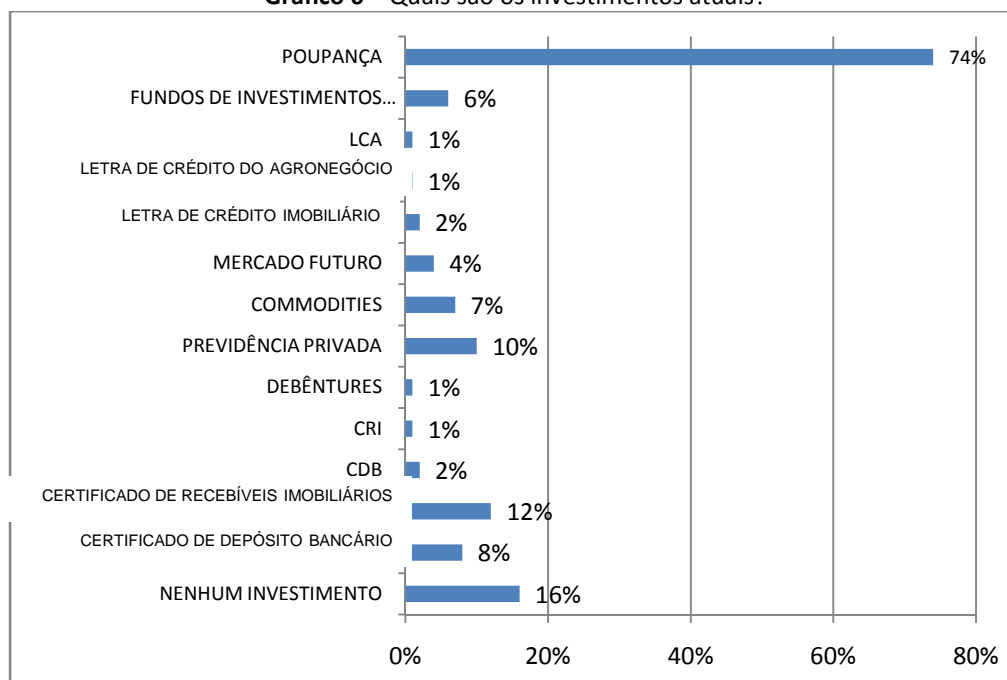
É possível analisar no Gráfico 4 que 44% dos investidores estão cursando Ensino Superior, em segundo lugar, 32% já concluíram o Ensino Superior e apenas 1% possui doutorado e também 1% possui especialização no seu currículo. No que diz respeito ao mercado de trabalho, apesar da crise que o País está enfrentando, com aumento no número de desempregados, a maioria dos entrevistados, 69%, está trabalhando formalmente no momento. Os respondentes foram ainda questionados sobre o valor médio de sua renda (Gráfico 5).



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O Gráfico 5 revela que 23% dos entrevistados têm renda entre R\$ 2.000,00 a 4.000,00. Os que afirmam ter renda de até R\$ 2.000,00 foram 20% dos investidores, já os que ganham mais de R\$ 10.000,00 representam apenas 2% dos respondentes, tornando possível concluir que a maioria dos entrevistados está trabalhando no momento, com uma renda considerável, levando em conta o fato de serem jovens, solteiros e sem filhos. Diante disso, os mesmos apresentam grande possibilidade de realizarem investimentos financeiros. Na sequência, no Gráfico 6, os entrevistados foram indagados sobre se e em qual(is) investimentos estão investindo atualmente.

Gráfico 6 – Quais são os investimentos atuais?

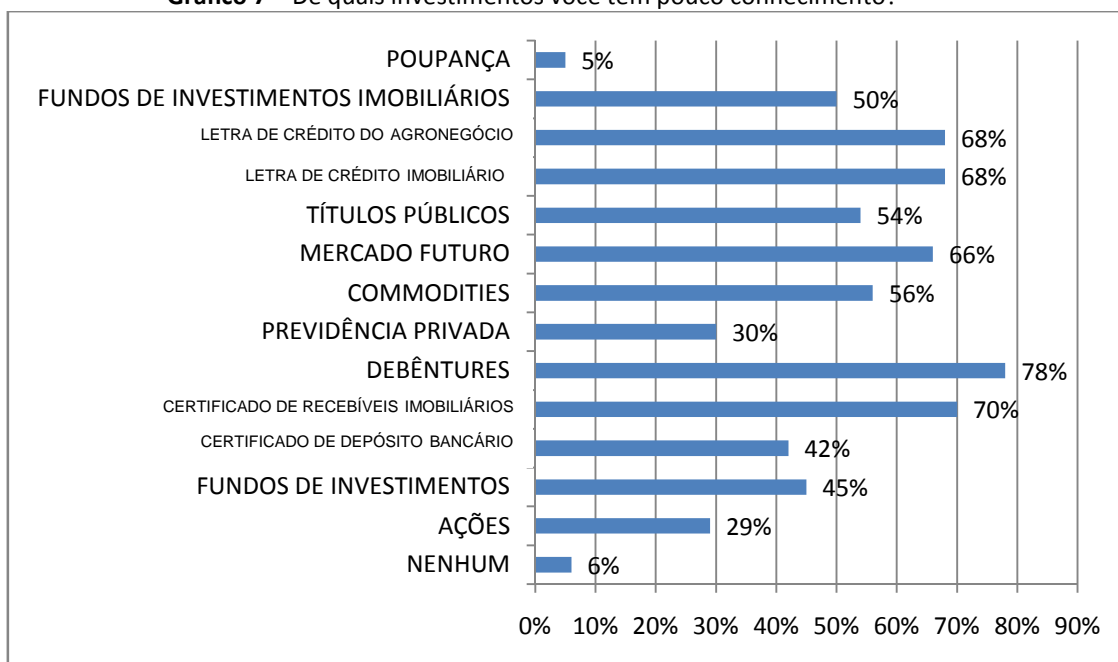


Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Ao analisar o Gráfico 6, nota-se que a maioria dos investidores, 74%, opta por investir seus recursos na caderneta de poupança. Pode-se verificar também que as demais opções de investimentos também são procuradas, em menor intensidade, o que pode ser explicado pelo fato de haver pouco risco em investimentos, em relação à caderneta de poupança. Apenas 16% afirmaram que não realizam nenhum tipo de investimento no momento. O Gráfico 7, por sua vez, apresenta quais as opções de investimentos das quais os entrevistados têm pouco conhecimento.

**Gráfico 7 – De quais investimentos você tem pouco conhecimento?**



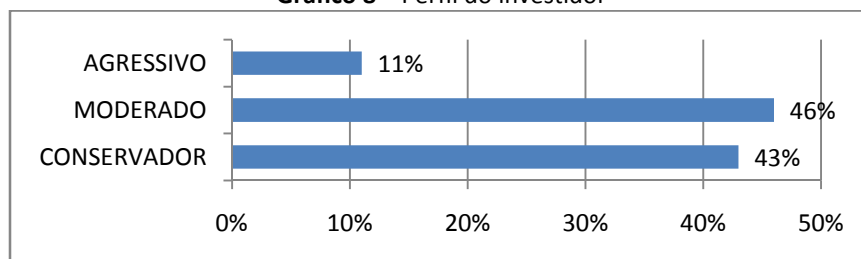
Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

De acordo com o Gráfico 7, é possível verificar que o único investimento em que os entrevistados têm mais conhecimento é a caderneta de poupança, pois esta é a opção de investimento que é mais realizada. Sendo as Debêntures, o Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e a Letra de Crédito Imobiliário (LCI) os investimentos dos quais os entrevistados afirmam ter menos conhecimento.

Assim, torna-se possível concluir que a falta de conhecimento sobre os investimentos faz os investidores optarem por investir, na sua maioria, na caderneta de poupança. A fim de analisar o perfil de investidor dos entrevistados, foram aplicadas cinco questões com o intuito de determinar o perfil dos mesmos, como descrito na metodologia. Com base nas respostas, pode-se apresentar, a seguir, o Gráfico 8.

**Gráfico 8 – Perfil do investidor**



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O Gráfico 8 demonstra que 46% dos investidores apresentam como perfil de investidor o “moderado”; outros, 43%, “conservador” e apenas 11% dos investidores apresentam o perfil “agressivo”. Para um perfil de investidor moderado são sugeridos investimentos de risco médio, como investimentos em opções de renda variável, além de investimentos de renda fixa, como a caderneta de poupança.

Slimani (2015) sugere que uma carteira de investimentos ideal para o investidor moderado seria composta de 40% de seus recursos investidos em renda fixa, 40% em ações e 20% em fundos de investimentos imobiliários. Ou seja, esses investidores podem almejar rendimentos maiores em seus investimentos, pois os mesmos têm perfil para isso, o que lhes falta é maior conhecimento sobre os investimentos indicados para o seu tipo de perfil.

No Quadro 1, visualizam-se os recursos que os entrevistados do gênero masculino têm investido atualmente, nas opções de fundos de investimento, opções de renda variável, poupança, previdência e títulos de renda fixa. Optou-se por fazer a separação entre os gêneros masculino e feminino, visando ao melhor agrupamento dos dados.

**Quadro 1** – Recursos investidos atualmente – homens

Nº.	FUNDOS DE INVESTIMENTO	RENDA VARIÁVEL	POUPANÇA	PREVIDÊNCIA	TÍTULOS DE RENDA FIXA
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
1	150.000,00	5.000,00		10.000,00	
2			50.000,00		
3	30.000,00	12.000,00			
4			1.000,00		
5			25.000,00	20.000,00	
6			5.000,00		
7		10.000,00	30.000,00		
8			500,00		
9			5.000,00		
10			50.000,00	10.000,00	
11					20.000,00
12	108.000,00				10.000,00
13			50,00		
14			50,00		
15			300,00		
16			20.000,00		
17	30.000,00			1.000,00	
18			500,00		
19			300,00		



Nº	FUNDOS DE INVESTIMENTO	RENDA VARIÁVEL	POUPANÇA	PREVIDÊNCIA	TÍTULOS DE RENDA FIXA
20			300,00		
21	1.000,00				
22	5.000,00				
23			100,00		
24			2.000,00		
25			5,00		
26			10.000,00		
27			2.000,00		
28			100,00		
29			100.000,00		
30			16.000,00		
31		13.000,00	30.000,00		
32			3.000,00		
33	100.000,00	120.000,00			
34			1.000,00		
35			35.000,00		
TOTAL	424.000,00	160.000,00	387.205,00	41.000,00	30.000,00

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Pode-se analisar, no Quadro 1, que a maioria dos entrevistados do gênero masculino investe atualmente, sendo a maioria, 27 pessoas, investindo na poupança; em segundo lugar aparecem os fundos de investimentos com oito investidores, porém este é o investimento com maior concentração de recursos, somando um total de R\$ 424.000,00 investidos. Já o investimento que apresenta menor número de investidores é o título de renda fixa, com apenas dois investidores. Por fim, o Quadro 2 elenca os recursos investidos atualmente pelas mulheres; das 50 entrevistadas, 36 delas estão investindo atualmente.

**Quadro 2 – Recursos investidos atualmente – mulheres**

Nº.	FUNDOS DE INVESTIMENTO	RENDA VARIÁVEL	POUPANÇA	PREVIDÊNCIA
	R\$	R\$	R\$	R\$
1			30,00	
2			500,00	
3			600,00	
4			900,00	
5	2.000,00		8.000,00	
6			17.000,00	
7			300,00	
8			100,00	
9			15.000,00	
10		5.000,00	50.000,00	15.000,00
11			23.000,00	
12		5.000,00	20.000,00	7.000,00
13			8.000,00	8.000,00
14			15.000,00	
15			5.000,00	
16			300,00	
17			29.000,00	
18			12.000,00	
19			10.000,00	
20	5.000,00	5.000,00	26.000,00	
21			600,00	
22			200,00	
23	1.500,00		5.000,00	3.000,00
24			1.350,00	
25	30.000,00		15.000,00	
26			100,00	
27			150.000,00	5.000,00
28	6.000,00		30.000,00	
29			130,00	
30			35.000,00	
31	10.000,00		5.000,00	
32			8.200,00	
33			1.000,00	
34			7.800,00	
35			6.000,00	
36			7.300,00	
<b>TOTAL</b>	<b>54.500,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>513.410,00</b>	<b>38.000,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O Quadro 2 evidencia que, da mesma forma que os homens, as mulheres têm preferência por investir em caderneta de poupança. Todas as entrevistadas, que estão investindo seus recursos no momento, optam pela poupança, somando um valor total de R\$ 513.410,00 investidos. Algumas delas diversificam

seus investimentos, seis optam pelos fundos de investimentos, cinco pela previdência privada, e três por investimentos de renda variável. Não houve nenhuma entrevistada que afirma estar investindo em títulos de renda fixa no momento, por este motivo a opção não aparece no Quadro 2.

## **Considerações finais**

Com a realização do presente estudo, pode-se concluir que os investidores santa-marienses são, na sua maioria, jovens/adultos, com idades entre 20 e 30 anos. Este fato torna possível crer que a população está cada vez mais interessada em realizar investimentos pensando no seu futuro. Além disso, os investidores são, na sua maioria, solteiros, alguns com filhos; preocupam-se em ter uma formação acadêmica, apresentam renda média com valor acima de R\$ 2.000,00 e a maioria está ativa no mercado de trabalho.

O mercado financeiro coloca à disposição dos investidores diversos tipos de investimentos. Podem optar por investimentos com menor ou maior risco, com rendimentos mais altos ou mais baixos. Dentre todas as opções, os investidores santa-marienses apresentam preferência pela caderneta de poupança: 74 dos 100 entrevistados afirmam investir nesta opção.

Outro fato relevante constatado foi que os investidores não têm conhecimento dos demais investimentos financeiros disponíveis, o que faz com que eles deixem de investir em opções indicadas para o seu perfil, por falta de conhecimento. Ademais, o perfil predominante é o de investidor moderado, cujos investimentos indicados são diversificados em renda fixa e renda variável, possibilitando a obtenção de rendimentos mais elevados do que os obtidos com investimentos somente em renda fixa, como o que está ocorrendo, o caso da caderneta de poupança.

Sugere-se aos investidores que busquem conhecer melhor as demais alternativas de investimentos indicadas para seu perfil, perdendo o medo de investir por falta de informação. Hoje, vive-se na era da tecnologia, e se tem acesso à informação com facilidade, o que permite ainda mais os investidores pesquisarem sobre aos investimentos disponíveis.

Para futuras pesquisas, recomenda-se abranger mais investidores, e também realizar em outras cidades, tanto do Rio Grande do Sul como em outros estados. Desta forma, pode-se informar aos investidores que o conhecimento

sobre investimentos tem grande importância, pois podem obter maiores rentabilidades.

#### **Referências**

- AMARAL, J. G. do. **Regime jurídico das debêntures**. São Paulo: Almedina, 2014.
- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Fundamentos de administração financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BARROSO, B. **Tempos complicados soluções simples: aprenda a guiar melhor o seu dinheiro**. Portugal: Oficina do Livro, 2011.
- BERNARDES, F. P. O. **Fundos de investimento mobiliário e fundos especiais de investimento: uma análise comparativa**. 2012. 58 f. Dissertação (Mestrado em Finanças) – Universidade do Porto, Porto – Portugal, 2012.
- BRITO, O. **Mercado financeiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- CALADO, L. **Fundos de investimentos: conheça antes de investir**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- COELHO, N. N. A.; CAMARGOS, M. A. de. Fundos de pensão no Brasil: uma análise dos fatores determinantes para sua expansão na perspectiva dos seus gestores. **Revista O&S**, Salvador, v. 19, n. 61, p. 277-294, abr./jun. 2012.
- CVM. Comissão de Valores Mobiliários. **O mercado de valores mobiliários brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2014.
- FERREIRA, M. F. **Fundos de investimento imobiliário: governança corporativa**. 2011. 211 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- FERREIRA, R. G. **Matemática financeira aplicada: mercado de capitais, análise de investimentos, finanças pessoais e tesouro direto**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- GAMA, E. **Dicionário de finanças empresariais**. Timburi: Cia. do Ebook, 2016.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LOPES, J. **O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

LUND, M. L. M. P.; SOUZA, C. P. de; CARVALHO, L. C. da S de. **Mercado de capitais**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2012.

MALUF, L. A. O que influencia a mente do investidor ao tomar suas decisões de investimento. **Revista de Finanças Aplicadas**, São Paulo, p. 1-17, maio/2010.

MANTOVANI, E. F. V. Contabilização do ativo intangível nas 522 empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 311-328, jul./set. 2014.

MARINHO, M. N. Fatores relevantes para o investidor individual brasileiro na formação da sua carteira de investimentos. In: CONGRESSO ONLINE DE ADMINISTRAÇÃO, 11., Online. **Anais...** Online: Convibra, 2014.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, C. **Economizar sem perder o prazer de viver**. São Paulo: All Print, 2014.

PALUDO, A. W.; CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. dos S. B. O futuro – investimentos e previdência privada. In: CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. dos S. B. (Org.). **Finanças pessoais: conhecer para enriquecer**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PELLICOLI, A. A. **Gestão de investimentos**: fundos de pensão. 2011. 88 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PEREIRA, D. J. **Finanças pessoais**: estratégias de investimentos. 2010. 52 f. Monografia (Especialista em Finanças) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RAMBO, A. C. **O perfil do investidor e melhores investimentos**: da teoria à prática do mercado brasileiro. 2014. 86 f. Monografia (TCC em Ciências Econômicas) – Curso de Ciências Econômicas – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

RASSIER, L. H. **Entenda o mercado de ações**: faça da crise uma oportunidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SLIMANI, B. **Guia financeiro para profissionais liberais e autônomos**. Timburi: Cia. do Ebook, 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

## Viabilidade econômica no transporte rodoviário de veículos

### *Economic viability in road transport of vehicles*

Eli Fátima Moré Bassanesi<sup>\*</sup>

Alex Eckert<sup>\*\*</sup>

Joél Borges Domingues<sup>\*\*\*</sup>

Marlei Salete Mecca<sup>#</sup>

Maria Salete Goulart Martins Denicol<sup>###</sup>

**Resumo:** Quando o assunto abordado é o transporte de cargas no Brasil, pode-se dizer que é predominantemente rodoviário, por questões políticas e falta de infraestrutura dos outros meios de transportes. Assim, o presente estudo tem por objetivo verificar se uma transportadora, ao aceitar durante o período de um ano a proposta de frete para transportar veículos, com uma determinação de preço pela contratante, irá obter lucro no referido período. Para análise, utilizou-se o método de estudo de caso, com abordagem qualitativa e descritiva, obtendo documentos fiscais e dados internos da empresa. Ao realizar os cálculos, com base na teoria dos custos, chegou-se à conclusão de que tais contratos atingem, e excedem, a meta desejada de lucratividade da empresa.

**Palavras-chave:** Custos. Transporte de Veículos. Custos em Transportes. Contratos de Frete.

**Abstract:** Cargo transportation in Brazil is predominantly road, due to political issues and the lack of infrastructure of other means of transportation. Thus, the purpose of this study is to verify if a carrier, by accepting during a period of one year the proposal of freight to transport vehicles, with a determination of price by the contractor, will obtain a profit in said period. For the analysis, the case study method was used, with a qualitative and descriptive approach, obtaining fiscal documents and internal data of the company. In performing the cost-based calculations, it was concluded that such contracts reach and exceed the company's profitability goal.

**Keywords:** Costs. Transport of Vehicles. Transport Costs. Freight Contracts.

---

<sup>\*</sup> Especialista em Análise Estratégica de Custos pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* eli\_bassanesi@hotmail.com.

<sup>\*\*</sup> Doutor em Administração, pela Universidade de Caxias do Sul (UCS/PUCRS). *E-mail:* alex.eckert@bol.com.br <http://lattes.cnpq.br/4401642528392132>

<sup>\*\*\*</sup> Mestre em Biotecnologia e Gestão Vitivinícola pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:*

[jbdomingues@ucs.br](mailto:jbdomingues@ucs.br) <http://lattes.cnpq.br/7462370395064662>

<sup>#</sup> Doutora em Engenharia da Produção (UFSC). Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* msmecca@ucs.br <http://lattes.cnpq.br/7671104429839034>

<sup>###</sup> Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* msdenicol@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/4560984858483398>

## **Introdução**

O transporte rodoviário de cargas desempenha um papel importante na economia. É um setor que representa a maior parte do transporte de cargas e serviços no Brasil, influenciando na produção, no comércio e consumo. Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Transportes, “depois de nove trimestres consecutivos de resultados negativos, o PIB (Produto Interno Bruto) do setor de transporte e logística registrou crescimento de 2,8% no primeiro trimestre de 2017 em relação ao último trimestre de 2016”. (CNT, 2017). Isso sugere que os transportes estão diretamente ligados à economia e ao fluxo dos produtos produzidos no Brasil, ou seja, se houver quedas ou crescimento, irá influenciar diretamente nos transportes.

Percebe-se que há preferência pelo transporte rodoviário, muito por precariedade nos outros meios de transportes, mas, ao mesmo tempo, a estrutura do sistema rodoviário é composta por rodovias em mau estado de conservação, o que encarece o preço final do frete. (PORTAL DO TRÂNSITO, 2014).

Um ponto importante no transporte rodoviário é o modelo de terceirização, do qual a empresa analisada faz parte; as empresas contratantes buscam reduzir investimentos; evitar ociosidade da frota e reduzir custos com pessoal; reprimir futuros processos de funcionários, entre outros. Como a propriedade do caminhão deixa de ser responsabilidade da empresa, passando a ser instrumento de trabalho dos caminhoneiros, a terceirização representa forma mais segura e eficaz. (ARAÚJO; BANDEIRA; CAMPOS, 2014).

Para tanto, o custo elevado do transporte gera encarecimento do produto final. Esse custo, conforme Vanderbeck (2001), é obtido através de relatórios relevantes, a fim de mensurar o custo final. Esses relatórios são produzidos conforme cada custo é exigido no decurso. Todo esse processo para as transportadoras não é diferente, visto que conhecer os custos do transporte rodoviário de cargas irá auxiliá-los na formação de preços de fretes, para que sejam adequados para pagar as despesas e obter um percentual de lucro desejado.

Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo verificar se a empresa objeto do estudo, ao aceitar durante o período de um ano a proposta de frete para transportar veículos, com uma determinação de preço pela contratante, irá obter lucro.

## **Contabilidade de custos**

Dentre os controles contábeis praticados nas empresas, uma importante parte é a contabilidade dos custos. Essa é direcionada para determinar informações de todos os custos da empresa, para produzir determinado produto. Segundo Vanderbeck (2001, p. 13), a contabilidade de custos fornece os dados detalhados sobre custos que a gestão precisa para controlar as operações atuais e planejar para o futuro.

No início, a contabilidade de custos era utilizada unicamente como uma forma de mensuração monetária dos estoques e resultado, não a utilizando como um instrumento administrativo e gerencial. Com o passar dos tempos, a contabilidade de custos passou a estar diretamente ligada ao gerencial das empresas, como forma de controle e tomada de decisões. (MARTINS, 2010).

Ainda segundo Martins (2006), a contabilidade de custos passou de mera auxiliar na avaliação de estoques e lucros para importante arma de controle e decisão gerencial. Assim, define-se como sendo uma contabilidade de coleta, classificação e registro. Essas informações coletadas, internas e externas, nos mostram como funciona o dia a dia das empresas; como tornar-se uma empresa competitiva no mercado; onde se pode melhorar o processo e eliminar os desperdícios na fabricação, ou mesmo, na comercialização de determinado produto.

Para completar, Oliveira et al. (2008) citam que os custos apurados de forma correta, com dados seguros e confiáveis, geram informações que podem influenciar diretamente a tomada de decisões das empresas. Caso contrário, pode prejudicar o gerenciamento da empresa.

Outro ponto importante a mencionar é a contabilidade de custos para o setor de serviços que, segundo Vanderbeck (2001), era ignorada pelos profissionais. Mas, com a importância dos serviços na economia, passou-se a criar métodos de análise. Assim, seus gerentes conseguem decidir quais serviços devem fazer ou descartar.

A contabilidade de custos pode ser aplicada em qualquer setor. Conforme já mencionado, para a presente análise o setor utilizado é o do transporte de cargas. Esse setor, como qualquer outro, possui suas particularidades, ao aprofundar os custos operacionais no transporte, é preciso classificar os tipos de cargas transportadas, pois cada carga exige serviços e equipamentos específicos.



Existem diversas classificações que podem ser encontradas na literatura, que contextualizam maneiras de classificar as cargas, os custos, as despesas e outros. Entretanto, para este trabalho, tomou-se por base o Manual de Cálculo de Custos e Formação de Preço de Venda, gerado pela Associação Nacional de Transportes de Cargas e Logística (2014), conforme segue:

- classificação dos custos: classificado pelo tipo de carga, se carga itinerante, perigosa, urgente, comum, industrial, grandes massas, fertilizantes, containers, entre outras;
- custo de transferência: compostos por custos fixos e custos variáveis;
- composição da tarifa: basicamente os custos operacionais;
- despesas indiretas: são as despesas administrativas e o gerenciamento de riscos;
- taxas ou generalidades: taxas e tributos incluídos nos transportes.

### **Custeio por absorção**

Esse método de custo é considerado a total alocação dos custos fixos diretos ou indiretos aos produtos adquiridos e elaborados ou aos serviços prestados. Segundo Castro e Santos (2015), a maior dificuldade para adotar esse método é estabelecer os critérios de rateio para apropriação dos custos indiretos, aqueles que, indiretamente, influenciam o produto, mas não podem ser destinados de forma direta.

Tal método é o mais usado no Brasil, derivando-se da aplicação dos pressupostos fundamentais da contabilidade, sendo adotado pelas legislações societária e fiscal. Para Crepaldi (2004), utiliza-se muito esse método para a apresentação de demonstrações financeiras e para o pagamento do imposto de renda, conforme legislação. Aí todos os custos de produção são apropriados aos produtos; assim, todos os gastos não englobam o processo e suas despesas são descartadas.

### **Custo-meta**

Definindo custo-meta, Scarpin (2000) diz que, contrariando os métodos de custeamento que iniciam pela produção, para posterior formação do preço de venda, o custo-meta é o resultado do preço de mercado, deduzindo-se a margem de lucro. Assim, Souza (2005) explana que, na sua essência, o custo-meta tem

como premissa a avaliação do mercado e o lucro, ou seja, entende que o custo do produto deve atender o lucro desejado. Esse método busca reduzir o custo final do produto, para garantir a lucratividade esperada, atingindo, tanto a empresa produtora quanto a satisfação do cliente.

O processo para obter o custo-meta é previsto na inserção do produto ao mercado, sendo introduzido, apenas no caso de se conseguir alcançar o custo-meta desejado. Pode-se observar que a lógica do custo-meta é conforme a cultura de futuros investimentos, e no qual o objeto é aprovado e efetivado somente quando podem ser constatados prévios retornos. (SOUZA, 2007).

### **Custeio variável ou direto**

A contabilidade de custos engloba alguns métodos distintos para cálculos. Para que as empresas possam decidir sua filosofia de cálculo, devem ser estabelecidas análises de produto e definições da empresa. O custeio variável é um deles, sendo utilizado muito para fins gerenciais; assim, custos diretos são aqueles que estão física e diretamente vinculados a um segmento específico como um produto, serviço ou qualquer outra entidade de custos. (REGINATO; COLATTO, 2005).

Ainda segundo Martins (2001, p. 216), o custeio variável trata da alocação dos custos variáveis nos produtos, deixando os custos fixos separados e considerando-os como despesas, indo diretamente para o resultado. Assim, o custeio variável dá maior flexibilidade para determinar o preço de venda e o lucro da empresa, separando as despesas fixas, do custo direto. (SCHOEPS, 1992).

Esse método consiste em um claro controle dos custos, pois, quando definidos os custos fixos, os preços de venda e o custo variável tornam simples o controle do lucro. Um empecilho da utilização do método é não atender aos pressupostos contábeis, e, por este motivo, não é aceito pelas autoridades fiscais, limitando seu emprego apenas para tomadas de decisões internas da organização, frisando que é muito utilizado por sua transparência de informações. (CASTRO; SANTOS; HIRAIDE, 2015).

### **Custos indiretos, fixos e variáveis**

Os custos indiretos são aqueles que não podem ser alocados de maneira direta ou de forma objetiva a produtos, serviços, departamentos ou a outros

objetos de custo. É designado de maneira indireta, através de critérios de distribuição (rateio, alocação, apropriação, etc.). Martins (2001) completa que esses custos se caracterizam por apontar dificuldades ao detectar alocação de cada unidade do produto fabricado ou comercializado, sendo somente adicionados os valores aos produtos finais; é primordial a escolha de algum critério e método de custeamento.

Para Motta (1968), todos os custos de fabricação, além dos materiais diretos, da mão de obra, todos os demais são indiretos, como, por exemplo: materiais indiretos, salários indiretos, encargos sociais, depreciação, luz e outros. Ao não calcular, ou até mesmo, alocar aleatoriamente sem um determinado critério, torna-se impossível apurar o custo de fabricação; assim, o custo do produto final fica comprometido.

Conforme Martins (2001), custos variáveis alteram-se em relação ao volume de produção. Principal exemplo: insumos consumidos no processo de produção, energia elétrica consumida na fábrica, comissão de vendedores, etc. Custos fixos não se alteram, qualquer que seja o volume de produção, mas os custos fixos unitários alteram-se em relação ao volume produzido. Exemplos: salário dos operadores das máquinas, aluguel das instalações, custos de manutenção de máquinas e equipamentos, entre outros.

## **Metodologia**

A presente pesquisa é um estudo de caso, com uma abordagem qualitativa, obtendo as informações via coleta de dados e documentação fornecida pela empresa em estudo. Utilizou-se ainda a metodologia descritiva, na qual, através de registros e interpretações dos fatos, chega-se ao resultado. (GIL, 2002).

Os dados utilizados, todos do ano de 2016, foram o faturamento da empresa, a tributação utilizada nos períodos estudados, as movimentações de investimentos e possíveis créditos não utilizados, além de relatórios contábeis, como Balancete de Verificação, Demonstração de Resultados do Exercício, Balanço Patrimonial e relatórios do Simples Nacional, modalidade tributária na qual a empresa está enquadrada atualmente.

## **Desenvolvimento da pesquisa**

Para análise dos resultados, primeiramente deve-se caracterizar a empresa. Ela está localizada na Serra gaúcha; é terceirizada, exercendo a atividade de transporte rodoviário de cargas para uma única empresa no setor de transporte de veículos. Esse serviço é normalmente feito através de chamadas da empresa contratante, sendo que deve-se estar disponível a todo momento. Para isso, o valor recebido de frete é imposto pela empresa contratada, ou seja, não se tem direito de barganha nem direito de poder contestar o valor de frete recebido.

Outro ponto importante a ser mencionado, para aprimoramento da análise, a empresa contratante possui bom senso com as constantes mudanças de preços de combustíveis e manutenção dos veículos; assim, repassam para os fretes conforme tais diferenças. Quanto ao faturamento bruto mensal, chama a atenção que existem diversos períodos de férias e também feriados, em que o faturamento diminui bruscamente, como nos meses de janeiro, fevereiro e julho.

No ano de 2016, houve um faturamento total de R\$ 768.350,43; os meses com maior faturamento são os pós-férias coletivas, causado por acúmulo de pedidos das revendedoras, por baixo estoque. Deve-se destacar que o mês de março obteve maior receita, causada principalmente pelo fim do carnaval, quando as empresas voltam a operar.

Essas receitas são obtidas através de um contrato de frete; nesse contrato destacam-se os custos diretamente ligadas ao contrato, no valor de R\$ 14.318,16, ou seja, o valor recebido de frete depositado em bancos já contém descontos desses custos de contrato. Nesses descontos estão: Contribuição Sindical para a cidade que irá a carga, Seguro da Carga para terceiros, Sindicato local, Seguro do motorista, Estacionamento, Infrações de Trânsito, entre outros. Esses custos são adicionados a cada frete realizado.

Fatores importantes em qualquer empresa são os custos variáveis. Como o enfoque desta pesquisa é uma empresa de transporte, os custos basicamente são demandados pelo veículo, como compra de pneus corresponde ao montante de 7,19% dos custos variáveis. Um componente que se destaca nos custos variáveis é o de Peças e Acessórios, representando 32,03% dos custos; isso, muito, nos meses de janeiro, fevereiro e agosto, nos quais os veículos entram em recesso e passam por uma manutenção preventiva. Para tanto, no período de janeiro e fevereiro, houve quebra em motor de um dos veículos, causando maior

impacto de custo, abrangendo aproximadamente 58% dos custos do grupo de peças e acessórios.

O maior causador dos custos variáveis da empresa são os combustíveis; os mesmos representam 51,15% dos custos variáveis totais. Esse custo é correlacionado diretamente com as receitas, pois depende de quantas viagens, distâncias, locais de entrega e outros. Para tanto, a empresa contratante faz acordos verbais com alguns postos de gasolina locais, que, ao manterem preços e prazos de pagamento, todas suas contratadas, incluindo a empresa estudada, conseguem abastecer com preços de diesel abaixo do mercado. Porém algumas viagens podem durar até 15 dias, ou seja, esses mesmos veículos abastecem em locais diferentes com preços diferentes, acarretando valores mais altos.

Outros custos variáveis de menor proporção são: lubrificantes usados em grandes quantidades, mas de menor valor; pedágios que, por sua vez, não geram valor significativo nos custos variáveis; infrações de trânsito, que, diferentemente das infrações do contrato, são multas causadas por entregas que são feitas em locais proibidos, por não haver locais adequados. Essas infrações são causadas por culpa direta dos motoristas.

No final do período analisado, constatou-se que os custos variáveis totais foram de R\$ 240.991,91, sendo o custo de maior impacto na empresa, juntamente com os custos fixos. Já os custos fixos totalizaram R\$ 236.732,02, sendo estes compostos por custos relacionados aos colaboradores, como salários, décimo terceiro, férias.

Em grande parte das empresas, o custo fixo detém boa parte das receitas, impactando diretamente no preço final. Outro ponto importante para destacar nos custos fixos, é a assistência médica; aí a empresa contratante impõe que todos os colaboradores estejam assistidos, com total responsabilidade da empresa, através de planos de saúde e planos acessórios. Por fim, outro componente dos custos fixos é o seguro dos veículos, essencial para prevenir futuras perdas de imobilizado.

Dentro da contabilidade de custos, outra parte importante são as despesas, sendo elas fixas ou variáveis. Na empresa analisada, a representatividade das despesas totais são de apenas 17,05% de todos os gastos, sendo despesas variáveis R\$ 40.291,07 e despesas fixas R\$ 60.944,32. Essas despesas são basicamente impostos, sistema de segurança, materiais de escritório e encargos bancários. Para analisar melhor esses valores, elaborou-se o Quadro 1.

**Quadro 1 – DRE gerencial da empresa**

ANO 2016	
RECEITA TOTAL DO ANO 2016	768.350,43
CUSTO VARIÁVEL	240.991,91
CUSTO VARIÁVEL CONTRATO	14.318,16
<b>SUBTOTAL</b>	<b>513.040,36</b>
DESPESAS VARIÁVEIS	40.291,07
CUSTOS FIXOS	236.732,02
DESPESAS FIXAS	60.944,32
<b>TOTAL (LUCRO)</b>	<b>175.072,95</b>

Fonte: Relatórios contábeis de 2016.

Assim, por meio dos cálculos chegou-se ao um lucro anual de R\$ 175.072,95 no período de 2016. Para tanto, a seguinte análise discute, além da viabilidade da aceitação dos contratos, uma margem de lucratividade de 15% para seus sócios.

**Quadro 2 – Cálculos da rentabilidade**

RECEITA TOTAL DO ANO 2016	768.350,43
PORCENTAGEM DESEJADA	15%
<b>LUCRO DESEJADO</b>	<b>115.252,56</b>
LUCRO OBTIDO	175.072,95
<b>RESULTADO EFETIVO (ACIMA DO DESEJADO)</b>	<b>59.820,39</b>

Fonte: Relatórios contábeis de 2016.

Como se pode verificar, o lucro desejado era de R\$ 115.252,56; entretanto, com a receita obtida, e diminuindo todos os gastos, houve um lucro de R\$ 175.072,95. Isso gera um resultado de R\$ 59.820,39 acima do esperado, ou seja, esses contratos de frete são viáveis para a empresa e geram retorno para novos investimentos.

## Considerações finais

Ao aplicar os conceitos de custos, analisar os dados e realizar os cálculos, verificou-se um valor expressivo de lucratividade, atingindo a meta de 15% e, ainda, houve o lucro de R\$ 59.820,39 acima do previsto para o período. Esse valor muito se deve à venda e, por conseqüência, à rotatividade de alguns veículos novos, lançados pela montadora naquele período.

Além dos resultados financeiros, a presente pesquisa trouxe outras informações relevantes para ela, a empresa, dentre outras: viu-se a grande alternância dos valores de manutenção dos veículos, principalmente nos meses em que suas manutenções preventivas não são realizadas, por culpa de viagens longas; assim, os veículos, estando sobrecarregados, geravam mais reparos.

Outro ponto importante a destacar são os altos valores em combustíveis. Esses valores são compostos por *diesel* e o Arla 32. Esse componente é obrigatório para esse tipo de veículo, causando multas a não utilização. É um reagente usado juntamente com o sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR), para reduzir quimicamente as emissões de óxidos de nitrogênio presentes nos gases de escape dos veículos a *diesel*. A utilização dele é 5% do consumo do *diesel*, ou seja, para cada 100 litros de *diesel*, 5 litros de Arla. Tratado como obrigatório, a empresa compra todo mês, gerando valores significativos.

A empresa, por meio dessa análise, notou outros pontos relevantes para futuras reduções de custos e despesas, dentre os principais estão as infrações de trânsito. Pensa-se em iniciar a cobrança ao motorista, para tentar minimizar maiores danos e, as despesas financeiras, causadas principalmente por pagamento de boletos atrasados, por haver displicência no controle dos mesmos.

A pesquisa trouxe informações relevantes, demonstrando a existência de gastos desnecessários. Para isso, utilizaram-se relatórios e documentos fiscais. Para futuras análises nesse mercado, sugere-se tentar buscar maiores informações com as empresas contratadas, e de outros tipos de transporte de veículos, custos adicionais por falta de manutenção das estradas, entre outros.

## Referências

- ARAÚJO, Maria da Pena S; BANDEIRA, Renata A. de Mello; CAMPOS, Vania B Gouveia. Custos e fretes praticados no transporte rodoviário de cargas: uma análise comparativa entre autônomos e empresas. **J. Transp. Lit.**, Manaus, v. 8, n. 4, out. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-10312014000400009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-10312014000400009)>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGÍSTICA. **Manual de cálculo de custos e formação de preço de venda**. 2014. Disponível em: <<http://www.portalntc.org.br/publicacoes/publicacoes-tecnicas>> Acesso em: 12 set. 2017.
- BERTOLUCCI, Aldo V; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. Quanto custa pagar tributos? **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 13, n. 29, p. 55-67, aug. 2002. ISSN 1808-057X. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34074/36806>>. Acesso em: 10 dez. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772002000200004>.
- CASTRO, Clarizza Ap. Oliveira; SANTOS, Elizabete M. dos; HIRAIIDE, Raquelly A. Borba. A gestão estratégica de custos como diferencial competitivo para micro e pequenas empresas. **Revista Unifia Gestão Foco**, 2015. Disponível em: <[http://unifia.edu.br/revista\\_eletronica/revistas/gestao\\_foco/artigos/ano2015/gest\\_estrategica\\_custos.pdf](http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2015/gest_estrategica_custos.pdf)> Acesso em: 2 jul. 2017.
- CNT. Confederação Nacional do Transporte. **PIB do setor de transporte cresce 2,8%**. Disponível em: <<http://www.cnt.org.br/Imprensa/noticia/pib-transporte-cresce-clesio-andrade-recuperacao-economia>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade de custos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- IUDICIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- LEONE, George Sebastião Guerra. **Custo: planejamento, implantação e controle**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MOTTA, Ivan de Sá. Custo indireto de fabricação aplicado. **Revista de Administração de Empresas**, v. 8, n. 26, 1968. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v8n26/v8n26a05.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.
- PORTAL DO TRÂNSITO. **Rodovias brasileiras são, na maioria, inseguras e mal conservadas** 2014. Disponível em: <<http://portaldotransito.com.br/noticias/maioria-das-rodovias-brasileiras-sao-inseguras-e-mal-conservadas/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- SCARPIN, Jorge Eduardo. **Target costing e sua utilização como mecanismo de formação de preço para novos produtos**. Londrina, 2000. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria)



– Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria, Universidade Norte do Paraná, 2000.

SHOEPS, Wolfgang. O método do custeio direto. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 58-66, 1992. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/rae/v32n3/a07v32n3.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SOUZA, Maria C. de Azevedo Ferreira de; BACIC, Miguel Juan. O custo-meta à luz da dinâmica competitiva e das estratégias empresariais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 14., 2007, João Pessoa – PB. **Anais ...**, João Pessoa-PB, Brasil, 2007. Disponível em:  
<<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/1611/1611>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

VANDERBECK, Edward J. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: 2001.



## Planejamento estratégico: diagnóstico e proposta de intervenção em empresa do ramo alimentício

*Strategic planning: diagnosis and proposal of intervention in food company*

Leticia Brandão\*

Vânia Medianeira Flores Costa\*\*

Bruna de Vargas Bianchim\*\*\*

Rita de Cássia Trindade dos Santos#

Joice Martins Cabral###

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo apresentar uma proposta de intervenção estratégica, com base na análise de ambiente realizada em uma empresa do ramo alimentício. Tal empreendimento, embora recente, encontra-se em expansão, o que justifica a proposição de estratégias que, conforme Certo e Peter (2010), resultam da identificação de oportunidades, riscos, pontos fortes e fracos para, posteriormente, estabelecer diretrizes organizacionais; formular, implementar e controlar as estratégias. Para a realização do diagnóstico organizacional, desenvolveu-se uma metodologia de abordagem qualitativo-descritiva. Os resultados apontaram que as principais fraquezas da empresa estudada encontram-se na área de gestão de pessoas e planejamento de atividades. Frente aos resultados encontrados, elaborou-se uma proposta de intervenção abrangendo as principais necessidades e potencialidades da empresa.

**Palavras-chave:** Planejamento estratégico. Proposta de intervenção. Consultoria.

**Abstract:** The objective of this article is to present a proposal for strategic intervention based on an environmental analysis carried out in a food company. (2010) summary of the identification of opportunities, risks, strengths and weaknesses for the future, organizational guidelines, formulate, implement and control as a strategy. To carry out the organizational diagnosis, a qualitative-descriptive approach was developed. The results pointed out that as the company's main weaknesses in an area of people management and activity planning. In view of the results, a proposal of intervention was elaborated, covering as main needs and potential of the company.

**Keywords:** Strategic planning. Proposed intervention. Consulting services.

---

\* Bacharelada em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria. *E-mail:* leticia.brandão@gmail.com

\*\* Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora adjunta no Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria. <http://lattes.cnpq.br/0180563343119839>. *E-mail:* vania.costa@ufsm.com

\*\*\* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria. <http://lattes.cnpq.br/2938577568087333>. *E-mail:* bruna.bianchim@gmail.com

# Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria. <http://lattes.cnpq.br/0203083920075858>. *E-mail:* rita.santos0606@gmail.com

### Acadêmica do curso de Administração, da Universidade Federal de Santa Maria. <http://lattes.cnpq.br/7846290059529505>. *E-mail:* joice\_cabral@live.com

## **Introdução**

Planejar é o primeiro passo para a determinação de onde a empresa quer chegar e o que fará para executar seus objetivos; além de direcionar o andamento do negócio, contribui para minimizar os riscos e desperdícios melhorando a competitividade organizacional. Segundo Mintzberg (2004), o planejamento auxilia o gestor a transformar os objetivos organizacionais em algo concreto, desde a elaboração até a implementação. Além do alcance de seus objetivos, segundo Born (2009), o planejamento executado corretamente ajuda a empresa a fazer melhor uso de seus diferenciais competitivos.

Para Born (2009), o ponto de partida de qualquer planejamento se constitui na análise da situação em que a empresa se encontra, para ver claramente de que forma trabalhará no futuro, em busca dos resultados pretendidos. Cabe sinalizar que a realização de um planejamento estratégico não é algo facilmente aplicado, muitas empresas podem ter dificuldade em identificar e diagnosticar seus problemas e oportunidades; nessa situação, recomenda-se uma intervenção externa. Com o auxílio dos consultores, as empresas podem realizar um planejamento estratégico baseado em ferramentas de análise do ambiente externo e interno; obter um maior conhecimento do cenário atual e traçar objetivos futuros (ABICHEQUER, 2011; ARTICO; CANTAROTTI, 2013).

Diante disso, este relato tem por objetivo apresentar uma proposta de intervenção estratégica, com base na análise de ambiente realizada em uma empresa do ramo alimentício. Tal empreendimento, embora recente, encontra-se em expansão, o que justifica a proposição de estratégias que, conforme Certo e Peter (2010), resultam da identificação de oportunidades, riscos, pontos fortes e fracos, para, posteriormente, estabelecer diretrizes organizacionais, formular, implementar e controlar as estratégias.

O relato está estruturado com a contextualização do tema investigado, seguido do diagnóstico da situação-problema, que compreende os aspectos metodológicos e ferramentas para reconhecimento do ambiente. Posteriormente, são indicadas as propostas de intervenção e, finalmente, as contribuições fornecidas pelo estudo.

## Contexto e realidade investigada

A organização analisada neste estudo consiste em uma empresa familiar atuante no segmento varejista, que trabalha com uma variedade de produtos para cozinha, desde temperos orgânicos “in natura”, pimentas, farinhas orgânicas até panelas e uma variedade de utensílios. A empresa recentemente fundada (2017) ainda encontra-se em fase inicial, mas demonstra um amplo potencial de crescimento, visto que já possui duas filiais distribuídas em duas cidades localizadas na região central do Rio Grande do Sul.

A empresa aposta em uma proposta mercadológica de diferenciação, investindo sempre na busca por inovação, ampliando a oferta de produtos que facilitem aos clientes o preparo de seus pratos, proporcionando, por meio de temperos e molhos, maior sabor e qualidade ao cliente. Além dos produtos oferecidos, a empresa preocupa-se em manter um padrão de excelência no atendimento ao cliente, proporcionando um ambiente aconchegante com um *design* diferenciado e descontraído.

Entretanto, por tratar-se de uma empresa pequena e familiar, o quadro funcional é bastante reduzido, todo trabalho, das três lojas físicas, é desenvolvido por treze colaboradores, sendo dez vendedoras, duas gerentes e uma diretora/fundadora. Tal situação representa um risco para a empresa que ainda encontra-se em fase de consolidação no mercado, pois a direção e a gerência encontram-se sobrecarregadas de atividades. A gestora centraliza muitas responsabilidades, pois, além de ter o poder de decisão pela empresa, administra a gestão de pessoas, solicita pedidos de produtos para os fornecedores e mantém contato direto com as duas gerentes das lojas, auxiliando-as sempre que necessário; já as gerentes são responsáveis pelo funcionamento das lojas e controlam as atividades administrativas e vendas das cinco vendedoras.

Diante dessa situação, a empresa se operacionaliza sem que exista um planejamento prévio de suas atividades, o que é muito importante para a mesma, visto que implica diretamente o desenvolvimento organizacional, pois alerta quanto aos riscos e às necessidades urgentes da mesma, realizando um processo de melhoria contínua da gestão. Para Jacintho (2004), quando uma organização enfrenta dificuldades para trabalhar questões internas ou externas, que lhe ofereçam riscos ou de alguma forma impliquem mudanças, é necessária a realização de uma consultoria.

## Diagnóstico da situação-problema

O diagnóstico organizacional é um levantamento de informações que permite ao gestor compreender uma determinada situação, prever o comportamento de variáveis essenciais e orientar uma intervenção ou um processo de mudança, buscando seu ajuste permanentemente. (ALCÂNTARA et. al., 2012; PALACIOS; PEIXOTO, 2015). Com o propósito de realizá-lo, este trabalho técnico desenvolveu-se a partir de uma abordagem qualitativo-descritiva.

Para Gressler (2004), a pesquisa descritiva é utilizada para explicar fenômenos existentes, situações presentes e eventos; identificar problemas e justificar condições. Esse trabalho é feito através da comparação e avaliação com situações e problemas similares, visando a esclarecer os acontecimentos para planejamentos futuros. Já a abordagem qualitativa, segundo Richardson (1999), se caracteriza pela busca da compreensão aprofundada de características e significados situacionais, podendo ser realizada por meio de múltiplas técnicas de coleta de dados.

Neste trabalho, o diagnóstico foi realizado por meio da observação participante, de conversas informais e em seis encontros com as gerentes e diretora da empresa. Durante os encontros realizados, foi desenvolvida uma sistematização das informações obtidas em uma matriz SWOT, cujos resultados geraram algumas propostas de intervenção.

### Análise ambiental

Para Serra, Torres e Torres (2004, p. 28), “a análise das variáveis ambientais de uma organização, mais conhecida como análise SWOT, possibilita a escolha de uma estratégia adequada a partir de uma avaliação crítica dos ambientes internos e externos, para que se alcancem determinados objetivos”. Ferrell e Hartline (2009) e Fernandes et al. (2013) explicam que, ao realizar levantamento e análise dos seus pontos fortes e fracos da organização, conforme propõe essa ferramenta estratégica, a organização gera informações e perspectivas que podem ser compartilhadas entre as diversas áreas funcionais da empresa e que permitem à organização ampliar sua visualização, auxiliando e colaborando nas decisões a serem tomadas pela empresa.

Para Maximiano (2008), a análise interna da empresa deve ser realizada a partir de um estudo de suas principais áreas: *marketing*, finanças, produção, pessoas, entre outras, verificando a sua estrutura organizacional e suas políticas

internas, consideradas como aspectos organizacionais relevantes, além de realizar um estudo do seu desempenho até o atual momento. Para Oliveira, Perez e Silva (2005, p.44) “a análise do ambiente interno é uma das mais delicadas do processo de planejamento, pois demanda uma avaliação crítica das políticas e procedimentos estabelecidos há muito tempo na empresa”.

Segundo Barney e Hesterly (2009, p.28), “o ambiente externo consiste em alguns fatores inter-relacionados, como: mudanças tecnológicas, as características socioculturais, clima econômico e político”. Para estes autores, o conhecimento desses fatores constituintes do ambiente externo possibilita à empresa encarar melhor suas ameaças e usar como diferencial suas oportunidades, auxiliando os diretores da empresa na elaboração de previsões que ajudem a tornar esses elementos mais favoráveis à estratégia da empresa, reduzindo seus riscos.

Tendo como base a relevância da análise ambiental para o planejamento estratégico e competitividade organizacional, foi desenvolvida, na empresa estudada, uma matriz SWOT. Para tanto foram organizados dois encontros com a diretora e as gerentes das lojas. No primeiro encontro, fez-se a análise das variáveis internas (pontos fortes e fracos) e, no segundo encontro, a análise das variáveis externas (oportunidades e ameaças). Para a análise das variáveis internas da empresa, foram colocadas em pauta suas forças e fraquezas, analisando atributos positivos e negativos da empresa, o conhecimento da direção e dos gerentes nesse segmento; a qualificação do pessoal; a quantidade e qualidade dos colaboradores; os recursos financeiros e de produtos; seus fornecedores, entre outras variáveis, enfim as suas vantagens e desvantagens internas, em relação aos concorrentes. Com base nas informações, elaborou-se um quadro comparativo, que permite a visualização dos aspectos sinalizados. O Quadro 1 apresenta a matriz SWOT realizada.

Quadro 1 – Matriz SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Design</i> moderno e conceito da loja diferenciado, por meio das cores usadas; as lojas em si imitam uma cozinha real</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouco conhecimento por parte da direção no segmento de atuação da empresa</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proposta nova para o mercado local, pois até então não existia uma loja que unisse vários tipos de produtos de cozinha em um só lugar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades laborais não são bem distribuídas, e a empresa tem um alto índice de rotatividade no seu quadro funcional</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtos diferenciados para seus clientes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresa no mercado estando em um processo inicial de consolidação de sua marca</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ótima qualidade de seus produtos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As lojas possuem um espaço relativamente pequeno, dificultando a distribuição dos produtos e impedindo a compra de maior variedade de produtos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferece temperos orgânicos “in natura” incentivando o consumo e o seu cultivo em casa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A empresa trabalha com muitos produtos perecíveis que, se não forem vendidos dentro do prazo de validade, geram prejuízo para a empresa</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresa parceira, especializada em publicidade e propaganda, auxilia na sua campanha publicitária (além disso, a empresa possui uma fábrica de uma linha de produtos exclusiva, por um preço reduzido)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reincidência de troca ou acúmulo de produtos, devido à falta de entendimento e orientação da vendedora para o cliente quanto ao seu manuseio</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporcionar atendimento personalizado aos clientes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor de capital de giro muito reduzido</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atuação em um nicho de mercado, que atualmente é tendência; as pessoas em geral estão se interessando cada vez mais pela culinária e pela importância de uma alimentação saudável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atual cenário econômico em crise, as pessoas em geral estão com baixo poder aquisitivo</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A marca é um diferencial, pois traz uma proposta alegre e descontraída</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de mão de obra qualificada</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novas tecnologias desenvolvidas, relacionadas à culinária, facilitam o preparo nos pratos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresas concorrentes que trabalham com produtos semelhantes a preços relativamente mais baixos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Primeira filial da empresa inaugurada em ponto central, dando ainda mais visibilidade para a marca.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com a crise econômica, os produtos estão vindo com preços cada vez mais elevados pelos fornecedores; conseqüentemente fica maior preço de venda</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Constatou-se, durante o diagnóstico realizado, que as maiores preocupações do nível estratégico da empresa se referem ao seu planejamento, sem ações prévias delimitadas, e na área de gestão de pessoas. Quanto ao planejamento, percebe-se que a empresa estudada não tinha conhecimento das suas ameaças e fraquezas e, portanto, não desenvolvia planos de ação prévios para amenizá-los, como o caso de compra e acompanhamento de materiais perecíveis no estoque. Da mesma forma, a empresa relatou não ter missão, visão e valores que orientem esse planejamento.

Já na área de gestão de pessoas encontram-se vários aspectos a serem melhorados. Foi observado que, na empresa, não existe um setor específico para

a gestão de pessoas. Quando há necessidade de se fazer um processo seletivo para novos funcionários, em algumas ocasiões, contratam-se empresas especializadas nesse setor, mas, na maioria das vezes, a seleção de novos funcionários é feita pela própria diretora da empresa. A diretora, além de ficar incumbida dessa função, cuida das compras com fornecedores e auxilia na organização dos produtos no estoque, ou seja, realiza várias atividades operacionais e de gestão, o que é muito comum em pequenas empresas que estão em fase de consolidação e crescimento de seus negócios, mas que, por vezes, pode resultar na queda do desempenho das atividades.

Uma das necessidades da empresa, na gestão de pessoas, no momento, segundo a diretora, envolve a descrição e análise de cargos que a auxiliarão na melhoria da seleção de novos funcionários e também na elaboração de uma avaliação de desempenho, que ajudará as gerentes das lojas melhor avaliarem o trabalho das vendedoras, bem como seus pontos fortes e fracos, podendo, assim, capacitá-las para que tenham melhor desempenho no trabalho. Com isso, espera-se amenizar os problemas decorrentes da rotatividade e qualificação dos colaboradores.

A matriz SWOT desenvolvida proporcionou à empresa o conhecimento de suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, para que tenha uma percepção do cenário que se encontra atualmente no mercado, dando subsídios para o planejamento das principais intervenções a serem executadas. A partir do diagnóstico realizado, elaborou-se com a direção, as gerentes e funcionários uma proposta de missão, visão e valores, uma descrição de cargos e um plano de ação que será apresentado no próximo capítulo.

## **Análise da situação-problema e propostas de intervenção**

A proposta de intervenção foi elaborada a partir das necessidades que emergiram durante a análise ambiental interna e externa da empresa. Visando a elucidar a compreensão da proposta, optou-se por apresentar este capítulo em três tópicos: a) Definição da missão, visão e valores; b) Desenho de cargos; c) plano de ação.

### **a) Definição da missão, visão e valores**

A missão de uma empresa é a “compreensão comum do papel que ela tem em face da realidade, expressando a sua razão de existir, corresponde ao que ela pretende desempenhar em relação as oportunidades e às ameaças apresentadas



por seu ambiente de negócio”. (TAVARES, 2000, p. 181). Segundo, Costa (2006, p. 36), “além de uma autoimagem simples e objetiva é necessário também haver um sentido claro sobre qual a razão da existência da organização, num conceito conhecido como missão”. Para Oliveira (2006, p. 126), “a missão é a razão de ser da empresa”. Para elaborar a proposta de missão da empresa estudada, foi realizada uma análise do que a empresa almeja em curto, médio e longo prazo, tendo como critérios: o mercado, os clientes, os colaboradores e os fornecedores. A Figura 1 apresenta a missão proposta:

Figura 1 – Missão

***Proporcionar mais sabor e praticidade na cozinha de nossos clientes, prezando sempre pela qualidade.***

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da missão da empresa definida, foram elaboradas dicas para deixar sempre esse *slogan* presente para todos os membros da equipe:

- buscar sempre estar por dentro das novidades culinárias, pesquisando produtos novos e saborosos e que sejam práticos na cozinha;
- antes de vender os produtos na loja, procurar testá-los, para ter a certeza de que o produto tem ótima qualidade;
- no estoque, ao chegar os produtos, deve-se sempre conferi-los para a certificação de que estão em perfeito estado;
- as vendedoras devem sempre procurar estudar os produtos, para explicar aos clientes o seu manuseio correto.

Já a visão de uma empresa, para Rezende (2008), compreende a descrição do cenário ou o objetivo da organização. Está relacionada com a projeção de oportunidades futuras, questionando como a empresa quer ser reconhecida. A visão expressa à direção que a empresa deve seguir; permite o registro e a disseminação da posição que a organização pretende ocupar ou do que deseja tornar-se para os seus grupos de interesse. Tendo como base sua importância, foi desenvolvida para a empresa estudada, sua visão, como sendo:

Figura 2 – Visão

***Tornar-se uma empresa referência pelos amantes de cozinha, por meio de um portfólio de produtos representado por fortes marcas de excelente qualidade com propostas únicas e inovadoras e ter sua marca consolidada até 2019.***

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da ideia central, definiu-se também o que a empresa precisa fazer para alcançar essa visão.

- para ser competitiva em relação às empresas do mesmo ramo, deve sempre pesquisar e buscar produtos novos no mercado;
- para ter a sua marca consolidada no mercado até 2019, precisa continuar investindo em seu *marketing*, fazendo campanhas publicitárias em ruas e via redes sociais, além disso participando de eventos;
- para tornar-se uma empresa-referência em temperos pimentas e utensílios para a cozinha, precisa procurar fornecedores com maior variedade possível dos mesmos;
- para sempre manter a qualidade, a empresa necessita pesquisar pelos melhores produtos e testá-los em casa. Além disso, devem principalmente ter um cuidado minucioso durante a conferência dos produtos, a fim de verificar se estão em perfeito estado.

A seguir, formam definidos os valores da organização. Esses para Oliveira (2006) significam um conjunto de princípios e crenças da empresa que fornecem sustentação a todas as suas decisões. Representam os ideais de atitude, comportamentos que devem estar presentes nos colaboradores e nas relações da empresa com seus clientes, fornecedores e parceiros. Os valores mais apreciados pela equipe podem ser visualizados no Quadro 2.

Quadro 2 – Valores

• Atendimento personalizado	• Cooperação, trabalho em equipe	
• Qualidade	• Ética e respeito	• Praticidade
• Inovação	• Proatividade	• Criatividade

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa estrutura é básica para o planejamento das demais ações; na sequência, foi realizada uma sugestão de descrição de cargos para a organização.

### **b) Desenho de cargos**

O desenho de um cargo leva em consideração requisitos técnicos, objetivos organizacionais e a motivação humana. Isso estabelecerá como um determinado cargo executará uma tarefa, podendo obter o melhor resultado ou não. (FRANCO, 2012). Além disso, suas características voltam-se aos elementos tecnológicos, organizacionais e sociais da organização, bem como aos requisitos pessoais de seu ocupante, voltados para o atendimento dos objetivos organizacionais. (RIBAS; SALIM, 2013). Conforme Gil (2012, p. 171), “somente a partir do momento em

que as pessoas passam a desempenhar papéis específicos é que as organizações começam a funcionar”.

Tendo como base sua relevância para a empresa estudada, elaborou-se, em conjunto com a diretora, um desenho para os cargos de vendedor(a) e estoquista. O mesmo fez-se a partir de um mapeamento realizado na organização, tendo em vista as principais funções desempenhadas pelos colaboradores, e as exigências mínimas da empresa pra novas contratações. Cabe explicar que não foi realizado o desenho de cargo para gerente, pois não é feita contratação de gerente para a empresa e sim vendedora, com o maior tempo de permanência e o melhor desempenho é promovida a gerência. Além disso, não foi feito para o cargo de operador de caixa, pois na organização não há uma pessoa responsável somente pelo caixa, uma vez que todas as vendedoras desempenham esta atividade. Abaixo os desenhos de cargos estão apresentados nos Quadros 3 e 4, respectivamente.

Quadro 3 – Desenho do cargo vendedor(a)

<b>EMPRESA X.</b>	
<b>Cargo:</b> Vendedor(a)	
<b>Natureza:</b>	<b>CBO:</b>
<b>Missão do cargo:</b> Proporcionar experiência única aos clientes	
<b>DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES</b>	
<b>1</b>	Atender os clientes
<b>2</b>	Manter organização e limpeza na loja
<b>3</b>	Reposição de produtos, caso vendidos do expositor
<b>4</b>	Operação do caixa
<b>5</b>	Pacote de presentes
<b>REQUISITOS MÍNIMOS</b>	
Escolaridade: Ensino Médio completo	
Tempo de experiência: Mínimo seis meses em vendas	
Outros: Condição física para trabalhar a maior parte do tempo de pé ou andando	
<b>COMPETÊNCIAS BÁSICAS:</b>	<b>COMPETÊNCIA DIFERENCIADORA</b>
Boa comunicação, persuasão, simpatia, proatividade, facilidade para trabalhar em equipe, disciplina e organização	Ter realizado cursos relacionados com a área de vendas
Horas totais do expediente: 8 horas	
Horário do expediente: diurno ou noturno a combinar	
Este cargo está subordinado à gerente de vendas.	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quadro 4 – Desenho do cargo vendedor(a)

<b>EMPRESA X</b>	
<b>Cargo:</b> Estoquista	
<b>Natureza:</b> Operacional	<b>CBO:</b>
<b>Missão do cargo:</b> Organização do estoque	
<b>DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES</b>	
	Conferência dos produtos no momento de sua chegada pelos fornecedores
	Precificação dos produtos
	Organização dos produtos por categorias e prazo de validade
4	Informações sobre a disponibilidade de produtos em estoque para as vendedoras
	Conferência de matéria-prima para a produção
<b>REQUISITOS MÍNIMOS</b>	
Escolaridade: Ensino Médio Completo	
<b>COMPETÊNCIAS BÁSICAS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalhar em equipe; ter simpatia; ser proativo(a); ter senso de organização e disciplina</li> </ul>	
Período do expediente: diurno Horas totais do expediente: 8 horas	
Este cargo está subordinado à gerente de vendas.	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Almeja-se que os desenhos dos cargos propostos auxiliem a gestora no desenvolvimento das demais atividades que envolvem a gestão de pessoas, orientando os processos de recrutamento, seleção, avaliação de desempenho, treinamento e desempenho. A definição clara das atividades e responsabilidades inerentes aos cargos pode contribuir para minimizar atritos entre a organização e seus funcionários, e impactar sobre a rotatividade e qualidade dos serviços prestados.

### **c) Plano de intervenção**

Após a execução da análise ambiental, foi realizado um novo encontro com a diretora e gerentes da empresa estudada, com a finalidade de elaborar um plano de ação que tivesse fácil entendimento e aplicação para a mesma. As ações propostas foram elaboradas com a intenção de minimizar as fraquezas e ameaças apresentadas anteriormente. As ações sugeridas podem ser visualizadas no Quadro 5.

Quadro 5 – Proposta de melhoria

	<b>Ação</b>	<b>Desenvolvimento</b>
1	Proporcionar curso de culinária para os funcionários	Para que os mesmos possam se aproximar do universo dos clientes, compreender o manuseio e a utilização dos produtos. A empresa pode pesquisar por um curso na região ou trazer um professor ao local
2	Verificar, no momento da venda, com o cliente, se o produto está em perfeitas condições	Para evitar situações desconfortáveis com os clientes, além de prejuízo para a empresa, as vendedoras devem realizar a checagem com os clientes
3	Buscar produtos diferenciados ao cliente	Para ser uma empresa conhecida por oferecer produtos inovadores. Pode-se fazer anotações e buscar produtos diferentes que os clientes pedem. Realizar pesquisas constantes na internet para descobrir novos produtos
4	Conferir e catalogar os produtos no estoque, ao chegarem dos fornecedores	Para oferecer ao cliente produtos de ótima qualidade e evitar prejuízos com produtos parados no estoque ou perecíveis. É aconselhável a contratação de um estoquista para controle e manutenção
5	Fazer promoções, com os produtos perecíveis que estiverem três meses ou menos, do prazo de vencimento	Para não ocorrer desperdício, além de ajudar a divulgar a loja e a alcançar novos clientes. Fazendo planilhas dos produtos perecíveis com a data de vencimento, para ter maior controle. Assim que estiverem no prazo de até três meses anteriores ao vencimento, colocá-los em promoção em um ambiente que tenha boa visibilidade pelos clientes
6	Desenvolver uma avaliação de desempenho	Para que a empresa tenha conhecimento das necessidades de treinamento e desenvolvimento de seus colaboradores, além de ser uma importante oportunidade de feedback. Recomenda-se que desenvolva-se algo simples e que seja realizado a cada seis meses
7	Manter <i>feedback</i> permanente entre os funcionários e a direção da empresa	Para o funcionário conhecer e corrigir suas falhas e a empresa também procurar escutá-lo diante das necessidades de melhorias e insatisfações. Realizar reuniões para criar um clima de integração entre a equipe; reservar um espaço de 5 a 10 min para conversar individualmente com o funcionário no dia do pagamento
8	Aumentar a consolidação da marca	Para a marca ser lembrada e também captar potenciais clientes. Investir em publicidade criativa e promoções de fidelização

Fonte: Elaborado pelas autoras.

## Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo apresentar uma proposta de intervenção estratégica, com base na análise de ambiente, realizada em uma empresa do ramo alimentício. Para tanto, realizou-se uma investigação de abordagem qualitativa-descritiva, operacionalizada inicialmente pela realização de uma matriz SWOT.

O diagnóstico realizado permitiu o conhecimento das forças e oportunidades da empresa, aspectos relevantes, pois representam potenciais a

serem explorados para tornar a empresa ainda mais competitiva. Como fraquezas, destaca-se a falta de organização e planejamento das ações da empresa, assim como de seus subsistemas de gestão de pessoas.

Nesse sentido, elaborou-se inicialmente uma proposta de missão, visão e valores organizacionais. No seu ato de desenvolvimento, buscou-se instigar o de uma identidade organizacional, que guiaria as demais ações e atividades desenvolvidas pela equipe de trabalho. Na sequência, realizou-se um desenho dos cargos de vendedor (a) e estoquista. O cargo de estoquista foi sugerido, a partir de algumas considerações feitas quanto ao estoque, controle de validade e à qualidade dos produtos.

Com essa proposta de desenho dos cargos, espera-se elucidar as responsabilidades e atividades inerentes a cada função, além de orientar demais processos da área, tais como: recrutamento, seleção, avaliação de desempenho e identificar necessidades de treinamento e, desta forma, reduzir os índices de rotatividade relatados pela empresária. Por fim, elaborou-se um plano de ação, com estratégias de simples aplicação e controle para a organização e que quase não representam diferenças de custos para sua implementação.

Sinaliza-se que, devido ao pouco tempo de atuação da empresa, ainda há muitos aspectos a serem melhorados em sua gestão; porém, a construção desse processo exige acompanhamento e modificações graduais, conforme sua realidade. Contudo, este relato sinaliza para a necessidade de estudos e intervenção em pequenas empresas, principalmente quando encontram-se no início do ciclo de vida.

## **Referências**

ABICHEQUER, C. C. H. **Elaboração de planejamento estratégico**: estudo em uma empresa franqueadora de calçados e acessórios, 2011.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SANDIM, M.; LIMA, T. H. S. Diagnóstico das organizações – elaboração de projetos e processos de intervenção administrativa. In: CONVIBRA ADMINISTRAÇÃO – Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 9., 2012. **Anais...**, 2012.

ARTICO, J.; CANTAROTTI, A. O secretário executivo no âmbito da consultoria. **Revista Capital Científico-Eletrônica**, v. 11, n. 1, 2013.

BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. **Administração estratégica e vantagem competitiva**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

BORN, R. **Construindo o plano estratégico**: casos reais e dicas práticas. Porto Alegre: Sulina, 2009.

- CERTO, S. C.; PETER, J. P. **Administração estratégica**: planejamento e implantação de estratégias. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.
- COSTA, E. A. **Gestão estratégica**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FERNANDES, I. et al. **Planejamento estratégico**: análise SWOT. Três Lagoas, MS, 2013.
- FERRELL, O. C.; HARTLINE, M. D. **Estratégica de marketing**. Tradução de All Tasks e Marleine Cohen. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- FRANCO, J. **Cargos, salários e remuneração**. Curitiba: Iesde Brasil S.A., 2012.
- GIL, A. C. **Gestão de pessoas**: Enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2012.
- GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- JACINTHO, P. R. B. **Consultoria empresarial**: procedimentos para aplicação em micro e pequenas empresas. 2004. Tese (Doutorado em engenharia de produção) – Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2004.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MINTZBERG, H. et al. **Safári de estratégia**. Porto Alegre: Bookmam, 2004.
- OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologias, práticas. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JR., J. H.; SILVA, C. A. S. **Controladoria estratégica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- PUENTE-PALACIOS, K.; PEIXOTO, A. L. A. Ferramentas de diagnóstico para organizações e trabalho: um olhar a partir da psicologia. In: PUENTE-PALACIOS, K.; PEIXOTO, A. de L. A. (Org.). **Uso de ferramentas de diagnóstico de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- REZENDE, D. A. **Planejamento estratégico para organizações privadas e públicas**: guia prático para a elaboração do projeto de plano de negócios. Rio de Janeiro: Bras Port, 2008;
- RIBAS, A. L.; SALIM, C. R. **Gestão de pessoas para concursos**. São Paulo: Alumnus, 2013.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SERRA, F.; TORRES, M. C. S.; TORRES, A. P. **Administração estratégica**. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso, 2004.
- TAVARES, M. C. **Gestão estratégica**. São Paulo: Atlas, 2000.

